



B. C

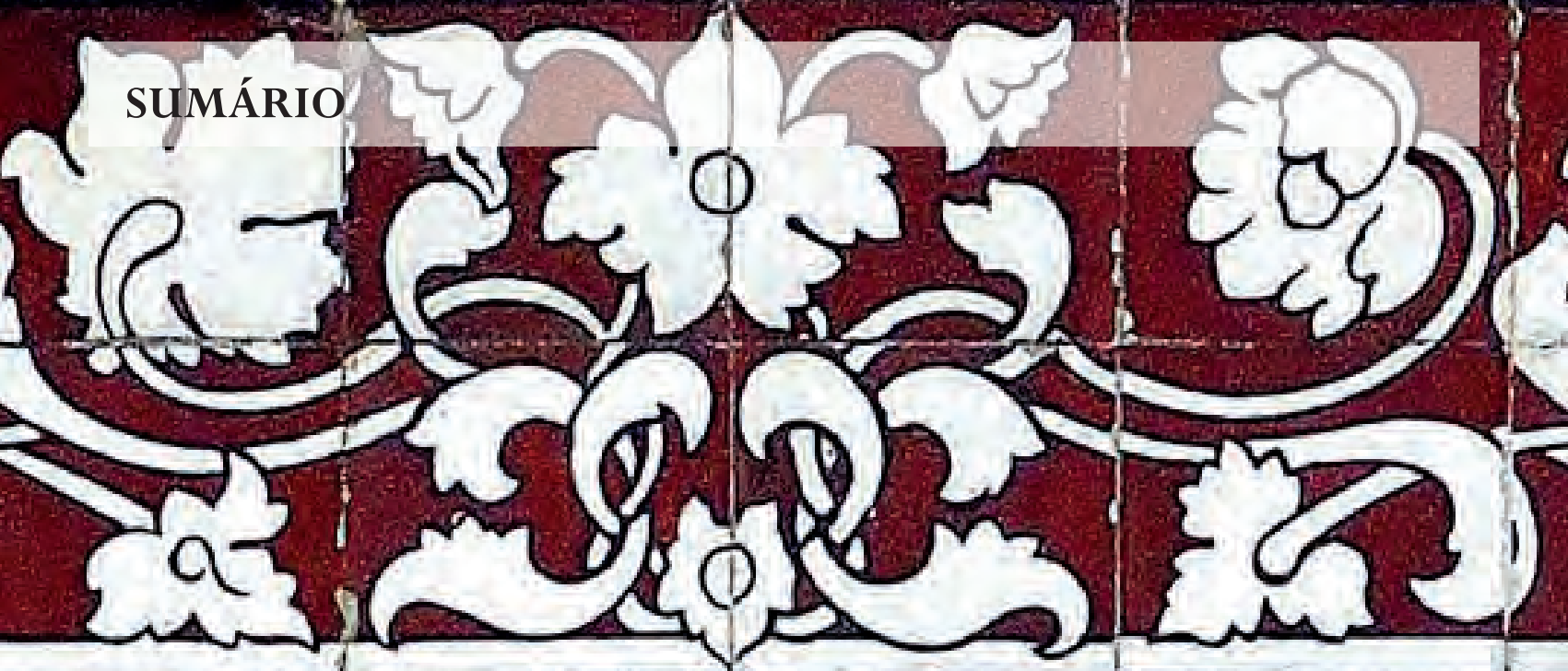
BOLETIM CULTURAL

2014 | 2015



B.С

SUMÁRIO





# O.

## **I ABERTURA 8**

*Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Cunha*

## **II EDITORIAL 12**

*Coordenador editorial, Artur Sá da Costa*

## **III ENTRE A MONARQUIA E A I REPÚBLICA 18**

### **3.1 Bernardino Machado, Paladino da Agricultura 20**

*Norberto F. Cunha*

### **3.2 O “Desejado”. O poder local, o projeto de código administrativo republicano e suas atribuições 36**

*Jorge Fernandes Alves*

### **3.3 Famalicão na I República - a construção de um município pedagógico 64**

*Justino Magalhães*

### **3.4 A violência política nos anos 20 77**

*António José Queiroz*

### **3.5 A mudança de regime em Vila Nova de Famalicão 92**

*João Afonso Machado*

### **3.6 As eleições administrativas (1910-1926) 99**

*Filipa Sousa Lopes*

### **3.7 As eleições legislativas em Vila Nova de Famalicão 120**

*António José Queiroz*

### **3.8 A I Grande Guerra e as suas repercussões em Vila Nova de Famalicão. O Monumento aos Mortos da Grande Guerra 138**

*Amadeu Gonçalves*

### **3.9 Novos olhares sobre o mesmo rosto: Sousa Fernandes um homem multifacetado, um famalicense da mudança (1849-1928) 228**

*Odete Paiva*

## **IV RAÍZES HISTÓRICAS 258**

### **4.1 Da Terra de Vermoim ao Concelho de Vila Nova de Famalicão –Entre a História, a Crónica e a Ficção 260**

*Maria de Fátima Castro*

### **4.2 “Corta e Cose”: A formação, evolução e consolidação dos limites administrativos do concelho de Vila Nova de Famalicão 333**

*Paulo Campos Correia*

<b>V</b>	<b>PATRIMÓNIO CULTURAL 382</b>
5.1	Alguns tesouros de Arte Famalicense 384 <i>Luís Gonzaga Cardoso de Almeida</i>
5.2	O ‘caso de estudo’ da Azenha de Chaves em Vila Nova de Famalicão versus o ‘estudo de caso’ da Azenha de Hackfort na Holanda 408 <i>Rogério Bruno Guimarães Matos</i>
5.3	Vila Nova de Famalicão e o cinema 426 <i>Rafaela Adriana Marques de Sousa</i>
5.4	Uma carta inédita de Alberto Sampaio ao visconde de Pindela 444 <i>João Afonso Machado</i>
5.5	Famalicão nos Almanques do Minho, 1893-1895 449 <i>António Joaquim Pinto da Silva</i>
<b>VI</b>	<b>OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA 478</b>
6.1	Os Democratas de Braga na luta contra o Estado Novo 480 <i>José Manuel Tengarrinha</i>
6.2	Guerra Colonial, uma história por contar! Suportes em papel em várias formas de comunicar 492 <i>José Manuel Lages</i>
6.3	Oposição Democrática, fundo documental da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco - Espólio de Eduardo Ribeiro 512 <i>Amadeu Gonçalves - Coordenação da Catalogação; Artur Sá da Costa - Apresentação</i>
<b>VII</b>	<b>INFORMAÇÃO CULTURAL E CURRÍCULOS 530</b>
7.1	Informação cultural 532 <i>Cristiana Carmo   António Freitas</i>
7.2	Breves currículos 544

ABERTURA









## 1. Abertura

### **Entre as brumas da memória!**

É com grande satisfação que lançamos mais uma edição do Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão, cumprindo, desta forma, a vontade de darmos continuidade a esta publicação municipal de grande importância cultural e histórica.

Cada edição do Boletim Cultural é um pedaço da nossa identidade que salvaguardamos do tempo e mantemos vivo na memória das gerações.

Por isso, é tão importante prosseguir com este trabalho de preservação e promoção da inestimável herança cultural de que Famalicão dispõe, incentivando a investigação e o estudo em torno da nossa terra e das nossas gentes.

Nesta edição, apresentamos uma panóplia de temas diversificados, dando a conhecer novos autores e investigadores. São assuntos que abraçam as artes, o património, a história, a identidade e claro, a cultura.

São relatos de iniciativas onde a inovação se conjuga com a fidelidade às raízes e a cultura erudita se alia às tradições ancestrais.

São momentos que permanecem entre as brumas da memória!

Saúdo, pois, todos aqueles que contribuíram para a concretização deste livro e convido os leitores a embarcarem nesta viagem pelo tempo e pela cultura de Famalicão!

Paulo Cunha  
Presidente da Câmara Municipal



EDITORIAL





## 2. Editorial

### 2.1

De cada vez que nos lançamos na organização de uma nova série do Boletim Cultural (e já lá vão IV) interrogamo-nos porque demoramos tanto tempo a fazê-lo. Quando damos conta o atraso é inevitável. A mudança de ciclo político (uma lufada de ar fresco indispensável para uma vida democrática sadia) não serve de desculpa, até porque o incentivo das instâncias políticas, para vencer a inércia nunca tem faltado. Tenho de experiência feita que a dificuldade está numa imprecisa indefinição a quem cabe a responsabilidade por este projeto cultural e editorial, secundado pela débil, senão inexistente, estrutura administrativa que o suporta.

Em todo o caso, a referida experiência empírica diz-nos que, pese embora esta precária situação, a sobrevivência do BC está assegurada. E se aprendemos com os erros, podemos eliminar os atrasos, e garantir a sua continuidade. Por muitas e boas razões. Antes de mais, porque existe em torno do 'Boletim' um corpo sólido e amplo de colaboradores e amigos, que com indomável persistência e abnegado altruísmo dão o seu generoso contributo com inovadoras investigações, e são os primeiros a inquirir pela saída do próximo número. Depois a tolerância da esfera política acaba quando o atraso se aproxima de uma fronteira indefinida que ameaça traduzir-se na sua extinção. Afinal, existem bons sinais para estarmos otimistas. O BC tem um lugar próprio e insubstituível entre as múltiplas e diversificadas políticas culturais do município. Confirma-se: o pessimismo de Vargas Losa é exagerado! Fica a pergunta: não terá chegado a hora de o assumirmos como um projeto nosso, de cada um de nós e do município?

### 2.2

O sumário de artigos reunidos neste volume reflete a fase de transição que se viveu. Alguns aguardavam em fila de espera a sua vez, ganhando agora a sua oportunidade, até porque não perderam valor e merecem ser difundidos. Alguns outros, escritos por jovens investigadores, juntam-se aos consagrados. Assim se mantem a marca de água do BC.

A história política tem, neste número, um apreciável destaque, com incidência em dois períodos importantes da história contemporânea: a I República e a Oposição Democrática ao Estado Novo. Juntam-se a eles outros dois temas já recorrentes: O Património Cultural e as Raízes Históricas e Seculares de Vila Nova de Famalicão. A fechar edita-se a Informação Cultural, uma breve síntese de iniciativas de âmbito cultural que se destacaram neste interregno. Com estas matérias ultrapassam-se as 500 páginas, justificando-se um número duplo, que floresce em cores, com arrojado e inovador arranjo gráfico.

### 2.3

O centenário da I República, que o município comemorou, inscreveu algumas marcas no espaço público, com uma panóplia de iniciativas, nomeadamente, conferências, colóquios e exposições, de que se deu devida nota no último número do Boletim. A homenagem à Comissão Municipal Republicana, apesar de modesta, consagrou o idealismo e a coragem de uma geração de famalicenses, que colocaram o interesse público acima dos egoísmos privados. A placa comemorativa colocada na Casa de Mões de Sousa Fernandes expressa e simboliza o nosso reconhecimento por esse perfil altruísta e combativo. Acontece que alguns projetos foram pensados já no decorrer da evocação do centenário, recebendo impulso nesse contexto, sem data marcada para ver a luz do dia. Entre eles está o 'Roteiro Republicano' de V.N. Famalicão. O objetivo era apenas cartografar os acontecimentos, nomes e biografias das personalidades republicanas, além de uma cronologia das datas marcantes da implantação da República no nosso município. Em certa altura, admitiu-se que era possível ir mais longe escrevendo a História da República em V.N. de Famalicão. A ambição liquidou o projeto inicial e adiou (assim o espero) o seu sucedâneo. Optou-se por publicar neste número os estudos já concluídos. Seria insensato e injustificável manter o impasse por mais tempo. Além do mais, era necessário libertar da gaveta os trabalhos já concluídos. A eles juntaram-se alguns outros vindos do centenário que ainda não tinham sido publicados. Não é o Roteiro República, muito menos a História da República. Apenas expressam a vontade de prosseguir o esforço realizado entre nós de estudar e resgatar a I República do ostracismo que o sectarismo do Estado Novo a condenou. Muito se fez desde o início da década de 80 do século passado, quando se promoveu a Homenagem Nacional a Bernardino Machado, com a presença do Presidente Ramalho Eanes, continuada pouco depois com as evocações do Senador Sousa Fernandes e do ex. ministro Daniel Rodrigues, e já em 1994, com o Centenário de Nuno Simões, patrocinado e dinamizado pelo Presidente Mário Soares, culminando com a inauguração, à entrada do milénio, do Museu Bernardino Machado. O que agora se publica é mais um contributo para o conhecimento deste período conturbado, mas não menos profícuo. A junção de estudos de amplitude nacional com outros de incidência local só a todos valoriza. No fundo interliga-se o que nunca esteve separado. Aliás, os artigos de Jorge Alves e de António José Queirós são verdadeiramente exemplares de dois temas recorrentes do republicanismo, a) o défice entre o ideário republicano e a praxis governativa, traduzida, como o catedrático da Faculdade de Letras do Porto demonstra, na incapacidade de fazer a reforma administrativa, uma bandeira da propaganda republicana, b) a violência política que o regime desencadeou, aqui expressa nos crimes hediondos da “noite sangrenta” de 19 de Outubro de 1921. A inclusão do estudo de Norberto Cunha “Bernardino Machado, Paladino da Agricultura”, destoa da unidade temática deste capítulo sobre a I República, dir-se-á. Só aparentemente, na medida em que através dele ficamos a conhecer em profundidade mais uma das facetas deste “Político e Pedagogo”, que estudou e ensinou a agricultura enquanto catedrático na Universidade de Coimbra e geriu e desenvolveu como governante (na monarquia e na república). Por seu turno, os trabalhos sobre a I República em V.N. de Famalicão incidem

sobre: 1º) a mudança de regime em V.N. de Famalicão, vista à luz dos jornais locais, analisada por João Afonso Machado; 2º) o 'município pedagógico' estudado por Justino Magalhães, onde evidencia a importância atribuída pelos autarcas republicanos ao ensino, ao tomar um conjunto de medidas tendentes a criar uma rede escolar, que se alargou progressivamente, sublinhando o seu empenho em instalar no concelho a Escola Primária Superior; 3º) a figura cimeira de Sousa Fernandes, cujos traços biográficos Odete Paiva caracteriza: um filho de camponeses que parte ainda criança para o Brasil, aí se faz empresário e homem de letras e, no vaivém entre aquela ex. colónia e Portugal, lidera a propaganda republicana em Famalicão, e se torna com a implantação da República, presidente da Comissão Administrativa Municipal, deputado à Constituinte e senador da República. Um perfil do seu percurso político, mas sobretudo do homem e das suas raízes familiares; 4º) as eleições administrativas na I República no nosso município. Não foram muitas (1913, 1917, 1922), mas evidenciaram toda a fragilidade e falta de credibilidade do sistema eleitoral, desde logo pelas restrições no acesso ao recenseamento por parte dos cidadãos. Um estudo pioneiro de Filipa Sousa Lopes sobre estas eleições, que nos relata a participação eleitoral, a implantação partidária e as suas divisões no concelho; 5º) a sociedade famalicense entre 1914 e 1924 plasmada no Estrela do Minho e aqui descrita por Amadeu Gonçalves, na sua pluralidade e diversidade, tendo como centro de referência a I Grande Guerra, com os seus dramas e sofrimentos, mas também com os apoios aos combatentes prestados pelos famalicenses, exorcizados e imortalizados no Monumento aos Mortos da Guerra levantado em 1924. Um tema impossível de esquecer, quando o centenário deste flagelo se comemora, proporcionando a sua revisitação, para descobrir e aprofundar muitos aspetos ignorados ou esquecidos.

## 2.4

Nem só de política se faz este número. As raízes históricas do município que nos alimentam e servem de bússola são estudadas em dois trabalhos distintos, quer quanto à natureza do objeto, quer no ponto de vista metodológico. Paulo Campos Correia sintetiza as transformações dos limites administrativos na área do concelho e nas freguesias desde o aparecimento dos primeiros povoados pré-históricos até à recente reorganização administrativa do território nas freguesias. O mérito do seu trabalho não se restringe, como o título "Corta e Coze" pode sugerir, a fazer um balanço dos estudos produzidos ao longo do tempo. Seleciona, organiza e interpreta os textos a que deita mão, deixando a sua marca pessoal. Não deixa de ser curioso constatar que boa parte da bibliografia utilizada foi publicada na viragem do último milénio. O título do estudo de Maria Fátima Castro "Da Terra de Vermoim ao Concelho de V.N. de Famalicão. Entre a História, a Crónica e a Ficção" abre-nos a porta a uma investigação interdisciplinar que compagina as fontes escritas com a oralidade e a descoberta no terreno. Com este artigo a autora recorda e dá a conhecer alguns momentos relevantes desde tempos primordiais de algumas freguesias que hoje se integram no concelho de V.N. de Famalicão e projetam o nome de cavaleiros-guerreiros que nele se fixaram. Este estudo inovador revela-nos que a vinda de



cavaleiros de terras a Norte e Sul dos Pirenéus e também de terras mais próximas das atuais fronteiras-principalmente a Norte do Rio Minho- contribuiu para a proteção da população da ampla Terra de Vermoim, em parte onde foi criado o concelho de V.N. de Famalicão e a fixação daqueles guerreiros e suas famílias. As relações familiares que foram sendo estabelecidas e os patrimónios que lhe estavam associados são outros aspetos tratados e por essa via são identificados ou confirmadas gerações e laços familiares que através de casamentos se constituíram, bem como patrimónios que possuíam algumas dessas famílias. Um estudo que nos convida a caminhar pelo território famalicense e a descobrir imprevisíveis laços com aquilo que somos.

## 2.5

A diversidade temática, que dá ao BC uma identidade própria, tem na área do Património Cultural um dos seus pontos fortes. Reuniram-se quatro estudos inéditos, entre outros possíveis, que, desde logo, chamam a atenção para a riqueza desconhecida do nosso património histórico, interpelam-nos porque dele nos desinteressamos e, mais grave, clamam, que maldição é esta que nos impede de neutralizar os novos “Hunos” que teimam em destruí-lo. O jovem investigador Luís Gonzaga Cardoso de Almeida desvenda-nos, em breves apontamentos, algumas joias da arquitetura famalicense, traçando um roteiro de alguns exemplares raros, inteiramente desconhecidos de todos nós. O Ajimez da Capela São Paio, em São Cristóvão de Cabeçudos ligado à “arte pré-românica dos finais do século IX e a meados ou derradeiros anos do século XI”. Esta Capela de S. Paio, em Cabeçudos, ainda de acordo com Cardoso de Almeida é o “elemento arquitetónico mais antigo” num edifício religioso no território famalicense; a Porta gótica da Capela de Santa Maria de Landim, que foi vandalizada; o lindel manuelino na residência paroquial de S. Cosme do Vale “o único traço desta arte bem portuguesa no território famalicense”; o pórtico maneirista da Igreja Paroquial de Vale de S. Cosme “um importante tesouro artístico de V.N. de Famalicão”. Luís Gonzaga dá-nos ainda a conhecer a personalidade singular do Abade de S. Cosme do Vale, de meados do século XVI, um grande mecenas de arte, que encomendou as obras atrás mencionadas e ainda a Capela de Jesus do Mosteiro de Santa Maria de Landim, a qual terá sido derrubada já depois de 1620, quando foi construída a nave lateral norte. A face negativa deste artigo é a revelação do lastro de destruições perpetradas ao longo dos tempos. Um rosário de espinhos, que preenche as páginas trágicas da nossa história, e, como se vê, nos acompanha e persegue de tempos imemoriais. Por seu lado, Bruno Matos volta a um dos seus assuntos prediletos- a riqueza patrimonial (não apenas as azenhas) que anda perdida nas margens do Rio Ave. Regressa agora com oportunidade e acutilância, apontando-nos o caminho da salvação, que é possível trilhar. O contraste entre a Azenha de Chaves (Fradelos, V.N. de Famalicão) e a Azenha de Hackport (Holanda) não podia ser mais flagrante e eloquente. A portuguesa desativada e sem qualquer função. Ao contrário, a holandesa, restaurada e reabilitada, elevada a monumento nacional. Duas atitudes diferentes e opostas de cuidar e de valorizar o património cultural. Uns largam-no ao abandono, outros

preservam-no e rentabilizam-no. Os primeiros desprezam o passado e ficam sem futuro, enquanto os outros seguram a memória histórica e dão sentido ao porvir. Não vale evocar que não sabemos. Entre os jovens historiadores conta-se Rafaela Adriana Marques de Sousa, que inicia a sua colaboração, com uma panorâmica sobre o cinema (os filmes e as salas) em V.N. de Famalicão entre 1908 (quando a sétima arte chegou ao nosso concelho) e o encerramento do Cine Teatro Augusto Correia em 1989. Era impossível maior contraste: o deslumbramento e a magia pelas imagens em movimento e o derrube a sangue frio e sem glória da maior e melhor apetrechada casa de espetáculos a norte. Um crime sem perdão! João Afonso Machado marca presença com a divulgação de um testemunho vivo – uma carta inédita resgatada nos arquivos da Casa de Pindela – da amizade entre duas das grandes personalidades famalicenses da segunda metade do século XIX: Visconde de Pindela e Alberto Sampaio. Por sua vez, António Joaquim Pinto da Silva cumpre uma das funções do arquivo histórico que dirige, divulgando a documentação aí reunida. A sorte recaiu nos Almanques do Minho de 1893 – 1895, onde o responsável por aquele equipamento cultural municipal, nos apresenta a “Vila” de Famalicão, nos finais do século IX, com a “Feira” a dominar o comércio e a vida da sociedade famalicense.

## 2.6

Em 2015 dois acontecimentos – a colocação *online* da Biblioteca Digital do Fundo Documental da Oposição Democrática e a apresentação, no Museu Bernardino Machado, do livro “Os Democratas de Braga, Testemunhos e Evocações”, por José Manuel Tengarrinha – marcaram os estudos das lutas contra a ditadura do Estado Novo, e a atenção prestada pelo município de Vila Nova de Famalicão na recolha, preservação e difusão da documentação histórica (oral e escrita) sobre aquele período.

No capítulo dedicado à Oposição Democrática conta-se o percurso iniciado em 1992, daquele fundo documental, sem paralelo a nível autárquico, que concentra uma vasta e diversificada gama de documentação doada pelos próprios protagonistas dos combates pela Liberdade, que travaram contra a ignomínia da ditadura, que usurpou o poder e fez reféns os portugueses dentro da sua pátria. As fontes históricas estão disponíveis e podem ser consultadas no *site* da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. Para que não se esqueça e para memória futura, visto que o juízo final cabe as gerações futuras. José Manuel Tengarrinha, um dos vultos da resistência antifascista em Portugal, não se limitou à circunstância de apresentar o livro, editado pelo Concelho Cultural da Universidade do Minho: “Um marco não só da história do distrito, mas igualmente, em geral, da história da resistência ao Estado Novo e das suas incidências nas fragilidades e contradições da ditadura”. O académico e historiador José Tengarrinha contextualizou o tempo político e traçou o quadro global, no plano nacional e internacional, em que as lutas dos democratas portugueses foram travadas. Fez com lucidez e serenidade uma síntese luminosa da história da resistência das oposições à ditadura nas últimas três décadas do Estado Novo, onde se inserem “com muito destaque a intervenção marcante, pela sua

persistência e singularidade dos que ficaram conhecidos como “os democratas de Braga”. Tengarrinha sublinhou as diferentes fases deste percurso, sinuoso e contraditório, acentuando a importância dos líderes, sem esquecer os heróis anónimos, evidenciando a pluralidade das correntes ideológicas e de pensamento, os choques, fracassos e divisões, que, em todo o caso, nunca “afetaram a radical unidade no fundamental desígnio comum do derrubamento do Estado Novo”. E concluiu: “Quanto foram diversos os caminhos da unidade democrática contra o Estado Novo e complexos os processos de rejeição e entrosamento entre as linhas do Poder e da Oposição”.

José Manuel Lages, diretor científico do Museu da Guerra Colonial, não desiste do seu combate exemplar em estudar e divulgar a guerra colonial, que Salazar impôs ao povo português entre 1961 e 1974, e aos povos das ex. colónias da Guiné, Angola e Moçambique. Como ele afirma: “O Baú da guerra, a velha maleta das memórias e recordações dos nossos combatentes continua a abrir-se aqui e ali, originando esta ‘história por contar’ que deixa de ser aos poucos e poucos ‘tabu’ e começa a ser encarada como uma vertente a estudar e divulgar”. Como se vê, o desafio ainda é vencer resistências e derrotar preconceitos para tão só conhecer e divulgar um dos dramas mais traumáticos e mortíferos suportados pelo povo português durante a ditadura de Salazar e Caetano.

O Coordenador Editorial  
Artur Sá da Costa

ENTRE A MONARQUIA E A I REPÚBLICA





## 3.1 Bernardino Machado, Paladino da Agricultura

### 3.1.1 Introdução

Bernardino Machado (28.03.1851-29.04.1944), é, geralmente, conhecido como um proeminente político da I República; mas foi também - ainda que se saiba menos - deputado regenerador (de 1882 a 1892)<sup>1</sup>, Ministro das Obras Públicas, em 1893 - quando presidia ao Governo, Hintze Ribeiro - e, finalmente, Par do Reino (a partir da sua eleição, para a Câmara dos Pares, pelos estabelecimentos científicos, em 30 de Abril de 1894, cargo que, todavia, deixou de exercer, a partir do decreto de 25 de Setembro de 1896, que aboliu os pares electivos). Voltou, pouco depois, para o magistério universitário, em Coimbra, continuando - dentro e fora da Universidade - a faina educativa e pedagógica, que tanto o distinguiu, publicamente (é um dos mais importantes doutrinários e reformadores da nossa instrução pública dos fins do século XIX), e que culminará, em 1907, com a sua renúncia ao ensino, em desagravo quer das arbitrariedades cometidas pela ditadura franquista contra os estudantes grevistas de Coimbra, quer contra a sentença dos decanos acerca daqueles estudantes grevistas que, alegadamente, a iniciaram, incitaram e chefiaram (os “cabeças de motim”).

---

[1] Bernardino começou a sua carreira política, em 1882 - ao ser eleito como deputado regenerador - matendo-se nessa função até ao início de 1887, tendo tomado parte activa nas sessões parlamentares de Janeiro | Junho de 1883, Dezembro | Maio de 1884, Dezembro | Julho de 1885, Março | Abril de 1886 (embora em Fevereiro deste ano tenha pedido à Câmara, renúncia ao mandato parlamentar, que lhe não foi concedido). Os seus núcleos de interesse, enquanto, deputado centraram-se, sobretudo, no ensino (sobretudo primário, agrícola, comercial e industrial), no *Acto Adicional* de 1885 (defendendo o alargamento do número de Pares electivos e a redução dos pares de nomeação régia, limites às prerrogativas políticas do rei e maiores poderes para o Poder Legislativo) e na defesa do protecçãoismo económico por razões “patrióticas”.

Desiludido com a política de engrandecimento do poder real dos Governos monárquicos que se encarregaram do Poder, a partir de 1894, e, concomitantemente, com a sua política cada vez mais anti-liberal, plutocrática, clientelar e clerical, optou, a partir de 1903, pelo alinhamento político nas hostes do P.R.P. (todavia, sem qualquer vínculo político-partidário, agora e sempre), do qual foi um dos mais importantes propagandistas e dirigentes antes do 5 de Outubro de 1910; depois da revolução assumiu vários cargos governativos: foi ministro, senador, Presidente do Ministério (por duas vezes) e Presidente da República (também por duas vezes); combateu, activa e vigorosamente, as ditaduras de Pimenta de Castro, Sidónio Pais, a Ditadura Militar saída do 28 de Maio de 1926 e, por fim a do Estado Novo; por causa de elas - com a excepção da primeira - conheceu as amarguras do exílio, mas nunca abdicou, perante elas, o mínimo que fosse dos seus ideais demo-liberais e republicanos.

Ora este político e pedagogo - exemplar a vários títulos - também prestou especial atenção à Agricultura. Por várias razões: em primeiro lugar porque considerava - como disse em 1893 - a agricultura a mais importante das industriais; em segundo lugar, porque foi professor e lente catedrático e proprietário da cadeira de *Agricultura, Zootecnia e Economia Rural*, na Faculdade de Filosofia Natural, na Universidade de Coimbra, onde a ensinou, desde 1879 até 1882; em terceiro lugar, por razões políticas. E aqui deter-me-ei um pouco mais.

Era convicção de Bernardino Machado que a política era uma actividade *emancipatória* (do ponto de vista político - *latu sensu* - económico-social e religioso) e *moral*, que visava a conjunção

harmoniosa da liberdade e da sociabilidade (de pendor socializante). Mas era também sua convicção que essa emancipação dos cidadãos não se fazia de cima para baixo, por iniciativa unilateral dos Governos, por decreto, mas, exatamente, ao contrário; não era, pois, demagogia nem leviandade que tenha defendido, publicamente - e por mais de uma vez - o anarquismo enquanto *princípio*. Bernardino acreditava que a política só seria verdadeiramente *emancipadora*, se fosse realizada por *cidadãos emancipados* e não por um “rebanho de carneiros”, pastoreados por um qualquer governo de iluminados (de que muito desconfiava, pois recusava qualquer dogmatismo, em política). Mas, a ser assim, a emancipação dos cidadãos tinha não só de se iniciar desde a instrução elementar mas centrar-se na actividade e na iniciativa pessoal do aluno, orientadas, metodicamente, pela observação e pela experimentação; e assim devia ser, em sua opinião. Por isso, era na escola que a política devia começar; mas não numa qualquer escola, nem de qualquer modo. A escola, desde a mais tenra idade, devia ser um espaço crítico e criativo, centrado na atividade e interesses do aluno - onde o professor era subsidiário e um mero guia da aprendizagem - um espaço de auto-governo (o que melhor servia o aluno e podia vir a servir a sociedade) e um laboratório de cidadania (pela sociabilidade, pelo ensino e pelo exemplo moral do professor). Uma escola onde o aluno *se fazia, fazendo*. Ora o ensino que melhor correspondia a este desiderato era e será, como disse Bernardino em 1884 (ano em que já defendia que, na escola primária, se deviam começar os estudos profissionais e a instrução moral e cívica<sup>2</sup>) - e que repetirá ao longo de anos - a *instrução técnico-profissional* (como reconhecera o inquérito nacional de 1881 e, insistentemente, a vinham defendendo as corporações locais e as associações agrícolas, industriais e comerciais)<sup>3</sup>; mas uma *instrução técnico-profissional* considerada não como um fim em si, mas como o meio que mais favorecia a autonomia moral e política dos cidadãos e, conseqüentemente, a democracia da sociedade e do poder. Esta conexão estabelecida por Bernardino Machado entre a política, a educação e o ensino não foi pontual. Desde a sua entrada na política, em 14 de Novembro de 1882, até 1910, foi um apóstolo confesso da instrução (sobretudo elementar e profissional, mas sem esquecer a secundária e a superior), considerando-a, em 1883, “a verdadeira política<sup>4</sup> e a aprendizagem - especialmente quando associava (e devia associar, obrigatoriamente, desde o nível elementar até à entrada no ensino superior) a teoria ao tirocínio profissional e laboral e assentava, metodologicamente, na observação, na experimentação, no diálogo e na crítica - a forja ideal do *self-government*, da formação do carácter e da cidadania de pendor democrático<sup>5</sup>. Vemos, pois, quanta importância Bernardino atribuía à instrução prática e profissional, na formação moral, cívica e política dos cidadãos. E tanto era assim que se lhe deve a reorganização do ensino industrial e comercial, dando-lhe uma dimensão teórico-demonstrativa (na parte teórica) e uma dimensão mais prática e técnico-científica, nas aulas práticas (através de escritório comercial, de gabinetes, laboratórios e oficinas de trabalho manual)<sup>6</sup> e várias medidas reformistas quanto ao ensino agrícola.

---

[2] Bernardino Machado, “Educação profissional”, in *Obras, II, Pedagogia, tomo 1*, Vila Nova de Famalicão, Edições Humus, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e Museu Bernardino Machado, 2009, p. 141 (Discurso proferido na discussão

parlamentar de rectificação do orçamento de Estado, em 1884). Doravante, referir-nos emos a esta obra de Bernardino Machado, pela sigla *Obras, II/Pedagogia, t. 1*, seguida da respectiva página.

[3] Idem, “Necessidade de um ministério da Instrução Pública”, in *Obras, II, Pedagogia, tomo 1*, pp. 196 e 198 (Discurso proferido na Câmara dos Deputados, em 1886).

[4] In *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão de 7 de Março de 1883, pp. 592-594; ver tb. Bernardino Machado, *O Ensino Primario e Secundario*, Coimbra, Tipografia França Amado, 1899, pp. 201-233.

[5] Bernardino Machado, “Discurso proferido na cidade do Porto, no dia 9 de Julho de 1883”, in *Obras, II, Pedagogia, tomo 1*, Vila Nova de Famalicão, Edições Humus, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e Museu Bernardino Machado, 2009, p. 115 (Discurso proferido na *Associação Liberal do Porto*).

Doravante citaremos esta obra pela sigla *Obras, II, Pedagogia, t. 1*, seguida da respectiva página.

[6] Idem, “Institutos e escolas industriais” (1893), in *Obras, III, Politica, tomo 1*, Vila Nova de Famalicão, Edições Humus, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e Museu Bernardino Machado, 2011, pp. 488-495. Doravante citaremos esta obra pela sigla *Obras, III, Politica, t. 1*, seguida da respectiva página.

### 3.1.2 O deputado regenerador (1882-1892)

Temos, pois, identificadas as razões estritas e mais gerais que motivaram o interesse de Bernardino Machado pela agricultura. Mas apesar do seu persistente interesse por esta, quando e como nela interveio teve dimensões e alcances muito diferenciados.

Depois do 5 de Outubro de 1910, apesar de Bernardino Machado ter sido ministro (1910), senador e chefiado dois Ministérios (em 1914 e 1921), a agricultura não foi prioridade nos seus programas de Governo nem nas suas intervenções parlamentares; precedeu-a, de longe, as questões político-sociais - como os actos subversivos do clero e dos restauracionistas monárquicos contra a República, a conflitualidade social (especialmente, as greves) e político-partidária, a I Guerra Mundial e as suas sequelas, o nosso endividamento e a crescente dissociação entre os Governos republicanos e o povo.

Mas se as preocupações de Bernardino Machado pela Agricultura quase não se manifestam na sua actuação política, depois de 5 de Outubro de 1910, não acontece o mesmo durante a Monarquia Constitucional. Mas também aqui, devemos estabelecer diferenças: as suas intervenções sobre a agricultura, enquanto deputado regenerador (1882-1892) e senador (1894 até 1896); e a sua actuação, neste sector, enquanto Ministro das Obras Públicas, em 1893, no Governo de Hintze Ribeiro.

---

[7] Idem, *Affirmações Publicas: 1882-1886*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888, pp. 113-120; tb. idem, "A crise do Douro", in *Da Monarchia para a Republica: 1883-1905*, Coimbra, Typographia França Amado, 1905, pp. 9-14.

O Governo, de cuja maioria foi deputado (Governo presidido por Fontes Pereira de Melo, remodelado em 1883 e que governou até 1886) não tinha, na sua agenda, preocupações agrícolas: do seu programa constavam, como principais objectivos, melhoramentos materiais, a reforma da lei eleitoral (representação das minorias nas capitais dos distritos administrativos, o modo de constituição da comissão revisora do recenseamento, e a comissão de verificação dos poderes), a fixação do número de deputados para as eleições legislativas de 1884, uma amnistia geral para todos os crimes de abuso de liberdade de imprensa (promulgada em 14 de Junho de 1884) e a revisão da Carta Constitucional (como veio a acontecer pela lei de 24 de Julho de 1885, que passou a servir de fundamento ao 2º *Acto Adicional*). Se este programa político não justifica que Bernardino não tenha tomado a iniciativa de trazer, à discussão parlamentar, o sector agrícola (como trouxe o ensino) - envolvido em outras prioridades - permite, contudo, compreender que se tenha limitado, ainda que por mais de uma vez, a confinar e centrar a discussão do sector agrícola num problema, então em debate recorrente, nas duas Câmaras: os vinhos.

A filoxera destruíra grande parte dos vinhedos do Douro e arruinara grande parte dos seus viticultores. A cultura da vinha era vital para aquela região e dela dependia, em grande parte, a serventia do porto de Leixões e a segunda cidade do País, ou seja, o Porto. A crise económica que se instalara na região podia vir a converter-se numa crise social de difícil solução. Havia



que atalhar, atempadamente, previsíveis males maiores. Foi, nesse sentido, que Bernardino Machado interveio, no Parlamento, em 1883, como porta-voz e a favor de um representação de proprietários do Douro em que pediam, ao Parlamento, autorização para fazer uma cultura provisória e barata de substituição da vinha - que seria a do tabaco - a fim de minimizar os prejuízos da filoxera (cerca de 15.000 hectares de terreno esterilizados, falta de trabalho, emigração, diminuição do consumo e abatimento da indústria e comércio do vinho) e, simultaneamente, facilitar o dispendioso tratamento das vinhas e possibilitar a replantação de outras (pelo retorno quase imediato de capitais para a fazer)<sup>7</sup>. Esta alternativa - que tinha o parecer favorável das instâncias oficiais anti-filoxéricas - seria controlado por estas, assim como a área e o período de tempo em que podia ser aplicada (a fim de se evitarem abusos) e não traria apenas benefícios aos próprios. Como disse Bernardino Machado, o Estado iria arrecadar mais impostos, não importaria tabaco, evitaria a ruína do porto de Leixões e o agravamento das dificuldades comerciais da segunda cidade do país. Por outro lado, disse ainda Bernardino, a crise do Douro além de representar um grave perigo económico, podia vir a converter-se, mais tarde, “num perigo social”, pois sabia-se a íntima ligação entre os problemas económicos e os problemas sociais, como mostrara a política de Gladstone, de Bismarck e Waldeck-Rousseau<sup>8</sup>, entre outros. E se ainda não tinham eclodido, entre nós, problemas sociais, decorrentes das nossas dificuldades económicas - porque as populações atribuíam estas à “má sorte” e tentavam resolvê-las, emigrando - então era tempo dos poderes do Estado rapidamente as atalhar (e, de imediato, no Douro), para que a fome das populações não provocasse a sua revolta<sup>9</sup>. Mas nem os argumentos nem a proposta de Bernardino Machado vingaram; e o problema, apesar das diversas intervenções não só dele, mas de outros deputados, em 1883, continuou por resolver...

### 3.1.3 Na oposição ao Governo progressista (1886)

Com a demissão do Governo de Fontes Pereira de Melo, em Fevereiro de 1886, e a subida ao poder de um *governo progressista*, chefiado por Luciano de Castro, e orientado pelo ideal martiniano da *Vida Nova* (ou seja, uma concepção do Estado e da sociedade que era uma simbiose entre o “socialismo catedrático” e o cesarismo político), nem por isso o sector agrícola ganhou mais interesse e visibilidade parlamentar. Este governo centrou-se, programaticamente, nas questões fazendárias e jurídico-políticas. Bernardino, ainda que o advertindo, no Parlamento, para que não se deixasse arrastar por extremos (nem exclusivamente jurista, nem exclusivamente economicista<sup>10</sup>), envolveu-se, contudo, contenciosamente, na sua agenda política, e trouxe à discussão as funções do Estado<sup>11</sup>, defendeu a necessidade de aplicar a nova legislação eleitoral e aperfeiçoar a legislação tributária existente (cujos excessos de zelo entravavam o progresso nacional) e, por fim, apelou ao Governo que refreasse o livre-cambismo (que era inaceitável, se e quando fomentasse a concorrência desigual e empobrecimento do país). Criticou, ainda, o Governo por “não ter programa” - ao contrário do anterior Governo Regenerador - “quanto (...) à protecção do trabalho útil e fomento da riqueza do país”<sup>12</sup> e

---

[8] Waldeck-Rousseau, Pierre (1846-1904) foi um político francês, deputado da União Republicana (1879-1889), senador (1894-1904), ministro do Interior dos Governos de Léon Gambetta (de Novembro de 1881 a Janeiro de 1882) e de Jules Ferry (de Fevereiro de 1883 a Março de 1885) e chefe do Governo (de Junho de 1899 a Junho de 1902). Foi o promotor da lei sobre as associações profissionais (Março de 1884) e o responsável pela legalização dos sindicatos em França (1884), ainda que com restrições importantes. Fez votar, já como Chefe do Governo, a lei das associações (conhecida como “Lei Waldeck-Rousseau”) que, indirectamente, visava as congregações religiosas (Julho de 1901), resolveu o caso Dreyfus, em Setembro de 1899, e enfrentou, com êxito, a agitação nacionalista do país. Renunciou ao cargo, devido a problemas de saúde, em Junho de 1902, mas saiu do silêncio para protestar contra certas medidas anticlericais do seu sucessor, Émile Combes.

[9] Idem, *Affirmações Publicas: 1882-1886*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888, pp. 113-120; tb. idem, “A crise do Douro”, in *Da Monarquia para a Republica: 1883-1905*, Coimbra, Typographia França Amado, 1905, pp. 9-14.

[10] Idem, *Necessidade de um Ministerio de Instrução Publica*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886; tb. idem, *O Ensino*, Coimbra, Typographia França Amado, 1898, pp. 177-196.

[11] Idem, *ibidem*, in *Obras, II, Pedagogia, t. 1*, pp. 191-200.

[12] Idem, *ibidem*.

[13] Idem, *ibidem*.

---

[14] João Crisóstomo de Abreu e Sousa (1811-1895), mais conhecido por João Crisóstomo, foi um militar e político que, entre outras funções, foi deputado, ministro e Presidente do Conselho de Ministros durante a fase final da monarquia constitucional portuguesa. Oficial de Engenharia Militar, atingiu o posto de General. Foi eleito pela primeira vez para a Câmara dos Deputados em 1861 e entre 1864 e 1865 e teve, a seu cargo, a pasta das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Nesta pasta procedeu a uma importante reforma do ensino industrial (Decreto de 20 de Dezembro de 1864) que perduraria por décadas. Membro da Liga Liberal, presidiu ao Governo entre 14 de Outubro de 1890 e 17 de Janeiro de 1892, acumulando a pasta de Ministro da Guerra, num governo extrapartidário.

[15] Bernardino Machado, *Necessidade de um Ministerio de Instrução Publica*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886; tb. *O Ensino*, Coimbra, Typographia França Amado, 1898, pp. 177-196; tb. in *Affirmações Publicas: 1882-1886*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888, pp. 355-374 (Contexto dos Discursos proferidos na Câmara dos Senhores Deputados em 1886).

[16] *Diário da Câmara dos Senhores Deputados à Nação Portuguesa*, nº 43, 23.II. 1893.

[17] In *Diário da Câmara dos Senhores Deputados à Nação Portuguesa*, sessão nº 43, de 23 de Fevereiro de 1893, pp. 3-4.

[18] Bernardino Machado, in *Diário da Câmara dos Senhores Deputados à Nação Portuguesa*, sessão nº 66, 5 de Julho de 1893, pp. 19-22.

[19] Idem, “O despotismo económico” (1902), in *Obras, III, Política, t. 1*, p. 306. (Conferência proferida no Grémio Comercial do Porto em 22 de Março de 1902, segundo os extractos do *Comércio do Porto* e do *Jornal de Notícias*, revistos pelo autor).

apelou a que pensasse menos na circulação da riqueza e mais na sua produção, injectando, directa ou indirectamente, capitais e recursos técnicos; para a consecução destes objectivos defendeu a criação de mais instituições de crédito - além da existente *Caixa Económica*, criada por Barros Gomes e havia pouco fora ramificada, por todo o país, por Hintze Ribeiro -, a criação de um “banco nacional” (pela influência que teria no aumento de numerário e na redução dos juros aos particulares) e de um *Montepio popular* (que estava numa proposta da *Junta de Crédito Público*), a concretização das propostas de lei sobre o crédito agrícola e industrial<sup>13</sup> e a aprovação de um *Código Rural*, que o Governo devia trazer ao debate e aprovação do Parlamento.

Mas mais importante ainda que a falta de capitais para auxiliar a produção e/ou a falta de legislação, era, em sua opinião, a falta de instrução técnica dos agricultores, como mostrou o inquérito industrial de 1881 e o tinham afirmado as corporações locais e as associações agrícolas, industriais e comerciais, apesar dos esforços feitos no passado, nesse sentido, mas insuficientes, por Passos Manuel, Fontes Pereira de Melo, João Crisóstomo de Abreu e Sousa<sup>14</sup> e António Augusto de Aguiar. O Governo, diz Bernardino, se queria fomentar a riqueza nacional, tinha de se preocupar com a preparação técnica do jornaleiro, do feitor, do mestre ou administrador, do grande proprietário, do engenheiro e mesmo do capitalista<sup>15</sup>. Até prova em contrário, Bernardino não julgava que tivesse de ser outra a disposição do Governo.

### 3.1.4 O ministro das Obras Públicas (1893)

Mas a atitude de Bernardino Machado quanto ao sector agrícola irá mudar, radicalmente, no exercício do cargo de ministro das Obras Públicas, para o qual fora convidado por Hintze Ribeiro, líder do *Partido Regenerador*, que formou Governo em 23 de Fevereiro de 1893 (e do qual também faziam parte, entre outros, João Franco (ministro do Reino) e Augusto Fuschini (Ministro da Fazenda)<sup>16</sup>.

Aceitou o convite, segundo dirá anoa depois, para ajudar a travar a política de engrandecimento do poder real (corolário da política da “Vida Nova”, de inspiração martiniana), da centralização política e do cerceamento das liberdades públicas, que vinha a ser praticada pelos governos monárquicos, desde 1886. E realmente, o Governo de Hintze Ribeiro apresentou-se, no Parlamento, com um programa, rasgadamente, liberal: uma amnistia para os crimes políticos (com excepção dos que tivessem sido cometidos por chefes militares), uma nova lei de imprensa e uma outra sobre a liberdade de reunião, uma proposta de lei sobre a responsabilidade dos actos ministeriais, uma revisão das leis relativas ao regime das corporações administrativas (de forma a promover e garantir o desenvolvimento da vida local e a descentralização dos serviços), um especial desvelo quanto aos serviços da instrução pública (de modo a aperfeiçoar as instituições docentes, os métodos de ensino e tornar atraente a frequência das escolas); ressarcir, na medida das possibilidades do Tesouro, os credores da dívida pública; não propor novos agravamentos tributários, sem proceder, primeiro, a um escrutínio escrupuloso do orçamento

de Estado; diminuir, o mais possível, as despesas com os diversos ramos da administração pública; efectuar uma rigorosa arrecadação dos impostos e dos débitos ao Tesouro, de modo a aumentar a receitas e a diminuir as desigualdades tributárias; não agravar os impostos de consumo porque feriam, principalmente, “as classes operárias e menos abastadas”; e, por fim, propor uma remodelação nas instituições bancárias, de modo a permitir que o Estado as inspecionasse e fiscalizasse melhor<sup>17</sup>. Mas este ambicioso programa (descentralizador, morigerador do Estado e amigo dos “infinitamente pequenos” ou povo) foi recebido, cepticamente, pela Oposição, tanto mais que o fomento - especialmente o sector agrícola, em que trabalhavam ou de que dependiam mais de 80% dos portugueses - foi esquecido. Nem Bernardino Machado, por cujo ministério passavam as questões agrícolas, levou ao Parlamento quaisquer propostas de lei sobre este sector. Foi mesmo interpelado por um deputado, Magalhães Coutinho, na sessão parlamentar de 5 de Julho, sobre as medidas que o seu ministério tencionava tomar - se alguma tencionava tomar! - sobre fomento agrícola (como depósitos de sementes, adubos, colónias agrícolas) e as soluções para as questões da enfitense e da sub-enfitense, tendo respondido o ministro que, quanto a estas duas últimas, o *Conselho Geral de Agricultura* nomeara uma comissão para as estudar, e quanto às restantes estavam em execução<sup>18</sup>. Como se vê, a participação *parlamentar* de Bernardino Machado sobre questões agrícolas foi exígua, senão nula.

Mas se participação parlamentar de Bernardino Machado sobre o sector agrícola foi escassa, já a sua acção governativa sobre este sector foi, exactamente, o inverso, distinguindo-se pelos seus objetivos sociais, de fomento e ensino, conseguindo-os, sem *déficit* para o erário público, o que, para os nossos hábitos governativos - como veio a dizer anos depois - era um verdadeiro “escândalo”; era um delito<sup>19</sup>: apoiou a constituição de sindicatos e cooperativas agrícolas; fomentou, em várias localidades e regiões do País, a sericultura, munindo de todos os meios de trabalho e de ação a estação oficial de Mirandela, e auxiliando a iniciativa particular na Guarda e em Coimbra<sup>20</sup>; criou a primeira estação aquícola do país, em Vila do Conde<sup>21</sup>; mandou distribuir sementes selecionadas de trigos, adubos e preparados cúpricos (preparado contendo cobre) pelos agricultores (o que se fez, pela primeira vez, entre nós)<sup>22</sup>; reorganizou o ensino do Instituto de Agronomia e de Veterinária e das escolas agrícolas, pondo especial ênfase na prática e na aprendizagem técnico-científica<sup>23</sup>, atribuindo àquele mais tempo lectivo para o ensino da viticultura e uma quinta anexa para campo de experiências<sup>24</sup>; reorganizou o ensino na escola agrícola “Morais Soares” (em Coimbra) que passou a receber um ensino completo, atribuindo a um aluno desta escola, uma bolsa no estrangeiro, para se aperfeiçoar na mecânica agrícola, com vista a ser o mestre da oficina daquela escola e nela vir a realizar ensaios com máquinas agrícolas; concedeu aos alunos desta escola, mediante um exame de admissão, a possibilidade de ingressarem no Instituto de Agronomia e Veterinária<sup>25</sup>; facultou a utilização do Choupal em benefício da implantação da sericultura na região e prestou ainda outros serviços à lavoura de Coimbra, com os decretos e contratos para o fornecimento de sementes, adubos, etc.; mandou

---

[20] Idem, *ibidem*; idem, “[Carta]” (1894), in *Obras, III, Política, tomo I*, p. 211 (Carta publicada na *Gazeta Nacional*, em 3.1.1894). Ver também portaria no *Diário do Governo*, nº228, 9.IX.1893, p. 2593.

[21] Idem, *ibidem*; ver também o decreto que aprova o serviços aquícolas nas águas interiores do país no *Diário do Governo*, nº92, 25.IV.1893, pp. 1024-1026.

[22] Idem, *ibidem*; idem, “Os vinhos portugueses”, in *Obras, III, Política, t. I*, p. 226.

[23] Idem, “Estabelecimentos de ensino” (1893), in *Obras, III, Política, t. I*, pp. 472-483; ver *Diário do Governo*, nº227, 7.IX.1893, pp. 2584-85, nº229, de 10.IX.1893, p. 2604 e nº260, 16.XI.1893.

[24] Idem, “Os vinhos portugueses”, in Bernardino Machado, *Obras, III, Política, t. I*, p. 227 (Discurso pronunciado no *Congresso Vitícola Nacional* de 1895).

[25] Idem, “[Carta]”, in *Obras, III, Política, t. I*, p. 211 (Carta publicada na *Gazeta Nacional*, em 3.1.1894).

[26] Idem, “Os vinhos portugueses”, in *Obras, III, Política, t. I*, p. 226 (Discurso pronunciado no *Congresso Vitícola Nacional* de 1895).

[27] Idem, *ibidem*, p. 227.

[28] Idem, “Biblioteca Agrícola” (1893), in *Obras, II, Pedagogia, t. I*, pp. 468-471; idem, “Os vinhos portugueses”, in *Obras, III, Política, t. I*, p. 229 (Discurso pronunciado no *Congresso Vitícola Nacional* de 1895).

[29] *Diário do Governo*, nº144, 1.IX.1893, p. 1710.

[30] Idem, *ibidem*; ver também Bernardino Machado, “Biblioteca agrícola” (1893), in *Obras, III, Política, t. I*, p. 468 (e *Diário do Governo*, nº 144, 1 de Julho de 1893). Diz ainda Bernardino que se adquiriram vários exemplares de obras do Director-geral, Elvino de Brito, do lente de veterinária, Veríssimo de Almeida, para serem distribuídos pelas escolas e mais estabelecimentos de instrução agrícola; ordenou-se a publicação de uma edição escolar de um relatório sobre sericultura do agrónomo Meneses Pimentel e de uma tese sobre o fabrico do pão, de Armando de Seabra; e aguardam-se monografias gerais e especializadas dos agrónomos para se publicarem (idem, *ibidem*).

[31] Idem, “Biblioteca agrícola” (1893), in *Obras, III, Política, t. 1*, p. 471.

[32] Idem, “O despotismo económico” (1902), in *Obras, III, Política, tomo 1*, p. 306 (Conferência no Grémio Comercial do Porto em 22 de Março de 1902, segundo os extractos do *Comércio do Porto* e do *Jornal de Notícias*, revistos pelo autor); idem, “Os vinhos portugueses”, in Bernardino Machado, *Obras, III, Política, t. 1*, pp.229-230 (Discurso proferido no *Congresso Vitícola Nacional* de 1895).

[33] Idem, “Os vinhos portugueses”, in Bernardino Machado, *Obras, III, Política, t. 1*, pp. 226-27. Estes deputados apresentaram, efectivamente, na Câmara dos Deputados, em 7 de Julho de 1893, um projecto de lei de constituição de sindicatos agrícolas, independentes da autorização prévia do Governo, cujos objectivos era defender os interesses agrícolas dos seus sócios, dar-lhes apoio judiciário, promover a instrução agrícola (bibliotecas, cursos, conferências, campos de demonstração e experiências, etc.), facilitar-lhes aquisição de sementes e adubos, procurar mercados para os seus produtos, fomentar as caixas de socorros mútuos, etc.

[34] Idem, *ibidem*, pp. 221-223.

[35] Idem, *ibidem*, p. 226.

[36] Idem, *ibidem*.

[37] Ver *Diário do Governo*, nº273, 1.XII.1893, p. 3088.

[38] “Portugal no Estrangeiro. O dr. Bernardino Machado e a imprensa francesa. A primeira ditadura de João Franco: 1894 a 1897. Que vai fazer a monarquia? O objectivo do Partido Republicano”, in *O Mundo*, Lisboa, Ano 8, n.º 2628, 1. III.1908, p. 3 (entrevista dada por Bernardino Machado ao jornalista Jean Servien, para o *Petit Marseillais*).

[39] Refere-se à sua saída de Ministro das Obras Públicas do Governo de Hintze Ribeiro, em 23 de Dezembro de 1893, por causa da alegada política de “engradecimento do poder real” que este governo estava a praticar (especialmente o ministro do Reino, João Franco) e da qual não queria ser cúmplice.

[40] Bernardino Machado, “Carta dirigida ao Presidente da Associação Industrial do Porto” (1904), in *Obras, III, Política, t. 1*, p. 339 (esta carta é de 28 de Janeiro de 1904).

[41] Idem, “Contra as propostas da Fazenda” (1904), in *Obras, III, Política, t. 1*, p. 341 (discurso proferido no comício republicano de Coimbra, em 28 de Fevereiro de 1904).

[42] Idem, “Carta dirigida ao Presidente da Associação Industrial do Porto” (1904), in *Obras, III, Política, t. 1*, p. 339.

adquirir, exclusivamente, dentro do país - em conformidade com o pensamento do seu antecessor, Visconde de Chancelheiros - plantas para a renovação dos nossos vinhedos e aumentou o número de viveiros oficiais, no norte e sul do país<sup>26</sup>; procurou “impulsionar o ensino agrícola, reformando as escolas de viticultura, no sentido de as tornar, verdadeiramente, práticas para prepararem capatazes vitícolas e mestres de adegas, e dotando o Instituto Agrícola com mais tempo lectivo para o ensino da viticultura e com uma quinta anexa para campo de experiências<sup>27</sup>; criou o que denominou “Biblioteca Nacional Agrícola<sup>28</sup> - uma biblioteca nacional destinada a colmatar a ausência de conhecimentos agro-técnicos da nossa população rural (pois não só considerava a agricultura “a primeira das indústrias<sup>29</sup>, mas também que a nossa agricultura carecia de instrução técnica apropriada - e, neste caso, de obras de vulgarização “tanto das ciências aplicadas à agricultura, como dos novos métodos culturais e zootécnicos, tratamento das doenças das plantas e fabrico aperfeiçoado dos géneros agrícolas manufacturados” - com vista ao seu aperfeiçoamento, desenvolvimento e barateamento da produção de cereais, vinho, azeite, gados, etc.<sup>30</sup>); com este objectivo, o seu ministério adquiriu vários exemplares de obras do Director-geral, Elvino de Brito e do lente de veterinária, Veríssimo de Almeida, para serem distribuídos pelas escolas e mais estabelecimentos de instrução agrícola; ordenou-se a publicação de uma edição escolar de um relatório sobre sericultura do agrónomo Meneses Pimentel e de uma tese sobre o fabrico do pão, de Armando de Seabra; e aguardavam-se monografias gerais e especializadas de vários agrónomos para se publicarem; mandou coligir a legislação agrícola de 1891 a 1893 e incumbiu o director-geral dos Serviços Agrícolas de elaborar o relatório geral dos próprios serviços<sup>31</sup>; orientou o fabrico e comércio dos nossos vinhos, e planeou a sua propaganda nos mercados estrangeiros<sup>32</sup>; apoiou, dentro e fora do ministério, o associativismo agrícola (como a proposta de formação de um sindicato agrícola, em Montemor, da iniciativa dos deputados Alfredo Barjona de Freitas e Dinis Moreira da Mota)<sup>33</sup>; tomou a iniciativa, com o beneplácito do Governo, da colonização acourelada dos terrenos da extinta escola agrícola de Portalegre e de todos os terrenos incultos que o Estado possuía ou viesse a possuir (para a consecução desse objetivo nomeou uma comissão colonizadora constituída pelo Visconde de Chancelheiros, José Maria dos Santos, Sertório do Monte Pereira e António Isidoro de Sousa)<sup>34</sup>; mandou adquirir, exclusivamente, dentro do país, plantas para a renovação dos nossos vinhedos, em conformidade com o pensamento do seu antecessor, Visconde de Chancelheiros, e aumentou o número de viveiros oficiais, no norte e sul do país<sup>35</sup>; subsidiou a União Vinícola e Oleícola de Viana do Alentejo, para ela poder levar a efeito, “a construção de um lagar e adega sociais”<sup>36</sup> e a fundação de uma escola-oficina de olaria (na qual se ensinaria a profissão de oleiro, forneiro de louça e pintor cerâmico)<sup>37</sup>.

Mas apesar da fidelidade da ação ministerial de Bernardino Machado aos dois pilares mais característicos da política do *Partido Regenerador* - a política de melhoramentos materiais e o ensino (que vinham de Fontes Pereira de Melo) - demitiu-se, juntamente, com Augusto Fuschini, em 23 de Dezembro. A razão da sua saída di-la-á ao jornalista francês Jean Servien que

o entrevistou na primavera de 1908, para o *Petit Marseillais*. Enquanto foi ministro, juntamente, com Augusto Fuschini, procurara introduzir “algum liberalismo” na política do Governo de Hintze Ribeiro, do qual fazia parte, João Franco. Mas este - que, na opinião de Bernardino, “não tinha um ideal político” e “por instinto, odiava o povo” - revelando uma grande influência junto do rei, que Bernardino desconhecia, “sem motivo conhecido, combatia os próprios colegas e intrigava junto do rei e da camarilha, logo que saía dum Conselho de Ministros”<sup>38</sup>, conseguindo malograr e inutilizar “as reformas de sentido democrático” que se propunha realizar, o que o levou a romper as relações políticas com os seus colegas do Governo e regressar à vida privada<sup>39</sup>, retomando - a partir da sua reeleição pelos estabelecimentos científicos, em 30 de Abril de 1894 - o lugar de par do Reino (cargo que deixará, contudo, de exercer, a partir de 25 de Setembro de 1895, com a abolição, por decreto, dos pares electivos), voltando, pouco depois, para o magistério universitário, em Coimbra, onde se manteve até à sua demissão em 1907.

### 3.1.5 Na oposição à ditadura de Hintze Ribeiro/João Franco (1894-1895)

Depois da demissão de Bernardino Machado e Augusto Fuschini, o Governo foi recomposto - entrando Carlos Lobo d'Ávila para a pasta das Obras Públicas (em substituição de Bernardino Machado), Hintze Ribeiro substituiu Fuschini na pasta da Fazenda e Correia Arouca foi ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros - e as Cortes foram dissolvidas. O novo Governo, com o beneplácito régio, entrou em ditadura no início de 1894, governando o país a partir de 22 de Fevereiro de 1894 até 7 de Fevereiro de 1897. Assumiu-se como um “Governo de força” - como gostava de se vangloriar (não disse João Franco, na reabertura das Cortes, em 1 de Outubro de 1894, que o país não ia para a frente com “ficções constitucionais”?) - um governo de “engrandecimento do poder real”<sup>40</sup>, de “poder pessoal”<sup>41</sup>, que chamou a si a prerrogativa (por via das alterações constitucionais de 1896) do lançamento e cobrança de impostos, sem autorização do Parlamento; introduziu, na Câmara dos Deputados, “com o título de representação das forças vivas do país, elementos da indústria e do comércio, da escolha pessoal dos ministros e não da eleição das suas classes”; e atacou e agravou o princípio electivo - nas corporações locais, no parlamento, na nação (de que são exemplos, a dissolução, em 31 de Janeiro, da *Associação Industrial*, da *Associação dos Logistas de Lisboa* e da *Associação Comercial* - todas elas com direcções electivas - e substituiu-as por uma *Câmara do Comércio e Indústria*, da iniciativa de Lobo d'Ávila, com um conselho administrativo de nomeação régia, apesar dos protestos dos progressistas de José Luciano junto do rei)<sup>42</sup>. Levou a cabo uma musculada centralização financeira, pondo dependentes do Governo todas as prerrogativas locais, ainda mesmo as das Câmaras municipais (que, só nominalmente, as tinham, pois pouco mais eram do que autoridades ao serviço dos oligarcas que tudo decidiam e mandavam), apropriou-se, monopolisticamente, de vários serviços e fontes e riqueza (que concessionou à plutocracia), sufocando deste modo, “o eleitorado económico” das associações comerciais e industriais, aumentou ou diminuiu, a seu bel-prazer, as pautas alfandegárias no continente e no ultramar, influiu nos descontos do Banco de Portugal e nas suas caixas filiais<sup>43</sup>, afastou-se, radicalmente, das massas trabalhadoras (que

[43] Idem, “Os actuais partidos políticos” (1904), in *Obras, III, Política, t. 1*, p. 333 (conferencia proferida no Salão da Porta do Sol, do Porto, na noite de 23 de Janeiro de 1904).

[44] Idem, “O despotismo económico” (1902), in *Obras, III, Política, t. 1*, p. 307.

[45] Idem, “Carta dirigida ao Presidente da Associação Industrial do Porto” (1904), in *Obras, III, Política, t. 1*, p. 339.

[46] Bernardino Machado, *Os Vinhos Portugueses: discurso pronunciado no Congresso Vitícola Nacional de 1895*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1897; ver tb. idem, “O Fomento Vitícola”, in *Da Monarchia para a Republica: 1883-1905*, Coimbra, Typographia F. França Amado, 1905, pp. 123-143.

[47] Carvalho, Sebastião José de (1833-1905), 1º Visconde de Chancelieiros, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1856. Conhecedor das práticas agrícolas ligadas à vinicultura, pertenceu à Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, da qual foi presidente honorário. Foi eleito deputado duas vezes (1857-1858 e 1858-1859). Como deputado, apresentou vários projectos e interveio em várias discussões parlamentares (como a rede viária e ferroviária e as contribuições fiscais) e fez parte de várias comissões. Na Câmara dos Pares (à qual passou a pertencer a partir de 1861), foi um elemento incómodo, pelas suas críticas à inoperacionalidade da Câmara, à esterilidade de muitas discussões, ao incumprimento do Regimento, aos “expedientes miseráveis” usados por ela para se fecharem assuntos importantes, à irresponsabilidade dos ministros, à necessidade da reforma da Carta e do regimento da Câmara dos Pares, à necessidade de se resolver a questão dos arrozais (recorrente nas suas intervenções), interpelou o Governo sobre a questão das relações entre a Igreja e o Estado (a propósito do Real Padroado), apelou à reforma do corpo diplomático, subscreveu o imposto geral de consumo e atacou o projecto do imposto do real de água. Foi portador de várias representações (a favor da abolição dos vínculos, da abolição do imposto de consumo e do aumento da contribuição predial). A seguir às eleições de 1880, abordou, de novo, o problema económico, afirmando que existia porque se sacrificava a administração à política e esta às eleições. O que dirá por diversas vezes. Defendeu que se devia caminhar para a eleição indirecta com círculos de um só deputado, com eleitores primários por freguesia (pois, em seu entender, era o único meio de se evitar que as nossas eleições continuassem a ser uma “farsa”, dada a ignorância dos eleitores). Quando as relações de Portugal com a

---

Inglaterra se deterioraram, perguntou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros se éramos um país independente ou um protectorado. Nas suas ultimas intervenções parlamentares tratou da questão vinícola em geral, dos caminhos-de-ferro, e defendeu a abolição de todos os morgados e capelas existentes no Continente e Ultramar (e os seus bens declarados alodiais, na pessoa do imediato sucessor). Foi ministro das Obras Publicas (1 de Março a 12 de Julho de 1871 de 7 de Janeiro a 27 de Maio de 1892). (ver Maria José Marinho, “Carvalho, Sebastião José de Carvalho” (1833-1905), in *Dicionário Biográfico Parlamentar*, 1834-1910, vol. I (A-C), Maria Filomena Mónica (coordenação), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ Assembleia da República, 2004, pp. 673-676).

[48] Santos, José Maria dos (1832-1913), formou-se na Escola Veterinária Militar (1851) e seguiu a carreira militar, que veio a abandonar, mais tarde, para se dedicar à administração capitalista da fortuna da mulher, onde lhe interessou, especialmente, o património agrícola, que procurou modernizar e fez dele um dos mais ricos e progressivos lavradores e viticultores do país. Foi pioneiro na introdução de novos métodos e técnicas agrícolas, no aperfeiçoamento de outros, na utilização de maquinaria agrícola moderna, fertilizantes, raças escolhidas, etc. O seu interesse e conhecimento agrícolas, levaram-no a integrar, em 1860, a comissão instaladora da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa e a pertencer, posteriormente, a quase todas as suas direcções, participando activamente em todas as suas iniciativas (exposições agrícolas, pecuárias e de alfaias agrícolas, congressos agrícolas e vinícolas, etc.). Integrou em 1888, a comissão Central da Exposição de Vinhos portugueses, em Berlim; e no ano seguinte, participou também, como representante do distrito de Beja, na formação da Liga Agrária. Foi um fiel regenerador, apesar da sua passagem, ainda que breve, pela Esquerda Dinástica, de Barjona de Freitas (1887-1890). Foi através do Partido Regenerador que, em 1869, iniciou a sua vida política como deputado, sendo, sucessivamente, reeleito, para o mesmo cargo ( 1870, 1871, 1874, 1878, 1879, 1881, 1884, 1887, 1889, 1890 e 1892) e fazendo parte de várias comissões parlamentares especializadas (sobretudo ligadas a problemas agrícolas). Neste ultimo ano de 1892, já não ocupou o seu posto de deputado por ter sido nomeado, em Dezembro de 1893, Par do Reino vitalício, onde pertenceu (1906-1907) à Comissão de Agricultura. As suas intervenções parlamentares centraram-se nas questões agrícolas e, frequentemente, em questões comerciais e técnicas com elas relacionadas (ver

deviam ser o seu sustentáculo) tendo, em contrapartida, o apoio incondicional da plutocracia que, à sua sombra, multiplicou os monopólios (forçando-o a rasgar o decreto da reconstituição da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro do norte e leste, a portaria do levantamento do depósito da Companhia dos Caminhos-de-Ferro do sul do Algarve e conseguiu arrancar-lhe contratos tão leoninos como o do porto de Lisboa e liquidações onerosas como a do porto de Leixões<sup>44</sup>), e teve, ainda, a benção dos clericais, entre outras razões, porque “suspendeu o inquérito às casas religiosas exigido pela opinião pública”<sup>45</sup>. Adiou *sine die* as eleições. A Câmara dos Pares voltou a ser de nomeação régia, as Juntas Gerais de distrito passaram a ser presididas pelos governadores civis, e - para as Câmaras Municipais de Lisboa e Porto - os presidentes passaram a ser nomeados pelo Chefe de Estado. As eleições distritais tornaram-se indirectas. Restringiu-se o eleitorado pela supressão da capacidade eleitoral dos simples chefes de família. O número de deputados desceu a 120. E, assim como os direitos do eleito e, portanto, do eleitor se foram elevando, pelos *Actos Adicionais* de 1851 e 1885 - que, em proveito do Parlamento, limitaram a prerrogativa da Coroa sobre impostos e sobre a dissolução, e, pelo Código Administrativo de 1878, foi, largamente, descentralizado - pelo Acto Constitucional *subtractivo* de 1896 e pelo Código Administrativo deste mesmo ano, diminuíram. Enfim, o Governo cavara uma divisão, nunca mais sanável, entre monárquicos liberais e monárquicos partidários do engrandecimento do poder real (ou realistas) ou, dito de modo mais geral - e, certamente, como pensava Bernardino - entre os defensores da liberdade e das liberdades, decorrentes da soberania da consciência dos cidadãos e a liberdade e liberdades outorgadas pelo livre arbítrio do poder real e dos seus correligionários.

Ora é contra este Governo de engrandecimento do poder real que Bernardino aceitou ser eleito, em 30 de Abril de 1894, par do Reino, pelos estabelecimentos científicos, tomando posse em 12 de Outubro desse ano, e participando, activamente, nos trabalhos da Câmara Alta, nos meses de Novembro a Dezembro, ainda, em 1895, até à abolição dos pares electivos em 25 de Setembro de 1896, voltando, pouco depois, para o magistério universitário, em Coimbra, onde passou a lecionar a cadeira de *Antropologia* (favoravelmente, votada, pelo Parlamento, por sua iniciativa, em Junho de 1883, em substituição da de *Agricultura, Zootecnia e Economia Rural* e promulgada em 2 de Julho de 1885), vindo, posteriormente, a presidir à *Sociedade de Antropologia*, em Coimbra criada, em Novembro de 1898.

Na Câmara dos Pares, a maioria das suas intervenções incidiram sobre os problemas do ensino primário, profissional e técnico (o que não é surpreendente para quem era da opinião que a escola devia desenvolver o *self-government*, fomentar e agilizar os métodos positivos de pensar e agir, ser o cadinho fundamental da cidadania); e depois de deixar a Câmara dos Pares, em 1896, de volta a Coimbra, prestará especial atenção ao ensino popular (abrindo mesmo, a partir de 1897, cursos livres para operários no *Instituto*, do qual se tornou presidente, a partir de 26 de Maio de 1896) e lecionou, de janeiro a Março de 1900, aos domingos, na Universidade, um

*Curso livre de Pedagogia*. Continuava a movê-lo a convicção de que a instrução era a chave de uma política conforme à vontade popular e a única estratégia - ele que era um evolucionista - para mobilizar o povo a mudar, por via eleitoral, as instituições a seu favor. Mas neste período, em que a sua actividade política extra-parlamentar se intensifica, a agricultura continuou ausente das suas prioridades. Denunciou a nossa subserviência à Inglaterra, o “banditismo” e despotismo políticos, o poder das oligarquias e as políticas governativas de crescente engrandecimento do poder real. Mas o sector agrícola foi por ele esquecido, o que surpreende depois do muito que fez em 1893. Nem mesmo a sua notável intervenção no *Congresso Vitícola Nacional*, em 1895, organizado pela *Real Associação Central da Agricultura Portuguesa*, indica uma mudança de atitude política, pois para ele fora convidado quando ainda era ministro<sup>46</sup>. E, por isso, nem sequer nos ocuparíamos desse discurso, se não denotasse, por um lado, que Bernardino, afinal, tinha ideias claras sobre o sector agrícola - em especial o vitivinícola - e revelar uma política para o sector que só uma cuidadosa informação e reflexão poderia proporcionar. É por isso que aqui o referimos e comentamos.

### 3.1.6 Os vinhos portugueses (1895)

Bernardino Machado começou por dizer, nesse Congresso, que, em sua opinião, “a questão dos vinhos” era, sem dúvida alguma, “a nossa principal questão económica”, não só porque era o nosso principal produto de exportação mas porque não tínhamos outro elemento comparável de riqueza; e os terrenos afectos à cultura da vinha, não só podiam ainda produzir mais e melhor, como vastos terrenos incultos podiam ser afectados a essa cultura. A esta razão, sobremaneira importante, do aumento da riqueza nacional, acrescentou uma outra não menos importante. Eus aopinião, a vinha era, de entre todas as culturas, a “mais colonizadora” ou seja, a que fixava mais gente às terras e aos lugares, necessidade que, desde há muito, se fazia sentir entre nós, mas que desde os Descobrimientos e conquistas ultramarinas se interrompera até ao decreto que publicara, quando ministro, recorrendo aos meios possíveis para a por em prática. Com esse decreto, disse Bernardino, quisera ele que o Estado desse o exemplo da necessidade da “colonização interna” do país. Infelizmente, porém, segundo lhe constava, dois anos depois de o mandar publicar, ainda se encontravam por arrolar as propriedades na posse do Estado, que desejava que fossem acoureladas para centros colonizadores; nem, ao menos, fora ainda convocada a comissão colonizadora que ele encarregara de proceder a esses trabalhos, e que era constituída e que era constituída pelo par do Reino, Visconde de Chancelheiros<sup>47</sup>, pelo deputado regenerador José Maria dos Santos<sup>48</sup> e pelos deputados Sertório do Monte Pereira<sup>49</sup> e António Isidoro de Sousa<sup>50</sup>.

Em sua opinião era, pois, urgente, face à produção vinícola - não apenas actual mas previsível a prazo - ter especial cuidado na sua colocação e comercialização; em primeiro lugar, no mercado interno. Era previsível, tendo em conta o progresso da economia nacional, que Portugal se tornasse um maior consumidor de vinho do que era, além do mercado nacional não se restringir

---

Conceição Andrade Martins, “Santos, José Maria dos” (1832-1913), in *Dicionário Biográfico Parlamentar*, 1834-1910, vol. III (N-Z), Maria Filomena Mónica (coordenação), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ Assembleia da República, 2006, pp. pp. 581-583). [49] Pereira, Sertório do Monte (1858-1915), formou-se em Agronomia pelo Instituto Geral de Agricultura, em 1885 (com uma dissertação sobre *Os fosfatos minerais e condições do seu emprego na agricultura*) e fez concurso para lente, em 1887, com uma dissertação sobre *Lavouras. Generalidades e referências de aplicação especialmente no distrito de Évora*. No Instituto de Agronomia e Veterinária regeu as cadeiras de *Agricultura Geral e Culturas Arvenses, de Culturas, Árvores e Horticultura e de Silvicultura*. Foi Presidente do Mercado Central dos Produtos Agrícolas (1887-1899). Juntamente com Cincinato da Costa, Luis de Castro, Henrique Mendia e Archilles Ripamonti constituiu o grupo de jovens agrónomos que, a partir da década de 89, revolucionou a *atitude*, até então vigente, sobre a agricultura portuguesa (incentivando e apoiando congressos científicos, exposições agrícolas, elaboração de pareceres e projectos ao Governo e às Cortes). A ele, sobretudo, se ficou a dever a realização do 1º Congresso Vitícola Nacional (1895). Colaborou, com frequência, em revistas da sua especialidade (como o *Portugal Agrícola, a Agricultura Contemporânea e AVinha Portuguesa*) e, também, com a Academia de Estudos Livres. Foi deputado, pelo círculo de Viseu, na legislatura de 1897-1899, vindo a integrar, no Parlamento, as Comissões de Agricultura e Fazenda e as comissões de Instrução Superior e Especial (1897). As suas intervenções parlamentares incidiram, sobretudo, sobre os cereais e a política cerealífera, a lei de fomento agrícola de 1897 e a defesa do protecționismo para o trigo (ver Conceição Andrade Martins, “Pereira, Sertório do Monte” (1858-1915), in *Dicionário Biográfico Parlamentar*, 1834-1910, vol. III (N-Z), Maria Filomena Mónica (coordenação), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ Assembleia da República, 2006, pp. 241-242). [50] Sousa, António Isidoro de (1843-1914) foi um dos pioneiros no cooperativismo e associativismo em Portugal. Em 1864, ou seja, aos 21 anos completou, com distinção, o curso de veterinário-lavrador no Instituto Agrícola. Exerceu os cargos de Intendente da Pecuária em Évora e Coimbra, onde contactou com figuras proeminentes da “Geração de 70”, como Antero de Quental e Eça de Queirós. Posteriormente, foi colocado como agrónomo distrital em Beja, onde fundou a Liga dos Lavradores do Baixo Alentejo. Outros serviços se seguiram

---

como as administrações de importantes lavouras em Almeirim e Val de Reis. Foi convidado a exercer vários cargos, como professor da Escola Veterinária de Lisboa, Director Geral da Agricultura, Deputado e Governador Civil, tendo-os recusado a todos para, *in loco*, se dedicar à sua terra natal (Viana do Alentejo). Após a morte do seu pai, apoiou e incentivou, em 1881, a divisão da Herdade do Palanque, em 123 courelas, que foram arrematadas, em Março de 1882, e promoveu a criação da sociedade cooperativa “União Vinícola e Oleícola do Sul” (U.V.O.S.), em Viana do Alentejo, no final de 1892, tendo assumido a sua gerência em 1893. A cooperativa construiu, junto à estação de caminho de ferro de Viana do Alentejo, a “Adega Social” para o fabrico nacional dos vinhos da região. Instalou uma “Estação de ensaios”-onde eram divulgadas novas espécies de vinha, de produtos horto-frutícolas, demonstradas modernas técnicas agrícolas e ensaiados adubos químicos-e um posto de observação meteorológica. Em 28 de Outubro de 1893, a U.V.O.S., pela sua mão, conseguiu que o governo autorizasse a criação da “Escola-Oficina Médico Sousa” (em homenagem ao seu pai), que foi administrada, financeira e disciplinarmente, pela Cooperativa, enquanto que a Direcção e Inspecção Técnica era da responsabilidade do ministro Bernardino Machado, na altura ministro das Obras Publicas, e muito interessado no fomento do ensino industrial. Esta escola dedicou-se ao ensino prático dos processos relativos aos ofícios de Oleiro, Forneiro de Loíça e Pintor de Cerâmica, actividades com muita implementação na vila. Foi ainda responsável pela criação de uma cooperativa popular de consumo, tendo em anexo uma sociedade de socorros mútuos e uma caixa de crédito popular.

[51] Lapa, João Inácio Ferreira (1823-1892) foi um notável agrónomo – conhecia, como poucos, o estado da agricultura portuguesa e as suas necessidades – e um professor, completamente, dedicado à ciência em que se especializara. Criou o *Instituto Agrícola*, em 1852, onde leccionou várias cadeiras (inicialmente, Física e Fisiologia e, mais tarde, Tecnologia Rural e Química Agrícola), acabando por ser nomeado seu director, a partir de 1876. As suas investigações sobre o trigo e as suas variedades, valeram-lhe notoriedade internacional, sobretudo depois da exposição de Londres. Deixou uma vasta obra científica e pedagógica, onde são de sublinhar os seus compêndios de física, química, mecânica aplicada e zoologia e um *Catecismo popular de Agricultura*. Apesar de nada se interessar pela política, acabou por aceitar, devido ao lugar que ocupava, o papel de Par do Reino, embora quase não tenha frequentado a

a Portugal continental e ilhas adjacentes, mas incluir as nossas colónias (que ainda eram grandes apesar do muito que a “voracidade estrangeira” arrancara à “nossa fraqueza”); e se devíamos contar com estas para a produção dos géneros agrícolas - inclusive o trigo, que tanto nos faltava - também devíamos contar com elas para nosso mercado de consumo, especialmente para o mercado dos nossos vinhos. Mas este objectivo, punha outra questão: a da exportação e que vinhos exportar. Segundo Bernardino, “os mercados, em geral, podiam dividir-se em mercados de produção, como eram os grandes centros novos, de trabalhadores, e em mercados de consumo, que eram, sobretudo, as nações ricas, que tinham já classes com riqueza para se poderem dar gostos requintados”. Esta divisão, que também se applicava ao mercado dos vinhos, acabava por dividir este, naturalmente, em mercado de vinhos de pasto e num outro tipo de mercado - que eram as nações mais ricas, mais poderosas - que não só consumiam vinhos de pasto comuns mas também vinhos generosos. Ora os mercados já existentes para os nossos vinhos eram, actualmente, o Brasil (para os vinhos comuns) e a Inglaterra (para os vinhos generosos); o reforço e consolidação destes dois mercados não lhe parecia difícil: no primeiro caso, entre outros factores, havia que ter em conta o “patriotismo” dos portugueses que viviam no Brasil; no segundo caso, a supremacia dos nossos vinhos generosos.

Mas ainda que fosse importante consolidar e aumentar o consumo nos mercados já conquistados, mais importante ainda - disse Bernardino - era levar o consumo dos nossos vinhos de pasto a todos os centros de população portuguesa espalhados pelo mundo e levar os nossos vinhos generosos à Alemanha e à Rússia e - na América - aos Estados Unidos do Norte, e, atrás dos vinhos generosos, que eram os introdutores de todas as nossas mercadorias, levar também os vinhos de pasto. Quanto aos meios para concretizar este desiderato, havia que conhecer os nossos competidores. A competição quanto aos vinhos generosos da Madeira e do Douro, segundo Bernardino, era nula ou facilmente superável. Já quanto aos “vinhos de pasto” a questão era mais complexa, pois havia nesta classe três ordens de competidores: os que produziam muito (como a Espanha), os que produziam bem ou com qualidade (como a França) e os que produziam pouco e mal (como a Itália). Mas se o problema das nossas exportações de vinhos de pasto era produzirmos mais e com maior qualidade, não havia outra saída para o resolver: produzir muito (como a Espanha) e com mais qualidade (como a França e a Itália), o que, aliás, já faziam vários dos nossos viticultores, pese embora os sucessivos flagelos que, na segunda metade do século XIX, tinham recaído sobre a viticultura portuguesa, de tal modo que parecia milagre não ter sucumbido.

Mas, diz Bernardino, se abordara a questão vitivinícola do ponto de vista que chamou *naturalista* ou *industrial*, um outro ponto de vista sobre ela, não devia ser subestimado: o *social*, ou seja, o imperativo dos agricultores, como quaisquer industriais, associarem-se para defenderem os seus interesses e aperfeiçoarem a qualidade produtiva e a circulação comercial do que produziam; mas para que a agricultura portuguesa progredisse e os seus produtos se impusessem à



concorrência, era preciso - disse - que os agricultores se instruissem. Felizmente, na sua opinião, a instrução agrícola - há anos a esta parte - tinha feito progressos notáveis; bastava visitar algumas propriedades modelares para o constatar e ler a profusão de publicações que se ocupavam de questões agrícolas, especialmente, vitivinícolas; para essa campanha em prol da instrução agrícola muito tinham contribuído o Instituto de Agronomia (cujos professores tinham continuado, brilhantemente, a obra encetada por Ferreira Lapa<sup>51</sup> e Silvestre Bernardo Lima<sup>52</sup>).

Perante esse movimento renovador da agricultura portuguesa, não fizera mais, quando ministro, disse Bernardino Machado, do que acompanhá-lo e apoiá-lo, introduzindo entre nós, pela primeira vez, a distribuição de adubos e de preparados cúpricos garantidos; adquirindo - também pela primeira vez - plantas, exclusivamente, dentro do país para a renovação dos nossos vinhedos e acrescentando o número de viveiros oficiais a norte e sul do país; subsidiar, a sul do país, uma companhia, credora de todas as simpatias - a União Vinícola e Oleícola de Viana do Alentejo - para ela poder levar a efeito a construção dum lagar e adega sociais, depois de ter verificado os resultados obtidos pela Companhia Vinícola do norte do país; igualmente ajudou, enquanto ministro, o movimento associativo, e apoiou, no Parlamento e no seu ministério, a proposta para a formação de sindicatos agrícolas, apresentada pelos deputados Barjona de Freitas<sup>53</sup> e Dinis Moreira da Mota<sup>54</sup>. Na verdade, diz Bernardino, foram estes deputados os primeiros, entre nós, “a exemplificar a importância do princípio associativo, organizando, um, um sindicato no continente e o outro, um sindicato nas ilhas”.

E, para Bernardino, como “a grande mola” do progresso (nele incluído o agrícola) era a instrução, procurou impulsionar o ensino agrícola, “reformando as escolas de viticultura, no sentido de as tornar verdadeiramente práticas para prepararem capatazes vitícolas e mestres de adegas, e dotando o Instituto Agrícola com mais tempo lectivo para o ensino da viticultura e com uma quinta anexa para campo de experiências”. Mas - adverte - como “o ensino não se faz unicamente nas escolas, e o ensino não é só para os adolescentes, é também para os adultos”, com a colaboração preciosa de Jaime Batalha Reis<sup>55</sup> e Cincinato da Costa<sup>56</sup>, fomentou, no país, “conferências para a vulgarização dos melhores processos de cultura da vinha e de fabrico dos nossos vinhos, bem como das prescrições que os comerciantes deviam seguir para a colocação dos vinhos no estrangeiro”; e fundou uma biblioteca agrícola, destinada a espalhar pelo país as melhores publicações agrícolas - e, portanto, também sobre viticultura - juntando, assim, a leitura ambulatória, ao ensino agrícola escolar e ao ensino de adultos.

Não teve, todavia, conhecimento que estas suas iniciativas, tenham tido continuidade, depois da sua saída do ministério: crê que no ano passado já não foram distribuídos preparados cúpricos, sabia que se deixara caducar o arrendamento feito da quinta anexa ao Instituto Agrícola e que ninguém se aproveitou da biblioteca agrícola que criara! Estes eram os meios, em seu entender, que nos poriam em condições de competir com a concorrência estrangeira. Dotados deles,

---

Câmara nem se tenha mostrado interessado nos seus debates. Todavia, em contraste com este desinteresse pela política, aceitou, de bom grado, participar em muitas comissões de serviço da sua especialidade, sendo a mais importante a de comissário da secção agrícola na exposição realizada em Paris, em 1878 (onde foi Comissário-Geral o Visconde de Vila Maior e António Augusto de Aguiar, o Comissário da Secção Industrial). Além das obras científicas e dos compêndios que escreveu, é de assinalar o seu notável trabalho de divulgação, especialmente, realizado através do *Arquivo Rural*, de que foi um dos fundadores.

[52] Lima, Silvestre Bernardo (1824-1893), agrônomo, foi, durante muito tempo, lente do Instituto Agrícola de Lisboa e da Escola Veterinária. Estudou várias áreas agrícolas e publicou numerosos trabalhos sobre adubos, forragens e, sobretudo, pecuária. Foi deputado apenas uma vez (1865-1868) e pertenceu à comissão parlamentar de Agricultura, Saúde Pública e Vinhos. As suas intervenções parlamentares incidiram sobre questões agrícolas (como bancos de crédito agrícola e industrial, a livre exportação de todo os vinhos portugueses pela barra do Douro, a expansão dos arrozais e a desamortização dos bens das corporações de mão morta), sobre estradas e sobre a criação do imposto geral de consumo. Par do Reino, eleito, em 1887, pertenceu, em 1889 à Comissão de Agricultura, onde defendeu medidas para salvaguardar a promoção e exportação do livre comércio dos vinhos comuns e limitações à importação do trigo (ver Maria José Marinho, “Lima, Silvestre Bernardo, 1824-1893), in *Dicionário Biográfico Parlamentar*, 1834-1910, vol. II (D-M), Maria Filomena Mónica (coordenação), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ Assembleia da República, 2005, pp. 587-588).

[53] Freitas, António Alfredo Barjona de (1860-1923), oficial do exército, filho do notável estadista Augusto Cesar Barjona de Freitas. Foi deputado, pela primeira vez, em 1885, pelo círculo de Setúbal e, depois em 1893, por Montemor-o-Velho. Em 1903 foi nomeado governador de Cabo Verde. Tanto aqui como em Portugal, Barjona de Freitas prestou notáveis serviços à agricultura nacional. Tomou parte, em 1895, no Congresso de Leitaria, Olivicultura e Indústria do Azeite, que se realizou na Sociedade de Geografia, por iniciativa da Associação de Agricultura Portuguesa (da qual foi o director); e foi, também, autor do 1º projecto apresentado, ao Parlamento, para a criação de sindicatos agrícolas, tendo sido o fundador e director do primeiro desses sindicatos, em Montemor-o-Velho. Foi ainda ministro das Obras

---

Públicas no ministério do seu amigo e condiscípulo Venceslau de Lima, no reinado de D. Manuel II. Proclamada a República, continuou monárquico, mantendo-se como chefe de serviço da Companhia de Caminhos de Ferro.

[54] Mota, Dinis Moreira da (1860-1914), frequentou a Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, concluindo o curso em 1880-1881. Possuía o curso de engenharia civil da Escola do Exército (1883) e fez carreira ligado ao Ministério das Obras Públicas, até 1885, quando pediu licença, por tempo indefinido, para entrar para a Companhia Nacional dos Caminhos-de-Ferro. Embora tenha feito, a expensas desta, uma viagem de estudo pela Europa, de 1886 a 1889 ( regressando a Lisboa em 1892) a verdade é que, subseqüentemente nunca se desligou das obras públicas, mais exactamente, das obras portuárias na ilha de S. Miguel dos Açores. Foi eleito deputado, em 1892, pelo Partido Regenerador, e integrou as comissões parlamentares de Obras Públicas (1893) e da Instrução Primária e Secundária (1893). Com Alfredo Barjona de Freitas apresentou na Câmara, em 7 de Julho de 1893, um projecto de criação de associações ou sindicatos agrícolas, independentes da autorização prévia do Governo, cujos objectivos eram fazer, deles, os promotores da instrução agrícola (através da criação de bibliotecas e cursos), os mediadores da aquisição de adubos e sementes, os auxiliares no escoamento dos produtos dos seus associados, os árbitros dos pleitos entre estes, e os propulsores da constituição de caixas de socorros mútuos e caixas económicas.

[55] Reis, Jaime Batalha (1847-1935), depois de frequentar, em regime de internato, o colégio alemão Roeder, matriculou-se no Instituto Geral de Agricultura onde, depois de um brilhante percurso escolar, se formou em agronomia. O relacionamento ocasional com Eça de Queiroz (mas que veio manter-se durante toda a vida), ampliou-lhe, inesperadamente, o círculo de amigos, de tal modo que a sua casa, na Travessa do Guarda-Mór, em pleno Bairro Alto, passou a ser o local de encontro de uma juventude intelectual e boémia, o núcleo do que viria a ser a “Geração de 70”. Mas foi principalmente o encontro com Antero de Quental, por volta de 1868, que lhe veio permitir colmatar algumas fragilidades culturais e desenvolver os conhecimentos filosóficos. Batalha Reis, tendo em conta o brilhante curso que fizera acalentara a esperança de ser convidado para o magistério universitário (e talvez o não tenha sido pelas opiniões expressas numa dissertação em que defendeu as teorias de Darwin). No entanto, serão os seus conhecimentos profissionais que lhe darão

bastaria, a Portugal, empenhar-se na propaganda dos nossos vinhos, que não era outra coisa senão “instruir o estrangeiro sobre as distintas qualidades que caracterizam os vinhos portugueses”. É verdade que a iniciativa particular muito já fizera e continuava a fazer pela propaganda dos vinhos portugueses no estrangeiro; ainda não havia muito tempo - sublinhou - a Associação Comercial do Porto, com o patrocínio da imprensa, especialmente do *Comércio do Porto*, fora aos Estados Unidos expor os nossos vinhos, no certame de Chicago, onde foram galardoados. Também ele, enquanto ministro, procurou seguir as pegadas da iniciativa privada nessa propaganda; e, nesse sentido, procurou, auxiliado por alguns homens competentes, fazer a propaganda dos nossos vinhos no norte e no centro da Europa; propaganda que consistiria na organização de exposições e de laboratórios junto aos nossos consulados, e em conferências e em publicações que despertassem a atenção pública e demonstrassem e sublinhassem as altas qualidades dos produtos das nossas vinhas. Não pensaram assim, todavia, a nossa política de exportação - bem ao contrário! - aqueles que lhe sucederam na pasta das Obras Públicas. Mas Bernardino - disse - continuava a ser da opinião que devíamos colocar os nossos vinhos de pasto nos mercados onde os nossos vinhos generosos eram os seus naturais introdutores, ou seja, levar os nossos vinhos de pasto para os mercados inglês, alemão e russo. Procurar introduzir os nossos vinhos de pasto na América do Sul, nas repúblicas espanholas, parecia-lhe tão difícil e “coisa tão arriscada quase, como se pensássemos em levar a competição à própria Espanha”; advertiu que não bastava fazer a propaganda dos nossos vinhos, não bastava demonstrar a sua valia, as suas qualidades, era indispensável defendê-los dos nossos competidores. Era preciso defendê-los dentro do país e fora dele.

Estas duas questões - a questão da defesa dos vinhos dentro do país e da sua defesa fora dele - tinham sido objecto de acesa controvérsia e debate público. Mas em seu entender não eram questões difíceis de resolver. A defesa do nosso vinho, a nível interno, podia fazer-se através do imposto de importação. Quando foi ministro procurou o Governo baixar os direitos de importação dos vinhos espanhóis; mas não com o seu aval; ele mesmo o disse a Cincinato da Costa, em Santarém, que não seria com a sua assinatura que se franquearia a entrada dos vinhos espanhóis em Portugal. Os argumentos a favor dessa franquia eram de que precisávamos de assegurar a nossa clientela no Brasil e que, no futuro, provavelmente, o paladar se desabituará dos nossos vinhos e se voltaria para os vinhos espanhóis. Ora, diz Bernardino, a primeira condição para assegurarmos uma clientela era não nos desacreditarmos; quanto à segunda, exigia a “lotação” dos vinhos, como transição do futuro, ou seja, o que aquela medida visava, em última instância, era incentivar a falsificação dos vinhos portugueses para podermos concorrer com os vinhos dos nossos vizinhos. E não se invocasse o exemplo da França, pois não era um bom exemplo, pois toda a gente sabia que “a França procurava os nossos vinhos para apresentar um produto que tem uma aceitação universal, e nós íamos desfigurar e comprometer os nossos!”. Mesmo a Espanha, ao abrir as portas aos vinhos franceses, fê-lo para melhorar os seus! Não pretendia, com esta constatação, dizer que subscrevia esta modalidade de abertura aos

vinhos estrangeiros. Mas mesmo que se enveredasse pela importação de vinhos espanhóis era, pelo menos, necessário sujeitá-los a um regime semelhante ao dos trigos, garantindo-se um preço ao viticultor, da mesma forma que se garantia ao produtor do trigo. Em suma, cria ter justificado a sua política vitivinícola, enquanto ministro. E já que falou neste assunto, pretendia acrescentar mais alguma coisa acerca da sua decisão contra a importação de vinhos espanhóis. Foi dito que era uma decisão errada, porque era fácil iludi-la: o negociante português ia a Espanha e fazia lá a lotação. Quanto a este expediente ilegal só via um remédio: “o patriotismo e [a] educação moral”. Em sua opinião, “sair da pátria para faltar aos deveres que há para com ela, era procedimento de contrabandistas, porque a legislação que nos regia, não se restringia ao nosso território, estendia-se a todo o território onde estivesse um português”; mas confiava que, mesmo que isto acontecesse, não seria procedimento que se generalizasse. Outro expediente para contrariar a lei, era o abuso da liberdade de trânsito concedida aos vinhos espanhóis, pois sabia-se haver depósitos alfandegários de vinhos espanhóis; mas o que importava, neste caso, era vigiar o tratamento que se fazia deles, ou seja, se não era um expediente para os fazer entrar, dissimuladamente, entre nós. Quanto à segunda questão, ou seja, a da defesa dos nossos vinhos fora do país, era uma questão de tratados - tratados com o Brasil, com a Alemanha, com a Inglaterra, com a Rússia - e lamentava que os Governos de Portugal - ao contrário dos governos de Itália e da Espanha - não os tenham feito. Neste aspecto, éramos de uma incúria verdadeiramente lamentável. Esta era, para Bernardino, a competição “leal” e só por este caminho devíamos ir, pois seria grave que no estrangeiro se instalasse a ideia de que, carecendo nós de produção bastante, estávamos a recorrer a “vinhos falsificados” para satisfazer as nossas exportações. Se havia falsificações de vinhos, exortava a se punissem os falsificadores, como se puniam as falsificações dos géneros alimentícios, ou quaisquer outras. Mas não se pedisse ao Governo - disse Bernardino Machado - que fosse ele a fazer a fiscalização, “porque isso era uma quimera”; quem a devia fazer, disse, eram “os particulares”; por isso em cada distrito devia haver, em sua opinião, “junto do agrónomo um laboratório, para que qualquer indivíduo pudesse fazer a fiscalização por si”. Em seu entender esta é que era a verdadeira fiscalização, embora concordasse com o relatório de que era absolutamente necessário traçar um processo para a verificação das falsificações.

Quanto às falsificações que se faziam, no estrangeiro (em especial em Espanha), de vinhos portugueses, esclareceu que essa questão foi cominada no tratado de comércio celebrado, em Madrid, em 1891, que ele, enquanto ministro, levava o Governo a rectificar. O que era necessário, disse, era usar desse convénio, pois, em sua opinião, fora “sem dúvida alguma a melhor arma defensiva que os representantes portugueses, um dos quais já morreu, Oliveira Martins, podiam arrancar ao Congresso madrileno”. Toda a gente sabia que a Espanha estava a exportar para o Brasil vinhos seus, com o nome de portugueses - foi o próprio Governo espanhol que denunciou, publicamente, essas falsificações! - e, em Portugal, cruzavam-se os braços, não se accionavam as disposições do convénio luso-espanhol, como se não fizessem

---

prestígio, sendo convidado para integrar júris que avaliavam a qualidade da produção agrícola e a fazer preleções aos agricultores. Especializou-se no estudo da nova moléstia da vinha - a filoxera - e começou a colaborar em revistas e jornais. Esta actividade, porém, não o afastou das suas preocupações literárias e artísticas (sobretudo da sua ligação a Antero). Em 1871, instalou-se, com este, em Lisboa, numa casa que passou a ser frequentada, habitualmente, por Eça de Queirós, José Fontana, Augusto Fuschini, Manuel de Arriaga, Oliveira Martins, Augusto Machado e Guerra Junqueiro. Foi aqui que se gizou o programa das “Conferências Democráticas do Casino Lisbonense” ou, mais simplesmente, as “Conferências do Casino”. Depois das intervenções de Antero, Augusto Soromenho, Eça de Queirós e Adolfo Coelho, a continuação das palestras foi proibida por uma portaria assinada pelo Marquês de Ávila e Bolama, então Presidente do Conselho de ministros. Esta interrupção não permitiu que Jaime Batalha Reis fizesse a sua preleção, que versava sobre o “Socialismo”. A atitude do Governo, verberada pela opinião pública, seria reforçada pela publicação de dois folhetos dirigidos a Ávila e Bolama, um de Antero de Quental e outro de Jaime Batalha Reis, onde este, depois de se afirmar “socialista”, concluiu, interrogando-se sobre se a proibição das Conferências derivava da falta de ilustração do ministro ou da sua falta de probidade. Em fins de 1871, depois de se haver esfumado a possibilidade de um consulado itinerante, Jaime Batalha Reis acabou por ser convidado para chefe do Serviço Agrícola do Instituto Geral de Agricultura, cargo administrativo que ocupou em Fevereiro de 1872; e no outono deste mesmo ano foi designado para substituir Andrade Corvo nas cadeiras de Botânica, Economia Rural e Florestal, vindo, anos depois, mediante concurso (1882) a ocupar o lugar de lente de Microscopia e Nosologia Vegetal. O ano de 1874 e parte de 1875 foi preenchido na elaboração do projecto (também muito caro a Antero de Quental e Oliveira Martins) da *Revista Ocidental* —de vida efémera— que iniciou a sua publicação em Fevereiro 1875 e onde colaboraram, além dele, Eça, Antero, Oliveira Martins, Adolfo Coelho, Sousa Martins, Maria Amália Vaz de Carvalho, intelectuais e políticos espanhóis como Pi y Margall, Fernandez de los Rios, Rafael de Labra e Canovas del Castillo. No ano seguinte, ou seja, em 1876, foi nomeado comissário do sector agrícola da Exposição de Filadélfia, que comemorava o centenário da independência dos Estados Unidos da América; a essa missão, a portaria acrescentava a incumbência de estudar a cultura da vinha, do algodão

---

e do tabaco. Porém, uma mudança de ministério obrigou-o a um regresso precipitado sem haver concluído as necessárias pesquisas. A par da actividade profissional, nunca descurou o interesse pela cultura portuguesa, colaborando em jornais e revistas com crónicas sobre ópera, pintura e literatura. Em 1882, quando já era professor catedrático de Microscopia e Nosologia Vegetal no Instituto Geral de Agricultura, viu-se, finalmente, provido na carreira consular, recebendo a nomeação para 1º cônsul, em Newcastle, onde estivera Eça de Queirós que, entretanto, passara para a cidade de Bristol. Jaime Batalha Reis, abandonando o percurso docente e a agronomia, partiu em Agosto do ano seguinte, com a família, para o novo posto, mantendo-se na carreira diplomática perto de trinta anos, até se aposentar em 1921. A actividade como cônsul em Inglaterra centrou-se na defesa dos nossos interesses em África, estudando a fundo, para o bom desempenho dessa função, história e geografia. O reconhecimento, a nível oficial, do domínio dessa problemática valeu-lhe a nomeação, como perito, para a Conferência Anti-Eslavagista, que se realizou em Berlim de 1889 a 1891. O seu mérito como diplomata levou-o a desempenhar missões confidenciais em Berlim e Paris, ligadas a dois problemas cruciais nesta época para Portugal – as negociações com a Inglaterra sobre África e a situação do nosso crédito na Europa. Até à implantação da I República continuou a manter uma intensa actividade. Já *fellow* da *Royal Geographical Society*, apresentou, em 1895, uma comunicação “On The Definition of Geography as a Science [...]” que teve grande repercussão nos meios científicos. Na reunião da *Association Scientifique Internationale d’Agronomie* propôs um estudo sobre o trabalho agrícola e o emprego indígena nos países tropicais, sendo relator principal. Como ele próprio explicou, não se pretendia quantificar a mão de obra agrícola, mas estudar as condições da sua existência e o destino dos trabalhadores agrícolas na colónias e países tropicais. Depois da implantação da República, Bernardino Machado chamou-o a Lisboa para participar na remodelação do ministério. Em Julho é enviado como ministro plenipotenciário a S. Petersburgo, onde apresentou as credenciais a Nicolau II. Mas, logo no mês seguinte, regressou para desempenhar comissões em Paris e Londres. No fim do ano de 1913 foi enviado, de novo, à Rússia como representante de Portugal nas comemorações da dinastia Romanov. Foi assim apanhado no vórtice da Revolução de 1917 e envolvido nos acontecimentos diplomáticos que então ocorreram. Só em 1918 conseguiu sair por Murmanski. Nomeado delegado plenipotenciário à

competição aos nossos. Não se alongaria mais, embora a questão fosse complexa porque envolvia outras questões conexas e/ou indústrias subsidiárias: como a do álcool, do vasilhame e da navegação. O que implicava, em sua opinião, que os governos se deviam convencer da necessidade de proteger estas indústrias, que eram subsidiárias da indústria dos vinhos, mas que houvesse todo o critério no modo de as proteger, porque não era pelos meios que, às vezes, apareciam, no Parlamento, que essa protecção se podia tornar benéfica, mas sobretudo, pelos benefícios decorrentes da diminuição dos impostos aos agricultores e aos comerciantes.

Como acabamos de ver, Bernardino tinha ideias claras e precisas sobre o que fazer quanto aos vinhos portugueses. E se é verdade que a Agricultura, tanto depois da sua adesão ao republicanismo como depois do *5 de Outubro*, deixou de ser o alvo privilegiado das suas preocupações políticas, que orientou para a salvaguarda e defesa do trabalho do operariado, dos menores e das mulheres (tanto mais que, no *Governo Provisório*, a pasta do Fomento esteve entregue a Brito Camacho e a ele, a dos Estrangeiros), não a esqueceu e, mais de uma vez, já na República constitucional, sublinhará as medidas que aquele governo revolucionário tomara acerca da Agricultura. Vejamos um exemplo. Quando o senador Alves da Cunha, durante o Governo de Augusto de Vasconcelos (fins de 1911-1912), apresentou na Câmara a que pertencia, uma proposta de ensino agrícola, para Viana do Castelo, Bernardino Machado, então senador, também, apoiou-a, incondicionalmente, justificando o seu apoio que pelo seu valor prático imediato quer pela descentralização, que sempre defendeu<sup>57</sup>; aproveitou essa sua intervenção política, a propósito da proposta de Alves da Cunha, para sublinhar que o sector agrícola era fundamental para a nossa prosperidade económica e, por isso, a proposta de criação de uma *Escola Móvel Agrícola*, em Viana do Castelo, devia, desde logo, ser apoiada pela estação distrital, como se devia dar “a máxima intensidade ao ensino agrícola”<sup>58</sup>; e não se invocasse contra a sua criação - disse - a falta de competência dos seus professores; é verdade que, com certeza, não seria a ideal e que a incompetência tinha sempre riscos, mas “o médico, ainda o mais competente, precisava dum enfermeiro experimentado”<sup>59</sup> e todo o apoio ao ensino agrícola seria benvindo, lembrando, a propósito, a utilidade das prelecções agrícolas, outrora, feitas em Braga, pelo lente Ferreira Lapa, do Instituto de Agronomia e, na mesma ocasião, em Viseu, por Batalha Reis, aos agrónomos e proprietários. Ora era dessa “enfermagem” que precisava a lavoura regional e, neste caso, a de Viana do Castelo. Quando se pensava em ensino agrícola não havia, pois, que pensar apenas no superior; também haver que pensar no médio, no primário e no ambulatório. E para Viana, Alves da Cunha pedia o ensino primário agrícola, logo desde a escola de primeiras letras, como lá fora se fazia.

Mas se Bernardino Machado era a favor da intensificação do ensino agrícola, não era a favor de apoios estatais aos lavradores, a não ser em circunstâncias excepcionais. Disse-o, no Senado, a propósito de uma proposta de ajuda apresentada por aqueles neste órgão, decorrente dos estragos provocados na agricultura pelos violentos temporais de 16 de Janeiro de 1912<sup>60</sup>. Só

devido às circunstâncias excepcionais, disse, é que aprovava o apoio estatal aos agricultores. Mas era bom que, mesmo em circunstâncias excepcionais, os lavradores se fossem habituando à ideia, de “não precisarem de estender a mão ao Estado”<sup>61</sup>; a catástrofe em causa, certamente, não teria feito os estragos que fizera, se se tivesse executado um decreto que teve a honra de formular, em Dezembro de 1893, para a organização dos serviços meteorológicos do país; e se esses serviços meteorológicos estivessem já organizados, não só não teríamos de lamentar muitos prejuízos e sinistros, que, ultimamente, tinham ocorrido, mas ter-se-iam evitado.

Em suma: Bernardino Machado continuava a pensar, como a maior parte dos seus contemporâneos, que a salvaguarda e independência económicas de Portugal estava no sector agrícola; não com a agricultura obsoleta que tínhamos - latifúndios desaproveitados, absentismo, mão-de-obra analfabeta e ignorante (refém de práticas laborais, ancestrais e rotineiras) e recursos rudimentares de exploração e produção - mas com uma agricultura assente numa propriedade “livre” das dependências tradicionais, tendencialmente multiplicada de modo que agricultor e proprietário fossem uma e a mesma coisa, otimizada nos seus recursos naturais por um ensino agrícola através de escolas móveis e fixas (elementar, médio e superior) e pelo cooperativismo, recorrendo a novos meios técnicos e químicos, atenta e prevenida perante as variáveis (naturais e comerciais) que condicionam a produção e autónoma diante do Estado (salvo quando indefesa perante catástrofes inesperadas, em que a ajuda do Estado, então, se justificava).

---

conferência de Paz em Paris, e a seguir representante de Portugal na comissão que elaborou o Pacto da Sociedade das Nações, multiplicou a sua actividade pelas comissões a que pertencia, enviando para o respectivo ministro português numerosos relatórios sobre as matérias aí tratadas. No regresso a Portugal criou o *Secretariado da Sociedade das Nações* e lançou as bases da *Associação Portuguesa para a Sociedade das Nações*, de que viria a ser vice-presidente. Só se aposentou em Agosto de 1921 (“Jaime Batalha Reis”, por Maria José Marinho, Centro Virtual Camões, Instituto Camões).

[56] Costa, Bernardino Camilo Cincinato da (1866-1930), fez o curso de engenheiro agrónomo e o de médico veterinário no antigo Instituto de Agronomia e Veterinária. Foi lente deste Instituto, desde 1887, e, também, do Instituto Superior de Agronomia e Veterinária, onde regeu a cadeira de *Tecnologia Agrícola*. Foi, também, director do Instituto de Microbiologia Agrícola «Ferreira Lapa» e fez diversas visistas de estudo ao estrangeiro. Frequentemente, reclamado pelos poderes públicos, devido à sua notável competência, realizou muitos trabalhos sobre os progressos da agricultura em Portugal, participou em numerosos congressos agrícolas e escreveu numerosos trabalhos da sua especialidade, em livros, jornais e revista da especialidade, alguns dos quais continuam a ser de leitura proveitosa (como o o *Portugal vinícola*).

[57] In *Diário do Senado* (Lisboa), Sessão n.º 27, 22.I.1912, p. 20.

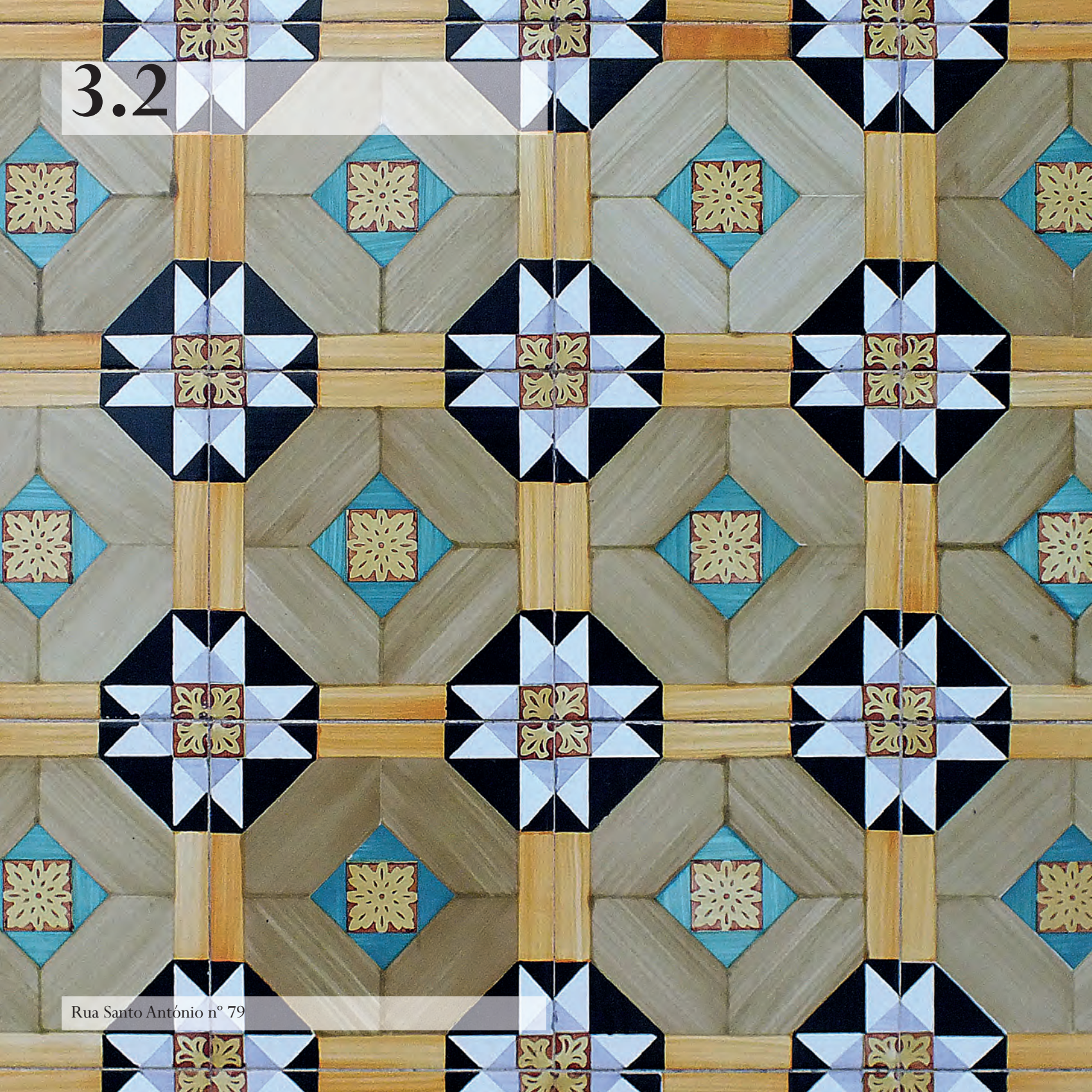
[58] *Ibidem*.

[59] *Ibidem*.

[60] In *Diário do Senado*, (Lisboa), Sessão n.º 28, 23.I.1912, p. 17.

[61] Creio que Bernardino se está a referir aos violentos temporais que assolaram o país no dia 16 de Janeiro, depois dos quais ocorreram, no Alentejo (Aviz e Évora), no dia 23, abalos de terra, que provocaram uma greve rural que conduziu ao confronto entre grevistas e as forças policiais no dia 24, em Évora, de que resultou um morto e seis feridos.

3.2



Rua Santo António n° 79

### 3.2 O “Desejado”. O poder local, o projeto de código administrativo republicano e suas atribuições <sup>1</sup>

**Mas preocupa-o menos uma Constituição do que uma reforma administrativa e uma lei eleitoral. O que deseja é que a República não seja o regime do domínio da classe dos políticos. Por isso mesmo, partidário da democracia directa, que é, a seu ver, o único regime em que os políticos são metidos na ordem.**

**O que quer é que a República não seja a continuação da monarquia. E se for uma República parlamentar, sem ter feito uma larga reforma administrativa, sem ter organizado uma honesta lei eleitoral e ter tornado independentes os funcionários públicos, a República parlamentar será uma mentira, como foi a monarquia constitucional.** João de Meneses, Assembleia Nacional

Constituinte, sessão de 12.7.1911 (Actas, notas taquigráficas).

A “reforma administrativa”, enquanto desenho dos poderes públicos nas suas diversas escalas e respectivas articulações, sempre se inscreveu nas preocupações de (re)construção do Estado constitucional, independentemente do regime, mas a expressão, por si só e na sua abrangência, podia recobrir as mais diversas configurações, servindo mais para enfrentar o que se combatia, do que para se explicitar o que se desejava. Assim, aconteceu com a Primeira República (1910-1926), com os republicanos unidos na propaganda contra a maioria dos modelos centralistas do regime monárquico, mas desencontrados no que se referia a um figurino único a adoptar na reforma que depois se propunham implementar, em face da diversidade ideológica e/ou das clivagens partidárias.

Assim, a 11 de Janeiro de 1891, no Manifesto do Partido Republicano Português, depois de se exautorar a monarquia, só se entrevia, naturalmente, uma solução para a crise nacional que o Ultimatum pusera a nu precisamente um ano antes. Essa solução era a proclamação da República, como forma de dar início à “obra gloriosa da reorganização de Portugal”, com os republicanos a auto-proclamarem-se herdeiros das nobres gerações de 1384, 1640, 1820 e 1834. No campo das propostas de acção revolucionária a desenvolver, o PRP apresentava, em paralelo com a realização pelo Estado da “isonomia” (igualdade perante a Lei, na formação da Lei, na execução da Lei), a “organização dos poderes do Estado” e a “fixação das garantias individuais”. No desdobramento da organização do Estado, surgia, à cabeça, a *Federação de Municípios*, que legislaria em assembleias provinciais sobre segurança, economia e instrução, dependendo da homologação da Assembleia Nacional. Seguia-se a *Federação das Províncias*, que legislaria em Assembleia Nacional, sancionando as determinações das assembleias provinciais e velando pela autonomia e integridade nacional. E, na pormenorização da fixação das garantias individuais, surgiam, no campo das liberdades políticas, as garantias de sufrágio universal, representação de minorias, autonomia municipal, descentralização e administração civil das

---

[1] Intervenção no Encontro “A 1ª República nos Municípios Portugueses”, Museu Bernardino Machado / Casa das Artes, Vila Nova de Famalicão, 26 e 27 de Novembro de 2010.

províncias ultramarinas. Havia muitos outros tópicos programáticos, mas os apontados são os que directamente se articulavam com o poder local, implicando uma reforma administrativa. Naturalmente, o directório do Partido que assinava o Manifesto (Teófilo Braga, Bernardino Pinheiro, José Jacinto Nunes, Manuel de Arriaga, J. F. de Azevedo e Silva, Francisco Christo) via na totalidade do documento um “código doutrinário”, a base de um programa para a reorganização nacional, convidando a imprensa republicana e os conferencistas democráticos a desenvolverem os vários tópicos, o que aconteceu ao longo de quase duas décadas de propaganda republicana<sup>2</sup>.

As perspectivas de um poder diferente, que devolveria a soberania ao povo e seria próximo do cidadão, num processo ascendente em que a vontade da base determinaria as decisões do topo, emergiram no horizonte da revolução. E, assim, a questão do poder local tornou-se um dos temas mais vivos do ideário republicano, suscitando um longo debate durante a fase de combate político e de afirmação ideológica do movimento face ao agonizar da monarquia. Fornecia-se, desta forma, identidade ao republicanismo, dada a subalternização vivida nos espaços periféricos, esquecidos pelos interesses e pelas manobras do centro político. A condenação do centralismo, a defesa das comunidades locais, o combate ao caciquismo e a organização eleitoral, a luta pela afirmação de uma opinião pública forte e de um exercício de cidadania ao nível local eram vectores constantemente afirmados no discurso republicano, articulados com as suas propostas administrativas em que o federalismo e o municipalismo surgiam como varinhas de condão, numa combinação entre as tradições históricas recuperadas e ideias novas. É certo que o discurso republicano teve um eco bem maior junto das camadas urbanas, em particular em Lisboa e Porto (cidades com estatuto especial desde 1896 no quadro do código administrativo da responsabilidade de João Franco) do que nas zonas rurais e nas cidades secundárias, embora para estas o discurso sobre o poder local pudesse ser mais apelativo e determinante, facilitando a adesão das elites locais aos ideais republicanos. Mas, uma vez proclamada a República, como se processou essa transposição do ideário para a acção política controlada agora pelos agentes da propaganda de antes? Procuraremos vislumbrar as linhas de força dessa transposição, através do levantamento do processo de elaboração de um novo código administrativo no Congresso da República e das afirmações políticas subjacentes ao nível das duas câmaras - a Câmara dos Deputados e o Senado.

### **A herança histórica**

Em quase todas as ocasiões, os republicanos se afirmavam como defensores da tradição e, como evolucionistas que, na sua maioria, eram, compatibilizavam a história com a ciência, a tradição com a novidade. Simpatizavam com as tradições municipais do Antigo Regime, enquanto modelos de resistência à opressão senhorial, na representação veiculada pela historiografia e literatura românticas. Cultivavam a memória do liberalismo radical, aí se incluindo o ideário vintista, o setembrismo e as movimentações populares da Maria da Fonte e da Patuleia (1846-

---

[2] CHAGAS; COELHO, 1901:152-163.



1847), de onde saíram as primeiras adesões ao republicanismo na onda de rejeição da aliança do trono com o cabralismo. E, ao mesmo tempo, surgem como modernizadores, ligados ao positivismo, ao cientismo e a outras correntes de pensamento<sup>3</sup>.

No campo da reforma administrativa republicana, há uma referência perdurável ao vintismo e à sua preocupação com a procura de leis naturais e étnicas para as divisões administrativas. O republicanismo evocará frequentemente as soluções preconizadas pelas Cortes Constituintes de 1821-1822 (Decreto de 17.7.1822), pelas quais o reino, no seu espaço continental, era dividido em províncias, concelhos e freguesias (6 províncias – Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve; 26 divisões eleitorais, 785 concelhos, 4086 freguesias), tendo legislado a reforma dos concelhos (Lei de 20.7.1822) pela qual tornavam todos os cargos electivos anualmente, procurando “restituir às câmaras a sua antiga dignidade”<sup>4</sup>. Em contraponto, o republicanismo formula uma condenação persistente do modelo administrativo cartista, de inspiração francesa, a partir da reforma conduzida, ainda nos Açores, por Mouzinho da Silveira. Com variações iniciais de nomenclatura, as sucessivas reformas do regime cartista esqueceriam a província como unidade administrativa, introduzindo uma outra, o distrito, à frente do qual estaria o *governador civil*, enquanto representante do governo central, numa cadeia hierárquica que incluía o *administrador do concelho*, no município, e o *regedor*, na junta da paróquia (que era presidida pelo pároco), para fiscalizar e tutelar os eleitos locais, num sistema de administração que reportava ao centro político, cristalizado a partir do Código Administrativo de 1842, de Costa Cabral. Se o centralismo inicial de Silveira se podia justificar numa fase de guerra civil com forte desequilíbrio de forças, a sua persistência ao longo do tempo procurava legitimar-se com o argumento de evitar os abusos remanescentes dos senhoralismos locais e assegurar a unidade da Nação.

---

[3] BRAGA: 1983.

[4] ARRIAGA, 1886:33+.

A condenação política do centralismo (cujo esquecimento da periferia e múltiplos abusos por parte das autoridades e influentes o deslegitimavam) fora levada a cabo essencialmente pelos setembristas e desembocou como herança nos republicanos, que invocavam os ideais democráticos de Passos Manuel e seus correligionários (governo a partir de baixo, ou auto-governo, sem tutela do poder central). Assim, fizeram eco do estendal de queixas sobre os representantes do poder central, do seu papel policial e político, usado para o controlo eleitoral, vulgo caciquismo. Valorizavam o código administrativo mais descentralizador (de Rodrigues Sampaio, 1878), que concedia às câmaras mais poderes fiscais e de execução, nomeadamente na criação de escolas, mas que a monarquia não soubera aplicar – diziam –, substituindo-o por outros mais centralistas. Em suma: eram a favor da descentralização, assente no discurso da recuperação das liberdades tradicionais, da autonomia das circunscrições locais e no pressuposto do seu naturalismo, condições necessárias para se promover o progresso; eram contra o centralismo, adepto de circunscrições desenhadas em gabinete, à luz da razão mas também da pressão dos influentes, com poderes locais eleitos mas frágeis, influenciáveis e, por isso,

tutelados por magistrados nomeados pelo poder central.

Um dos textos mais referenciados pelos republicanos era o célebre discurso de Almeida Garrett na Câmara dos Pares (sessão de 21.01.1854), sublinhando as suas contundentes críticas ao modelo vigente e a sua proposta de uma reforma administrativa. Garrett criticava o abandono do princípio tradicional de que o povo se deve governar a si mesmo e os dispositivos centralistas adoptados, anatematizando a “infinitude de governadores civis que não sei se governam” e a figura do administrador do concelho como “repugnante excrescência da autoridade que impecendo e intorpecendo a acção municipal em nada coopera para o bem do povo”). E propunha um conjunto de bases para a elaboração de um novo Código Administrativo que, por exemplo, retomava a província como divisão administrativa, à frente da qual estaria o governador civil, a qual se dividiria em comarcas, esta em concelhos e estes em paróquias, desaparecendo a administração do concelho<sup>5</sup>.

Mas os republicanos integram ainda os contributos históricos de Alexandre Herculano sobre os municípios e, principalmente, as propostas de José Félix Henriques Nogueira, a partir dos seus *Estudos sobre a Reforma em Portugal* e, sobretudo, da sua obra *O Município no Século XIX* (1856), na qual desenvolve uma teoria para a construção de um município moderno, concebendo o municipalismo uma utopia regeneradora, que ainda hoje se formula<sup>6</sup>. Nesta obra, Henriques Nogueira, apresenta uma concepção do novo município: sublinha as vantagens da descentralização; concebe o município como unidade administrativa de conciliação e promoção dos interesses de todos os habitantes e, ao mesmo tempo, como fragmento político motor para assegurar o acompanhamento do progresso; esquematiza o município organizado de forma racional, com princípios eleitorais claros e de autonomia; defende ajustamentos nas dimensões dos concelhos, concebendo apenas 100 auto-suficientes, a que se seguiriam unidades mais amplas, as regiões, e finalmente, um estado federado, dotado de um poder central com poderes escassos. Para Henriques Nogueira tudo passava pela adopção da República, a qual, adoptando a democracia, permitiria a livre associação, levando à defesa e consolidação do município e este à federação, que seria a base da Nação<sup>7</sup>. Henriques Nogueira, faleceu precocemente, mas tornou-se, através da sua obra, um mentor das primeiras gerações do republicanismo para as questões do poder local, tendo-se criado um clube “Henriques Nogueira”, considerado fundamental na organização do movimento republicano<sup>8</sup>.

Outros contributos dispersos seriam caldeados na ideologia do movimento, recuperando críticas expressas na imprensa e no parlamento, não se esquecendo as posições federalistas que se cultivaram de uma forma aprofundada desde os anos 70 (Felizardo de Lima, em 1873, criava o jornal *O Rebate*, que propunha uma República Democrática e Federal Portuguesa), a que outros se seguiriam, como Teixeira Bastos (1886) e, de novo, Felizardo de Lima, agora com *O Radical* (1888).

---

[5] ALMEIDA-GARRETT, 1871: 176-195.

[6] NOGUEIRA, 1979.

[7] CATROGA, 1999: 109-119.

[8] BRAGA, 1983: 69-75.

## O Manifesto do PRP

No quadro da agitação política posterior ao Ultimatum inglês, o Directório do Partido Republicano, através da realização de um congresso, condensou num programa formal os seus posicionamentos políticos, daí emergindo o Manifesto do Partido Republicano Português (PRP), que foi dado a conhecer, simbolicamente, a 11 de Janeiro de 1891, ou seja, no primeiro aniversário do Ultimatum e, estrategicamente, vinte dias antes da Revolta do Porto<sup>9</sup>. Consagrando também o federalismo e o municipalismo, previa a divisão administrativa do país em municípios e províncias, como já vimos em linhas anteriores. Para objectivar esses princípios de organização administrativa, o Directório do Partido Republicano encarregou um dos seus membros, José Jacinto Nunes, logo em 1891, de elaborar um projecto de código administrativo, que foi editado em 1894. Esse projecto consagrava os princípios do Manifesto, eliminando da divisão administrativa o distrito; garantia ao poder local os princípios de não ingerência do Poder Executivo, de autonomia financeira, bem como a divisão dos corpos administrativos em executivo e deliberativo; afastava a tutela do poder central; prometia a extinção dos magistrados locais da tutela (governadores civis, administradores do concelho, regedores). Como dirá mais tarde (1912), na Câmara de Deputados, Jacinto Nunes, o projecto foi elaborado em harmonia com o programa feito por Teófilo Braga, a pedido do Directório, sendo um projecto típico de oposição, “quando se não esperava que a República fosse proclamada dentro de poucos anos, obedecia ao “princípio da federação dos municípios”<sup>10</sup>.

---

[9] CHAGAS; COELHO, 1901:152-163.  
[10] DCD, sessão de 28.05.1912.

O Partido Republicano desenvolveu, pois, uma doutrina sobre o poder local ponderada sobre a crítica aos erros das experiências liberais neste domínio, sugerindo amplas transformações, que foram glosadas ao longo de duas décadas pelos respectivos militantes, gerando expectativas sobre a futura revolução republicana na administração local. Não por caso, ao longo da primeira década do século XX, os republicanos conquistaram crescentemente lugares em múltiplas vereações, incluindo maiorias em Lisboa e Porto.

## O papel de António José de Almeida como ministro do Interior do Governo Provisório (decretos de 13 e 25 de Outubro)

Com a revolução de 5 de Outubro, o ministro do Interior (nova designação para a antiga pasta do Reino) do Governo Provisório da República, António José de Almeida, procurou de imediato responder às “aspirações liberais e democráticas” do poder local. E, enquanto não se produzisse nova legislação para este domínio, por decreto de 13.10.1910, declarou em vigor o código administrativo de 1878 (Carta de Lei de 6 de Maio, o “código de Rodrigues Sampaio”). Encontrava-se em vigor, na altura da revolução, o Código Administrativo de 1896 (Carta de Lei de 4 de Maio, o “código de João Franco”), muito combatido pela sua “estrutura intensamente conservadora, que de modo algum se harmoniza com as doutrinas do sistema republicano”, conforme o referido decreto, que acrescentava:

**Urge revogar a sua vigência, a fim de restituir à vida local incentivos e energias capazes de permitir aos cidadãos uma fecunda actividade administrativa, que engrandeça todos os agregados nacionais e fomenta o seu desenvolvimento e a sua riqueza, ao mesmo tempo que permita aos cidadãos uma ingerência sempre salutar na vida íntima da Nação. Desta forma o Governo dá público testemunho do seu amor pelos princípios liberais e dos seus propósitos de descentralizar a administração; e tendo felizmente o país entrado numa época de tranquilidade, que já permite dar à administração pública uma garantida estabilidade, pode o Governo substituir a situação recentemente estabelecida por uma mais orgânica e profícua, aproveitando para isso, provisoriamente, a orientação liberal e democrática do Código Administrativo de 1878. Assim, os propósitos democráticos do Governo começarão a concretizar-se em realidades, até que franca e abertamente possamos chegar a um fecundo regime descentralizador e autónomo, que é a força e a vitalidade dos povos.** Decreto de 13.10.1910.

---

[11] Segundo A. H. de Oliveira Marques, em 1908, Afonso Costa tinha proposto na Câmara dos Deputados uma trégua ao regime monárquico se fosse aceite um conjunto de medidas, entre elas a substituição do código de 1896 pelo de 1878. MARQUES, 1978: 436.

A reposição do Código de 1878<sup>11</sup> não se verificava em toda a sua extensão, mas com excepções relativas a serviços que foram, entretanto, criados, devendo também manter-se as circunscrições que subsistiam à época, tudo até nova legislação. Por outro lado, não havia eleições de imediato, preenchendo-se os diversos organismos (câmaras e juntas de paróquias) com comissões nomeadas pelos governadores civis, também eles já nomeados pelo governo republicano, salvo as juntas gerais (a criar de novo, de acordo com o código de 1878, mas extintas desde 1892) que só seriam nomeadas quando o governo assim o ordenasse. O diploma salvaguardava ainda o estatuto especial das câmaras de Lisboa e Porto, bem como as disposições sobre tutela administrativa, que, no que respeitava àquelas câmaras, seriam somente as do artigo 55º do Código de 1896, Este artigo impunha apenas aprovação governamental para celebração de empréstimos, criação de empregos públicos, adicionais sobre contribuições directas quando excedessem 50% das contribuições, contratos de iluminação ou abastecimento de água, concessões de exclusivos de sistemas de viação e outros contratos com companhias. Libertavam-se assim as câmaras da aprovação governamental imposta por outros artigos do código de 1896 para várias outras deliberações, tais como orçamentos, regulamentos, posturas, execução de obras, empréstimo e dotações que antes exigiam parecer obrigatório dos 40 maiores contribuintes, aprovação ou rejeição das decisões pela assembleia distrital, entre outras. Conservavam-se em exercício as câmaras municipais já constituídas por cidadãos republicanos eleitos antes do movimento de 5 de Outubro. Seriam dissolvidos todos os restantes organismos administrativos constituídos anteriormente ao decreto de 13 de Outubro, aplicando-se-lhes a directiva da nomeação de comissões administrativas.

Duas semanas depois, o ministro do Interior nomeava uma comissão, por decreto de 25.10.1910, para elaborar um projecto para o futuro código administrativo, a qual era presidida pelo histórico José Jacinto Nunes (o mesmo que, em 1891, tinha sido encarregado de formular

um projecto pelo Directório do Partido Republicano), acompanhado de António Macieira, José Maria de Sousa Andrade e Francisco António de Almeida e Francisco José Fernandes Costa, que tratou de transpor para um novo texto as posições republicanas com as actualizações convenientes. Entretanto, por decreto de 28.10.1910 os governadores civis recuperavam algumas das atribuições do código de 1896, pois, na verdade, muitas das disposições do código de 1878 já não faziam sentido em face da evolução entretanto verificada.

## **O papel da Assembleia Constituinte na perspectiva da reforma administrativa**

Entretanto, após eleições realizadas em 28 de Maio de 1911, foi constituída uma Assembleia Nacional Constituinte que tinha por competência única elaborar e apresentar uma Constituição. A Assembleia Nacional Constituinte reuniu pela primeira vez em 19 de Junho de 1911 e tomou medidas simbólicas, como a abolição da Monarquia, a proclamação da República e a adopção da nova bandeira e do Hino Nacional. Com o regimento interno aprovado a 7 de Julho de 1911, a Constituição da República foi, por sua vez, aprovada na 56ª sessão em 21 de Agosto de 1911. A última sessão da Assembleia Constituinte ocorreu em 25 de Agosto, reunindo os deputados no dia seguinte já como Congresso da República, que, nos termos constitucionais, assumia uma configuração bicameralista, dividindo-se em Câmara dos Deputados e Senado, em prolongamento de mandato.

A comissão criada pelo Ministro do Interior em 25 de Outubro elaborou o solicitado projecto de código administrativo, já com amplas diferenças face ao modelo de 1891. Esse projecto foi apresentado ainda à Assembleia Constituinte em 15 de Agosto de 1911, transitando depois para o Congresso da República como ponto de partida para a discussão e aprovação de um novo código. A grande novidade, contra toda a expectativa face à doutrina republicana do tempo da propaganda, era a manutenção do distrito e do governador civil, recuperando-se ainda as antigas juntas distritais, mas esquecendo as províncias como unidade administrativa e a eventual solução federal propugnada. As divisões administrativas mantinham-se tal como na monarquia – distrito, concelho, paróquia civil (excluindo daqui o pároco), mas desapareciam os administradores de concelho (com as funções remanescentes a serem absorvidas pelo presidente da comissão executiva municipal) e os regedores de paróquia, os braços locais do poder central.

No ofício enviado à Constituinte, o ministro António José de Almeida subscreve em geral a proposta, ainda que considerada em esboço, discordando apenas do articulado proposto para os partidos médicos, que o projecto mantinha nas câmaras, mas sublinhando o espírito de autonomia municipal e o “largo espírito de liberdade”, resultante da ausência do longo braço do poder central nas suas anteriores funções fiscalizadoras e policiais.

Sublinhe-se que do próprio texto constitucional tinha ficado desde logo arredada a promessa

histórica do programa republicano no sentido da organização federalista, optando-se por uma solução unitária, em continuidade histórica. Marnoco e Sousa resumiu desta forma aquela que foi a ideia predominante a este respeito na Constituinte e que continua nos dias de hoje a ser determinante:

**Na discussão parlamentar, reconheceu-se que Portugal não tinha condições para ser uma república federativa. O distrito é uma divisão unicamente para efeitos administrativos, inspirada sobretudo nos interesses da administração central, e a província, além de não possuir entre nós tradição política, não é mais do que a simples expressão territorial, sem unidade de consciência colectiva. Portugal é até um dos países em que há mais unidade social e política, devendo por isso a sua república ser unitária. E na verdade a república federativa poderá ter vantagens sobre a república unitária, mas não é o legislador que pode destruir a obra lenta dos séculos no sentido da unificação política.** SOUZA, 1913: 23.

Mas a abdicação da promessa federal suscitou polémica junto de alguns republicanos históricos e surgiu como um “enigma”, na expressão de Djalme de Azevedo, pois ninguém da comissão de redacção deu explicação cabal. Razão para o referido deputado se mostrar perplexo:

**Habitou-me o meu espírito a estar em harmonia com o programa do partido republicano, que eu vi sempre defendido, quer nos comícios e nas conferências, quer nos artigos dos jornais, pelos republicanos mais distintos. (...) Foi por esse programa que se bateram os revolucionários de 31 de Janeiro e de 5 de Outubro. O que eu desejava era que se formasse uma República federalista, como está consignado no programa do partido republicano. Uma República federalista, dir-me-ão, não corresponde à nossa maneira de ser. Então para que estava esta forma de governo consignada no programa (...)? Tive muito prazer em ouvir o Sr. dr. Manuel de Arriaga apesar de não nos dizer por que, tendo assinado um programa no qual preconizava a República federativa, firma agora um projecto de Constituição no qual se estabelece a República unitária.** *Actas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911: 129.*

Esquecer as promessas da propaganda pagava-se caro, com forte perda de credibilidade entre os republicanos mais convictos, que passaram a insistir recorrentemente na herança ideológica, tendo na Suíça um modelo de referência para Portugal para argumentarem contra a pequenez do território metropolitano. Mas as suas sugestões não tiveram qualquer seguimento.

Os republicanos seguiram um modelo constitucional minimalista, deixando algumas questões quentes para serem objecto de leis posteriores. Assim, nas disposições transitórias, a Constituição estabelecia (art. 85º) que o primeiro Congresso da República elaboraria os seguintes diplomas, comprometendo-o em termos de calendário: lei sobre os crimes de responsabilidade, código administrativo, leis orgânicas do Ultramar, lei da organização judiciária,

lei sobre acumulação dos empregos públicos, lei sobre incompatibilidades políticas, lei eleitoral, em paralelo com o orçamento de Estado e outras medidas urgentes. Para cada um destes diplomas, apenas deixou alguns tópicos doutrinários.

Quanto ao poder local, esquecida a promessa federalista, restava a aposta no municipalismo, a concretizar pelo novo código administrativo. Segundo José de Castro no plenário, o articulado constitucional sobre as instituições locais foi da responsabilidade de Jacinto Nunes, que assim procurava salvaguardar o que restava dos antigos princípios que defendera desde 1891, embora submetido à discussão e a emendas<sup>12</sup>. Mas no que se referia às instituições locais administrativas, tratadas no título IV, art. 66º da nova constituição, estabeleceu-se apenas que a organização e atribuições dos corpos administrativos seriam reguladas por lei especial, a qual deveria assentar nas seguintes bases:

- . Não ingerência do poder executivo;
- . Deliberações só podem ser alteradas pelos tribunais de contencioso quando ofensivas das leis gerais;
- . Poderes distritais e municipais divididos em deliberativo e executivo;
- . Exercício de referendo em termos a definir por lei;
- . Representação das minorias nos corpos administrativos;
- . Autonomia financeira nos termos que a lei determinar.

---

[12] *Actas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911*: 461.

## **A discussão na Câmara de Deputados**

Com a realização de um novo congresso do Partido Republicano Português verificaram-se cisões e a fragmentação partidária imediata: Partido Democrático, liderado por Afonso Costa, Partido Evolucionista, por António José de Almeida, e União Republicana (os Unionistas), por Brito Camacho. A obrigação e a urgência de criação de leis constitucionais passou a ser vista sob critérios diferentes, no jogo político da afirmação de identidades partidárias, que desde logo se alinharam no espectro parlamentar, subsistindo ainda um grupo de independentes. Assim, se uns consideravam urgente um novo código administrativo para a normalização da vida local e a legitimação do novo regime através de eleições (evolucionistas), outros (democráticos) achavam prioritário assegurar a defesa do regime e vedar a participação de forças hostis, numa altura em que as incursões monárquicas se faziam sentir em várias frentes e as manifestações operárias não paravam de crescer, sugerindo, em vez de um regime aberto e plural, uma república defensiva, argumentando que a realização de eleições a poderia fragilizar em face do debate público e da eventual eleição de inimigos da República. E havia ainda as alianças táticas (unionistas) e as vozes dispersas. Daqui resultou um longo folheto sobre a elaboração e aprovação de um novo código administrativo que, por opção da Constituinte, se quis elaborado no próprio Congresso, quando os códigos anteriores, ao tempo da monarquia, foram sempre elaborados por equipas externas de juristas nomeadas pelos governos.

Em sessão da Câmara dos Deputados, a 16 de Novembro de 1911, quando da apresentação do segundo governo constitucional (acabara de cair o primeiro, presidido por João Chagas, que durou apenas cerca de dois meses), o presidente do ministério, Augusto de Vasconcelos, fazia um apelo à Câmara para que aprovasse as leis constitucionais previstas no artigo 85º da Constituição, considerando que o novo Código Administrativo se tornava “de uma urgência que ousamos classificar de inadiável”<sup>13</sup>.

Foi na sessão seguinte, a 17 de Novembro de 1911, que a Câmara dos Deputados aprovou uma proposta de Jacinto Nunes para fosse nomeada a comissão de administração pública, com vista a dar início aos trabalhos do Código, uma vez que o projecto para discussão já estava pronto há três meses. Com os poderes públicos constituídos, dizia Jacinto Nunes, as comissões paroquiais e municipais, não tendo sido eleitas, funcionavam como “simples delegações do poder central”, o que passou a ser inconstitucional, pois a Constituição determinava que o Estado não podia intervir na vida local. Sendo indispensável garantir as liberdades locais, seria tanto mais urgente a eleição quanto essas comissões estavam a ser mais “um elemento ou instrumento de perturbação e desorganização que outra coisa”<sup>14</sup>.

---

[13] DCD, sessão de 16.11.1911.

[14] DCD, sessão de 17.11.1911.

[15] DCD, sessão de 27.12.1911.

A proposta suscitou um confronto imediato entre argumentos de princípios vs. argumentos de oportunidade política, mas, a 20 de Novembro, a comissão era dada como constituída, presidida de novo por Jacinto Nunes, respeitado como o patriarca republicano no domínio da administração local. O anterior projecto de código foi novamente distribuído, solicitaram-se ao ministério do Interior as apreciações e reclamações de diversas câmaras que se tinham manifestado. A discussão iniciou-se na comissão, mas um mês depois (21.12.1911), Jacinto Nunes confessava em plenário ter sido discutido, em comissão, todo o projecto, aguardando a revisão final para quando a comissão reunisse em pleno, lamentando que alguns membros nunca tivessem aparecido.

Entretanto, a falta de novo enquadramento administrativo e a necessidade de articular disposições dos dois códigos (1878 e 1896) do tempo da monarquia criava disfuncionamentos diversos, acusando-se o governo de utilizar ora um ora outro, conforme as conveniências. Por exemplo, a nova reforma da instrução primária, domínio que deveria ser entregue às câmaras municipais, descentralizando o serviço, teve a sua aplicação adiada (para inícios de 1914), quer por falta de dotação, quer por falta de pessoal, conforme proposta de Baltasar Teixeira, para quem as câmaras municipais corriam “o perigo inevitável de lançarem esse serviço num caos”<sup>15</sup>.

A 13 de Fevereiro de 1912 entrava finalmente em discussão no plenário da Câmara dos Deputados o projecto nº 74, relativo ao código administrativo. Elementos da própria comissão levantavam dúvidas e sugeriam alterações em plenário em nome individual. Por exemplo, Jacinto Nunes propunha a inserção de articulado sobre “tutela excepcional”, não contemplada



no projecto (que previa apenas o contencioso sobre deliberações e actos através dos tribunais administrativos). Garantindo-se embora a independência do poder local, a tutela deveria ser encarada em situações extremas: “as corporações locais que dêem provas de incapacidade, de desonestidade e de pouco respeito pelos dinheiros públicos, devem ser declaradas em tutela”<sup>16</sup>. Outra questão de divergência era a da persistência ou não dos partidos médicos, tradição municipal que o projecto continuava a contemplar, mas que os médicos tinham recusado pouco antes em congresso profissional, solicitando a sua afectação ao governo central, usando o argumento da eficiência dos serviços sanitários.

Jacinto Nunes apresentava as virtualidades principais do projecto: a classificação administrativa dos concelhos e respectivas atribuições; a possibilidade de referendo administrativo para validar deliberações, desde que suscitadas pela décima parte dos eleitores num prazo de 15 a 20 dias; a possibilidade de suprimir/criar paróquias, concelhos ou distritos só através de “um mandato imperativo” com base na livre escolha dos cidadãos, segundo condições de dimensão demográfica, recursos necessários e a vontade de dois terços dos eleitores; a qualificação e responsabilização do secretário da câmara (“na maioria das câmaras municipais, quem resolve é o secretário, porque os vereadores ou não querem incomodar-se, ou não conhecem o Código Administrativo”). Continuava a reconhecer-se ainda a conveniência de um estatuto especial para o Porto e Lisboa, já usufruído desde 1896, aspecto que ainda não constava do projecto pois as respectivas vereações nem sequer tinham respondido ao pedido repetido da comissão para envio de elementos. Em suma, Jacinto Nunes, que procurava ser o mais fiel possível às antigas ideias republicanas (tendo embora transigido com o esquecimento da província e a manutenção do distrito e respectivo governador civil), combatia pela defesa da maioria das posições dos seus documentos anteriores, no pressuposto de que “arrancar das mãos da burocracia a administração das localidades, para as entregar às municipalidades, fazendo intervir o povo nos negócios administrativos, é preparar esse povo para a vida cívica, formando cidadãos”<sup>17</sup>.

Não faltaram opositores ao texto do projecto, criticando as abdições da comissão ao pendor centralista, apesar das formulações sobre participação popular. Álvaro de Castro, reconhecendo a militância municipalista de Jacinto Nunes, lembrava a crise de 1891: quando o país “atravessou uma era agónica, todos que visionaram o futuro do país pressentiram que ele só poderia aurir força libertando os municípios, porquanto só nas franquias municipais existia a libertação do Portugal do porvir”. Expondo as fontes tradicionais do municipalismo, considerava que a codificação as deveria seguir de perto, o que não aconteceria no projecto, sugerindo que as câmaras deveriam: poder fazer acordos para obras de interesse comum aos concelhos; constituir uma escala hierárquica com poucas ligações à direcção central do Estado; ter a máxima liberdade de acção, junta com a máxima responsabilidade. Enfim, o código não deveria ser uma obra abstracta, mas harmonizada “com a vida local e tradicional das regiões do país”, devendo permitir-se situações diferenciadas<sup>18</sup>.

---

[16] DCD, sessão de 13.02.1912.

[17] DCD, sessão de 16.02.1912.

[18] DCD, sessão de 22.02.1912.

Entre os que defendiam as virtualidades do projecto, contava-se Barbosa de Magalhães, integrante da comissão parlamentar, que assinalava a oportunidade histórica criada com a codificação administrativa:

**É este o momento de fazer uma obra democrática sobre o municipalismo, entendendo-se por municipalismo todos os agregados administrativos.**

**Desde há muitos anos que se reclama a implantação do antigo municipalismo, do regresso à tradição das administrações locais, existentes anteriormente ao estabelecimento do regime liberal. O município, então, era considerado como um núcleo de resistência contra as classes nobres e muitas vezes também contra as prepotências do poder central. Era o legítimo defensor do povo. A restauração dos municípios, como então existiam, impõe-se como uma conveniência social, porque representam, como fim, não só um núcleo de resistência contra as prepotências do poder central, mas até contra as pressões e exigências das grandes empresas financeiras.** DCD, sessão de 27.02.1912.

Barbosa de Magalhães, para além da garantia constitucional de não interferência do poder central nas autarquias, sublinhava a importância da municipalização e do referendo no projecto, considerando:

**A municipalização dos serviços impõe-se hoje em toda a parte. Em todos os países é manifesta a tendência para essa municipalização, e isso pelos magníficos resultados que tem dado, mesmo entre nós (...) Este projecto dá a esperança do ressurgimento do país, por uma boa administração local, e representa a satisfação dos compromissos tomados pela República para com o povo. É uma obra absolutamente descentralizadora, de ressurgimento das nossas tradições administrativas.** DCD, sessão de 28.02.1912

O previsível arrastamento temporal que viria da discussão do projecto em plenário da Câmara dos Deputados, a par de outros diplomas com ele relacionados, como era o caso do Código Eleitoral, tornou-se um ponto de tensão. Dizia João de Meneses, ao apresentar moção para contrariar esse arrastamento: “A Câmara, para aceder aos desejos do país, tem de discutir e votar, o mais rapidamente possível, o Código Administrativo. Aprovado este, tem de entrar-se no período eleitoral; mas em Portugal não há nem Código Eleitoral, nem leis especiais relativas às eleições dos corpos administrativos e dos corpos legislativos”. E, perante a agitação social vinda dos meios operários, deixa entrever uma surpreendente disponibilidade política de sentido corporativo: “o Parlamento é, com efeito, hoje, uma instituição atrasada, que não corresponde, quer sob o ponto de vista político, quer sob o ponto de vista económico, às modernas exigências sociais. (...) Se em todas as capitais de distrito estabelecermos que um terço dos corpos administrativos fosse constituído por delegados das associações de classe, praticaríamos um erro, ou andaríamos acertadamente? Parece-lhe que havendo nesse ponto já organizadas associações de classe, inconveniente algum poderia resultar de se lhe dar

representação, e, antes pelo contrário, haveria conveniência, porque é de toda a vantagem interessar a todos na administração local”. Do seu ponto de vista, o referendo local representaria também um grande avanço no caminho democrático, tal como a adopção do sistema regionalista, mas sublinhava que uma autonomia completa para as juntas gerais e municípios implicaria a avaliação de recursos a disponibilizar e a responsabilidade civil pela sua gestão aos membros dos corpos administrativos. Tudo isto porque “a ditadura do Terreiro do Paço não pode subsistir, porque o país não deve estar dependente da acção política e burocrática que caracterizou o constitucionalismo e que há-de caracterizar a República parlamentar, enquanto não se estabelecer a completa descentralização”<sup>19</sup>.

Mas Alexandre Braga, em crítica à pressa com que o agora chefe evolucionista António José de Almeida defendia eleições municipais, objectivo que considerava coincidir com os dos monárquicos, afirmava que as ideias de descentralização exaradas no Código Administrativo eram de momento perigosas, pois “no momento em que muitos concelhos estão ainda entregues a criaturas que não merecem confiança, e numa política como a actual, é perigoso abandonar a província aos nossos antigos inimigos”<sup>20</sup>.

As intervenções e as apresentações de moções sucediam-se em catadupa, à medida que a Câmara de Deputados concedia tempo à discussão do projecto. No cenário da retórica sobre o poder local, glosavam-se os temas centrais da arquitectura dos poderes, contrapondo-se as posições ideológicas subjacentes aos grupos partidários entretanto criados, bem como o sentido de oportunidade política das posições a tomar. Francisco Luís Tavares desenvolve uma argumentação recorrente, para sintetizar toda a desconfiança para com o centralismo:

**Explico toda a decadência da vida portuguesa pela centralização excessiva. Se pudesse fazer, neste momento, a distinção entre a minha qualidade de republicano e a de patriota, diria que essa centralização tinha sido um bem, porque facilitou o triunfo das minhas ideias. Estava no Terreiro do Paço, estava nas secretarias do Estado, toda a vida administrativa jurídica e política do país; quando nos apoderámos desse reduto não houve por esse país adiante o mais pequeno protesto e a mais pequena parcela de resistência. E compreende-se; é porque as iniciativas tinham desaparecido, estavam esmagadas por esse poder central, pelo Terreiro do Paço, que era um balcão onde se vendiam os votos e se prostituíam as consciências. A Câmara não poderá deixar de dar o seu voto a um código descentralizador, que conceda aos municípios autênticas e seguras regalias locais, que contribuam para a educação popular, convertendo os cidadãos de simples administrados em valiosas unidades sociais.** DCD, sessão de 06.03.1912.

Se a possibilidade de uma república federal tinha ficado arredada pela própria Constituição de 1911, não faltava quem quisesse recuperar para o Código Administrativo a ideia federal, nem

---

[19] DCD, sessão de 29.02.1912.

[20] DCD, sessão de 05.03.1912.

sempre de forma ajustada. José Dias da Silva, que integrava a respectiva comissão parlamentar mas divergia do projecto, insistia numa alteração em que a fraseologia federal emergia claramente: “Que o território da República se divida em comunas, formadas pelos povos aglomerados, ou dispersos, que actualmente se agrupam em paróquias civis; que as comunas se federam, constituindo concelhos, mantendo-se para cada federação a actual divisão concelhia; que os concelhos se federam, constituindo distritos, os quais continuam a manter a demarcação actual”. Defendia ainda que não se extinguissem os administradores dos concelhos, os quais deveriam ser nomeados em concursos e serem funcionários de carreira<sup>21</sup>.

Perante o atraso da discussão, por falta de contenção, pois muitos retomavam ideias já apresentadas, alguns deputados propuseram sessões parlamentares duplas, uma de dia e outra à noite, para permitir que a discussão do Código pudesse decorrer paralelamente à de outros assuntos. O projecto inicial da comissão, com ajustamentos, acabaria por passar na generalidade, havendo quem nele visse a concretização possível das promessas republicanas, sem o questionar. De entre as propostas neste sentido, sublinhe-se a de Valente de Almeida:

**A Câmara, reconhecendo que este projecto de lei, pelas suas bases descentralizadoras e pelos princípios, sob que se estabelece de autonomia dos corpos administrativos, satisfaz a uma legítima e inequívoca aspiração nacional; reconhecendo que só há vida política enérgica e digna, progresso social e riqueza pública em estados dotados de instituições locais florescentes, objectivo invejável que se não pode alcançar sem o influxo de boas leis; e reconhecendo que o projecto de Código Administrativo realiza essas condições benéficas e necessárias, resolve aprová-lo na generalidade.** DCD, sessão de 12.03.1912.

[21] DCD, sessão de 07.03.1912.

Para este deputado, o projecto do código assegurava a garantia expressa da descentralização administrativa e da autonomia das corporações regionais e locais, considerando que, para tanto, tinha sido necessário “que uma revolução política se fizesse e instituições republicanas se implantassem na nossa terra”. Só isso já justificaria os sacrifícios passados para a mudança de instituições políticas.

No início da discussão na especialidade, aprovou-se que esta se fizesse por capítulos e que as emendas apresentadas fossem remetidas à comissão de administração pública, a fim de esta emitir o seu parecer e integrar as emendas no texto (sessão de 19.03.1912). E, uma vez que, a sessão legislativa devia terminar nos inícios de Abril, o Congresso (reunião das duas câmaras) aprovou, em sessão de 29.03.1912, uma prorrogação em dois meses, com base num acordo de programa mínimo que constava da discussão do Orçamento, Código Administrativo e Lei Eleitoral. No final do prolongamento, seguiu-se ainda uma nova prorrogação da sessão até 10 de Julho.

Foi a partir daqui que se acentuaram as clivagens entre os vários blocos partidários e mesmo

dentro destes: acusava-se ou verificava-se que a comissão nem sempre respeitava as propostas aprovadas no plenário, com esta a argumentar que algumas propostas eram contraditórias com outros pontos, não se coibindo mesmo de formular sugestões novas; acusava-se um grupo de não querer eleições e de dilatar a discussão (democráticos) ou outro de as querer a todo o custo (evolucionistas)!

Uma das questões mais acesas teve a ver com a divisão administrativa do território, em torno da questão distrital e da recriação das juntas gerais de distrito: uns insistiam na introdução das províncias, enquanto divisões histórico-naturais, tal como sempre defendera o Partido Republicano, mas o projecto transigia com o distrito, porque entretanto um ministro do Interior se lembrara de consultar os governadores civis, os quais, obviamente eram contra a sua própria dissolução. Jacinto Nunes teve de explicar a opção, numa retrospectiva histórica que ficou clara:

**Entende o Sr. Eduardo de Almeida, que deve estabelecer-se a divisão provincial e não a distrital. Devo dizer a S. Exa. que no projecto primitivo, que tive a honra de submeter à apreciação da comissão nomeada pelo Ministro do Interior do Governo Provisório, eu tinha estabelecido a divisão provincial. Nisso estava de acordo com o projecto, que há dois anos formulei, por incumbência do Directório dessa época.**

**Apenas, porém, constou que estava estabelecida a divisão provincial, levantou-se no país uma oposição contra essa divisão administrativa. Vieram Castelo Branco, Guarda e Aveiro, que não se limitaram a protestar indignadamente: ameaçaram. Veio Viana do Castelo e vieram os representantes doutras sedes de distrito, que se viam ameaçados de perder essas sedes, isto é, os interesses que tinham sido criados à sombra da divisão distrital.**

**O Ministro do Interior, vendo as reclamações que se levantaram em todo o país entendeu que devia dar-lhes satisfação.**

**Optou-se, então, pela divisão distrital. Eu, Sr. Presidente, costumo ser franco quando falo; talvez, mesmo, demasiado franco.** DCD, sessão de 19.03.1912.

Jacinto Nunes teve de se esforçar durante meses para tentar manter minimamente as linhas de força do projecto que era apresentado pela comissão a que presidia, através de múltiplas e longas intervenções em defesa da autonomia municipal, ele que tinha sido presidente da Câmara de Grândola durante cerca de quatro décadas, em plena Monarquia, com frases que ficaram nos anais do parlamento. Exemplo:

**O município é o organismo mais importante do país. Dou mais pela organização dos municípios do que pela organização dos chamados poderes públicos. É o município que me dá a iluminação, a viação, a boa calçada, o chafariz, o médico, etc. Tudo quanto dou ao município, recebo-o em garantias, mas o que dou para o Estado não sei se o recebo em melhoramentos.** DCD, sessão de 19.04.1912.

Neste domínio da valorização do município, para além da atribuição de funções e dos recursos, o que mais se discutiu foi a relação com os poderes hierarquicamente superiores e, sobretudo, com o poder central. Para muitos, todo o mal se restringia à centralização e à sua personificação local, o administrador do concelho, enquanto agente do governo, sobre o qual recaíam todas as acusações, numa verdadeira diabolização, embora alguns mostrassem a possibilidade de regeneração dessa figura no novo regime político e outros apontassem as suas funções, agora exclusivamente policiais e não políticas, como necessárias para garantia da ordem pública. Uns evocavam casos condenáveis e pediam coerência entre os princípios apregoados na oposição e a prática no exercício do poder. Outros pensavam como Álvaro de Castro, um jovem deputado democrático, para quem os princípios nem sempre se podiam aplicar e a questão do administrador relevava de um problema maior, a unidade do Estado, não podendo ser dispensado com esse ou outro nome<sup>22</sup>.

---

[22] DCD, sessão de 01.05.1912.

[23] DCD, sessão de 01.05.1912.

[24] DCD, sessão de 01.05.1912.

Na mesma linha, se levantava outro jovem do Partido Democrático, Ramada Curto, sublinhando “a necessidade e a vantagem de manter junto das autarquias locais delegados de confiança do poder central, com atribuições que, salvaguardando os interesses da República, de forma alguma colidam com a autonomia administrativa local”. E condenava o “apriorismo de princípios”, que levava os republicanos a virem para as pugnas legislativas com o mesmo elan com que se apregoava a República nos comícios. Na situação de ameaça monárquica, que não desarmava e avançaria na primeira oportunidade, mal andariam a República e os republicanos se, numa “grave ingenuidade”, confiassem nas “nossas instituições e nas nossas belas doutrinas, e, imbecilmente, déssemos aos nossos inimigos todas as armas de defesa”<sup>23</sup>.

A expressão de tais posições, que acolhiam muitos “apoiados”, suscitava, porém, a oposição dos republicanos mais históricos, essencialmente do Partido Evolucionista e de independentes, com alguns, entre eles Jacinto Nunes, a considerarem que a República não se podia resumir à mudança de uns homens por outros, mas teria de produzir uma mudança legislativa e, conseqüentemente, esses cargos tão criticados teriam de desaparecer. O novo Código Administrativo seria uma contribuição decisiva para a mudança da vida pública, desde que lá ficassem os princípios defendidos desde sempre pelos republicanos, lamentando as posições defensivas dos que consideravam o país incapaz e num estado de ignorância profunda. As funções de polícia poderiam ser assumidas perfeitamente pelos presidentes das comissões executivas das câmaras<sup>24</sup>.

E, naturalmente, surgiam outras posições intermédias, como as de Casimiro Sá, que não aceitava suprimir uma função só porque durante muito tempo os respectivos funcionários tinham abusado. Por isso, sugeria uma alternativa para o administrador de concelho, a da criação de uma magistratura de carreira, através de concurso, sendo conveniente que os funcionários do Ministério do Interior tivessem percorrido antes toda a escala nos diversos órgãos

administrativos<sup>25</sup>.

Mas alterada a política, para quê alterar os cargos, perguntava o bastante interveniente deputado Moura Pinto, que insistia na alteração de regime como factor de alteração dos comportamentos políticos dos administradores. E enunciava as posições dos governadores civis numa consulta realizada pelo ministro do Interior sobre os administradores de concelho, em que só os de Santarém e Angra se tinham manifestado contra a conservação da figura do administrador, todos os outros se manifestando a favor<sup>26</sup>.

A questão dos administradores, pelo significado simbólico que encerrava, era polémica e fracturante (mesmo no interior das diferentes correntes partidárias), esgrimindo-se em torno dessa figura parte do combate político que a elaboração do código administrativo suscitou, uma vez que, gorada a hipótese federal, a discussão se desenvolveu em torno do municipalismo. Perante a persistência na defesa da manutenção do cargo ou de figura homóloga por parte dos jovens “democráticos”, a um velho republicano, como Jacinto Nunes, parecia que a única preocupação era a “de garantir a onipotência política do Poder Central, considerando a existência da República ligada à existência desses administradores”. Ou, face à manifesta secundarização dos princípios pela nova geração republicana, Brandão de Vasconcelos diria: “Pelos princípios é que nós combatíamos há muitos anos, pelos princípios é que se proclamou a República”. E António Granjo não se coibiria de apontar o oportunismo partidário: “coisa extraordinária: os que mais gritavam, quando era Ministro o Sr. António José de Almeida, contra o caciquismo, são os que agora mais lutam pela conservação da entidade, que é o mais completo símbolo desse mesmo caciquismo”. E lamentava que se “perdesse o ensejo de se garantir o municipalismo em toda a sua pureza e em toda a sua grandeza, preferindo a conservação de entidades que representam um desmentido à propaganda do partido republicano”<sup>27</sup>.

Naturalmente, as jogadas partidárias e as suas tácticas políticas, após a divisão do PRP, passaram ter uma importância determinante. A única proposta alternativa a ter maioria para ser considerada pela comissão, conforme votação em sessão de 8 de Maio de 1912, foi a de Moura Pinto sobre a possibilidade de criação de delegados do ministro do Interior, de sua livre nomeação, quando este achasse oportuno, com funções de informação para o governo, num compromisso para substituir os administradores de concelho. Entretanto, começava a chegar ao fim o mandato legislativo, não sendo previsível a finalização do projecto, que deveria ser dado como discutido e aprovado até 10 de Junho de 1912. Acontecia muitas vezes que, no final da tarde, à hora das votações, já não havia deputados suficientes para assegurarem o quórum e a sessão tinha de ser encerrada. Neste quadro, Moura Pinto propôs a realização de três sessões nocturnas por semana, para se conseguir a discussão do Código Administrativo, do Orçamento e lei eleitoral. Outros advogavam já que se aprovasse apenas o orçamento e se deixasse a elaboração do código para outra altura.

---

[25] DCD, sessão de 01.05.1912.

[26] DCD, sessão de 01.05.1912.

[27] DCD, sessão de 04.05.1912.

Mas uma nova lei eleitoral teria sempre de ser elaborada e aprovada, como forma de introduzir a normalidade na vida política, uma vez que a legislação de 1911 tinha sido um mero expediente para legitimar apenas o mandato da constituinte, e a função legislativa do Congresso resultara apenas de uma auto-extensão desse mandato, sem novo recurso à urna. Mais uma vez Jacinto Nunes tomava posição contra os que só queriam discutir o Orçamento, colocando mesmo a hipótese de deixar cair o projecto de código, perante a eventualidade de se não fazerem eleições, objectivo que os evolucionistas não se cansavam de exigir, defendendo que se não encerrasse o Congresso sem, pelo menos, votar a lei eleitoral<sup>28</sup>.

As eleições eram indispensáveis e prioritárias para legitimar o regime e os respectivos órgãos aos diversos níveis, mas não apresentar o código, como sublinhava Brito Camacho, ao fim de dois anos de trabalho e com base numa comissão composta por pessoas de idoneidade, seria uma demonstração da incapacidade de legislar por parte da República. Também António Granjo exigia que se terminasse a discussão das três leis apontadas, afirmando não compreender que “após a votação da Constituição, se persista num regime administrativo que constitui uma verdadeira e intolerável ditadura” e a perpetuação desse regime constituía um factor para “o espírito de conspiração que se está exercendo contra a República”<sup>29</sup>.

---

[28] DCD, sessão de 15.05.1912.

[29] DCD, sessão de 15.05.1912.

[30] DCD, sessão de 16.05.1912.

[31] DCD, sessão de 17.06.1912.

A discussão das leis normalizadoras do regime já não se dissociava do clamor público. Mas para outros as prioridades eram diversas: Ezequiel de Campos, perante o quadro acima traçado, propunha que se desse “preferência máxima em todas as sessões futuras antes de se tratar do Orçamento, ou do Código Administrativo, ou da lei eleitoral, aos projectos de lei de valor económico-financeiro já tratados, no todo ou em parte, no Senado ou na Câmara dos Deputados, nomeadamente porto franco, caminho-de-ferro do Alto Minho, utilização dos terrenos incultos e hidráulica agrícola, dragagem da barra do Guadiana e os mais fundamentais relativos ao Porto, de modo que fiquem terminados de vez antes de se encerrar o Parlamento, fazendo-se as necessárias sessões conjuntas”<sup>30</sup>.

Na sessão de 17 de Junho de 1912 apresentava-se um novo governo, o terceiro constitucional, chefiado por Duarte Leite, com base num programa mínimo para terminar a legislatura, apoiado pelos três partidos, que consistia na aprovação do Orçamento. Após as intervenções dos chefes partidários, Jacinto Nunes lamentaria que, nesse quadro, se já não pensasse em aprovar, na sessão legislativa (já prorrogada) o Código Administrativo, nem a lei eleitoral, sugerindo mesmo que, em alternativa, fosse adoptada uma solução que passava pela correcção do código de 1896 com as moções de emenda que tinham sido apresentadas no Congresso Municipalista do Porto. A resposta do novo chefe do governo, Duarte Leite, foi, naturalmente, uma devolução da responsabilidade ao Parlamento e aos seus atrasos na discussão<sup>31</sup>.

A discussão terá azedado nos corredores do Congresso, pois Jacinto Nunes, com todo o seu



prestígio de velho republicano e de especialista na matéria, já se opusera a uma moção de teor idêntico ao que agora propunha (o que lhe foi mesmo lembrado num aparte), sendo acusado de obstaculizar qualquer alteração ao “seu” projecto, que lhe desvirtuasse a pureza originária. Por isso não foi estranha a sua declaração no dia seguinte: perante a acusação que lhe era feita de usar como “meio dilatatório” o uso da palavra na discussão do projecto, o que fazia “com o intuito único de defender os princípios que presidiram à sua elaboração e lhe imprimiam carácter”, com alguns desses ataques a virem de membros da respectiva comissão que antes não tinham manifestado divergências, e considerando que não queria responsabilizar-se por alterações que “quebravam a unidade da estrutura do mesmo projecto”, solicitava a dispensa dos trabalhos da comissão de administração pública respeitantes ao projecto do Código Administrativo<sup>32</sup>.

Consultada a Câmara de Deputados, o seu pedido foi rejeitado, embora Jacinto Nunes expressasse a intenção de não voltar mais à comissão. Tornara-se uma figura incómoda, como notou Henrique Cardoso, pois, se todos tinham “imensa consideração pela sua longa vida de trabalhos e dedicação pela República”, a verdade é que introduzia “aquela juvenil anarquia” em qualquer discussão e via “em tudo um ataque à Constituição e às regalias individuais da colectividade (...) sempre a ver a República a fugir da órbita e dos limites constitucionais e a enveredar por ditaduras e leis de excepção”<sup>33</sup>. Crítica esta porventura excessiva, para quem era uma espécie de guardião do templo constitucional e da herança descentralizadora dos tempos da fé republicana propagandeada nos comícios!

Apesar dos prolongamentos da sessão legislativa para o efeito, o Congresso fechava sem ter terminado a discussão do projecto. Depois da retoma dos trabalhos parlamentares, em 10 de Janeiro de 1913, novo governo se apresentava ao Parlamento, desta vez chefiado, finalmente, por Afonso Costa, acumulando a presidência com as Finanças. O novo governo centrou a sua atenção no Orçamento e no controlo do *deficit*, prometeu desde logo a criação do ministério da Instrução e formulou o voto para que “o Parlamento o habilite, o mais depressa possível, a democratizar o país pela execução do Código Administrativo, realizando-se as eleições dos corpos respectivos, visto que vão passadas as razões que ainda há meses as contraditavam formalmente”. E propunha a colaboração do Governo com o Senado no aperfeiçoamento do projecto do Código Administrativo e com a Câmara dos Deputados no da lei eleitoral<sup>34</sup>.

Três dias depois, o Parlamento voltava à discussão do Código Administrativo, com a apresentação do articulado relativo à proposta de Moura Pinto sobre a colocação de delegados do Ministério do Interior nos municípios e suas atribuições: a) de simples informação, inspecção e execução de determinados serviços públicos; b) de autoridade policial. Moura Pinto explicava que essa entidade para substituir os administradores de concelho tinha sido apresentada “quando a opinião da Câmara se dividia, querendo uns os administradores de concelho e outros não, por atribuírem a essas autoridades todos os males”, tendo sido seu propósito retirar o odioso

---

[32] DCD, sessão de 18.06.1912.

[33] DCD, sessão de 18.06.1912.

[34] DCD, sessão de 10.01.1913.

histórico em questão, pois o país não podia dispensar essas entidades”, sendo preciso “que o Governo tenha delegados para se informar da vida dos organismos locais, vigiando pela boa administração”, mas sem intervirem nas resoluções camarárias, nem procederem a buscas ou levantarem autos<sup>35</sup>.

Vários deputados viram nesta proposta mais uma contradição, a acrescentar a outras, no projecto em discussão, com dificuldades óbvias para apreciação no Senado, pelo que sugeriram uma nova comissão que harmonizasse todas as disposições. Mas Jacinto Nunes sentenciava: “Já ninguém se entende, pois que já nada resta da estrutura do Código Administrativo. Nos termos da proposta do Sr. Moura Pinto, os municípios ficam sendo de soberania...de cana verde”. E terminava dizendo que era melhor não fazer nada, do que concluir um Código Administrativo nos termos em que se vinha fazendo, ou seja, “um caos”<sup>36</sup>.

A dinâmica da discussão do Código perdeu-se ao longo de 1913, já só era abordado de quinze em quinze dias, no meio de múltiplos pequenos projectos e de acusações mútuas entre governo e parlamento e os grupos políticos, sobretudo à medida que o governo de Afonso Costa dissolvia comissões municipais evolucionistas, sem qualquer sindicância prévia. Mas Afonso Costa reiterava o seu empenho na aprovação e promulgação tanto do código administrativo como do eleitoral, revelando pressões realizadas junto de alguns deputados para o efeito, pois considerava que se estava em condições para se proceder à normalização da vida política. Em sessão do Congresso de 29.05.1913 votou-se nova prorrogação de dois meses, de modo a poder-se cumprir a parte do programa mínimo (Código Administrativo, Lei Eleitoral) que o mesmo congresso aprovava cerca de um ano antes, mas que continuava em falta.

Finalmente, em sessão de 6 de Junho de 1913, procedeu-se à votação da última redacção do Código Administrativo, sendo dispensada a sua leitura, para depois o texto ser enviado ao Senado. Em 25 de Junho, o Senado devolvia o Código, com a introdução de algumas alterações.

## O papel do Senado

Entretanto, o que tinha feito a segunda câmara do Congresso, perante a evolução da discussão do Código Administrativo na Câmara dos Deputados?

No contexto da aprovação pelo Congresso do programa mínimo aprovado em 29.03.1912, o Senado passou a equacionar a urgência dessas leis, ponderando acompanhá-las desde logo. Assim, uma proposta do senador Miranda do Vale, em 11 de Abril de 1912, levou a que fosse eleita uma comissão para elaborar a lei eleitoral, ainda que em complemento à comissão idêntica da Câmara dos Deputados, como forma de ganhar tempo, uma vez que esta se encontrava atarefada com o Orçamento e o Código Administrativo, cujas comissões do Senado poderiam também ir acompanhando os respectivos trabalhos para poderem emitir parecer em tempo

---

[35] DCD, sessão de 13.01.1913.

[36] DCD, sessão de 14.01.1913.

oportuno, sem precipitações. A preocupação era um facto, perante o atraso dos trabalhos e a conveniência de cumprimento do calendário político, sendo as eleições para os órgãos locais consideradas uma prioridade. Reconheciam-se as críticas públicas ao Parlamento, acusado de se fixar em pequenos projectos que acresciam à despesa e de esquecer as leis estruturantes e de obrigação constitucional<sup>37</sup>.

O Senado teve de suportar a longa demora na elaboração do projecto de Código Administrativo pela Câmara de Deputados, embora acompanhando-a de perto, pelo que o parecer e propostas que sobre ele emitiu foram relativamente rápidas, revelando o trabalho político subjacente. Com efeito, tendo sido enviado o projecto ao Senado em 6 de Junho, logo em 19.06.1913 era apresentado no Senado o respectivo parecer (nº 214) para discussão, sendo relator Ricardo Pais Gomes. Este parecer apontava para a complexidade da produção do código, a exigir cuidadosa atenção, “tanto mais quanto no regime do projecto referido, de larga autonomia local, há a não perder de vista inovações”, que, podendo remeter-se para a tradição, divergiam de novas tradições entretanto criadas pelo regime monárquico constitucional, o que traria dificuldades para uma boa administração, por falta de “preparação conveniente”. Era o caso do referendo, por falta de tradição cívica, daí a necessidade de estudar a sua aplicação parcimoniosa, não compatível com o “presente na vida administrativa local”. Mas, sendo urgente a resolução das contradições derivadas dos códigos de 1876 e 1896, bem como assegurar novas eleições, a comissão do Senado, na impossibilidade de fazer “um estudo consciencioso e completo” do projecto no curto prazo da sessão legislativa, a comissão entendeu, depois de ouvir o presidente do ministério (Afonso Costa) propor uma solução intermédia para modificar o “regime dos corpos administrativos, já harmonizando-o com princípios que devem ser prática iniludível numa sã democracia, já dando ensejo, necessário e urgente, a que cesse a ditadura administrativa em que ainda estamos, e seja entregue aos eleitos dos povos a gerência dos seus negócios”. Assim, mantinha-se a legislação vigente numa série de itens (divisão administrativa, governos civis, administradores de concelho, contencioso administrativo e outros), propondo-se em execução como lei transitória um conjunto de artigos do projecto, sobre a organização, funcionamento e atribuições dos corpos administrativos, garantias do regular funcionamento dos mesmos corpos, como único meio de, nas circunstâncias verificadas, “normalizar e harmonizar com a República a administração local”, segundo o parecer de que foi relator Ricardo Pais Gomes, no âmbito de uma comissão em que participava, entre outros, Sousa Fernandes<sup>38</sup>.

---

[37] DSR, sessão de 17.04.1912.

O presidente do ministério (Afonso Costa) declarou que a posição do governo era a de “confirmar o que diz o relatório da comissão que deu parecer sobre o projecto”. E, assim, o parecer foi seguido de uma proposta, transposta em novo projecto de lei, que veio a ser aprovado, sendo conhecida como a Lei Administrativa nº 88, que seria publicada em *Diário de Governo* em 07.08.1913, representando embora uma parte apenas daquilo que fora discutido pelos deputados. Ou seja, não se aprovou o projecto de Código Administrativo elaborado pelos

deputados, nem mesmo com as propostas de alteração do Senado, senão um pequeno extracto, mantendo-se divisões e corpos administrativos que vinham da monarquia, com a recuperação das juntas gerais de distrito e a adequação de algumas atribuições, além da laicização da paróquia, donde é excluída a presidência do pároco por inerência que ainda era aceite pelo código de 1896.

Sublinhe-se que também a Lei Eleitoral foi aprovada nesta altura, embora ainda mais restritiva do que a de 1911, pois só podiam votar os portugueses do sexo masculino que soubessem ler e escrever, no gozo de direitos políticos, afastando os chefes de família analfabetos e os militares no activo, além das mulheres, o que trouxe largo descontentamento contra o Partido Democrático.

De qualquer modo, o jogo político de Afonso Costa e dos seus correligionários permitia-lhe, assim, seis meses após iniciar o governo, ultrapassar as delongas da Câmara dos Deputados, mas também evitar as suas propostas mais revolucionárias, as que poderiam produzir uma nova reorganização administrativa e uma reconfiguração incerta dos poderes. Numa altura em que já se falava de uma conflagração europeia e o regime estava longe de consolidado, os democráticos consideravam mais seguro ocupar o poder do que transformá-lo, reduzindo as reformas ao estritamente necessário, a que não faltaria, porventura, a tentação denunciada pela oposição, de assegurar o controlo e a influência dos governadores civis, nomeados pelo ministro, e dos administradores de concelho, nomeados por aqueles, todos magistrados sobreviventes graças à acção parlamentar dos democráticos. Por isso, Afonso Costa podia considerar-se satisfeito na sessão do Congresso (30 de Junho) que aprovou os referidos diplomas, apesar das acusações de que era alvo por parte dos opositores:

**Encerrando-se hoje a sessão legislativa, observa que ela foi imensamente profícua em trabalho útil para a República. O Parlamento teve as suas horas desagradáveis, teve amigos e detractores, mas o que é verdade é que se fez uma obra com que nem os mais optimistas podiam contar. Fez-se a lei eleitoral, fez-se a parte necessária do Código Administrativo para se proceder desde já às eleições, entregou-se a instrução às câmaras municipais, organizaram-se muitos capítulos do Orçamento, fez-se uma larga legislação de fomento, numa palavra, fez muita obra importante, e só quem não tiver nenhuma parcela de justiça poderá deixar de considerar como útil para a República esta sessão legislativa. Saúda por isso, em nome da República, o Parlamento Português.** Diário do Congresso, sessão de 30.06.1913.

Foi, então, possível organizar eleições para Novembro de 1913, pelo que só em Janeiro de 1914 houve, finalmente, vereações eleitas por consulta popular no exercício do poder local.

Sublinhe-se, ainda, que, passados cinco meses depois de aprovada, a Lei nº 88 foi suspensa em

alguns artigos pelo Decreto n.º 258, de 31.12.1913, ou seja, nas medidas de cuja execução poderia resultar aumento de despesa, numa altura em que o governo procurava mostrar resultados no controlo do orçamento.

### Depois da Lei de 1913

Em 09.02.1914, caía o governo de Afonso Costa, atacado pela coligação das várias forças políticas, sucedendo-lhe um outro presidido por Bernardino Machado, que durou menos de seis meses (09.02 a 23.06.1914), para lhe suceder outro ainda chefiado pelo mesmo (23.06 a 12.12.1914), o qual teve de enfrentar a situação decorrente do início da Primeira Guerra Mundial.

Entretanto, a produção do código administrativo voltaria a ser retomada no Senado em 1914, sendo criada uma nova comissão para revisão do projecto apresentado pela Câmara dos Deputados, para produzir uma solução corrigida. Com a apresentação de novo parecer e projecto revisto, voltaram à liça os temas já antes abordados, com alguns senadores a tomarem posição sobre os conceitos estruturantes da administração.

Recuperam-se as anteriores dicotomias, com alguns afloramentos novos ou meros ajustamentos de discurso: fala-se agora de concentração (para atenuar o efeito de centralização), de associações (em vez de federações) entre municípios para a realização de melhoramentos comuns, da introdução da província e discussão do distrito como instâncias administrativas, da possibilidade de congressos provinciais, já num tom mais moderado. Muitas intervenções, com longos discursos, uns com fundamentações eruditas, outros mais pragmáticos. Mas sublinhava-se que o fervor pela descentralização já não eram defendidos com o calor de outrora<sup>39</sup>.

Surgiram ainda de novo os defensores da federação, usando argumentação sustentada no evolucionismo histórico. Com antecedentes na monarquia constitucional, este tipo de discurso republicano ficou para trás, mas senadores como Goulart de Medeiros continuavam a defender os princípios federativos como a forma de organização natural das sociedades humanas, condenando a tradição administrativa portuguesa da monarquia liberal por adoptar as fórmulas de organização artificial inspiradas no modelo francês<sup>40</sup>.

E continuavam presentes os defensores das reformas minimalistas. Daniel Rodrigues criticou fortemente o novo parecer, que “só poderia contribuir para piorar a obra que foi submetida ao voto desta casa do Parlamento”, dado ter sido produzido por uma comissão “discordante nos seus critérios”, resultando numa “obra também desconexa, incoerente, ilógica”, defendendo a sua não aprovação pelo Senado. E sublinhava, não sem alguma razão, que “os legisladores nunca podem fazer obra profícua em colaboração colectiva. Os grandes monumentos legislativos saem, por via de regra, das mãos duma só pessoa, conquanto recebam influxo subsídio e

---

[39] DSR, sessão de 11.03.1914.

[40] DSR, sessão de 11.03.1914.

colaboração doutras”. Em sua opinião, o Código Administrativo devia ser confeccionado pelo Poder Executivo sobre bases fixadas e aprovadas no Parlamento<sup>41</sup>.

De qualquer forma, a comissão apresentou parecer (nº 42) e projecto sobre vários capítulos do Código Administrativo, quer para aprovar novas disposições, quer para rever a lei nº 88, que subiram a votação em 17 Junho de 1914, sendo aprovados na generalidade no plenário do Senado, começando a discussão na especialidade. Mas uma nova crise política (que levaria a novo governo em 12.12.1914, com Azevedo Coutinho, que duraria apenas 44 dias, caindo sob o “movimento das espadas” e a ditadura de Pimenta de Castro, com muitos parlamentares a demitirem-se e o congresso a ser encerrado) e a conjuntura marcada pela guerra mundial secundarizavam o projecto do código administrativo, não obtendo parecer favorável na Câmara dos Deputados.

Ainda seriam publicadas algumas leis dirigidas à administração local durante a I República, mas a conta-gotas e de forma fragmentada. Sublinhe-se a Lei nº 621, de 23.6.1916, referente às condições de criação de concelhos e freguesias (nova designação da paróquia civil) e pela qual a junta de paróquia passa a ser designada por junta de freguesia<sup>42</sup>. Mais tarde, em 1919, o então ministro do Interior, José Relvas, por Portaria de 26.02.1919, mandou imprimir para ser estudado um projecto de código do director geral da Segurança Pública, João Lopes Carneiro de Moura, como forma de superar a dispersão de uma legislação que ainda contemplava artigos dos códigos de 1878, 1896 e Lei de 1913, a que se juntavam outras disposições avulsas. Mas o texto não oferecia condições mínimas, sendo juridicamente arrasado por João Tello de Magalhães Colaço, o qual começa a sua abordagem crítica da seguinte forma: “Desde 1911, que, no nosso direito, este Código traja as vestes d’ O Desejado... Terá chegado, enfim, na figura do actual projecto”<sup>43</sup>. Mas este projecto também não passaria de um texto impresso, nem chegando a ser analisado no Parlamento!

Ainda no campo do poder local, publicou-se a Lei nº 1453, de 26.7.1923, que regulamentava os adicionais à colecta (75%). E, finalmente, o Decreto nº 9356, de 08.01.1924, pelo qual os cargos de administradores de concelho eram suprimidos, mas as suas funções mantinham-se e seriam exercidas por cidadãos nomeados pelo governador civil, de entre funcionários civis e militares no activo ou na reforma, deixando o cargo de ser um lugar remunerado, mas recebendo os ditos funcionários o vencimento a que tinham direito, mantendo-se, porém, os administradores de bairro em Lisboa e Porto. No preâmbulo do decreto, considerava-se que “seria de desejar a eliminação completa (...) satisfazendo assim uma velha aspiração dos republicanos dos tempos de propaganda doutrinária do ideal democrático (...) mas considerando que tais organismos não podem ser extintos de momento (...)”<sup>44</sup>. Ou seja, o administrador continuava, mas desaparecia a designação, além de serem nomeadas outras personalidades. Enfim, um verdadeiro jogo de sombras do governo de Álvaro de Castro, com

---

[41] DSR, sessão de 24.03.1914.

[42] A criação de novos concelhos só foi permitida após a aprovação da lei administrativa de 1913: foram depois aprovados oito novos concelhos, sendo recusados outros projectos com o mesmo fim, como foi o caso do referente a Riba d’Ave.

[43] Colaço, 1919:7.

[44] Decreto nº 9356, de 08.01.1924.

Sá Cardoso a ministro do Interior, então membros do Partido Republicano de Reconstituição Nacional (criado em 1920).

Sublinhe-se que as funções do administrador do concelho, cargo criado por decreto de 18 de Julho de 1835, só seriam extintas definitivamente pelo decreto n.º 27424 de 31.12.1936, já em pleno Estado Novo, regime responsável por novo Código Administrativo, em 1940 (Decreto-Lei n.º 31095, de 31.12.1940), mas com uma matriz completamente diferente do produzido pelo ideário republicano.

### **Considerações finais**

A Primeira República, herdeira do combate republicano das décadas anteriores, não teve condições para aplicar as medidas federalistas, municipalistas e de larga descentralização defendidas no tempo da propaganda como linha político-ideológica do velho Partido Republicano Português, que depois se cindiu. A discussão parlamentar do projecto de um novo código administrativo não encontrou os consensos necessários para a aplicação de uma profunda reforma administrativa, limitando-se à aprovação parcial do articulado mais consensual e necessário para a promoção de eleições dos corpos administrativos. Essa aprovação concretizou-se, como solução de recurso, na Lei Administrativa de 1913, que ficou longe de ser um código segundo os padrões jurídicos, continuando a sua aplicação a ser acompanhada de normas estabelecidas pelos códigos de 1878, 1896 e outras leis avulsas, numa complicada teia difícil de deslindar. E a vida local, embora beneficiando de alguma margem de acção para efeito das suas deliberações, continuou manietada pelas decisões do poder central, o qual, sujeito a sucessivas convulsões, não garantia a estabilidade necessária para alterar a situação, lá se mantendo o administrador do concelho e o regedor, numa persistência exemplar da incapacidade de um regime acochado não só pelos monárquicos como pela sua própria sombra, submergindo os velhos militantes defensores dos princípios políticos à luz do mero oportunismo de regime e, sobretudo, do oportunismo partidário.

## Fontes

- Actas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911*, 1986. Lisboa: Assembleia da República.
- Decreto nº 258 de 31 de Dezembro de 1913. *Colecção de Legislação Portuguesa de 1913*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 1034.
- Diário da Câmara dos Deputados, 1911-1926*. Versão digital: <http://debates.parlamento.pt> [DCD]
- Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Versão digital: <http://debates.parlamento.pt>
- Diário do Congresso da República, 1911-1926*. Versão digital: <http://debates.parlamento.pt>
- Diário do Senado da República, 1911-1926*. Versão digital: <http://debates.parlamento.pt> [DSR]
- Lei nº 88 de 7 de Agosto de 1913. *Colecção de Legislação Portuguesa de 1913*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 482-502.
- OLIVEIRA, Carlos, 1924 - *Código Administrativo. Leis n.ºs 88, 621 e 1453 de 7 de Agosto de 1913, 23 de Junho de 1916 e 26 de Junho de 1923, anotadas*. Lisboa: Lúmen.
- Projecto de Código Administrativo elaborado pela comissão nomeada por decreto de 25 de Outubro de 1910*. Lisboa: Imprensa Nacional.

## Bibliografia

- ALMEIDA-GARRETT, 1871 - *Discursos Parlamentares e Memórias Biográficas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ALVES, Jorge Fernnades, 2010 - Primeira República, poder local e a saga parlamentar para um novo código administrativo. *Revista da Faculdade de Letras- História*, III Série, volume 11, 2010, p. 33-61.
- ARRIAGA, José de, 1886 - *História da Revolução de 1820*. Porto: Livraria Portuense Lopes & C<sup>a</sup>.
- BRAGA, Teófilo, 1983 - *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa: Vega [original de 1880].
- CATROGA, Fernando, 1999 - *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Editorial Notícias.
- CHAGAS, João; COELHO, ex-tenente, 1901 - *História da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*. Lisboa: Empreza Democrática de Portugal.
- COLLAÇO, João Maria Tello de Magalhães, 1919 – *Notas a um projecto de Código Administrativo*. Coimbra: edição de autor.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, 1990 - *A Propaganda Republicana, 1870-1910*. Coimbra: Coimbra Editora, 1990.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1978 - *História da Primeira República Portuguesa. As estruturas de base*. Porto: Figueirinhas.
- NOGUEIRA, José Félix Henriques, 1979 - *Obras Completas*. Lisboa: Imprensa Nacional (org. de António Carlos Leal da Silva).



- NUNES, José Jacinto, 1894 - *Projecto de Código Administrativo*. Lisboa: Tipografia e papelaria Progresso.
- OLIVEIRA, César (dir.), 1996 - *História dos Municípios e do Poder Local, dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SERRA, João B., 1996 - *Os poderes locais: administração e política no primeiro quartel do século XX*. In OLIVEIRA, César (dir.), 1996 - *História dos Municípios e do Poder Local, dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SOUZA, Marnoco e, 1913 - *Constituição Política da República Portuguesa. Comentário*. Coimbra: F. França Amado, 1913.
- TELO, José António, 2010 - *Primeira República I: do sonho à realidade*. Lisboa: Presença.
- VEIGA, Alves da, 1911 - *Política Nova*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

3.3

Rua José Gomes de Matos n° 1822

### 3.3 Famalicão na I República - a construção de um município pedagógico

Quando da implantação da República, a generalidade das freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão tinha escola primária. Era ao tempo um município com meio século de vida, que tinha beneficiado de uma modernização acelerada, quer na planificação e ampliação do núcleo urbano, quer na rede de comunicações concelhia e transconcelhia. No seu território estavam incluídas a zona industrializada do Ave e zonas agrícolas férteis em vinho, cereais, forragem. Local de intenso comércio fixo, o centro urbano desenvolveu-se como sede administrativa, comércio, serviços, congregando a economia industrial e a economia agrícola. O concelho era atravessado pelos dois principais destinos viários e ferroviários, de circulação de pessoas e bens, na região: o eixo Interior-Litoral, desde o Alto Tâmega à Foz do Ave, ligando Chaves, Guimarães, Vila do Conde; o eixo Norte-Sul, ligando Braga e Porto.

A diversidade económica, congregando os sectores primário, secundário e terciário, repercutia-se na mobilidade sociocultural. A presença de uma burguesia de serviços e negócios repercutia-se no fomento de unidades hoteleiras e na animação de espaços culturais e de lazer. A escolarização foi intensificada na transição de Oitocentos e o regime republicano, para além das frequentes proclamações de princípio em abono do fomento da instrução, fez-se sentir na regular manutenção da rede escolar, na criação de algumas escolas, na conversão de algumas outras em mistas e, essencialmente, na criação e municipalização da Escola Primária Superior.

Ainda que a instrução tenha estado sempre na ordem do dia e tivesse havido matéria de deliberação frequente, a tónica política foi de regularidade, e a ênfase reformista foi colocada na Escola Primária Superior, constituída por uma secção técnica e por uma secção comercial, adequadas ao desenvolvimento económico e sociocultural local. Pode assim falar-se de uma política orientada para a consolidação do *município pedagógico*. A criação de uma Escola que prolongasse os estudos, adequada aos interesses locais, tinha sido tentada no final da década de oitenta do século XIX, com as modalidades de Escola Primária Complementar e de cursos profissionais.

De forma necessariamente sumária, proponho-me dar notícia das principais iniciativas e analisar a argumentação que contém um potencial de desenvolvimento: população; economia industrial, comercial e agrícola; centro urbano desenvolvido; uma ampla rede de escolas (garantia de frequência), com que a Câmara reagiu à extinção da Escola Primária Superior, vindo a obter a abertura da mesma constituída pelas secções comercial e técnica. Tomarei como principal fonte os Livros de *Actas da Comissão Executiva da Câmara de Vila Nova de Famalicão*, pelo que referirei apenas a data da respectiva reunião.

**3.3.1** A implantação da República foi aclamada com júbilo pelo governo municipal e pelos cidadãos, que acorreram massivamente a subscrever o Auto concelhio de Proclamação do novo Regime. Entre as dezenas de subscritores contavam-se, para além dos Membros da Comissão Republicana Local, individualidades que haviam exercido funções no Regime Monárquico e que aproveitaram o ensejo para publicamente aderirem ao novo regime. Logo na primeira reunião, a Comissão Executiva da Câmara deliberou, entre outros assuntos, criar lugar para que o povo assistisse às sessões. Para o efeito, mandou que fossem colocados bancos na sala de reuniões e que as reuniões de câmara passassem a ter lugar às onze horas de cada sábado, por ser a horário mais conveniente para os cidadãos. A educação e a instrução foram tomadas em atenção logo nas primeiras reuniões. Assim, na 3ª reunião de Câmara (22 de Outubro de 1910), quando do Balanço do Cofre da Câmara, foi verificado que o saldo da Conta de Instrução Primária na Caixa Geral de Depósitos era de duzentos e noventa e quatro mil quatrocentos e vinte e cinco réis. Nessa mesma reunião, o Vereador Alfredo Costa formulou a seguinte proposta:

**(...) a escola oficial do sexo masculino da populosa freguesia de Louro, deste concelho, está encerrada à cerca de dois anos, estando um grande número de crianças privadas do ensino. Este facto que para a administração monárquica era vulgar e até conveniente, pois tal sistema de governo só podia sustentar-se mantendo a ignorância nas classes populares, é para nós republicanos um crime a que urge pôr termo. A escola do Louro não funciona, todavia, o respectivo professor está vencendo o seu ordenado como se contribuísse com o seu trabalho para o ensino das crianças. O senhor Costa e Sá construiu, a expensas suas, um edifício no Louro, destinado à escola oficial da mesma freguesia. Este edifício foi colectado e por este motivo, aquele cavalheiro, julgando-se melindrado com tal facto, aliás com motivo, não tem consentido que o referido edifício sirva para o funcionamento da escola oficial. Nestes termos que seja nomeada uma comissão que se entenda com o senhor Costa e Sá para tentar remover as dificuldades que impedem o funcionamento da escola do Louro.**

A proposta foi aprovada e nomeada a comissão, não sem que o Presidente da Câmara tivesse alvitado que, na alternativa, fosse procurado um edifício nas freguesias limítrofes. O vice-presidente ofereceu-se para obter edifício na freguesia de Mouquim. Com a intervenção da comissão, o diferendo ficou resolvido e, na reunião de 24 de Outubro de 1910, foi aceite a condição do proprietário que se comprometeu a entregar a escola, ficando a Câmara «com o encargo da décima e reparos da mesma casa». Comprometeu-se também a que, mais tarde, entregaria a referida casa à comissão. Visitando o edifício, os membros da comissão concluíram tratar-se de «edifício espaçoso e arejado, sendo de certo o melhor do Concelho», e que apenas necessitava de pequenos reparos no telhado e na pintura dos caixilhos da frente.

O episódio, que foi resolvido a contento das partes, foi aproveitado pelos republicanos para proclamarem a importância que atribuíam à instrução. A Câmara mostrou-se agradecida ao

proprietário. A generalidade das escolas estava instalada em edifícios adaptados e em edifícios construídos de raiz, mas apenas o de Antas apresentava uma construção escolar específica, dado haver sido construído pelo modelo Adães Bermudes. Eram frequentes os conflitos com os proprietários, ou porque, tendo estes assumido os encargos de adaptação e manutenção dos edifícios arrendados para escolas, entendiam dever passar a beneficiar de um aligeiramento dos impostos municipais, ou porque, não raro, se viam penalizados por as melhorias nos edifícios serem colectadas como se de benfeitorias patrimoniais se tratasse. Protestavam contra o facto de tais edifícios, cujas melhorias eram devidas ao cumprimento das regras de higiene escolar, serem sujeitos a reavaliação e actualização de impostos.

A instabilidade e alguma especulação nas rendas, por parte dos proprietários das casas de escola, estão na origem da declaração proferida pelo presidente da Câmara, na sessão de 5 de Março de 1910:

**(...) sendo a maior parte das escolas oficiais deste concelho instaladas em prédios pertencentes a particulares e constando que estes tratam de despedir das casas os seus inquilinos em razão da recente portaria do Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda que manda colectar os mesmos prédios pela importância das rendas, achando-se assim os proprietários prejudicados em razão de por seus prédios terem de pagar mais contribuição do que quaisquer outros proprietários, e além disso a circunstância de ser quase impossível adquirir casa rapidamente impedindo o funcionamento das escolas com grave prejuízo da instrução propunha que se apresentasse aos deputados deste distrito para intercederem perante o Governo e as Câmaras Legislativas a fim de se obstar por qualquer medida superior a semelhante acontecimento.**

Com excepção de conflitos desta natureza e de um ou outro diferendo surgido com a implementação da lei de Separação da Igreja e do Estado (que previa a cedência de bens paroquiais para alojamento das escolas – tal fora o caso da freguesia de Vermoim), os assuntos de instrução apresentam regularidade. Havia, em regra, um mesmo Vereador para a cultura e a instrução, a que foi associado, em algumas vereações, o encargo dos cemitérios.

**3.3.2** Em 1900, segundo o Relatório da Exposição Universal de Paris, havia 25 escolas: Arnoso Sta Maria, Cabeçudos, Carreira S. Tiago, Cavalões - masculina e feminina, Delães, Fradelos, Gavião, Gondifelos, Jesufrei (masculina e feminina), Joane, Landim, Louro, Lousado, Nine, Oliveira Sta Maria, Requião, Riba d’Ave, Ribeirão, Ruivães, Vale S. Cosme, Vermoim Sta Maria, Famalicão (masculina e feminina) [*Exp. Univ.* 1900, p. 20]. Algumas freguesias haviam obtido a duplicação da rede escolar, criando uma escola feminina. Requião tinha escola feminina desde 1909 e a escola feminina de S. Cosme do Vale foi criada em 1910. Em 1911 [*Acta* de 11 de Fevereiro], foi pedida a criação de mais escolas: S. Tiago da Cruz (sexo masculino), Lemenhe

(mista), Landim (feminina). A Câmara aceitou que a mobília das escolas de Lemenhe e Landim fosse oferecida por «um benemérito cidadão», que quis manter-se no anonimato. No mesmo ano, um benemérito, falecido em Lisboa, legou uma verba para a construção de uma escola na freguesia de Bairro e, segundo consta da *Acta* de 29 de Julho de 1911, foi pedida e criada uma escola para o sexo feminino em Telhado.

A Câmara assumia com prudência as despesas que adviriam da criação de novas escolas (arranjo e aluguer do edifício escolar, casa do professor, mobília da escola), pelo que, interpelada pelo Sub-Inspector do Círculo Escolar de Barcelos, sobre se já havia habilitado casa, mobília e utensílios para a escola do sexo feminino projectada para a freguesia de Landim, informou que, nos termos do parágrafo primeiro do Art.º 41 do Regulamento de 19 de Setembro de 1892, não tornaria efectivo tal fornecimento senão depois de decretada a criação da referida escola. Também ficou adiada a resposta ao ofício que o mesmo Sub-Inspector havia dirigido à Câmara, pedindo informação acerca da criação da escola para o sexo feminino na freguesia de Requião. Entretanto a autarquia mantinha activas as verbas de conservação e na mesma Sessão de 10 de Dezembro de 1910 respondeu prontamente ao ofício do professor oficial da Vila, que solicitava a reparação do edifício escolar. Encarregando-se do assunto, o Presidente da Câmara comprometeu-se a tratá-lo junto do «Director das obras Públicas visto já haver o respectivo orçamento e o quantitativo para custear tais obras».

Na sessão de 24 de Agosto de 1912, a Câmara deliberou oficiar ao Ministério do Interior que as residências paroquiais de Gondifelos, Vermoim e Requião poderiam ser adaptadas a casas de escolas primárias, se o Ministério custeasse as reparações a fazer que, no conjunto, não excederiam 500\$00. O Ministério respondera que tais despesas cabiam às Câmaras Municipais. A rede escolar aumentava de forma lenta, e com a possibilidade de co-educação, algumas escolas passaram a mistas, evitando a duplicação da rede. Assim sucedera com a escola de Delães, em 1913. A manutenção escolar revelava-se um pesado ônus, pelo que foi com entusiasmo que, na sessão camarária de 12 de Abril de 1913, foi acolhida e dada a conhecer uma circular da Direcção Geral da Instrução Pública, apelando à colaboração de quaisquer entidades ou corporações para iniciar a construção de edifícios para escolas.

Tal estímulo teve repercussão positiva nas decisões camarárias. Em 16 de Agosto de 1913, o presidente da Câmara deliberou criar uma escola do sexo masculino na freguesia de Arnoso, Sta Eulália, visto não haver escolas na região, e que fosse autorizado o proprietário do edifício alugado para escola de Landim a fazer obras de adaptação, devendo a renda anual mediar entre 20\$00 e 30\$00. De igual modo, foi comunicado aos regedores de Lemenhe e S. Tiago da Cruz que informassem sobre edifícios apropriados para instalação das escolas primárias, e lembrado ao Senhor Pinheiro Braga que seria ocasião de efectivar um oferecimento «que em tempo gentilmente fizera de fornecer mobília e utensílios escolares para estas duas escolas».

Relativamente a S. Tiago da Cruz, em Setembro do mesmo ano, havia já resposta positiva do regedor. Pela *Acta* da sessão de 6.9.1913, em que foram nomeados os delegados escolares, fica a saber-se quais as freguesias com escola: Antas, Arnoso (Sta Maria), Avidos, Bairro, Cabeçudos, Calendário, Carreira, Cavalões, Delães, Fradelos, Gondifelos, Jesufrei, Joane, Landim, Louro, Lousado, Nine, Oliveira, Ribeirão, Ruivães, Telhado, S. Cosme do Vale, Vermoim, Famalicão. Entre Novembro e Dezembro do mesmo ano, foi aberto concurso para as escolas femininas de Ruivães, Jesufrei, Ribeirão, Vermoim. Entretanto tinha sido criada uma escola mista na freguesia de Mouquim. A Câmara deliberou pedir à Comissão Central da Separação a cedência da Moraça [sic] do Passal, na freguesia de Ribeirão, para construção da casa da escola a expensas dos beneméritos cidadãos João José da Silva e António Joaquim Machado, da mesma freguesia (18.2.1914). Criada uma escola para o sexo masculino em Sta Eulália de Arnoso, veio a Câmara a equipá-la com 18 carteiras de 2 lugares; 1 mesa para o professor, 1 estrado, 1 cadeira de braços, 1 cadeira simples, 18 tinteiros, 1 quadro preto de lousa e respectivo cavalete, 1 colecção de quadros de leitura, 1 colecção de mapas corográficos, 1 contador mecânico com pés de ferro, num orçamento global de 86\$90. O mesmo mobiliário e orçamento foram destinados para a de Vermoim, com excepção do quadro preto de lousa (6.5.1914). A escola de Vermoim fora entretanto equipada com sentinas.

A rede escolar foi sendo ampliada, seja por criação de novas escolas seja pela reconversão de outras. Em 1917 havia 53 escolas.

## Evolução da rede escolar

Escola	Categoria	Nomeação	Provimento	Tipo/Provimento
Antas-S. Tiago	mista	3-3-1911	8-3-1911	temporário
Arnoso-S. Maria	masculina	10-2-1887	23-4-1890	definitivo
Avidos	masculina	10-5-1906	12-2-1910	definitivo
Bairro	masculina	6-5-1904	25-10-1910	definitivo
Cabeçudos	masculina	3-1-1985	26-4-1988	definitivo
Calendário	masculina	4-5-1904	4-1-1911	definitivo
Calendário	feminina	22-2-1913	22-2-1913	definitivo
Carreira	masculina	24-5-1908	24-5-1908	definitivo
Castelões	masculina	19-4-1905	26-6-1909	definitivo
Cavalões	masculina	12-7-1907	16-4-1909	definitivo

Escola	Categoria	Nomeação	Provimento	Tipo/Provimento
Cavalões	feminina	12-1-1900	20-5-1904	definitivo
Delães	masculina	vaga		
Fradelos	masculina	10-6-1896	9-1-1909	definitivo
Gavião	masculina	10-2-1899	20-7-1903	definitivo
Gondifelos	masculina	19-4-1895	19-4-1905	definitivo
Jesufrei	masculina	6-12-1913	6-12-1913	interino
Jesufrei	masculina	3-1-1914	3-1-1914	definitivo
Joane	masculina	17-7-1984	11-8-1887	definitivo
Joane	feminina	8-7-1898	24-2-1910	definitivo
Landim	masculina	17-7-1886	18-7-1889	definitivo
Landim	feminina	3-1-1914	3-1-1914	temporário
Louro	masculina	1-9-1887	1-9-1887	definitivo
Louro	masculina	18-10-1913	18-10-1913	interino
Louro	feminina	8-12-1909	8-12-1909	temporário
Nine	masculina	9-3-1911	9-3-1911	interino
Oliveira	masculina	31-8-1905	23-3-1909	definitivo
Pedome	mista	16-4-1913	31-1-1900	temporário
Requião	masculina	31-1-1900	31-1-1900	definitivo
Requião	feminina	14-6-1911	14-6-1911	interino
Riba d'Ave	mista	23-3-1898	19-8-1903	definitivo
Ribeirão	masculina	3-1-1914	3-1-1914	definitivo
Ruivães	feminina	6-2-1912	6-2-1912	interino
Seide-S. Mig	masculina	21-5-1902	21-5-1902	temporário
Telhado	masculina	21-5-1902	16-1-1909	definitivo
Vale S. Cosme	masculina	3-2-1912	3-2-1912	temporário
Vermoim	masculina	2-5-1883	10-9-1890	definitivo
Vermoim	masculina	27-1-1906	27-1-1906	temporário
Vermoim	feminina	13-12-1913	13-12-1913	interino
VN Famalicão	masculina	12-7-1907	12-7-1907	definitivo



Escola	Categoria	Nomeação	Provimento	Tipo/Provimento
VN Famalicão	masculina	23-10-1912	23-10-1912	temporário
VN Famalicão	feminina	7-7-1887	7-7-1887	definitivo
VN Famalicão	feminina	18-10-1913	18-10-1913	interino
<b>Total em 1914 = 43</b>				
Nine	feminina	9-11-1911	9-11-1911	temporário
Mouquim	mista	2-9-1914	2-9-1914	definitivo
Lousado	feminina	21-4-1915	21-4-1915	temporário
Cruz S. Tiago	mista	18-11-1914	18-11-1914	temporário
Brufe	mista	8-7-1914	8-7-1914	temporário
Arnosos - Sta Eulália	masculina	3-7-1914	3-7-1914	temporário
<b>Total em 1915 = 49</b>				
Gondifelos	feminina	12-1-1916	12-1-1916	definitivo
Lemenhe	mista	29-11-1916	29-11-1916	temporário
Fradelos	feminina	18-4-1917	18-4-1917	temporário
Ribeirão	feminina	18-4-1917	18-4-1917	temporário
<b>Total em 1917 = 53</b>				

Fonte. Arquivo da CMF Registo das Folhas dos Vencimentos Mensais dos Professores

**3.3.3** Em consentâneo com a ampliação e regularidade do cumprimento da escolarização infantil, a Câmara desenvolveu iniciativas para alargamento da escolarização a outros públicos, de modo a tornar possível a prossecução dos estudos no espaço concelhio. A noção de autarcia pedagógica saiu também reforçada com a solicitação (e conseqüente autorização) para que os exames do 2º grau pudessem ser realizados na sede do concelho, sem necessidade de as várias dezenas de crianças se continuarem a deslocar a Barcelos, sede da Sub-Inspeção escolar. Essa concessão foi obtida a partir de 1919, cabendo à Câmara assumir as despesas inerentes ao facto. Nesse ano tinham solicitado exame de 2º grau, 47 alunos.

Data também de 1913 uma medida governamental sobre o fomento das Escolas Móveis. Interrogada, através do Administrador do Concelho, sobre o número de Escolas Móveis necessárias, a Câmara informou que seriam 3, vindo a comprometer-se junto do Director Geral da Instrução Pública «com a melhor boa vontade a fornecer a luz necessária às escolas móveis

que aqui se estabeleçam» (23.8.1913). Em Novembro seguinte, o Inspector das Escolas Móveis recomendava que nada faltasse para o regular funcionamento da Escola Móvel de S. Julião do Calendário. A Câmara acolheu com louvor o pedido de autorização do professor oficial da Vila (29.9.1913), para leccionar, na escola oficial, um curso nocturno gratuito. Esse curso entrou em funcionamento, sob a direcção do professor oficial da Vila, e, em 1914, funcionava em simultâneo com um Curso das Escolas Móveis. Em face disso, foi aumentada a gratificação daquele professor.

Também os professores oficiais de Vermoim e Castelões formularam idêntico pedido para criação de cursos nocturnos e apoio para funcionamento dos mesmos. Para o efeito, o professor de Vermoim solicitou que a Câmara apenas custeasse a iluminação da sala (escola masculina). Tais cursos foram autorizados, devendo os professores enviar mensalmente um relatório de frequência. Em 25.11.1914, o Professor do Grupo Móvel da Vila comunicava que a luz do respectivo curso era insuficiente. No mesmo sentido, na sessão de 6.1.1915, a Câmara Municipal analisou um ofício do Professor em Comissão na Escola de Cavalões, pedindo autorização para ensinar particular e gratuitamente indivíduos que ultrapassassem a idade escolar, no edifício da escola e sem prejuízo do horário escolar. Por deliberação de 29 de Setembro de 1919, «foi resolvido criar um curso primário nocturno sob a direcção do professor oficial desta Vila, senhor António Maria Pereira». Em ofício levado a reunião de Câmara em 8 de Dezembro do mesmo ano, foi tido em atenção o mapa de frequência relativo ao curso nocturno, remetido por aquele professor, tendo-lhe sido abonado o emolumento respectivo.

**3.3.4** Mas verdadeiramente relevante para a consolidação de uma estrutura educativa adequada ao quadro económico e sociocultural foi a decisão de a Câmara Municipal solicitar, e ter obtido, autorização para criar e manter uma Escola Primária Superior. Na mesma sessão de 25 de Agosto de 1919, a Câmara recebeu um ofício da Comissão Executiva da Câmara de Barcelos, solicitando «a divulgação, por meio de editais, da escola primária superior, n'aquela vila (...)». Foi resolvido telegrafar ao Senhor Presidente da Câmara de Deputados e Ministro da Instrução, solicitando a criação de uma escola primária superior, na sede deste concelho».

Na acta da reunião de Câmara, com data de 29 de Dezembro de 1919, pode ler-se:

**(...) tendo sido criada a escola primária superior, nesta vila, foi deliberado que se adaptasse a casa que havia sido alugada ao senhor doutor Delfim de Carvalho à rua Pinto Basto para a repartição do Registo Civil à instalação daquela escola, solicitando autorização ao excelentíssimo Ministro para mandar vistoriar, aproveitando o ensejo de reconhecidamente lhe agradecer o melhoramento com que doutou [sic] esta Vila.**

A partir de então, a Câmara municipal passou a disponibilizar uma verba para a renda e para a manutenção do edifício, expediente, mobiliário, material didáctico da Escola Primária Superior.

Esta Escola entrou em funcionamento em Fevereiro de 1921, conforme informação constante da *Acta* de Câmara de 21 de Fevereiro de 1921, em que ficou exarado o protesto da edilidade por não ter sido convidada para o acto de abertura:

**Antes de encerrar a sessão o senhor presidente manifestou amargamente não ter sido a Câmara convidada a assistir à abertura solene da Escola Primária Superior, não obstante nunca ter recusado os meios indispensáveis para a sua instalação, sendo certo que o vereador senhor Barroso declarou que tanto ele como o ilustre director da escola estavam compenetrados de que tal convite teria sido feito pelas autoridades hierárquicas.**

Apesar do empenho da Câmara, que assegurou com regularidade as verbas necessárias ao funcionamento, a existência da Escola Primária Superior manteve-se sob ameaça, e veio a ser extinta por decreto, ainda antes do final de 1921. Tal informação consta da *Acta* da sessão de Câmara de 12 de Dezembro de 1921. Nessa sessão, em face do decreto de extinção, foi apresentada a seguinte Moção:

**A Comissão Executiva da Câmara Municipal de Famalicão em face da extinção da Escola Primária Superior, desta Vila: considerando que este concelho é um dos mais importantes do norte do país sob o ponto de vista industrial, comercial e agrícola; considerando que tem mais de quarenta mil habitantes e com excepção das sedes dos distritos é o quarto em população daqueles onde existem Escolas Primárias Superiores; considerando que nesta Vila ou concelho não existe qualquer estabelecimento de ensino além dum avultado número de escolas primárias gerais o que se não dá com muitas localidades como por exemplo Santo Tirso, Póvoa do Varzim, Guimarães, etc... que apesar de possuírem liceus, Escolas Industriais ou Agrícolas, tem também a sua Escola Primária Superior; considerando que a Escola Primária Superior desta Vila, apesar de funcionar apenas há dois anos, tem já uma frequência regular de trinta e oito alunos, estando-lhe absolutamente assegurada no futuro uma importante frequência escolar; considerando que a criação deste estabelecimento d'ensino representou uma justa aspiração do povo honesto e trabalhador deste concelho; considerando que os professores que actualmente se encontravam em exercício estavam exercendo os seus lugares há um ano aproximadamente sem que pelo seu trabalho tenham recebido qualquer remuneração, tendo-se prontificado a trabalhar de graça para que a escola fosse criada; considerando que esta situação foi regularizada por decreto de trinta de Novembro em que foi autorizado um abono ou subsídio para custear as despesas com a mesma; considerando que esta medida de excepção da extinção da escola de Famalicão em nada se justifica é um crime de lesa instrução popular e representa uma afronta aos sentimentos republicanos e patrióticos do povo deste concelho, que parece ter sido sempre esquecido pelos Governos da República, pois que até o único melhoramento local acaba de**

**Ihe ser retirado: Resolve = primeiro= Protestar com toda a energia contra o decreto de extinção da Escola Primária Superior pedindo a sua anulação, dando desta deliberação conhecimento aos excelentíssimos Presidente da República, Presidente do Ministério, Ministro da Instrução e Governador Civil do Distrito. Segundo = Que seja lançado um voto de louvor aos professores da referida escola que durante um ano exerceram gratuitamente o seu lugar, dando-se igualmente conhecimento desta deliberação. Famalicão doze de Dezembro de mil novecentos e vinte e um. Joaquim Malvar.**

A Moção foi submetida à discussão e o Presidente, Pinheiro Braga, solicitou a sua substituição na Presidência da sessão, que entregou ao Vereador mais velho, para apresentar algumas considerações. Informou que havia discordado da criação das Escolas Primárias Superiores, incluindo a de Famalicão, não

**(...) porque seja contrário à difusão da instrução, que isso constitui um crime, porque é indubitavelmente da instrução que depende o progresso moral e material do país, mas porque segundo seu modo de ver o Tesouro público não podia arcar com as enormes despesas que resultaram da criação dessas escolas em todo o país.**

Aceitou todavia o facto. Tanto assim, que sempre votou o orçamento ordinário das despesas para renda, expediente e mobiliário daquela escola. Se a extinção fosse geral ao país, aceitá-la-ia em face do *deficit* financeiro do Estado, tratando-se, no entanto, de uma excepção aplicada a Famalicão:

**(...) como se este concelho fora de importância secundária comparativamente com outros que continuam a possui-las como por exemplo Santo Tirso, Águeda, Pombal, Vila Verde (...) dá o seu voto à referida moção, tanto mais que o professorado continuará na situação de adidos a perceber [sic] vencimentos sem prestar trabalho algum (...) justo acha, pois que se interceda porque que seja anulado o decreto que a extingue.**

Nos meses seguintes, a Câmara continuou a aprovar verba e a assumir os custos do funcionamento como antes, o que não apenas comprova que havia dinheiro disponível nos cofres do Município, mas sobretudo que não se conformava com a extinção da referida Escola. A renda da casa foi objecto de actualização em Fevereiro de 1923, com efeito a partir de Setembro de 1922. A Câmara acompanhou de perto as actividades didácticas e culturais da Escola Primária Superior. Em ofício lido na sessão de 9 de Março de 1923, o Director da Escola Primária Superior solicitou que fosse franqueada a entrada no Museu Camiliano no dia 17 do mesmo ano, para que o Conselho Escolar e os alunos pudessem visitar o referido Museu. A Câmara era proprietária do edifício e responsável pelo Museu Camiliano. No mês de Maio seguinte, o mesmo Director solicitou «a oferta de um prémio para a festa Nacional de Educação de Educação Física, que aquela Escola realiza no dia vinte e sete do corrente», tido o Presidente

A Escola Primária Superior funcionava no entanto com um estatuto análogo ao de industrial e comercial. Com efeito, na sessão de Câmara de 19 de Dezembro de 1924, foi lido um officio do respectivo director, Gonçalves Cerejeira,

**(...) enviando cópia do regulamento financeiro da Secção Comercial da mesma Escola, devidamente aprovado pelo Conselho Escolar e dando conhecimento que as aulas da referida secção começam a funcionar após as férias do Natal, e solicitando também para ser autorizado o pagamento do seguinte para o funcionamento da citada secção: a instalação da luz eléctrica, a construção de uma estante, para a secção de papelaria e a aquisição de duas máquinas de escrever, usadas, para o ensino de dactilografia.**

Foi o Presidente autorizado a deferir tais pagamentos, em conformidade com as requisições apresentadas pelo Director. Ainda no mês de Dezembro, foram pagas «uma máquina de escrever Remington e parte da instalação eléctrica, para instalação da secção técnica da Escola Primária Superior». No mês de Janeiro de 1925, foi concluída a instalação eléctrica e adquirida uma máquina de escrever, tendo sido também deliberado comprar uma máquina de escrever para a Secretária da Câmara. A então existente (e que tinha sido reparada) deveria ser oferecida para a Escola Primária Superior, «atenta a grande frequência de alunos, que tem a cadeira de dactilografia da referida Escola». Assim pois, conclua-se, a Escola Primária Superior era constituída pelas Secções Técnica e Comercial e funcionava em estreita proximidade com a Municipalidade. Tal proximidade manteve-se nos anos seguintes, como comprova a *Acta* da sessão de 6 de Março de 1926. A pedido do Professor da Escola Primária Superior,

**(...) ponderando que em virtude do edifício, particular, onde funciona a mesma escola não ter condições necessárias e sabendo que quando se construiu o edifício Visconde de Sam Cosme do Vale, lhe foi dada uma maior amplitude onde pudesse [sic] funcionar qualquer ano do ensino secundário.**

A mesma fonte informa que foi autorizada pelo Ministro da Instrução a transferência da Escola Primária Superior para o edifício escolar do Visconde de S. Cosme do Vale (1.6.1926).

**3.3.5** A análise da Moção aprovada pela Câmara, protestando contra a extinção da Escola Primária Superior, permite organizar uma estrutura argumentativa que contém um potencial de desenvolvimento municipalista.

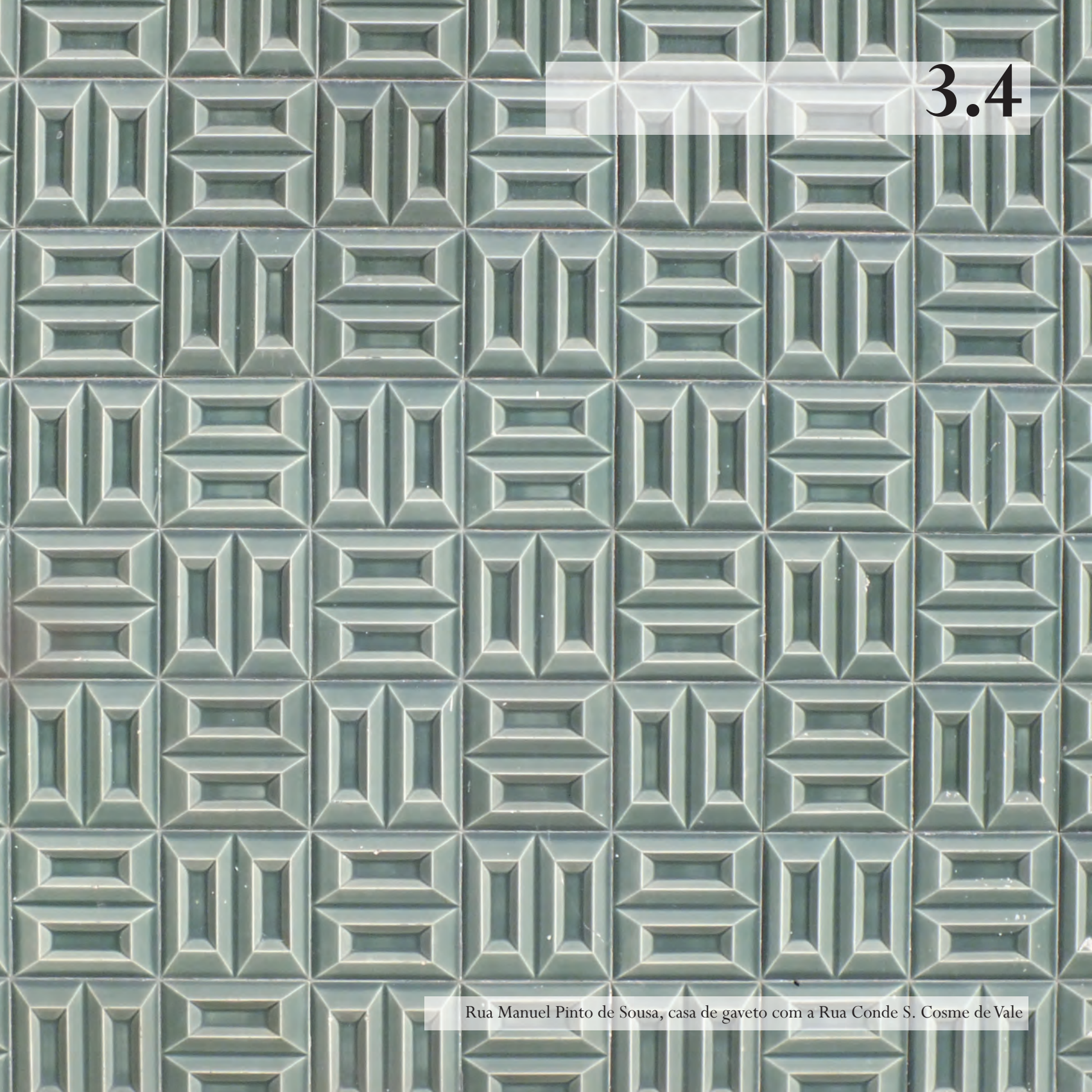
Em consentâneo com o mal-estar inerente à situação de excepção a que viram votado o Concelho, os deputados municipais fizeram uso dos elementos demográfico, económico, sociocultural e escolar, para fazerem inverter a situação. A argumentação utilizada contém um potencial de desenvolvimento, avaliável em termos absolutos e em termos relativos: população; economia industrial, comercial e agrícola; centro urbano desenvolvido; uma ampla rede de escolas que constituía garantia de frequência. A Câmara interpretou e mobilizou esse complexo

desenvolvimentista, como prova e substância do projecto de municipalismo em que estava envolvida. Alegou estar-se perante um dos mais importantes concelhos do Norte da País com uma economia diversificada (industrial, comercial e agrícola) e ter mais de quarenta mil habitantes, sendo, com excepção das capitais de distrito, o quarto concelho mais populoso daqueles que tinham Escola Primária Superior. Referiu-se à ideologia republicana e ao patriotismo dos habitantes do concelho, mas fez sobretudo apelo à causa da «instrução popular», argumentando que, sendo uma das municipalidades com mais escolas gerais, não dispunha de qualquer outro estabelecimento de ensino para prossecução dos estudos, diferentemente de outros que tinham liceu, escola técnica e ainda escola primária superior.

O estatuto das Escolas Primárias Superiores era, no entanto, muito ambíguo, e a generalidade dos municípios aspirava a uma prossecução dos estudos que fosse voltada para a economia e para a realidade sociocultural local. Foi o que veio a ser consolidado com a reabertura da Escola Primária Superior de Famalicão, constituída por uma Secção Técnica e uma Secção Comercial. A Câmara continuou empenhada no projecto, agindo de perto com a Escola, como se de uma Escola municipal verdadeiramente se tratasse.

Tenho designado de *município pedagógico* essa idealização educativa, escolar e cultural, integrada e vertical, congregadora da vontade colectiva e fomentadora de um projecto identitário e desenvolvimentista. O que acabo de apresentar para o caso de Vila Nova de Famalicão, entre o final da Monarquia e a República, configura esse constructo histórico.

O episódio da Escola Primária Superior corresponde a uma adequação e a uma articulação curricular e institucional, à economia e à sociabilidade local. No currículo escolar, ressalta a procura da disciplina de dactilografia, habilitação fundamental para obter emprego e meio vital para o desenvolvimento empresarial e de negócios. A Câmara não deixou de sustentar o edifício, renda, mobiliário e expediente, mesmo no período crítico. A municipalidade procurou sustentar um quadro de autonomia em matéria de educação, seja com base em legados específicos, seja interferindo na organização da rede escolar. Assim sucedeu, por exemplo, com a criação de uma biblioteca pública na Escola Oficial da Vila, aplicando o legado, deixado por morte, pelo Comendador António Ferreira Marques de Sousa. Na década de vinte do século XX, começava a fazer-se sentir a conveniência de Escolas Centrais, que assegurassem várias classes e integrassem jardins-escola, como seria o futuro edifício escolar de Calendário. Em face dessa ponderação, não se estranha que tenha ficado sem resposta o ofício do Inspector Escolar do Círculo de Barcelos, analisado pela Câmara em 13.9.1925, em que solicitava, com a maior brevidade, uma nota das localidades pertencentes ao Concelho onde se tornava necessário criar escolas do ensino primário geral.



3.4

Rua Manuel Pinto de Sousa, casa de gaveto com a Rua Conde S. Cosme de Vale

### 3.4 A violência política nos anos 20

No início de Janeiro de 1920 foi anunciada a remodelação do governo liderado por Sá Cardoso<sup>1</sup>. Dele passaram a fazer parte António Maria da Silva, nas Finanças e Álvaro de Castro, nas Colónias<sup>2</sup>.

A entrada dos novos ministros, que eram também destacados dirigentes democráticos, pretendia, obviamente, estreitar a cooperação institucional com o Parlamento. Mas não deixava de ser igualmente uma resposta do PRP às recomposições partidárias que haviam ocorrido e de que resultaram a formação do Partido Republicano Liberal e do Grupo Parlamentar Popular, embrião do que viria a ser, em Maio de 1920, o Partido Republicano Popular. Às forças que pretendiam assumir-se como alternativas aos habituais detentores do poder, respondia, pois, o PRP com um governo forte e aparentemente coeso, juntando à volta de um republicano prestigiado, como era, sem dúvida, Sá Cardoso, os líderes das suas principais tendências<sup>3</sup>.

---

[1] Este governo iniciou funções em 29 de Junho de 1919.

[2] O primeiro tomou posse a 3 de Janeiro; o segundo (porque se encontrava doente), dia 6. José Luís Ricardo, indigitado para a pasta da Agricultura, não chegou a integrar o governo.

[3] Faltava apenas Domingos Pereira, que presidia então à Câmara dos Deputados.

[4] *A Capital*, 9/1/1920, p. 1.

[5] *A Manhã*, 12/1/1920, p. 1.

No Parlamento, o presidente do Ministério anunciava, em 6 de Janeiro, a intenção de apresentar algumas medidas para ocorrer ao desequilíbrio das contas públicas, nomeadamente uma larga remodelação no funcionalismo público. As palavras de Sá Cardoso, porém, não convenceram a oposição, e disso mesmo lhe deram conta Júlio Martins, Brito Camacho e Cunha Leal, com este último a considerar inconstitucional a remodelação então feita. Daí a apresentação de uma moção de desconfiança, a que prontamente responderam dois deputados democráticos (Vitorino Guimarães e Barbosa de Magalhães) com uma moção de confiança ao governo. Apesar de aprovada por uma maioria clara (51 votos a favor, 39 contra) Sá Cardoso não a considerou suficiente, anunciando desde logo a demissão sob o pretexto de que a Câmara não deixava trabalhar o governo.

Estas palavras tiveram naturalmente eco destacado na imprensa: *A Capital*, por exemplo, dizia que a crise mais grave não era “a do governo, mas a do Parlamento”<sup>4</sup>; outro diário lisboeta, *A Manhã*, ia mais longe, ao afirmar: “Com o Parlamento actual nenhum governo pode governar”<sup>5</sup>.

O Presidente da República, António José de Almeida, tinha consciência de que as palavras lidas nos jornais correspondiam a um sentimento generalizado entre a população portuguesa. Porém, antes de se decidir pela dissolução competia-lhe tentar encontrar uma nova solução no quadro parlamentar. Foi isso o que fez. Após consultas várias, e baldados que foram os esforços para formar um governo nacional ou de concentração, decidira entregar o poder ao Partido Republicano Liberal.

No dia 13, a imprensa vespertina noticiava que o novo governo, a que presidiria Fernandes Costa, iria contar com um forte bloco oposicionista: à facção maioritária do PRP juntar-se-iam



os populares e os socialistas<sup>6</sup>.

Não foi fácil a tarefa do indigitado chefe do governo. Na verdade, muitas foram as recusas com que se deparou. O governo acabaria, porém, por ser constituído no final do dia 14, estando prevista a tomada de posse para o dia seguinte.

Na manhã desse dia fervilhavam já os boatos sobre a alteração da ordem pública, o que obrigou a uma forte vigilância policial de algumas ruas da capital. Para as 11 horas, anunciavam os jornais uma manifestação contra a solução governativa, o que, de facto, veio a acontecer, já que centenas de populares se foram juntando na Praça do Comércio. Daí partiram em cortejo, percorrendo vários locais de Lisboa, seguindo da Rua Augusta para o Rossio e daqui para o Quartel do Carmo. Pararam posteriormente na sede do jornal *O Mundo*, que vitoriam longamente; descendo ao Chiado repetiram os “vivas” em frente à sede do jornal *AVitória*.

Às 15 horas, o cortejo regressa ao Terreiro do Paço. Os manifestantes desistem então de ir a S. Bento e concentram-se junto do ministério das Colónias. Em comício improvisado, vários oradores protestam contra a organização do governo. Uma comissão, igualmente improvisada, procura Sá Cardoso, que a essa hora, acompanhado pelos ministros demissionários, se preparava para apresentar cumprimentos de despedida ao Presidente da República. Com paciência e pedagogia, Sá Cardoso diz-lhes que do novo governo faziam parte dedicados republicanos. E que não era por “aquela forma” que o assunto podia resolver-se. Que aguardassem, pois, a acção governativa: o Parlamento lá estaria para proceder segundo as normas constitucionais. Acima de tudo recomendava-lhes “ordem”.

De regresso ao Terreiro do Paço, esta comissão deu conta do teor da conversa com Sá Cardoso, prossequindo depois os discursos e os “vivas” à República<sup>7</sup>. Sabedores que os ministros se encontravam reunidos na Junta de Crédito Público, os manifestantes para lá se dirigiram. Nova comissão subiu então a uma das salas. Segundo a imprensa, essa comissão fez ver a Fernandes Costa “os inconvenientes da formação do gabinete tal qual se encontrava constituído”. Enquanto Fernandes Costa, cumprindo a sua palavra, rumava a Belém, donde deu conta ao Presidente da República da sua recusa em tomar posse, por força do que se passara na Junta de Crédito Público, das janelas do Ministério da Justiça vários populares dirigiam-se à multidão dizendo que “o povo republicano só aceitaria um governo nacional”<sup>8</sup>. À noite, em sinal de regozijo pelo fracasso do governo, estouraram foguetes e morteiros. Em cortejo, os manifestantes (que continuavam concentrados na Baixa) seguiram do Rossio para o jornal *AVanguarda*, diário ligado aos sidonistas. O burburinho foi enorme, com tiros, bengaladas e pedradas à mistura. Patrulhas da GNR, a cavalo, tiveram de intervir. O sossego só chegaria por volta das duas horas da madrugada<sup>9</sup>.

---

[6] *A Capital*, 13/1/1920, p. 1.

[7] *Diário de Notícias*, 16/1/1920, p. 1.

[8] *A Capital*, 15/1/1920, p. 2.

[9] *Diário de Notícias*, 16/1/1920, p. 2.

Nas suas *Memórias*, Cunha Leal afirma que as convulsões populares então verificadas foram promovidas pelo chamado *Grupo dos Treze*, que era “capitaneado por duas criaturas da escória social – o *Pintor* e o *Oh Ai, Oh Linda*”<sup>10</sup>.

Face a esta situação, o Presidente da República convidou Sá Cardoso a continuar em funções até que fosse possível organizar um ministério nacional. Após tentativas falhadas de Barros Queiroz e Correia Barreto, Domingos Pereira foi incumbido dessa missão.

De feição bipartidária, o governo de Domingos Pereira não teve, porém, como escreveu Cunha Leal, “forças para sobrepujar as dificuldades nacionais”<sup>11</sup>. O pretexto para a sua queda foi uma greve do funcionalismo público, declarada na madrugada de 4 de Março<sup>12</sup>. A decisão tomada pelos sindicatos deste sector era particularmente grave, atendendo a que esse direito lhes estava vedado por um decreto-lei de 6 de Dezembro de 1910. Na Câmara dos Deputados, o presidente do Ministério procurou demonstrar ser impossível, nesse momento, atender às reivindicações de aumentos salariais. No fim da sua intervenção enviou para a Mesa uma proposta de lei em que se concedia um prazo de 48 horas para o regresso dos grevistas aos seus postos de trabalho. Quem o não fizesse seria demitido.

---

[10] Cunha Leal – *Coisas dos tempos idos. As Minhas Memórias*, vol. II, Lisboa, Edição do Autor, 1967, p. 204.

[11] *Ibidem*.

[12] Este governo esteve em funções de 21 de Janeiro a 8 de Março de 1920.

[13] *A Capital*, 5/3/1920, p. 1.

A proposta governamental, porém, contou apenas com o apoio dos católicos. De todos os lados se invocava a incoerência do governo, que dias antes, em situação semelhante, transigira com os ferroviários. Mesmo os democráticos acabaram por faltar com o seu apoio a um governo liderado por um correligionário.

Também na imprensa republicana não contaria Domingos Pereira com quaisquer apoios. De uma forma geral, insistia-se que tivera dois pesos e duas medidas relativamente aos ferroviários e aos funcionários públicos. Como dizia *A Capital*, “o governo sumiu-se por não ter argumentos que explicassem a manifesta incoerência”<sup>13</sup>.

A demissão de Domingos Pereira, como noticiavam os jornais, reacendera a luta pelo poder no interior do PRP. Após tentativas falhadas de António Maria da Silva, Álvaro de Castro e Herculano Galhardo, o coronel António Maria Baptista seria indigitado para o mesmo fim, conseguindo apresentar ao Presidente da República, a 8 de Março, um governo quase exclusivamente democrático. Tinha, porém, uma característica que não passava despercebida a ninguém: para além do seu presidente, desse governo faziam parte mais quatro militares. Não admira, pois, que, apesar de continuar na ordem do dia a questão das subsistências e do custo de vida, a preocupação fundamental do executivo se tenha concentrado na ordem pública, que pretendia manter sem tergiversações.

No dia 9 de Março, o debate que se seguiu à declaração ministerial de António Maria Baptista

ficaria marcada pelo anúncio de Álvaro de Castro de que abandonara o PRP<sup>14</sup>.

A 29 de Maio, inesperadamente, o presidente do Ministério desfalecia durante um conselho de ministros, vindo a morrer horas depois. A crise governamental foi resolvida provisoriamente com a subida de José Ramos Preto à presidência do Ministério, que acumulou com a pasta que detinha, a da Justiça. O governo que se lhe seguiu, sob a presidência de António Maria da Silva, juntou democráticos, populares e socialistas<sup>15</sup>. Recebido com críticas de vários sectores, alguns mesmo ligados ao PRP, o governo teve também vida curta e conturbada. Durante esse período entraram em greve os trabalhadores das Fosforeiras, houve tumultos em Setúbal e em Lisboa. O incidente de maior gravidade aconteceu no dia 4 de Julho, de que resultou o assassinato de um dos juízes do Tribunal de Defesa Social, Manuel António Pedro de Matos.

Com o destino traçado desde 30 de Junho, data em que o Senado votou favoravelmente uma moção de desconfiança apresentada por Augusto de Vasconcelos, o governo declarou-se demissionário desde o dia 8 de Julho. Suceder-lhe-ia novo executivo no dia 19 desse mês, liderado por António Granjo. Tratou-se de uma inédita aliança de liberais e reconstituintes, a que se juntaram dois democráticos sem representação oficial do PRP<sup>16</sup>.

Recebido com relativo consenso pela maioria das bancadas parlamentares (a oposição foi apenas manifestada pelos populares), o governo beneficiou de inesperadas tréguas políticas, a que não foi alheio o interregno parlamentar (de 19 de Agosto a 18 de Outubro de 1920). Em termos sociais, porém, o governo confrontou-se com questões que continuavam por resolver, nomeadamente a carestia de vida e a falta de alguns géneros alimentares. Nesse período repetiram-se as greves e os assaltos a armazéns e padarias.

A sessão parlamentar de 19 de Outubro ficou marcada pela apresentação do relatório da actividade governativa nos dois meses de férias parlamentares. No dia seguinte, invocando as alterações à correlação das forças parlamentares (decorrentes das eleições suplementares realizadas em diversos círculos, que fortaleceram a representação dos reconstituintes em prejuízo do PRP), António Maria da Silva, em nome do seu partido, anunciava a retirada de apoio ao governo, no qual não desejava ter representação<sup>17</sup>. Deixava-lhe, porém, algum espaço para continuar, já que o seu partido se limitaria a uma “oposição fiscalizadora e patriótica”, que poderia chegar a “ser até de colaboração nas propostas e nas questões de patriotismo que se apresentem no Parlamento<sup>18</sup>”.

Às palavras de António Maria da Silva, António Granjo contrapôs os factos. E estes mostravam-lhe que, num momento em que o país se confrontava com “um grave problema de ordem pública”, o líder do PRP retirara o apoio ao governo. Sem esse apoio, dizia, não era possível realizar a sua missão. Não podia, pois, continuar no poder: não lhe bastava a “cooperação

---

[14] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 9/3/1920, p. 17.

[15] O governo de António Maria da Silva esteve em funções de 26 de Junho a 19 de Julho de 1920.

[16] O governo de António Granjo esteve em funções de 19 de Julho a 20 de Novembro de 1920.

[17] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19/10/1920, p. 17.

[18] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19/10/1920, p. 23.

patriótica e sincera” do PRP. Se o fizesse, iludiria a confiança que nele depositara o Presidente da República. Abusaria dessa confiança e não seria digno dele próprio nem dos seus concidadãos<sup>19</sup>.

O rumo do debate levou o PRP a moderar o tom, acabando mesmo o democrático Barbosa de Magalhães por apresentar uma moção em que afirmava estar a Câmara dos Deputados disposta a dar ao executivo “os meios constitucionais de governar”<sup>20</sup>. O PRP, concluiria Barbosa de Magalhães, votaria todas as propostas de equilíbrio orçamental, não faria “uma política mesquinha”, trataria somente “das questões que afecta[sse]m a Pátria Portuguesa”<sup>21</sup>.

Este recuo estratégico acolheu-o António Granjo com cepticismo. Tinha razão para isso, como ficou comprovado dias depois, com as alterações impostas pelos democráticos à lei da amnistia apresentada pelo governo, a qual, procurando contribuir para a pacificação da sociedade portuguesa, amnistiava quem fora condenado por delitos políticos, nomeadamente os que haviam ocorridos durante a Traulitânia<sup>22</sup>.

A situação de ruptura aconteceria a 15 de Novembro, após Júlio Martins ter apresentado uma moção de desconfiança. A intervenção apaziguadora de Álvaro de Castro levaria o deputado popular a retirar a moção. Este gesto, porém, foi considerado por António Granjo como “uma afirmação de desconfiança ao governo”. Intervindo no debate, Brito Camacho apresentaria uma moção de confiança ao governo. Embora aprovada, António Granjo declarou que o governo mantinha a decisão de apresentar a sua demissão colectiva ao Presidente da República<sup>23</sup>.

A solução da crise, com a chamada ao governo de Álvaro de Castro, não se revelou uma decisão feliz. Sem democráticos, nem liberais, que, naturalmente, não estavam interessados em patrocinar o crescimento da influência dos reconstituintes (formação que ambos viam como intrusa no processo da bipolarização do regime), o governo contou apenas com o apoio de reconstituintes, populares e dissidentes ligados a Domingos Pereira. Em termos parlamentares, era sustentado apenas por cerca de um terço dos deputados, o que, naturalmente, não lhe augurava vida longa. Assim foi. Tendo tomado posse a 20 de Novembro, confrontar-se-ia quatro dias mais tarde com uma moção de desconfiança apresentada pelo deputado democrático João Camoesas (60 votos a favor, 35 contra)<sup>24</sup>. Reagindo ao resultado, Álvaro de Castro declarou-se desde logo demissionário. Não quis, porém, deixar de significar o que de extraordinário acabara de dar-se, dizendo:

**“Efectivamente, as democracias dignificam-se discutindo princípios, apresentando doutrinas de governo; dignificam-se apoiando governos que sigam inalteravelmente a conduta legal. Estranho, pois, que no Parlamento dum democracia vencesse o número contra a inteligência, e neste combate da moralidade contra o número vencesse o número. [...] Pois bem: mão invisível da democracia escreveu hoje nas paredes desta sala a condenação**

[19] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19/10/1920, pp. 24-25.

[20] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19/10/1920, pp. 30.

[21] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 19/10/1920, pp. 31.

[22] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 28/10/1920, p. 4.

[23] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 15/11/1920, p. 34.

[24] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 24 e 25/11/1920, p. 80.

**formal deste Parlamento”**. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 24 e 25/11/1920, p. 81.

Após desistência de Abel Hipólito, o Presidente da República incumbiu Liberato Pinto de formar governo, tarefa que este democrático, militar de carreira, homem forte da GNR, de que era o chefe do Estado-Maior, cumpriu sem grandes delongas. Com um amplo apoio parlamentar, o governo era composto por democráticos, reconstituintes e populares.

As questões de ordem pública continuavam por resolver, como o comprovam alguns atentados que então ocorreram. Difícil era também a questão social, espelhada nas greves dos ferroviários, tipógrafos e classes marítimas. Mas a prioridade do governo foi, sem dúvida, a grave crise financeira que o país atravessava, e que levava Cunha Leal, ministro das Finanças, a afirmar na Câmara dos Deputados que o país estava “quase sem os recursos necessários para comprar o pão nosso de cada dia”<sup>25</sup>.

As medidas propostas por Cunha Leal acabariam, porém, por não ser acolhidas pelos democráticos, situação que se repetiria, na sessão de 11 de Fevereiro. Após um pequeno incidente regimental, que levou o deputado democrático Plínio Silva a proferir algumas palavras indelicadas relativamente ao ministro das Finanças, Cunha Leal apresentaria ao presidente do Ministério o seu pedido de demissão. O governo, solidário, acompanhou-o nessa decisão.

---

[25] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 13/12/1920, p. 13.

[26] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 7/3/1921, pp. 13-14.

A crise ministerial que se seguiu à demissão do governo só terminou a 2 de Março, data em que Bernardino Machado assumiu a presidência do Ministério.

Quando o governo se apresentou na Câmara dos Deputados, o seu presidente não se inibiu de denunciar a causa da desorientação por que o país passava, ao afirmar:

**“O nosso grande mal tem sido a instabilidade governativa. Por mais que se inicie, nada se continua e conclui, nada vinga. Estamos há dois anos com a maior parte das questões vitais suspensas, sem solução”**. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 7/3/1921, p. 12.

A crise, dizia, procedera da guerra, e o país tivera de travá-la “contra a dupla ditadura, interna e externa”. Daí que, apesar de reconhecer que o país se encontrasse “em enormes embaraços financeiros e económicos”, considerava que essas dificuldades, “tão assoberbantes”, eram “transitórias”. Para promover a restauração económica e financeira tinha uma solução: solidarizar o governo “com todas as forças vivas das classes trabalhadoras, que são também forças políticas”. O nivelamento das receitas e despesas do Estado impunha-se, é certo, mas isso era “uma questão de tempo” e o governo, naturalmente, não perderia “nunca ocasião alguma de o ir efectivando”<sup>26</sup>.

Tempo era, pois, a palavra-chave. Mas desde logo se viu que era isso justamente o que iria faltar

ao seu governo, tal como faltara a outros que o antecederam. Viu-se sobretudo na reacção “oficial” dos democráticos, que, pela voz de Vitorino Guimarães, apesar da protocolar manifestação de “dedicação e simpatia”, não deixaria de afirmar que a constituição desse governo lhe não causara “um excessivo entusiasmo”. A razão era simples: entendia o PRP que, “para efectivamente se realizar uma obra governamental profícua para a Pátria e a República”, era “preciso haver uma integral homogeneidade”, isto é, que todos os que compunham o governo tivessem “o mesmo pensamento”<sup>27</sup>. O PRP manifestava, pois, sem sofismas, a sua preferência por executivos monocores; Bernardino Machado, pelo contrário, era um adepto confesso de governos de concentração republicana. Daí ter lamentado, logo no início da sua declaração ministerial, não ter podido contar com a presença de ministros do Partido Liberal no seu governo.

Como se sabia (e não tardou a confirmar-se) pertencer ao mesmo partido não significava pensar da mesma maneira, nem sequer assumir posições de solidariedade política. Bem o podia dizer o ministro da Agricultura, o democrático Portugal Durão, surpreendido que foi por uma iniciativa do ministro das Finanças, e seu correligionário, António Maria da Silva, que elaborou, e apresentou em 16 de Maio na Câmara dos Deputados, uma proposta de remodelação dos serviços do ministério da Agricultura. Portugal Durão, naturalmente, demitiu-se, justamente numa altura em que o governo, na sequência de um despacho que afastava Liberato Pinto das suas funções na GNR, era alvo de uma feroz campanha política. A atitude corporativista de alguns oficiais dessa força acabaria por dar origem ao movimento revolucionário de 21 de Maio, sob o pretexto delirante de que Bernardino Machado, conluiado com Álvaro de Castro, ministro da Guerra, estaria a preparar um golpe de Estado para substituir António José de Almeida na Presidência da República e entregar o poder aos reconstituintes. Para evitar males maiores, o Presidente da República, logo nesse dia, convidou Barros Queiroz a formar governo, o que este conseguiu, tomando posse no dia 23, após promessa presidencial de que o Parlamento seria dissolvido e se realizariam novas eleições<sup>28</sup>.

O 21 de Maio, segundo o diário *A Capital*, mais que uma “revolta” foi uma “reclamação”. Não houvera derramamento de sangue e “em todos os campos” ficara a pairar o pensamento da “intangibilidade da República”. Isso não significava, porém, que se dispensasse “o respeito às praxes constitucionais”<sup>29</sup>.

Este editorial demonstrava claramente que, em Portugal, a substituição de um governo por outro governo, mesmo que de forma violenta, desde que respeitasse determinadas formalidades, já não suscitava grandes perplexidades. No campo republicano havia, no entanto, quem pensasse de maneira diferente, quem não se conformasse em aceitar um regime coacto, que acabaria, fatalmente, por potenciar uma maior intervenção militar de consequências imprevisíveis na governação pública. O *Diário de Lisboa*, por exemplo, escrevia:

---

[27] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 7/3/1921, p. 17.

[28] O governo de Barros Queiroz, liberal, com predomínio de antigos unionistas, esteve em funções de 23 de Maio a 30 de Agosto de 1921.

[29] *A Capital*, 23/5/1921, p. 1.

**“A hora não é de devaneios nem fanfarras. Ou nós nos decidimos, sem mais delongas, a fazer da nossa própria sorte um caso interessante do nosso desejo de viver e progredir ou então declinamos nos fados a honra de nos encontrarem uma daquelas soluções em que os povos abandonam com a vida também a honra”.** *Diário de Lisboa*, 24/5/1921, p. 1.

A solução constitucional acordada entre o Presidente da República e Barros Queiroz contemplava a dissolução parlamentar e a realização de eleições. De uma forma geral, a imprensa aceitou sem grandes reservas a decisão de António José de Almeida. Para o *Diário de Lisboa*, o Parlamento ia ter a sorte que merecia, “visto haver-se afastado da sua função constitucional para se converter numa fonte de rixas, intrigas e divisões em que só a muito custo se apurava uma ou outra sessão e uma ou outra voz digna do interesse e das aspirações nacionais”<sup>30</sup>.

O desfecho da crise política teve o apoio do PRP. Para António Maria da Silva, então o elemento mais destacado do seu Directório, era uma oportunidade única para neutralizar alguns sectores internos que escapavam ao seu controle e influenciar decisivamente a composição das listas e, naturalmente, do futuro grupo parlamentar democrático.

As eleições de 10 de Julho de 1921 foram fraudulentas como as anteriores, em todas as suas etapas. Os cadernos eleitorais não foram os do recenseamento de 1920, já em vigor, mas sim os de 1919, situação que deixava de fora muitos eleitores. As habituais fraudes e violências ocorridas nas urnas acabariam por ser complementadas com as arbitrariedades das comissões de verificação de poderes, em prejuízo dos partidos mais pequenos.

Dessas eleições não resultou a tão esperada estabilidade política. Não foram um “desastre”, dizia o *Diário de Lisboa*, mas redundaram “num daqueles triunfos em que o louro é substituído pelas urtigas”<sup>31</sup>. A vitória dos liberais foi, de facto, curta para sustentar uma real alternativa ao PRP.

Para Bernardino Machado, das eleições de Julho, feitas “sem programas, sem propaganda de ideias”, resultaram duas crises: a governativa e a da direcção do PRP. Este partido não governava nem queria governar; o governo, saído do Partido Liberal, por si só, sem outros apoios, também não governaria<sup>32</sup>. Daí que, em vez de dois partidos de governo, como muitos pretendiam, o país ficara sem nenhum, já que “a consciência republicana” repelia “essa ditadura a *duo*”. A situação era, pois, pior e mais confusa que a anterior a 21 de Maio: o Parlamento apresentava-se mais dividido e menos republicano, mais virado à direita, mercê da entrada de deputados monárquicos, dezembristas e católicos<sup>33</sup>.

As eleições deixaram feridas difíceis de cicatrizar. Fora dos Parlamento, como dizia ainda o *Diário de Lisboa*, ficaram “alguns grupos e agremiações, cujo sussurro e clamores enchiam o país

---

[30] *Diário de Lisboa*, 31/5/1921, p. 1.

[31] *Diário de Lisboa*, 16/7/1921, p. 1.

[32] Bernardino Machado – *Depois de 21 de Maio*, 2.ª edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, pp. 88-90.

[33] Bernardino Machado – *Depois de 21 de Maio*, pp. 98-102.

de poeira e tumulto”<sup>34</sup>. Nem todos, porém, se conformavam com o veredicto das urnas. Machado Santos, por exemplo, não teve pejo em confessar que, tendo sido afastado pelo eleitorado, procuraria aproximar-se do Parlamento “pela violência”. Significava isto, segundo o *Diário de Lisboa*, que Machado Santos continuava “a fazer a República” até que esta se tornasse “à medida dos seus desejos”<sup>35</sup>.

A 1 de Agosto, Barros Queiroz apresentou a declaração ministerial. Ao Parlamento regressaria dois dias depois para apresentar alterações orçamentais, bem como propostas relativas à remodelação dos serviços públicos e outras de carácter económico-financeiro.

Essas propostas, a exemplo do que acontecera com governos anteriores, acabaram, porém, por se perder sistematicamente nos emaranhados da retórica parlamentar. Mas nem só do Parlamento se podia queixar o chefe do governo, já que, ainda antes da maior parte delas ser discutidas, já António Granjo apresentara a demissão da pasta do Comércio. Embora juntos no Partido Liberal, unionistas e evolucionistas, tal como a água e o azeite, teimavam em não formar um elemento comum: a dividi-los havia uma espécie de pecado original, isto é, o governo da União Sagrada e a participação de Portugal na Grande Guerra, que os deixara, anos antes, em campos opostos.

---

[34] *Diário de Lisboa*, 12/7/1921, p. 1.

[35] *Ibidem*.

[36] *Diário de Lisboa*, 29/8/1921, p. 1.

Foi curto o tempo que mediou entre a demissão de António Granjo (8 de Julho) e a de Barros Queiroz (26 de Agosto). O pretexto para o abandono deste último foi a impossibilidade de resolver a questão cambial, que se agravava significativamente com o escândalo de um empréstimo externo de 50 milhões de dólares, assunto que vinha já do governo de Bernardino Machado.

A demissão do ministério de Barros Queiroz causou “justificada estranheza”. Vinha provar, dizia o *Diário de Lisboa*, que nem na mesma organização política era possível haver harmonia. Sendo um governo “retintamente partidário”, só a “heterogeneidade” do Partido Liberal podia explicar este desenlace<sup>36</sup>.

Apesar de ter sido convidado a continuar, Barros Queiroz declinou o convite do Presidente da República, convencido que estava de que, com aquele Parlamento, nunca lhe seria possível aprovar as suas propostas de redução de despesas e aumento de impostos.

A Barros Queiroz sucedeu António Granjo. Na sua declaração ministerial, lida no Parlamento a 31 de Agosto, o presidente do Ministério mantinha, em linhas gerais, os mesmos propósitos reformistas do governo anterior, pese embora a sua feição mais “evolucionista”.

Ao considerar que a declaração ministerial não era “um programa” mas apenas “um artigo” do



*República* (diário de que António Granjo fora director), António Maria da Silva deixou logo antever as dificuldades com que o governo viria a confrontar-se<sup>37</sup>. Contrariamente ao que acontecera com Barros Queiroz, não poderia, pois, António Granjo sequer contar “com o apoio platónico dos dirigentes democráticos”<sup>38</sup>.

Depois de 17 de Setembro, data em que foram adiadas as sessões parlamentares, os ataques ao governo e a António Granjo subiram de tom. Quem o conhecia sabia que era um homem de carácter, sério e frontal, incapaz de manigâncias que lhe enchessem os bolsos e lhe manchassem o nome e a honra. Mas foi isso justamente o que alguns procuraram fazer, acusando-o de se ter vendido à Moagem, a pretexto da proposta de lei que previa a existência de três tipos de pão<sup>39</sup>.

Politicamente, era muita densa a atmosfera que se vivia em Portugal no Verão de 1921. Os boatos fervilhavam. Um deles, divulgado em *A Imprensa da Manhã* (e logo desmentido em *A Luta*, que o considerava “*blague* de mau gosto”), dava conta que o governo pretendia desarmar a GNR e, nesse sentido, ordenara ao exército que cercasse a capital<sup>40</sup>. Em Lisboa conspirava-se sem grande pudor dentro e fora dos quartéis. O núcleo central da conspiração, dizia Cunha Leal, estava justamente na GNR, no círculo ligado a Liberato Pinto. A ele se haviam juntado “alguns náufragos do *populismo*”, expulsos do Parlamento pela via eleitoral<sup>41</sup>.

António Granjo, naturalmente, sabia das maquinações contra o seu governo. Não acreditava, porém, que se preparasse uma revolução mas apenas uma “desordem”, que seria facilmente reprimida, “com pouco sangue e poucas vítimas”<sup>42</sup>. Contra o chefe do governo, porém, haviam-se coligado um conjunto de “forças a que lhe não seria possível resistir”<sup>43</sup>. A instância de Cunha Leal, Magalhães Lima, grão-mestre da Maçonaria (que tinha alguns dos seus membros fortemente envolvidos na conspiração), desenvolve então uma forte acção dissuasora que impede a deflagração do movimento militar em 30 de Setembro<sup>44</sup>.

Sobre “a revolução que não chegou a ser”, dizia o *Diário de Lisboa*:

**“Não podemos, por mais tempo, entregarmo-nos ao deboche perigoso de formar e derrubar governos, eleger e dissolver parlamentos, porque assim consumimo-nos fatalmente como as fogueiras que devoram as florestas e bosques”.** *Diário de Lisboa*, 1/10/1921, p. 1.

Em declarações ao mesmo jornal, António Granjo, com uma ingenuidade que roçava a inconsciência, desvalorizava os acontecimentos: a revolução abortara porque os que a promoveram “não tinham elementos”. Tudo estava, pois, “em sossego”<sup>45</sup>. Enganava-se tragicamente. Não fora por falta de elementos que o movimento falhara mas sim, como dizia *O Mundo*, “por falta de homogeneidade” entre os que o desejavam.

[37] *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 31/8/1921, p. 21.

[38] Consiglieri Sá Pereira — *A Noite Sangrenta*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924, p. 50.

[39] A lei do regime cerealífero foi promulgada a 19 de Setembro (Lei n.º 1213). Contestada dentro e fora do Parlamento, o governo acabou por decidir regressar ao tipo único de pão (77% de farinhas e 23% de sêneas) em meados do mês seguinte (Decreto de 15 de Outubro).

[40] Sousa Costa — *Páginas de Sangue*, vol. II - *Buíças, Costas & Comp.*, 3.ª edição, Lisboa, Livraria Editora Guimarães & C.ª, s/d., p. 322.

[41] Cunha Leal — *Coisas dos tempos idos. As Minhas Memórias*, vol. II, p. 280.

[42] Consiglieri Sá Pereira — *A Noite Sangrenta*, p. 71.

[43] Cunha Leal — *Coisas dos tempos idos. As Minhas Memórias*, vol. II, p. 284.

[44] Cunha Leal — *Coisas dos tempos idos. As Minhas Memórias*, vol. II, p. 282.

[45] *Diário de Lisboa*, 1/10/1921, p. 8.

A 6 de Outubro, Magalhães Lima, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, dava voz aos que julgavam necessário um “ministério de salvação pública”. A iniciativa partira do Grémio Montanha, uma secção do Grémio Lusitano.

O que se tornava indispensável era “mudar de processos, de orientação, de métodos”. O país não podia suportar por mais tempo “a situação da indisciplina, da desordem, da decadência moral, económica e financeira” em que vivia desde há anos<sup>46</sup>. Magalhães Lima esperava, pois, que o Presidente da República e o governo estivessem de acordo com essa iniciativa que, julgava ele e alguns que o acompanhavam, facilitaria “a solução de uma próxima crise”<sup>47</sup>. Este projecto, porém, acabaria por ser abandonado no decurso de uma reunião que teve lugar na casa de Magalhães Lima, na Rua de S. Roque<sup>48</sup>. A partir daí, a Maçonaria, enquanto instituição, colocou-se à margem dos preparativos revolucionários que estavam em marcha<sup>49</sup>.

Dias depois de serem conhecidas estas intenções, Cunha Leal aconselhava, sem sucesso, António Granjo a provocar a queda do seu governo<sup>50</sup>. O cerco, porém, começava a apertar. Apesar de ser jornalista, António Granjo não tinha boa imprensa. Não se limitavam, porém, ao diário *A Imprensa da Manhã* os ataques que lhe eram desferidos impiedosamente. A campanha dissolvente contra o chefe do governo era também desenvolvida com grande vigor no diário *O Mundo*. Este republicaníssimo jornal destacar-se-ia também na triste competição de ver quem dizia mais e pior de um homem que lutara contra os monárquicos em Chaves e em Monsanto e se batera, como voluntário, nos campos ensanguentados da Flandres; um homem, no dizer de Cunha Leal (que fora seu inimigo político), “de generoso idealismo republicano”<sup>51</sup>.

Em 14 de Outubro, *O Mundo*, acusava o governo de “inércia”. No dia seguinte, censurava António Granjo por se limitar “a abastecer o país de palavras”, como se ele pudesse viver “com essas palavras vazias de sentido”<sup>52</sup>.

O Partido Liberal, insistia *O Mundo*, deixara de ter uma mentalidade republicana. Dia após dia, o governo dele saído mostrava “as suas simpatias pelos processos e costumes monárquicos, desde a ladroagem das eleições, à indiferença em encarar os problemas vitais”<sup>53</sup>. A 18 de Outubro, num editorial intitulado “A loucura do governo”, o jornal lançava a seguinte questão, que mais não era que um despidorado convite à revolta:

**“Podem os republicanos tolerar um governo que se coloca francamente ao lado dos monárquicos e clericais, nomeando aqueles seus governadores civis, administradores de concelho e regedores, e pactuando com estes para vencer eleições?”** *O Mundo*, 18/10/1921, p. 1.

No dia seguinte acontecia finalmente o tão falado movimento revolucionário. Sem apoios militares que pudessem fazer frente ao movimento militar, cuja Junta Revolucionária integrava elementos da GNR, António Granjo enviava, às 10 horas da manhã, uma carta ao Presidente da

[46] *Diário de Lisboa*, 6/10/1921, p. 4.

[47] *Ibidem*.

[48] *Diário de Lisboa*, 7/10/1921, p. 5.

[49] Consiglieri Sá Pereira – *A Noite Sangrenta*, pp. 84-85.

[50] Cunha Leal – *Coisas dos tempos idos. As Minhas Memórias*, vol. II, p. 284.

[51] *Ibidem*.

[52] *O Mundo*, 15/10/1921, p. 1.

[53] *O Mundo*, 16/10/1921, p. 1.

República, colocando nas suas mãos a “sorte do governo”. Na resposta, António José de Almeida dava por finda a missão de António Granjo e dos seus ministros. Ao meio-dia declarava aos revolucionários, que lhe haviam dado conta do movimento, que terminavam também as suas funções oficiais de Presidente da República. Como não podia “resignar de direito perante o Congresso”, desligava-se ele próprio, “de facto”, dessas funções. À noite, porém, acabaria por recuar na intenção de se demitir, após ter tido conhecimento das mortes, no Arsenal da Marinha, de António Granjo e do capitão-de-mar-e-guerra José Carlos da Maia, ex-deputado, ex-governador de Macau e ex-ministro da Marinha durante o sidonismo. “Varado de dor”, António José de Almeida corre para o telefone e investe Manuel Maria Coelho na presidência do ministério, “concedendo-lhe os poderes mais amplos e discricionários” para que, “a todo o transe”, a ordem fosse mantida<sup>54</sup>.

A “noite infame” (assim a chamou Raul Brandão<sup>55</sup>) não terminara ainda o seu cortejo de horrores: na “camionete-fantasma”, obrigado pelo famigerado marinheiro Abel Olímpio, o Dente de Ouro, entraria também Machado Santos, herói do 5 de Outubro, que seria varado pouco depois por balas assassinas, complementadas por algumas coronhadas, na Avenida Almirante Reis, junto ao Intendente<sup>56</sup>.

Os crimes de 19 de Outubro, repudiados genericamente por toda a imprensa, foram, segundo o historiador Ribeiro Lopes, como que “a explosão das paixões criadas e acumuladas pelo regime”<sup>57</sup>. Esses crimes não seriam possíveis, diria então Jaime Cortesão no funeral de António Granjo, “sem a dissolução moral” a que chegara a sociedade portuguesa<sup>58</sup>.

Embora se conheçam os executantes desses crimes, que foram julgados e condenados, os seus mandantes continuam, porém, sem ser devidamente identificados. Muita tinta já correu sobre o assunto, vários nomes vieram à baila, mas certezas nunca houve e provavelmente nunca as haverá. Em 1924, o jornalista Consiglieri Sá Pereira afirmava que a “noite sangrenta” não era “analisável em si, isoladamente, destacadamente”. Quem o quisesse fazer, não encontraria “nem certezas, nem hipóteses”, apenas “trevas”, já que ela marcava “o ponto extremo de uma maré colossal de ódios” que crescia, “ano por ano, desde velhos tempos”<sup>59</sup>.

Se a República Nova morreu definitivamente com o assassinato de Sidónio Pais, o regime consignado na Constituição de 1911 morreu *moralmente* na noite de 19 de Outubro de 1921. O seu fim formal, porém, demorou ainda quase cinco anos. Nesse período, nada de significativo se alterou: houve duas eleições gerais<sup>60</sup>, ganhas pelos democráticos (mas fraudulentas como as anteriores), 14 governos, três tentativas falhadas de golpe militar<sup>61</sup>, bombas, greves, assaltos, atentados, prisões e deportações sem julgamento.

Incumpridas, uma após outra, as promessas do tempo da propaganda, falhada, pois, a transição

---

[54] António José de Almeida – *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. IV, Lisboa, J. Rodrigues & C.ª, 1934, pp. 130-132.

[55] Raul Brandão – *Vale de Josafat*, Lisboa, Seara Nova, 1933, p. 106.

[56] Sousa Costa – *Páginas de Sangue*, pp. 356-357. Na “noite sangrenta” foram também assassinados o capitão-tenente Freitas da Silva, o coronel Botelho de Vasconcelos e o motorista do governo civil de Lisboa Carlos Gentil.

[57] Arthur Ribeiro Lopes – *Histoire de la République Portugaise*, Paris, Les Oeuvres Françaises, s/d., p. 217.

[58] Cit. in Caetano Beirão – *A Lição da Democracia*, Lisboa, Tipografia da Empresa Diário de Notícias, 1922, p. 219.

[59] Consiglieri Sá Pereira – *A Noite Sangrenta*, p. 176.

[60] As eleições tiveram realizaram-se em 29 de Janeiro de 1922 e 8 de Dezembro de 1925.

[61] Essas tentativas ocorreram em 18 de Abril e 19 de Julho de 1925 e 2 de Fevereiro de 1926.

de um Estado liberal de direito para um Estado social de direito, os governos republicanos não quiseram, não souberam ou não puderam lidar com a frustração que se fez sentir em largas camadas da população. Daí a espiral de violência que se abateu sobre o país, protagonizada essencialmente pelas milícias armadas civis, chamassem-se elas Formiga Branca, Formiga Negra ou Legião Vermelha, estivessem ligadas aos republicanos, aos monárquicos ou aos sindicalistas. Mais cedo ou mais tarde (todos o sabiam) haveria uma nova amnistia. Assim aconteceu três vezes em 1924 (1 de Março, 28 de Junho e 15 de Julho), a exemplo, aliás, do que já acontecera em anos anteriores<sup>62</sup>. Por generosidade ou por fraqueza, a República perdoava aos seus amigos e aos seus inimigos; era certo e sabido que, mais dia, ou menos dia, acabaria por sofrer um golpe fatal.

Paradoxalmente, as condições que permitiram que esse golpe tivesse sucesso foram facilitadas por um governo democrático liderado por um antigo carbonário, António Maria da Silva, ao desarmar a GNR, força militar cuja actuação, no 19 de Outubro de 1921, suscitara perplexidades e interrogações. A sua reforma, reclamada por vários quadrantes político-sociais, foi promulgada a 2 de Março de 1922. Com menos efectivos (de 14341 elementos passou para 9627, dispersos pela província), sem artilharia e sem metralhadoras pesadas, a GNR passou de força militar (que rivalizava com o exército) a guarda rural.

---

[62] As amnistias aconteceram em 1910 (4 de Novembro), 1914 (21 de Fevereiro e 25 de Maio), 1915 (5 de Junho), 1916 (17 de Abril) e 1921 (5 de Setembro).

[63] *União Militar* (Tavira), 1/1/1922, p. 4.

[64] *Revista Militar*, Ano LXXVIII, n.º 11-12, Novembro-Dezembro de 1926, pp. 533-536.

Transformado na nova guarda pretoriana do regime, o exército ficou, pois, à vontade para intervir no rumo dos acontecimentos sempre que quisesse. E, como se sabe, o exército não deixaria de o fazer em 1925 e 1926.

Em 1922 era já do domínio público o mal-estar generalizado entre os militares. Como se dizia num jornal de Tavira ligado ao sector, a classe militar estrebuchava entre a crise económica e a crise moral, situação que punha em causa a sua honra e a sua dignidade profissional. A responsabilidade era assacada aos políticos, que, com os seus “desvarios e imoralidades”, para além de desestabilizarem as forças armadas, criavam no país uma atmosfera densa “de desordem e desconfiança”<sup>63</sup>.

Dois anos mais tarde, na lição inaugural do ano lectivo de 1924-1925, na Escola Militar, Vitorino Guimarães (oficial do exército e dirigente PRP) denunciava também alguns dos males de que se queixavam os militares. Tomando a libra esterlina como padrão de referência, concluía que, comparando os anos económicos de 1909/1910 e 1922/1923, as despesas com as forças armadas haviam diminuído cerca de 20%. Este facto importou, naturalmente, em restrições à “vida material” dos militares, agravadas ainda, sobretudo após a Grande Guerra, pelo acréscimo de efectivos, decorrente da integração dos quadros milicianos<sup>64</sup>.

Com as fileiras ocupadas por um número de elementos muito superior às reais necessidades do país, crescia, naturalmente, sobretudo entre os oficiais, um perigoso sentimento de

precariedade na profissão. Sem medidas adequadas, e tomadas em tempo útil, os interesses corporativos da classe acabariam por estourar nas mãos do poder político. Foi isso, de facto, o que aconteceu, já que o “estado de depressão, miséria e aviltamento a que chegou a força pública”, como afirmava, em 1925, o militar sidonista Botelho Moniz, justificava, “por si só, mil revoluções”<sup>65</sup>. Não admira, pois, que no exército germinasse, desde há vários anos, um ambiente conspirativo. Para Reinaldo Ferreira, o célebre Repórter X, a sua raiz brotara nas “trincheiras lamacentas” da Flandres, no primeiro agrupamento militar para lá enviado durante a Grande Guerra<sup>66</sup>. O integralista Manuel Múrias não ia tão longe; ainda assim, recuava a conspiração à época do movimento de 19 de Outubro de 1921. O objectivo, dizia, era apenas um: derrubar o PRP<sup>67</sup>. Foi isso o que fez o exército em 28 de Maio de 1926. O derrube do PRP, porém, arrastou consigo (sem surpresa) o próprio regime fundado em 1910.

---

[65] Jorge Botelho Moniz – *O 18 de Abril (Elementos para a história d’uma revolução vencida)*, Lisboa, Edição do Autor, 1925, p. 33.

[66] *ABC*, Ano VI, n.º 312, 8/7/1926, p. 20.

[67] Óscar Paxeco – *Os que arrancaram em 28 de Maio*, Lisboa, Editorial Império, 1937, p. 155.

3.5

Praça D. Maria II, Edifício do Banco Millennium Bcp

### 3.5 A mudança de regime em Vila Nova de Famalicão

No dia 5 de Outubro de 1910, precisamente, o semanário *Notícias de Famalicão*, sub-intitulado “*Órgão do Partido Regenerador local*”, vinha a público com um longo editorial em que prosseguia acesa polémica com o seu congénere *Regenerador* sobre a influência do Abade de S. Cosme do Vale na eleição da Mesa da Santa Casa da Misericórdia. A expulsão dos “*frades da Aldeia da Ponte*” dava o mote à entrevista ao Par do Reino Joaquim Teles de Vasconcelos, e assim ficava preenchida a primeira página desta edição do sobredito periódico.

V. N. de Famalicão, como o País, de norte a sul, ignorava o que, a esse tempo, agitava Lisboa e produziria o fim de um regime quase oito vezes secular – a Monarquia portuguesa.

Substituiu-o a República, como se sabe. E como esta foi recebida na nossa terra pode, decerto, ser apreendido através da leitura do número seguinte do *Notícias de Famalicão*, datado de 12 desse mês.

Passemos os olhos por ele.

A toda a largura da sua fachada principal, inscrevia-se:

“Após uma luta grandiosa em actos de valentia, travada nas rua da capital, acaba de triunfar a vontade popular – a implantação da República Portuguesa  
Agora, portanto, todos podemos gritar livremente:  
Viva a República!”

Seguia-se um veemente apelo à dignidade da conduta dos cidadãos, a uma sua exemplar manifestação de civismo. Era de esperar, doravante, um “*Regime de Ordem e Trabalho*”, sem excessos quaisquer. Enfim, preconizava-se uma “*Democracia honrada*”, necessariamente “forte no dia de combate mas generosa no dia da vitória”.

O temor do Director do *Notícias de Famalicão*, Guilherme da Costa e Sá, e do seu Administrador, António Maria Pereira, era inocultável. Nessa edição de 12 de Outubro, o jornal deixara já pelo caminho o sub-título “*Órgão do Partido Regenerador local*”. A sua adesão à República foi pronta, apressadíssima, quase pedincha. Sem reбуço quanto à surpresa em que haviam caído, infantilmente formulando votos de um sol novo a aquecê-los também. Deste modo, ainda:

#### “PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Está proclamada a República em Portugal, tendo este facto tão extraordinário como inesperado ecoado com verdadeiro assombro em todo o País, que recebeu o novo regime com benévola

expectativa, confiado apenas nas promessas dos seus processos de administração”.

O recado era para os fautores da revolução. E traduzia uma vontade de adesão, assim o novo Poder político esquecesse também o seu passado monárquico. Solicitamente transcrevem a composição do Governo Provisório, conforme o anúncio publicado na folha oficial. E esmeram-se na narrativa da *entronização* (termo meu...) da República, em cerimónia levada a cabo a 7 de Outubro:

“A proclamação em Famalicão

No sábado último, pelo meio-dia, nos paços do concelho e perante numerosa multidão, o sr. Joaquim José de Sousa Fernandes, presidente da Comissão Municipal Republicana, comunicou num eloquente e caloroso discurso a proclamação da República Portuguesa. Explicando ao povo o motivo daquela grande reunião (...) terminou por declarar que, em nome do Governo provisório do novo regime, ali proclamava oficialmente essa República redentora da nossa Pátria”.

O que havia sucedido? Aquilo que sempre acontece após qualquer revolução. Sousa Fernandes, um abastado proprietário famalicence, com currículo feito no Brasil, fundou (em 1895) a Comissão Municipal Republicana local, agregando os muito poucos partidários desta causa quase sem expressão política na vida do concelho. Consumada a queda da Monarquia, o mesmo Sousa Fernandes, ao que parece cumprindo instruções oriundas da sede distrital, convocou as gentes, deu a conhecer a consumação dos factos e... declarou a República o regime vigente. Para o que mais não terá sido necessário, ainda conforme o *Notícias de Famalicão*, senão um vibrante e sonoro “*Viva a República!*” por si largado e pelos presentes “*acolhido com muito entusiasmo*”.

Logo se aprestou a tomar posse da administração do concelho – nas revoluções o tempo urge e a consulta popular em regra é dispensada – em cerimónia a que assistiram “*as pessoas mais gradas da vila e do concelho*”. Efectivamente. E no número preciso de 174 “*cidadãos*” a assinar a acta lavrada então pelo secretário da Câmara Municipal. Nenhum dos aderentes ao novo regime é esquecido na *reportagem* efectuada pelo *Notícias de Famalicão*. Do rol sobressaem alguns dos mais conhecidos apelidos do comércio local. Mas somente seis eclesiásticos manifestam a sua anuência à República. E o Director e o Administrador do periódico, ainda regenerador a semana anterior, também eles aceitam a revolução e subscrevem o mencionado documento. Do mesmo modo procede Daniel Santos, até à data o Presidente da edilidade. A qual, de resto, foi logo tomada de assalto pelos “*restantes membros da Comissão Municipal Republicana*” e, em uníssono, prodigalizou elogios a Teófilo Braga, ao Governo Provisório, aos combatentes da Rotunda.

Enquanto tal, a vida prosseguia naturalmente, ruralmente, nas freguesias do concelho. No



contínuo amanho da terra que a Política, todos sabiam, não fertilizava.

Corre uma semana. Ainda longe dos tempos mais turbulentos, o *Notícias de Famalicão* toma partido, no editorial de 19 de Outubro, na questão da nova bandeira. Quere-a azul e branca, sem coroa (como já não fazia sentido), e cita Guerra Junqueiro, o grande defensor desta solução de continuidade nacional. Eram as cores da Fundação... E sob o título “*Com nariz de dois palmos*” vira-se contra “*certos tartufos*”, convertidos tardios, hesitantes, presentes na referida sessão promovida por Sousa Fernandes, onde não tinham “*tido a coragem e independência de carácter de assinar o auto de proclamação do novo regime*”. Era já a troca de acusações de adesivagem. Justificava-se, por isso, o *Notícias de Famalicão*: “*nunca militámos no partido republicano que conseguiu implantar no nosso país o regime da República: militámos sempre num partido que era monárquico e fomos aderir ao novo sistema, como foi e pelas mesmas razões a grande maioria da nação*”.

Ainda nesta edição é notícia a conversão de mais 70 cidadãos e a nomeação dos novos regedores das freguesias, por iniciativa e mando de Sousa Fernandes, o Presidente da Comissão Municipal Republicana.

---

Curioso será também atentar no comportamento de um outro periódico – “*O Famalicence*”, “*Órgão semanal dos interesses do concelho*” – de que era director e proprietário José Maria da Graça Soares de Sousa Júnior. A 6 de Outubro, quando o telégrafo já decerto trouxera as novidades revolucionárias à província, o tema ainda se mantém arredado das suas colunas. Mas, logo a 13, o editorial é rimbombante:

#### “POVO HERÓICO

Lisboa acaba de dar ao mundo o exemplo mais alevantadamente de patriotismo e a mais grandiosa lição de heroicidade (...)”

E, mantendo sempre o tom encomiástico, enaltece a “*alma portuguesa*”, a “*coragem dos revolucionários*”, a “*tolerância dos vencedores*”... pela qual, decerto, esperara uma semana antes de tomar partido contra a “*monarquia minada pelos seus próprios servidores*”, o que era objectivamente verdade - a avaliar pelo restante da exposição: “*para nós que sempre nos mantivemos numa completa independência de sectarismos, mas profundamente partidários de tudo quanto concorra para a ressurreição da pátria, o novo regime marca o início de um grande acontecimento nacional*”.

O jornal saúda efusivamente o povo de Lisboa – porque não fora outro a fazer a República – e expressa o seu desejo de uma vida nova, de “*Ordem e Trabalho*”. Esboça uma nota sobre Bernardino Machado, um “*quase nosso conterrâneo*” (muito menos então do que agora...), “*elevado a um dos mais altos cargos da República portuguesa*”. E transcreve uma “*carta de Barcelos*”, também ela salvando o “*glorioso povo de Lisboa*”.

Definitivamente, Famalicão, o Minho, toda a ambiência da província, não comungavam na Revolução. Aderiram a ela, depois de consumados, seguramente confirmados os factos e a mudança de Regime.

A 20 de Outubro, o editorial intitulava-se “*Proseguindo*”. Utilizando regras básicas de prudência, ia dizendo o expectável quanto ao futuro político do País, nessa obra de construção do “*novo templo*”: sabedoria, justiça, fraternidade, instrução – um tema ainda abordado na semana seguinte.

Também “*O Famalicence*” se pronuncia a favor da bandeira azul-branca que Guerra Junqueiro e os mais moderados tentavam opor ao pendão rubro-verde imposto pelo Partido Republicano, facção *afonsista* e radical.

Por fim, - aspecto relevante – o número de 17 de Novembro noticia uma conferência do Centro Republicano local. Foi orador o Conselheiro Sousa Fernandes e os seus propósitos eram transparentes: não obstante o que considera a “*adesão espontânea*” de muitos cidadãos, na já mencionada sessão decorrida nos paços do concelho, a verdade é que recebera “*ordens superiores*” para abrir o “*livro de inscrições de sócios*” do “*centro democrático*” da vila à disposição dos interessados. “*De nada vale qualquer outra adesão que não revista esta formalidade*” – a do compromisso político com a República selado com a assinatura de cada um...

Havia que combater o sentimento monárquico, ainda e sempre bem arreigado no espírito dos portugueses. Persuadindo, pressionando, sem dúvida intimando.

Por último, os ecos do *Novidades de Famalicão*, que tinha em Manuel José Rodrigues o director e redactor principal. É na sua edição de 13 de Outubro que divulga o “*novo regime*”:

**“para aqueles que acima de tudo põem o amor à Pátria, que são portugueses antes de serem monárquicos ou republicanos, a mudança de regime é uma questão secundária”.**

A desdramatização política, sem rebuço, procura encontrar plataformas de entendimento e deixar esquecidos no Passado eventuais “culpados”. Não outros senão os “*desacreditados e desprestigiados representantes dos partidos monárquicos*”, numa referência a uma Nação agonizante no “*atoleiro em que a tinham lançado políticos desalmados e pouco exemplares*”. Corajosamente se afirma “*foram os monárquicos, pelos seus desvarios e pelas suas loucuras, que implantaram a República em Portugal*”. Essa a verdade, a atingir a classe política, poupando a essência do Regime deposto. Daí, também, o aviso à navegação: cuidado com o “*adesivismo*”, citando o exemplo de

**“um célebre doutor que se deitou monárquico na noite de 5 do corrente e acordou no dia 6 republicano convicto”.**

Nesta linha de pensamento, a mais lúcida e intemerata, prossegue, uma semana volvida (a 20 de de Outubro), imputando aos monárquicos as responsabilidades pelo bem sucedido desfecho das manobras revolucionárias em Lisboa. Assim

**“se prova que o defeito foi dos homens e não dos princípios”.**

Era o discurso possível:

**“a Monarquia nasceu tão isenta de defeitos, tão pura de intenções e tão limpa de escândalos como a República. Assim viveu muitos anos, atravessando épocas bem felizes e gloriosas para a Pátria, até que pela fraqueza dos homens que dela se foram assenhoreando, pelo favoritismo escandalosa e pelas tolerâncias de todos, a ordem concedida aos que iriam engrossar as hostes dos régulos da política, foi resvalando para o abismo...”.**

E prossegue, desassombadamente, o ataque implacável aos oficiais do ofício partidário:

*“dedicados à Monarquia, enquanto estas podia satisfazer as suas vaidades, e proteger os seus escândalos, os homens que a arrastaram pela lama vieram pressurosamente acolher-se à sombra da nova bandeira, apenas a viram flutuar gloriosa na fronteira dos edifícios do Estado”.*

A honra e a bondade da Instituição Real tiveram no *Novidades de Famalicão* o seu ilustríssimo e corajoso defensor. O qual, de resto, não se poupava em augúrios pessimistas, precisamente porque, com a maior clarividência, se interrogava acerca das façanhas ainda expectáveis dessa classe ainda e sempre presente nos diversos cargos públicos.

Neste enquadramento, não era de forma entusiasmada que registava as diversas alterações logo promovidas na toponímia local: o Largo do Príncipe Real redenominado Largo da República; a Rua de Santo António, agora Rua Cinco de Outubro; a Rua de João Franco, Rua Cândido dos Reis; a Rua Direita, Rua Miguel Bombarda...

A edição de 3 de Novembro mantém o discernimento e recomenda aos católicos ponderação, calma, esperança. O Governo encetara já a sua cruzada anti-clerical, mas *“o mal é dos homens, não do regime”*. Por causa dos seus erros caíra a Monarquia. E

**“o mal de que padecemos, que esteve quase a perder-nos no tempo da monarquia, e de que continua ainda infelizmente a enfermar a sociedade portuguesa, esse veneno que parece ter intoxicado todo o organismo da nação, está na falta de confiança recíproca entre governantes e governados”.**

Nada, absolutamente nada, mudou de então para cá...

## Notas Finais

Da análise da informação veiculada pela imprensa famalicence disponível é possível extrair algumas conclusões:

- A implantação da República foi acolhida no concelho com significativa indiferença por parte das populações. Somente a fatia urbana e mais favorecida económica e culturalmente se manifestou pela positiva e sempre com notório comedimento.

- A ausência de pronunciamentos, aderindo ou rejeitando a movimentação revolucionária, resulta do alheamento generalizado do povo face aos assuntos políticos, da instalada desconfiança face às organizações partidárias e à classe dirigente. Algo que vinha de trás e não se alterou.

- Todas as transformações produzidas, nomeadamente no plano administrativo, foram obra de um grupo minoritário mas militante, a Comissão Municipal Republicana.

- V. N. de Famalicão não escapou à regra: como por todo o País, viveu diversos casos, mais ou menos escandalosos, de *adesivismo*.

- Por último, não será despidiando comparar a reacção – o entusiasmo – popular (sempre de acordo com as notícias dos jornais) em 5 de Outubro de 1910 com o episódio chamado “Monarquia do Norte”, ocorrido no início de 1919, conforme a minha exposição no Boletim Cultural de V. N. de Famalicão (nº 5, III Série, 2009).

3.6



### 3.6 As eleições administrativas (1910-1926)

[1] *Estrela do Minho*, n.º 788, 9 de outubro de 1919, p.1.

[2] Presidente: Joaquim José Sousa Fernandes (acumulou o cargo de administrador do concelho até janeiro de 1911). Vereadores Efetivos: António de Araújo Costa, Francisco Maria de Oliveira e Silva, Zeferino Bernardes Pereira, Alfredo Rodrigues da Costa, Augusto de Sá Pinheiro Braga, Domingos Lopes Alves da Silva, Teófilo Vaissier. Vereadores Suplentes: João Gomes Correia de Abreu, Manuel Pinto de Sousa, Constantino Almeida Matos, Abílio Gomes Ferreira da Costa, Augusto Pereira Sampaio, Manuel de Araújo Monteiro. Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão (AMVNF), in *Livro de Actas das Sessões*, n.º 28, fl.134 vº - 135.

[3] AMVNF, in *Livro de Actas das Sessões*, n.º 28, fl.135 – 135 vº.

[4] Entendia-se por chefe de família aqueles que há mais de um ano, à data do primeiro recenseamento, viviam em comunhão com qualquer ascendente, descendente, tio, irmão, sobrinho ou com a sua mulher e proovessem aos encargos de família.

[5] O jornal *Estrela do Minho* relativamente ao novo normativo eleitoral, o Decreto de 5 de Abril de 1911, publicou um artigo intitulado “O voto das mulheres”, em que produz o seguinte comentário: “É cedo ainda, no nosso paiz, para que ao bello sexo seja concedido o direito ao voto e da elegibilidade. Assim determinou o governo em resposta ao requerimento de uma ilustre médica de Lisboa. Mas lá iremos, criam-no as gentis candidatas, quando a transformação da nossa sociedade se faça, por meio da instrução, afim de que, de ambos os sexos possa esperar-se a exacta compreensão dos deveres de cada um”, in *Estrela do Minho*, n.º 814, 9 de abril de 1911, p.1.

[6] “Chronica Eleitoral”, in *Porvir*, 1 de junho de 1911, p.1.

[7] Filipa Lopes, “Ser Eleitor (1910-1974)”, in *Boletim Cultural*, n.º 5, III Série. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2010, pp. 309-318.

[8] A Comissão Municipal do Partido Republicano eleita em 1912 foi composta por Joaquim José de Sousa Fernandes, João José da Silva, Zeferino Bernardes Pereira, Álvaro de Castelões, Amadeu Pereira, Daniel Augusto dos Santos, Domingos Lopes Alves da Silva como efetivos. Como suplentes faziam parte António de Araújo Costa, Alípio Augusto Guimarães, Albino José Marques, António Gonçalves Cerejeira, Manuel Pinto de Sousa, Joaquim Alves Pinto Araújo, António Augusto Ferreira Dias. *Estrela do Minho*, n.º 868, 21 de abril de 1912, p.1.

Com muitos vivas à República e à Pátria foi içada, no edifício dos Paços do Concelho, três dias após a implantação da República, a bandeira republicana – encarnada e verde<sup>1</sup>. As novas cores da bandeira, especialmente o verde, que desde o 31 de Janeiro de 1891, tinham sido determinadas como as cores do Partido Republicano Português, representavam uma mudança radical e marcavam o início de uma nova ordem política. No interior dos Paços do Concelho as alterações sucediam-se a grande velocidade. A 8 de outubro os antigos órgãos do poder local foram substituídos. Joaquim José Sousa Fernandes, nomeado administrador do concelho e constituído em delegado do Governo Provisório da República, em nome do Governo, nomeou os membros da Comissão Municipal Republicana do concelho como vereadores, em conformidade com as instituições do Governo Provisório<sup>2</sup>.

As expectativas no novo regime eram grandes e a colaboração de todos os cidadãos, independentemente da sua opção ideológica, era fundamental para o seu sucesso. Daniel Santos, presidente cessante da Câmara Municipal, declarou que “com a mesma dedicação com que serviu o deposto regímen monarchia, passava a aderir ao regímen que a República acaba de inaugurar, e isto por se convencer de que as tradicionais instituições monarchicas já não podiam satisfazer ao interesse da nossa Pátria”<sup>3</sup>. Também, António Ângelo Pinheiro da Gama, o padre Manuel da Costa Freitas Reis e o abade de S. Cosme manifestaram a sua adesão ao novo regime.

O projeto de uma nova cidadania, de uma nova forma de relacionamento entre o Estado e os cidadãos, estava presente no ideário republicano. A mais ampla participação dos cidadãos na vida comunitária, condição necessária e suficiente para se estabelecer a República democrática, era um dos compromissos da propaganda republicana no tempo da Monarquia. Mas, na realidade, a legislação eleitoral adotada pelo Ministro do Interior, António José de Almeida, o Decreto de 5 de Abril de 1911, quebrou uma das promessas republicanas, a do sufrágio universal. A grande esperança na instauração de um regime amplamente participado foi afastada pelo requisito da alfabetização para exercer o direito de voto. O normativo eleitoral, para as primeiras eleições republicanas, atribuiu o direito de voto a todos os portugueses maiores de 21 anos, que soubessem ler e escrever ou fossem chefes de família<sup>4</sup>. Não podiam ser eleitores: os que recebessem algum subsídio de beneficência, os pronunciados com transito em julgado, os interditos por sentença, da administração de sua pessoa ou bens, os falidos não reabilitados, os incapazes de eleger por efeito de sentença penal e ainda os portugueses por naturalização, deixando de figurar na categoria de excluídos de direito de voto os praças de pré do Exército e da Armada<sup>5</sup>.

A 28 de maio de 1911, na mais perfeita ordem e muito animada pelo interesse público,

realizaram-se as primeiras eleições republicanas - as eleições para a Assembleia Constituinte. Segundo o *Porvir*, órgão oficioso da causa da República em Famalicão, estas eleições tiveram maior afluência que nos tempos da monarquia: “Basta ver que na última eleição do extinto regímen, effectuada em 28 de Agosto do anno passado - há nove mezes apenas e encarniadamente disputada entre a chamada colligação liberal e o governo teixeirista, o candidato mais votado d’aquella que triumphou, apenas obteve 2:281 votos, emquanto que agora, o candidato mais votado da chapa republicana reuniu à sua parte 2:441 votos”<sup>6</sup>. Na verdade, com a implantação da República o número de recenseados aumentou comparativamente ao período da Monarquia Constitucional. Mas, ao analisarmos o caderno de recenseamento eleitoral do concelho, desse ano de 1911, e os censos verificamos que a distância é abissal: o total da população do concelho é de 37.753 e os eleitores inscritos, todos eles do sexo masculino, são de 5.307, somente 14,06% da população. É óbvio que, o uso dos censos como termo de comparação é abusivo (nem todos os residentes podiam votar, quanto mais não seja devido à idade), no entanto, servem como marco de referência para verificar a distância entre a população residente e a população que podia votar<sup>7</sup>. Apesar do recenseamento não ser representativo da população, fruto dos pré-requisitos que impossibilitavam uma maior participação da população, estas eleições conseguiram mobilizar um número significativo de famalicenses para o recenseamento. Tendo em conta que o direito ao voto era apenas concedido à população com mais de 21 anos, que soubesse ler e escrever, o total de população residente situa-se nos 9.445 e diminui ainda mais, pois apenas se recensearam homens, por isso de 6.231 homens residentes que sabiam ler e escrever recensearam-se 5.307.

Um ano após a implantação da República as dissensões políticas, as lutas partidárias e o acentuar de rivalidades pessoais no Partido Republicano Português (PRP) eram visíveis e a rotura foi inevitável. A unidade do Partido Republicano não tardou a ser desfeita. A primeira dissensão foi protagonizada por António José de Almeida que, em 24 de fevereiro de 1912, anunciou a constituição do Partido *Republicano Evolucionista*. Brito Camacho e seus apoiantes fundaram, a 26 de Fevereiro de 1912, o Partido da *União Republicana*. O PRP, na sequência do afastamento de algumas das personalidades de maior destaque da velha estrutura partidária, passou a ser conhecido como Partido *Democrático*, chefiado por Afonso Costa. A luta partidária reflete-se no concelho, o Partido Evolucionista constituiu a sua Comissão Municipal e o Partido Republicano, contrariando o sectarismo atribuído aos democráticos, elegeu, em 1912, uma nova Comissão Municipal composta por membros que tinham aderido ao Partido após o 5 de outubro<sup>8</sup>.

Nas primeiras eleições administrativas da República de modo a empossar as primeiras vereações municipais resultantes de eleições, o Partido Democrático<sup>9</sup> contou com uma lista da oposição denominada, inicialmente, por evolucionista, pois predominavam os evolucionistas e encontravam-se também os monárquicos mas, mais tarde, passou a ser designada como independente<sup>10</sup>. O novo sistema republicano «conferia às oposições a possibilidade de

---

[9] Candidatos municipais pela Lista do Partido Democrático (Republicano): Vereadores Efetivos - Albino José Marques, António de Araújo Costa, António Gonçalves Cerejeira, António Dias de Carvalho Ferreira, António José Ferreira, António José de Azevedo Almeida, António Joaquim Moreira, António José de Azevedo, Bernardino José de Sousa Fernandes, Domingos Lopes Alves da Silva, Horácio Correia de Azevedo, Joaquim José de Sousa Fernandes, João José da Silva, José de Araújo Carvalho, José da Costa Carneiro, Manuel Joaquim Rodrigues de Azevedo, Manuel Nunes de Sá, Zeferino Bernardes Pereira. Vereadores Suplentes - Alípio Augusto Guimarães, António Correia dos Santos, António de Albuquerque Barroso, Bento Lopes de Abreu, Francisco Tinoco de Sá, Jaime Correia de Mesquita Guimarães, Jaime Valongo, João Dias Alves Pimenta, Joaquim António de Sousa Faria, José Dias Costa, José Joaquim Marques de Abreu, Lino António de Faria e Sá, Manuel Augusto da Costa Campos, Manuel Pereira Sampaio, Manuel Pinto de Sousa, Manuel de Oliveira e Costa, Rodrigo Ernesto de Carvalho, Simão da Costa Vidal. *Estrela do Minho*, n.º 947, 23 de novembro de 1913, p.2.

[10] Candidatos municipais pela Lista do Partido Evolucionista: Vereadores Efetivos - António Correia Machado, António J. de Sousa Veloso, António Sá de Costa Reis, Bernardino José Ferreira, João Machado da Silva, Ernesto Lopes Guimarães, Francisco António Barreira, Francisco Correia de Mesquita Guimarães, Francisco Maria de Oliveira e Silva, Joaquim Dias de Sá, Joaquim Luís Ferreira Torres, José Machado Guimarães, José Pereira da Silva, Luís da Silva Carneiro, Manuel Alves Correia de Araújo, Manuel Joaquim Martins, Narciso Ferreira, Plácido Ferreira de Carvalho. Vereadores Suplentes - Adelino Ferreira Borges, Alfredo Pereira da Silva, António da Costa Gomes de Magalhães Brandão, António José de Barros de Faria, Bernardino Gomes de Araújo, Bernardino Pereira Alves Carneiro Júnior, Custódio José Gomes Ribeiro, Francisco de Araújo Couto, Francisco Joaquim da Silva Guimarães Costa, João Mâncio de Oliveira, João Robalo Ferreira, Joaquim da Costa Painço e Cunha, Joaquim Gonçalves de Faria, José Pereira Alves Carneiro Júnior, Luís Correia Machado, Manuel Dias de Sá, Manuel Dias de Carvalho Ferreira. *Estrela do Minho*, n.º 947, 23 de novembro de 1913, p.2. Segundo Maria Cândida Proença, no seu estudo sobre as Eleições Municipais em Sintra, para os Evolucionistas “não lhes repugnava a união com outras ideologias incluindo os próprios monárquicos. Esse amálgama de conservadores em que o polo de

união não era a defesa da República, mas, a derrota do PRP constituiu, em quase todos os períodos eleitorais, uma espécie de frente que sob a denominação de Lista Regional concorria aos cargos municipais (...)", in Maria Cândida Proença, *Eleições Municipais em Sintra – 1910-1926*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 1987, p.40.

[11] Fernando Farello Lopes, «Direito de voto, regime de escrutínio e “eleições feitas” na I República Portuguesa», in *Eleições e Sistemas Eleitorais no séc. XX Português – Uma perspectiva Histórica e Comparada*, coordenado por André Freire. Lisboa: Edições Colibri, 2011, pp.101-123.

[12] Decreto n.º 158, de 6 de outubro de 1913. Maria Namorado, Alexandre Pinheiro, *Legislação Eleitoral Portuguesa, Textos Históricos (1820-1974)*, Vol. II, Lisboa: Comissão Nacional de Eleições, 1998.

[13] A Câmara Municipal de Famalicão sendo um concelho de 2º ordem compunha-se de vinte e quatro vereadores mas, pela Lei de 23 de junho de 1916, artigo 13, os concelhos de 2º ordem viram reduzidos o número de vereadores de vinte e quatro para dezasseis.

[14] Arquivo Alberto Sampaio, Vila Nova de Famalicão (AAS-VNF), in *Cadernos de Recenseamento Eleitoral*, concelho de Vila Nova de Famalicão.

partilharem entre si as “minorias”»<sup>11</sup> através do Decreto n.º 158, de 6 de outubro de 1913. Nem o Código Eleitoral (lei n.º 3, de 3 de julho de 1913), nem a lei administrativa (lei n.º 88, de 7 de agosto de 1913) regulavam “o processo de eleição dos corpos administrativos para que a representação das minorias” fosse devidamente assegurada, por isso, foi adotado “por analogia, a mesma proporção de um para quatro estabelecida para a representação de minorias nos círculos de maior número de Deputados pelo citado decreto-lei de 5 de Abril”<sup>12</sup>. Pela nova legislação, Lei n.º 88, de 7 de agosto de 1913, a Câmara tinha uma função deliberativa, cabendo as funções executivas à comissão executiva, restrita e eleita no seu interior, da qual saía o presidente<sup>13</sup>.

O corpo eleitoral para as eleições administrativas de 1913 foi o mesmo das eleições legislativas, de 16 de novembro de 1913, ou seja o Código Eleitoral de 1913. A nova lei eleitoral, a Lei n.º 3, de 3 de julho de 1913, de modo a evitar situações ambíguas, formalizava a condição masculina, não referida expressamente na primeira lei eleitoral republicana, eliminando as mulheres de exercer o direito de voto. A lista dos que não podiam votar alargava-se, incluía os militares e membros dos corpos de polícia que à data da eleição encontravam-se em serviço efetivo e, também, ao impossibilitar todos os condenados por crimes de conspiração contra a República de exercer o direito de voto tornou-se numa Lei mais restritiva, o que produziu automaticamente consequências no recenseamento. O número de recenseado no concelho diminuiu, o requisito da alfabetização agora também para os chefes de família, condicionou drasticamente a capacidade eleitoral, como criou uma maior distinção no número de eleitores entre freguesias urbanas e rurais, no sentido em que os instruídos concentravam-se fundamentalmente nos centros urbanos. O entusiasmo popular no novo regime abrandou e sendo o recenseamento facultativo, competindo aos chefes de secretaria das Câmaras a atualização do cadastro, a mobilização para o exercício do voto diminuiu no concelho, foram apenas inscritos 3.424 eleitores, número inferior a 1911 e mesmo a 1909.

### Recenseamento Eleitoral no concelho de Vila Nova de Famalicão (1909-1913)<sup>14</sup>

Anos	1909	1910	1911	1912	1913
Recenseados	4385	4415	5307	4337	3424

O *Estrela do Minho*, atento às situações do recenseamento, já quando das eleições suplementares para deputados, considerando-as a “primeira experiência que se vai fazer do acto eleitoral na vigência da República, após três anos da sua existência”, alertava para a má interpretação, que alguns presidentes da Câmara davam à Lei Eleitoral e às possíveis “falcaturas no recenseamento”. Para estes, a “exclusão do voto aos analfabetos, sem a obrigatoriedade da inscrição do eleitor no recenseamento, além de dar ocasião a fraudes – como infelizmente já se deram – é, a nosso vêr, uma experiencia desastrada, já porque o acto eleitoral vai ser pouco concorrido, - podendo até



muitas pessoas inferir daí indiferença pela política republicana, como também por ser uma lei ilógica pois mostra contradição nos princípios de sufrágio, que apoiamos nas conferências e nos comícios no tempo da boa coerência...”<sup>15</sup>.

As eleições administrativas de 1913, marcadas para 30 de novembro, tiveram no concelho uma animada propaganda, os partidários do governo e os de António José de Almeida bateram “palmo a palmo o terreno”<sup>16</sup>. As mesas de voto foram presididas por cidadãos da máxima respeitabilidade e as eleições, como noticia o *Porvir*, decorreram “ordeiras e legaes a não se poder desejar melhor”, apenas “a cega-rega do Sr. Dr. Fonseca em Vermoim, e umas impertinencias da oposição em Dellães”<sup>17</sup>. Dos 3.424 eleitores recenseados votaram 2.854, vencendo o Partido Democrático por uma maioria de 567 votos<sup>18</sup>. Os opositoristas venceram na assembleia de Vermoim, por 98 votos, e na de Delães, por 137. Na do “Tribunal por 212, na das Escolas por 210, na de Cabeçudos por 47, na de S.Thiago da Cruz por 152, na de Ribeirão por 181” a vitória foi do Partido Democrático, ao “tudo 802 votos de maioria”<sup>19</sup>.

A Comissão Executiva da Câmara Municipal foi constituída assumindo a presidência Zeferino Bernardes Pereira e a Vice-presidência coube a Domingos Lopes Alves da Silva. Como vereadores surgem os cidadãos: Horácio Correia de Azevedo, Manuel Joaquim Rodrigues de Azevedo, António Gonçalves Cerejeira, Albino José Marques, António Joaquim Moreira, Manuel Nunes de Sá e João José da Silva<sup>20</sup>. Esta Comissão permanecerá até 1917, pois em virtude da Grande Guerra, as eleições que se deveriam realizar a 5 de novembro de 1916 foram adiadas. O Partido Republicano ainda chegou a apresentar candidatos<sup>21</sup> e o jornal *Estrela do Minho* realçou o facto de que em França, com parte do seu território invadido pelo estrangeiro foram realizadas eleições, portanto “este exemplo mais fortaleceu a nossa opinião contra os boatos tendenciosos de quem só desnortear o público cogita (...)”. Destacavam o bom desempenho da administração republicana no desenvolvimento da viação pública, da instrução, “com o aformoseamento da vila”, com abastecimento de água, “com a boa ordem dos serviços municipais, com a honesta arrecadação e escrupulosa economia das receitas”<sup>22</sup>. Contudo, as eleições foram adiadas três dias antes da data prevista para a sua realização.

O PRP que dominava a vida política do concelho desde a proclamação da República, em 1917 deparou-se com uma forte oposição. Nas eleições, de 4 de novembro, “disputam o sufrágio os elementos republicanos do concelho defrontados com os monárquicos, os chamados católicos e alguns despertados, que aderiram pressurosos à República quando da sua proclamação e pouco depois a abandonaram e hostilizam”. Segundo o *Estrela do Minho*, apesar de merecerem todo o respeito representavam a reação contra “a Liberdade, o passado tentando deter o passo à Democracia triunfante”, por isso o povo de Famalicão deveria, mais uma vez, “mostrar nas urnas a vitória da lista republicana”<sup>23</sup>. Porém, não foi possível impedir os efeitos nefastos que o divisionismo republicano trouxera consigo e a surpresa foi grande, o Partido Democrático

---

[15] João Correia de Freitas, “Eleições Suplementares”, in *Estrela do Minho*, n.º 946, 16 de novembro de 1913, p.2. O nome do autor é corrigido de João para Joaquim no *Estrela do Minho* de 23 de novembro de 1913.

[16] *Estrela do Minho*, n.º 948, 30 de novembro de 1913, p.1.

[17] *Porvir*, n.º 304, 4 de Dezembro de 1913, pp.1-2.

[18] Ver ANEXO I – Resultados da lista apresentada ao sufrágio municipal pelo Partido Republicano nas eleições de 1913.

[19] *Porvir*, n.º 304, 4 de Dezembro de 1913, pp.1-2

[20] António Joaquim Silva, *Vereações de Vila Nova de Famalicão – 1835-2005*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi, 2005, p.55.

[21] Candidatos municipais pela Lista do Partido Republicano para as eleições de 5 de novembro de 1916: Vereadores Efetivos - Amadeu da Silva Pereira, António Gonçalves Cerejeira, António José de Azevedo, Bernardino José de Sousa Fernandes, Daniel Augusto dos Santo, Domingos Lopes Alves da Silva, Francisco Correia de Mesquita Guimarães, Francisco Xavier de Albuquerque Dias, João da Fonseca e Castro, João José da Silva, Manuel Faria de Sampaio, Manuel Joaquim Rodrigues de Azevedo. Vereadores Suplentes - António Correia dos Santos, Augusto Pinto da Trindade, Artur Garcia de Carvalho, Francisco Tinoco de Sá, Jaime Valongo, João Dias Alves Pimenta, Lino António de Faria e Sá, Manuel Augusto da Costa Campos, Manuel Pinto de Sousa, Rodrigo Ernesto de Carvalho, Simão da Costa Vidal. *Estrela do Minho*, n.º 1.099, 29 de outubro de 1916, p.1.

[22] *Estrela do Minho*, n.º 1.096, 8 de outubro de 1916, p.1.

[23] *Estrela do Minho*, n.º 1.151, 28 de outubro de 1917, p.1.

---

[24] Lista republicana apresentada a sufrágio e derrotada: Vereadores Efetivos - António Gonçalves Cerejeira, António José de Azevedo, Bernardino José de Sousa Fernandes, Daniel Augusto dos Santos, Domingos Lopes Alves da Silva, Francisco Correia de Mesquita Guimarães, Jaime Valongo, João José da Silva, João da Fonseca e Castro, Joaquim Malvar, Manuel de Faria Sampaio, Manuel Joaquim Rodrigues de Azevedo. Vereadores Substitutos - António Correia dos Santos, Augusto Pinto da Trindade, Eduardo Joaquim da Silva, Francisco Tinoco de Sá, Higinio Robalo Ferreira, João Dias Alves Pimenta, Lino António de Faria e Sá, Manuel Augusto da Costa Campos, Manuel de Oliveira Costa, Manuel Pinto de Sousa, Rodrigo Ernesto de Carvalho, Simão da Costa Vidal.

[25] *Estrela do Minho*, n.º 1.152, 3 de novembro de 1917, p.1.

[26] *Estrela do Minho*, n.º 1.153, 11 de novembro de 1917, p.1.

[27] Sobre este assunto ver Norberto Cunha, “A I República em Vila Nova de Famalicão, 1910-1926”, in *História de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi, 2005, p.351.

[28] Foi nomeada pelo Governador Civil uma comissão para gerir o município, composta pelo Dr. João Machado da Silva que assumiu a presidência, o reverendo Manuel da Costa Freitas Reis, como vice-presidente e como vereadores, Dr. Francisco Manuel da Fonseca e Castro, Manuel Ferreira Loureiro, Dr. José Marques Pereira Pinto, Dr. Abílio Pereira de Araújo, Dr. Joaquim Dias de Sá, Álvaro Carneiro Bezerra. Tomaram posse no dia 3 de janeiro de 1918. In *Estrela do Minho*, n.º 1.161, 6 de janeiro de 1918, p.2.

[29] Presidente – Manuel Ferreira Loureiro; Vice-Presidente – António José da Silva Pereira; Vereadores – Joaquim Rebelo de Sá e Abreu, Álvaro Carneiro Bezerra, Luís da Silva Carneiro, Manuel Gonçalves da Costa e Agostinho Dias da Costa Moreira. Tomaram posse em 5 de fevereiro de 1919. AMVNE, in *Livro de Actas da Camara Municipal*, n.º 34, p.14 vº - 15.

[30] Foi nomeada por alvará do Governador Civil de Braga, a 20 de fevereiro de 1919, uma nova comissão administrativa presidida por António de Araújo Costa e a Vice- Presidente, Adelino Adélio dos Santos. Como Vereadores os cidadãos António José de Azevedo, Rodrigo Ferreira de Carvalho, Francisco Xavier de Albuquerque Dias Freitas Costa, Jerónimo António Ferreira, Joaquim Malvar, Manuel Faria Sampaio, Adelino Gomes de Sousa e Jaime Valongo. António Joaquim Silva, *op. cit.*, p.58.

perdeu em Famalicão ganhando a coligação de evolucionistas, católicos e monárquicos. A lista apresentada pelos republicanos<sup>24</sup> era constituída por famalicenses conhecidos “pelos seus actos, pelos seus méritos e pelo seu carácter. Não são todos doutores, nem esta lista relaciona talvez, tão transcendentemente mentalidades como a chapa dos monárquicos locais”<sup>25</sup>. Para o *Estrela do Minho*, a vitória nestas eleições resultou do facto da oposição ter exercido “por todos os meios e modos, violenta pressão sobre os eleitores”, fundamentalmente alguns párocos que “prometiam absolver os seus freguezes d’este grande pecado dos pobres homens, como cidadãos, escolherem livremente os seus eleitos!” atentando, deste modo, contra o artigo 151º do Código Eleitoral em vigor. Dai a necessidade da autoridade, do administrador do concelho, fazer cumprir a lei, acabando “com as transigências e contemplanções de que estão abusando os inimigos do regímen”<sup>26</sup>. Sousa Fernandes procurou impugnar as eleições e apesar de todos os esforços e do Recurso do Supremo Tribunal de Administrativo, os resultados foram validados<sup>27</sup>.

A tomada de posse da nova Comissão ocorreria em janeiro de 1918, mas o golpe militar sidonista, de 5 de dezembro de 1917, dissolveu todos os corpos administrativos, por Decreto de janeiro de 1918. Os governadores civis nomearam novas comissões administrativas que exerceram o poder até ao assassinato de Sidónio Pais, a 14 de dezembro de 1918<sup>28</sup>. O mesmo aconteceu durante o período da Monarquia do Norte, que por alvará do Governador Civil nomeou novos corpos administrativos que juraram “fidelidade a El- Rei, obediência à Carta Constitucional, aos actos adicionais e às leis do Reino”<sup>29</sup>. Após este período conturbado, desde o golpe de Sidónio Pais até ao efêmero período da Monarquia do Norte, teremos que aguardar até 25 de maio de 1919, para que de novo sejam realizadas eleições administrativas<sup>30</sup>.

Curiosamente, foi durante o período da ditadura de Sidónio Pais que o corpo eleitoral sofreu grandes alterações, pois “considerando que sem o sufrágio universal não pode haver democracia”<sup>31</sup>, foi estabelecido o direito ao voto a todos os cidadãos portugueses do sexo masculino maiores de 21 anos, pelo Decreto n.º 3.997, de 30 de março de 1918. Este normativo eleitoral permitiu uma maior representatividade da população, de 3.836 inscritos no recenseamento, em 1917, aumenta para 4.917, em 1918. Com o fim do regime sidonista a lei foi abolida, nos primeiros meses de 1919, pois não podia o “Govêrno adoptar como base a lei eleitoral vigente”, passando a vigor o Código eleitoral de 1913, que o Decreto n.º 5.184, de 1 de março de 1919, repõe porque não era possível “com a urgência que as circunstâncias reclamam elaborar uma lei eleitoral”. Apesar do Decreto de 1 de março considerar que, “de harmonia com os princípios republicanos e aspirações das classes trabalhadoras, a capacidade eleitoral deve ser alargada em termos de poderem exercer o direito de voto todos os cidadãos que, sendo de valores efectivos dentro da Nação, tenham a consciência das responsabilidades que o seu exercício lhes impõe”<sup>32</sup>, nunca tal veio a acontecer.

O recenseamento político de 1919 foi realizado, num curto prazo e, fora dos termos

tumultuários em que estava elaborado o de 1918, tendo por base o recenseamento de 1917. No concelho recensearam-se 3.725 famalicenses de modo a participarem nas eleições administrativas de 1919 e votarem nos candidatos<sup>33</sup>, que segundo o *Estrela do Minho*, “excelentemente escolhidos, cidadãos inteligentes e sobretudo amantes da prosperidade da sua terra, alguns conhecendo bem os grandes centros em que viveram, onde o progresso é observado em todas as suas nuances”. Por isso, votar “na lista republicana é prestar-se benefício ao concelho que muito há a esperar da rasgada iniciativa dos futuros vereadores”<sup>34</sup>. Após as eleições a comissão executiva da Câmara tomou posse, a 12 de agosto de 1919, sendo constituída por Júlio Gonçalves de Araújo como Presidente e Jaime Valongo a Vice-Presidente. Os vereadores efetivos foram António José de Azevedo, Horácio Correia de Azevedo, António de Albuquerque Barroso, Joaquim Malvar e ainda Manuel Joaquim Rodrigues de Azevedo, Artur Gomes Ferreira da Costa, Francisco Correia de Mesquita Guimarães, Aparício Silva e Adelino de Sousa<sup>35</sup>. Contudo, as relações entre o Presidente da Câmara, Júlio de Araújo e o Presidente do Senado, Araújo Costa, agravaram-se originadas pela questão do açúcar “que a Câmara tinha sob a sua posse e guarda”<sup>36</sup> que requisitara ao Comissariado de Abastecimento para distribuir. As lutas políticas que dividiam os republicanos filiados no Partido Republicano, a hostilidade da Comissão Republicana, gerou a demissão de parte da comissão executiva sendo eleita uma nova comissão com 3 membros de cada uma das fações<sup>37</sup>: Augusto de Sá Pinheiro Braga, Presidente; Aparício Silva, Vice-Presidente e como vereadores, António José de Azevedo, Horácio Correia de Azevedo (tomou posse, a 3 de janeiro de 1922, no lugar de Augusto Pereira Sampaio), Manuel Joaquim Rodrigues de Azevedo, Joaquim Malvar e ainda Augusto Pereira Sampaio<sup>38</sup>.

De novo em 1922, efetuaram-se eleições municipais com luta ferrenha em muitos concelhos de Portugal. Em Famalicão “também se degladiam fortemente os dois grupos contendores, parecendo que a vitória há-de ser de pequeno número de votos”<sup>39</sup>. Uma das listas foi composta por Araújo Costa e “um pequeno número de partidários do partido liberal do concelho [...] a que pomposa e mentirosamente chama: Lista de concentração democrática-liberal” e a outra “Lista do concelho” composta por “5 republicanos democráticos, 1 republicano reconstituente e de 6 nomes mais escolhidos entre indivíduos que não tivessem responsabilidades ligadas a nenhum dos acontecimentos monárquicos passados”<sup>40</sup>. Com 3.765 eleitores venceram os candidatos propostos a sufrágio pelo Partido Republicano aliados aos Liberais<sup>41</sup> sendo constituída a comissão concelhia por Carlos Filipe Pereira Bacelar, como Presidente e João Machado da Silva a Vice-Presidente e como vereadores, António de Albuquerque Barroso, Joaquim Malvar e Aparício Silva<sup>42</sup>. Os desentendimentos pelo modo como decorreu o ato eleitoral provocaram protestos pela Lista do concelho, verificando-se “corte no recenseamento eleitoral – mais de 3000 eleitores; troca de nomes de eleitores [...] nos cadernos eleitorais; a descarga de mortos e ausentes; o voto de uma autoridade e que não era do recenseamento do concelho [...]. Toda esta metralha deu à lista do sr. Araújo Costa a vitória [...]”<sup>43</sup>.

---

[31] Decreto n.º 3.997, de 30 de Março de 1918.

[32] Decreto n.º 5.184, de 1 de Março de 1919.

A Lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915, restituiu o direito de voto aos cidadãos pertencentes ao exército e à armada, que se encontravam inscritos no recenseamento eleitoral e para efeito da realização da eleição de 13 de junho de 1919 são considerados válidos os recenseamentos de 1915.

[33] Ver ANEXO II – Resultados das listas apresentadas ao sufrágio municipal nas eleições de 1919.

[34] *Estrela do Minho*, n.º 1.232, 25 de maio de 1919, p. 2.

[35] António Joaquim Silva, *op.cit.*, p. 59.

[36] Sousa Fernandes (1849-1928). Vila Nova de Famalicão: Edições Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1988, p.486.

[37] Sobre este assunto ver Norberto Cunha, *op.cit.*, p. 401 e Sousa Fernandes, *op.cit.*, pp.486-492.

[38] António Joaquim Silva, *op.cit.*, p. 60.

[39] *Estrela do Minho*, n.º 1.411, 19 de novembro de 1922, p. 2.

[40] Sousa Fernandes, *op.cit.*, p. 494.

[41] Ver ANEXO III – Resultados das listas apresentadas ao sufrágio municipal nas eleições de 1922.

[42] António Joaquim Silva, *op.cit.*, p. 61.

[43] Sousa Fernandes, *op.cit.*, p. 495.

Na realidade os boletins de voto eram entregues antecipadamente pelos candidatos ou seus representantes e levados pelos próprios eleitores no dia das eleições pois “o regime eleitoral reformado introduzia, sobre o princípio da lista incompleta, a possibilidade de os eleitores riscarem ou acrescentarem nomes nos boletins de voto, como forma de abrir o processo representativo às escolhas individuais, ditadas por factores de consideração e apreço por esta ou aquela personalidade local”<sup>44</sup>.

Já nas eleições de 1919, segundo as atas da assembleia de voto de Cabeçudos e Vermoim, foram acrescentados nomes nos boletins de voto. O mesmo aconteceu nas eleições de 1922, nas assembleias de voto da Vila, Escola, Cruz e Vermoim.

Nomeados, antecipadamente, os delegados eleitorais, pelas listas que participavam na eleição, surgiram muitas das vezes dúvidas na identificação dos eleitores.

Com uma população mais preocupada com o crescimento, a prosperidade e estabilidade do município as eleições de 1922 foram bastante participadas. Comparando o número de votantes das eleições de 1919 e as de 1922, apesar de não haver um aumento significativo de recenseados, apenas 40, a participação dos famalicenses foi mais expressiva nas eleições de 1922: de 2081 votantes em 1919 houve um aumento para mais de 2638 votantes em 1922, tendo em conta que nos valores apresentados não foram contabilizados os votantes da assembleia de voto do Tribunal por falta de dados.

[44] João B. Serra, “Os poderes locais: Administração e Política no primeiro quartel do séc. XX”. In *História dos Municípios e Poder Local, dos Finais da Idade Média à União Europeia*, dir. César de Oliveira. Lisboa, Circulo de leitores, 1996, p.28.

[45] AAS-VNF, in *Cadernos de Recenseamento Eleitoral*, concelho de Vila Nova de Famalicão.

[46] *Estrela do Minho*, n.º 1.569, 22 de novembro de 1925, p.1.

### Votantes no concelho de Vila Nova de Famalicão (1919-1922)<sup>45</sup>

	1919	1922
<b>Tribunal</b>	355	
<b>Escola</b>	250	486
<b>Ribeirão</b>	283	430
<b>Cruz</b>	564	469
<b>Delães</b>	294	447
<b>Vermoim</b>	180	512
<b>Cabeçudos</b>	155	294

Estas foram as últimas eleições em que os famalicenses foram chamados a votar, pelo facto que a 12 de novembro de 1925 todos os elementos republicanos deram as mãos para a eleição da Câmara e nem “chegou a reunir o eleitorado, em virtude de não haver oposição a disputar o sufrágio”<sup>46</sup>. Composta a Câmara pelos cidadãos Carlos Filipe Pereira Bacelar, Presidente; João Machado da Silva, Vice-presidente e como vereadores: Alfredo Ferreira, Álvaro de Castelões,

116

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Sala Vereadores efectivos

Alfredo Ferreira, industrial  
António de Albuquerque Barroso, proprietário  
António de Araújo Costa, contador  
António José de Azevedo, proprietário  
Aparício Silva, negociante  
Augusto Correia de Azevedo, empregado  
Carlos Filipe Pereira Bacelar, advogado  
Jaime Valongo, farmacêutico  
João Machado da Silva, advogado  
Joaquim Malsar, negociante  
José Pereira da Silva, proprietário  
Manuel Joaquim Rodrigues de Azevedo, proprietário

Sala Vereadores substitutos

António Angelo Paolino da Gama, esecução  
António Correia dos Santos, lavrador  
Augusto Pinto da Trindade, negociante  
Eduardo Joaquim da Silva, negociante  
Francisco Joaquim da Silva Guimarães Costa, proprietário  
João Gomes da Costa Pinto, proprietário  
Joaquim Rodrigues Vêloso, proprietário  
José Ferreira Rodrigues, negociante  
José Pereira Alves Carneiro Júnior, lavrador  
Manuel Dias de Sá, lavrador  
Manuel Portela, negociante  
Miguel Pinto da Costa Cimeira, farmacêutico

42  
Alicarzá de nomeação de delegado eleitoral

Ordem de Serviço de Serviço Público  
Administrador do Concelho de Vila Nova de Famalicão

Pelo presente faço saber que, em cumprimento do disposto na Lei eleitoral, nomeio o cidadão eleitor Alfredo Ferreira de profissão industrial estado casado e morador em Famalicão para delegado eleitoral efetivo dos 1º circ.

dist. e conc. Famalicão dos 1º circ. dist. e conc. Famalicão para delegado eleitoral efetivo dos 1º circ.

3  
afim de nessa qualidade assistir a todos os actos da eleição que se vai realizar no próximo dia 2 de Junho de 1922 na assembleia primária de Vila Nova, gosando de todas as regalias que a citada Lei Eleitoral lhe confere.

Para os devidos efeitos mandei passar o presente alcarzá, que vai ser por mim assinado, levando o selo branco desta Administração.

Famalicão, 8 de Junho de 1922

O Administrador do Concelho,

Francisco do Espírito Santo

a) Candidatos a Senadores, Deputados, Procuradores à Junta ou Veredores da Câmara, (nomes, estados, profissões e moradas) ou dos eleições F... F... (nomes, estados profissões e moradas).

1. Arquivo do Governo Civil do Distrito de Braga, in Actas e Cadernos de Eleição — Câmara Municipal, pasta 116, caderno 1.

2. Arquivo do Governo Civil do Distrito de Braga, in Alvarás, n.º 42.

Pelo candidato da lista da opposição poricipuini  
d'Alimim, foi apresentado um protesto  
com o seguinte conteúdo:

Na freguesia de Saguez, nesta assembleia  
há dois indivíduos com o nome de  
João Gomes Simões; appareceu a  
votar nos duas horas de espessa um indivi-  
duo com este nome dizendo que é o proprio  
juiz de peace d'aquella freguesia inclusive-  
ve o ex-regedor Domingos Faria affirmar  
que o unico eleito que tem o nome de  
João Gomes Simões está ausente em  
Hespanha há cerca de um anno.

Além disso varias pessoas presentes  
nesta assembleia, todos d'aquella  
freguesia, affirmaram que o indi-  
viduo que se apresentou a votar  
não é o proprio.

A mesma reunião manifestou-se  
contra a jurar e contra a  
presumpção e hi-presidência no  
actos de que o falso eleito  
votasse.

Assim e base para protesto  
o facto de não consider os annos

3.

algun a idade que consta dos actos,  
e aquella que o falso eleito apresenta  
no que existe um differença que deve  
regulac por trinta annos.

Contra esta se protesta, e são  
assignas com o seu apresentante  
o ex-regedor de Saguez, Domingos Faria e outros  
Domingos de Faria  
Domingos Faria  
Domingos Faria  
Domingos Faria

O candidato

poricipuini d'Alimim

4.

António Ângelo Pinheiro da Gama, António Lopes da Cunha, Aparício Silva, Custodio José Gomes Ribeiro Júnior, Manuel Gonçalves da Silva, Manuel Pinto de Sousa, Dr. José Gomes da Costa Carneiro, Júlio Gonçalves de Araújo, Dr. Manuel Augusto Dias de Azevedo e Manuel Ferreira Barbosa<sup>47</sup>, não viram o seu mandato terminar. Carlos Filipe Pereira Bacelar, Presidente da Câmara ao deparar-se com as tropas vindas de Braga, lutou, quanto pôde, a fim de que os oficiais republicanos se mantivessem fiéis à Constituição “mas de nada valeram os seus esforços, porque eles logo negociaram a sua rendição, acabando por aderir ao movimento”<sup>48</sup>. Vitorioso o Golpe Militar do 28 de Maio de 1926, a primeira medida sentida nos municípios foi a dissolução de todas as Câmaras Municipais.

## Bibliografia

- Arquivo Alberto Sampaio – Vila Nova de Famalicão – *Cadernos de Recenseamento Eleitoral*, concelho de Vila Nova de Famalicão.
- Arquivo do Governo Civil do Distrito de Braga - *Actas e Cadernos de Eleição - Camaras Municipais; Actos Eleitorais – Editais e Alvarás. Estrela do Minho*, semanário, Vila Nova de Famalicão.
- Porvir*, semanário, Vila Nova de Famalicão.
- BACELAR, Armando, “Memória dos Tempos Idos”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, n.º 13, 1994/95, pp. 4-5.
- CUNHA, Norberto Ferreira - “A I República em Vila Nova de Famalicão, 1910-1926”, in *História de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi, 2005, p. 351.
- LOPES, Fernando Farelo, «Direito de voto, regime de escrutínio e “eleições feitas” na I República Portuguesa», in *Eleições e Sistemas Eleitorais no séc. XX Português – Uma perspectiva Histórica e Comparada*, coordenado por André Freire. Lisboa: Edições Colibri, 2011, pp. 101-123.
- LOPES, Filipa - “Ser Eleitor (1910-1974)”, in *Boletim Cultural*, n.º 5, III Série. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2010, pp. 309-318.
- NAMORADO, Maria, PINHEIRO, Alexandre, *Legislação Eleitoral Portuguesa, Textos Históricos (1820-1974)*, Vol.II, Lisboa: Comissão Nacional de Eleições, 1998.
- PROENÇA, Maria Cândida, *Eleições Municipais em Sintra – 1910-1926*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 1987.
- SERRA, João B. – “Os poderes locais: Administração e Política no primeiro quartel do séc. XX”, in *História dos Municípios e Poder Local, dos Finais da Idade Média à União Europeia*, dir. César de Oliveira. Lisboa, Circulo de leitores, 1996.
- SILVA, António Joaquim - *Vereações de Vila Nova de Famalicão – 1835-2005*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi, 2005.
- Sousa Fernandes (1849-1928)*. Vila Nova de Famalicão: Edições Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1988.

---

[47] António Joaquim Silva, *op. cit.*, p. 62.

[48] Armando Bacelar, “Memória dos Tempos Idos”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, n.º 13, 1994/95, pp.4-5.

## ANEXO I

### RESULTADOS DA LISTA APRESENTADA AO SUFRÁGIO MUNICIPAL PELO PRP NAS ELEIÇÕES DE

**1913** *Estrela do Minho*, n.º 947, 23 de novembro de 1913, p. 2 e *Sousa Fernandes* (1849-1928). Vila Nova de Famalicão: Edições Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1988, pp. 279-280.

		Tribunal	Escola	Cruz
Vere- adores Efectivos	António Gonçalves Cerejeira	325	335	305
	António Dias de Carvalho Ferreira	325	335	304
	António José de Azevedo Almeida	325	334	305
	João José da Silva	325	335	305
	Manuel Joaquim Rodrigues de Azevedo	325	335	305
	Manuel Nunes de Sá	325	334	305
	António Joaquim Moreira	324	335	306
	Bernardino José de Sousa Fernandes	323	335	303
	José de Araújo Carvalho	321	335	303
	António de Araújo Costa	320	335	303
	António José Ferreira	320	334	305
	Joaquim José de Sousa Fernandes	320	333	303
	António José de Azevedo	319	335	305
	Domingos Lopes Alves da Silva	319	335	305
	Horácio Correia de Azevedo	318	335	305
	José da Costa Carneiro	318	335	304
	Albino José Marques	317	334	305
Zeferino Bernardes Pereira	317	332	303	
Vere- adores Suplentes	António Correia dos Santos	325	335	305
	João Dias Alves Pimenta	325	335	305
	Manuel Pinto de Sousa	325	335	303
	Rodrigo Ernesto de Carvalho	325	335	305
	António de Albuquerque Barroso	324	335	305
	Francisco Tinoco de Sá	324	335	305
	Manuel de Oliveira e Costa	321	334	302
Simão da Costa Vidal	321	335	305	



Ribeirão	Vermoim	Delães	Cabeçudos	Total
254	179	150	157	1705
254	179	150	156	1703
254	179	150	157	1704
255	179	151	157	1707
254	178	150	157	1705
254	179	151	156	1703
254	178	151	157	1706
254	178	151	162	1706
254	178	152	157	1700
254	178	150	155	1695
254	178	151	157	1699
254	179	151	157	1697
254	175	150	157	1695
254	178	151	152	1694
254	179	150	157	1698
254	177	151	155	1694
249	179	156	157	1697
254	176	151	157	1690
254	179	151	157	1706
254	178	152	157	1706
254	179	152	157	1705
254	179	149	157	1704
254	179	152	157	1707
254	179	152	157	1706
254	179	151	157	1698
254	179	151	157	1702

	Tribunal	Escola	Cruz	
Vere- adores Suplentes	Bento Lopes de Abreu	321	335	305
	José Dias Costa	321	335	305
	José Joaquim Marques de Abreu	321	335	305
	Manuel Augusto da Costa Campos	321	335	305
	Alípio Augusto Guimarães	320	335	303
	Joaquim António de Sousa Faria	320	333	305
	Lino António de Faria e Sá	320	335	305
	Jaime Valongo	309	332	303
	Manuel Pereira Sampaio	309	335	305
	Jaime Correia de Mesquita Guimarães	299	335	301

## ANEXO II

### RESULTADOS DAS LISTAS APRESENTADAS AO SUFRÁGIO MUNICIPAL

**NAS ELEIÇÕES DE 1919** Arquivo  
do Governo Civil do Distrito de Braga, in *Actas e  
cadernos de Eleição – Câmara Municipal*, cota 135-139,  
146-147.

	Tribunal	Escola	Cruz	
Efetivos	Albino José Marques	274	200	489
	António de Albuquerque Barroso	274	200	489
	António de Araújo Costa	274	200	489
	António José de Azevedo	274	200	489
	Artur Gomes Ferreira da Costal	274	200	489
	Augusto de Sá Pinheiro Braga	274	200	489
	Francisco Correia de Mesquita Guimarães	274	200	489
	Horácio Correia de Azevedo	274	200	489
	Jaime Valongo	274	200	489
	Joaquim Malvar	274	200	489
	Júlio Gonçalves de Araújo	274	200	489
	Manuel Joaquim Rodrigues de Azevedo	274	200	489

Ribeirão	Vermoim	Delães	Cabeçudos	Total
254	179	151	157	1702
254	179	151	156	1701
254	179	152	158	1704
254	179	151	157	1702
254	179	152	156	1699
254	179	152	155	1700
254	179	151	157	1701
254	179	152	154	1684
254	179	151	157	1690
270	97	166	157	1622

Ribeirão	Vermoim	Delães	Cabeçudos
260	180	222	149
260	165	222	149
260	180	222	149
260	165	222	149
260	180	222	149
260	165	222	149
260	180	222	147
260	180	222	140
260	165	222	140
260	165	222	149
260	180	222	148
260	165	222	146

	Tribunal	Escola	Cruz	
<b>Suplentes</b>	António Ângelo Pinheiro da Gama	274	200	481
	António Correia dos Santos	274	200	481
	Augusto Pinto da Trindade	274	200	489
	Domingos Ferreira da Costa	274	200	481
	João Dias Alves Pimenta	274	200	281
	João Gomes da Costa Pinto	274	200	481
	José de Araújo Carvalho	274	200	481
	Lino António de Faria e Sá	274	200	481
	Manuel Joaquim Ferreira de Sá	274	200	481
	Manuel Joaquim Martins	274	200	481
	Manuel de Oliveira Costa	274	200	481
	Rodrigo Ferreira de Carvalho	274	200	280
	<b>Pela mi- noría dos Suplentes</b>	Adelino Gomes de Sousa	81	50
Aparício Silva		81	50	75
Augusto Pereira Sampaio		81	50	75
Higino Robalo Ferreira		81	50	75
Eduardo Joaquim da Silva		81	50	75
Manuel da Costa Correia		81	50	75
Manuel Portela		81	50	75
Miguel Pinto da Costa Cameira		81	50	75
Joaquim Dias de Sá				
Jaime da Silva Guimarães				
Jerónimo António Ferreira				
Joaquim da Siva Guimarães				
Manuel Ferreira Barbosa				

Ribeirão	Vermoim	Delães	Cabeçudos
247	180	222	146
247	165	222	148
260	180	222	149
247	165	222	149
247	180	222	149
247	165	222	149
247	180	222	146
247	165	222	149
247	180	222	149
247	165	222	149
247	180	222	149
247	165	222	146
23	10	72	6
23	9	72	6
23	20	72	6
23	10	72	6
23	10	72	6
23	30	72	6
23	36	72	6
23	24	72	6
			13
			1
			1
			3
		5	

### ANEXO III

#### RESULTADOS DAS LISTAS APRESENTADAS AO SUFRÁGIO MUNICIPAL

**NAS ELEIÇÕES DE 1922** Arquivo  
do Governo Civil do Distrito de Braga, in *Actas e  
cadernos de Eleição – Câmara Municipal*, pasta 116  
(caderno 1 a 7) e pasta 332.

	Tribunal	Escola	Cruz	
Vere- adores Efectivos	Alfredo Ferreira	232	269	231
	António Albuquerque Barroso	234	269	231
	António Araújo Costa	235	269	231
	António José de Azevedo	234	269	232
	Aparício Silva	231	268	230
	Augusto Correia de Abreu	235	269	232
	Carlos Filipe Pereira Bacelar	235	269	232
	Jaime Valongo	233	269	232
	João Machado da Silva	230	267	231
	Joaquim Malvar	231	267	232
	José Pereira da Silva	233	268	232
	Manuel Joaquim Rodrigues	234	268	232
Vere- adores Suplentes	António Ângelo Pinheiro Gama	232	268	232
	António Correia dos Santos	232	268	232
	Augusto Pinto da Trindade	233	268	232
	Eduardo Joaquim da Silva	233	268	232
	Francisco Joaquim da Silva Guimarães Costa	233	268	232
	João Gomes da Costa Pinto	233	268	232
	Joaquim Rodrigues Veloso	233	268	232
	José Ferreira Rodrigues	232	268	232
	José Pereira Alves Carneiro Júnior	233	268	232
	Manuel Dias de Sá	232	268	232
	Manuel Portela	236	268	232
Miguel Pinto da Costa Carneiro	236	268	232	
Pela minoría Efectivos	Adelino Gomes de Sousa	256	219	232
	Agostinho Dias da Costa Moreira	254	217	232

Ribeirão	Vermoim	Delães	Cabeçudos	Total
246	120	374	165	642
247	111	364	165	643
245	121	366	164	640
246	111	366	164	638
244	111	366	164	638
245	111	353	165	642
255	111	360	167	654
241	111	357	151	624
243	130	378	166	640
244	111	356		639
245	116	374	168	645
245	110	366	165	642
245	110	363	165	649
245	111	367	165	642
245	111	365	167	644
245	111	367	167	642
245	111	367	165	642
245	111	367	166	642
245	111	367	165	642
245	111	367	165	642
245	111	367	165	642
245	111	367	165	642
245	111	367	166	642
245	111	367	165	649
183	384	79	125	540
182	393	79	125	539

### ANEXO III

#### RESULTADOS DAS LISTAS APRESENTADAS AO SUFRÁGIO MUNICIPAL

**NAS ELEIÇÕES DE 1922** Arquivo do Governo Civil do Distrito de Braga, in *Actas e cadernos de Eleição – Câmara Municipal*, pasta 116 (caderno 1 a 7) e pasta 332.

		Tribunal	Escola	Cruz
<b>Pela minoría Efetivos</b>	Avelino Gonçalves Cerejeira	254	217	232
	Camilo Domingues da Costa Eiró	253	216	232
	Francisco Correia Mesquita Guimarães	255	218	232
	Horácio Correia de Azevedo	257	217	232
	José de Azevedo Menezes e Cardoso Barreto	257	219	233
	José Joaquim de Oliveira	255	217	233
	José Rodrigues de Sá e Abreu	257	217	233
	Júlio Gonçalves de Araújo	257	218	233
	Manuel Ferreira Barbosa	257	217	232
	Manuel Alves Correia de Araújo	255	218	232
	António de Abreu Carneiro	260	215	230
	António de Rego Pinheiro	261	216	231
<b>Pela minoría Suplentes</b>	António Joaquim de Carvalho	261	215	232
	António Joaquim Teixeira de Melo	263	216	232
	António José Ferreira	260	216	231
	Armindo José da Costa	261	215	232
	João Ferreira Brandão	263	216	232
	José de Sousa Marques	260	216	231
	Paulo Brandão Peixoto	260	215	231
	Plácido Ferreira de Carvalho	262	216	231
Remígio Fonseca da Costa	264	215	232	
Rosendo da Silva Araújo	259	215	232	
	Manuel Moreira da Cunha			
	Domingos Monteiro			
	João Pimenta			
	Alexandrino Costa			



Ribeirão	Vermoim	Delães	Cabeçudos	Total
191	396	77	128	559
183	390	75	124	539
184	394	88	128	544
181	400	76	129	542
183	399	79	129	545
183	398	79	138	544
183	397	86	130	546
183	396	86	128	544
183	396	78	128	543
170	396	78	138	549
183	394	79	121	542
182	398	79	128	542
191	398	79	129	544
183	399	82	129	544
184	399	79	128	542
181	399	79	129	544
183	399	79	129	544
183	399	79	126	540
183	399	79	130	544
183	398	79	129	543
183	399	79	128	543
170	398	79	129	544
				6
				4
				2
				6

3.7

Rua João Faria dos Guimarães n° 784

### 3.7 As eleições legislativas em Vila Nova de Famalicão

No dia 28 de Maio de 1911 realizaram-se as primeiras eleições gerais da República, regime instaurado em 5 de Outubro do ano anterior. Visando “normalizar quanto antes a vida da Nação Portuguesa”, o acto eleitoral foi regulamentado pelo decreto-lei de 5 de Abril de 1911. Este diploma, atendendo a várias “reclamações”, alterava a lei eleitoral de 14 de Março desse ano.

Realizada por “sufrágio directo, secreto e facultativo”, a eleição da Assembleia Nacional Constituinte decorreu em 65 círculos: 47 do continente, quatro das ilhas adjacentes e 14 das colónias<sup>1</sup>. O círculo n.º 3, com sede em Braga, integrava os concelhos de Braga, Póvoa de Lanhoso, Vieira e Vila Nova de Famalicão. Deste último faziam parte sete assembleias eleitorais, assim designadas: Edifício do Tribunal, Edifício da Escola, Gavião, Cabeçudos, Ribeirão, Delães e Joane<sup>2</sup>.

Os quatro deputados eleitos por esse círculo foram Joaquim José de Sousa Fernandes<sup>3</sup>, Joaquim José de Oliveira<sup>4</sup>, João José de Freitas<sup>5</sup> e João Carlos Nunes da Palma<sup>6</sup>. Todos eles ligados ao Partido Republicano Português (PRP), nas urnas tiveram uma oposição pouco mais que simbólica<sup>7</sup>.

Aprovada a Constituição da República Portuguesa, a 21 de Agosto de 1911, a Assembleia Nacional Constituinte escolheria, logo a 25 desse mês (data da sua última sessão), os 71 senadores previstos constitucionalmente, dando, pois, origem ao Senado e à Câmara dos Deputados<sup>8</sup>.

Pese embora o § 3.º do artigo 84.º da Constituição previsse que o mandato dos membros das duas Câmaras terminasse quando, finda a sessão legislativa de 1914, se houvesse constituído o novo Congresso, o artigo 86.º obrigava a que as vagas, que ocorressem na primeira Câmara dos Deputados, fossem preenchidas se esta houvesse sido reduzida a menos de cento e trinta e cinco membros<sup>9</sup>. Daí que, por força dessas circunstâncias, a 16 de Novembro de 1913 se realizassem eleições suplementares, em 28 círculos, para proceder ao preenchimento de 37 vagas de deputados<sup>10</sup>.

Por não se realizarem no círculo n.º 3, as eleições de 1913 passaram aqui praticamente despercebidas<sup>11</sup>. O mesmo sucedeu em Guimarães, sede do círculo n.º 4, que Vila Nova de Famalicão passou a integrar a partir de 1915<sup>12</sup>. Foi, pois, neste círculo que os eleitores famalicenses escolheram os seus representantes nas eleições legislativas de 1915, 1918, 1919, 1921, 1922 e 1925<sup>13</sup>.

---

[1] No decreto-lei de 20 de Abril de 1911, que definia a constituição dos círculos eleitorais a que se referia o decreto-lei de 5 de Abril desse ano, constavam 62 círculos (47 no continente, quatro nas ilhas adjacentes e 11 nas colónias). O número de círculos nas colónias viria, porém, a ser alterado pelo decreto-lei de 13 de Maio de 1911: de 11 subia para 14. Cabo Verde passava de um para dois círculos; Moçambique, de dois para três; Macau e Timor (que constituíam um só círculo) eram separados, ficando, cada um deles, como sede do seu próprio círculo.

[2] Decreto-lei de 11 de Maio de 1911.

[3] Proprietário. Nasceu em Vila Nova de Famalicão, a 24 de Janeiro de 1849. Faleceu na sua terra natal, a 22 de Abril de 1928.

[4] Advogado, conservador da Biblioteca Pública e conservador do registo civil, em Braga. Nasceu em Marrancos (Vila Verde), a 17 de Janeiro de 1880. Faleceu na sua terra natal, a 13 de Novembro de 1935.

[5] Professor liceal. Nasceu em Paranhos (Carrazeda de Ansiães), a 28 de Maio de 1873. Faleceu no Entroncamento (vítima da ira popular), a 16 de Maio de 1915.

[6] Industrial e negociante. Nasceu em Vila Nova de Famalicão, a 8 de Dezembro de 1874. Faleceu em Queluz, a 7 de Março de 1966.

[7] De facto, no círculo de Braga, o PRP teve apenas a concorrência da chamada lista das classes trabalhadoras (Manuel Caldas, tipógrafo; Joaquim Faria, empregado comercial; Aurélio Rodrigues, carpinteiro, e António Machado, chapeleiro) e de dois independentes (Corregedor da Fonseca, jornalista, e Jacinto Fernandes, professor). No apuramento geral verificaram-se os seguintes resultados: Joaquim José de Sousa Fernandes, 6607 votos; Joaquim José de Oliveira, 6303; João José de Freitas, 5962; João Carlos Nunes da Palma, 5404; Manuel Caldas, 254; António Machado, 174; Joaquim Faria, 145; Jacinto Fernandes, 137; Corregedor da Fonseca, 112 e Aurélio Rodrigues, 93 (Luís A. de Oliveira Ramos – *Memória sobre os deputados do Minho às Constituintes de 1911*. Braga, 1976, p. 8-9).

[8] A Constituição de 1911 previa, no artigo 84.º, que se procederia à eleição do Senado na sessão imediata àquela em que tivesse lugar a eleição do Presidente da República. No § 1.º desse artigo, afirmava-se que os primeiros senadores, em número de 71, seriam eleitos de entre os deputados à Assembleia Nacional Constituinte, maiores de trinta anos. Os restantes membros formariam a primeira Câmara dos Deputados.

---

[9] De igual modo, as vagas do primeiro Senado seriam preenchidas na forma do disposto no referido artigo 84.º e seus parágrafos enquanto a Câmara dos Deputados tivesse mais de cento e trinta e cinco membros.

[10] Relativamente ao mapa dos círculos e respectivos deputados a eleger, nas eleições suplementares de 16 de Novembro de 1913 recorreu-se, tal como se determinava no decreto n.º 158, de 6 de Outubro de 1913, ao disposto no decreto-lei de 5 de Abril de 1911.

[11] No dia da sua realização, o acto eleitoral mereceu apenas o seguinte comentário a um jornal famalicense: “Por toda a parte se trabalha afanosamente nas eleições, vendo-se os respectivos candidatos a deputados na eleição de hoje numa propaganda até agora pouco usada, a qual consiste na visita aos círculos e prometendo os seus serviços no parlamento em favor dos representados” (*Estrela do Minho*, 16/11/1913, p. 1).

[12] Segundo a lei n.º 290, de 11 de Janeiro de 1915, os concelhos que integravam o círculo n.º 4 eram os seguintes: Guimarães, Fafe, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Vila Nova de Famalicão. Esta composição foi alterada pouco tempo depois; de facto, com a entrada em vigor da lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915, o círculo n.º 4, para além dos concelhos atrás referidos, passou também a integrar os de Vieira e Terras do Bouro.

[13] Os meus agradecimentos ao Dr. Pedro Leal, ao Dr. Artur Coimbra e ao Sr. Leonel Tomaz, pelas suas informações e esclarecimentos relativamente a actos e protagonistas eleitorais. Os meus agradecimentos, também, ao Museu Bernardino Machado, nomeadamente à Dr.ª Paula Lamego, à Dr.ª Susana Salazar e ao Dr. Amadeu Gonçalves, pelos elementos hemerográficos e bibliográficos famalicenses que puseram à minha disposição.

[14] O Partido Republicano Português, que nos tempos da Monarquia fizera do sufrágio universal um cavalo de batalha, implantada a República rapidamente se esqueceu dessa promessa pelo receio de que o novo regime sucumbisse nas urnas aos seus inimigos, os monárquicos, que continuavam a dominar nos meios rurais, isto é, na maioria do país que não sabia ler nem escrever.

[15] Após 1919, as leis eleitorais de 1913 e 1915 sofreriam ligeiras alterações com a publicação dos seguintes diplomas: lei n.º 941, de 14 de Fevereiro de 1920, decreto n.º 7543, de 13 de Junho de 1921, e portaria n.º 3150, de 11 de Abril de 1922.

## A legislação eleitoral da Primeira República

O Código Eleitoral de 1913 (lei n.º 3, de 3 de Julho) com as modificações que se lhe seguiram, nomeadamente a lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915, foi o principal documento legislativo regulador dos actos eleitorais da Primeira República após a eleição da Assembleia Nacional Constituinte. Só podiam ser eleitores cidadãos portugueses maiores de 21 anos, residentes em território nacional, que soubessem ler e escrever e estivessem no pleno uso dos seus direitos civis e políticos. Excluía-se as mulheres, os alienados, os indigentes, os falidos, os condenados por crime de conspiração contra a República e os que, por sentença penal, estivessem privados dos seus direitos políticos.

Não bastava, porém, ter os referidos requisitos para se ser eleitor. Era necessário, também, passar por um complexo sistema de recenseamento, apresentando o potencial eleitor um documento por si escrito, cuja letra e assinatura deveriam ser reconhecidas por um notário, salvo quando, por qualquer diploma, provasse que sabia ler e escrever; nesta circunstância bastaria apenas o reconhecimento da assinatura. A este documento teria ainda de juntar-se uma certidão de idade e um atestado de residência, passados pelas entidades competentes, isto é, presidente da comissão executiva da câmara municipal, administrador do concelho, junta de freguesia ou regedor. Se os documentos se destinassem exclusivamente ao recenseamento eleitoral estariam isentos do pagamento de selo e emolumentos.

Este carácter restrito do sufrágio, de bases capacitárias, limitava, pois, ainda mais, o direito de voto estabelecido pelos diplomas eleitorais de 1911 que, por sua vez, retomavam as disposições estabelecidas na lei de 8 de Maio de 1878, expurgada, no entanto, do elemento censitário<sup>14</sup>.

O sufrágio universal haveria de ser, no entanto, episodicamente instituído no consulado de Sidónio Pais, pelo decreto n.º 3907, de 11 de Março de 1918, embora limitado aos cidadãos do sexo masculino maiores de 21 anos. Este diploma seria revogado pelo decreto n.º 5184, de 1 de Março de 1919, que repunha a lei de 3 de Julho de 1913 com as alterações introduzidas pela lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915. Este último diploma concedia o direito de voto aos militares no activo, mas confirmava a exclusão dos analfabetos. Mantinha-se o sistema de lista incompleta para permitir a representação das minorias, com excepção dos círculos que elegiam apenas um ou dois deputados. Assim, os eleitores podiam escolher dois nomes numa lista de três deputados, três numa lista de quatro e seis numa lista de oito<sup>15</sup>.

Quanto aos círculos eleitorais, a lei n.º 290, de 11 de Janeiro de 1915, previa a existência de 45 (continente, 33; ilhas, 4; colónias, 8), a que correspondiam 163 deputados. O decreto n.º 1352, de 24 de Fevereiro desse ano (em pleno consulado de Pimenta de Castro) reduzia o número dos círculos para 30 (continente, 19; ilhas, 3; colónias, 8) mas mantinha o mesmo número de deputados (163). Esta legislação (que não serviu para qualquer eleição) foi revogada pela

entrada em vigor da Lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915, que aumentava o número de círculos para 51 (continente, 39; ilhas, 4; colónias, 8), continuando, porém, a prever a eleição de 163 deputados. Pelo decreto de 30 de Março de 1918 (sidonista) mantinham-se os 51 círculos eleitorais (continente, 39; ilhas, 4; colónias, 8) mas o número de deputados era reduzido para 155 (136 no continente, 8 nas ilhas e 11 nas colónias). Após a chamada Monarquia do Norte, a publicação do decreto n.º 5376, de 11 de Abril de 1919, repunha o estabelecido na lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915, isto é 51 círculos (continente, 39; ilhas, 4; colónias, 8) elegendo 163 deputados (142 no continente, 10 nas ilhas e 11 nas colónias).

### **As eleições legislativas de 1915**

O ano de 1914 ficou marcado pelo início da Grande Guerra, que passou rapidamente de um conflito regional entre o império Austro-Húngaro e a Sérvia (em finais de Julho) para um conflito de grande escala (em inícios de Agosto).

Parte significativa dos republicanos (sobretudo democráticos) era favorável à intervenção portuguesa. A neutralidade era vista com inquietação por esses sectores. Além de se afirmar o prestígio internacional do país, a guerra constituiria uma oportunidade para consolidar e legitimar interna e externamente o regime republicano numa Europa maioritariamente monárquica; acreditava-se também que, sendo beligerante, Portugal garantiria o seu domínio colonial.

Uma das consequências do conflito, em termos de política interna portuguesa, foi a decisão de adiar as eleições previstas para 1 de Novembro. Apesar de o governo português ser presidido (desde 9 de Fevereiro) por um político respeitado e experiente, Bernardino Machado, este apresentaria a demissão ao chefe de Estado, Manuel de Arriaga, a 5 de Dezembro, três dias depois de o democrático Vitorino Godinho ter feito uma interpelação ao executivo, na Câmara dos Deputados, sobre o decreto de mobilização. A 12 de Dezembro, esse gabinete seria substituído por outro, exclusivamente democrático, presidido por Vítor Hugo de Azevedo Coutinho. O “governo dos miseráveis” (como ficou conhecido) aguentou-se, porém, pouco mais de um mês. Seguiu-se-lhe, a 25 de Janeiro de 1915, três dias depois do chamado “Movimento das Espadas”, um novo executivo sob a presidência do general Joaquim Pimenta de Castro. Conservador e anti-intervencionista, este governo decretou, a 31 de Março, a desmobilização da Divisão destinada a França.

A posição anti-belicista do governo foi fortemente atacada na imprensa afectada aos democráticos, a quem também não agradaram outras decisões governamentais, nomeadamente a amnistia aos participantes nas incursões monárquicas de 1911 e 1912 (abrangendo o seu chefe, Paiva Couceiro). No país, e muito particularmente em Lisboa, vivia-se um clima iminentemente insurreccional. Falava-se abertamente em revolução mas Pimenta de Castro recusava-se a dar

ouvidos aos que o aconselhavam “a vestir a farda”<sup>16</sup>.

---

[16] Machado Santos – *A Ordem Pública e o 14 de Maio*. Lisboa: Papelaria e Tipografia Liberty, 1916, p. 67.

[17] As actas de apuramento são omissas quanto ao número de votantes.

[18] Solicitador. Nasceu em Albufeira, a 13 de Julho de 1864. Faleceu em Lisboa, a 13 de Outubro de 1942.

[19] Sacerdote e professor. Nasceu em Arrabal (Leiria), a 17 de Novembro de 1878. Faleceu em Lisboa, a 31 de Julho de 1970.

[20] Professor. Nasceu em Chaves, a 23 de Dezembro de 1866. Faleceu em Paço de Arcos (Oeiras), a 20 de Abril de 1961.

[21] Sacerdote e professor. Nasceu em Pico de Regalados (Vila Verde), a 7 de Março de 1861. Faleceu em Rio de Mouro (Sintra), a 12 de Novembro de 1941.

A revolução, porém, que se tornara inevitável face ao clima de violência criado pela imprensa, aconteceu no dia 14 de Maio. Na capital (palco dos acontecimentos), os combates mais violentos duraram até ao dia 16. A arruaça, porém, continuou por mais dois dias, aproveitando a *Formiga Branca* (uma espécie de milícia civil ligada aos democráticos) para alguns ajustes de contas. Feito o balanço (cerca de 200 mortos e 1000 feridos), verificou-se que o 14 de Maio fora bem mais trágico do que o 5 de Outubro.

Após a revolução, a situação política ficou aparentemente mais clara. O PRP saía da crise como a força claramente vencedora. Por impedimento de João Chagas (vítima de um atentado no Entroncamento que o deixou cego de um olho), a presidência interina do Ministério foi entregue a José de Castro. Alguns dias depois, Manuel de Arriaga (um dos vencidos da revolução) renunciava ao cargo de Presidente da República, sendo substituído por Teófilo Braga (29 de Maio).

Ao novo governo competia, naturalmente, organizar as eleições, que foram marcadas para 13 de Junho. Oito dias antes, o semanário monárquico *Gazeta de Famalicão* afirmava que ninguém parecia estar incomodado com a escolha dos seus representantes. Isto “apesar do povo estar todo” com a República. A explicação, dizia ironicamente o referido jornal, era simples:

**“Tudo que o sr. Afonso Costa faz é bem feito... e por amor da Pátria e da República. Por isso, ele indica os deputados e senadores... que o povo aceita sem repontar”**. *Gazeta de Famalicão*, 5/6/1915, p. 1.

Na véspera das eleições, o mesmo semanário, antecipando o que iria acontecer, dizia estar-se perante uma “mentira”, que explicava do seguinte modo:

**“O resultado está visto. A partilha será feita pelas contas do galego: duas partes para o sr. Afonso Costa e a outra para contentar os demais grupelhos da República, que nem mesmo juntos, quanto mais separados, conseguiriam arrancar o governo das mãos do chefe democrático, que, sendo o mais mau de todos os republicanos, o mais arrojado instigador de revoluções, o que mais sustenta e dá força a essa demagogia tirânica e intolerante que insulta, persegue e vexa quantos não pensam como ele, é também – façamos-lhe essa justiça – o mais franco dos defensores do regime”**. *Gazeta de Famalicão*, 12/6/1915, p. 1.

Os resultados confirmaram, de facto, as previsões do semanário famalicense. Contados os votos<sup>17</sup>, as maiorias foram ganhas, sem surpresa, pelos democráticos, que elegeram os seus três candidatos (Augusto José Vieira<sup>18</sup>, João Lopes Soares<sup>19</sup> e João Barreira<sup>20</sup>). A minoria coube aos evolucionistas, que levaram à Câmara dos Deputados José Maria Gomes<sup>21</sup>.

Candidatos Eleitos	Lista	Votos
Augusto José Vieira	PRP	9239
João Lopes Soares	PRP	9078
João Barreira	PRP	9015
José Maria Gomes	PRE	2447

Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar, Secção IX, Caixa, 99 A.

Para o Senado (cuja círculo abrangia todo o distrito de Braga) venceu igualmente o PRP, que elegeram dois candidatos: Joaquim José de Sousa Fernandes e Augusto Casimiro Alves Monteiro<sup>22</sup>. António José da Silva Gonçalves<sup>23</sup> foi eleito pela minoria católico-monárquica<sup>24</sup>.

Os resultados das eleições (e muito particularmente os que se verificaram no concelho de Vila Nova de Famalicão) foram recebidos com enorme entusiasmo pelo semanário *Estrela do Minho*. Não se podia, “em verdade” (segundo este jornal), “exigir um triunfo mais completo”. De facto, os votos do PRP correspondiam “à maioria absoluta do eleitorado”. Porém, “coisa notável”, esses resultados contentaram toda a gente, nomeadamente os católicos-monárquicos e os evolucionistas, que pareciam “lambuzarem-se de gozo com um senador e um deputado”, que haviam arrancado das urnas “por obra e graça do divino espírito santo”. “Coitados!”, dizia o jornal: “É deixá-los com o triste consolo de terem *ganhado perdendo*”<sup>25</sup>.

## As eleições legislativas de 1918

A 9 de Março de 1916, como retaliação pela requisição (a pedido britânico) dos barcos alemães que se encontravam em águas portuguesas, a Alemanha declarava guerra a Portugal. Logo no dia seguinte, Afonso Costa (que chefiava o governo) pedia a demissão.

O novo executivo, chefiado por António José de Almeida, juntava democráticos e evolucionistas. Afonso Costa, líder dos primeiros, ficava com a pasta das Finanças. O governo da União Sagrada (assim ficou conhecido) manteve-se em até 25 de Abril de 1917, data em que toma posse o terceiro governo de Afonso Costa, exclusivamente democrático.

Pelas muitas e variadas situações conflituosas que teve de enfrentar, algumas delas provocadas pela falta de alguns bens essenciais, não teve vida fácil esse governo. Os assaltos a padarias representavam, sem sofismas, aquilo que, certamente, Jaime Cortesão definiu como a “revolução da fome”<sup>26</sup>. A falta de pão, com o inevitável custo de vida, o desemprego e a inflação fundamentam os tumultos ocorridos em Maio de 1917. A juntar a isto, a política de guerra defendida pelos democráticos tornou insustentável a continuidade do governo de Afonso Costa. Preocupado, Bernardino Machado (Presidente da República desde 5 de Outubro de 1915)

[22] Magistrado. Nasceu no Peso da Régua, a 28 de Março de 1861. Faleceu em Barcelos, a 30 de Outubro de 1858.

[23] Sacerdote. Nasceu em S. Lourenço de Sande (Guimarães), a 13 de Dezembro de 1879. Faleceu na sua terra natal, a 29 de Maio de 1942.

[24] Os resultados para o Senado foram os seguintes: Joaquim José de Sousa Fernandes, 19069 votos; Augusto Casimiro Alves Monteiro, 19065; António José da Silva Gonçalves, 4980. Estes resultados estão em linha com o que se verificou a nível do concelho de Vila Nova de Famalicão: Sousa Fernandes, 1765 votos; Alves Monteiro, 1731; Silva Gonçalves, 461 (*Estrela do Minho*, 20/6/1915, p. 2).

[25] *Estrela do Minho*, 20/6/1915, p. 2. Segundo este jornal, dos 3974 eleitores inscritos, haviam votado 2679 (67,41%), com a seguinte distribuição: democráticos, 1822 votos; evolucionistas, 750; católicos/monárquicos, 468; unionistas, 37; socialistas, um voto. Mesmo que à totalidade dos recenseados se abatessem 10% (“para mortos, ausentes e outros motivos impeditivos de votar”), e ainda que os “obstrucionistas” fossem todos católicos-monárquicos, o PRP (concluía o jornal) não deixaria de vencer.

[26] Jaime Cortesão – *Memórias da Grande Guerra*. Lisboa: Portugalia Editora, 1969, p. 50.

---

[27] “Carta de Bernardino Machado a Afonso Costa”, in A. H. de Oliveira Marques – *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Palas Editores, 1981, p. 241.

[28] *Estrela do Minho*, 21/4/1918, p. 1.

alertava Afonso Costa para atender ao problema social, de modo a unir e a organizar “todas as forças vitais da nação”. Caso contrário seria “um grande mal”<sup>27</sup>. Aparentemente, estas palavras não tiveram grande eco junto do líder democrático, que não soube (ou não quis saber) da conspiração que os unionistas, de Brito Camacho, iam urdindo na sede do jornal *A Luta*. Um desses conspiradores era Sidónio Pais, major na reserva, lente da Universidade de Coimbra e antigo ministro das Finanças.

Apesar do recuo dos unionistas, e aproveitando a ausência de Afonso Costa (que partira para Paris, a 19 de Novembro), Sidónio Pais instala-se no Parque Eduardo VII com algumas forças militares, a que se juntaram alguns grupos civis, no dia 5 de Dezembro de 1917. Pese embora alguma resistência (sobretudo da Marinha) a revolta triunfou plenamente. No dia 8, o governo demitia-se e Afonso Costa era preso, no Porto. Três dias mais tarde, Bernardino Machado era intimado a deixar o país. Uma Junta Revolucionária, liderada pelo próprio Sidónio Pais, assume então o poder. Dela faziam parte unionistas, centristas e independentes. Dois decretos eleitorais, de Março de 1918, com consequências importantes para a arquitectura política do regime, levarão, porém, os unionistas a abandonar o governo.

A 28 de Abril de 1918, Sidónio Pais (sem oposição) era eleito Presidente da República com mais de meio milhão de votos. Pese embora, na mesma data, tenham ocorrido eleições para a Câmara dos Deputados e para o Senado, o parlamentarismo era substituído pelo presidencialismo. Nessas eleições legislativas, a vitória estava antecipadamente assegurada para o sidonista Partido Nacional Republicano (que absorveu o Partido Centrista, de Egas Moniz), já que democráticos, evolucionistas e unionistas decidiram não concorrer.

Em Vila Nova de Famalicão, a uma semana das eleições, o semanário *Estrela do Minho* considerava não se saber ainda se as eleições se realizariam apenas para a presidência da República ou também para deputados e senadores. De qualquer modo (adiantava o mesmo jornal), não havia memória de um “período eleitoral tão sossegado”<sup>28</sup>. Na edição seguinte, esse semanário insistia no mesmo tom, ao escrever:

**“Estão marcadas para hoje as eleições.**

**Delas se não fala, quase, mas é certo que os candidatos nem por isso deixarão de ser eleitos pela certa, tal como se nomeados fossem, tão fácil se lhes apresenta o sufrágio, sem que ninguém lhes dispute os votos.**

**É por isso que nós, habituados a vermos a animação que sempre se manifesta nas vésperas das eleições, notamos que nem se fala nas de agora, parecendo até que tal acto se não realiza”.**

*Estrela do Minho*, 28/4/1918, p. 1.

As eleições, porém, realizaram-se. E, contrariamente ao que dizia o *Estrela do Minho*, para a *Gazeta de Famalicão* a sua importância era inquestionável, já que elas iriam “sancionar a obra



redentora” do Dezembrismo, isto é, do golpe militar de Sidónio Pais. “Essa obra de patriotas e beneméritos”, continuava o semanário monárquico famalicense, estaria “incompleta”, enquanto o país a não sancionasse legalmente nas urnas. Essa sanção seria “o veículo natural e protocolar do reconhecimento das potências”. Não tendo dúvidas de que as nações haviam visto “com agrado” o movimento sidonista, a *Gazeta de Famalicão* não ignorava, porém, que, “por ser uma situação revolucionária, logo “precária e transitória”, necessitava de um “acto colectivo e nacional”, que a autenticasse e confirmasse. Era isso, justamente, o que o país iria fazer “pelo acto eleitoral”<sup>29</sup>.

Segundo o mesmo jornal, as eleições correram no país com “o máximo sossego, mantendo o sr. dr. Sidónio Pais em respeito a ínfima minoria dos que estavam acostumados a vencer as eleições a tiro”<sup>30</sup>. Todos os “velhos republicanos” (fossem eles democráticos, evolucionistas ou unionistas) haviam fugido das urnas. “E foi bom” que assim tivesse sido, acrescentava a *Gazeta de Famalicão*. Assim se provava “a fraqueza da demagogia”, que no dia das eleições recebera “o seu golpe mortal”. O país não queria a “demagogia”, que detestava e aborrecia. Queria “ordem”, “trabalho” e “moralidade administrativa”. Por isso esmagara a “demagogia” em 28 de Abril. Também em Vila Nova de Famalicão o acto eleitoral correria “sem o mais ligeiro incidente”. A concorrência às urnas foi grande, “apesar de alguns velhos republicanos se terem cansado de pregar a abstenção”<sup>31</sup>.

Contados os votos<sup>32</sup>, verificou-se que no círculo n.º 4 (Guimarães) as maiorias foram ganhas pelo PNR. A minoria coube ao representante da Causa Monárquica. Foram, pois, eleitos os sidonistas Eugénio de Barros Soares Branco<sup>33</sup> e José Cabral Caldeira do Amaral<sup>34</sup> e o monárquico Alfredo Pimenta<sup>35</sup>.

Candidatos Eleitos	Lista	Votos
Eugénio de Barros Soares Branco	PNR	16384
José Cabral Caldeira do Amaral	PNR	16315
Alfredo Augusto Lopes Pimenta	CM	12806

Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar, Secção IX, Caixa, 173 A.

Para o Senado (cujo círculo, nestas eleições, abrangia toda a província do Minho, isto é, os distritos de Viana do Castelo e de Braga) os eleitos foram os sidonistas Aníbal Augusto Ferreira Vaz<sup>36</sup>, João Viegas de Paula Nogueira<sup>37</sup> e José Marques Pereira Barata<sup>38</sup> e os monárquicos Alberto Cardoso Martins de Meneses de Macedo<sup>39</sup> e Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon

[29] *Gazeta de Famalicão*, 27/4/1918, p. 1.

[30] Segundo o historiador Armando Malheiro da Silva, embora “ordeiras”, as eleições foram “muito menos tranquilas do que transparece na imprensa noticiosa de âmbito nacional” (Armando Malheiro da Silva – *Sidónio e Sidonismo*, vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 161).

[31] *Gazeta de Famalicão*, 4/5/1918, p. 1. Nesta mesma edição, p. 1, afirma-se que, dos 5000 recenseados no concelho, na eleição presidencial (sem concorrentes), Sidónio Pais obteve 3583 votos (71,8%). Na p. 2, porém afirma-se que foram 3587 votos, o mesmo que obtiveram os candidatos a deputados e senadores. O jornal acrescentava que na assembleia da vila (Tribunal), um candidato do Partido Socialista tivera 14 votos. Ainda segundo o historiador referido na nota anterior, foi “indimentável” a abstenção então ocorrida nestas eleições; simplesmente, a votação “ficou envolta até hoje em cifras difusas e sujeitas a rijos antagonismos” (Armando Malheiro da Silva – *Sidónio e Sidonismo*, vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 166).

[32] As actas de apuramento são omissas quanto ao número de votantes.

[33] Oficial da Armada. Nasceu no Porto, a 9 de Junho de 1887. Faleceu em 1963.

[34] Oficial do Exército (Engenharia). Nasceu a 8 de Maio de 1885.

[35] Publicista, professor e arquivista. Nasceu em Guimarães, a 3 de Dezembro de 1882. Faleceu em Lisboa, a 15 de Outubro de 1950.

[36] Oficial do Exército. Nasceu em Vila Real, a 28 de Novembro de 1897.

[37] Agrónomo e médico veterinário. Nasceu em Olhão, a 10 de Junho de 1859. Faleceu em Lisboa, a 16 de Dezembro de 1944.

[38] Oficial do Exército. Nasceu em Alcains (Castelo Branco), a 7 de Junho de 1882. Faleceu em Lisboa, a 22 de Janeiro de 1969.

[39] Oficial do Exército. Nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães), a 8 de Agosto de 1878. Faleceu em 1947.

(conde de Azevedo<sup>40</sup>).

## As eleições legislativas de 1919

Apesar da profunda mudança do quadro constitucional, decorrente da eleição presidencial de Sidónio Pais, o país continuava a confrontar-se com velhos problemas, nomeadamente com a crise de subsistências. Há muito que acabara a lua-de-mel entre a "República Nova" e o operariado, voltando, em força, a agitação social, as greves e os assaltos às mercearias. Como consequência, assistiu-se a um aumento da repressão e aos assaltos aos jornais republicanos.

As conspirações contra o governo, que vinham a ser preparadas em várias cidades por sectores ligados ao PRP, intensificaram-se a partir do Verão desse ano. Descobertas, primeiro a norte (em Setembro, em Lamego; no mês seguinte, no Porto), depois em Coimbra e em Lisboa, as prisões voltaram a encher-se, a exemplo do que acontecera nos primeiros meses do sidonismo. Sete desses conspiradores (que integravam uma coluna de cerca de centena e meia de presos políticos) acabariam por ser barbaramente assassinados, numa rua de Lisboa, quando se encontravam em trânsito do governo civil para os fortes de Caxias e S. Julião da Barra.

Entretanto, a exemplo do que sucedia em Espanha, também em Portugal vinham sendo organizadas algumas Juntas Militares, espécie de "alavanca" para a restauração da Monarquia. Sidónio Pais, que não ignorava o que elas representavam, decide ir ao Porto para pôr fim às movimentações em curso na cidade. Não chegará, porém, a embarcar. Dois tiros de pistola, na estação do Rossio, acabam-lhe com a vida. Morria o homem, nascia o mito do "presidente-rei" (assim se lhe referiu Fernando Pessoa num poema escrito em sua memória).

A 19 de Janeiro de 1919, as referidas Juntas Militares proclamavam a restauração monárquica. Em Lisboa a situação resolveu-se rapidamente, já que o reduto de Monsanto só se aguentou nos dias 23 e 24 de Janeiro. Quatro dias mais tarde, José Relvas encabeçava o chamado "ministério da desforra", um gabinete de concentração republicana, cuja principal tarefa era o combate aos realistas. Isto porque, no Porto, a Junta Governativa do Reino, liderada por Paiva Couceiro, havia proclamado a Monarquia, situação que se manteria nessa cidade até 13 de Fevereiro. Quatro dias mais tarde, em Vila Real, chegava ao fim a "Monarquia do Norte".

Após este "episódio", o bracarense Domingos Pereira passava a dirigir, a partir de 30 de Março, um governo de que faziam parte democráticos, evolucionistas, unionistas e um socialista. A este governo competiu a organização das eleições de 11 de Maio de 1919. A uma semana dessas eleições, o *Estrela do Minho* afirmava que da escolha que viesse a ser feita dependeria "o prestígio da República, e porventura a segurança pelo trabalho da riqueza do país". Era, pois, necessário que, com as suas leis, o Congresso (isto é, a Câmara dos Deputados e o Senado) contribuísse para acabar com as "perturbações periódicas" que desde há anos vinham "entravando o progresso

---

[40] Proprietário. Nasceu em Estarreja, a 8 de Abril de 1875. Faleceu nas Caldas de Vizela, a 20 de Setembro de 1862.

da nação”. Para se redimir dos seus “desleixos passados”, entretido “com revoluções a curto prazo”, gastando o melhor do seu tempo “em controvérsias de política mesquinha”, o país precisava, isso sim, de “leis sábias”, de modo a que se trabalhasse para o desenvolvimento da riqueza nacional<sup>41</sup>.

Na véspera da ida às urnas, o semanário *A Paz*, num registo nada condizente com a posição assumida nas eleições do ano anterior pela *Gazeta de Famalicão* (a quem sucedera<sup>42</sup>), desvalorizava o acto eleitoral, ao escrever:

**“Está tão descurado, entre nós, o cumprimento do dever cívico, e o eleitorado chegou a tal estado de indiferença, que pode dizer-se que não há eleição ou escolha, no sentido próprio do termo. Há apenas nomeação de deputados, ou nomeação feita pelo governo, ou feita pelas agremiações partidárias, com o nome de directórios. E nada mais. No nosso concelho, ao que nos informam, não há quem dispute as minorias, apesar de se terem esboçado aí uns assomos de oposição por parte de alguns elementos políticos que hoje se dizem centristas”.** *A Paz*, 10/5/1919, p. 2.

Posição naturalmente diferente tinha o *Estrela de Minho*<sup>43</sup>. Apelando à participação eleitoral, este semanário considerava fundamental que nenhum cidadão deixasse “de exercer esse acto de soberania”. Até porque ao futuro Congresso estava destinado o “alto papel patriótico” da revisão constitucional, que equivalia “à solidificação da República portuguesa”<sup>44</sup>.

Contados os votos<sup>45</sup>, verificou-se que as maiorias foram ganhas pelo PRP. A minoria coube ao representante do PRE. Foram, pois, eleitos os democráticos Eduardo Cerqueira Machado Cruz<sup>46</sup>, Francisco Alberto da Costa Cabral<sup>47</sup> e Manuel Justino de Carvalho Pinto Vale e Vasconcelos<sup>48</sup> e o evolucionista António Albino de Carvalho Mourão<sup>49</sup>.

Candidatos Eleitos	Lista	Votos
Eduardo Cerqueira Machado Cruz	PRP	7872
Francisco Alberto da Costa Cabral	PRP	7531
Manuel Justino de Carvalho Pinto Vale e Vasconcelos	PRP	7010
António Albino de Carvalho Mourão	PRE	6004

Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar, Secção IX, Caixa, 245 A.

[41] *Estrela do Minho*, 4/5/1919, p. 1.

[42] A *Gazeta de Famalicão* publicou o seu último número (238) a 8 de Fevereiro de 1919. A *Paz* iniciou a sua publicação a 19 de Abril desse ano. Ambos os semanários tinham Joaquim José da Rocha como director, editor e proprietário. O primeiro subintitulava-se “monárquico”; o segundo “conservador independente”. A linha editorial, porém, manteve-se. A mudança de nomenclatura deveu-se, obviamente, ao fracasso da “Monarquia do Norte”. Os tempos que se lhe seguiram não eram propícios a jornais (e não só) que assumissem a condição de monárquicos.

[43] Apesar de se subintitular “Folha ilustrada, literária, bibliográfica e noticiosa”, este semanário (que apresentava Manuel Pinto de Sousa como proprietário, director e editor) não escondia as suas simpatias republicanas.

[44] *Estrela do Minho*, 11/5/1919, p. 1.

[45] As actas de apuramento referem ter havido 14055 votantes.

[46] Professor liceal. Nasceu em Paçô (Arcos de Valdevez), a 31 de Julho de 1885. Faleceu na sua terra natal, a 24 de Maio de 1964. Por ter renunciado ao seu mandato de deputado, realizou-se no círculo n.º 4 uma eleição suplementar no dia 9 de Novembro de 1919. Dela saiu vencedor o (então) democrático Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos.

[47] Professor liceal. Nasceu em Lisboa, a 19 de Novembro de 1880. Faleceu na sua cidade natal, a 15 de Setembro de 1946.

[48] Capitão médico miliciano. Nasceu em 26 de Junho de 1878. Faleceu a 22 de Julho de 1919.

[49] Professor. Nasceu em Mateus (Vila Real), a 12 de Outubro de 1850.

Para o Senado (cuja círculo voltou a ser o distrito de Braga), os democráticos venceram as maiorias, elegendo dois candidatos: Augusto Casimiro Alves Monteiro e Francisco Manuel Dias Pereira<sup>50</sup>. A minoria coube aos evolucionistas, que elegeram Armindo de Freitas Ribeiro Faria<sup>51</sup>.

[50] Não foi possível apurar quaisquer elementos biográficos relativos a este senador.

[51] Médico. Nasceu nas Caldas de Vizela, a 6 de Março de 1866.

[52] *Estrela do Minho*, 18/5/1919, p. 2; *A Paz*, 17/5/1919, p. 2.

[53] Advogado. Nasceu em São Salvador de Padreiro (Arcos de Valdevez) a 2 de Junho de 1889. Faleceu em Vila Nova de Famalicão, a 13 de Maio de 1944.

[54] *Estrela do Minho*, 18/5/1919, p. 2.

[55] *A Paz*, 10/5/1919, p. 2.

Em Vila Nova de Famalicão, embora o acto eleitoral tivesse decorrido sem incidentes, a afluência às urnas foi pouco concorrida (e sem “interesse”, acrescentava *A Paz*)<sup>52</sup>. A situação justificava-se, dizia o *Estrela do Minho*, pelo acordo realizado entre as forças concorrentes, prática com forte tradição no tempo da Monarquia, que se manteve, com maior ou menor regularidade, durante a República. De estranhar, dizia ainda o *Estrela do Minho*, a não eleição de Carlos Filipe Pereira Bacelar<sup>53</sup>, tanto mais que o seu nome fora indicado pelo directório do PRP. Tendo sido o candidato mais votado em Famalicão, o mesmo não aconteceu noutros concelhos do círculo, tendo, pois, sido substituído “bem incorrectamente”<sup>54</sup>.

Sobre as qualidades políticas e intelectuais de Carlos Bacelar coincidiam os dois semanários famalicenses. O insuspeito *A Paz* afirmava que ele tinha “excelentes predicados para o óptimo desempenho do seu mandato”. Era “inteligente, ilustrado e diligentíssimo, orador verboso e eloquente, muito estudioso, e, sobretudo, duma inconcussa honorabilidade e honestidade de carácter”<sup>55</sup>. Quanto à sua não eleição, *A Paz* afastava-se, porém, das lamentações do *Estrela do Minho*; esclarecia, ou pelo menos dava a entender (de forma nada inocente), as circunstâncias em que ocorrera a derrota eleitoral de Carlos Bacelar, ao escrever:

**“O snr. dr. Bacelar não conseguiu ser eleito, o que é caso para lhe dar os parabéns, mas não deixamos de frisar que fica fora da câmara um elemento de valor que não era para desprezar. Dizem que o afastamento do snr. dr. Bacelar se deve a deslealdade de alguém altamente colocado na política do distrito que tinha empenho na eleição de outro candidato sobre o qual fizera recair a votação em chapa, nos outros concelhos do círculo. Não sabemos se assim é, nem isso nos importa. São casos de família, que, em família, devem ser dirimidos”.** *A Paz*, 17/5/1919, p. 2.

### As eleições legislativas de 1921

O divórcio entre eleitores e eleitos, que se acentuara ainda mais durante e após o sidonismo, espelhava eloquentemente o desprestígio do Parlamento. Ninguém ignorava que a sobrevivência do regime passava pela valorização desse órgão vital da República e da democracia. Mas isso, naturalmente, só poderia acontecer pelo trabalho dedicado e profícuo dos deputados e senadores. Acontece, porém, que parte significativa do trabalho desses parlamentares consistiu precisamente em impedir o normal funcionamento do poder executivo. Daí a sucessão de governos a um ritmo absolutamente incompatível com padrões mínimos de estabilidade política. O zénite dessa instabilidade governativa aconteceu justamente após as eleições de 1919. Até nova consulta eleitoral, o país conheceu dez governos. O primeiro saído dessa eleição foi liderado pelo democrático Sá Cardoso; o último pelo liberal Tomé de Barros Queiroz.

Essa situação teve também consequências ao nível da chefia do Estado (demissão do Presidente Canto e Castro, a quem sucederia António José de Almeida<sup>55</sup>) e da própria arquitectura constitucional, levando ao reforço das competências do Presidente da República, a quem foi atribuído o poder de dissolver o Congresso, após consulta ao Conselho Parlamentar (lei n.º 891, de 22 de Setembro de 1919).

A nível económico-social, a instabilidade política potenciou inúmeras greves e até actos de terrorismo, que levaram ao reforço da GNR e ao consequente aumento da influência política desta força militar. A atitude corporativista de alguns dos seus oficiais acabaria por dar origem ao movimento revolucionário de 21 de Maio de 1921, sob o pretexto delirante de que Bernardino Machado (então presidente do Ministério), conluído com Álvaro de Castro, ministro da Guerra, estaria a preparar um golpe de Estado para substituir António José de Almeida na Presidência da República e entregar o poder aos reconstituintes<sup>56</sup>. Para evitar males maiores, o Presidente da República convidou Tomé de Barros Queiroz a formar governo, convite que foi aceite, após promessa presidencial de que o Parlamento seria dissolvido e se realizariam novas eleições. Cumprida essa promessa, as eleições foram marcadas para o dia 10 de Julho de 1921.

Em Vila Nova de Famalicão, até o *Estrela do Minho* admitia que, a despeito de os jornais diários noticiarem várias candidaturas, neste concelho “pouca animação” se observava “nos trabalhos eleitorais”, pelo manifesto desinteresse da população sobre o assunto<sup>57</sup>. Com o aproximar das eleições, porém, a situação não tardou a alterar-se e disso mesmo dava conta o jornal, ao escrever:

**“Nos últimos dias tem-se agitado muito a política, todos os partidos fazendo intensa propaganda dos seus ideais. No nosso círculo apresentam-se dezenas de nomes ao sufrágio, parecendo-nos haver mais probabilidades do vencimento da maioria pelo governo e o P. R. Português a minoria, para o qual é votado o sr. Mariano Felgueiras, de Guimarães”.** *Estrela do Minho*, 10/7/1921, p. 1.

Contados os votos<sup>58</sup>, verificou-se que as maiorias foram ganhas pelos governamentais, isto é, pelo Partido Republicano Liberal (PRL). A minoria coube ao PRP<sup>59</sup>. O Centro Católico Português (CCP), pese embora tenha negado, em nota oficiosa, a existência de um acordo geral com os liberais, negando igualmente “acordos de tal natureza com qualquer partido político”, admitia, porém (noutra nota), “acordos de carácter local”<sup>60</sup>. Foi isso que lhe permitiu eleger três deputados a nível nacional, um deles, António de Oliveira Salazar<sup>61</sup>, no círculo n.º 4 (Guimarães). Os liberais elegeram António Albino de Carvalho Mourão (antigo evolucionista) e Domingos José Soares<sup>62</sup>; pelos democráticos não foi eleito o candidato Mariano Felgueiras<sup>63</sup>, que o *Estrela do Minho* dava como favorito, mas sim Miguel Augusto Alves Ferreira<sup>64</sup>.

[55] António José de Almeida foi eleito, no Congresso, a 6 de Agosto de 1919. Tomou posse a 5 de Outubro desse ano.

[56] O Partido Republicano de Reconstituição Nacional, vulgarmente conhecido por Partido Reconstituinte, surgiu em 1920 de uma dissidência no PRP liderada por Álvaro de Castro. Da sua fusão, em 1923, com o Partido Liberal Republicano, surgiria o Partido Republicano Nacionalista.

[57] *Estrela do Minho*, 3/7/1921, p. 1. Alguns dias antes da publicação desta breve notícia sobre as eleições, o semanário *A Paz* denunciava a “liberdade de funil” que se vivia em Famalicão, pelo facto de um republicano, empregado público (chefe dos serviços de cantoneiros), ter mandado deter, sem que para isso tivesse autoridade, os ocupantes de um automóvel que distribuíam um panfleto em que Alfredo Pimenta confessava defender os “dois ideais da sua vida: Igreja e Monarquia – Deus e Pátria” (*A Paz*, 25/6/1921, p. 1). Rebatendo essa acusação, a pessoa em causa, “o sr. Neves”, diria (a fazer fé no jornal, de forma confusa e até incoerente) não ter tido interferência no caso e que tratara com delicadeza os ocupantes do veículo. Reconhecia, porém, que talvez se tivesse “precipitado e excedido”. Não lera o manifesto com a “precisa serenidade”. Fizera-o, porém, “na melhor intenção, como defensor da República”. Mas não fora ele, mas sim o administrador do concelho, Dias de Sá, “quem proibiu que se fizesse a distribuição do manifesto” (*A Paz*, 2/7/1921, p. 1). Dias mais tarde, este semanário classificava Dias de Sá como “médico por lapso de vocação e administrador pelo bamburrino de uma política de acrobatismos, que tem sido a sua vida pública” (*A Paz*, 23/7/1921, p. 1).

[58] As actas de apuramento são omissas quanto ao número de votantes.

[59] Em Vila Nova de Famalicão, o resultado geral da votação foi o seguinte: liberais e católicos, 1538 votos; democráticos, 1288; dissidentes, 860 (*Estrela do Minho*, 17/7/1921, p. 2). O candidato regionalista, Artur Brandão, obteve 587 votos (*Estrela do Minho*, 24/7/1921, p. 2).

[60] *A União* (Lisboa), 16/7/1921, p. 2.

[61] Professor universitário. Nasceu em Vimieiro (Santa Comba Dão), a 28 de Abril de 1889. Faleceu em Lisboa, a 27 de Julho de 1970.

[62] Médico. Presidente da Câmara Municipal de Braga nos últimos anos da Monarquia. Presidiu igualmente à comissão administrativa da mesma câmara municipal desde 13 de Janeiro de 1918 até 19 de Fevereiro de 1919. Não foi possível apurar outros elementos biográficos relativos a este deputado.

[63] Em carta datada de 15 de Junho de 1921, Daniel Rodrigues, dirigente nacional do PRP, dava conta ao famalicense Sousa Fernandes de que tinha conhecimento da intenção de se propor Mariano Felgueiras como candidato democrático. Considerava-o, porém, cidadão “de uma categoria moral baixa, além de ser antipático na terra” (Daniel Rodrigues – *Correspondência para Sousa Fernandes*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de V. N. Famalicão, 1990, p. 111).

[64] Oficial do Exército. Nasceu em Tecla (Celorico de Basto), a 6 de Abril de 1878. Faleceu em Fafe, a 4 de Abril de 1961.

[65] Médico e professor liceal. Nasceu em Braga, a 25 de Dezembro de 1872.

[66] Oficial do Exército. Nasceu em Braga, a 25 de Julho de 1859. Faleceu em Lisboa, a 16 de Março de 1927.

[67] Para o Senado, o resultado geral da votação no concelho de Vila Nova de Famalicão foi o seguinte: liberais, 1252 votos; democráticos, 1002; dissidentes, 618 (*Estrela do Minho*, 17/7/1921, p. 2).

[68] Bernardino Machado – *Depois de 21 de Maio*, 2.ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923, p. 88-90 e 98-102.

[69] Cunha Leal – *Coisas dos tempos idos. As Minhas Memórias*. Lisboa: Edição do Autor, vol. II, p. 280.

[70] Consiglieri Sá Pereira – *A Noite Sangrenta*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924, p. 71.

[71] Cunha Leal – *Coisas dos tempos idos. As Minhas Memórias*. Lisboa: Edição do Autor, vol. II, p. 284.

Candidatos Eleitos	Lista	Votos
António Albino de Carvalho Mourão	PRL	6840
Domingos José Soares	PRL	6624
António de Oliveira Salazar	CCP	6602
Miguel Augusto Alves Ferreira	PRP	4954

Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar, Secção IX, Caixa, 302.

Para o Senado (distrito de Braga), os liberais venceram as maiorias, elegendo Alfredo Machado<sup>65</sup> e José Augusto de Simas Machado<sup>66</sup>. Augusto Casimiro Alves Monteiro voltou a ser eleito, desta vez pela minoria, como democrático dissidente<sup>67</sup>.

## As eleições legislativas de 1922

Fraudulentas como as anteriores, em todas as suas etapas, as eleições de 1921 não trouxeram a tão esperada estabilidade política ao país. Para Bernardino Machado, dessas eleições, feitas “sem programas, sem propaganda de ideias”, resultaram duas crises: a governativa e a da direcção do PRP. Este partido, dizia Bernardino Machado, não governava nem queria governar; o governo, saído do Partido Liberal, por si só, sem outros apoios, também não governaria. Daí que, em vez de dois partidos de governo, como muitos pretendiam, o país ficara sem nenhum, já que “a consciência republicana” repelia “essa ditadura a *duo*”. A situação era, pois, pior e mais confusa que a anterior a 21 de Maio: o Parlamento apresentava-se mais dividido e menos republicano, mais virado à direita, mercê da entrada de deputados monárquicos, dezembristas e católicos<sup>68</sup>. Politicamente, era muita densa a atmosfera que se vivia em Portugal no Verão desse ano. Os boatos fervilhavam. Um deles dava conta de que o governo (então liderado por António Granjo, que sucedera a Barros Queiroz) pretendia desarmar a GNR e, nesse sentido, ordenara ao exército que cercasse a capital. Em Lisboa conspirava-se, sem grande pudor, dentro e fora dos quartéis. O núcleo central da conspiração, dizia Cunha Leal, estava justamente na GNR, a quem se haviam juntado “alguns náufragos do *populismo*”, expulsos do Parlamento pela via eleitoral<sup>69</sup>.

António Granjo, naturalmente, sabia das maquinações contra o seu governo. Não acreditava, porém, que se preparasse uma revolução mas apenas uma “desordem”, que seria facilmente reprimida, “com pouco sangue e poucas vítimas”<sup>70</sup>. Contra o chefe do governo, porém, haviam-se coligado um conjunto de “forças a que lhe não seria possível resistir”<sup>71</sup>. Foi isso o que aconteceu, a 19 de Outubro de 1921. Nessa famigerada “noite sangrenta” foram barbaramente assassinados alguns republicanos, entre os quais o próprio António Granjo e Machado Santos, “herói da Rotunda” e um dos fundadores do regime republicano em Portugal.

Segundo o historiador Ribeiro Lopes, esses crimes foram como que “a explosão das paixões criadas e acumuladas pelo regime”<sup>72</sup>. Para Jaime Cortesão, eles não seriam possíveis “sem a dissolução moral” a que chegara a sociedade portuguesa<sup>73</sup>.

Depois desses trágicos acontecimentos, seguiram-se-lhe dois breves governos *outubristas*: o do coronel Manuel Maria Coelho e o do coronel Carlos Maia Pinto. A 16 de Dezembro, Cunha Leal substituiu Maia Pinto, liderando um governo de concentração que juntava democráticos, liberais e reconstituintes. A este governo competiu organizar as eleições. Previstas para 8 de Janeiro de 1922, acabariam, porém, para ser adiadas para o dia 29 desse mês.

Em Vila Nova de Famalicão, o *Estrela do Minho* (apesar do desejo expresso de que Cunha Leal se mantivesse na chefia do governo<sup>74</sup>) fazia campanha por Daniel Rodrigues (do PRP). Ao influente membro do directório democrático e administrador geral da Caixa Geral de Depósitos (que constituía família em Famalicão), o jornal louvava a “competência mental e moral”, bem como a sua “folha de serviços à causa da Pátria e da República”. Por isso, quem fosse republicano (independentemente do partido a que pertencesse), se fosse “um filho de Famalicão verdadeiramente amigo da sua terra”, não podia deixar de dar o seu voto, “com satisfação”, a quem, “pela sua importância política e social”, melhor poderia servir o concelho<sup>75</sup>.

Por sua vez, *A Paz* apoiava João de Paiva de Faria Leite Brandão, candidato católico-regionalista, “honrado lavrador”, que à causa da lavoura tinha “já prestado assinalados serviços, tomando parte activa nos Congressos Agrícola e assembleias similares”<sup>76</sup>.

Contados os votos<sup>77</sup>, o país confrontava-se (dizia o *Estrela do Minho*) “com a situação de sempre”, isto é, “com a indestrutível hegemonia” do PRP. O seu triunfo, acrescentava o jornal, fora “dos mais completos”. Venceu, apesar da campanha de descrédito visando os seus homens, os seus actos e até as suas presumíveis intenções<sup>78</sup>. Numa espécie de acto de contrição, afastando-se das louvaminhas a Cunha Leal e ao seu governo, a quem considerara não faltar “o apoio do país”, o *Estrela do Minho* comentaria deste modo a vitória do PRP:

**“Venceu na capital contra os monárquicos, os sidonistas e a ecléctica conjunção inventada pelo sr. Cunha Leal; venceu nas províncias contra a chusma de pretendentes que, sob as mais variadas rubricas, quiseram tentar a sorte nas urnas. Venceu, enfim, em todo o país contra tudo e contra todos, sem excluir a má vontade de um governo para quem a troca dos republicanos pelas decantadas *forças vivas* se converteu na mesma obsessão que Sidónio tanto acarinhou”.** *Estrela do Minho*, 5/2/1922, p. 1.

Se as maiorias foram para o PRP, as minorias couberam aos representantes do PRL e da Lista Governamental. Assim, no círculo n.º 4 (Guimarães) foram eleitos os democráticos Mariano da Rocha Felgueiras<sup>79</sup> e Maximino de Matos<sup>80</sup>, o liberal Artur Brandão<sup>81</sup> e o independente (dito

[72] Arthur Ribeiro Lopes – *Histoire de la République Portugaise*. Paris: Les Oeuvres Françaises, s/d., p. 217.

[73] Caetano Beirão – *A Lição da Democracia*. Lisboa: Tipografia da Empresa Diário de Notícias, 1922, p. 219.

[74] O governo liderado por Cunha Leal tomara posse a 16 de Dezembro de 1921.

[75] *Estrela do Minho*, 29/1/1922, p. 1.

[76] *A Paz*, 28/1/1922, p. 1

[77] As actas de apuramento são omissas quanto ao número de votantes.

[78] *Estrela do Minho*, 5/2/1922, p. 1.

[79] Professor liceal e advogado. Nasceu em Mesão Frio (Guimarães), a 8 de Fevereiro de 1884.

Faleceu em Guimarães, a 25 de Janeiro de 1976.

Contrariamente ao que sucedera em 1921, e embora receasse “a repetição das tolices e porcarias da última eleição”, Daniel Rodrigues considerava que “o Felgueiras” era capaz “de levar a sua avante”. Daí não valer “a pena quebrar lanças contra ele”. Se não havia “probabilidades de o afastar”, seria pior dividir a votação partidária por causa dele. Impunha-se, pois, “a união das fileiras”, custasse o que custasse, e isso mesmo devia ser aconselhado aos amigos, já que “antes um *felgueiras* democrático do que um deputado liberal ou católico” (Daniel Rodrigues – *Correspondência para Sousa Fernandes*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de V. N. Famalicão, 1990, p. 121).

[80] Médico. Nasceu em Serafão (Fafe), a 14 de Outubro de 1887. Faleceu no Porto, a 28 de Janeiro de 1958.

[81] Industrial de tipografia, editor, jornalista e profissional de Seguros. Nasceu em Celorico de Basto, a 25 de Dezembro de 1876. Faleceu em Braga, a 29 de Novembro de 1960.

governamental) Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos<sup>82</sup>.

[82] Professor liceal. Nasceu em Braga, a 19 de Abril de 1889. Faleceu no Rio de Janeiro (Brasil), a 11 de Novembro de 1950.

[83] Na correspondência enviada a Sousa Fernandes, Daniel Rodrigues não considerava conveniente, nem para o Partido, nem para a República, o seu regresso ao Parlamento. Entendia a sua eventual eleição como uma “fatalidade”. Porém, sendo, como era, “um correligionário disciplinado e dedicado aos seu Partido”, a quem devia “deferências e uma posição invejável”, resignar-se-ia “a fazer o frete imposto” (Daniel Rodrigues – *Correspondência para Sousa Fernandes*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de V. N. Famalicão, 1990, p. 120-122).

[84] Nessa assembleia, os resultados foram os seguintes: Maximino de Matos, 756 votos; Mariano Felgueiras, 742; Artur Brandão, 731; João Brandão, 652; Lúcio dos Santos, 434; Daniel Rodrigues, 286 (*Estrela do Minho*, 5/2/1922, p. 1).

[85] Tesoureiro da CGD. Nasceu em Almeida, a 16 de Janeiro de 1861. Faleceu em Braga, a 15 de Março de 1951.

[86] Proprietário e advogado. Foi director do *Diário do Minho*, de 7 de Dezembro de 1921 a 12 de Julho de 1922 e de 29 de Março a 6 de Junho de 1924. Não foi possível apurar outros elementos biográficos relativos a este senador.

[87] *Correio da Manhã*, 24/9/1925, p. 1.

[88] *Diário de Lisboa*, 27/10/1925, p. 8

Candidatos Eleitos	Lista	Votos
Mariano da Rocha Felgueiras	PRP	7480
Artur Brandão	PRL	7241
Maximino de Matos	PRP	7119
Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos	GOV	4365

Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar, Secção IX, Caixa, 352.

Contra os desejos e as expectativas do *Estrela do Minho*, Daniel Rodrigues acabou por não ser eleito. Essa “desilusão” (que para o candidato, a fazer fé nas suas palavras, terá sido afinal um alívio<sup>83</sup>) atribuía-a o jornal aos “arranjos dos políticos”. Porém, fossem quais fossem esses arranjos, o eleitorado famalicense, “dadas as qualidades do candidato”, em caso algum poderia deixar de lhe conceder o seu voto. Não foi, porém, isso o que aconteceu, como o demonstram os resultados verificados na assembleia eleitoral de Delães, uma das que faziam parte do concelho de Vila Nova de Famalicão<sup>84</sup>.

Para o Senado (distrito de Braga), os democráticos asseguraram as maiorias, elegendo o regressado Augusto Casimiro Alves Monteiro e Luís Augusto Simões de Almeida<sup>85</sup>. A minoria coube ao Centro Católico Português, que elegeu João Maria da Cunha Barbosa<sup>86</sup>.

## As eleições legislativas de 1925

Nas últimas eleições da Primeira República, apesar de muito participadas, o número de eleitores foi, uma vez mais, francamente insuficiente para “legitimar” o regime perante a nação. Este facto levaria o jornal monárquico *Correio da Manhã* a considerar que a República lutava com “a mesma dificuldade das suas primeiras horas: não ter eleitores”. Sendo, como era, um “sistema político de opinião”, a República não encontrava “eco na opinião do país”; sendo, ainda, um “sistema de democracia”, não se atrevia “a perguntar ao povo” se lhe confiava “os seus destinos”. Como não tinha eleitores (acrescentava o jornal), a República “falsificou, na aplicação, todos os seus princípios fundamentais”<sup>87</sup>.

Posição contrária era, naturalmente, a dos republicanos. Bernardino Machado, por exemplo, dizia (ainda antes das eleições) que os monárquicos só queriam “o sufrágio popular para o estrangularem”<sup>88</sup>.

Com estas eleições, Bernardino Machado pretendia que se impusesse aos governantes “a necessidade de restaurar a República e de renovar a obra realizada de 5 de Outubro até à



guerra”. Se os dirigentes republicanos haviam falhado, competia ao povo falar “a linguagem sincera do seu querer e do seu sentir”. Daí considerar que “os erros dos republicanos” seriam “emendados pelos próprios republicanos”, que “os males da República” seriam “tratados apenas” por quem amava a República<sup>89</sup>.

Pese embora o seu optimismo, Bernardino Machado enganou-se. A República não se emendou; acabou, até por sair ainda mais desprestigiada mercê das inúmeras falcaturas que se praticaram, antes, durante e depois do acto eleitoral, nomeadamente nas próprias comissões de verificação de poderes. A diferença em relação a eleições anteriores teve a ver, isso sim, com uma maior afluência às urnas e com o aumento de irregularidades que se observaram de Norte a Sul do país, a que nem a Igreja escapou, como denunciou, por exemplo o jornal *Alvorada*, quinzenário de Arcos de Valdevez.

Em meados de Outubro, o semanário *Estrela do Minho*, considerando não ser possível a eleição de um famalicense, manifestava o seu apoio a Gaspar Vilas, coronel do Estado-Maior, então em serviço no Ministério da Guerra<sup>90</sup>. Nesse sentido, solicitava ao Directório do PRP a indicação desse nome como candidato pelo círculo de Guimarães<sup>91</sup>. O apelo parece ter sido ouvido, atendendo a que Gaspar Vilas acabaria por fazer parte da lista democrática.

No dia 28 de Outubro foi grande a actividade eleitoral em Vila Nova de Famalicão. Os chefes políticos locais “andaram numa roda viva”. Mas, dizia o *Estrela do Minho*, embora isso pesasse “aos amigos do regime deposto”, monárquicos e forças económicas poucos votos haveriam de ter no concelho. É que para trás não se andava; para a frente é que estava o futuro, “abrindo alas à democracia triunfante”<sup>92</sup>.

Se os candidatos teriam ou não muitos ou poucos votos nas urnas é coisa que ficou por saber. De facto, em Vila Nova de Famalicão aconteceu um dos fenómenos mais típicos das eleições realizadas durante a República, isto é, os famigerados acordos eleitorais. Contra eles se insurgiu o semanário *A Paz*, que justificava a sua oposição, dizendo:

**“Somos contra esses conluios, que podem ser muito cómodos para os chefes políticos, poupando-lhes trabalho, mas que são também imorais e desprestigiantes para o sistema constitucional”.** *A Paz*, 8/11/1925, p. 1.

Ao jornal custava ver (porque isso representava “um grande perigo”) católicos que eram monárquicos contra monárquicos que eram católicos. Fiel ao lema “Por Deus, pela Pátria e pelo Rei”, *A Paz* não deixaria, porém, de abrir uma excepção para um acordo “digno e patriótico”: o que, em seu entender, contemplasse “a união de todas as forças conservadoras, para uma luta, leal mas sem tréguas, junto das urnas, com os elementos *avançados*”<sup>93</sup>. Fora disto, os acordos

---

[89] *Diário de Lisboa*, 27/10/1925, p. 8.

[90] Oficial do Exército, professor e publicista.

Nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães), a 4 de Abril de 1873. Faleceu nessa mesma freguesia (actualmente designada Oliveira do Castelo), a 6 de Fevereiro de 1961.

[91] *Estrela do Minho*, 18/10/1925, p. 1.

[92] *Estrela do Minho*, 1/11/1925, p. 2.

[93] *Ibidem*.

representariam sempre “uma grande imoralidade”. Quem os subscrevia dava uma “formidável navalhada nos direitos do cidadão”<sup>94</sup>.

[94] *A Paz*, 14/11/1925, p. 1.

[95] *Ibidem*.

[96] *O Século*, 8/11/1925, p. 2.

[97] As actas de apuramento são omissas quanto ao número de votantes.

O acordo estabelecido em Vila Nova de Famalicão entre as várias forças políticas concorrentes foi assinado na véspera da eleição<sup>95</sup>. No dia seguinte era divulgado em pormenor pelo diário lisboeta *O Século*<sup>96</sup>. Eis a distribuição dos votos: democráticos - 2000; nacionalistas - 1500; católicos - 1250; radicais - 700; União dos Interesses Económicos - 700; monárquicos - 600. Este acordo (ainda segundo *O Século*) não traduzia “as correntes do concelho”. Fosse por disso ter consciência, fosse para se demarcar “moralmente” de uma prática que lhe repugnava, o acordo famalicense seria alvo de um violentíssimo ataque no referido semanário *A Paz*. Em editorial intitulado “A vergonha dos políticos ou os políticos sem vergonha”, dizia este jornal:

**“O que se acaba de passar neste desgraçado país no capítulo das eleições é de tal maneira vergonhoso e baixo, que supomos estar na derradeira hora o regímen que de tais vergonhas lança mão.**

**Nunca uma donzela de 15 anos, como esta República, chegou a tal grau de prostituição e torpeza.**

**Guerreou-se a monarquia porque a monarquia cometia erros e as eleições não eram expressão da vontade popular. E nos comícios gritou-se ao povo que ele era soberano e que em regímen republicano – o governo do povo pelo povo – esse povo é que livremente escolheria os seus delegados e os seus governantes.**

**E aqui, como em muitas outras terras, meia dúzia de criaturas, reunidas na administração do concelho, pegou num papel e num lápis, e em face do número de eleitores inscritos, escreveu: tantos para nós, tantos para vocês, tantos para aqueles e tantos para aqueles outros. Nem sequer houve este rudimentar cuidado de deixar alguns votos de fora a fingir de abstencionistas. Nunca, em nenhuma eleição, deixou de haver abstenções.**

**Só em Famalicão é que não. Não faltou ninguém. Não estava nesse dia um eleitor doente. Não se ausentou ninguém das suas terras. Não houve um só indiferente, nem um único com o nome trocado. Nada. Tudo votou – tudo – sem uma lista, sem uma chamada, sem uma presença. [...]**

**Acabem, senhores, com este espectáculo vergonhoso. Nunca mais eleições que são uma mentira – porque só é eleito quem não tiver votos, porque só é eleito quem o governo quer. Vergonha! Vergonha! Vergonha!”.** *A Paz*, 21/11/1925, p. 1.

Contados os votos<sup>97</sup>, verificou-se que no círculo n.º 4 (Guimarães) as maiorias foram ganhas pelo PRP. A minoria coube ao representante do Partido Republicano Nacionalista (PRN). Foram, pois, eleitos os democráticos Mariano da Rocha Felgueiras, Maximino de Matos e Luís

da Costa Amorim<sup>98</sup> (curiosamente também eleito pelo círculo de Chaves) e o nacionalista (ex-liberal) Artur Brandão.

Candidatos Eleitos	Lista	Votos
Mariano da Rocha Felgueiras	PRP	9757
Maximino de Matos	PRP	9757
Luís da Costa Amorim	PRP	9653
Artur Brandão	PRN	5072

Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar, Secção IX, Caixa, 406.

De fora da Câmara ficou Gaspar Vilas, situação que Daniel Rodrigues atribuiu a “uma trapaça indecente, tramada pelo pessoal do gabinete de Domingos Pereira” (presidente do Ministério) e na qual também estiveram envolvidos Mariano Felgueiras e Hernâni de Magalhães (presidente da Câmara e administrador do concelho de Vieira do Minho)<sup>99</sup>.

Para o Senado (distrito de Braga), os resultados foram os mesmos de 1922: Augusto Casimiro Alves Monteiro e Luís Augusto Simões de Almeida mantiveram a representação do PRP e João Maria da Cunha Barbosa a do CCP.

Embora alargado, o espectro político que resultou das eleições de 1925 continuou a ser claramente dominado pelo PRP, que, com 83 deputados eleitos, obtinha a maioria absoluta no Parlamento. O órgão dos anarco-sindicalistas, *A Batalha*, não deixaria de o sublinhar, ao escrever:

**“As eleições são um jogo de azar. Minorias e maiorias? Não, pequeno e grande – mas ganha sempre o banqueiro ... O banqueiro é o partido democrático – ganhou. Ficamos por isso na mesma como dantes”.** *A Batalha*, 10/11/1925, p. 1.

Para o semanário famalicense *Estrela do Minho*, os resultados eleitorais demonstraram, simplesmente, “o triunfo iniludível da República”<sup>100</sup>. Sobre o acordo de Vila Nova de Famalicão, nem uma palavra<sup>101</sup>. Afinal, como escrevera este mesmo jornal algumas semanas antes, era no período eleitoral que melhor se punha “à prova a falta de carácter”, já que, “para conseguir o fim desejado, em regra não se olha aos meios empregues”. Daí os “conluíus amistosos entre inimigos irreconciliáveis”, em que se davam as mãos “católicos com livres-pensadores, sectários do azul e branco com o verde rubro”<sup>102</sup>. Foi isto, de facto, o que aconteceu, em Vila Nova de Famalicão (e em muitas outras terras do país), nas eleições que um historiador classificou como “as mais fraudulentas e indecorosas” da Primeira República<sup>103</sup>.

[98] Engenheiro civil e professor do Instituto Industrial de Lisboa. Nasceu em Lisboa, a 9 de Novembro de 1882. Faleceu na sua cidade natal, a 7 de Outubro de 1942.

[99] Daniel Rodrigues – *Correspondência para Sousa Fernandes*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de V. N. Famalicão, 1990, p. 173. Daniel Rodrigues conhecera Gaspar Vilas no dia 12 de Junho de 1921. Nesse encontro, o então tenente-coronel manifestara-lhe o desejo de ser candidato a deputado pelo círculo de Guimarães. Daí ter-lhe solicitado os seus “bons ofícios” para ser proposto pelos organismos locais do PRP. Daniel Rodrigues, porém, apesar de lhe terem dito que se tratava de uma pessoa inteligente, “não recomendava nada o homem”, por não conhecer o seu “republicanismo” e por entender “que no Parlamento não deve entrar o sabre” (Daniel Rodrigues – *Correspondência para Sousa Fernandes*, p. 109).

[100] *Estrela do Minho*, 15/11/1925, p. 1.

[101] No dia das eleições, este semanário dizia aceitar “como necessária a luta dos partidos”. Censurava, porém, a procura de “alianças suspeitas” com os “irredutíveis inimigos das instituições”; dava como exemplo os acordos estabelecidos entre grupos de republicanos e monárquicos contra outros republicanos (*Estrela do Minho*, 8/11/1925, p. 1).

[102] *Estrela do Minho*, 25/10/1925, p. 1.

[103] Fernando Farelo Lopes – *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 159.

3.8



### 3.8 A I Grande Guerra e as suas repercussões em Vila Nova de Famalicão.

#### O Monumento aos Mortos da Grande Guerra

**... somos o Édipo da História, ou, por outra, a História é que é realmente a Esfinge. Não é a solução, a resposta, é a questão em si mesma, e nós estamos sempre a ser questionados sem cessar por aquilo que somos, por aquilo que fazemos. A História não é outra coisa que não seja o que fazem os homens. Não há História fora do nosso próprio fazer. A história é a ficção das ficções.** Eduardo Lourenço

**... talvez faltem, ainda hoje, as análises dos sentimentos das pessoas, combatentes ou não-combatentes, das ideias dos grupos e colectividades, das famílias, das aldeias, dos povos.** Aniceto

Afonso, Carlos de Matos Gomes

**Mas no princípio reinou a ilusão. Em 1914, as tropas partiram saudadas pelas multidões [...] Nenhuma guerra começou com tamanha incompreensão da sua natureza [...] os exércitos partiram para a guerra com a ilusão de que tudo estaria acabado em breve – «em casa no Natal».** Norman Stone

#### NOTA PRÉVIA

Pretendendo justificar o dito de Aniceto Simões e de Carlos Matos Gomes, procura-se neste trabalho, como o próprio título o evidencia, evocar através da imprensa de como seria V. N. de Famalicão através da imprensa, particularmente de dois periódicos, o “Estrela do Minho” e a “Gazeta de Famalicão” entre os anos de 1914 a 1918. Para além das questões políticas e sociais e da sua movimentação em V. N. de Famalicão (caso, por exemplo, da crise das subsistências ou do sidonismo), ler-se-á nesta investigação como é que a sociedade famalicense se organizou em torno de associações cívicas para ajuda das famílias dos soldados, assim como a visão da guerra entre a frente ocidental e em África, passando ao mesmo tempo um retrato pelas actividades culturais, entre o teatro, o cinema e lúdicas. Finaliza-se este trabalho com um estudo à volta não só do Monumento dos Mortos da Grande Guerra, como também focam-se as festas que se realizaram em V. N. de Famalicão a partir do Armistício. A não referência aos combatentes famalicenses neste trabalho, e são muitos os que aparecem no jornal, deve-se ao facto de estar a elaborar um “Dicionário de Combatentes Famalicenses na I Grande Guerra”. Neste momento são já mais de três centenas. Às vezes, no “Estrela do Minho”, faz-se referência a mais de quatro centenas, outras vezes a mais de oito centenas. Julga-se que fica aqui, pelo menos em parte, a ideia de Aniceto Simões e de Carlos de Matos Gomes, na tentativa de mostrar de como a sociedade famalicense sentiu a I Grande Guerra.

1. "Estrela do Minho" (1925).
2. Espólio do autor.



1914

## Cultura

Logo no início do ano novo, a comunidade famalicense, sabendo-o já por antecedentes notícias, vai assistir a 7 de Janeiro ao filme, sensação da época, “Quo Vadis?”, o qual foi então exibido no Salão Olímpia, numa Quarta-Feira. Houve quatro sessões nesse mesmo dia: a primeira, realizou-se às duas horas da tarde; a segunda, às quatro e meia; a terceira, às oito da noite, e a quarta às dez e meia. O preço dos bilhetes da sessão das oito horas foi o seguinte: Balcão, 40 centavos; Cadeiras, 30 centavos e Geral, 20 centavos. Por seu turno, nas outras sessões, para o Balcão 30 centavos, Cadeiras, 25 centavos e geral, 15 centavos. Como já se leu, as quatro sessões realizaram-se numa Quarta-Feira e, segundo o “Estrela do Minho” de 4 de Janeiro, foi “devido ao elevadíssimo custo do filme” que “a empresa não pode exhibir ao Domingo, como era seu desejo.” Foi um sucesso! Também logo no início do ano, a já mais do que afamada Associação dos Empregados de Comércio, com sede na Rua Adriano Pinto Basto, elegia os seus novos corpos-gerentes, ficando na presidência da Assembleia-Geral Delfim Joaquim da Silva e para a presidência da Direcção Jaime Mesquita. Nestes corpos-gerentes, entre outros, encontram-se personalidades que irão fazer história no futuro de Vila Nova, principalmente no Estado Novo, caso de Álvaro Marques, que veio a ser Presidente da Câmara Municipal, sendo nomeado na associação focada como segundo secretário. Ainda em fins de Janeiro, o Sindicato Agrícola promoveu a conferência de Bento Carqueja no Salão Olímpia, discursando sobre o crédito agrícola, numa sessão presidida por José de Azevedo e Menezes, estando presentes Duarte Maria Pacheco Menezes, Presidente da Assembleia-Geral do Sindicato Agrícola, e Delfim de Carvalho. Este último, no final da sessão, anuncia que o Sindicato Agrícola vai organizar a Exposição Regional de Famalicão, mais propriamente, A Exposição Agrícola, Industrial e Pecuária, a qual se iria realizar entre 27 a 30 de Setembro, sendo incluída no programa das festas de Setembro. A Comissão Executiva da Exposição foi constituída pelos seguintes cavalheiros: Presidente, José de Azevedo e Menezes; Secretário, Jaime Valongo; Tesoureiro, Francisco de Correia Mesquita Guimarães; Director da Secção Agrícola, Delfim de Carvalho; Director da Secção de Pecuária, Duarte de Menezes; Director da Secção Industrial; Alfredo Costa; Presidente do Sindicato Agrícola, António Joaquim de Sousa Veloso; Presidente da Associação Comercial e Industrial, Amadeu Pereira. Outras personalidades estiveram ligadas a esta Comissão, nomeadamente: Jaime Mesquita, Francisco M. de Oliveira e Silva, Nuno Simões, Adelino Santos, Luís Cunha, Manuel A. Bouças Júnior, António Maria Pereira e João Cabral de Araújo Álvares. Os prémios foram constituídos em dinheiro e em objectos de arte, sendo o júri composto por agrónomos e veterinários vindos de fora. Contudo, e devido ao eclodir da I Grande Guerra, a tão publicitada exposição seria anulada.

## Bernardino Machado, Presidente do Ministério

Entretanto, Bernardino Machado, “o homem de ciência, como exímio estadista”, já vinha no

Avon a caminho da Pátria, uma Pátria sem governo, e já se estabeleciam contactos para chefiar o próximo governo. Ministro de Portugal na Legação do Rio de Janeiro e o primeiro Embaixador português no Brasil, já que foi o fundador da embaixada portuguesa, Bernardino Machado será, de facto, nomeado por Manuel de Arriaga, então Presidente da República, para constituir o novo governo de Portugal, como sendo, segundo notícia do “Estrela do Minho”, o “único capaz de fazer acalmar as paixões políticas que no momento exacerbam os nossos políticos.” A “glória da nossa terra” constitui o seu governo da seguinte forma: Justiça, Manuel Monteiro (Deputado e Vogal do Supremo Tribunal Administrativo); Finanças, Tomás Cabreira (Senador, Major de Infantaria, com o curso de Engenharia Civil e Lente de Química da Universidade de Lisboa); Guerra, Pereira de Eça (General de Artilharia e Director do Arsenal do Exército); Fomento, Aquiles Gonçalves (Deputado e Vogal da Junta de Crédito Público); Marinha, Augusto Neuparth (Capitão de Fragata, Engenheiro Hidrógrafo e Chefe da 3.ª Repartição do Ministério da Marinha); Colónias, Lisboa de Lima (Chefe da 3.ª Repartição do Ministério das Colónias) e Instrução, Sobral Cid (Professor da Universidade de Lisboa). Termina assim a informação noticiosa deste novo Ministério, em 15 de Fevereiro: “Folgamos com a entrada na presidência do ministério do nosso ilustre conterrâneo sr. Dr. Bernardino Machado, um primoroso carácter, servido por um grande talento. Por isso, o seu programa de amnistia e discussão da Lei da Separação, cremos bem que trará a concórdia e paz à família portuguesa.” Acrescente-se, o projecto da lei eleitoral e, paralelamente, devido aos acontecimentos europeus, a entrada de Portugal na I Grande Guerra, não tão neutral como se julga. Será com este ministério que, presidido por Bernardino Machado, em 7 de Agosto de 1914 (e com a declaração de guerra de Portugal à Alemanha em 10 de Março de 1916, era então Presidente da República Bernardino Machado, tendo já o segundo país declarado guerra ao primeiro no dia anterior), Portugal será autorizado a intervir militarmente na política externa, colocando-se ao lado da Inglaterra, sendo tal autorização concedida ao Governo na reunião extraordinária do Congresso, convocada por decreto de 4 de Agosto. A mesma confirmação, e rectificação, irá surgir numa nova reunião extraordinária do Congresso, por decreto de 17 de Novembro, e realizada em 23 de Novembro. Relativamente à sessão de 7 de Agosto, o “Estrela do Minho”, a 9, dirá o seguinte aos famalicenses: “Reuniu ontem extraordinariamente o Congresso Nacional, a fim de autorizar o governo a usar dos meios necessários na emergência de acontecimentos que por ventura a guerra que se está digladiando entre os maiores países da Europa nos imponha. / Por unanimidade de votos, os representantes da nação aprovaram a proposta apresentada pelo chefe do ministério, dando ao governo plenos poderes para zelar pela dignidade da nação no grave momento histórico que atravessámos.” Quem esteve para ser Ministro da Justiça, neste Governo de Bernardino Machado, a convite deste, foi o famalicense jurista Eduardo José da Silva Carvalho, que neste ano publica “Manual do Processo do Inventário”, a quem os republicanos em 1920 conferem-lhe o Grau de Grande Oficial de S. Tiago de Espada, devido à publicação de vários trabalhos de carácter jurídico.



Fevereiro é tempo de Carnaval e faz-se publicidade ao “grande sorteio na Papelaria Minerva”, com “lança perfumes estrangeiros, serpentinas e confettis”, material apropriado para os festejos, realçando-se os bailes de Carnaval no Palacete Folhadela nos dias 22 e 24 de Fevereiro. Se a actividade teatral em Famalicão foi praticamente escassa neste ano de 1914 (aparecendo apenas Os Comediantes de Lúcifer em 8 e 15 de Novembro), a vida da comunidade famalicense decorria normalmente, quando se reivindica a organização de uma planta para o ordenamento da então Vila, quando se realiza a Festa da Árvore e se propaga a Associação do Culto da Árvore, vindo a Famalicão o seu promotor (José de Castro), se homenageia o famalicense de torna-viagem Manuel Joaquim Pinto da Silva, noticia-se e realiza-se a conferência agrícola, com o agrónomo do distrito, com o tema “Adubações Químicas”, eis que surge o escândalo de Riba d’Ave a concelho, o qual seria, segundo o cidadão famalicense Manuel de Araújo Monteiro, numa carta dirigida ao Presidente do Ministério, um “concelho de talassas e inimigos da República”.

### **A Questão de Riba d’Ave**

Entretanto, Sousa Fernandes, republicano famalicense e a desempenhar o cargo de Senador, informava o Município famalicense com uma carta, a qual o “Estrela do Minho” publica a 10 de Maio, que dizia o seguinte: “Em reunião de ontem, a que assistiu o Dr. Afonso Costa, Directório e alguns ministros, resolveram por unanimidade os senadores e deputados republicanos que constituem a maioria do Congresso Nacional, não propor nem votar nenhum novo concelho, já por isso enfraquecer os actuais municípios que só por fortes e grandes é que podem corresponder à obra da descentralização em que a República está empenhada, e já porque, importando um aumento de despesa, então, por isso, essas novas criações administrativas incursas na lei de 15 de Março de 1913. / Pode, portanto, V. Ex.<sup>a</sup> tranquilizar o povo de Famalicão sobre a pretendida criação de um concelho em Riba d’Ave. / Ele não será votado pelo único partido parlamentar que tem a maioria no Congresso; e caso qualquer deputado dos grupos da opposição fosse apresentada – o que importaria uma reconsideração grave para os correligionários que eles possam ter na nossa terra, não passaria dessa apresentação, caindo, ante a primeira votação decisiva.” Conclui: “Por tudo isto acho desnecessário que, por agora, nem a Câmara, nem as Associações de Classe, nem as comissões políticas e juntas paroquiais se empenhem em qualquer cruzada de protesto.” Era então Presidente do Município de V. N. de Famalicão Zeferino Pereira e a carta de Sousa Fernandes tem a data de 6 de Maio. Contudo, contra a sugestão de Fernandes, em 22 de Maio a Associação Comercial promove uma reunião com todas as associações locais, pretendendo iniciar o movimento de protesto contra a criação do concelho de Riba d’Ave, o qual seria constituído por Riba d’Ave, Oliveira S. Mateus, Pedome, Bairro, Carreira, Delães, S. Simão, Ruivães e Bente (do concelho de V. N. de Famalicão), Lordelo, Guardizela, Serzedelo e Gondar (do concelho de Guimarães) e a de S. Miguel das Aves (do concelho de Santo Tirso) e que tinha o apoio dos evolucionistas e dos unionistas; e a 24, um comício que estava marcado para o Salão dos Paços do Concelho, teve

que ser realizado nos jardins do mesmo, devido a uma enorme assistência. Presidiu a esse comício Delfim de Carvalho (Subdelegado de Saúde), tendo sido secundado por Domingos Portela (em representação da Associação Comercial) e Mesquita Guimarães (vereador municipal). No seu discurso, Delfim de Carvalho referiu-se ao problema de seguinte forma: o “concelho que se pretende formar é para fins particulares e não uma questão de interesse público.” Ainda falaram Nuno Simões (a convite do Sindicato Agrícola), Jaime de Mesquita (em nome da Associação dos Empregados de Comércio), Alfredo Costa, que realizou uma representação ao Senado Municipal (que foi acolhida com entusiasmo pela assistência) e João Rebelo (em representação da União Operária). A 25 de Maio todos os estabelecimentos comerciais e industriais da Vila fecharam as suas portas em forma de protesto contra a criação do concelho de Riba d’Ave, realizando-se uma manifestação pelas ruas principais: “Foi uma imponente manifestação, como já há muito não temos visto, percorrendo os operários e os empregados de comércio, com os respectivos estandartes, as ruas da Vila, dando vivas à integridade deste concelho e reunindo-se por fim na Praça da República onde improvisaram outro comício e onde continuaram afirmando o seu amor a esta terra e o desejo de não verem fragmentado o seu concelho.” A 31 de Maio novo comício de protesto contra a pretensão da constituição do novo concelho, em Delães. Falaram, segundo notícia do “Estrela do Minho” em 7 de Junho, neste comício Delfim de Carvalho, Jaime Valongo, Ernesto Lopes, Adriano Varela e Alfredo Costa. Delfim de Carvalho foi de opinião que a criação do concelho não visava “dar aos povos dessa região um melhor bem-estar”, já que poderia aumentar a “contribuição predial”. Em contrapartida, Jaime Valongo afirmou que “a maior parte dos habitantes daquela região não deseja a criação do novo concelho, ao qual não pode chamar com verdade de Riba d’Ave, mas sim da fábrica de Riba d’Ave”, enquanto que Ernesto Lopes, da comissão municipal do Partido Republicano Evolucionista, “ia ali manifestar o seu aplauso ao protesto que se estava lavrando e afirmar o propósito que o seu partido mantinha de se dissolver, caso o projectado concelho obtivesse os votos dos seus correligionários”, o que não deixa de ser paradoxal esta atitude; por seu turno, Adriano Varela afirmou que ao criar-se o referido concelho, “os proprietários daquela região iriam pagar muito mais”, diga-se, impostos, e, por outro lado, alegou que se os operários fizessem uma greve logo após a criação do respectivo concelho, “Narciso Ferreira, que seria o mandão daqueles sítios, faria encher as cadeias”. Finalmente, Alfredo Costa diria à assistência “que o novo concelho só poderia ser criado se o povo o reclamasse”! E a 5 de Julho, os famalicenses suspiraram de alívio com a seguinte notícia: “Podemos estar sossegados, que nada foi conseguido para que se criasse o tão falado concelho de Riba d’Ave, que nenhum motivo razoável justificava. / O Parlamento não tomou conhecimento do pretendido município, para o que é de justiça que se diga, muito contribuiu o senador Sousa Fernandes na missão bem grata de defender os interesses de Famalicão.”

## O Inquérito do Governo de Bernardino Machado sobre a Lei da Separação da Igreja do Estado

No primeiro trimestre do ano, a Tipografia Minerva abriu as portas da sua “Papellaria” e em Landim, no início de Julho, nas propriedades de António Joaquim de Sousa Veloso, realizou-se um torneio de tiro aos pombos, o mesmo sucedendo, no fim do mesmo mês, na “Festa do Club dos Caçadores”. A Tuna da Associação dos Empregados do Comércio têm novo regente, Armindo Costa, Nuno Simões alarga as subscrições para o busto de Camilo de Diogo de Macedo, e em inícios de Outubro a Tebaida de Seide recebe a visita de Eugénio de Castro, Visconde de Villa-Moura e Mário Beirão. Fizem as honras famalicenses José de Azevedo e Menezes e Nuno Simões e de Barcelos António Ferraz. No almoço que José de Azevedo e Menezes ofereceu na sua Casa do Vinhal, esteve também presente Júlio Brandão. A deslocação a Seide destes ilustres visitantes foi para projectarem o “Museu Camilo”. Em Setembro e Outubro, o Salão Olympia exhibirá filmes sobre a guerra, tendo “o nosso público ocasião de apreciar várias cenas da maior guerra que tem havido em todos os tempos.” Entretanto, os monárquicos, os conservadores e alguns dissidentes republicanos, mais da Comissão Municipal do Partido Republicano Evolucionista, fundavam, com Joaquim José da Rocha à frente, o jornal “A Gazeta de Famalicão”, enquanto que a crise das subsistências é um tema a considerar. De facto, apesar do governo de Bernardino Machado ter proibido em 10 de Agosto a elevação dos preços dos géneros alimentares para assim evitar a especulação, a verdade é que os famalicenses, assim como no geral do país, se iriam encontrar com a problemática da carestia de vida, conforme a crónica com o mesmo título de 8 de Novembro. Facto estranho, será o “Estrela do Minho” nunca referenciar a polémica no Senado Municipal a propósito do Inquérito do Governo de Bernardino Machado sobre a Lei da Separação da Igreja do Estado, referente à reforma que pretendia realizar sobre a mesma lei e enviado aos governadores civis, os quais enviariam aos municípios, para estes responderem. Os famalicenses tomaram conhecimento desta problemática pelo jornal “A Gazeta de Famalicão”. O “Inquérito” é um documento único para a compreensão da nossa comunidade nos seus mais variados aspectos, passando pela mentalidade política, social e cultural; e, contudo, nem tudo o que parece é: as respostas do então Presidente da Câmara Municipal, Zeferino Bernardes Pereira, parecem respostas mais de foro pessoal do que propriamente institucionais. Por exemplo, esquivou-se de responder à terceira pergunta, já que em 1912 houve em V. N. de Famalicão a polémica do caso da Fonte Santa de Mouquim. (Cf. Amadeu Gonçalves - “Abílio Magalhães Brandão: folclore e etnografia, costumes”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 163-235)

1. Tem havido nesse concelho conflitos motivados pela Lei da Separação? Tem havido.
2. Por que motivo e quantas vezes? Não posso saber quantas vezes e os motivos. Tem sido somente a má vontade do padre contra a lei, pois que, na sua grande generalidade, não se confina ainda com ela, hostilizando-a sempre que podem.
3. Quem dirigiu esses movimentos? Os padres, os agentes destes, a massa dos fiéis provocada

por eles, ou o povo em movimento espontâneo? São sempre os padres; e esses movimentos restritos ao que anteriormente fica dito. Dos fins colectivamente nunca aqui se levantou conflito algum, nem movimento algum de protesto.

**4.** O povo sente e manifesta a necessidade do culto religioso? Por simples culto de tradição, por divertimento e gozo ou por má-fé? O povo não sente necessidade alguma neste sentido. Tem o culto religioso por tradição e educação e até por um costume resultante do meio em que vive. Parece-me haver quem especule com a religião e haver quem vá à igreja simplesmente para se mostrar.

**5.** Parece-lhe que a República será prejudicada se a Lei da Separação não sofrer qualquer modificação no sentido de se facilitar o culto externo? Há, porventura, no momento quem reivindique a causa das congregações religiosas? Não me parece, pois a República não é incompatível com a Lei da Separação e assim ela deverá ter apenas pequenas modificações. Ninguém aqui reivindica a causa das congregações religiosas, a não ser alguns espíritos obcecados pela ignorância ou pelos interesses, mas estes são infelizmente em número muito pequeno neste concelho.

**6.** O povo ou qualquer associação tem reclamado contra a aplicação da citada Lei? Não tem reclamado ninguém, além da reacção política e religiosa.

**7.** Foram expulsos desse concelho alguns padres? Quantos e porque motivo? Expulsos superiormente só foram dois, por desacato às leis do Estado. Há quatro que fugiram por conspiradores e mais dois foram processados por juízo, sendo absolvidos.

**8.** Os padres expulsos têm sido substituídos? Quando regressaram, qual foi a atitude do público e dos fiéis: favorável, hostil ou indiferente? Sim. Foram substituídos – um por indicação do mesmo expulso, outro por escolha dos fiéis. Dos expulsos, um fugiu para o Brasil, onde está, o outro incorporado em virtude da amnistia. Não sabemos como será recebido.

**9.** A concorrência aos templos tem aumentado ou diminuído depois da Revolução da República? Não tem aumentado. É a mesma coisa.

**10.** Quantos padres pensionistas há? Têm sido perseguidos? Por quem e que motivo é alegado para a perseguição? Houve três, destes morreu um, foi outro para o Brasil, restando apenas um só. Têm sido perseguidos pelos outros padres, sob protesto de que foram traidores à classe. O que foi para o Brasil, foi fugido a esta perseguição.

**11.** Nota-se fanatismo nesse concelho? Com que intensidade? Existe, mas em moderada escala. É mais pronunciado nas mulheres.

**12.** Quantas igrejas há? Quantas se criaram depois da proclamação da República? Quantas se fecharam? Quantas se reabriram? Quantas foram interditas? Há pelo menos 50 igrejas, tantas como paróquias. Também há bastantes capelas. Após a proclamação da República, nem se criaram, nem se fecharam igrejas nenhuma.

**13.** Que mais se lhe oferece dizer sobre o assunto? Que a Lei da Separação deve ser aprovada pelo Parlamento quanto antes, visto que, após a amnistia, os inimigos dela podem por qualquer meio procurar hostilizá-la.

3. Vinardell Roig (1852-1937); [https://ca.wikipedia.org/wiki/Artur\\_Vinardell\\_i\\_Roig](https://ca.wikipedia.org/wiki/Artur_Vinardell_i_Roig).



## A Guerra

Até que, em 12 de Julho, o cronista-mor do “Estrela do Minho”, A. Vinardell Roig, entre 1914 a 1918, e mesmo antes de 1914, e nos anos posteriores face à Conferência da Paz, justificando-se agora todo o interesse “a «Parisiana», do nosso ilustre cronista de Paris”, na sua crónica de 12 de Julho intitulada “Tragédias da História”, diz logo no início que “apesar de parecer já tarde para falar do horrível atentado de que foram vítimas em Serajevo (Bósnia) o Arquiduque herdeiro do trono e sua esposa, posso afirmar que aqui, em Paris, onde contudo costumam esquecer depressa os sucessos da véspera, o triste acontecimento continua sendo de grande actualidade”, para, mais à frente, reflectir no seguinte: “Alguma coisa há, porém, na história dessas terríveis catástrofes, que tenha na sua explicação, já que não podemos dizer sua justificação em termos absolutos. Razões de pura moral opor-se-ão sempre a admitir a possibilidade de coonestar o cometimento dum atentado pessoal, quaisquer que sejam o delinquente e a vítima. Entendo, porém, que assim como na virtude há gravitações, também as há, ou deve havê-las no delito. Se, em tese geral, prova-o a necessidade jurídica, se pode aceitar – até nos maiores crimes – as circunstâncias atenuantes não são de modo algum admissíveis.” Após esta reflexão ética, na parte final do texto, anuncia que o assassinato do arquiduque “foi sem dúvida um primeiro estalido dessa grande conspiração que um dia pode transformar-se num levantamento geral, se outra centelha não causar a conflagração europeia que tanto se receia e de que tão ameaçados estamos.” Não se enganou muito! A 16 de Agosto, na crónica “Alea Jacta Est”, leram então os famalicenses que “rebentou o tão terrível e temido incêndio europeu e, quem havia de dizê-lo!, foi a Alemanha, o povo que tem a fama de ser o mais civilizado, o mais seriamente culto da Europa, que o provocou. Que grande responsabilidade a dela perante o mundo!” Por seu turno, quando se dá a mobilização em França, Roig dirá que “todos se levantaram como um só homem, levando no coração, mais do que nos lábios, a convicção profunda que desta vez a pátria em perigo vai fazer um supremo esforço para vencer o inimigo legendário”; e mais à frente: “vede os milhares de jovens e adultos nacionais e estrangeiros que solicitam ardentemente serem alistados como combatentes voluntários. E tudo aquilo se faz sem barulho, com uma calma aparente que quase atinge o sublime. É mister ver como os recrutas e reservistas vão para a estação procurar os comboios que hão-de levá-los para os pontos de concentração. Ninguém dá um grito; despedem-se das famílias sem lamentações, convencidos de que com eles vai o ideal da pátria; só quando partem os comboios é que se ouve sem estridor o hino santo da *Marselhesa* ou o comovedor *Canto da Partida*. É simplesmente belo!” Perante estas palavras de A. Vinardell Roig, entre o sentido telúrico do dever e o misticismo patriótico, os famalicenses não devem ter ficado indiferentes. Com o desenrolar da Batalha das Fronteiras (Ardenas, Charleroi, de Mons, Le Cateau e a do Marne), Roig conta aos famalicenses, em 18 de Outubro, que “apesar de todos falarem da possibilidade do cerco de Paris pelos alemães, considero tal eventualidade cada dia menos provável. / Houve um tempo em que toda a gente o julgou quase certo. Os alemães tinham-no anunciado com tanto alarido, que a ideia chegou a tomar corpo, e desde aquele momento a terça parte dos parisienses emigrou para evitar o incómodo do sítio.” E a propósito

da batalha do Marne, diz-nos Roig a 13 de Setembro, “Joffre, o taciturno, como aqui lhe chamam, mandou ao governo, que o publicou, o primeiro boletim de vitória. Depois do terrível fracasso de Charleroi, na Bélgica, que obrigou as tropas aliadas a retrocederem para a fronteira francesa, é esta a primeira vez que o ilustre general falou abertamente de triunfo. Foi com efeito um triunfo incontestável o da batalha do Marne. Joffre afirma-o em linguagem sóbria, e diante da sua afirmação categórica todos se inclinaram com júbilo e admiração. O último combate desta memorável batalha foi encarniçado. Os alemães lutaram com fúria, sem poderem repelir a investida não menos furiosa dos aliados. Houve horas deveras épicas. As perdas de um lado e de outro foram enormes. Depois da sua derrota, que vão fazer os alemães?” A partir de 25 de Outubro, os famalicenses tomarão contacto com os acontecimentos da batalha de Aisle e irão perceber que, entre a censura à imprensa e a propaganda à volta da I Grande Guerra, nas palavras de Roig, a 25 de Outubro, “a imaginação do público” está “sempre pronta para as grandes ilusões.” Da batalha do Aisne, lia-se das notícias officiosas que “ataques violentos do inimigo, repelidos com grandes perdas” ou “violentos combates no centro, tendo os aliados avançado em diversos pontos.” Para Roig, “principia-se a ver claro no meio da tão vaga linguagem”, reconhecendo “a paciência, a tenacidade e o método do general Joffre”, cujas qualidades “acabarão por vencer a resistência das tropas alemães.” Na entrada de 12 de Outubro, escrevia ainda a propósito da batalha do Aisne que “essa batalha interminável, cujo fim já principia a deslumbrar-se, está causando baixas sem conta aos beligerantes. É mister confessar que ao ímpeto dos alemães responde a impávida valentia dos aliados. Quando os primeiros saem das trincheiras, o combate às vezes chega a ser épico”, para na entrada de 15 de Outubro informar que se já se está a chegar ao fim a batalha do Aisne. Evoca a “colossal batalha que se vai dar na Polónia russa” e na entrada entre 22 a 24 de Outubro fala da batalha da Flandres, para na crónica seguinte dizer que “já não é uma batalha a que se está dando no norte de França e a noroeste da Bélgica, mas um pugilato contínuo.” A 1 de Novembro, saberão os famalicenses que “a cidade de Antuérpia, como era de reear, acaba de ser tomada pelos alemães.” Mas a 9 de Agosto, os famalicenses poderiam ler no editorial “Portugal e a Guerra”, qual a posição portuguesa perante o conflito, se era neutro ou não. Portugal neutral? Enquanto que em Setembro e Novembro já temos, respectivamente, a primeira e a segunda expedição africana, em Outubro uma divisão portuguesa “parte para o teatro da guerra”, segundo leram os famalicenses em 18 do mesmo mês. A notícia continua nos seguintes termos: “Soldados nossos vão combater ao lado dos ingleses, nação nossa aliada, cumprindo assim, honradamente, o nosso tratado de aliança...” Por seu turno, a primeira expedição militar para Angola e Moçambique, segundo notícia de 13 de Setembro, comandada por Alves Roçadas e Massano de Amorim, a segunda expedição, em notícia de 8 de Novembro, desta vez para o teatro de operações angolanas, será constituída essencialmente por marinheiros da Armada. Mas o acontecimento do final do ano, por terras de África, mais propriamente em Naulila, será relatado de uma forma praticamente indiferente, sem se referir à localidade. Veja-se a notícia de 29 de Novembro: “Não são conhecidos ainda os detalhes do conflito entre alemães e os nossos soldados na fronteira de

Angola. Sabe-se, porém, o bastante, para ficarmos percebendo que eles entraram em território português, desrespeitando a nossa soberania. Parece ter havido combate entre soldados dos dois países e que houve mortos dos dois lados. / São, portanto, inimigos nossos também, os alemães, pois que nos hostilizaram antes ainda de nos considerarmos beligerantes na guerra ao lado da Inglaterra nossa aliada.”

Em 23 de Agosto, o editorial com o título “A Guerra”, evidencia um optimismo falsificado frente à realidade da guerra, numa altura em que os alemães pretendiam uma guerra rápida, encontrando-se a resistência e a vitória dos aliados, característica, aliás do jornal nos próximos quatro anos, para a salvaguarda da pátria e no resgate de heróis, como exemplos de civilidade para o bem-comum e de incentivo à participação. Mas leia-se o editorial referido, sem indicação de autor: “Do teatro da guerra temos, em resumo, após sangrentos combates parciais dos exércitos aliados e alemães, o próximo e terrível choque de 3 milhões de soldados que há alguns dias estão em contacto, se é que essa inenarrável difusão de sangue não começou já. Não pode haver dúvida de que no campo da batalha morreram já muitas dezenas de milhares de soldados, mas a grande hecatombe, que em algumas horas trucidará – oh irrisória civilização dos povos – centenas de milhares de homens, está em véspera de chocar-se! / Parece não restar dúvida de que até agora as vantagens pertencem aos aliados, que continuam a invadir a Alsácia e a Lorena, ao passo que nenhum alemão pisou ainda o solo francês. / Na Áustria também os valorosos sérvios têm vencido os seus adversários, infringindo-lhes grandes derrotas, ao passo que correu com o inimigo para além das suas fronteiras. / Os russos também estão invadindo a Alemanha e a Áustria, tendo-se feito já os primeiros combates, com vantagens dos soldados do Czar. / Nos mares é a Inglaterra com a sua enorme frota, a que se junta a da França, que estão senhoras da navegação. / A frota alemã, acolheu-se prudentemente nos canais do norte ou protegida pelas fortalezas do seu litoral, não se aventurando por ora, ao grande combate que tem de chocar-se entre os dois colossos dos mares em que um deles ficará esmagado. / Presume-se que dentro de alguns dias, do teatro da guerra, hão-de vir-nos notícias retumbantes, pavorosas cenas de sangue.” Mas repare-se no optimismo das crónicas “A Guerra Europeia”, publicadas neste ano entre Agosto e Setembro, particularmente em alguns títulos: Tíremont bombardeada – combate-se nos arredores da cidade; os franceses novamente em Mulhouse – a tomada de Mulhouse foi um brilhante feito de armas; a cavalaria alemã ocupa Bruxelas; um sucesso na Alsácia e um insucesso na Lorena; os sérvios derrotam duas divisões austríacas; os russos apoderaram-se de duas linhas férreas de penetração; os russos defrontam os alemães em Stallupönen – confirma-se uma vitória dos russos; o movimento dos alemães pode custar-lhes caro; os alemães repelidos no norte e com a retirada cortada em Compiègne? Os famalicenses lerão em 27 de Setembro, num texto com o título “Notícias da Guerra” o seguinte: “O que não pode resultar dúvida é que o triunfo caberá no final da contenda aos aliados, da Liberdade contra o despotismo militarista que é necessário esmagar para o triunfo da Civilização.”



### **Pimentismo. Reorganização Monárquica. Eleições**

Na grata expressão de Amadeu Carvalho Homem, o inimigo público n.º 1 das ditaduras em Portugal, Bernardino Machado insurge-se, neste ano, e desta vez, contra a ditadura de Pimenta de Castro, publicando “Contra a Ditadura” e “O Exército e a Nação”. Tal como aconteceu a nível nacional, os monárquicos famalicenses reorganizaram-se numa lista então denominada Centro Monárquico de Famalicão, cuja comissão ficou assim constituída: Álvaro José de Abreu (Abade de S. Tiago de Antas), Henrique Ferreira Machado (advogado), Adolfo Sampaio Campos de Morais (advogado), Manuel Augusto de Sá Costa Reis (advogado), Manuel Ferreira Loureiro (proprietário) e Álvaro Carneiro Bezerra (comerciante). Não seria pelo “Estrela do Minho”, efectivamente, que a comunidade famalicense leria sobre estas movimentações monárquicas, mas sim pelo jornal “A Gazeta de Famalicão”. Será em Maio, agora sim, no “Estrela do Minho”, que os famalicenses lerão sobre a revolução que irá destronar Pimenta de Castro pelas seguintes palavras: “Parece não restar dúvida que desde anteontem se estão passando graves acontecimentos na capital. / Os jornais noticiam a sublevação dos navios de guerra surtos no Tejo, do Corpo de Marinheiros, parte da Guarda Fiscal e de alguns regimentos de guarnição. Também no Porto, desde Quarta-Feira, tem havido tiroteio entre militares e civis, estando a cidade entregue ao governo militar. / Consta igualmente que em Coimbra e Santarém se teriam praticados actos revolucionários, de protesto contra a ditadura exercida pelo governo. / Como o telégrafo e o telefone para o Porto se acham interrompidos, aguardam-se com ansiedade notícias oficiais sobre o ocorrido, que parece não restar dúvida ser de carácter republicano contra o governo de Pimenta de Castro.” Logo de seguida, o país organizou-se para as eleições legislativas, realizadas a 13 de Julho. Os candidatos do Partido Republicano a deputados pelo círculo de Braga foram os seguintes: Manuel Monteiro, Domingos Pereira e Joaquim José de Oliveira; por seu turno, nos candidatos a senadores constavam os nomes de Sousa Fernandes e Martins de Azevedo. Os famalicenses afluíram ao Salão Olímpia para uma reunião do Partido Republicano, com o objectivo de tratar da reorganização das suas comissões políticas municipal e paroquial do concelho. Sousa Fernandes fará então o discurso com o título “A Eleição de Domingo, os Candidatos do Partido Republicano e a sua orientação”. A Comissão Paroquial Republicana foi assim constituída: Alfredo Rodrigues da Costa, Amadeu da Silva Pereira, Alípio Augusto Guimarães, António Varela dos Santos e António Maria Pereira. Por seu turno, a Comissão Municipal do Partido Republicano teve as seguintes personalidades: Efectivos. Presidente Joaquim José de Sousa Fernandes; Vice-Presidente, Daniel Augusto dos Santos; Secretário, Francisco de Mesquita Correia Guimarães; Tesoureiro, Zeferino Bernardes Pereira; Vogais, António Ângelo Pinheiro da Gama, Delfim José Pinto de Carvalho e Domingos Lopes Alves da Silva; Suplentes – Albino José Marques, Augusto Pinto da Trindade, Horácio Correia de Azevedo, Jaime Valongo, Joaquim Alves Pinto, Joaquim Malvar e Manuel Pinto de Sousa.

## A Crise das Subsistências

Com a acentuação da crise das subsistências, organizou-se a Comissão Municipal de Subsistências, constituída por Carlos Bacelar (Administrador do Concelho), Zeferino Bernardes Pereira (Presidente da Câmara Municipal), Francisco Correia de Mesquita Guimarães, António Gonçalves Cerejeira e Manuel Pinto de Sousa. A temática da crise das subsistências, não passou despercebida durante a campanha eleitoral. De facto, a Associação dos Operários organizará um comício público e estiveram presentes neste comício Dinis Pinheiro (Vice-Presidente da Assembleia-Geral), presidindo à sessão Guilherme da Costa e Sá, este nomeando secretários João Pereira Mendes Martins (empregado comercial) e A. Gonçalves Branco (tipógrafo). Falaram sobre a carestia dos géneros alimentares Manuel Joaquim de Sousa e Maciel Barbosa, delegados da União Operária Nacional (do Porto), António da Costa Carvalho (da Póvoa de Varzim), José Alves da Silva e Júlio Cruz (de Braga). A Associação dos Operários apresentou a seguinte moção: “Considerando que as condições económicas da vida actual se vão agravando assustadoramente para as classes operárias; / Considerando que, ao mês tempo, que o trabalho escasseia, a miséria aumenta com a constante subida de preços de todos os géneros de primeira necessidade; / Considerando que sendo a causa principal desta anomalia a guerra europeia, se verifica que com a mesma guerra especulam indignamente os negociantes, que tendo a vida quase garantida, com sede e ambição de mais copiosos lucros, açambarcam os géneros para os vender por preços por demais exorbitantes; / Considerando que com um dos géneros de mais consumo neste concelho – o pão – tem havido quem tem querido tornar mais desgarrada a já misérrima situação dos operários, favorecendo os açambarcadores, procurando assim enriquecer à custa da fome do povo: / O povo do concelho de Famalicão, reunido em comício público e convite da Associação dos Operários de Construção Civil, resolve: 1. Aderir ao protesto e tornar suas as reclamações já feitas pela União Operária Nacional e demais organizações operárias do país no sentido de serem cumpridas as normas governamentais tendentes a minorar as populações pobres do país, tais como o cumprimento das leis e decretos referentes à subida de preços, proibindo a exportação dos géneros, proibição que deve estender-se à raia seca; o cumprimento do decreto sobre o preço das habitações, assim como as alterações à lei do inquilinato, no sentido de não serem permitidas as ordens de despejo aos operários em crise, etc.; 2.º Que seja mantido o preço do milho estabelecido pela actividade administrativa anterior e referendado pela actual, evitando a sua saída para fora do concelho.” Precisamente, será Manuel Pinto de Sousa, nas suas afamadas crónicas “Trabalhar”, tratará da problemática da crise das subsistências, a propósito da especulação dos preços, estando como causa e pretexto a guerra. A mesma Associação dos Operários da Construção Civil, em 13 de Outubro, faria uma reclamação ao governo, pelo facto de não estarem os operários representados na comissão de subsistências, tendo sido avançado em 25 de Julho, numa das crónicas de Manuel Pinto de Sousa, a constituição de uma cooperativa de consumo para Famalicão. Já no final do ano, os famalicenses ficam a saber que os operários de Riba d’Ave fizeram greve, que o governo decretou o fim das comissões municipais de subsistências, promovendo em decreto a liberdade

nos preços.

## **Incêndio na Casa de Camilo**

Há, indiscutivelmente, dois acontecimentos que marcam a comunidade famalicense em 1915: o incêndio na Casa de Camilo em 17 de Março e a eleição presidencial de Bernardino Machado, eleito Presidente da República em 6 de Agosto. Entretanto, os famalicenses tomarão conhecimento dos novos corpos-gerentes da Caixa de Crédito Agrícola, sendo constituídos com as seguintes personalidades: Assembleia-Geral, Presidente, José Elísio Gonçalves Cerejeira; Secretários, Joaquim Moreira Pinto, Elpídio Augusto Ferreira; Direcção, Presidente, António Joaquim de Sousa Veloso; Vice-Presidente, Manuel Alves Correia de Araújo; Tesoureiro, Duarte Maria Pinheiro de Menezes; Secretário, António José Barros de Faria; Vogal, José Correia; Substitutos, João António Lopes, António Gomes da Silva Brandão e Manuel António Joaquim dos Santos; Conselho Fiscal, Francisco Maria de Oliveira e Silva, Francisco Machado da Silva e João Cabral de Araújo Álvares. Lerão as crónicas de Emília de Sousa Costa, o folhetim de Nuno Simões, o texto de Teófilo Braga “Crenças e Tradições. De Maio”, visualizarão uma fotografia da Casa de Camilo, ainda mesmo antes do incêndio, dando destaque à Acácia do Jorge, enquanto o camilianista Jorge de Faria verá o seu texto “Avarentos de Camilo. “O Bento”, da Morgada de Romariz” publicado no jornal famalicense em três partes. Reivindica-se uma escola agrícola para o concelho, o professor António Nogueira crítica a Festa da Árvore, considerando que foi adulterada nos seus princípios educativos, e os famalicenses tomam conhecimento que na Papelaria Minerva se encontram disponíveis os livros de Sousa Costa, “Coração de Mulher”, e o de Antero de Figueiredo, “Doida de Amor”, este último a grande novidade literária do ano, do falecimento de José Robalo Ferreira, que escrevia no “Estrela do Minho” com o pseudónimo José Rouge, e do de Visconde de Gemunde e de que o Salão Olímpia vai ter obras de ampliação para ser adaptado às actividades teatrais. A seguir ao incêndio da Casa de Camilo, a 4 de Julho, a Associação dos Empregados de Comércio organiza a conferência de Paulo Alberto de Azevedo Osório, então Presidente da Federação dos Caixeiros Portugueses (Zona Norte), tomam os famalicenses conhecimento que Álvaro de Castelões toma posse como Director dos Caminhos-de-Ferro-do-Minho-e-Douro, de que o Colégio Almeida Garrett, do Porto, visita a vila e após o almoço no Hotel Central visitaram o Quartel dos Bombeiros Voluntários, a Associação dos Operários, as fábricas J. Carvalho & Irmão e de Domingos Cancela, assim como visitam os estudantes a Tipografia Minerva.

Até que no dia 17 de Março tomam conhecimento do incêndio na Casa de Camilo, ficando a comunidade constringida, mas com força para a sua reconstrução e fundação do referido Museu, ideia vinda já do ano transacto, do então designado “Museu Camilo”. Praticamente logo de seguida, republicanos e monárquicos e a sociedade civil, tal como aconteceu com a fundação da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco em 1913, constituíram uma Comissão Promotora de Homenagem Póstuma a Camilo Castelo Branco. Um grupo de admiradores e de amigos de Camilo Castelo Branco, entre os quais Visconde de Pindela (Presidente da Assembleia

Primária de Pessoas Gradadas), José de Azevedo e Menezes, Nuno Simões (primeiro secretário) e José Robalo (vogal), escrevem uma carta-convite dirigida à comunidade famalicense, assinada pelos três primeiros, a convocá-la para uma reunião que então se realizou a 11 de Abril, pelas 11h00 da manhã, no Salão Olímpia. Desta reunião, saiu a Comissão referida, assim constituída: Presidente, José de Azevedo e Menezes; Secretários, Daniel Augusto dos Santos, Manuel Pinto de Sousa; Tesoureiros, Francisco Correia de Mesquita Guimarães, Francisco Maria de Oliveira e Silva; Notário, Rodrigo Terroso e Escrevente Aires Rodrigues Alves. O “Estrela do Minho” constituiu na época, transcrevendo as notícias, de uma autêntica hemeroteca nacional e internacional à volta do incêndio e da tragédia que aconteceu na Casa de Camilo (Caso de jornais brasileiros, por exemplo, “O Portugal Moderno” e o “Jornal do Comércio”, ambos do Rio de Janeiro, ou entre nós, do “Portugal” (Lisboa), “Prosperidade” (Porto), “Portugal Previdente” (Porto), “O Futuro” (Lisboa), “Fraternidade” (Braga), etc.), e a 21 de Março informa os famalicenses do incêndio da seguinte forma: “Quarta-Feira tivemos a triste notícia de ter ficado destruída por um grande incêndio, a Casa de Camilo Castelo Branco, em S. Miguel de Seide. / Os Bombeiros Voluntários embora para lá seguissem logo que avisados pelo pároco de Seide Reverendo Manuel Francisco de Carvalho, que veio de bicicleta, quando lá chegaram já da casa do grande escritor do “Amor de Perdição” apenas restavam as paredes e a chaminé. / O retrato de Camilo e o sofá em que o «grande desventurado» morreu, foram salvos. Era o que dele da casa tinha ficado. / Como se sabe, os livros e outras recordações de Camilo não existiam já no prédio, mas na casa de Silva Pinto, adquirida pelo Visconde de S. Miguel de Seide, filho de Camilo, onde actualmente vivem os netos do grande escritor. / Também a histórica «Acácia do Jorge» e a lápide comemorativa da visita de António Feliciano de Castilho e Tomás Ribeiro a Seide estão intactas, no jardim onde o incomparável romancista mentalizou talvez as suas melhores produções literárias. / A destruição da Casa de Camilo representa uma grande perda, não resta dúvida, mas, para os admiradores do genial escritor, não desapareceu o motivo da sua romagem a S. Miguel de Seide, pois a casa pode facilmente reconstruir-se com a antiga topografia e lá ser colocado o Museu Camiliano, para o qual existem relíquias preciosas. / Não devem, por isso, desaparecer os admiradores do grande mestre da nossa literatura, pois agora, mais do que nunca, devemos todos trabalhar para que se reconstrua a vivenda de Camilo, que está ao lado da Acácia do Jorge por ele plantada, e do mirante do jardim, onde tudo parece recordar-nos ainda a figura do maior romancista português de todos os tempos. “A constituição do “Museu Camiliano” ou ainda “Museu Camilo”, como na época assim se designava, será focado na crónica editorial de 28 de Março, sem indicação de autor, com o título “A Casa de Camilo”. Tal como aconteceu com a Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, uma onda de solidariedade cívica e cultural, institucional e de algumas personalidades, começarão a realizar doações para a reconstrução da casa e da constituição do “Museu Camiliano”. Foi o caso de Alberto de Oliveira, então cônsul português no Rio de Janeiro, que remeteu uma letra no valor de 231\$34 a José de Azevedo e Menezes; por seu turno, a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim doou 50\$00, o senado municipal doou a verba de 100\$00, a Câmara Municipal de Arcos

de Valdevez doou a quantia de 25\$00, enquanto que a de Paredes de Coura a quantia de 10\$00.

## **A Eleição Presidencial**

A vida vai decorrendo entre os famalicenses, quando em 28 de Junho tomam contacto com a terceira série do jornal “O Sorriso”, com o subtítulo “quinzenario literario e humorístico”, tendo sido seu director Daniel Correia de Guimarães. Com uma periodicidade quinzenal, “O Sorriso” tinha a sua redacção e administração na Rua Adriano Pinto Basto e era impresso na Tipografia Aliança, de Joaquim José da Rocha, a rival da Minerva. Por seu turno, em Lisboa, Nuno Simões funda e dirige com João de Barros, na qualidade de Director-Gerente da revista, a “A Atlântida” e teve a colaboração, ao longo da sua existência, até 1920, de Bernardino Machado, do próprio Nuno Simões e de Júlio Brandão. De salientar os artigos sobre Camilo Castelo Branco de Jorge de Faria, Nunes de Azevedo e Visconde de Vila-Moura. É ainda neste ano que Nuno Simões publica “Gente Risonha”, Vicente Arnoso “Cantigas, Leva-os o Vento”, o jurista Eduardo Carvalho “Questões e Julgamentos” e Manuel da Silva Mendes, o nosso anarquista-taoísta, “A Pintura Chinesa”. Com a inauguração do balneário do Hospital de S. João de Deus, os famalicenses tomam conhecimento em 1 de Agosto da eleição presidencial, anunciando que Bernardino Machado e Duarte Leite spodem ser as personalidades eleitas. A 8 de Agosto, tendo lido já a 7 na “Gazeta de Famalicão”, os famalicenses leram que Bernardino Machado foi eleito Presidente da República e a 15 de Agosto saberão que visitará Famalicão. A crónica de Manuel Pinto de Sousa “Trabalhar” começa assim: “Está em Famalicão há alguns dias, o presidente eleito da República, o que nos apraz registar com desvanecimento. / Em Famalicão brincou a sua mocidade” e após considerações profissionais do Presidente eleito, termina dizendo: “Felicitando a nação pela acertada escolha dos seus representantes, Famalicão muito se ufana com orgulho, por ser o berço do sr. Dr. Bernardino Machado.” E na edição do dia 17 de Outubro, os famalicenses poderiam ler o discurso de Bernardino Machado, lido no Congresso da República, na tomada de posse da presidência:

Saudando deste lugar o meu eminente predecessor, dr. Teófilo Braga, que deu logo ao Governo Provisório da República o auspicioso prestígio do seu grande nome mundial, apresento ao soberano Congresso os protestos enternecidos do meu elevadíssimo reconhecimento pela suprema investidura que se dignou outorgar-me, tanto mais honrosa quanto mais grave é o solene momento que atravessamos. Sem embargo das resistentes dificuldades herdadas, muitas das quais dir-se-iam já irredutíveis, íamos afirmando eficazmente a acção salvadora do novo regime, fórmula fiel do nosso progressivo disciplinamento popular, quando sobreveio a formidável guerra actual – em que terçam armas nações amigas, uma delas mesmo nossa inseparável aliada – abrindo perante nós um período mais que difícil, inquietante para a obra de restauração social que iniciámos. Não haverá, contudo, provação que possa abater-nos; ou humilhar-nos, se, com firme hombridade, pusermos abnegadamente, como nos cumpre, o dever colectivo, que é também o interesse comum, da defesa interna da nação acima de todas as nossas

disputas e contensões divisórias. Comprovemos bem alto o nosso civismo, para que deste penoso lance de ansiedade e de sacrifícios saíamos moralmente robustecidos para melhor prosseguirmos, sem o mínimo desdoiro, a realização, tão contraminada pela reacionária decadência monárquica, do destino inconfundível que a história traçou ao povo heróico, que, colocado na vanguarda da Europa, teve o arrojo imortal de ir, à sua frente, implantar pelo mundo inteiro a definitiva hegemonia da sua civilização. O acolhimento, de feliz augúrio, dispensado, dentro e fora do país, à eleição presidencial, enchendo-me a mim da mais confortadora gratidão, representa certamente o aplauso geral ao propósito de pacificação política que se viu nela, e, portanto, uma expectativa confiante na inquebrantável solidariedade dos nossos corações patriotas. E essa confiança é um verdadeiro mandato imperativo. Orgulhosos de o merecermos, com o pensamento em todos os nossos concidadãos de àquem e de além-mar, sobretudo naqueles que mais necessitam do carinho e amparo governativo – o povo, a mulher e a criança – conclamemos, com fé ardente, inextinguível, o verbo sagrado que resume esperançosamente os mais nobres anelos da alma nacional.

Viva a República Portuguesa!

Com a actuação e a visita do Orfeão Povoense, em 15 de Abril, a comunidade famalicense vai unir-se na primeira festa cívica e cultural de benemerência para os soldados portugueses em África, na qual então participaram os alunos das escolas oficiais de Famalicão, com um Orfeão Infantil, sob a direcção de Adolfo Lima e com três comédias: “A Sementeira”, “A Primavera” e “A Desfolhada”. A 28 de Março os famalicenses leram a seguinte notícia: “Estão adiantados os trabalhos para a realização desta festa que deve causar entusiasmo, não só pelo fim altruísta a que se destina, mas também porque o programa é quase todo desempenhado por crianças. / Haverá números cantados pelos mesmos minúsculos actores e ainda outros números de sensação que oportunamente serão anunciados.” Com este programa a causar expectativa, os famalicenses saberão que a Banda dos Bombeiros Voluntários irá participar no acontecimento e que as receitas do sarau cultural e artístico que metade será entregue “ao Grupo Patriótico de Senhoras Lisbonenses” e a outra “à subscrição aberta em favor do Cigarro do Soldado”. O altruísmo dos famalicenses e como decorreu a mesma festa, sabem-no em 23 de Maio, numa notícia transcrita da “Ilustração Nacional”, do Porto, nos seguintes termos: “Foi uma festa brilhantíssima ultimamente realizada no Salão Olímpia de Vila Nova de Famalicão e cujo produto se destina aos nossos soldados em África. / A Comissão composta por distintíssimos cavalheiros daquela Vila cujos retratos damos, viu coroada do mais completo êxito os seus esforços. / O orador da festa foi o sr. Amadeu Mesquita, que falou com subido entusiasmo sobre o valor dos nossos soldados em heroísmo da raça portuguesa. / O orfeão infantil houve-se à maravilha, sob a direcção habilíssima do sr. Adolfo Lima. / Brilhantes foram também os trechos que a ilustre pianista e professora sr.<sup>a</sup> D. Ester Brandão executou com notável mestria e sentimento, uma vez mais confirmando os seus méritos, ainda há pouco tão aplaudidos num concerto notável, realizado

4. Orfeão Infantil das Escolas Primárias de Fimalcção dirigido por Adolfo Lima, o qual actuou no Salão Olímpia, no âmbito da festa “O Cigarro do Soldado”.



naquela Vila. Uma linda festa, enfim, a cuja intenção a “Ilustração Nacional” presta a sua homenagem.” Regista-se que a referida comissão de cavalheiros era constituída por Francisco Maria de Oliveira e Silva, José Robalo Ferreira, Adolfo Lima, Alípio Augusto Guimarães e Amadeu Mesquita.

## A Guerra

Com tais acontecimentos, projectando o nome de V. N. de Famalicão a nível nacional e mesmo a nível internacional, os famalicenses também iam lendo as notícias sobre a guerra, através de A. Vinardell Roig, alguns textos de opinião e, em particular, dos acontecimentos africanos. Mas vejamos, em primeiro lugar, três textos de opinião, já teóricos, um assinado pelo jurista famalicense Eduardo Carvalho, com o título “Através das Batalhas” (publicado em 7 de Novembro), e um outro, de Ana de Castro Osório, e que se chama “A Mulher e a Guerra” (este em 12 de Dezembro) e o de Abílio Garcia de Carvalho “Os Flagelos da Humanidade. A Guerra”. Mobilizado que será em 1917 como oficial-médico para um hospital do exército inglês, em Abril, para França, mas regressando em Junho “por não ser considerado com a necessária robustez para o fatigante serviço da guerra”, considerando Garcia de Carvalho na crónica de 1915 que “o homem, na luta que constantemente trava, dispende a sua energia na cultivação de duas grandes artes: a arte de viver e a arte de morrer...; faz parte integrante do meio cósmico em que vive e teve uma função material e ideal a executar neste mundo; essa função ligada ao seu modo de ser fisiológico, é contrariada por um inimigo constante que é o agente de obstrução; mas a natureza providente contraria esse agente com a reacção biológica espontânea, que anda inerente ao homem fazendo parte da sua individualidade vital.” A meio do texto, considerando que essa luta é natural, conclui que “o homem não se contenta com isso, o eterno ambicioso, procura por todos os meios vencer na vida; e, sem dúvida, o meio mais horroroso e funesto de que lança mão é a guerra.” Contudo, nada há que a justifique porque “a razão pretende sobrepujar todos os sentimentos, procurando orientar todos os males pela vereda do direito e da justiça.” Direito, justiça e liberdade serão doces ilusões nos próximos anos e, ao mesmo tempo, as grandes esperanças dos aliados, como protótipos valorativos da civilização e da cultura ocidental.” Por seu turno, Eduardo Carvalho manifesta, logo no início, que “a luta sem quartel não é de país contra país”, mas “é entre grupos étnicos dos povos”, para concluir que “a força não prevalecerá sobre o Direito”, porque o “Direito, manifestação da Justiça não deixará anular o o magnânimo intuito dos aliados: que a autocracia não aniquila a Liberdade, base da constituição das sociedades civis, de que depende o equilíbrio da vida política dos estados segundo as suas idoneidades e destinos.” Em contrapartida, Ana de Castro Osório fará a seguinte análise da mulher portuguesa perante a guerra, criticando a visão masculina, os sentimentais e os políticos:

Muito se tem escrito, desde que começou a guerra, nas mulheres portuguesas, e muito se tem falado e escrito já “às mulheres portuguesas”. / Uns apelam para o seu patriotismo, para o seu coração, para o seu entusiasmo e chamam-nas ao cumprimento dos deveres cívicos. Apontam-



lhês o exemplo das mulheres dos outros países; falam-lhes vagamente de factos e nomes que nem significação podem ter, perante a indiferença com que se tem olhado para o estudo da psicologia histórica do nosso povo. / Outros, julgando erradamente a nossa raça sentimental e lírica, porque a guitarra é o instrumento predilecto do povo e o fado chora com facilidade na quadra amorosa, dirigem-se às mulheres em estilo piegas e burilados, para se darem a ilusão dourada do espírito galante das cortes da Renascença e cuidando tornarem-se simpáticos, apenas se tornam ridículos. Porque a nossa desgraça é tal, que os homens do nosso país, aqueles que pela sua mentalidade e pela sua posição mais podiam contribuir para auxiliar a cultura rápida duma sociedade que tentaram asfixiar, deprimindo e envenenando a grande fonte da vida, a mãe, a educadora são exactamente aqueles que menos compreendem e menos conhecem algumas máscaras cuidadosamente maquilhadas exterior e interiormente, mas não conhecem a grande alma simples, enérgica e serena da mulher portuguesa. / Mas pior, mil vezes pior do que os sentimentais há outros, que para os seus fins políticos, para servir interesses inconfessáveis, jesuiticamente se querem servir de nós para desonrar a pátria perante a Europa, que mal conhece a nossa história e o nosso carácter. / Nós mulheres, nós as mães, as esposas, as filhas e as irmãs, temos o dever, temos o direito de falar neste momento aos homens da nossa raça e dizer-lhes: que nunca eles serão covardes desculpando-se com as nossas lágrimas. / Havemos de chorá-las, que o dúvida?! Mas as lágrimas serão as mesmas que choram as nossas avós quando os filhos, os maridos, os esposos e os irmãos foram para Aljubarrota, embarcaram para África, seguiram a rota do caminho marítimo da Índia, aprenderam onde ficava a América e em toda a parte honraram o nosso nome. / Nenhuma de nós, estou certa, nem homem nem mulher aplaude e estima a guerra; ninguém é tão destituído de senso moral que se ponha a rir e a bater as palmas porque a humanidade se lança no horror duma carnificina em que fatalmente todos hão-de sofrer e de que tarde, muito tarde a Europa se há-de refazer.

A Europa nunca se refez! Os famalicenses não só seriam informados que agora o campo de batalha seria uma “guerra de sapa dentro das trincheiras”, isto logo no início do ano, mais propriamente em Fevereiro, como igualmente passavam a saber que os alemães usavam agora os gases asfixiantes, violando a Convenção de Haia. Leia-se a respectiva notícia, publicada em 13 de Junho:

Damos com muito prazer publicidade à sumula do discurso do ministro da guerra inglês, com respeito ao cobardíssimo emprego dos gases asfixiantes na guerra, contra todos os direitos de humanidade e de honra. / Nós, como a briosa nação amiga e aliada, a poderosa Inglaterra, de sobra conhecemos os processos alemães, nossos vizinhos em Angola. / Não podendo vencer o adversário nobremente, com as armas na mão, assassina-mo com os gases asfixiantes, tal qual faz o ladrão que anavalha o viandante desprevenido para o roubar. / Gases Asfixiantes. A Convenção de Haia Violada pelos Alemães / «O uso pelos Alemães de gases venenosos como um meio guerreiro foi recentemente alegado pelo Ministro de Guerra Britânico, Lord Kitchener,

como sendo o contrário do pacto solene assinado pelos representantes Alemães na Convenção de Haia. / Falando na Câmara dos Pares em 29 de Abril Lod Kitchener disse: «Os Alemães têm introduzido um método de porem os seus adversários fora do combate pelo uso dos gazes asfixiantes e mortíferos, empregando estes meios venenosos para persistirem quando o seu ataque, segundo as regras legítimas da guerra, poderia aliás ter falhado. Sobre este ponto desejo lembrar a V. que a Alemanha foi uma das assinantes no artigo da Convenção de Haia: «Os poderes contraentes concordam em abster-se do uso de projecteis, tendo por objecto a difusão de gazes asfixiantes ou mortíferos.» / O parágrafo acima foi assinado pelos representantes da Grã-Bretanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Mexicanos, França, Grécia, Montenegro, Países Baixos, Pérsia, Portugal, Roménia, Rússia, Sião, Suécia e Noruega, Turquia, Bulgária, aos 29 de Junho de 1899; Alemanha, Austro-Hungria, Itália, aos 4 de Setembro de 1900; Japão, 6 de Outubro de 1900; Suíça, 29 de Dezembro de 1900; Luxemburgo, 12 de Julho de 1901; China, 21 de Novembro de 1904.»

Surge, ao mesmo tempo, uma maior consciência de que a guerra é para durar, não sem o optimismo de sempre. É o caso desta crónica com o título “A Guerra Europeia”, sem indicação de autor: “Demorado há-de ser esse duelo colossal, em que mais de oito milhões de homens se chocam cheios de ódio, trucidando-se como feras. / É imenso o poder alemão militar, é justo confessá-lo, visto ser uma grande nação que há 40 anos só trata de armar-se para concretizar o predomínio europeu. / Por isso tem levado tempo a combatê-la, jamais que a França não contava com o conflito tão rapidamente. / Todavia, desde a Batalha do Marne, o colosso alemão tem retirado sempre, e sofrido, embora com lentidão, sucessivas derrotas. E tudo leva a crer que elas serão cada vez mais vivas e decisivas, pela pertinácia e heroísmo dos aliados, já talvez guais em número aos seus inimigos.”

Mais notícias e comentários saberão igualmente os famalicenses pelo cronista da guerra oficial do “Estrela do Minho”, o nosso já conhecido A. Vinardell Roig. Nas crónicas de Fevereiro, saberão que os sérvios tomaram aos alemães a sua capital, Belgrado, o revés sofrido pelas tropas francesas pela ofensiva alemã em Crouy, Ypres (na Bélgica) e na Alta-Alsácia, que comenta criticamente as opiniões de Miguel de Unamuno num artigo publicado no jornal francês “Le Temps”. Da guerra nestes primeiros tempos, comenta Roig: “Quando se impõe a verdade, é hipocrisia ou tolice ocultá-la. Nunca duvidei da vitória final dos aliados contra a Alemanha; mas a guerra tem os seus vaivéns, seus altos e baixos, suas revezes e até as suas impreviões.” Nas crónicas de Março, focará Roig a cerimónia presidida por M. Deschanel no anfiteatro da Sorbonne, em 12 de Fevereiro, em “honra da civilização latina.” Falará do “Livro Amarelo”, que contem documentos diplomáticos, assim como dos bloqueios às costas da Inglaterra pela Alemanha e das movimentações militares em Champagne e de Argonne. Ainda em Março, comentará Roig as orações ordenadas pelo Papa para a paz e criticará fortemente o congresso dos socialistas europeus em Londres, parecendo-lhe uma anomalia, sobretudo uma grande tolice” pelas declarações proferidas. Leia-se: “Nas suas declarações, com efeito, os socialistas reunidos em Londres afirmaram que o governo alemão não tem maior culpa que os outros no

desenvolvimento da guerra; que se devem respeitar as fronteiras e a força económica alemãs; que a Alsácia e a Lorena não devem voltar para a França se a maioria dos seus habitantes não for francesa; finalmente, que a política interna nunca é intolerável.” Ainda em Março, Roig manifestar-se-á contra a censura, informará os famalicenses que ao lado das “batalhas encarniçadas que têm lugar sem interrupção nos campos do oriente e do ocidente pelos imensos exércitos em campanha”, existe uma outra guerra paralela, a diplomática. E Maio, é tempo de algumas dúvidas do termo da guerra, “esse duelo de morte gigantesco”, para os famalicenses lerem os seus comentários a propósito da agressão do Japão sobre a China. Na crónica de 30 de Maio, para além de se referir às campanhas da região do Yser e no norte de Arras, Roig condena o ataque alemão ao barco “Lusitania” nos seguintes termos, evocando a atitude dos Estados Unidos:

... na série das minhas notas sobre a guerra haveria um vácuo senão consignasse o facto, ainda que só seja para detestá-lo com toda a força da minha indignação. Bombardear uma povoação indefesa, convertendo em ruínas os seus mais lindos monumentos, saquear uma vila onde resistiu o inimigo; fuzilar cidadãos pacíficos, mulheres inermes e ternas crianças sob o pretexto de que se revoltaram contra a invasão: tudo isso é infame e constitui por si só um modelo de ignomínia para os alemães na actual guerra [...] / O odioso e repugnante crime cometido contra o Lusitania, causando a morte, a sangue frio e com toda a premeditação, de centenas de vítimas inocentes, pelo único facto de viajarem num navio inglês que, por não vir armado, nem levar contrabando de guerra, podia e devia julgar-se garantido pelo direito das gentes e por todas as leis internacionais, é o atentado mais covarde dos muitos já consignados nos anais desta guerra feroz. A consciência universal já se havia levantado em diferentes ocasiões contra esta sistematização do crime que tem sido a característica da Alemanha desde o princípio da campanha [...] / Nesta ocasião, a enérgica e raciocinada protestação dos Estados Unidos reflectiu o pensamento de todas as nações civilizadas.

Em Junho, é tempo dos famalicenses saberem que a Itália, finalmente, “decidiu-se a desembainhar a espada contra os seus co-aliados de ontem, a Áustria e a Alemanha”; em Julho, Roig comenta a industrialização da guerra, os desastres do “valente exército russo” e fala nos combates na linha de Arras e na Alsácia, assim como comenta o facto de os aliados começarem a falar dos erros cometidos desde o princípio da guerra. Setembro é tempo dos famalicenses saberem que “a ocupação de Varsóvia pelos alemães tem grande e positiva importância” estratégica, em Outubro da ofensiva dos aliados do ocidente contra os alemães, da campanha da Rússia e da mobilização do exército búlgaro. Em Novembro é tempo das novidades da campanha dos Balcãs, das relações diplomáticas com a Grécia, para, em Dezembro, concluir, não sem optimismo, o futuro:

É mister reconhecer com lealdade e imparcial independência duas coisas, a saber: 1.<sup>a</sup> que os

alemães, maravilhosamente preparados e organizados, tudo previram na presente guerra e que combatem com denodo, apesar das dificuldades que têm que vencer para fazer frente aos seus inimigos na imensa distância dos diferentes campos de acção; 2.<sup>a</sup> que os franceses (deixo de parte os ingleses, italianos e russos, acerca de cujos esforços haveria muito que dizer a querermos dizer a verdade toda) estão fazendo todo o possível – e até o impossível – para emendar erros passados e recuperarem o tempo perdido, lutando com patriótica bravura cada vez que as circunstâncias o permitem e preparando com energia e sangue-frio o impulso que, em data mais ou menos próxima, há-de levá-los necessariamente – dizem eles – à vitória definitiva.

### África

Desde o desastre de Naulila, que passou praticamente ignorado no ano anterior, passando pela terceira expedição africana, desta vez para Angola, lê-se que “seguiu mais um vapor com oficiais, sargentos, soldados e material de guerra para Angola, a juntar-se às expedições que lá temos.” Esta expedição será comandada pelo General Pereira de Eça, indo também nela o famalicense António Rodrigues da Cunha Azevedo, de Lemenhe, que terá ido possivelmente com o posto de Alferes; e em Março, Naulila nunca referida, já aparece transfigurada na mítica Naulila! A 21 de Março, o articulista comenta da seguinte forma a transcrição do artigo do jornal lisboeta “A Capital”: “As listas oficiais das nossas perdas em Naulila não falam apenas de mortos e de feridos. Temos os prisioneiros, os desaparecidos, acerca de cujo paradeiro ainda até agora se não disse uma palavra sequer.”

Até que, em 18 de Julho, os famalicenses irão ler a seguinte notícia: “Com a conquista da África Alemã pelas tropas inglesas, foram libertados os 64 oficiais e soldados portugueses no recontra de Naulila, onde se portaram como verdadeiros heróis. / Dentro de um mês talvez, teremos de regresso à pátria esses valentes irmãos nossos, à frente dos quais o valentíssimo Tenente Aragão, cujo rasgo de heroicidade salvou a vida a centenas de soldados portugueses, que seriam esmagados pela superioridade do número e do armamento dos alemães no combate de Naulila, se não fosse o seu rasgo de audácia heroína...” Em 1 de Agosto, o “Estrela do Minho” publica o seguinte telegrama vindo da Cidade do Cabo: “A colónia portuguesa festejou os prisioneiros de Naulila. Em resposta às felicitações, o tenente Aragão disse que os alemães eram em número cinco vezes superior e que ele apesar disso aproximou-se e abriu fogo. A multidão aplaudiu calorosamente o general Botha e os prisioneiros libertos, os quais partiram à noite para Lisboa a bordo do vapor «África». Houve cortejo até ao vapor, seguindo à frente a música do «África».” Ao silêncio, agora a glorificação: “O desastre que nos sucedeu no sul de Angola, não é demais repeti-lo, não foi desonroso para o exército português, bem ao contrário, pois defrontamo-nos com inimigos cinco vezes superiores, melhor armado do que os nossos, ao qual matamos mais de 400 homens, sendo as nossas perdas inferiores a 100, mostrou-se uma vez mais o heroísmo nunca desmentido do soldado português.”!

Elevando o sentido telúrico da noção de Pátria e de heroicidade, os combatentes de Naulila

serão recebidos como heróis, segundo a notícia de 29 de Agosto, com o título “Bravos de Naulila”: “O povo de Lisboa fez uma recepção cheia de entusiástico patriotismo ao bravíssimo capitão Aragão e aos seus sessenta companheiros no heróico combate de Naulila e prisioneiros dos alemães, que só agora regressaram à pátria, depois de serem considerados mortos no campo de batalha. / O capitão Aragão é não modesto como valente, o que o torna ainda mais simpático, e, por isso, não aceita a promoção que o parlamento lhe concedeu, porque a não merece, diz ele, quem apenas cumpriu o seu dever, como o fizeram os seus companheiros de armas.”

Nesta propaganda, nem tudo são desgraças. Os famalicenses deveriam ter ficado todos contentes quando leram a notícia de 13 de Junho, com o título “Alemães em Africa”: “Operações terrestres e marítimas no lago Nyassa: «No dia 30 de Maio, uma força da marinha apoiada por um contingente das tropas de desembarque, atacou Sphinxhaven, no território alemão. / Depara fora da cidade com perdas, pois do bombardeamento pela marinha, e de uma carga pelas nossas tropas, o inimigo foi reclusado para fora da cidade com perdas, tendo nós tomado espingardas, munições e fornecimentos militares. / O paquete alemão armado em guerra «Hermann von Wissmann» foi bombardeado e completamente destruído. / O contingente de desembarque reembarcou sem novidade. Tivemos apenas ligeiras perdas.» Comentário do articulista: “Como se vê, também na África os alemães estão sendo batidos com eficácia pelos ingleses e franceses. É lá, a nosso ver que Portugal pode auxiliar os aliados, ajudando-os a varrer para sempre do negro continente a Alemanha.” Finalmente, os famalicenses também serão que “o valente militar Roçadas, comandante das tropas que se bateram com os alemães em Naulila” tinha acabado de chegar a Lisboa. Uns chegam, outros partem. É o caso dos famalicenses saberem em Outubro que já partiram para Moçambique cerca de 1600 soldados e que em pouco tempo irá partir mais uma expedição para Angola; que o general Pereira de Eça se encontra em Lisboa, “este valente militar que como comandante das forças em Angola” e que “pacificou as regiões insubmissas” e a comunidade famalicense em Novembro sabe que novas tropas já marcharam para África, desta vez para Angola.

## **Cultura**

Ao mesmo tempo, nas actividades culturais, no teatro e nas variedades, no cinema e nas festas populares, a comunidade famalicense teve algumas ofertas de distração. A 16 de Fevereiro foram imponentes os festejos do Carnaval, os quais foram abrihantados com um desfile alegórico, composto por oito quadros e acompanhados por uma Banda de Clarins e de música. O último carro alegórico intitulou-se “A Grande Guerra Infame”. Veja-se o argumento:

Lucifer-Kaiser, imperador do inferno, resolve declarar guerra ao mundo, cõnscio como está do seu enorme poderio, da facilidade com que dispõe da vida dos seus infernais súbditos e dos grandes depósitos de matérias inflamáveis com que há anos abasteceu os grandes depósitos do inferno. A primeira parte do mundo a sofrer as maluqueiras do infernal imperador é a Europa,

para onde já estão assestadas as formidáveis bocas de fogo que sinistramente ameaçam destruir tudo. A humanidade resolve defender-se, para o que manda abrir todas as torneiras, tanques, diques, rios e mares e oferece uma resistência tenaz com a qual não contava o maduro dirigente do inferno. / A luta dos dois poderosíssimos elementos é gigantesca e a água jorra com tamanha intensidade, sobe com tal impetuosidade que ameaça inundar o inferno. Os habitantes infernais vendo-se perdidos resolvem conspirar contra o seu imperador e propondo a paz indemnizam a Europa dos prejuízos e atiram com Lucifer-Kaiser para as Caldeiras do Pedro Botelho. / Este carro é uma maravilha, um prodígio de engenharia mecânica, para ele chamamos a atenção do público. / O préstito fecha com os representantes do Carnaval Carioca que aqui vêm saudar o nosso entrudo, mas bem entendido é o Carnaval-cordão, porque o outro, o maravilhoso, tem que fazer e não dispõe de representantes. / Apresentar-se-á com as suas vestes selvagens como sempre, dançando e cantando as modinhas do costume: “Oh abre ala que eu quero passa (bis) / Povo da lira não pode nega (bis) / Há duas coisas que me faz chorá (bis) / É só na tripa e bataião navá!” / Saudemo-lo pois.

Os famalicenses, entretanto, assistiram ao filme “Escola de Heróis”, um “belo episódio das guerras napoleónicas”, apresentando também o Olímpia “uma fita de grande aparato sobre motivos da actual grande guerra europeia e outros, tendo enchentes” as sessões que se realizaram à noite. Mas o filme que fará sucesso será o que vai ser passado no dia 12 de Dezembro, não sendo as notícias conclusivas quanto ao título, a saber, “Amor de Pátria” e “Pela Pátria”. O “Estrela do Minho” divulgará no mesmo dia o argumento do respectivo filme:

A guerra é declarada, repentinamente. As duas potências vizinhas, que até então mantinham as mais amigáveis relações, são agora inimigas. / Quando a guerra rebenta, Sidónia, a filha do generalíssimo Lievitz, está para casar com o tenente Alexis, adido à embaixada do estado vizinho. / O generalíssimo faz sentir ao tenente que, visto serem inimigos, deveria cessar todas as relações com a sua filha. Alexis volta para o seu país, mas, antes da partida, os dois jovens juram uma fidelidade eterna, e Sidónia dá ao noivo um pombo correio a fim de que ele lhe possa enviar notícias, caso lhe suceda alguma fatalidade. / Alguns dias mais tarde, o generalíssimo e seu filho, o tenente Ladislás, um jovem e bravo oficial que arde em desejos de se distinguir, estão já a caminho para a frente das tropas. Ladislás vê os seus desejos realizarem-se mais cedo do que esperava. / A bênção da bandeira da bateria n.º 5 deve ter lugar em presença do generalíssimo. A bateria n.º 5 é comandada pelo tenente Mirza, que está vendido ao inimigo, e que, no momento da bênção da bandeira, deve fazer rebentar um canhão. / A explosão do canhão deve ser para o inimigo o sinal do assalto. / Por acaso, o tenente Alexis descobre o plano. Um terrível combate se trava entre o sentimento do seu dever e o amor por Sidónia. Alexis está indignado pela maquinação infame de Mirza, resolvendo-se a impedir o atentado do miserável contra o pai de Sidónia. Em poucas horas o pombo leva à noiva a notícia do perigo que corre seu pai. Sidónia salta para um automóvel e precipita-se para o campo, onde encontra seu irmão a quem conta o

que se passa. Ladislás monta a cavalo e chega exactamente no momento em que a explosão ia rebentar, deitando-se o general e os que o acompanhavam no chão para evitar os estilhaços e organizando-se rapidamente a defesa, que se transformou em ataque, conquistando uma após outras todas as trincheiras do inimigo. A última é defendida pelo tenente Alexis e pela secção, rendendo-se por fim a um violento assalto à baioneta, dirigido pelo tenente Ladislás de Lievitz. Dentro em pouco os dois antigos amigos e futuros cunhados encontram-se frente a frente, mas só durante um momento, porque Ladislás lança-se para a frente e Alexis cai, apertando a bandeira contra o peito. / Ladislás conta a sua irmã, que se fez enfermeira, o seu encontro com Alexis, e depois do combate ambos procuram no campo da batalha o tenente ferido, que encontram, recuperando a saúde com os cuidados assíduos de Sidónia. / Entretanto, o general inimigo teve que retirar-se para uma fortaleza com os restos do seu exército, formando assim o último apoio para a defesa. É necessário tomar aquele forte. Ladislás, que foi indicado para aquele feito de armas, tem um plano, pedindo para o seguir sob sua responsabilidade. Obtém permissão para isso e, pela sua coragem e pela sua habilidade, consegue penetrar no forte. Com verdadeiro desprezo pela morte, incendeia os depósitos de pólvora, que explode sepultando-o sob os escombros. Mas, o seu fim tinha sido atingido. / Os seus compatriotas tomam o forte, cujo comandante tem que se render com todas as suas tropas. Por um milagre, Ladislás tinha escapado à morte, e no dia em que a paz se assinou, o generalíssimo Lievitz pode encontrar-se com os seus dois filhos junto de si, e com Alexis, que aceita como seu genro.

No teatro, os famalicenses puderam apreciar em Março a Companhia Dramático Portuense Teatro Hig-Lif e em Outubro a Troupe Opereta Silva Carvalho (transformista) e Alice Fonseca (soprano ligeira). Na música, assistiram aos concertos de Branca Moreira e de Estela Brandão (em Janeiro), de Maria Teresa de Sousa Pires (em Agosto) e ao concerto do aluno da pianista de Ester Brandão (em Outubro), assim como assistiram, em Julho, no Café do Júlio a um espectáculo de variedades com dois artistas espanhóis. Paralelamente, o ano de 1915 foi um ano com três festas populares: em Junho (13, 14) no Campo Mouzinho de Albuquerque e na Estação, o regresso das Festas a Santo António, com foguetes e iluminações, cascatas grande e minúsculas. Em Julho, na Rua da Estação, realizaram-se as Festas a S. João, com iluminações, música, fogo, bancas e bazar de prendas e, em Antas e na Estrada de Guimarães, as Festas a São Pedro, organizadas por Nelson Pinto de Azevedo, com cascatas, iluminações e música, participando a Banda dos Bombeiros Voluntários de Braga e a Banda dos Bombeiros Voluntários de Famalicão.

### **Exercícios Militares**

Finalmente, pelo que consta, os famalicenses deverão ter confraternizado em Outubro com os militares de Braga e de Guimarães, que então fizeram os exercícios militares no concelho de V. N. de Famalicão, particularmente em S. Tiago da Cruz e em Gavião, recebendo a visita do Ministro da Guerra, Norton de Matos. “Conforme foi por nós anunciado, realizaram-se na Quinta-Feira, em S. Tiago da Cruz, as manobras das escolas de repetição, nas quais tomaram

parte forças das três armas. / A entrada em Famalicão fez-se Quarta-Feira, depois das cinco horas, acampando no Campo Mouzinho de Albuquerque os soldados de artilharia e infantaria que deviam pernoitar aqui, distribuídos por diferentes casas, após a distribuição do rancho que foi ao ar livre. / Em Gavião tinham já estacionado cerca de 400 soldados que lá dormiram e tinham de aguardar ali ao dia seguinte as tropas idas daqui, a quem foi distribuída a missão do inimigo, que devia atacar aquelas, em S. Tiago da Cruz. / A entrada dos soldados na Vila, cheios de poeira e depois de terem andado muitas léguas, foi todavia imponente e deveras nota consoladora da resistência dos nossos homens, que deram entrada em Famalicão alegres e bem dispostos, confraternizando dentro de pouco tempo com o povo, entre o qual muitas famílias os aguardavam cheios de satisfação... Ao planalto de S. Tiago da Cruz ocorreu imenso povo, para presenciar as manobras, e até de Braga e outras terras estavam muitas famílias vindas em automóveis, fazendo bom negócio às casas de pasto que ali foram. / À tarde chegou ao Campo, de automóvel, o sr. Ministro da Guerra, com o seu ajudante, formando as tropas em continência... Discursaram alguns oficiais havendo muitos vivas à Pátria, à República e ao exército português. / O ministro regressou ao Porto às 6 e meia horas, depois de ter jantado no Hotel Vilanovense. As tropas pernoitaram em S. Tiago da Cruz, seguindo na Sexta de manhã para os seus quartéis.”

## 1916

### **Junta Patriótica do Norte**

Formada logo a seguir no Porto à declaração de guerra, tendo como fim a propaganda patriótica, a qual teve como objectivo a mobilização, a Junta Patriótica do Norte realizou em V. N. de Famalicão no dia 26 de Março, segundo o título do “Estrela do Minho”, uma “Conferencia Patriótica”, às 15h00, no Salão Olímpia, com a presença de José Maria de Oliveira, Mário de Vasconcelos e Sá, Ribeiro Braga e o académico Alexandre Córdova. Ao mesmo tempo, e no mesmo dia, a Junta Patriótica do Norte fazia várias conferências em algumas vilas e cidades do norte do país, nomeadamente Ovar, Penafiel, Amarante, Ermesinde, Valadares, Paços de Ferreira, Santo Tirso, entre outras, tendo realizado já algumas no Porto. Os famalicenses liam que “como sempre a nobre cidade do Porto, logo em seguida à declaração de guerra da Alemanha a Portugal e por iniciativa dos seus homens mais eminentes, resolveu promover conferências patrióticas em todo o norte do país.” Mais à frente: “Dá-nos a Junta Patriótica do Norte um belo acto de civismo, de amor pátrio, que deve ser secundado com núcleos em todas as vilas e cidades, pois trata-se da defesa e da honra da Pátria comum ameaçadas.” Faz-se um apelo à participação dos famalicenses, os quais conhecem a comissão nomeada para receber a delegação da Junta Patriótica do Norte, constituída por Carlos Filipe Pereira Bacelar, administrador do concelho; Zeferino Bernardes Pereira, presidente da câmara; José de Azevedo e Menezes, Daniel Augusto dos Santos, Álvaro Mendes Côrte-Real e Ernesto Lopes Guimarães. Um dos propósitos do editorial a que tenho feito referência, a constituição, do dia 26 de Março,



de uma sucursal da Junta Patriótica do Norte em V. N. de Famalicão, teve a sua efectivação no mesmo dia. De facto, a Comissão Municipal de V. N. de Famalicão da Junta Patriótica do Norte ficaria assim constituída: Duarte Vasco de Magalhães Aguiar, Delfim de Carvalho, Ernesto Lopes, Jaime Valongo, Álvaro Côrte-Real e Alfredo Costa. O que se passou nesse dia, sabemos pelo editorial de 2 de Abril, estando o Salão Olímpia “com uma enorme concorrência de pessoas de todas as classes sociais”, começando a sessão pelas 15h00 da tarde, conforme o programado. Abriu a sessão Carlos Bacelar, propondo para a presidência da mesa José de Azevedo e Menezes, que proferiu as seguintes palavras: “muito reconhecido, a agradecer a prova de consideração que a assembleia lhe deu, escolhendo-o para aquele lugar. Saúda os oradores que se inscreveram, louva a missão altamente patriótica que se impuseram e termina da seguinte maneira: «desde a beligerância entre Portugal e a Alemanha é um facto, todos os partidos políticos se devem unir, abatendo bandeiras partidárias e erguendo bem alto a bandeira da pátria, que deve pairar acima de todas as outras.» Dos discursos seguintes, os famalicenses leram os seguintes resumos: “O sr. dr. José Maria de Oliveira, falando em seguida, mostra a urgente necessidade da nossa preparação militar. Refere-se ao auxílio que Portugal tem prestado à nossa aliada, a Inglaterra, cedendo-lhe armas e munições. Diz que o bondoso povo do Minho há-de saber mostrar que ama a sua Pátria, e diz finalmente que, para completa união sagrada, se devem respeitar as suas crenças religiosas. / O sr. dr. Mário de Vasconcelos e Sá alude à crise das subsistências e afirma que a Junta Patriótica do Norte trabalha para que dentro em breve haja milho necessário para consumo do povo. / Entra depois no assunto da beligerância luso-germânica, que tratou brilhantemente. / O sr. Alexandre de Córdova fala em nome da Academia do Porto, recebendo no final do seu discurso fartos aplausos. / Por último, falou o sr. dr. Domingos Ribeiro Braga, professor do Liceu Alexandre Herculano, do Porto. / Foi um belo discurso de que não podemos dar uma pálida ideia. O orador, muitas vezes interrompido com ruidosas salvas de palmas, falou com grande erudição e entusiasmo.” O “Estrela do Minho” publicaria quatro manifestos da Junta Patriótica do Norte, intitulado “Ao Povo Portuguez”, respectivamente em 21 de Maio, em 4 de Junho, em 24 de Junho e, finalmente, em 2 de Julho.

### **Cruzada das Mulheres Portuguesas**

Apesar de não ser constituído um núcleo, ou uma sub-comissão, como assim pretendia a Secretaria-Geral da Grande Comissão, em V. N. de Famalicão, os famalicenses liam em 26 de Março a seguinte notícia, um tanto ou quanto atabalhoada a nível informativo, a propósito da constituição da Cruzada das Mulheres Portuguesas, fundada em 27 de Março de 1916, com o título “Patriotismo Feminino”: “Senhoras da alta-roda, muitas de distintas famílias monárquicas, e a esposa do sr. Presidente da República, constituíram-se em comissões para angariar fundos para a Cruz Vermelha, inscrevendo-se como enfermeiras para tratamento de feridos portugueses. / Nobre exemplo é esse que muito honra as senhoras portuguesas e que desejamos seja fecundo de resultados como lição de patriotismo, nesta hora em que todo o auxílio é necessário à Pátria.” De facto, as senhoras não se constituíram em “comissões”, nem



pretenderem angariar fundos para a Cruz Vermelha, mas sim, angariar fundos através da Cruzada das Mulheres Portuguesas para ajudar não só os soldados, como igualmente as famílias. Reunidas no Palácio de Belém, na tarde de 27 de Março, com a presença do Presidente da República, a sessão foi presidida por Elzira Machado e secretariada por Isabel Guerra Junqueiro Mesquita de Carvalho e por madame António Macieira. Segundo o “Diário de Notícias”, a 28 de Março, vários foram os objectivos da Cruzada das Mulheres Portuguesas, nomeadamente a constituição de sub-comissões por todo o país, assim como no Brasil e onde existirem colónias portuguesas; que por intermédio da Câmara Municipal de Lisboa se organizasse a cooperação de todas as câmaras municipais; solicitar ao presidente do ministério uma isenção postal para toda a correspondência e centralizar toda a actividade na assistência, por motivo da guerra. A Cruzada das Mulheres Portuguesas foi assim constituída: Presidente, Elzira Machado; Comissão Central, Joana Gomes Galhardo, Esther Norton de Matos, Maria Luísa Braancamp Freire, Ana de Castro Osório, Teresa Teixeira Queirós, Maria Leonor Correia Barreto, Leonilde Vignaut Gomes, Amélia Leote do Rego, Adelaide Menezes Fernandes Costa, Raquel Freire Oliveira Vicente Ferreira, Maria Oliva Aquiles Gonçalves, Joana de Vasconcelos, Etelvina Pereira de Eça, madame António Macieira, Virgínia Sousa Gaspar, Raquel Simas, madame Alfredo da Cunha, Ema Marques da Costa, Angelina Azevedo Gomes Shirley e madame Santos Lucas. Na Cruzada das Mulheres Portuguesas, as sub-comissões funcionaram com a assistência da Secretaria-Geral da Grande Comissão, sendo responsável madame António Macieira. O que é curioso foi nunca ter aparecido na imprensa famalicense e, em especial, no “Estrela do Minho” o apelo para a constituição da Cruzada das Mulheres Portuguesas em V. N. de Famalicão, tal como aconteceu com a Cruz Vermelha Portuguesa, enquanto que a comissão municipal da Junta Patriótica do Norte, por seu turno, foi constituída de imediato. A Cruzada das Mulheres Portuguesas seria notícia por mais duas vezes, nomeadamente em 30 de Abril, a propósito da lotaria patriótica, aprovada pelo Parlamento em 27 de Abril, e em 23 de Julho, ainda a propósito da mesma lotaria patriótica, com a indicação dos respectivos prémios. Os famalicenses irão ler em 21 de Maio, na crónica de Manuel Pinto de Sousa “Trabalhar” o seguinte:

As mulheres portuguesas estão dando o nobre exemplo de uma cruzada altamente simpática, da qual resulta benéfico auxílio aos soldados portugueses que sejam feridos em campanha e também de socorro às famílias pobres dos soldados mobilizados. / Por todo o país este apelo do belo sexo despertando a maior simpatia em todas as criaturas, para quem não é indiferente o amor pátrio e com ele o relativo conforto aos que pela pátria vão arriscar a vida. / É consolador para todos nós a propaganda que as senhoras estão fazendo desde as grandes cidades aos mais pequenos povoados, para a obtenção de donativos em dinheiro, roupas e pensos para os nossos soldados em campanha, que podemos ser todos nós, que à Pátria devemos a defesa da sua existência. / Nessa obra eminentemente dignificadora, confunde-se num complexo de bondade fraterna todos os credos políticos, para só existirem portugueses dignos desse nome, na santa confraternização que deve ser o apanágio de todos os corações bem formados, dos filhos de uma

pátria que quer viver com honra.

### **Cruz Vermelha Portuguesa**

Aquilo que poderia a segunda festa cívica de solidariedade em V. N. de Famalicão, em tempos de guerra, cuja receita seria em favor da Cruz Vermelha, tal não aconteceu. Houve pelo menos duas tentativas. O primeiro apelo surgiu em 30 de Abril e os famalicenses poderiam ler na seguinte crónica intitulada “Pela Patria” que “agora que por todo o lado se promovem subscrições e festas para o fim humanitário da Cruz Vermelha obter os recursos exigidos pela sua missão de altruísmo”. O autor da crónica, sem identificação, diz que “Famalicão não deve esquecer-se de seguir esse nobre exemplo de patriotismo. / Porque não se processam recursos para um festival no Olímpia, cujo produto reverteria para os feridos em campanha?” No mesmo dia, Manuel Pinto de Sousa, na sua crónica “Trabalhar” faz o mesmo apelo, pedindo “às damas de Famalicão” toda a cooperação para a Cruz Vermelha. Por seu turno, na crónica de 14 de Maio, com o título “Cruz Vermelha”, os famalicenses também vão ler o convite que o “Estrela do Minho” lhe dirige – “criando aqui uma sucursal da Cruz Vermelha, para a qual se promovam também auxílios”. Em 21 de Maio, a comunidade famalicense toma conhecimento que o novo presidente da assembleia-geral da Cruz Vermelha em Portugal é o general Joaquim José Machado, antigo governador de Moçambique e que em 4 de Junho saberá que o secretário da Cruz Vermelha esteve em Famalicão, mais propriamente na Tipografia Minerva, para a publicação de uma monografia, com muitas gravuras elucidativas, para os curativos a fazer aos feridos da guerra. A primeira tentativa para a realização de uma festa no Olímpia para angariação de fundos para a Cruz Vermelha, sabem-no os famalicenses em 28 de Maio nos seguintes termos: “Por iniciativa de um grupo de gentis senhoras de Famalicão, está organizando uma comissão da qual fazem parte cavalheiros da maior respeitabilidade da nossa terra, que projecta organizar um espectáculo no Salão Olímpia – generosamente cedido pelo seu proprietário, sem remuneração alguma e cujo produto é destinado à Cruz Vermelha Portuguesa.” Entre os ensaios que entretanto se iam realizando, constando do programa coros de música e uma comédia, tudo executado por senhoras, passando pela criação de uma delegação em Barcelos e pela actividade organizativa e preparação das ambulâncias, os famalicenses sabem (em 18 de Junho) que, entretanto, já tinha partido para Moçambique “o pessoal sanitário para um hospital em Porto Amélia”, até que, em 23 de Julho, tomam conhecimento que o espectáculo já não se realizaria. A explicação é dada nos seguintes termos: “Dificuldades várias fizeram frustrar tão simpática iniciativa, para a qual aquelas senhoras se esforçaram com amor por levar a bom termo tão generoso empreendimento.” A segunda tentativa para uma festa de solidariedade cívica para a Cruz Vermelha em Famalicão, tomam conhecimento os famalicenses em 22 de Outubro com a seguinte notícia, anunciando a fundação da delegação: “Iniciaram-se os ensaios para o espectáculo que proximamente vai realizar-se no Salão Olímpia, em favor da Cruz Vermelha, cuja delegação na nossa terra vai ser inaugurada dentro de poucos dias. / Sabemos que o nosso orfeão oferece o mais entusiástico auxílio para este espectáculo, cujo produto, no momento em

que atravessamos não pode ter mais belo e oportuno destino.” Se a festa não se vai realizar, desconhecendo-se os motivos, a constituição e a fundação de uma comissão municipal da Cruz Vermelha vai concretizar-se informalmente neste ano. Em 3 de Setembro, no seu editorial, o “Estrela do Minho” dá a conhecer aos famalicenses a criação da futura delegação da Cruz Vermelha em Famalicão, enaltecendo os fins altruístas da mesma instituição. A sessão preparatória realizou-se no salão nobre da Câmara Municipal em 19 de Novembro e a 26 de Novembro, em notícia publicada em 3 de Dezembro, os famalicenses ficam a saber que nessa sessão, presidida por Sousa Fernandes (secretariado por Delfim de Carvalho e António Dias Costa), este afirmou que “expôs à assistência qual o fim altruísta e humanitário da obra admirável da Cruz Vermelha, do socorro bendito que ela vai levar aos feridos da guerra, como ainda em qualquer calamidade pública, em tempo de paz. E de como Famalicão se dignifica secundando a sua obra benéfica toda abnegação e em benefício dos que do auxílio colectivo necessitam.” Os famalicenses ficaram também a saber que se lavrou em acta os trabalhos da sessão, a qual assinada por todos os assistentes foi enviada à sede da Sociedade da Cruz Vermelha, para esta instituição dar a sua aprovação para a instalação de uma delegação em V. N. de Famalicão. Tal aconteceria em 1917. De salientar, é o facto das receitas do livro de Matias Lima “Pela Pátria”, que o próprio autor então disponibilizou, custando na época 200 réis, e podia ser encontrado na Livraria Lello & Irmão, no Porto, assim como em Famalicão na Casa Gaspar Pinto, terem sido doadas para a Cruz Vermelha Portuguesa.

## A Guerra

A incerteza quanto ao termo da guerra, o reconhecimento por parte dos aliados dos erros militares e diplomáticos tidos nos últimos meses, a perspectiva da ofensiva geral, a dita unidade na acção, manifestando umas “estranhas e invencíveis impaciências”, são pontos convergentes das crónicas de A. Vinardell Roig durante o ano. A crónica de 12 de Novembro reflecte isso mesmo:

Dizer que a guerra actual, à parte sua origem iníqua e deveras infame, é na realidade – pelo seu desenvolvimento, pelos diversos procederes empregados pelos beligerantes sob o duplo ponto de vista diplomático e militar e pelas formidáveis proporções que reveste – a mais extraordinária luta que têm visto os séculos, constitui uma verdadeira *Bananada*. E, contudo, não há um único cronista da actual conflagração que possa fugir à necessidade de repetir em maior ou menor escala o mesmo conceito, pois, cada dia que passa a guerra apresenta-se, embora sendo idêntica pelos fins que perseguem uns e outros, com novos e mais grandiosos aspectos. / Em todos os campos em que se combate, a tragédia chega ao sublime, e, como a guerra tudo agitou, e tudo envenenou, até nos próprios países neutros, o interesse pelo resultado da colossal contenda traduz-se já por perdas e ganhos enormes, e, em suma, por uma inquietação que se vai tornando em angústia ao ver de que modo a luta se prolonga sem enxergar-se no horizonte o ténue clarão da aurora anunciador da paz vitoriosa que todos desejamos ver com ânsia. Nosso dever de homens de consciência, nossa probidade profissional,

obrigaram-nos muitas vezes deixar de lado nossos sentimentos para fazer obra de historiadores, dentro da modesta esfera em que nos movemos, não tão modesta, contudo, que não possamos ver, pelos meios ao nosso alcance – e senão ver adivinhar – o que ocorre por trás do muro intransitável que ascende aos olhos da multidão os planos que se preparam ou o desenvolvimento incipiente dos sucessos imprevistos. Renunciámos, há tempos, ao ofício de profeta, justamente por virem a cada momento factos novos a deitarem por terra as, ao parecer, fundadas previsões da véspera; mas sem ter a ridícula pretensão de profetizar, muitas coisas deixámos pressentir na véspera, que se realizaram no dia seguinte. Coincidência? Intuição? Talvez esta última; creio, contudo, que o que houve foi um forçoso encadeamento dos factos.

Das problemáticas e das batalhas, Roig vai dando conhecimento de alguns acontecimentos, a saber: sobre o bloqueio da Inglaterra à Alemanha no mar; o *zeppelin* sobre Paris, colocando em questão a segurança e o aumento do serviço da aviação; o papel da Itália no conflito; a visita de Aristides Briand a Itália, tecendo, numa outra crónica, elogios à sua actividade diplomática; o projecto de um Congresso dos Aliados em Paris, comentando que este “Congresso de Guerra” seja “antítese do futuro Congresso da Paz”; os actos ofensivos dos alemães no Mar do Norte até há Alta-Alsácia, perspectivando-se um assalto decisivo dos alemães à Alsácia, em Champagne e em Calais; os russos tomaram a capital da Arménia, Erzeroum; comenta a conferência dos aliados anti-germânicos, na qual se proclamou a “unidade de acção” entre os aliados em três perspectivas: militar, diplomática e económica; o atentando dos alemães contra o vapor “Sussex” e do “Lusitania”, com as declarações dos Estados Unidos; a mobilização da Holanda; a revolta da Irlanda; a conferência económica dos aliados em Paris; a capitulação das tropas inglesas em Kut-el-Amata (Mesopotâmia); evoca a morte e o funeral do governador de Paris nos princípios da guerra, o general Gallieni; surpresa, foi a tomada do exército búlgaro de Rupel, em território grego; duelo naval entre a frota alemã e a esquadra inglesa no Mar do Norte; a problemática grega; a assembleia económica dos aliados; evoca a “morte trágica do general Kitchener”; os combates do Soma; a organização de uma comissão secreta para a guerra e, finalmente, das quatro declarações de guerra à Alemanha, a que Roig mais atenção presta, foi a da Itália. Contudo, o acontecimento que irá passar em todas as suas crónicas será, efectivamente, Verdun. Na crónica de 2 de Abril, os famalicenses lerão que a batalha de Verdun já existe praticamente há um mês:

Durante vinte e seis dias seguidos as grossas peças de artilharia alemã não cessaram um só minuto de lançar as bombas contra as posições que formam o campo entrincheirado de Verdun. / Foi, sem solução de continuidade, a investida mais formidável entre as mais terríveis que regista a história da guerra, desde a mais remota antiguidade até aos nossos dias. Não tem sido nem é uma batalha, mas uma série sucessiva de batalhas gigantescas. Diante delas, quase nos atreveríamos a afirmar que empalidecem as de Charleroi, Marne, do Yser e da Champagne. Em volta de Verdun tem-se notado de ambas as partes um encarniçamento feroz, uma tenacidade

incrível, um heroísmo sublime que arrancam gritos – eu pudera dizer lágrimas – de admiração a quantos assistimos de longe, com profunda comoção, a essa prodigalidade colossal de vidas humanas. Uns atacando automaticamente, cegamente posições inexpugnáveis, outros defendendo com energia sobre-humana o terreno sagrado do lar invadido, sem contar a quantidade nem a qualidade dos sacrifícios: tais são o ataque e a defesa de Verdun, desde hoje inolvidáveis nos fastos da actual guerra, seja qual for o resultado final que alguns já profetizam antecipando-se talvez demais aos acontecimentos.

Mas os famalicenses, ainda antes, já tinham lido e tomado conhecimento da batalha de Verdun com a crónica do jornalista portuense José Valentim com o título “Manta de Farrapos. Verdun”, precisamente em 5 de Março, que diz no final “Verdun não se renderá!”, e em 23 de Julho, num texto sem identificação de autor, evocava o “Estrela do Minho” a “heróica resistência dos soldados franceses na já histórica defesa de Verdun”, até porque “os alemães além de mais de um milhão de soldados de *élite* do seu exército concentraram em frente daquela praça de guerra, que tem sido um vasto cemitério para os soldados do Kaiser, nada menos de dois mil canhões de todos os calibres!”

Das notícias da guerra, no seu contexto geral, os famalicenses tomam conhecimento do exército russo, em 18 de Junho e em 6 de Agosto. Na primeira crónica jornalística, denominada “Cilindro Russo”, os famalicenses ficam a saber que a “avalanche russa agora melhor apetrechada do que no começo da guerra, e com os seus 10 milhões de soldados em armas, está merecendo o qualificativo de *cilindro russo* que das tropas do Czar esperam os aliados, pelas suas retumbantes vitórias deste mês sobre os austríacos.” Nesta mesma crónica, os famalicenses ficam também a saber que a mobilização inglesa já se aproxima dos cinco milhões de soldados e com a França “sempre heroica”, assim como os Sérvios e Montenegrinos, parece que “o resultado final se aproxima”. Desde a constituição do canhão contra o granizo, passando pelas crónicas jornalísticas do brasileiro de torna-viagem e famalicense José Bento de Carvalho, de Avidos, nomeadamente “As Pretensões Alemãs” e “A Verdade sobre a Sciencia Alemã”, configurando nestes textos as invenções científicas e o paradigma epistemológico da época, os famalicenses terão em Março a declaração de guerra da Alemanha a Portugal. Se num primeiro editorial, a propósito dos navios alemães, se tecem considerações económicas sobre o aproveitamento dos mesmos, no editorial de 12 de Março os famalicenses tomavam contacto com a situação nos seguintes termos:

É já conhecida do país a nota alemã, que se declara em estado de guerra com o nosso país, e dos motivos alegados por aquela nação para assim proceder connosco. / Pelo relatório apresentado ao congresso pelo governo, todo o cidadão português fica sabendo que nós, como aliados leais da Inglaterra, com ela estamos, na boa ou má fortuna, do mesmo modo que os países aliados, caímos também nos ódios teutónicos. / Provocam-nos à guerra, só porque com honra cumprimos o nosso tratado de aliança com a Inglaterra? Antes na guerra com honra que

comprarmos a paz à custa da ignominiosa subserviência.

Manuel Pinto de Sousa, na sua crónica habitual “Trabalhar”, apela à união de todos os portugueses, lendo em 19 de Março os famalicenses o reconhecimento da Inglaterra pela mobilização portuguesa, numa mensagem que foi lida no Congresso, assim como as manifestações de apoio no Brasil a favor de Portugal, num telegrama da agência noticiosa Havas. Aliás, lerão os famalicenses em termos entusiásticos, que o Brasil será de novo notícia pela benemerência da Comissão Pró-Pátria do Rio de Janeiro concedida para os soldados portugueses; que há um livro do soldado, um pequeno dicionário inglês e francês de Alexandre de Fontes Pereira de Melo; que tomarão contacto com a saída dos alemães de Portugal e que tem existido em muitas localidades do país voluntários e que a Espanha neutral, através do jornal “El País”, mostra a sua simpatia por Portugal. Em 15 de Outubro, a propósito da mobilização, o cronista, uma vez mais sem identificação de autor, e realizando inicialmente considerações históricas sobre as campanhas militares dos portugueses, dirá que “ao assistirmos agora à mobilização que se está fazendo, sentimo-nos bem como portugueses e como republicanos, porque se vemos a Pátria defendida, compreendemos que é isso devido somente ao esforço do regime que servimos. / Um exército de 120000 homens [...] deve em poucos dias estar pronto a partir para colaborar com ingleses e franceses na guerra que nos foi declarada pelos impérios centrais. E da ordem e da rapidez com que esta mobilização se fez, podemos nós mesmo dar testemunho, porque ainda nesta e na outra semana vimos passar pela nossa porta, a caminho dos campos de concentração, cerca de 6000 homens, contingente constituído apenas por um batalhão de cada um dos regimentos de infantaria e artilharia do Minho!” Entretanto, os famalicenses teriam conhecimento das ajudas governamentais para as famílias dos mobilizados em Maio.

Neste sentido, em Junho os famalicenses liam sobre os exercícios de Tancos e em Julho Manuel Pinto de Sousa comentava se até agora “o nosso país não tinha exército digno de nome”, agora “já podemos dizer que temos um exército”. Será o famalicense Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro, juiz de direito e na época auditor privativo da 1.ª Divisão Mobilizada, que numa entrevista que concedeu ao “Estrela do Minho” em 12 de Novembro dirá o seguinte, a propósito do dito “milagre de Tancos”, para o bem e para o mal, comentando-se a insubordinação de trezentos soldados, causando a sua deportação para os Açores:

Tendo estado em Tancos no exercício das suas funções, durante cerca de três meses, o sr. dr. Pimenta Carneiro podia dar-nos preciosas informações sobre a vida, passadio e moral dos nossos soldados naquele simulacro de campanha. Não hesitamos portanto, em inquirir o nosso amigo.

– Olhe – respondeu ele à nossa primeira pergunta – em Tancos os nossos soldados viviam em contínuos exercícios, mas não havia trabalhos, marchas ou serviços de instrução que lhes desmanchassem o habitual bom humor, a boa disposição com que nas horas de descanso se entregavam à íntima convivência. Pelo que respeita à sua moral pode bem avaliar-se desta pelos



serviços do tribunal, onde se vão reflectir todos os delitos e faltas graves e este termómetro acusa que durante o exercício das minhas funções apenas foram instaurados seis processos, o que corresponde a dois por mês e a uma percentagem de três décimas por militar relativamente a uma população de 20000 homens. E atenda-se ainda a que desses seis processos, três obtiveram absolvição completa, em dois houve apenas condenação disciplinar e só um é que houve mais grave pena. Já vê – conclui o auditor – que a conduta dos nossos soldados em Tancos foi um modelo de disciplina.

Perguntamos a seguir se a alimentação dos soldados era boa.

– Ah! isso – acode de pronto o nosso interlocutor – chega a ser demais, chega a parecer excesso. O rancho, farto e bem constituído, é superior á alimentação de grande número de soldados que, não tendo aí à mão pobres a quem deem os sobejos da sua refeição, nem uma vasilha onde os despejem, se socorrem, pura e simplesmente, do único recurso que lhes resta, que é botá-los fora, derrama-los pelo chão!

– E será assim também com relação à divisão agora em exercícios – interrompemos nós.

– Sem dúvida, e isso é fácil de averiguar: basta perguntá-lo a qualquer das praças que lá veem licenciadas.

– Pois seja V. Ex.<sup>a</sup> – acrescentamos – que há quem espalhe por aqui que por causa da deficiência da alimentação às tropas que estão agora em exercício, se insubordinaram há dias cerca de 300 dos nossos soldados que, por sinal, foram logo todos deportados para os Açores.

O ilustre magistrado olhou-nos com indícios de manifesta surpresa e disse-nos naquele tom sacudido que lhe é peculiar:

– Isso é mentira!

E separámo-nos, porque estava tudo dito.

Os famalicenses ainda conviveram na estação dos caminhos-de-ferro com o Regimento de Infantaria 3 e com o Batalhão de Infantaria 6, de Viana do Castelo, assim como com a Infantaria 8, 20 e 29, de Braga, assim se despedindo “dos filhos, irmãos e maridos que partem, dizendo adeus e dando vivas à Pátria e à República”, tendo sido, segundo o cronista, uma “impressão comovente”! (notícia de 8 de Outubro). Deu também uma “animação à terra” o desfile do 1.º Batalhão de Infantaria 20, realizando-se o embarque à noite, pelas 23h00, com a presença do general-comandante da Divisão e com “muitas famílias que de Guimarães vieram à despedida dos bravos militares (notícia de 15 de Outubro). “Nós e a Guerra”, artigo de 26 de Novembro, no qual se tecem algumas considerações históricas a propósito da entrada de Portugal na guerra, considerando o articulista que “não fomos nós que declaramos a guerra à Alemanha; foi esta que nos declarou guerra a nós”, e fazendo referência indirecta à existência dos germanófilos em Portugal, tal como com o artigo “Triste, vergonhoso e... infame”, na crítica aos monárquicos, o artigo de 31 de Dezembro é profético, com o título “A Paz”, considerando-se a guerra como uma “iniquidade” e referindo-se à posição dos Estados Unidos “admirável de sentimentalismo e de amáveis conceitos e conselhos”, só pecando por não ter aparecido mais cedo.

Entretanto, por África, os sucessos da tomada do “Kionga”, assim como os do Rio Rovuma, são uma constante referência desde Abril até ao final do ano no “Estrela do Minho”, sendo encarados da seguinte forma: “O insulto de Naulila, começa a ser vingado pelo exército português”.

### **Bernardino Machado em Vila Nova de Famalicão**

Os famalicenses souberam da estadia do presidente da República em V. N. de Famalicão no artigo publicado em 17 de Setembro, na companhia de Afonso Costa, Germano Martins e do secretário-geral do ministro das finanças. A dada altura o texto informa que “no dia da sua chegada, o Chefe do Estado, conterrâneo ilustríssimo que Famalicão muito se orgulha, depois de chegar a Rorigo, deu um passeio pela Vila, com os seus companheiros de viagem, recolhendo depois à sua residência, onde fez servir uma ligeira refeição aos seus hóspedes, o que convidou mais algumas pessoas daqui, entre as quais estavam o sr. Álvaro de Castelões”, recebendo no dia 12 várias visitas de famalicenses e de bracarenses. Bernardino Machado, segundo a notícia, deslocou-se a Paredes de Coura, visitando uma tia de Elzira Dantas, e no dia 15 foi visitar António José de Almeida ao Gerês. Na despedida, que se realizou na estação, o cronista informa que aguardava Bernardino Machado “grande número de pessoas gradas da nossa terra, representantes das autoridades, corporações locais e por um piquete de bombeiros municipais, com a sua bandeira.” Do passeio de Bernardino Machado por Famalicão, com Afonso Costa e Urbano Rodrigues, quem nos dá mais alguns elementos é José Casimiro da Silva, nos anos sessenta, no “Estrela da Manhã” da seguinte forma:

Acompanhado de Afonso Costa a quem cicerenou pelas ruas desta vila, coadjuvado por Sousa Fernandes, Bernardino Machado, descendo a rua Adriano, onde quer estava parado, quer para retribuir um cumprimento gentil, quer para ele próprio se dirigir às pessoas que conhecia, com aquela sua cortesia característica e «bombardeá-las» com perguntas de que elas próprias se espantavam: «Olha como o Senhor presidente se recorda do meu pai!»; «Olha como ele não se *rebaixa* a falar p`ra gente!» / Afonso Costa, em frente ao muro do falecido Daniel Santos, quase no ângulo da antiga rua Municipal, estava parado a fixar determinado objecto e ria com Sousa Fernandes e com o jornalista Urbano Rodrigues, director de *O Mundo*, quando o Dr. Bernardino Machado, terminados os cumprimentos, se aproximou, para esclarecer: / – Essa bota monumental é o *ex-libris* de uma família inteiramente devotada ao trabalho, que tem por chefe o meu bom amigo Augusto Pinto. / E como este aparecesse à porta do estabelecimento, ali recebeu os cumprimentos dessas duas eminentes figuras da República e uma palmada nas costas da parte de Sousa Fernandes que não desanimava de ver Augusto Pinto a engrossar as fileiras democráticas famalicenses, então em grande crescimento por causa de um triunfo famalicense no Senado da República. A célebre questão da integridade do novo Concelho ameaçado de desmembramento! / Nesta visita do Dr. Afonso Costa a Famalicão, o Dr. Bernardino Machado levou o seu hóspede e comitiva à Confeitaria Cardoso onde todos apreciaram o fabrico do Pão-de-Ló e das «paciências» daquele doceiro, que as não havia melhores – dizia o Doutor

Bernardino Machado – em parte alguma! / A casa de Eduardo Cardoso, já pelo fabrico das suas saborosas «paciências», já pela amizade e apreço que tinha pelos donos, era ponto de passagem obrigatório para o Doutor Bernardino Machado.

### **A Crise das Subsistências**

Da problemática das subsistências, uma constante durante o ano, os famalicenses sabem no início de Março que foi criado o celeiro municipal, para numa crónica de 9 de Abril saberem que, com a eliminação das comissões concelhias de subsistências, existem agora as comissões distritais, não lhes augurando grande futuro o cronista. O abastecimento do milho no celeiro municipal nunca chegava para o abastecimento da população. Numa crónica editorial de 30 de Abril, evoca-se o problema da distribuição, elaborando-se na parte final uma ténue proposta: “No nosso concelho, embora com muito trabalho, a autoridade administrativa tem conseguido o milho necessário. Há faltas na distribuição? Dizem-nos que sim e também não admira, sendo ela feita apenas num só ponto para as 50 freguesias do concelho. Há também abusos, por vezes, alguns recebendo milho além das suas necessidades? Pode ser que assim aconteça, visto que o pessoal distribuidor não pode conhecer toda a gente. Mas tudo isto se evitaria se o milho fosse fornecido em cada freguesia, onde todos se conhecem, encarregada da distribuição pessoa respeitável.” O que é certo, para além destas questões logísticas, nem toda a gente conseguia obter o desejado milho para a sua subsistência. Em Julho, os famalicenses, por decreto governamental, ficam a saber, através dos editais que o administrador do concelho manda afixar, que todos os produtores são obrigados a dar por escrito de todos os cereais que produzem, para se saber não só as quantidades necessárias para cada concelho, como, igualmente, em caso de excedente, serem vendidos para outros concelhos. Da proposta para uma maior organização distributiva do milho, tal surge numa crónica de 17 de Setembro, na qual se propõe a criação dos celeiros paroquiais, para em Outubro, o administrador do concelho pretender abastecer as juntas de paróquia. Por seu turno, o administrador do concelho, agora em Novembro, para evitar a saída do milho do concelho, “oficiou os regedores das freguesias limítrofes do concelho, mostrando-lhes a conveniência que há em proceder, desde já, ao arroteamento” dos cereais. Finalmente, é assinado entre o administrador do concelho, Carlos Filipe Pereira Bacelar, e os comerciantes de feijão do concelho famalicense um “Compromisso”, com vários pontos a serem cumpridos, nomeadamente, e a título exemplificativo, que “nenhum feijão que lhes pertença, poderá transitar no concelho ou fora dele sem uma guia de trânsito passada pelo Administrador do Concelho.”

### **Futebol**

Das primeiras notícias que aparecem sobre a prática de futebol em V. N. de Famalicão, é esta com o título “Foot-Ball”, de 30 de Abril: “Tem-se verificado muito esta diversão desportiva em Famalicão, onde todos os dias grande número de rapazes com ele se divertem. Até os pequenos nas ruas, a cada canto fazem imitações, brincando com este jogo, tão útil ao desenvolvimento

físico.” Será neste ano, assim se presume, que nasce o Sport Club Caçadores de Famalicão, realizando-se a 2 de Julho no “Stand do Clube de Caçadores” uma festa desportiva promovida pelo mesmo clube famalicense. A comissão desta festa desportiva ficou assim constituída: Horácio Garcia, Vlademiro Fernandes, Artur Areias, Álvaro Marques, Artur Macedo e António Areias. O programa foi constituído em duas partes, a saber, 1.ª parte: corrida de 100 metros, saltos à vara, lançamento de peso, saltos em comprimento, saltos a pé juntos, saltos em altura e corrida de resistência; 2.ª parte: “Match de Foot-Ball entre os distintos players de foot-ball Club de Braga e Sport Club de Caçadores de Famalicão.”

## Cultura

Se, numa perspectiva geral, os famalicenses se depararam com algumas ofertas no campo cultural, nomeadamente no cinema e no teatro, ficando marcado este ano com a com a fundação do Orfeão Famalicense, dois acontecimentos tiveram projecção nacional, nomeadamente a “Festa da Lavoura” organizada pelo Sindicato Agrícola e o concerto de piano na residência de Branca Moreira (realizou três concertos: o primeiro, no dia 1 de Fevereiro, em casa de Heitor Brandão e o segundo em 9 de Setembro, na sua própria residência). Foi notícias na “Ilustração Portuguesa”, respectivamente em 2 de Outubro e em 6 de Novembro. Mas o grande acontecimento será, indiscutivelmente em 17 de Abril, dia em que se realizou a escritura da compra, a Ana Correia Rosa e a seus filhos, das ruínas da Casa de Camilo para a sua reconstrução, os terrenos circundantes, adquirindo a comissão a livraria de Camilo, alguns autógrafos, a correspondência epistolar, o mobiliário e ainda objectos de uso pessoal do escritor. Ao lado dos livros de Vicente Arnoso (“Coimbra, Terra de Amores” e “Quem canta seus males espanta”), do de Bernardo Pindela (“Jornadas pelo Mundo”), com a publicação do jornal “O Orfeonista”, o órgão de imprensa do Orfeão Famalicense, o livro do ano será indiscutivelmente o livro de Nuno Simões “Águas Mortas”, aparecendo nas páginas do “Estrela do Minho”, numa republicação, os textos receptivos de Aquilino Ribeiro e de Bourbon e Menezes. O Orfeão Famalicense, sob a direcção de Adolfo Lima, apresentou-se à comunidade famalicense no dia 15 de Outubro, com o seguinte programa: apresentação do Orfeão por Nuno Simões, actuando em três partes: 1.ª Parte – A. Roland, “O Montanhês”, Tiroleuse des Pyrenées; F. Neves, “As Ceifeiras”, canção portuguesa; T. Borba, “Canção do Linho”; Joyce, “Cantos Populares”; 2.ª Parte – Bach, “A Tempestade” (coral); P. Ribeiro, “A Ventura” (Barcarola); F. Moutinho. “Toque de Avé-Marias (Canção); J. Arroio, “Canção de Louzd”; 3.ª Parte – “Coisas da Nossa Terra... (cenas sem nexos)”, farça cómica ornada de música, Letra de A. Guimarães e música de A. Lima.

Por seu turno, tal como aconteceu com a Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco na sua fundação em 1913, a reconstrução da Casa de Camilo, para a constituição do futuro “Museu Camiliano”, foi uma obra da comunidade famalicense, aquém e além-fronteiras (a propósito da Biblioteca Municipal v., por exemplo, Amadeu Gonçalves - *Cem (e mais alguns) anos de livros: O*

*Centenário da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco*. V. N. de Famalicão: Edições Húmus, 2013). Desta forma, António Teixeira Lopes – “o consagrado artista que tanto honra Portugal” – visitou Seide em 6 de Fevereiro e prometeu “fazer uma placa comemorativa da linda árvore”, diga-se, da Acácia do Jorge. Em Março, os famalicenses ficam a saber que a planta da Casa de Camilo para a sua reconstrução se encontra pronta e em Setembro que já está “assentada a obra de pedreiro” e que dentro em breve “vai ser posta em praça a obra do carpinteiro”, e por outro lado, em várias em Dezembro, o “Estrela do Minho” noticia que “vai adiantada a obra de pedreiro”. Ao longo do ano, várias serão as doações: da firma Bento de Carvalho & Ld.<sup>a</sup>, de Santos, da qual é o seu chefe o famalicense Bento de Carvalho, de Avidos; Sousa Fernandes conseguiu do governo dois contos de reis e que António de Faria (Lisboa), Manuel de Ascensão, Luís Xavier Barbosa (Viana do Castelo), o médico brasileiro Afonso Azevedo Nunes, o cônsul brasileiro em Lisboa Henrique de Holanda, António Rodrigues Alves de Faria (Esposende), Albino de Sousa Cruz (Santo Tirso), a subscrição de Camilo Coutinho do Rio de Janeiro (também ele doador) e a subscrição do jornal portuense “O Primeiro de Janeiro”, aberta pelo famalicense Rodrigo Terroso, fazem parte dos cidadãos que contribuíram para o futuro “Museu Camiliano”. De salientar, as edições de “A Murraça”, de Cardoso Maria, e as “Cartas Íntimas”, de Ana Plácido, com comentários de Afonso de Azevedo Nunes Branco, cujas receitas foram oferecidas à Comissão.

1917

**Estrela do Minho**

FO: linha Nacional ADA, LITERARIA, BIBLIOGRAFICA E NOTICIOSA

Proprietario e editor: MANUEL PINTO DE SOUSA

N.º 1:112

Assinaturas		PUBLICA-SE AOS DOMINGOS	Anuncios		22.º Ano
Por ano	1200 reis		Por linha	30 reis	
Semestre	600		Quadrado	60	
Trimestre	300		Impresso do dia	10	
Diário	100	Comunicados ind.	50		

Impressão e composição—Tip. Minerva  
FAMALICÃO

Vila Nova de Famalicão, 28 de Janeiro de 1917

Redação e administração  
Avenida Trovisqueira

---

**BANDEIRA DE PORTUGAL!**

O povo sauda-te enternecidamente, como à mãe que a todos os portugueses refrigera com a sua sombra e aquece nas suas dobras carinhosas!

Contigo, simbolo sagrado da Patria, sintese de todos os nossos amores, farol que sempre guiou a raça dos lusitanos à victoria, vai o olhar dos nossos olhos por toda a parte onde tremules a tua alicvez e afirmes que Portugal existe e vive!

Vais bem guardada, bandeira de Portugal! Sustentam-te portugueses! Defendem-te heróis, descendentes de heróis! Voltarás a ser falada, bandeira de Portugal! Mas de regressar coberta de louros e a guarda que te cerca coberta de glorio!

O povo suada-te e acompanha-te com a sua alma inteira, bandeira de Portugal!

D'v. Minho, de Lisboa, de si de correante

## Cultura e Sociedade

O ano de 1917 será marcado, indiscutivelmente, pelo ano da mobilização geral e da propaganda patriótica à volta do Corpo Expedicionário Português na Frente Ocidental, assim como pela actividade da sociedade civil, local, nacional e internacional (vindo do Brasil acções de benemerência, ficando V. N. de Famalicão com a sua marca, caso do nascimento da Comissão Promotora da Venda da Flor, a exemplo de Lisboa e do Porto, assim como pela subscrição do jornal de cobertores para os soldados portugueses), a constituição da Delegação da Cruz Vermelha em Famalicão, as manifestações cada vez mais acentuadas à volta da crise das subsistências (com revoltas populares em Lisboa e no Porto, o mesmo acontecendo por terras famalicenses, na Vila e no Concelho), pela viagem presidencial, pela reconstrução da Casa de Camilo, o aparecimento do sidonismo, com o exílio de Bernardino Machado, serão acontecimentos, entre outros, que marcarão as notícias do ano no jornal “Estrela do Minho”. Na cultura e na sociedade, será notícia a publicação de mais um livro de Júlio Brandão, caso de “Contos Escolhidos” (não sendo notícia, por exemplo, o que é de estranhar, o livro de Manuel Gonçalves Cerejeira “O Renascimento em Portugal:

Clenardo, “a Exposição Agrícola de Famalicão (organizada pelo Sindicato Agrícola e instalada no edifício da Associação dos Bombeiros), será inaugurado o palco do Salão Olímpia, a actuação do Grupo Cénico e do Orfeão Famalicense (sob a direcção de Alípio Guimarães), actuando ainda mesmo Orfeão (agora com a direcção de Adolfo Lima), no Olímpia. Três acontecimentos marcaram o ano de 1917 no campo da cultura, nomeadamente, em Junho, com a vinda do Orfeão de Guimarães, que actuou a 17 de Junho; em Agosto, mais propriamente em 20 e 21, os famalicenses assistiram ao espectáculo de Adelina Abranches, que não só representou “Dor que Mata”, de Vicente Arnoso, como também o “Gaiato de Lisboa” e, em Dezembro, com a Companhia Carlos de Oliveira, dirigida pelo actor Gil Ferreira e pela actriz Lucinda Simões, mais propriamente em 29 e 30, representando “O Chapéu Alto”, “Surpresas de Cinematografo”, “As Duas Bengalas” e “Flor dos Trigais”. Mas, por exemplo, veja-se como foi a reacção da vinda de Adelina Abranches a Famalicão, pela crónica de 26 de Agosto, sem indicação de autor:

A empresa do teatro Olímpia proporcionou com a vinda de Adelina Abranches a Famalicão, um espectáculo excelente aos seus frequentadores. / A «Dor que mata» de Vicente Arnoso, é uma peça muito bem escrita, como ainda de toda ela rescende moralidade e nobreza de sentimentos. / Quem assim espera aspira a uma sociedade perfeita que se imponha pela bondade. / O desempenho foi impressionante de verdade, revelando-se Adelina Abranches, no papel principal, uma artista de raça, pois soube salientar com arte, o sentimento do autor. Foi, por isso, muito ovacionada pelos espectadores, assim como o autor de peça, que o público reclamou ao palco. / Que dizer do «Gaiato de Lisboa», onde Adelina, no protagonista da peça, tem uma criação que só por si lhe daria renome de artista eminente. É espantoso de verdade, de viveza e de graça aquele «Gaiato» de 16 anos incarnado numa artista de mais de 50, o que todavia não a impede de nos dar em todos os seus gestos uma como autêntica personagem onde a puberdade apenas

desponta. Os demais figurantes da peça, houveram-se também correctamente nos seus papéis. / O «Gaiato de Lisboa» é também uma excelente peça literária, cujo fundo moralizador encanta. Foi em tudo, um espectáculo cheio, que a todos agradou por completo.

Em Junho, os famalicenses sabem que o seu conterrâneo Nuno Simões foi nomeado Secretário do Supremo Tribunal Administrativo, então Governador Civil em Vila Real, e que em 15 de Julho foi homenageado, uma entre muitas ao longo da sua vida, no Palácio Cristal do Porto, pela comunidade de Vila Real, prestando assim o seu reconhecimento pelos serviços então prestados pelo famalicense. Em Setembro, projecta-se S. Miguel de Seide e V. N. de Famalicão no roteiro turístico nacional, enquanto que em Outubro surgirão nas páginas do “Estrela do Minho” as famosas crónicas de um tal Samuel, pseudónimo de Rodrigo Terroso, memorialísticas e históricas dos finais do século XIX de Famalicão, com o título “Figuras Antigas (Rua Direita)”. Mas o acontecimento no início do ano será o nascimento, em Fevereiro, do “Sport Club Famalicense”, tendo como objectivo o desenvolvimento do “Foot-Ball”, do ciclismo e do pedestrianismo, sendo constituído na sua maioria por empregados de comércio e tendo já um bom número de adeptos, já se formando, então, o “1.º e o 2.º team”. A direcção do grupo era constituída por João Dias, Manuel da C. Arantes, António de A. de Pinho, Arlindo Guimarães e Rafael Cardoso da Cunha, solicitando à direcção do “Sport Club Caçadores” a utilização do campo de jogos. No mesmo mês, o “Sport Club de Caçadores” teria a sua nova direcção, da qual a primeira não foi notícia no ano transacto, ficando assim constituída: Presidente, Arnaldo Folhadela Guimarães; Secretário, Vladimiro Fernandes; 1.º Tesoureiro, Artur Folhadela de Macedo; 2.º Tesoureiro, José Alves de Carvalho; *captain* geral, Artur Pinto Arlias. Por seu turno, no início de Abril, é anunciado o plano de melhoramentos e de ampliação para a estação de Famalicão, num projecto de Álvaro de Castelões, então director dos caminhos-de-ferro, sendo as obras “a fazer a rua de acesso para a Estação da Póvoa, que parte da estrada de Vilarinho, ampliação do espaço para aumento das linhas de desvio, cais, etc.”

Relativamente à reconstrução da Casa de Camilo, uma das constantes reivindicações do jornal será a “Estrada para S. Miguel de Seide” e, logo desde o início do ano, os famalicenses sabem que a construção do pedreiro está quase concluída, sendo para breve a obra de carpintaria, o que acontecerá com a publicação de um “Anúncio”, em Maio, dizendo o seguinte: “A Comissão Promotora da Homenagem Póstuma ao grande escritor Camilo Castelo Branco, empenhada na reedificação da casa, anuncia a empreitada da obra de carpinteiro com a base de licitação de mil seiscentos e cinquenta escudos. / A praça será no dia 22 de Abril próximo, às 11 horas (oficiais) da manhã, à porta da Administração do Concelho desta Vila de Famalicão. / A planta e condições da obra projectadas estão patentes nos dias úteis na loja de Francisco Correia Mesquita Guimarães, no Campo Mouzinho de Albuquerque, da dita Vila, para serem examinados pelos interessados na arrematação, e esta é regulada pela Lei n.º 264, de 23 de Julho de 1914, relativa a construções escolares. / Vila Nova de Famalicão, 31 de Março de 1917. / O presidente da Comissão José de Azevedo e Menezes.” Por seu turno, a arrematação para a “obra de trolha” será

colocada ao público em 18 de Novembro. Ao longo do ano, os famalicenses ficaram a saber que a Comissão incumbiu ao pintor José de Brito a realização de um retrato de Camilo, de que na Papelaria Minerva se encontrava à venda o busto de Camilo feito por Bordalo Pinheiro, feito na sua fábrica das Caldas da Rainha, e leriam algumas crónicas camilianistas de Albino Forjaz Sampaio.

## **A Guerra**

Poucas crónicas, neste ano de 1917, de A. Vinardell Roig, possivelmente devido à censura, nas quais elabora mais comentários sobre alguns acontecimentos, do que propriamente as habituais entradas a que os famalicenses se tinham habituado nos anos transactos, sobre os acontecimentos beligerantes. O mesmo acontece com as notícias sobre a frente ocidental e oriental, centrando-se agora “O Estrela do Minho” mais na propaganda do exército português, sucedendo-se o mesmo relativamente a África. Entusiasmado-se com os sucessos do exército da Roménia, não sem algumas reservas, na crónica publicada no início do ano, na qual tece comentários sobre a crise diplomática dos aliados com a Grécia, logo em Janeiro Roig comentará não só a proposta de paz realizada pela Alemanha, na “ideia de uma paz sem vitória”, esta do presente americano Wilson, a qual discute na crónica “Parisiana” de 11 Fevereiro, havendo a possibilidade dos Estados Unidos entrarem na guerra. Na de 11 de Março, Roig afirma que “estamos atravessando uma hora de verdadeira transição pelo que diz respeito à materialidade da guerra. Desde a campanha e a conquista de quase toda a Roménia pelos exército da quadrúplice no princípio deste Inverno, a luta tem estado pouco menos que paralisada em todas as frentes. As batalhas que se dão agora são batalhas diplomáticas e ninguém sabe como hão-de terminar.” Na crónica de 25 de Março, Roig comenta que “Orleães” chegou são e salvo a França, ao porto de Bordéus, saindo de Nova Iorque e na entrada de 13 a 29 de Fevereiro, dá a informação que existe um aumento ofensivo dos ingleses em França e na Mesopotâmia, enquanto que os alemães recuavam para Bapaume, os turcos abandonavam Kutt-el-Amara, recuperado pelos ingleses. Se na crónica de 1 de Abril, Roig analisa os dois enganos dos alemães, sendo o primeiro o facto de terem pensado que a guerra seria curta, assim como os seus erros estratégicos no campo militar, os assuntos ainda em Abril seriam a Revolução Russa e a entrada dos Estados Unidos na guerra. Da Revolução Russa, e das suas conseqüências perante o conflito, diria o seguinte: “Existem duas correntes opostas, contra a segunda das quais se trata de por um dique: uma, representada pela Duna, tende a levar o movimento pela via da ordem, instaurando um governo constitucional e democrático igual aos mais liberais da Europa; a outra, representada pelos sedimentos do antigo niilismo, pelos socialistas e pelos agraristas, tende a levar as coisas até um radicalismo cujo resultado poderia ser a anarquia, e, atrás dela, a contra-revolução com a nova entronização do czar. Não pode negar-se, portanto, que a situação está rodeada de grandes perigos.” Perante a questão da guerra, questionará Roig da seguinte forma: “Que repercussão terão seus sucessos no que diz respeito à guerra e, em particular no que concerne os planos da Alemanha? São possíveis todas as conjecturas.” Da contenda, informa que os alemães continuam a retirar-se das suas



posições perante a acção dos soldados franceses e ingleses. Desta Revolução Russa, os famalicenses leriam uma local nos seguintes termos: “Um dos resultados da Grande Guerra, que ninguém o duvide, influirá poderosamente, na constituição política de muitos estados, já provocou a Revolução na Rússia, onde as ideias liberais triunfaram por completo, tendo o Czar de abdicar em seu filho, e o parlamentarismo está legislando de forma a acabar com o privilégio das catas para fazer de todos os filhos da grande nação *slava* cidadãos russos, com direitos iguais.” Grandes ilusões!

Para além da problemática da paz, assim como da ânsia da paz, em Maio, Roig informa que “a batalha gigantesca é que está dando há já muitos dias nos campos da Picardia e da Champagne, na qual se enchem de glória os soldados de França e da Grã-Bretanha”, para em Novembro comentar as operações da Alemanha no mar Báltico, conquistando as costas da Finlândia, enquanto que na Rússia, ainda em estado de desorganização e anarquia, existe o perigo dos alemães invadirem Petrogrado, tendo sido mudado o governo para Moscovo.

### **A Guerra e a Propaganda, «A Pátria honrai, que a Pátria vos contempla!»**

Se, no início do ano, os famalicenses terão conhecimento de que a costa portuguesa foi invadida por navios alemães, com a constante vigilância da marinha de guerra portuguesa, a propaganda sobre o exército português terá o seu impacto logo em 6 de Janeiro, nesta nota encomiástica e de jubilo: “... estão sendo apreciados com muita simpatia e admiração, pelo seu aspecto marcial, os oficiais e sargentos que já estão em França, preparando a chegada das divisões que breve para ali vão partir para combater o inimigo comum. / Portugal, com a sua participação na guerra, criou uma aura de admiração e carinho entre as nações aliadas, que na vitória final não-de ser tomados na devida consideração.” Para além da referência às conferências patrióticas do jornalista português Xavier de Carvalho em Lisboa e no Porto, a propósito do que Portugal pode ganhar com a sua participação na contenda, o “Estrela do Minho” publica, conforme então lhe chamou, “o nosso en-tête”, transcrito do jornal “O Mundo”, e que aqui se reproduz, a propósito da partida da primeira grande mobilização: “... é evidentemente uma saudação de despedida. Reproduzindo aquelas palavras de comovente patriotismo, temos em vista associarmo-nos pelo povo de Famalicão a esta fremente homenagem que a bandeira da Pátria nos merece no momento de partir com as legiões de bravos que vão honrá-la a desfraldar-se no campo de batalha ao lado dos que combatem pelo Direito, pela Justiça e pela Liberdade.” A crónica de 4 de Fevereiro com o título “Pela Vitória dos Aliados” é exemplar no gesto e no apelo para a constituição de uma solidariedade cívica e de propaganda patriótica, num apelo de união. Leia-se:

Agora, que o primeiro contingente de soldados lusitanos partiu para os campos de batalha, é ocasião de todos os corações portugueses pulsarem unissonamente, arredadas quaisquer divergências de opinião, para só fazermos votos pela vitória das nossas armas. / São irmãos nossos que vão arriscar a vida, verter o seu sangue, em defesa da Pátria, que todos devemos





amar. / Quem sabe se alguns nossos conterrâneos breve seguirão no mesmo glorioso destino?  
/ Para eles nós temos o dever sagrado de unir os nossos esforços, de congregar a boa vontade de todos para que possamos, tanto quanto possível, atenuar os sofrimentos dos nossos soldados dando-lhes o máximo conforto de agasalhos, tabaco aos mais pobres e ainda mandando-lhes notícias da sua terra, por intermédio da imprensa, para o que, pelo que nos diz respeito, o nosso jornal fica à disposição de quem o quiser fazer mensageiro de notícias para os soldados portugueses em França. / Amealhar o que se gasta superfluamente, para que concorramos para o que fica exposto é um dever patriótico e de humanidade, que todos os corações de portugueses devem executar, no momento soleníssimo que atravessa a nacionalidade portuguesa.

Para relativo sossego dos espíritos, e mais uma vez o crasso optimismo para a paz, os famalicenses em 11 de Fevereiro liam o seguinte: “O relativo sossego que durante o Inverno tem havido nesta guerra colossal, na qual tantos milhões de homens se digladiam, parece ser o prenúncio de grande actividade desde a Primavera em diante, para o que se preparam de lado a lado os contendores. / São nossos desejos de que os aliados, de que faz parte o nosso país, possam impor, ao choque que se prepara, o número de munições e de homens, que possam levar de vencida o inimigo para além das suas fronteiras e aí imporem-lhe a duradoura paz que acabe com o militarismo brutal alemão e à Europa traga o necessário sossego.” Ainda neste primeiro trimestre do ano, os famalicenses sabem do avanço francês e inglês na frente ocidental, da chegada do segundo contingente das tropas portuguesas a França, sendo a “viagem livre de perigo e os soldados encontram-se bem dispostos, tanto mais que por todas as terras por onde passam são recebidos com as maiores manifestações de carinho, não só pelo povo francês, como ainda pelos seus camaradas ingleses.” Mas desse suposto *paraíso* inicial do exército português na frente ocidental, veja-se a crónica de Xavier de Carvalho, transcrita do “Diário de Notícias”, e publicada com o título “Honrando a Pátria”, em 11 de Março:

As nossas tropas estão no campo de concentração inglês do Departamento Pas de Calais. E ainda ontem desembarcaram em Brest mais outros transportes de guerra, vindos de Portugal, com material e homens. Antes de dois meses, isto é, antes da grande ofensiva, devemos ter 40 mil homens na linha ocidental – bem preparados, bem equipados e excelentemente dispostos para o ataque. / Sabemos que os oficiais de artilharia portuguesa têm causado a admiração dos seus colegas ingleses e também sabemos que os nossos soldados estão muito satisfeitos, vivendo na melhor camaradagem com as forças aliadas. / Em Brest, as nossas forças militares, ao atravessarem as ruas da grande cidade marítima, foram muito aclamadas pelo povo, com vibrantes gritos de «Viva Portugal» / Não podemos dar outros detalhes porque a censura francesa os proíbe. E não queremos fantasiar... / Não obstante o frio, graças às condições higiénicas do sector inglês, os nossos soldados estão muito bem, não há doenças. A maior parte deles têm engordado e têm belas cores. São admiravelmente alimentados. Centenaes e

e centenaes de campónios que raras vezes haviam comido um beef, devoram todos os dias grandes postas de carne, presuntos de York, fiambre magnífico e bebem vinhos de Bordéus do melhor. / A temperatura abrandou. Acabaram os grandes e intensos frios do princípio de Fevereiro. Aproxima-se a época primaveril, no entanto mais tardia nestas regiões do norte. / Muitos dos nossos soldados nas horas vagas do quotidiano exercício, tocam guitarra e dizem-nos do sector 25 que o «Fado da Ganga» da célebre revista «O Novo Mundo» já é assobiado pelos soldados ingleses que estão em contacto com os nossos.

Perante a segunda mobilização, os famalicenses tomam conhecimento que muitos rapazes contrerrâneos incorporaram-se em vários regimentos, partindo em 17 de Abril para a frente ocidental. Famalicão despediu-se. No texto “Os Nossos Soldados”, num apelo para a união e a despedida (tendo sido provavelmente um acontecimento invulgar), diz-nos o seguinte (o texto foi publicado em 15 de Abril):

Partem depois de amanhã bastantes rapazes da nossa terra, para incorporar-se nos seus regimentos, a fim de seguirem para França, no cumprimento do seu dever de soldados. Vão unir-se aos seus camaradas que já se estão batendo nos campos de batalha, e, como eles, hão-de saber honrar as tradições heróicas do exército português. Famalicão deve ir à despedida dos seus contrerrâneos, encorajá-los na hora em que se despedem dos seus lares, das suas mães, quantos deixando as suas noivas, todos os afectos mais queridos da sua alma. Estua no coração desses rapazes o generoso sangue dos seus avós, a sua lendária bravura, que não conhece o temor em frente do inimigo. Sempre assim fomos. / Mas o leão das batalhas possui ao mesmo tempo, no remanso da paz, um coração cheio de sensibilidade e para que ele não fraqueje na hora da partida, é necessário que, junto ao abraço de despedida, lhes lembremos que desde esta hora eles estão já defendendo a pátria, que neles confia os seus destinos e que, embora longe, eles vão servi-la honrando-a, para amanhã a ela honrando-a, para amanhã a ela regressarem vitoriosos, aureolados pela satisfação de um grande dever cumprido, pela gratidão imorredoura dos seus concidadãos, que hão-de recebê-los em jubiloso triunfo.

Por seu turno, em 22 de Abril, o “Estrela do Minho”, e falando mais uma vez nos mobilizados famalicenses, publica a seguinte local: “A fim de se incorporarem no seu Batalhão de Infantaria n.º 8, que ontem seguiu para Lisboa, foram do nosso concelho muitos soldados para França, sendo alguns da Vila. Todos eles se apresentam satisfeitos e embora o momento de separação de suas famílias lhe seja doloroso, os nossos rapazes hão-de distinguir-se nos campos de batalha, na defesa da Pátria que a todos nos viu nascer e à qual – temos essa fé – a maior parte breve há-de voltar, pois o inimigo já se retira e não tardará a pedir a paz.” Ilusões! Ilusões que seriam desfeitas no início de Maio, funcionando a propaganda e a censura, no texto “A Primeira Refrega”, concluindo que a desinformação e a contra-informação seria uma realidade a nível nacional, comunicando que “no primeiro combate entre os nossos soldados e os alemães, no

qual entrou um pequeno número de portugueses, houve um soldado morto e quatro feridos, segundo a lista ultimamente publicada pelo ministério da guerra. / Achamos indispensável que essas listas sejam publicadas sempre, logo após os combates em que entrem soldados nossos, pois desse modo se evitam fantasias de boateiros, que chegaram a dizer terem morrido 900 dos nossos, quando poucos mais foram do que entraram na linha de fogo!”Tudo muito *soft!* Com a entrada do Brasil na guerra (transcrevendo o “Estrela do Minho” o artigo de Henrique de Vasconcelos com o título “O Brasil”, em 15 de Abril), a problemática da neutralidade de Espanha, o ataque de um submarino alemão a Ponta Delgada, assim como o bombardeamento dos alemães à cidade do Funchal, a repatriação dos soldados tuberculosos, as licenças aos militares do *front* e a questão do *roulement*, a conferência dos aliados em Londres e Paris (com a presença de delegações portuguesas), a conquista de Jerusalém, a pena de morte ao soldado português que agora se pretende reabilitar, foram acontecimentos que os famalicenses foram lendo durante o ano.

Ao mesmo tempo, a intensificação da propaganda patriótica, do papel de Portugal no conflito e das suas relações diplomáticas, eram temáticas sempre presentes no jornal famalicense. Veja-se, por exemplo, os textos do correspondente de Paris do jornal portuense “O Primeiro de Janeiro”, com o título “Os Nossos Soldados na imprensa de Paris”, particularmente do “Eco de Paris”, as informações de Augusto Casimiro em “Os Portugueses na frente de Batalha. Informações Interessantes” (de 20 de Maio), “Soldados Portugueses em França” (de 1 de Julho), “Portugal e Inglaterra” (de 2 de Setembro), “Portugal na Guerra” (de 9 de Setembro), o texto de Henrique de Vasconcelos com o título “O Esforço Português” (de 23 de Setembro, transcrito do jornal “O Mundo”), do texto do jornalista francês André Tudesq, designando os soldados portugueses como os “Serranos”, o apontamento noticioso do correspondente do jornal “O Século”, Almada Negreiros, em Julho, a propósito dos elogios do Rei de Inglaterra aos soldados portugueses, ou a viagem diplomática a França do Ministro de Guerra Norton de Matos, e, finalmente, o texto “Portugal no Estrangeiro”, o qual reflecte sobre os ganhos de Portugal no fim da guerra, são exemplos paradigmáticos das três perspectivas apontadas. Paralelamente, das actividades do exército português na linha de combate, o “Estrela do Minho” fará referência a quatro notas officiosas publicadas, do general Tamagnini, respectivamente, a i) 26 de Agosto, ii) 2 de Setembro, iii) 16 Setembro e, finalmente, iv) em 23 de Setembro. Transcreve-se a de 26 de Agosto e a de 2 de Setembro.

i) O inimigo fez esta madrugada um ataque ao centro do nosso sector, com uma forte coluna composta de bávaros e saxónios com tropas especiais de assalto. O ataque foi precedido e acompanhado por grande bombardeamento com granadas de diverso calibre e gases. O inimigo, que entrou nas nossas trincheiras, foi repellido, tendo deixado bastantes mortos, entre os quais um oficial e cinco prisioneiros. O choque principal foi recebido pelo batalhão de infantaria 35. Tanto a infantaria como a artilharia, que foram fortemente bombardeadas, se portaram

valentemente. Tivemos algumas baixas, cujo número oportunamente transmitirei. Moral das tropas excelente. / Lisboa, 23. Em nota oficiosa, o ministro da guerra enviou aos jornais a seguinte informação do sector português em França, relativa à semana finda em 18 do corrente: «Comunicação do general Tamagnini – Após o combate do dia 14, já noticiado, a situação tem-se mantida relativa.

ii) O batalhão de infantaria 29, que se encontrava provisoriamente incorporado, para efeitos de instrução, numa divisão inglesa, repeliu um violento ataque das tropas alemãs, fazendo três prisioneiros. / Este batalhão portou-se muito bem, apesar de ser a primeira vez que entrou na linha de fogo, pelo que recebeu felicitações do general inglês que comanda a divisão onde estava incorporado. / As nossas tropas realizaram um «raid» ao sul de Armentières, fazendo três prisioneiros. Em todo o nosso sector houve encontro de patrulhas, que foram sempre repelidas, e bombardeamentos recíprocos, fazendo o inimigo largo emprego de granadas de gases asfixiantes. Tivemos um insignificante número de baixas durante a semana. O moral das tropas continua excelente.



8. Arquivo Municipal.

## África

Este foi um ano dominado especialmente pelas relações diplomáticas relativamente à África Portuguesa, especialmente com a Inglaterra, e, particularmente, em meados do ano. De facto, os famalicenses liam em 12 de Agosto o seguinte:

Alguns jornais sul-africanos lançavam como balão de ensaio, certamente o boato de que,

finda a guerra, Portugal consentiria na troca de territórios conquistados à Alemanha na Costa oriental da África, pelo porto de Lourenço Marques. / O nosso governo como lhe cumpria, fez desmentir tão insidiosas notícias e o nosso Cônsul no Cabo pediu para o caso a reciprocidade do respeito às intenções de Portugal que não está disposto a desfazer-se da menor parcela do seu território ultramarino.

Outro acontecimento abalaria as hostes portuguesas, quando em 7 de Outubro o “Estrela do Minho” realiza a informação de que se realizou em Londres um congresso realizado pelo Partido Socialista, com a representação de delegados de várias nações, incluindo Portugal. O projecto apresentado fazia referência a um “grande império federal sul-africano composto de várias colónias inglesas e na que se compreende também a nossa província de Moçambique, criticando e objectando a delegação portuguesa tal projecto de nacionalidade africana. Na crónica de 28 de Outubro com o título “As Nossas Colónias”, num debate parlamentar, Portugal, informa o cronista, que tem a pretensão da “legítima defesa da sua integridade colonial e da sua existência política”, para em 18 de Novembro publicar o seguinte telegrama da Agência Havas, enviado pelo governo inglês, num debate então havido na Câmara dos Comuns: “um deputado perguntou se , em vista da ansiedade que causou em Portugal a proposta do partido operário pedindo a internacionalização da África Central, o governo está decidido a declarar que não é de modo algum responsável por tal ideia. O sr. Cecil responde dizendo que o governo se sente satisfeito com a oportunidade de que lhe é oferecida para declarar que de modo nenhum é responsável pela proposta e que a Grã-Bretanha promete, ao contrário, defender e proteger as colónias portuguesas contra os inimigos.”

E se os famalicenses sabem em 11 de Fevereiro que os soldados do Batalhão de Infantaria 29 chegaram à África Oriental “sem incidentes na viagem” para combaterem juntamente com os belgas e os ingleses os alemães, em 15 de Julho noticiam-se os combates próximos do Rio Rovuma e em Dezembro, e tal como aconteceu com Naulila no ano transacto, sem indicação geográfica, o desastre de Negomeno (Moçambique). Veja-se a notícia intitulada “Desastre em Africa”, de 15 de Dezembro:

A má estrela continua a preconizar-nos em África, desde Naulila, em luta com os boches. Agora, atacados os nossos de improviso e em número muito superior o inimigo, perdemos mais uma batalha, em combate com os alemães, onde morreram alguns oficiais e soldados, tendo ficado também alguns dos nossos prisioneiros do inimigo. / É certo que nem todas as batalhas podem dar-nos a vitória e que os nossos soldados têm dado em África largas provas de valor, que à nossa raça nunca faltaram. / É, porém, necessário que a organização das nossas forças em África seja feita por conhecedores da região e oficiais experimentados em campanhas coloniais, dando-se-lhes os contingentes necessários para não terem de combater em inferioridade sensível de número com os adversários”; e em 23 de Dezembro, noticia-se que o governo português já



mandou mais tropas para África Oriental.

## **Sociedade Civil**

Henrique de Vasconcelos numa crónica que o “Estrela do Minho” republicaria do jornal “O Mundo”, em 18 de Março, com o título “Para os Soldados”, argumenta, a dado passo, que “a acção do Estado tem de ser completada pela intervenção de particulares” e o exemplo concreto e paradigmático que evidencia, pela sua acção cívica em favor dos soldados portugueses, é a Cruzada das Mulheres Portuguesas. Paralelamente, em 15 de Abril, num texto com o título “Para as Vítimas da Guerra”, solicita-se à comunidade famalicense para dar o seu exemplo cívico e de solidariedade. Leia-se:

É ocasião de, em Famalicão, agora iniciarmos todos a criação de receita para proteger as famílias dos soldados pobres mortos ou inutilizados na guerra. O nosso exército coopera já com os aliados nos campos de batalha em França. / Soldados do nosso concelho partem agora para, igualmente, irem cumprir o seu dever de cidadãos portugueses. Para estes principalmente temos o dever de assistência a suas famílias quando pobres. Os seus nomes vamos nós encarregar-nos de conhecê-los, para o caso de ser necessário de futuro o auxílio para suas famílias, embora o Estado também não os esqueça. / Mas o socorro oficial é sempre tardio; portanto, deve iniciar-se no concelho uma grande subscrição, onde ricos e pobres colaborem com esse destino e promover espectáculos cujo produto reverta para o mesmo fim. É assim que melhor podemos prestar homenagem aos que pela pátria vão arriscar a vida; e também porque à hora da partida, lhes damos a certeza de que no futuro velarmos pelas suas famílias, quando os acasos da guerra o torne necessário.

Com este apelo, que dará os seus frutos, conforme se verá mais adiante, o “Estrela do Minho” vai comunicando aos famalicenses as actividades das seguintes instituições, internacionais e nacionais, de solidariedade cívica: Grande Comissão Portuguesa Pró-Pátria (Rio de Janeiro), Junta Patriótica do Norte (Porto), Madrinhas dos Soldados de Guerra (Lisboa), Assistência Popular Patriótica (Porto), a Cruz Vermelha Portuguesa e a Comissão Promotora da Venda da Flor (estes dois últimos casos em V. N. de Famalicão). Da Grande Comissão Portuguesa Pró-Pátria, os famalicenses ficam a saber que a instituição adoptou o projecto do escritor Carlos Malheiro Dias para a criação de uma obra de Protecção aos Órfãos da Guerra e nas comemorações do seu primeiro aniversário, em 16 de Março, numa sessão comemorativa realizada no Gabinete Português de Leitura; que a Liga Monárquica D. Manuel II aderiu ao programa e aos propósitos da mesma instituição, assim como também elaboraram o projecto de abrir em Lisboa um «Comité» da Comissão Pró-Pátria, o que veio a acontecer em Maio, noticiando o “Estrela do Minho” nos seguintes termos:

Em casa do sr. Cândido Cardoso Soto-Maior, em Lisboa, reuniu o *comité* delegado da Grande

Comissão Pró-Pátria, do Rio de Janeiro, para tratar da imediata organização da «Obra de Protecção aos Órfãos da Guerra», fundada pela colónia portuguesa no Rio de Janeiro. / À reunião assistiu o ilustre escritor sr. Carlos Malheiro Dias, que expôs o resultado da sua conferência com o sr. Presidente da República, que o havia recebido no Palácio de Belém, na qualidade de emissário da Grande Comissão Pró-Pátria, e a quem o sr. Carlos Malheiro Dias, no desempenho da sua missão, fez ciente dos objectivos da obra filantrópica fundada pela colónia portuguesa e pediu a resolução de alguns assuntos que a Comissão Pró-Pátria recomendara ao governo com especial empenho. / Na reunião ficou combinado aguardar as resoluções do governo para dar cumprimento imediato à Obra de Protecção aos Órfãos da Guerra. O sr. Cândido Soto-Maior participou que se achava já de posse da quantia de 60000\$000 réis, que lhe haviam sido remetidos pela Comissão Pró-Pátria.

Relativamente à Junta Patriótica do Norte, esta instituição portuense dá a conhecer que recebe no seu asilo as crianças até aos sete anos – “filhos dos soldados em campanha que não tenham mãe.” Se num primeiro momento, a Junta Patriótica do Norte estabeleceu uma propaganda para a mobilização, agora configura-se numa instituição de solidariedade social; por seu turno, uma outra instituição do Porto, a Assistência Popular Patriótica, anuncia que já tinha na sua subscrição, nos princípios de Abril, a quantia de 3545\$74, enquanto que o “Estrela do Minho” realizará uma notável campanha à volta das Madrinhas dos Soldados da Guerra, a exemplo do que então estava sucedendo em Lisboa. O exemplo mais concreto e relacional que Manuel Pinto de Sousa teoriza é na sua crónica de 5 de Agosto, lembrando “à comissão das senhoras famalicenses que promoveram a Festa da Flor e a subscrição para as Vítimas da Guerra, para que iniciem essa obra com os soldados do nosso concelho.” Se esta campanha surgiu efeito, na medida em que o jornal famalicense vai informando a comunidade de que “os rapazes do nosso concelho... nos têm escrito pedindo apoio moral de madrinhas de guerra”, isso é outra história e outra realidade, que vai ficar para outra oportunidade, não parecendo, contudo, segundo investigações já realizadas, que tivesse tido grande efeito, apesar de ter existido alguns casos. Uma outra campanha, essa sim, já com resultados mais práticos, foi a subscrição proposta pelo “Século” em princípios de Outubro, na realização de uma subscrição para se adquirir agasalhos e enviar para os soldados portugueses. A subscrição do jornal famalicense iniciou-se entre finais do ano até princípios de 1918.

### **Cruz Vermelha**

Até à constituição da Delegação da Cruz Vermelha em V. N. de Famalicão, decorreram alguns acontecimentos desta instituição filantrópica que iam sendo noticiados. Em Janeiro, a comunidade famalicense toma conhecimento que a instituição se encontra a organizar uma formação sanitária em cooperação com as tropas portuguesas e, ainda no mesmo mês, noticia-se que a sede em Lisboa aprovou a implantação da Delegação na Vila. Anuncia-se, então, que “vai haver uma reunião dentro de poucos dias, a fim de serem eleitos os corpos-gerentes da

Delegação”. Em Fevereiro, comunica o “Estrela do Minho” que se encontra pronto o “Manual de Socorros”, sendo autor Carlos Lopes, sendo já a segunda edição realizada na Tipografia Minerva: “Este livro, ilustrá-lo com muitas gravuras, é extremamente útil em campanha, pois ensina o modo de acudir aos feridos de guerra, ou mesmo em desastres e em afogados pelo que bem se avalia da sua grande utilidade humanitária.” Ainda em Fevereiro, os famalicenses tomam conhecimento de uma “Patriotica Oferta” do Centro Colonial de S. Tomé e Príncipe, baseando-se essa mesma oferta em Cacao para a Cruz Vermelha. Em 18 de Fevereiro anuncia-se a primeira reunião da Comissão Instaladora da Delegação da Sociedade da Cruz Vermelha em Famalicão; e, em 4 de Março, noticia-se novamente a mesma reunião nos Paços do Concelho para a eleição dos corpos-gerentes da Delegação, o que só viria a acontecer nos princípios de Maio, ficando assim constituída: Tesoureiro, Francisco Correia de Mesquita Guimarães e Secretários, António Dias Costa e Amadeu Mesquita. Em 21 de Junho espera-se que a actividade da Delegação na Vila seja uma realidade, sugerindo-se para “breve principiarem os cursos de enfermeiros, maqueiros, etc.”, especulando-se que seja instalada “uma enfermaria destinada à cura dos feridos na guerra do nosso concelho.” Até que em 12 de Agosto, os famalicenses acabam por ler que a Delegação famalicense “vai reunir para tratar da instalação do serviço de enfermeiros e maqueiros.” Por seu turno, em Novembro, sabe-se que a Delegação encomendou os emblemas e as braçadeiras e em meados de Dezembro aparece uma notícia a informar que “algumas senhoras daqui desejam frequentar o curso de enfermeiras da Cruz Vermelha.” Nesta perspectiva, tudo leva a crer que a Delegação da Cruz Vermelha em V. N. de Famalicão não terá passado de meras e boas intenções.

## **Comissão Promotora Venda da Flor**

### a) Venda da Flor

Quando Manuel Pinto de Sousa (a exemplo do que se passou em Lisboa, já que as “senhoras de Lisboa iniciando a venda de flores em todas as casas da capital, em favor dos nossos soldados feridos na guerra”, que “acabam de dar um exemplo nobilíssimo de solidariedade humana e ao mesmo tempo patriótico”, conseguindo juntar “num só dia mais de trinta mil escudos”) lança o apelo para que em V. N. de Famalicão se imite “essa grande obra pelas senhoras da nossa terra” (num texto de 15 de Abril), os textos de propaganda do então jovem publicista e jornalista Alexandrino Costa à volta da Venda da Flor (de 22 e de 29 de Abril), a sociedade feminina famalicense respondeu positivamente. Com a sede na Casa Bancária Brandão & C.<sup>a</sup>, cedendo “o escritório e salas do primeiro andar”, a Comissão Promotora da Venda da Flor em V. N. de Famalicão, será constituída pelas seguintes senhoras: Presidente, Viscondessa de Pindela; Vice-Presidente, Amália L. de Macedo Chaves de Oliveira; Tesoureira, Mariana Folhadela de Macedo; Secretárias, Maria da Glória Ferreira Macedo Sampaio e Maria Bertila Garcia de Carvalho. Paralelamente, presidiram aos grupos então denominados de veindeuses, além das senhoras da comissão, Estela Nunes Sá Brandão, Mariana Macedo Simões, Albertina Machado, Elisa Veiga e e Cunha, Silvina Gomes, Cândida Carneiro, Balbina Veloso Macedo, Maria da Glória Bouças, Júlia Carvalho e Rosalina Ilhão Peixoto. O texto de apresentação da referida comissão foi o seguinte,

seguinte, de 29 de Abril:

Mulheres e flores! Tudo o que a natureza criou de mais belo vai, em conjunto, alegrar a nossa terra, numa encantadora festa, da qual resultará o auxílio às vítimas da guerra. / Enquanto nos campos de batalha os homens pelejam encarniçadamente em defesa da liberdade, as mulheres, sempre dedicadas e previdentes, reúnem-se para angariar socorros para as vítimas dessa terrível hecatombe, que ameaça arrasar o mundo inteiro! Enquanto pais, filhos e irmãos arriscam a vida com o despreendimento e abnegação de verdadeiros heróis, as mães, filhas e irmãs, preparam o lar para receberem com alegria os que voltarem sãos, e com verdadeiro carinho, os que a fatalidade trouxe inválidos e doentes. As damas de Famalicão, mensageiras da cruzada do Bem, vão no dia 8 de Maio, angariar donativos para as vítimas da guerra. Quem lhes negará o seu óbolo? Em troca duma flor gentilmente oferecida, ninguém deixará de auxiliar a obra bendita do socorro aos nossos soldados.

O programa para a Festa da Venda da Flor, a qual se realizou a 8 de Maio, constou de nove zonas geográficas, distribuídas pela então Vila de Famalicão: Estação, Campo da Feira, Bandeirinha e Cruz Velha, Rua Adriano Pinto Basto, Campo Mouzinho de Albuquerque (lado direito e lado esquerdo), Rua Cinco de Outubro, Rua Direita e Praça Conde São Cosme do Vale. Para além de alguns donativos, e na crónica de 13 de Maio, com o título “A Festa da Flor”, os famalicenses souberam que a Venda da Flor foi um êxito, merecendo destaque na “Ilustração Portuguesa”, de 28 de Maio.

#### b) Festa Desportiva

Anunciada já em Maio, tendo como objectivo a angariação de fundos para o cofre da Assistência às Vítimas da Guerra em Famalicão, e organizada pela Comissão Promotora da Venda da Flor, esta festa desportiva realizou-se no Clube de Caçadores em 10 de Junho com o seguinte programa, o qual se constituiu em duas partes. Na primeira parte, as actividades então realizadas foram as seguintes: corrida de velocidade (100 metros), corrida de sacos, concurso hípico, saltos em altura, lançamento de peso e uma surpresa constituída pela realização de um número realizado por senhoras, durante o intervalo; por seu turno, a segunda parte teve actividades como *match de box*, corrida das batatas, salto em comprimento, corrida três pernas, jogo da rosa (bicicleta) e corrida de obstáculos. Nos intervalos houve rifas, quermesses, tómbola e leilão dos objectos oferecidos pelas senhoras da comissão organizadora da Festa da Flor. Em 17 de Junho os famalicenses liam o seguinte:

Realizou-se no Domingo passado, como estava anunciado, a festa de jogos diversos e rifa de prendas na carreira de tiro do Clube de Caçadores, cujo produto reverteu em favor das vítimas da guerra. Apesar da concorrência não ser grande, talvez pelo calor que esteve nesse dia, o rendimento aproximou-se de novecentos escudos. Ficaram ainda algumas prendas por vender.

### c) Sarau-Dramático-Musical A Favor das Vítimas da Guerra

Com a primeira referência em 3 de Junho, noticiando-se que “a ilustre comissão das damas desta Vila projecta realizar um sarau artístico, e apesar do programa ainda não estar devidamente organizado”, informa-se em 15 de Junho a comunidade famalicense que os ensaiadores serão Ester Brandão e Adolfo Lima na parte musical, enquanto que as comédias ficaram a cargo de Alípio Guimarães. O programa definitivo será conhecido a 22 de Julho, realizando-se o respectivo sarau em 28 de Julho no Salão Olímpia, relatando o “Estrela do Minho” o acontecimento em 5 de Agosto. Veja-se o programa:

O ex.mo sr. dr. Sebastião de Carvalho com a sua brilhante palavra, saudará as damas promotoras pela sua patriótica obra e ao público pela sua coadjuvação. Seguir-se-á pelo grupo composto das ex.mas sr.as D. Ester e D. Alzira Brandão, D. Maria Pinto de Sousa, D. Maria Cândida, D. Alice e D. Aurelina Correia, D. Fernanda Guimarães, D. Júlia e D. Cândida Silva, D. Maria J. Barros, D. Belmira Bezerra, D. Carminda Marques, D. Alice Garcia, D. Laura Carvalho, D. Carmen Guimarães, D. Laura Loureiro, D. Adestina Lima, D. Maria Lúcia Garcia Carvalho, D. Amélia Faria, D. Joana Pinto Areias, D. Alzira Portela, D. Fernanda Terroso e D. Rosa Manuela Gomes. 1.ª Parte. “Pescador” (canção portuguesa, T. Moutinho); “Menina dos Meus Olhos”, A. Viana; “Canção da Tarde”, J. Moutinho; “Quadras Soltas”, F. Moutinho; “As Lavadeiras” (Coro), A. Viana. 2.ª Parte. “Que Amigas. Comédia em 1 acto”. D. Violante-Júlia Silva; D. Ernestina-Cândida Silva; D. Eulália-Amélia Faria; Rosa, criada-Belmira Bezerra. Lisboa-Actualidade. “Romance”, Artur Napoleão; “Balada”, Chopin; “Rapsódia Húngara”, Lizst. Ao piano Ester Brandão Barbosa. “Sapatinhos de Baile. Comédia em 1 acto”. Baronesa do Quental-Maria Cândida Correia; Viscondessa de Bela-Flor-Alzira Brandão. Lisboa-Actualidade. 3.ª Parte. “Margarida. Diálogo”, com Júlia e Cândida Silva, com acompanhamento de coros e música de F. Moutinho. “Ao Desafio”, A. Sarti; “Morena”, J. Moutinho; Fado por Maria Cândida Correia e coros, música de A. Coelho; “Ceifeiras” (coro), de A. Sarti.

Os bilhetes podiam ser adquiridos na “casa da promotora em Louredo ou no estabelecimento do sr. Luís Terroso ao Campo Mouzinho.” Do sarau-artístico, pode-se ler em 5 de Agosto que “todos os elogios que se façam, todos os louvores que se tributem, são poucos para manifestar o agrado e a admiração de que o público se sentiu empolgado!”

### Subsistências

O projecto constante das cooperativas de consumo, para defesa dos consumidores mais pobres e a concretização dos celeiros paroquiais, existindo alguns em algumas freguesias do concelho de V. N. de Famalicão, a constituição governamental concelhia das subsistências e de uma comissão de abastecimento local, assim como a criação de mais uma comissão de subsistências em princípios de Setembro, não conseguiram (através da configuração de uma Lei dos Cereais) sustentar a constante especulação dos preços à volta dos mesmos e, em especial, do milho, com a

9. "Ilustração Portuguesa". Lisboa, n.º 588 (28 Maio 1919), p. 440. [hemeroteca digital].

"Um grupo de senhoras encarregadas da "Venda da Flor" em Famalicão. No primeiro plano, da esquerda para a direita: Arminda Guimarães, Elzira Portela, Cacilda Marques, Maria Cândida Machado, Maria Antonieta Fernandes, Joana Pinto, Laura Pimentel, Corina Marques, Carmen Macedo, Maria Cândido Matos. 2.º plano: Laura do Nascimento Carvalho, Sara de Carvalho Cunha, Viscondessa de Pindela, Hermínia Loureiro, Carmen Guimarães, Ernestina Machado, Maria Medeiros, Irene Fernandes. 3.º plano: Maria Manuela Cerejeira, Cândida Carneiro, Maria Luísa de Carvalho e Cunha, Estela Brandão, Lúcia de Carvalho, Amélia Chaves de Oliveira, Rosalina Ilhão Peixoto, Maria de Jesus Barros, Maria Ermelinda Machado. 4.º plano: Balbina Veloso de Macedo.



10. "A sr.ª Viscondessa de Pindela colocando uma flor num aldeão.;" "As sr.as D. Maria Luísa de Carvalho e Cunha e D. Ermelinda Areias colocando flores nos srs. drs. Guilherme Costa e Ricardo Lemos, distinto sportman portuense.



constante polémica do seu abastecimento e a sua falta, quer na feira e no mercado, originando conflitos sociais durante o ano não só a nível nacional, como também a nível local. Em Março, numa crónica com o título “Abastecimento de Milho”, o cronista do “Estrela do Minho” informa que “sabemos de lavradores que, solicitados para vender milho a alguns pobres, se têm negado a fazê-lo”, caindo na retórica propagandista usual de que a “hora é de sacrifícios para todas as classes.” Em princípios de Abril, anuncia-se que o problema das subsistências “é o assunto máximo que a todo o país preocupa” e que “é a falta de pão” que leva a “tumultos em várias terras pela falta de milho e se assim continua não pode calcular-se onde irá parar o sossego público.” Em Maio os famalicenses tomam conhecimento que chegaram para a freguesia de Calendário “cerca de cinquenta carros de milho”, os quais foram adquiridos em Viana do Castelo pela “junta de paróquia daquele freguesia, para poder atender, ao menos em parte, à enorme falta de milho que ali tem havido.” Depois dos conflitos sociais em Lisboa, relatados e comentados em editorial, noticia-se os do concelho, particularmente em Oliveira Santa Maria e nos da Vila. Veja-se a notícia destes dois acontecimentos, publicada em 3 de Junho:

Segunda-Feira última [28 Maio], veio uma comissão de lavradores, daquela freguesia, queixar-se à administração do concelho de que cerca de 200 indivíduos tinham assaltado a casa do lavrador caseiro Francisco caseiro, agredindo, barbaramente, os donos da casa e roubando todo o milho que havia para consumo e sementes, além de 80 escudos em dinheiro e várias roupas. / Imediatamente, a digna autoridade administrativa tratou de iniciar as suas averiguações e como lhe constasse que os assaltos se iam repetir, seguiu para Riba d’Ave, acompanhado do destacamento da Guarda Republicana, em serviço nesta vila, conseguindo saber o nome dos principais assaltantes e realizando logo a prisão de alguns deles, apesar da atitude hostil do operariado daquela região. / Nessa ocasião requisitou mais forças da Guarda Republicana, que lhe foram fornecidas de Guimarães. / Na Terça-Feira [29 Maio] passada correu na vila o boato de que tinha sido lançado fogo à casa da Lavandeira, pertencente ao proprietário sr. Narciso de Abreu, da freguesia de Oliveira, o que infelizmente mais tarde se confirmou, tendo ardido a casa por completo e perecendo nesse criminoso sinistro 9 cabeças de gado! / Nessa ocasião foram efectuadas mais 3 prisões, sendo arbitrada a cada um dos presos, segundo se diz a fiança de 2000 escudos. / As patrulhas da Guarda Republicana têm percorrido, de noite, todos os lugares da freguesia de Oliveira e limítrofes, estando agora a ordem pública completamente assegurada. / Diz-se que antes do assalto houve uma reunião de operários a que não foram estranhos certos elementos ultra-avançados de fora do concelho, constando também que os operários de Riba d’Ave e fábricas vizinhas, acompanhados de Pevidém, pensavam em vir a esta vila e, pela força, subtrair os preços à acção da justiça. Para obstar a isso, chegou ontem aqui uma força militar a qual veio a requisição do digno administrador deste concelho, que tem sido de uma actividade e energia raras, merecendo por isso os aplausos de toda a gente. / Consta-nos também que em Riba d’Ave tem havido sempre milho à venda por preço acessível e que os operários ainda não deixaram de ter trabalho, motivo porque de modo algum se justificam os excessos por eles



praticados e que mais lamentáveis seriam se não fossem as prontas e enérgicas providências tomadas pelo sr. dr. Carlos Bacelar, digno administrador do concelho.

Em 10 de Junho noticia-se que “escortados por uma força militar, partiram Quinta-Feira para Braga, nove indivíduos capturados por causa dos acontecimentos de Oliveira. Estão todos pronunciados pelo crime de roubo e agressão, sendo-lhe admitida fiança. Os presos que são todos tecelões chamam-se José de Oliveira, David Moreira de Carvalho, Manuel Pereira, António Antunes, João Ferreira, Manuel de Almeida, Joaquim António Cardoso e António Luís de Araújo.” Ainda em Junho, noticia-se que o município apreendeu um carro de milho que transitava sem guia de licença, mandando fazer pão para os pobres, comentando-se que “é sabido que nos concelhos do norte deste distrito existe milho em abundância, tendo já vindo bastante para os celeiros paroquiais do Calendário e de Joane e ainda para Riba d’Ave. Para esta vila é que já há tempos não vem nenhum e, por isso, a Câmara poderia ser a reguladora do mercado se tivesse milho em quantidade.” Por outro lado, “se o milho que vem das colónias é insuficiente para as necessidades da capital”, sugere-se adquirir milho em Braga, cidade que terá, nos inícios de Julho, os seus próprios conflitos. Até que em 5 de Agosto informa o “Estrela do Minho” da constituição de uma Comissão Governamental das Subsistências no Concelho e de uma Comissão de Abastecimento Local. A primeira foi representada pelas seguintes personalidades: Delegado do Governo, Adelino Adélio dos Santos; pela Comissão Executiva da Câmara Municipal, Domingos Lopes da Silva; Pela Associação Central de Agricultura, António Joaquim de Sousa Veloso. Por seu turno, a segunda foi constituída da seguinte forma: Pela Câmara Municipal, Francisco Correia de Mesquita Guimarães, Jaime Valongo e Manuel Pinto de Sousa; Pela Associação Comercial e Industrial, Manuel António Bouças Júnior e Augusto Pereira Sampaio; Pelo Sindicato Agrícola, António Joaquim de Sousa Veloso, Duarte Maria Pinheiro de Menezes. Em 9 de Setembro, é noticiada mais uma Comissão de Subsistência, constituída por Mesquita Guimarães, Bouças Júnior, Augusto Sampaio, Joaquim de Sousa Veloso e Manuel Pinto de Sousa. Mas quem critica a propaganda do jornal “Estrela do Minho” será a Comissão de Subsistências da Freguesia de Ribeirão, a propósito da distribuição (o que leva a supor a existência de mais comissões espalhadas pelas freguesias do concelho), constituída então por João José da Silva, Manuel Dias da Costa, Manuel Dias de Sá Couto, Manuel Pereira de Araújo, José Dias dos Santos, António Ferreira da Costa, Alberto Ferreira da Cruz Loureiro, Manuel Joaquim Machado e Manuel Maria de Albuquerque Gerard (regedor), cujas reivindicações serão publicadas em 18 de Novembro:

Nós, os membros da Comissão de Subsistências da freguesia de Ribeirão, tendo lido no seu conceituado jornal referências menos verdadeiras e justas sobre o milho que tem transitado para esta freguesia com guias legais, vimos apressadamente pedir a V... o favor de publicar, quanto antes, o respectivo desmentido, por serem inexactas tais informações. / Certa desta gravíssima crise do milho nenhuma freguesia deste concelho terá sido tão duramente experimentada

como a nossa! Nem admira, Sr. Director! / Esta freguesia consta já 470 famílias! E pelo exacto arroteamento daquele cereal, apenas tem para a venda 60 carros de milho! Há, portanto, um *deficit* pavoroso! É necessário importar para aqui fatalmente 430 carros! / É certo que a digna autoridade administrativa, conhecedora dos factos, tem passado algumas guias, mas as quais algumas vezes, infelizmente, não têm sido reconhecidas por alguns dos seus subalternos e populares. E não se diga, Sr. Director, que algum milho de Ribeirão ou que para Ribeirão venha, com guia por nós informada passa para o sul. / E devemos informar, em abono da verdade, que a digna autoridade administrativa deste concelho nenhuma guias tem passado para esta freguesia, sem previamente ouvir esta comissão sobre o assunto.

Das actividades da Comissão de Abastecimento Local, realça-se a realização de um inquérito ao consumo do milho, com a participação dos regedores das freguesias, e a projecção para a formação dos celeiros paroquiais. Após a realização do inquérito, o administrador do concelho proibiu a saída de milho e de centeio para fora do concelho, bem como o trânsito dos mesmos. Em 30 de Setembro noticia-se que a Comissão de Subsistências já conseguiu a implantação de alguns celeiros paroquiais em algumas freguesias; até que, após os conflitos sociais no Porto, receou-se em Dezembro em Famalicão pelo assalto às mercearias da Vila, defendendo-as uma força militar:

Quarta-Feira [12 Dezembro], ao meio da tarde, que é a hora de maior negócio nos estabelecimentos, correu a notícia de que vinha o pessoal das fábricas de tecidos de Riba d'Ave assaltar as mercearias da Vila, proeza a que se associariam os operários das fábricas e oficinas daqui. O facto alarmou toda a gente que estava na feira, que debandou logo, tratando todos os comerciantes de encerrar as portas. / Perdeu-se quase pro completo o negócio desse mercado. O crime não se efectuou porque os iniciadores dele, dizem-nos, não encontraram o apoio do povo que enchia o campo da feira. / Também parece não restar dúvida de que os assaltos foram premeditados, pois neles se têm falado já há duas semanas — é o exemplo do que aconteceu no Porto — e tanto que já a autoridade administrativa tem a Guarda Republicana de prevenção para evitar os assaltos.

### **Política. A Vitória Monárquica nas Eleições Municipais**

Em 8 de Julho o “Estrela do Minho” quando noticia o Congresso Republicano realizado em Lisboa, no Teatro de S. Carlos, tendo sido discutido temáticas de âmbito nacional e internacional, nomeadamente, a cooperação de Portugal na Grande Guerra e das compensações que lhe serão concedidas com o Tratado de Paz, as medidas de fomento para o desenvolvimento do país, a instrução, em particular o ensino profissional técnico, anunciando-se a coesão partidária, esta será, provavelmente, a maior falácia apresentada no próprio Congresso. Com o anúncio das eleições administrativas ou municipais para 4 de Novembro, em 11 de Outubro fala-se dos municípios como “pequenos estados”, na medida em que “a República dando aos

municípios a sua autonomia administrativa, ilibando-os da tutela vexatória do poder central, prestou dessa forma a devida justiça às regalias populares”, o cronista depois de tecer considerações sobre o desenvolvimento dos municípios, dando exemplos, refere-se ao de V. N. de Famalicão nos seguintes termos: “Muitas dezenas de contos se têm empregado em melhoramentos na vila e na viação do concelho, que estão bem patentes, sem se recorrer a empréstimos”, concluindo que se fala “na conjunção de elementos de oposição à lista que vai ser apresentada pelos republicanos. É convicto nosso que nada obterão de apreciável nas urnas.” Enganou-se! O “Estrela do Minho” no dia 3 de Novembro, em cabeçalho a negro, propagandeia a participação dos famalicenses nas urnas, apresentando um manifesto com o título “Eleições” e os respectivos vereadores candidatos, efectivos e suplentes. Vejamos os efectivos: António Gonçalves Cerejeira, Augusto Pinto Trindade, Eduardo Joaquim da Silva, Francisco Tinoco de Sá, Higino Robalo Ferreira, João Dias Alves Pimenta, Lino António de Faria e Sá, Manuel Augusto da Costa Campos, Manuel Oliveira Costa, Manuel Pinto de Sousa, Rodrigo Ernesto de Carvalho e Simeão da Costa Vidal. Por seu turno, a “Lista Conservadora, Lista de Competências”, constituída por conservadores, monárquicos e dissidentes da Comissão Municipal do Partido Republicano Evolucionista, através do seu órgão de imprensa “Gazeta de Famalicão”, sendo director Joaquim José da Rocha, apresenta os seguintes candidatos efectivos à Câmara Municipal: Henrique Ferreira Machado, João machado da Silva, Adolfo Sampaio de Novais Pinto de Almeida, Duarte Maria Pinheiro de Menezes, Manuel Augusto de Sá Marques, Padre Manuel da Costa Freitas Reis, José Marques Pereira Pinto, Francisco Manuel da Fonseca e Castro, Jerónimo António ferreira, Abílio pereira de Araújo, Álvaro Carneiro Bezerra e Joaquim Dias de Sá. Esta será a lista vencedora e as reacções não se fizeram esperar, conforme se pode ler no texto de 11 de Novembro, referindo-as às eleições que estas decorreram “para a oposição monárquica com uma liberdade exemplar, ao inverso do que sucedia nos actos semelhantes do velho regime”; e, desta vez, foi essa mesma oposição “que se fartou de exercer, por todos os meios e modos, violenta pressão sobre os eleitores, atentando por uma forma clamorosa contra o artigo 151.º do Código Eleitoral em vigor. Acrescenta o cronista: “Alguns dos senhores párocos, sobretudo, pondo de parte toda a verdade e seriedade do seu ministério” colocaram ao eleitorado o seguinte dilema: “ou votar com os católicos (entre os quais estão dos ateus, os srs. Fonseca e Castro e Dias de Sá!) ou irem para o Inferno!” Daqui que os republicanos famalicenses tentaram, por todos os meios, impugnar as mesmas eleições. É o que se depreende de uma carta de Daniel Rodrigues para Sousa Fernandes, de 8 de Novembro de 1917, na qual se evoca também a falácia republicana, a coesão entre os republicanos:

Os nossos correligionários são em grande parte indignos da situação que disfrutam e até da atmosfera liberal e sadia que a implantação da República produziu. São moralmente uns leprosos, uns ineptos ou uns cépticos comodistas que mais apropriadamente viveriam na gataria monárquica. / De maneira que o fenómeno patológico da perda das eleições municipais em algumas localidades, embora contundente, não pode causar-nos inteira surpresa. O que importa

é que o desalento não invada e imobilize os bons, os autênticos e firmes republicanos. Precisamos de tirar das angústias da derrota incentivo e motivo e força para novas lutas [...] Serão postos à disposição do meu Amigo todos os elementos que estejam na mão do Directório e do Governo para os efeitos da errata à eleição de Famalicão. (Cf. Daniel Rodrigues - *Correspondência para Sousa Fernandes*. leitura, Introd. e notas de António Joaquim Pinto da Silva. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1990, pp. 63-64).

### **Viagem Presidencial e Exílio**

Os famalicenses tomam conhecimento da Viagem Presidencial em 19 de Agosto, nas seguintes palavras, em termos de retórica apologética e de propaganda: “Parte no próximo Setembro para França, de visita aos nossos soldados nos campos da batalha o sr. Presidente da República. / Achamos acertada esta viagem ao sector português onde os nossos irmãos valentemente estão combatendo pela Pátria, vertendo o seu sangue para que possamos atingir de futuro o Portugal próspero e feliz que deve ser o anseio de todos os seus filhos. Por isso, é justa a visita do Chefe do Estado à França e podendo ser à África, onde também muitos milhares de soldados nossos estão combatendo o inimigo. / Todas as considerações da mãe Pátria são merecidas aos heroicos batalhadores portugueses.” Concretizando-se e iniciando-se em 8 de Outubro, os famalicenses sabem que o Presidente da República foi esperado em Espanha pelo Rei Afonso XIII “com todas as honras”, transcrevendo o “Estrela do Minho” a notícia do jornal portuense “O Primeiro de Janeiro”, relatando as condecorações de Madrid e a Verdun . Desta forma, o Rei Afonso XIII concedeu a Bernardino Machado o Grande Colar da Ordem de Carlos III e a Grã-Cruz de Isabel a Católica ao Ministro dos Estrangeiros e ao Ministro em Madrid; por seu turno, em Verdun, com a presença do Presidente francês, Poincaré, o Presidente da República Portuguesa, Bernardino Machado, confere a Verdun a Ordem da Torre e Espada. Até que, em 9 de Dezembro, a comunidade famalicense fica uma vez mais estupefacta com mais um golpe revolucionário e militar: “Correu para aí boatos sobre um presumido movimento revolucionário em Lisboa, no qual forças do exército se chocaram. / De positivo, não se sabe nada. / Digase, porém, que o governo dominou a situação e castigará os culpados. / Só traidores à Pátria é que podiam, neste momento, alterar a ordem pública, quando o país se vê assoberbado com os graves problemas da guerra, que estamos envolvidos, e o das subsistências. / Querem, então, a triste glória de sermos actualmente a Rússia do Ocidente!” Em 15 de Dezembro, noticia-se a demissão do administrador do concelho, Carlos Bacelar e em 22 de Dezembro que Bernardino Machado vai fixar residência em Madrid. É o seu I Exílio. Finalmente, e de realçar, é o texto de Mayer Garção, no último número do ano, sobre Bernardino Machado, numa apologia ao defensor das liberdades públicas e cívicas, condenando a “proscrição”, como sendo “uma violência”.

1918

### **Bernardino Machado e o I Exílio**

Nesse mesmo texto, Mayer Garção, referindo-se a Bernardino Machado, para não se esquecer a “vida deste homem”, a qual “tem sido consagrada à educação, à propaganda, ao progresso das ideias e das instituições”, uma vez mais, os famalicenses ficam a saber em 20 de Janeiro que Bernardino Machado se encontra em Paris e foi recebido pelo Presidente da República Francesa; em 22 de Setembro, que se encontra em Handaya e estando de perfeita saúde, segundo os rumores de que estaria adoentado, enviando para Lisboa “um novo manifesto à nação em que se afirma «a actual situação compromete as nossas relações internacionais» e se fazem revelações referentes à nossa intervenção, na parte respeitante às considerações realizadas em Inglaterra”, insurgindo-se mais uma vez contra uma ditadura. De facto, esta notícia refere-se ao manifesto “À Nação”, escrito em Paris e com a data de 10 de Março, tendo sido impresso na “Art. Lux, 131, Boul-St. Germain”. Começa assim: “Os acontecimentos que se produziram em Lisboa, no decurso do mês de Dezembro de 1917, suscitam duas ordens de questões: a questão interna – a República; a questão externa – a Guerra. / Acerca de ambas, a má-fé de uns, a ignorância de outros e a fraqueza de muitos tem estabelecido uma tal confusão de princípios e tem consentido tão erróneas interpretações, que julgo urgente apelar para a inteligência pública e para os sentimentos de honra que sempre enobreceram a nação portuguesa, a fim de tornar bem patente a seus olhos a situação em que ela se encontra.” E termina da seguinte forma este manifesto que tanta polémica deu em Portugal, chegando a ser publicado no jornal “República”: “O povo que assim se bate pelo Direito contra o inimigo externo, não tardará que com igual valor o restabeleça sobre o inimigo interno.” Ainda neste I Exílio escreveria Bernardino Machado vários manifestos (os quais poderão ser lido na obra “No Exílio” (impresso na Tipografia Minerva de V. N. de Famalicão), salientando-se a carta-manifesto a “Monsieur Lloyd George” (imprimido em Bayonne) e “Aux Alliés” (imprimido em Paris). Finalmente, os famalicenses ficam a saber por uma notícia de 20 de Outubro, do falecimento da filha Maria Francisca.

### **O Sidonismo em V. N. de Famalicão**

Nomeada pelo Governador Civil de Braga, segundo notícia do “Estrela do Minho” em 5 de Janeiro, tendo sido a tomada de posse confirmada pelo Administrador do Concelho, o então Alferes João Baptista Pinto, em notícia de 13 de Janeiro, os famalicenses ficam a saber que a vereação sidonista é constituída da seguinte forma: Presidente, João Machado da Silva; Vogais, Francisco Manuel da Fonseca e Castro, José Marques Pereira Pinto, Abílio Pereira de Araújo, Joaquim Dias de Sá, Álvaro Bezerra e Padre Manuel Freitas Reis. Em 14 de Dezembro de 1917, o Administrador do Concelho faz publicar um “Edital”, no qual se anuncia “que só por motivos verdadeiramente justificados é que se efectuarão prisões, tendo-se apenas em vista garantir o sossego e a absoluta tranquilidade nesta vila e concelho”, para em 13 de Janeiro, num novo

11. "Bernardino Machado e a 1.ª Grande Guerra".  
V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Museu  
Bernardino Machado, 2008.





“Edital” anunciar o seguinte: “Devendo passar amanhã, 14 do corrente, pelas 9 horas da manhã, em direcção a Braga, o ilustre Chefe da Nação, sr. dr. Sidónio Pais, que neste momento é o mais autêntico fiador da tranquilidade pública, defensor da Ordem e da Liberdade, tendo a honra de convidar o povo desta vila e concelho a comparecer à citada hora, a fim de prestar as homenagens devidas ao ínclito cidadão, que as merece no mais subido grau, pelo seu impoluto carácter e pela sua linha de inflexível honestidade e honradez, no desempenho da altíssima missão que lhe confiou a Revolução de 8 de Dezembro último, traduzindo-se a vontade nacional”, confirma-se assim a passagem de Sidónio Pais por V. N. de Famalicão, tendo sido uma manhã festiva, conforme notícia do “Estrela do Minho” de 20 de Janeiro, assim como no regresso de Viana do Castelo, onde em Nine se lançou foguetes:

À passagem do chefe do governo na nossa estação do caminho-de-ferro, foi esperado pelo corpo judicial, comissão administrativa da Câmara, com todo o pessoal, administração do concelho, Finanças e todas as corporações locais e bastante povo. A chegada à estação foi anunciada por grande número de bombas, recebendo o sr. dr. Sidónio Pais os cumprimentos oficiais e de pessoas gradas da nossa terra. À partida do comboio foram levantados vivas à Pátria, à República, dr. Sidónio Pais, etc. / No regresso de Viana também concorreu bastante gente a cumprimentar o chefe do governo, sendo a Portuguesa cantada com grande entusiasmo por alguns rapazes do nosso Orfeão. / Em Nine também concorreu muita gente à chegada do comboio, tocando uma música, lançados foguetes e entusiástica recepção.

Contudo, esta ilusão sidonista será anunciada no “Estrela do Minho” praticamente a partir de Fevereiro, a propósito dos presos políticos e, a nível local, do afastamento de funcionários municipais, os quais “foram considerados perigosos para as instituições vigentes”, nomeando a vereação sidonista outros no serviço da então Junta de Repartidores, segundo texto de 10 de Fevereiro. Para além desta questão, uma polémica será mais acentuada entre Abril e Maio, a propósito da nomeação da professora para a Escola de Brufe, estando igualmente em causa a centralização do ensino. Para além de serem anunciadas as eleições municipais, então administrativas, que não serão realizadas, noticia-se em Maio a demissão do Administrador do Concelho e a nomeação de José Dias de Sá para o cargo, para em Setembro, numa crónica com o título “A Hidra” se referir a visita de polícia a Famalicão e rusgas a casa de republicanos, sucedendo posteriores prisões:

A nossa pacata vila, teve também Domingo [15 de Setembro] passado, a polícia de Braga a dar buscas a casas de cidadãos, cujo defeito consiste simplesmente no seu amor à República. / A primeira casa visada pela sua matutina visita foi a do nosso concidadão amigo sr. dr. Daniel Rodrigues, o qual tem sido alvo preferido das gentes do poder. / Em seguida foram revistas a casa do cidadão Joaquim Malvar, apontado como inimigo do existente, pelas suas ideias francamente republicanas. / Também a casa da quinta de Rorigo, pertencente ao ilustre



republicano sr. dr. Bernardino Machado, foi visitada pela polícia e onde se encontra um filho do terceiro presidente da República, a passar uma temporada.

Esta notícia de 22 de Setembro será corroborada por uma outra de 30 de Outubro, a qual confirma as prisões de Daniel Rodrigues, António de Araújo Costa e de António Maria da Conceição, para nos inícios de Dezembro se informar que “após dois meses de prisão” Daniel Rodrigues foi colocado em liberdade. De notar que, apesar de não haver notícias de mais prisões políticas, as mesmas devem ter sucedido com a Monarquia do Norte, segundo o propósito de um “Edital” então publicado pelo Administrador do Concelho, Álvaro Ribeiro da Costa Sampaio, edital publicado em 21 de Janeiro de 1919 e no qual “faz saber que está na disposição de reprimir severa e energeticamente os tendenciosos propósitos de todos aqueles que, não correspondendo aos generosos e patrióticos intuítos que animam a Junta Governativa do Reino de Portugal, espalhem boatos ou por qualquer outra forma hostilizem a Monarquia, S. M. El-Rei ou o seu governo.” Mas o sidonismo também faria os seus estragos pela Póvoa de Varzim, em cujo Município Santos Graça e 13 funcionários seriam afastados dos seus cargos profissionais, segundo notícia de 16 de Junho; e para além da censura à imprensa e da greve ferroviária, temáticas que seriam comentadas no “Estrela do Minho”, começando-se já a denunciar as diferenças entre a “República Nova” e a “República Velha”, com constantes chamadas de atenção à manipulação monárquica, os famalicenses assistirão, para além dos variados tumultos sociais à volta das subsistências, conforme se irá ver, a duas greves: em Junho, a dos operários em Riba de Ave, “nas fábricas de Narciso Ferreira” e, em Setembro, na fábrica “Boa Reguladora”. Até que, em 22 de Dezembro a comunidade famalicense lerá a crónica “Assassinato do Sr. Dr. Sidónio Pais”, para no mesmo número se anunciar que a “Câmara e associações da vila tiveram durante toda a semana as suas bandeiras em funeral. / A Câmara telegrafou ao presidente da comissão administrativa de Lisboa para a representar nos funerais do Chefe do Estado. / Anteontem e ontem foram rezadas missas de sufrágio. / Também a Câmara manda rezar amanhã uma missa por alma do extinto Presidente. O sr. Administrador do Concelho convidou o comércio da vila a cerrar as suas portas ontem, dia do funeral. / Também a Câmara resolveu tratar na sessão próxima de dar o nome do sr. dr. Sidónio Pais a uma das ruas da vila.”

### **A Crise das Subsistências**

Independentemente da criação do Ministério da Agricultura, da criação do celeiro paroquial da Vila, do apelo constante nas páginas do jornal “Estrela do Minho” aos lavradores do concelho para alargarem a área das sementeiras, da criação da comissão de subsistências sidonista, da criação da lei da restrição e do racionamento das subsistências, da criação do decreto n.º 4506 de 20 de Junho (castigando os açambarcadores dos géneros alimentícios), da criação do celeiro municipal, tais medidas não evitaram a projecção dos conflitos sociais e a escassez dos géneros alimentícios, agravando-se cada vez mais o problema da fome. De facto, o texto publicado em 16 de Junho com o título “Cultivar mais a terra”, evidencia precisamente o abandono da

agricultura em Portugal, relacionando-a com países como França, Inglaterra e Itália e como estes a desenvolveram para combater a fome:

Em França, como na Inglaterra e Itália, o governo ordenou por todas as formas a intensificação da cultura de cereais para evitar a fome dos seus concidadãos, vista as dificuldades da navegação motivadas pela guerra. Fizeram mais ainda que foi o Estado mandar cultivar por conta dos proprietários os terrenos incultos ou mal aproveitados e ainda cultivar de pão os jardins públicos. / Em Portugal, nada disto se tomou a sério, apesar de nos faltar um terço do pão necessário ao consumo. A agricultura pré-histórica, terrenos mal aproveitados, tudo ao Deus dará, pois nem o Estado nem os particulares trataram de intensificar o cultivo dos cereais.

Para além das tentativas do delegado do agrónomo distrital em V. N. de Famalicão, o qual até à constituição da comissão de subsistências seria o responsável no concelho pelo serviço das mesmas, de nome Guilherme Costa, este estará presente numa crónica de 17 de Fevereiro, sendo aquela personalidade que “com a melhor vontade se tem esforçado por obter milho para as classes operárias poderem abastecer-se de milho”, tendo, aliás, “recebido promessas de o milho não faltar para o consumo local mesmo vindo de outros concelhos.” Algo que parecia tão simples, vai criar em Famalicão um conflito social em Fevereiro, existindo incidentes provocados pela população da Vila a seis carros de milho destinados a Ribeirão, assaltando os carros e os sacos esfaqueados. Aliás, tais acontecimentos servirão a Guilherme Costa para escrever uma carta-justificação ao director do jornal “Estrela do Minho”, evocando não só questão dos arrolamentos que se encontrava a tratar, assim como a questão de ter passado as guias de trânsito para os respectivos carros se deslocarem até Ribeirão. A revolta deveu-se, segundo Guilherme Costa, não só às atitudes de “certos figurões”, como se notava “uma má vontade na aquisição de milho para aquela freguesia por os lavradores dali, naturalmente por espírito de ganância, terem vendido para fora toda ou a maior parte da sua produção”. Contudo, a questão é mais difícil como à primeira vista parece ser, envolvendo questões políticas, como já iremos ver.

O celeiro municipal, em princípio, parece que vinha colocar ordem na distribuição e nos conflitos sociais. Falando-se já do celeiro municipal em Fevereiro, começará a funcionar institucionalmente em 15 de Março, tendo sido organizado pela comissão paroquial da Vila e tendo obtido duas doações monetárias: da Casa Pinto & C.<sup>a</sup> e do cidadão António Gonçalves Pinto, respectivamente a quantia de três contos. Em meados de Março surge a Comissão de Subsistências de V. N. de Famalicão, cujos corpos-gerentes ficaram assim constituídos: Presidente, Henrique Machado; Secretário, Guilherme Costa; Vogais, Machado da Silva, Alferes Baptista Pinto, António Melo, Manuel Alves e Álvaro Bezerra. Guilherme Costa não ficaria muito tempo no cargo de secretário da respectiva comissão, pedindo a demissão no final do mesmo mês, justificando-se num texto publicado em 7 de Abril, constando-se que tinha

conflitos com o celeiro paroquial e com a comissão de subsistências, para além do conflito de Ribeirão, o qual será assinalado num comunicado no mesmo número e assinado por José Joaquim Santos e António dos Santos, publicando o “Estrela do Minho” o texto com o título “Para a História da Conciliação Sidónia. Um Regedor à Altura”.

O sr. Joaquim da Costa Painço, regedor da freguesia de Ribeirão, aproveitando-se da situação favorável, quer e tenta apoderar-se dum terreno público em frente da sua casa e junto dum propriedade do sr. António dos Santos. / Na Quarta-Feira passada vedou ele, a toda a pressa, esse terreno com uma parede e, na Sexta-Feira, às duas horas da tarde, vários indivíduos que se julgavam prejudicados, demoliram-na. / Pois nesse mesmo dia, o tal sr. regedor, para se vingar, passou guias de fornadas a toda a painçada, parentes e aderentes e, às 10 horas da noite, junto com a quadrilha, apresentou-se em casa do sr. Jacob Joaquim dos Santos a exigir-lhe a venda do milho que tinha para seu consumo. / O pároco da freguesia tinha anunciado à missa, no último Domingo, em nome da comissão de subsistências, que o milho arrolado na freguesia para o celeiro estava esgotado e que o distribuído esta semana era de empréstimo até chegar o que a comissão tenha adquirido. Além disso, o pároco também anunciou há tempos que a distribuição das guias e do milho só se fazia aos Domingos de manhã, o que até agora se tem feito. / Pois o sr. regedor, sem se importar com estes avisos da comissão apresentou-se nesse mesmo dia em que demoliram a parede, e a tais horas, 10 da noite, para esse serviço! E se não fosse o auxílio dos vizinhos e a intervenção de um membro da comissão de subsistências a quem o sr. Santos avisou, veria este a sua casa invadida e talvez assaltada...

Entretanto, a par dos açambarcadores, das controladeiras e/ou das regateiras, tínhamos nas feiras e no mercado os espanhóis, que compravam tudo fora das horas estipuladas, levando clandestinamente galinhas e ovos, ficando depois os géneros alimentícios a preços elevadíssimos para a população famalicense. Em Abril, o ministério das subsistências cria os celeiros municipais, para em Agosto dotar ao de V. N. de Famalicão a verba de 45 mil escudos, para se constar no início de Dezembro que já não existia o celeiro municipal, em plena Monarquia do Norte. Mas a meio do ano, para além de se saber que tem havido alguns assaltos a lavradores em todo o concelho, no mês de Julho acontece na Vila o assalto a uma mercearia, que foi narrado da seguinte forma:

... a nossa terra apresentou-nos o espectáculo tristíssimo da desordem e indisciplina social que jamais esperamos presenciar na pacata Famalicão. Um grupo numeroso de operários e gente sem medo de vida estacionou largas horas em frente à mercearia dos srs. Azevedo & irmão, da Rua Pinto Basto. Coincidiu o facto com a ida para Riba d`Ave da maior parte da Guarda Republicana, da qual só ficaram aqui dois soldados. Deu-se, por acaso, também a circunstância de aqui vir nesse dia em inspecção, o sr. tenente-coronel da Guarda Republicana. Claro que, no cumprimento do seu dever, o sr. administrador do concelho devia vigiar de perto o ajuntamento

e de tratar procurar os meios de dispersá-lo, a bem da ordem pública e segurança da propriedade dos cidadãos. Afirmam-nos pessoa que merece todo o crédito, que o não fez, e pior ainda, quando a sua acção se tornava mais necessária, retirou-se para fora da terra, justamente quando o grupo mais engrossava e, açulado por desordeiros sem escrúpulos, mais ameaçadoramente se manifestava. / Resultado desta imprevidência, que não tem desculpa, foi principiar o arrombamento da casa aludida, seguido de invasão selvagem e ladravaz do saque a quanto no estabelecimento se encontrava – no valor de muitos contos de réis. Mais ainda, a malvadez ou inconsciência desenfreadas, começou a destruir tudo o que não pode arrastar para fora, quebrando garrafas, vertendo líquidos, quebrando louças, numa fúria selvagem de fazer mal!

Enquanto que em 9 de Agosto de realizava o comício da Associação dos Operários em V. N. de Famalicão, solicitando às entidades governamentais e municipais a descida dos preços dos géneros alimentícios, em Setembro seria publicado o Edital n.º 1 do racionamento das subsistências e, no mesmo mês, o “Estrela do Minho” publicar o manifesto da União Operária Nacional.

### **“A Sopa dos Pobres”**

Instituída numa iniciativa do jornal “O Século” e de várias juntas de paróquia da cidade de Lisboa em Abril de 1917, a ideia de se criar a “Sopa dos Pobres” em V. N. de Famalicão desenvolveu-se logo no início do ano, não faltando as respectivas doações monetárias. Desta forma, em 20 de Janeiro surge um apelo para a sua constituição na vila, a exemplo de Barcelos, na qual a Associação Comercial tomou a resolução de criar a sua distribuição diária. O “Estrela do Minho” não só faz o apelo para a sua criação em Famalicão, como anuncia que o cidadão famalicense, e comerciante, José de Araújo Coutinho disponibilizou-se a oferecer feijão amarelo. Em 3 de Fevereiro a comunidade famalicense fica a saber que a junta de freguesia da Vila iria tomar a seu cargo a distribuição diária da “Sopa dos Pobres”, dizendo também que António Gonçalves Pinto, vice-provedor do Hospital ofereceu cem escudos para a referida instituição de solidariedade social. Aliás, destes dois doadores, sabemos por notícia de 17 de Fevereiro que partiu de José de Araújo Coutinho a ideia de se criar na comunidade famalicense a “Sopa dos Pobres” e em 24 de Março lamenta-se não se ter inaugurado ainda o “serviço de sopa aos pobres, nem está projectado fazer-se em Famalicão.” O mesmo José de Araújo Coutinho fazia a doação de 30\$000 réis, prometendo contribuir mensalmente com mais cinco réis mensais, comentando o cidadão famalicense, em carta enviada ao director do jornal “Estrela do Minho”, que como a comissão paroquial andava muito ocupada com o abastecimento de milho, faz um apelo para a constituição de uma comissão de senhoras para a constituição da “Sopa dos Pobres”, podendo fazer, a exemplo da Comissão Promotora da Festa da Flor, uma festa no Clube de Caçadores para a angariação de fundos. Entretanto, José de Araújo Carvalho, do Louro, instituía nesta mesma freguesia uma Caixa dos Pobres para em editorial de 26 de Maio se lamentar que ainda



“não se chegou a a inaugurar a instituição da sopa dos pobres”, para em 29 de Junho se insistir na sua fundação e organização. Em Julho noticia-se que a junta de paróquia da Vila vai nomear uma comissão para a distribuição da sopa e pão para os pobres. Não se efectivou e não aparecem mais notícias sobre a hipótese ou não da instituição “Sopa dos Pobres” em V. N. de Famalicão.

### **Doenças. a) Tifo Exantemático; b) Hidrofobia; c) Pneumónica; d) Varíola**

#### **a) Tifo Exantemático**

A primeira referência ao tifo exantemático é em 17 de Fevereiro, o qual se tinha expandido no Porto e, em 24 de Fevereiro, em editorial, o “Estrela do Minho” refere os primeiros casos em V. N. de Famalicão. Informa os famalicenses que houve uma reunião na administração do concelho entre o sub-delegado de saúde dr. Delfim de Carvalho, com o administrador e vereador do pelouro, Fonseca e Castro, tendo sido discutidas as medidas a tomar por causa do tifo. Desta reunião, foram enviadas instruções para os regedores das freguesias para o notificarem os serviços de saúde sobre qualquer caso perturbador de saúde pública, focaram o problema do saneamento existente na Vila (percorrendo Delfim de Carvalho as ruas e as vielas para um levantamento) e indicaram as medidas necessárias de prevenção: “Uma das medidas tomadas pela administração do concelho é que consta dos editais é a proibição das pocilgas dentro das habitações.” O primeiro caso de tifo foi tido em conta no dia 23 de Fevereiro “para os lados de Barrimau”, assim como em Calendário tinha sido detectado um caso suspeito. Os famalicenses, entretanto, ficaram a saber que houve mais uma reunião no Hospital da Vila entre os seus clínicos, a Mesa da Santa Casa da Misericórdia e a Comissão Executiva da Câmara Municipal,

tendo visto a hospitalização dos primeiros doentes e, nesta notícia de 24 de Fevereiro, faz-se ainda referência a um caso existentes na freguesia de S. Martinho do Vale. No mesmo dia, também se informa que a doença se tem aglomerado cada vez mais no Porto, difundindo-se em Braga e em Basto e “em Famalicão também temos casos a providenciar, em habitações miseráveis, onde nenhuma higiene existe, não permitindo o alargamento de urinas nas hortas e ainda fazendo remover imediatamente o estrume amontoado com a limpeza pública”, evidenciando-se mais um caso em Famalicão. Em 7 e 14 de Abril já se noticia que não houve nenhum caso a registar em Famalicão, para em 28 de Abril se informar que no Porto o tifo tem descido. Contudo, a situação seria outra, segundo notícia de 16 de Junho, fazendo já referência à “gripe espanhola”, já que a doença estava circunscrita no “Campo Mouzinho de Albuquerque, onde se deram já cinco casos, sendo um fatal, e o 2.º na Rua Almirante Cândido dos Reis (um só caso). Acham-se actualmente três doentes em tratamento no hospital dos tifosos do distrito na cidade de Braga, estando dois em franca convalescença.” Do tifo exantemático não mais se falaria, sendo esta doença então suplantada pela pneumónica.

#### b) Hidrofobia

Apenas duas notícias sobre a hidrofobia em V. N. de Famalicão: a primeira é de 24 de Março e a segunda em 7 de Abril. A primeira informa os famalicenses que a doença da raiva tem aumentado um pouco por todo o país, enquanto que na segunda sabe-se que havia muitos cães vadios à solta pela Vila, informando que “as crianças que há dias foram mordidas na Rua da Estação, que foram tratadas no Instituto Pasteur do Porto, estão livres de perigo”, solicitando-se as devidas providências gerais a serem tomadas.

c) “Gripe Espanhola” (v., por exemplo, J. A. Pires de Lima - “Notas sobre a epidemia gripal”. In *Gazeta de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 5, n.º 282 (26 Dez. 1918), p. 1; n.º 283 (4 Jan. 1919), p. 1; n.º 284 (11 Jan. 1919), p. 1; n.º 285 (18 Jan. 1919), p. 1; n.º 287 (1 Fev. 1919), p. 2; n.º 288 (8 Fev. 1919), p. 2).

Quando em 16 de Julho se notifica a comunidade famalicense da existência da “gripe espanhola” à escala mundial, como igualmente da sua existência na Vila e nas freguesias, mas para já de uma forma atenuante, os famalicenses nunca pensariam que seriam atingidos tão gravemente pela pneumónica. Na mesma data referida, indica o cronista que a mesma gripe não tem “o cunho hispânico que se pretende imprimir à epidemia”, para em 22 de Setembro a opinião sobre a origem da referida gripe ser diferente, a qual foi “um presente dos *nuestros hermanos*”. Entretanto, em 1 de Setembro chama-se a atenção “sobre o perigo que para a saúde pública pode advir da imundície da existe nas hortas, nos riachos da Vila”, para já se anunciar em 22 de Setembro que “parece que temos na vila bastantes pessoas doentes”. Em 29 de Setembro será publicada a nota oficiosa do sub-delegado de saúde, indicando o foco da epidemia na sua zona geográfica de maior intensidade:

Graça, neste concelho, com intensidade a epidemia da gripe pneumónica, nomeadamente nas freguesias de Riba de Ave, Santa Maria de Oliveira, S. Mateus, Bairro, Delães, Lousado, Ribeirão, etc. A epidemia manifesta-se com carácter grave (forma pneumónica) com uma percentagem obituária bastante elevada. Nas referidas freguesias calcula-se em 800 o número de pessoas atacadas, quase todas da classe operária. Seguiu hoje para as freguesias de Riba de Ave e limítrofes uma missão médica composta pelo Delegado de Saúde do Distrito dr. Barroso Dias, Sub-Delegado de Saúde do concelho dr. Delfim de Carvalho e médico municipal dr. Germano Fernandes, à qual se juntou em Riba de Ave o presidente da Comissão Administrativa dr. Machado da Silva e o vogal da mesma Comissão dr. Francisco da Fonseca e Castro. / Toda a região onde a epidemia se apresenta com carácter mais grave e onde a assistência médica é insuficiente, foi dividida em duas zonas médicas para as quais serão mobilizados os médicos militares milicianos, drs. Avelino de Carvalho e Francisco da Fonseca e Castro. / Foram tomadas outras providências a fim de pôr cobro à invasão da epidemia, como sejam isolamento, desinfecção, hospitalização, fornecimento de medicamentos a todos os epidemiados indigentes, etc.

Por seu turno, o mês de Outubro é um mês de intensa actividade. Logo no início, foi ordenado o encerramento das escolas primárias e superiores, assim como os cortejos fúnebres e outras formas de aglomeração populacional; um cidadão famalicense, com o pseudónimo de “Rozendo (o Encoberto)”, comunica à comunidade o que se tem passado a nível de higiene da Rua Direita e na Praça de Conde de São Cosme do Vale, criticando os serviços municipais de saúde; transcreve-se as instruções de prevenção a ter em conta um texto do jornal “O Povo de Basto”, de Celorico de Basto, do médico Carlos França, texto no qual se especifica também a origem da doença; notifica-se que a gripe pneumónica no concelho já atingiu 200 pessoas, propagando-se nas freguesias de Mogege e Joane, assim como em Pousada de Saramagos e em Vermoim, como também a Vila tem sido atingida, solicitando e apelando-se a que os serviços municipais de saúde se socorram a médicos de outros concelhos; proibiu-se o toque fúnebre dos sinos, na saída dos funerais, para não se estabelecer o pânico na população. Em meados de Outubro solicita-se a mobilização de automóveis para uma maior e eficaz mobilidade geográficas dos médicos, criticando-se a falta de limpeza e de higiene nas ruas, para se evidenciar que já existem “bastantes pessoas atacadas de bronca-pneumonia na Vila, tendo-se dado alguns casos fatais”; informa-se a constituição de Auxiliares Voluntários dos Serviços de Saúde, organizados por Heitor Brandão, os quais seriam auxiliados pelos Bombeiros Voluntários; proibiu-se o culto religioso, os espectáculos e as feiras; sugere-se a constituição de um hospital provisório, o qual seria edificado não só nas escolas, como em casas particulares e constituiu-se a Comissão de Socorros: João Machado da Silva, Joaquim Dias de Sá, Delfim José Pinto de Carvalho, Henrique Ferreira Machado, Padre Manuel da Costa Freitas Reis, José de Azevedo e Menezes, Daniel Augusto dos Santos, Heitor Esteves Brandão e Joaquim Moreira Pinto (tesoureiro), iniciando a subscrição de fundos a favor dos pobres atacados pela epidemia da gripe.

Fala-se em milhares de famalicenses atingidos pela pneumónica e, em finais de Outubro, o concelho continua a estar invadido pela mesma, enaltecendo-se o serviço médico na zona geográfica de Riba de Ave, criticando-se o mesmo noutras freguesias, não se especificando as mesmas. Até que em Novembro noticia-se que a doença tem diminuído, apesar da sua existência em algumas freguesias, caso de Requião, S. Cosme, Telhado e S. Martinho e faz-se o balanço num texto de 3 de Novembro:

Pelo que diz respeito ao nosso concelho, os serviços tiveram ao princípio, perdendo-se bastantes vidas por falta de assistência médica, devido a ser de milhares o número de atacados, é certo que ultimamente tem melhorado e estão quase normalizados. / O número de óbitos desceu consideravelmente na semana passada que findou e nenhuns casos novos se têm apresentado com a gravidade dos primeiros dias da invasão da epidemia. / Nos doentes da vila não houve morte aos últimos oito dias. / Convém notarmos também que muitas das pessoas falecidas o têm sido de doenças várias.

Como se não tivesse bastado o tifo exantemático, a hidrofobia e a pneumónica, os famalicenses no final do ano serão invadidos pela varíola, a qual “está alastrando com certa violência pelo concelho.”

## **A Guerra**

No ano da hecatombe portuguesa, e a propósito da intervenção militar portuguesa na I Grande Guerra ao lado dos aliados, o “Estrela do Minho” focará a chegada das vítimas da guerra, em finais de Março e meados de Abril, evocará constantemente a situação dos prisioneiros de guerra portugueses, principalmente a partir de Abril, para exigir a publicação das listas dos mesmos relativamente aos soldados famalicenses, a problemática do “Roulement” e a constituição na Suíça de um Comité de Socorros aos Militares Prisioneiros de Guerra na Alemanha, serão temáticas constantemente abordadas.

Até à Batalha de La Lys, o jornal famalicense irá publicar os telegramas oficiais governamentais sobre a acção do C. E. P. na linha da frente, sendo o último precisamente de 21 de Abril, após, precisamente La Lys, para o levantamento moral do exército e da comunidade famalicense. A nota oficial referida diz respeito a uma acção militar de 19 de Março, numa crónica com o título “Feito Heróico”, na congratulação de dois oficiais e um cabo terem sido condecorados pelos seus feitos. A referência à Batalha de La Lys ficará marcada pelo editorial de 14 de Abril com o título “Os Nossos Soldados em França” (comentando no início o articulista que “da grande ofensiva iniciada no mês passado em França e na Bélgica resultou, como é sabido, o recuo estratégico da frente da batalha dos exércitos aliados”, para, mais à frente, comentar que se “morreram muitos soldados no grande recontro? Sem dúvida, que nós não podemos ser uma excepção na sorte da guerra”), pelo telúrico e místico texto de José Sarmento “Heróis!”, de 21



de Abril, e o de André Brun “A Dolorosa” de 13 de Outubro, para em 23 de Junho os famalicenses ficarem a saber que se alistaram no exército americano trinta mil voluntários portugueses, oriundos os Açores, da Madeira e de Cabo Verde, a viverem nos Estados Unidos, dizendo o cronista no texto “Pátria Nossa” que o “correspondente de guerra “ Século”, Almada Negreiros, ficou encantado ao conversar com alguns oficiais portugueses integrados no exército americano. Patriotas acima de tudo e falando correctamente a nossa língua, mesmo os nascidos em terra da América, filhos de portugueses, vendo Portugal ao lado dos Aliados e querendo cooperar na sua obra em prol da Liberdade do mundo, acorreram a alistar-se voluntariamente no exército da sua pátria adoptiva.”

Em 28 de Abril o “Estrela do Minho” refere-se à grande batalha que se aproxima; em 9 de Junho a uma nova ofensiva alemã; em 23 de Junho a uma grande ofensiva austríaca; em 7 de Julho informa os famalicenses da vitória dos italianos sobre os austríacos; em 11 de Julho, do avanço francês; em 6 de Outubro à rendição da Bulgária e em 1 de Setembro das próximas ofensivas dos aliados, secundando esta apologética noticiosa com o texto de Mayer Garção “Para Vencer”, publicado em 18 de Agosto.

Até que em 28 de Setembro surge a primeira referências às “Propostas de Paz” nos seguintes termos:

Mais uma vez os Centrais fizeram chegar aos aliados propostas de paz. É que o grande conflito está para eles mais do que nunca periclitante. A sobranceira e a arrogância que os animou a quando da traição russa e do esmagamento da Roménia e da Sérvia, está desaparecendo com, a sua retirada forçada na frente ocidental, não tardando que os aliados vejam enfim libertas as terras heróicas da Bélgica e da França. / E porque assim prevê a derrota final da sua causa perversamente má e o magnífico concurso Americano lhe está a dar o último arranco vitorioso, o militarismo teutónico e seus aliados perderam as orgulhosas farrancas e pedem a paz, antes que percam tudo. / Os aliados, porém, não discutem sequer a proposta que por intermédio da Áustria os Centrais lhes fazem e esperam que seja a voz do canhão a dizer a última palavra dessa guerra maldita que tanto sangue e tantas lágrimas tem custado à humanidade.

Em 13 de Outubro, na sua crónica de sempre, Manuel Pinto de Sousa já canta vitória, reformulando-se os pedidos de paz em 20 de Outubro, noticiando-se que o Presidente Wilson já respondeu “ao governo alemão o pedido de armistício para ser discutida a paz” e em 10 de Novembro anuncia-se o fim da guerra. Em V. N. de Famalicão comemorou-se de seguinte forma o Armistício, questionando-se, a determinada altura, porque é que a Câmara Municipal não hasteou a bandeira: “As Associações hastearam as suas bandeiras, assim como o nosso amigo sr. Rodrigo Carvalho, que tinha a sua casa engalanada com as bandeiras de todas as nações aliadas em sinal de regozijo com a boa notícia de ter terminado a guerra.”

Com a publicação do texto de Mayer Garção “Victória!” em 10 de Novembro, clarifica-se a 17 do mesmo mês aos famalicenses as condições do Armistício, dizendo-se que “são duríssimas”,

para no mesmo dia, na crónica com o título “Regozijo Nacional para informar que o dia 12 de Novembro foi feriado nacional, um dia de “intensa alegria” e, em Famalicão, “estiveram as repartições fechadas, hasteadas em ar de festa as bandeiras da Câmara, associações e muitos particulares.”

Avisando Mayer Garção do perigo dos “Partidários da Guerra”, noticia-se e problematiza-se em 8 de Setembro se as tropas americanas irão concentrar-se em Portugal, para em 15 de Dezembro se informar a comunidade famalicense que “o grande pacificador da humanidade”, diga-se o Presidente americano Wilson, se encontra em França.

Das poucas, pouquíssimas crónicas de A. Vinardell Roig, cita-se a última de 8 de Dezembro, na qual evoca o seu testemunho ao vivenciar em Paris o dia do Armistício: “Às 11 da manhã, exactamente, do dia 11 de Novembro... o estrondo do canhão e o alegre tanger de todos os sinos de Paris anunciando oficialmente que o armistício solicitado pela Alemanha, depois das suas últimas e irremediáveis derrotas, acaba de ser concedido e firmado.”

Finalmente, de África, para além da referência às comemorações do 2.º aniversário da tomada de Kionga, só surgiram no “Estrela do Minho” duas notícias: em 13 de Janeiro, noticiando-se o desastre militar da região do Niassa, e uma outra em 27 de Janeiro salienta-se que as tropas portuguesas, em cooperação com as inglesas e com as belgas, tomaram duas povoações aos alemães.

## **Cultura e Sociedade**

Enquanto no cinema a oferta aos famalicenses do Salão Olímpia só decorreu entre Janeiro a Março, havendo só cinema em Maio de 1919, conhecendo-se até agora o filme que passou em 27 de Janeiro e que se chama “Térreol”, por seu turno, o teatro, a música e as actividades lúdicas seriam já mais atractivas. De facto, em 3 de Fevereiro actuaria o Grupo Académico “Arnaldo Lamas”, de Braga; em 10 e 12 de Fevereiro, nas festividades do Carnaval, o Teatro Colibri e, em Abril, o artista circense José Avelino. Em Maio, os famalicenses veriam actuar, uma vez mais, a célebre actriz portuguesa Adelina Abranches com a sua Companhia Teatro Apolo, a qual actuaria uma vez mais em 13 e 14 de Agosto. Em 30 de Junho, actuaria a pianista famalicense Branca Moreira, cujo concerto seria notícia na imprensa portuguesa, caso da “Ilustração Portuguesa” e a 9 de Julho os famalicenses assistiam à actuação da Companhia do Ginásio de Lisboa. Se em 5 de Maio actuaria o orfeão de Santo Tirso, noticiado com pompa e circunstância no “Estrela do Minho”, em 21 de Julho seria a vez do Orfeão Famalicense. Em 21 de Agosto o Salão Olímpia abria as suas portas uma vez mais à Companhia do Ginásio de Lisboa e nos dias 5 e 6 de Setembro à Companhia Dramática Luz Veloso. Se neste ano Júlio Brandão publica o seu livro “Contos Escolhidos”, com recepção de Matias Lima em 23 de Junho, a constituição da Liga da Mocidade Republicana em Setembro, possivelmente de teor sidonista, que não realizaria propriamente nenhuma actividade, projectando a publicação de um jornal, informa-se logo desde o início do ano os famalicenses que o retrato de Camilo Castelo Branco de José de Brito já foi remetido para o futuro “Museu Camilo”. À volta do “Museu Camilo” renova-se o apelo para



a constituição dos fundos; noticia-se a comemoração camiliana em Lisboa, com uma conferência de Manuel Gamito na Associação Académica da Faculdade de Letras com o título “Camilo Cego – Evocação Romântica de um Romântico”; a futura publicação das cartas de Camilo ao pai do Conde de Paço Vieira e que a Câmara Municipal solicitou ao governo um subsídio para a conclusão da estrada em direcção a S. Miguel de Seide, enquanto que a proposta da Comissão de Homenagem para uma angariação de fundos para a reconstrução da Casa de Camilo começa a ter os seus frutos em Agosto.

Para além de se reclamar uma escola agrícola para Famalicão, noticia-se a subscrição de um grupo de Empregados no Comércio, com os seus respectivos doadores e quantias, para os doentes da tuberculose; sabe-se que o mais célebre artista circense de Famalicão, Serafim Silva, se encontra em Espanha há mais de um ano e que a sua casa em Paris foi atingida por um “torpedo aéreo”; toma-se conhecimento da inauguração do Hotel Termal nas Caldas da Saúde no dia 8 de Junho; solicita-se cantinas escolares, exige-se novas escolas para o concelho, o asilo e que o conterrâneo Filinto Costa acabou brilhantemente o sue curso de ciências, o qua seria, mais tarde, colocado no Liceu de Guimarães. Paralelamente, os famalicenses tomam conhecimento do falecimento de algumas personalidades, caso de Ana Trovisqueira Guimarães, Baronesa de Famalicão, Viscondessa de Pindela e de Higinio Veloso de Macedo.

Enquanto se solicita a reorganização da delegação da Cruz Vermelha em V. N. de Famalicão, que seria visitada pela sua congénere de Barcelos em Novembro, a Comissão Promotora da Festa da

Flor será renovada para a Comissão Promotora de Assistência às Vítimas da Guerra. Com o falecimento da Viscondessa de Pindela, uma nova comissão seria constituída em Junho: Presidente: Amélia L. Macedo Chaves Oliveira; Vice-Presidente, Silvina Faria Gomes; Secretárias, Albertina Ferreira Machado, Mariana Macedo Simões; Tesoureiras, Mariana Folhadela Macedo, Maria da Glória Bouças. Noticiando no início do ano “O Estrela do Minho” o relatório do ano transacto, não só notícias as doações à comissão, como igualmente noticiaria ao longo do ano as constantes ajudas às famílias dos soldados.

### **“O MONUMENTO AOS MORTOS DA GRANDE GUERRA” (1919-1926)**

Com o Armistício assinado em 11 de Novembro de 1918 e o Tratado de Paz em 28 de Junho de 1919, os países beligerantes da I Grande Guerra ficaram com um enorme vazio ontológico. No caso de Portugal, a I República tentou criar, no pós-guerra, um ritualismo simbólico e cívico para a conciliação de uma identidade colectiva, criando, ao mesmo tempo, espaços públicos de memória entre os Monumentos aos Mortos da Grande Guerra e a inscrição toponímica do 9 de Abril (em V. N. de Famalicão aconteceu em plena ditadura militar, no ano de 1927). Se esta busca ritual e cívica não deu para a I República a sua reestruturação ideológica, estamos perante uma questão que não cabe aqui ser tratada perante o fim deste trabalho, assim como a problemática à volta dos monumentos na sua configuração estética (a este propósito v., por exemplo, Sílvia Correia - *Entre a Morte e o Mito: políticas da memória da I Guerra Mundial (1918-1933)*. Lisboa : Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2015).. Se as comemorações do 9 de Abril suplantaram as do Armistício, estas nunca se verificando em V. N. de Famalicão, as primeiras iniciadas em Portugal em 1919, ano em que o “Estrela do Minho” publica o texto de Matos Sequeira a propósito da “acção heróica do capitão Braz de Oliveira à frente de uma bateria portuguesa”, na Batalha de La Lys. Pelo meio, em V. N. de Famalicão, ressalva-se a Festa da Paz e a consagração aos Soldados Desconhecidos, cujas comemorações foram as primeiras do 9 de Abril em terras de Vila Nova, comemorando o 14 de Julho de 1919, dia que seria feriado nacional; e na notícia de 13 de Julho, informa-se que a “Câmara concedeu uma verba para as festas e amanhã em Famalicão haverá o ruído esfusante da música e da dinamite estalando nos ares”, lembrando o cronista que se não deve esquecer o “Bodo aos Pobres”. Veja-se como decorreram as respectivas festas da Paz em V. N. de Famalicão:

Famalicão festejou ruidosamente o 14 de Julho corrente, Segunda-Feira, solenizando a assinatura da Paz. / Todas as corporações embandeiraram assim, como muitas casas particulares, destacando-se um grande troféu com a bandeira francesa e das nações aliadas, com que o sr. Rodrigo Carvalho engalanou a sua casa, como já o tinha feito no dia da Assinatura da Paz. / Uma música percorreu as ruas da Vila, sendo a cerimónia mais útil e comovedora a do Bodo aos pobres, que receberam 400 broas de pão. / À noite, ostentava-se na Praça da República finamente iluminada à electricidade, sendo de lindo efeito a fachada da Câmara Municipal, ás árvores do jardim com lâmpadas coloridas e a fonte luminosa. Tocou também a música, o que

foi notório para toda a população ali ir gozar algumas horas bem passadas, para o que a noite de calor muito se prestou. / Foi uma festa animada e linda.

Não se comemorando ainda o 9 de Abril em V. N. de Famalicão em 1920, com uma chamada de atenção do republicano famalicense Manuel Pinto de Sousa na sua crónica de sempre intitulada “Trabalhar” de 11 de Abril (veja-se o discurso tipicamente ideológico e telúrico: “Passou anteontem o 9 de Abril comemorativo do feito heróico dos nossos soldados na grande guerra, que deve ser sempre recordado pelos portugueses com páginas de ouro das mais belas da história pátria”), será na festa da raça de 10 de Junho que o município famalicense apresentará o projecto para a edificação do padrão comemorativo e memorial dos combatentes famalicenses na I Grande Guerra. Em 1921, aqui sim, o 9 de Abril será comemorado pela primeira vez na comunidade famalicense perante as homenagens tumulares aos soldados desconhecidos. Será Bernardino Machado, na presidência do seu ministério, que realizará o projecto-lei de Março que projectará as comemorações aos soldados desconhecidos, no qual se diz que “é autorizado o governo a trasladar para o Panteon da Batalha os cadáveres de dois soldados desconhecidos, mortos em combate, um em África e outro em Flandres”, considerando o mesmo que o dia 9 de Abril de 1921 seja feriado nacional. Neste âmbito, o “Estrela do Minho” irá transcrever em 19 de Março o texto do “Diário de Notícias” em franca propaganda patriótica e, na mesma data, apresenta de antemão o programa das comemorações em V. N. de Famalicão, convidando o município “todos os antigos vereadores, associações locais, pessoas gradas, o povo, enfim, solenizando assim a homenagem prestada aos soldados desconhecidos mortos na grande guerra”, convidando também “as mães dos soldados do concelho, que na guerra morreram.” Salienta-se aqui, nesta notícia, a estranha e a enigmática projecção da inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra em V. N. de Famalicão, a qual não se concretizou, a ser então edificado na Praça da República! Mas no dia 9 de Abril de 1921, para além da sessão solene nos Paços do Concelho de V. N. de Famalicão, o município famalicense fez-se representar no cortejo da Batalha com Júlio de Araújo, Horácio de Azevedo e Adelino Sousa, assim como a Associação dos Empregados no Comércio, que esteve presente com o seu estandarte, representando por Angelino Mesquita, Joaquim Portela, Fernando Folhadela Marques, Alberto de Sousa Araújo e Flávio Marques. Paralelamente, a escola primária Superior associou-se aos festejos municipais e “as associações locais tiveram todas hasteadas as suas bandeiras, além da Câmara e Hospital da Misericórdia.” Mas veja-se o acontecimento nos Paços do Concelho (com a enigmática insistência da inauguração do Monumento, agora, segundo o cronista, na Praça da Mota, à qual, imagine-se, “assistiu muito povo, tocando durante a acção, a música dos Bombeiros Voluntários”, para além da missa promovida por Monsenhor Torres Carneiro na Igreja Matriz, assistindo “elevado número de eclesiásticos e muitos fiéis”, tendo sido “chocante o «momento de silêncio», anunciado pelo repicar dos sinos”), edificando a ideologia unificadora republicana, no texto de 10 de Abril:

**Estrela do Minho**  
FOLHA ILUSTRADA LITERARIA, BIBLIOGRAFICA E NOTICIOSA  
Proprietario, director e editor--MANUEL PINTO DE SOUSA

N.º 1484	Assinaturas Por ano . . . . . 2000 Atraz . . . . . 2000 Forn. direct. Indiv. . . . . 1000 Semestral . . . . . 1000 Forn. direct. . . . . 500 Pagamento adiantado Impressão e distribuição TIP. MINERVA--FAMALICÃO	<b>PUBLICA-SE AOS DOMINGOS</b> Vila Nova de Famalicao, 6 de Abril de 1906	Anuncios Cada linha . . . . . 20 coppers De 1.ª a 8.ª pos. . . . . 10 coppers Continuando . . . . . 5 coppers Impressão de illu. . . . . 500 Linha de tipo suizo 6.	28.º An.º
	Cada linha . . . . . 20 coppers De 1.ª a 8.ª pos. . . . . 10 coppers Continuando . . . . . 5 coppers Impressão de illu. . . . . 500 Linha de tipo suizo 6.			

## Monumento aos mortos da guerra

Éis o programa official da inauguração do Monumento de homenagem aos Mortos na Guerra:  
Pela manhã, alvorada com bombas e uma banda de musica, ao mesmo tempo que outras musicas tocarão pelas ruas da vila durante o dia.  
A's 9 horas, recepção na estação do caminho de ferro do ex.ºº Ministro do Comercio, illustre filho desta terra, que, a convite da Camara Municipal, vem expressamente de Lisboa tomar parte nesta grandiosa consagração.  
A's 14 horas haverá sessão solene no salão nobre da Camara Municipal, sendo oradores, além do sr. Presidente da Camara, o sr. Dezembargador Eduardo Carvalho, José de Azevedo e Menezes, dr. Delfim de Carvalho, Sousa Fernandes, Antonio José Nogueira e Abade da Carreira.  
Em seguida organizar-se-há o cortejo, em direcção ao Monumento, composto de um contingente de infantaria n.º 8, com a respectiva bandeira e com a musica deste regimento, mães e esposas dos soldados do concelho que morreram na guerra, alunos das escolas, Associação dos Bombeiros Voluntarios, convidados, etc., inaugurando-se em seguida o Monumento, onde usará da palavra o vice-presidente da comissão executiva.  
A's 17 horas terão inicio os 2 minutos de silencio que serão anunciados por tres tiros de dinamite.  
Como se vê, a cerimonia terá a merecida imponencia, e ha-de ser impressionante o momento dos 2 minutos de silencio dedicado á memoria dos Mortos da Patria.

16. [www.facebook.com/historiadevilanovadefamalicao](http://www.facebook.com/historiadevilanovadefamalicao).  
17. Arquivo Municipal.



Bem podemos chamar à semana que termina hoje a semana gloriosa da pátria desconhecida. / As homenagens que recebemos das nações aliadas, que de longe vieram assistir à consagração nacional dos nossos soldados desconhecidos, deve desvanecer Portugal de justificado orgulho. / Os representantes ilustres das nações amigas, vieram reconhecer nos seus companheiros de armas lusitanos a grande pequena nação, que, desde a primeira hora, foi combater a seu lado na grande guerra. / Famalicão solenizou também a festa nacional com uma sessão solene na Câmara Municipal, à qual assistiram todos os vereadores e pessoas gradas, estando repleto o vasto salão. Abriu a sessão o sr. presidente do senado e discursaram os srs. Sousa Fernandes, José de Menezes, dr. Sebastião de Carvalho e dr. João Machado da Silva, os quais produziram discursos cheios de patriotismo, enaltecendo a heroicidade da raça portuguesa.

A comunidade famalicense volta a comemorar o 9 de Abril em 1922 e veja-se este estranho e paradoxal texto minimalista à volta da Batalha de La Lys, entre a tragédia e a heroicidade: “Passa hoje o aniversário da Batalha do Lis, em que o nosso exército, embora vencido pelo número esmagadoramente superior, deu provas eloquentes de valentia do soldado português de todos os tempos.” Na mesma data publica o “Estrela do Minho” o telegrama do Governador Civil de Braga enviado à administração do concelho para a realização das comemorações em V. N. de Famalicão: “Exmo ministro do interior encarrega-me de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> procurar conseguir dois minutos de silêncio, glorificando o magnífico esforço da República intervindo militarmente na Grande Guerra, às 17 horas precisas do dia 9 do corrente, seguidos de todas as manifestações festivas que for possível organizar.” Por seu turno, a 16 de Abril, noticia-se que “Famalicão comemorou também a data para nós gloriosa da Batalha do Lis, embandeirando a Câmara e Associações, sendo observados rigorosamente os dois minutos de silêncio, momento deveras impressionante, no seu significado de respeito e de saudade pelos que defendendo a Pátria, morreram gloriosamente por ela.” No mesmo ano, o “Estrela do Minho”, em 7 de Maio, publica o “Edital” da Comissão Executiva da Câmara Municipal para a adjudicação da construção do Monumento:

Faz público que no dia 22 do corrente, pelas 14 horas, terá lugar no Paço do Concelho a arrematação verbal do Monumento a erigir na praça Conde S. Cosme do Vale, aos Mortos da Grande Guerra. / A base de licitação para o Monumento que será feito em mármore de Liós e os alicerces em pedra de Afife ou de Santa Marinha, de primeira qualidade, é de escudos 9.000\$00. / As condições acham-se patentes na secretaria municipal para quem as quiser examinar. / E, para constar-se lavrou este e outros de igual teor, que vão ser fixados no ligar de costume. / Secretaria da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1 de Maio de 1922. E eu Adolfo Cândido de Macedo Vieira de Castro e Costa, chefe de secretaria interino, o subscrevi. / O Presidente, Augusto de Sá Pinheiro Braga.

Ficando a obra a cargo da Empresa de Mármore do Porto, Ld.<sup>a</sup>, os famalicenses ficam a saber



quem é o escultor do Monumento em Outubro, nomeadamente Luís Esteves de Carvalho, do Porto, o qual, na sua estada no Brasil, realizou “trabalhos de alto valor artístico”, a saber, as esculturas do Barão do Rio Branco e da Princesa Augusta Vitória.

O ano de 1923 ficará marcado a nível nacional, assim como em V. N. de Famalicão, pela proposta da Comissão Central dos Padrões da Grande Guerra, a qual foi a realização de palestras nos estabelecimentos escolares, sendo a temática o 9 de Abril. Em V. N. de Famalicão quem nos dá esse testemunho é o texto do professor Luís de Almeida como título “9 de Abril” e publicado no “Estrela do Minho” em 15 de Abril; e à volta do Monumento, o habitual cronista evidencia uma ansiedade da comunidade famalicense para a sua inauguração. Em 1 de Abril noticia-se que se prometeu inaugurar em Famalicão “o padrão dos mortos na guerra”, o qual será edificado na Praça do Conde de S. Cosme do Vale, questionando-se se “será realmente nesse dia tirado o taipal no monumento”, para a 8 de Abril comentar que serão “inaugurados muitos padrões comemorativos.” Contudo, as seguintes notícias leva-nos à conclusão de que o monumento ainda não deveria estar pronto nesta altura, até porque em 8 de Julho comunica-se que “já chegaram as pedras para o monumento”, sugerindo-se que na sua inauguração estivesse presente o Presidente da República, estando prevista a sua visita à Casa de Camilo; e em 2 de Setembro informa-se a comunidade famalicense que “estás a chegar o resto do material”, encontrando-se em Famalicão “quatro artistas enviados pela casa a quem o monumento foi adjudicado.” Ainda em Setembro notifica-se a característica estética, referindo-se a “um dos mais formosos padrões comemorativos” e em Outubro dir-se-á que “o monumento está concluído e o seu belo conjunto artístico muito honra os seus executores”, para acrescentar o cronista que é uma “bela obra de arte, uma das melhores que conhecemos, superior até às que para o mesmo fim se levantaram em algumas cidades”, faltando a “beleza do conjunto, o ajardinamento da Praça Conde S. Cosme



18. António Joaquim Pinto da Silva, *Imagens de Famalicão Antigo*, 1990.

ao município famalicense a inauguração do Monumento, levando a supor que por esta altura já se encontraria pronto. Nesta perspectiva, o texto de 15 de Dezembro é sintomático:

Várias pessoas nos têm manifestado o seu desgosto pela demora havida por parte da Câmara na inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra. / Realmente, toda a vila deseja poder apreciar devidamente esse magnífico trabalho que honra sobremodo os artistas que o executaram, assim como a edilidade que o mandou construir. / Estamos certos que a Câmara não se demorará a deferir esses desejos, que são, afinal, os de todos os famalicenses.

Os desejos dos famalicenses serão concretizados em 9 de Abril de 1924. Anunciando a 9, a 16 e a 30 de Março o programa provisório da inauguração do respectivo Monumento (publicando antes o “Estrela do Minho” o texto de Gabriel Severo com o título “A Cruz-Monumento aos Novos Heróis, Vítimas Abençoadas da “Grande Guerra”, sugerindo que a inauguração do Monumento em V. N. de Famalicão fosse em 31 de Janeiro com a presença do Presidente da República, já que iria nessa data homenagear os republicanos revolucionários portuenses), nesta última data projectando que “não faltarão contingentes dos regimentos de Braga; as mães e viúvas dos soldados do nosso concelho que na guerra morreram; as crianças escolares de todas as freguesias, devidamente ensaiadas para cantarem o hino da Pátria ao desfilarem ante o monumento da Praça Conde S. Cosme do Vale. / Também não deve faltar o convite aos soldados do concelho que estiveram na guerra, para comparecerem ao cortejo, com as suas fardas de campanha. / A sessão solene, no salão nobre dos Paços do Concelho, há-de ter o significado compatível com a data que se soleniza”, solicitando-se que “as paredes das casas da praça sejam lavadas, branqueadas.” A 6 de Abril, o “Estrela do Minho” publica o seguinte programa:

19. <http://sites.google.com/site/padroesda-grande-guerra/padroes-da-grande-guerra/vila-nova-de-famalicao>.  
20. Arquivo Municipal.



Pela manhã, alvorada com bombas e uma banda de música, ao mesmo tempo que outras músicas tocarão pelas ruas da vila, durante o dia. / Às 9 horas, recepção na estação do caminho-de-ferro do Ex.mo Ministro do Comércio [Nuno Simões], ilustre filho desta terra, que, a convite da Câmara Municipal, vem expressamente de Lisboa tomar parte nesta grandiosa consagração. / Às 14 horas haverá sessão solene no Salão Nobre da Câmara Municipal, sendo oradores, além do Sr. presidente da Câmara, o Sr. Desembargador Eduardo Carvalho, José de Azevedo e Menezes, dr. Delfim de Carvalho, Sousa Fernandes, António José Nogueira e Abade da Carreira. / Em seguida, organizar-se-á o cortejo, em direcção ao Monumento, composto de um contingente de Infantaria n.º 8, com a respectiva bandeira e com a música deste regimento, mães e esposas dos soldados do concelho que morreram na guerra, alunos das escolas, Associação dos Bombeiros Voluntários, convidados, etc., inaugurando-se em seguida o Monumento, onde usará da palavra o você-presidente da comissão executiva. / Às 17 horas terão início os 2 minutos de silêncio que serão anunciados por três tiros de dinamite.

Entre a simbologia cívica, profana e religiosa, o Monumento aos Mortos da Grande Guerra (que se encontrava coberto com “a bandeira verde-rubro da República, foi descerrado pelo sr. Ministro do Comércio, ante a apresentação de armas dos soldados, o som guerreiro da «Portuguesa» e de vivas calorosos à Pátria, ao exército e à República”, segundo a reportagem publicada no “Estrela do Minho” em 13 de Abril) tem a encimá-lo a Cruz de Cristo (na significação do sofrimento terreno e da garantia salvífica eterna), seguida da esfera armilar e pelo escudo, pelo anjo da vitória (para G. K. Chesterton, em “Ortodoxia”, “os Anjos voam porque se encaram a si próprios com ligeireza [...] Recordem-se os anjos de Fra Angelico, que parecem quase borboletas”, dando “a impressão de estarem a preparar-se para levantar voo, para flutuar nos céus.”) e, finalmente, a representação imagética do leão, entre a força e a nobreza em serenidade. Não sabendo de antemão os critérios que o município adoptou para a inscrição e a selecção dos trinta e sete combatentes (cujas placas com os seus nomes só seriam colocadas em Abril de 1936), foram seleccionados trinta e dois de França e apenas cinco de África. Nesta inauguração participou a Escola Primária Superior.

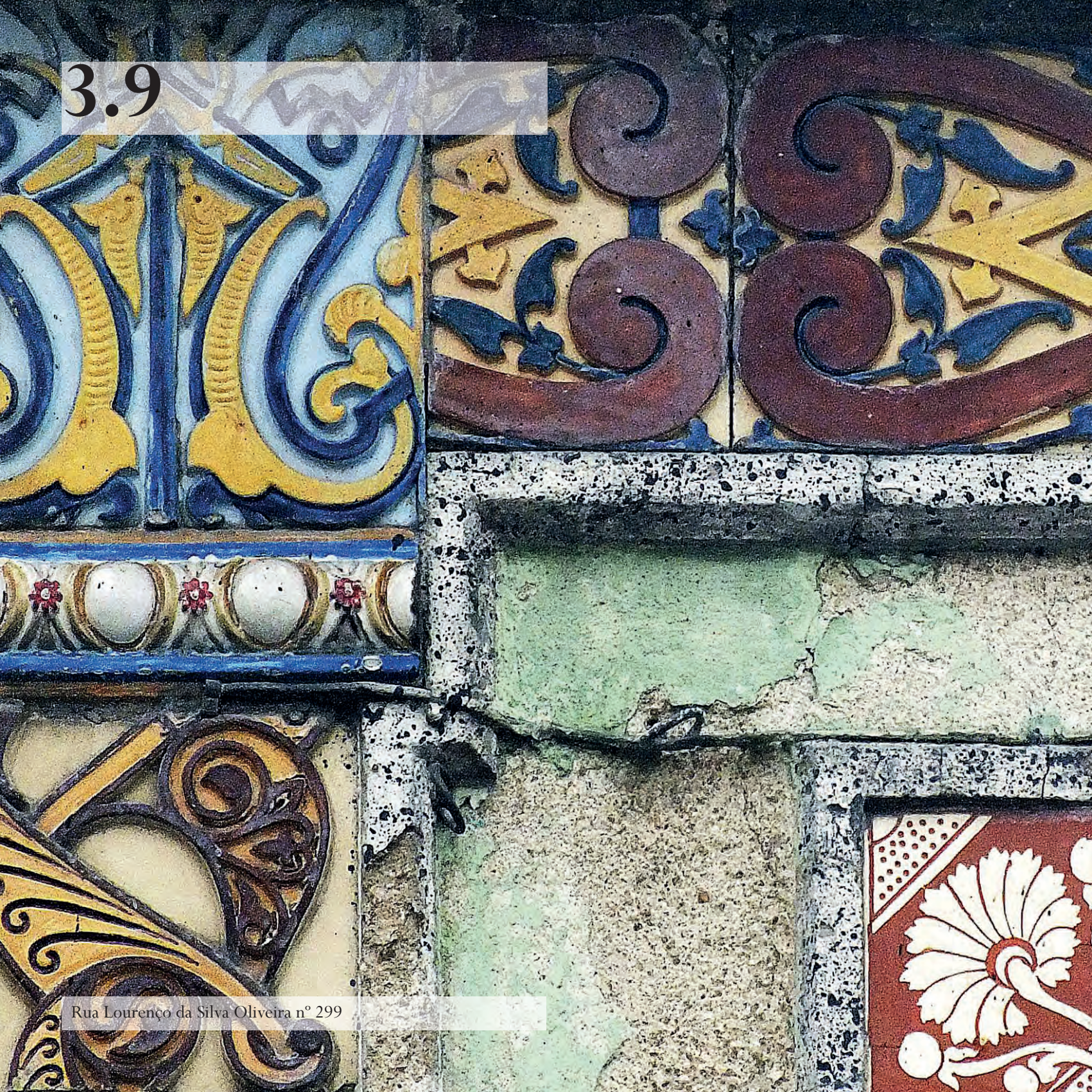
21. António Freitas.  
22. António Freitas.



23. António Freitas.  
24. <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=564671&page=47>.



3.9



Rua Lourenço da Silva Oliveira n° 299

## 3.9 Novos olhares sobre o mesmo rosto: Sousa Fernandes<sup>1</sup> um homem multifacetado, um famalicense da mudança (1849-1928)

### 3.9.1 Introdução

O artigo constitui uma primeira parte do percurso biográfico de Sousa Fernandes baseado em fontes primárias, como correspondência, livros de notas e livros de contabilidade. Este lastro de informação traduz-se num retrato da personagem com variantes substantivas que o vêm no contexto familiar e relacional, desde amigos a conterrâneos, a vínculos laborais.

Ressaltam deste núcleo documental episódios de uma narrativa que ajudam a traçar facetas de Sousa Fernandes como ator plurívoco: o lugar de pertença e os fatores de partida para o Brasil, o seu processo migratório com movimentos pendulares entre o Brasil e Portugal, a transição entre caixeiro e empresário, primeiro no comércio e depois na indústria, o papel da literacia na sua vida, a família nuclear e a inserção num grupo político em emergência, o Partido Republicano Português.

O valor destas fontes traduz-se no conhecimento da memória biográfica deste ator social, um conjunto de testemunhos que se triangulam, permitindo-nos apreender versos e reversos da sua vida e a génese de um percurso. O epistolário possibilita-nos colocar o biografado num espaço e tempo dinâmicos, apreendendo a sincronia e a diacronia.

O curso de vida de Sousa Fernandes leva-nos a um estudo de caso que abarca em Portugal o período constitucional e a República e atravessa no Brasil a etapa imperial e a República. O seu ciclo vital estrutura-se em torno de cinco eixos: a família, os amigos, a vida laboral, o *cursus* político e o da escrita.

Saindo em 1862, ainda adolescente, vem pela primeira vez a Portugal quase aos 30 anos e já sócio de uma empresa comercial de fazendas por atacado, e a partir daí, realiza retornos periódicos propiciados por melhores recursos económicos e viagens mais cómodas, regulares e acessíveis e também pela responsabilidade pela educação exclusiva das suas duas sobrinhas menores e órfãs, primeiro num colégio em Guimarães e depois no Colégio Inglês, no Porto.

Forma família no seu País, o que o leva a permanecer longas fases, deslocando-se ao Rio, quando estritamente necessário. A dupla viuvez deixa marcas no seu percurso de vida e admitimos que os princípios defendidos pela loja maçónica de que fez parte no Brasil tenham persistido, canalizando-os numa fase ulterior da sua vida para o ideário político republicano.

Em próximas análises, incidiremos noutras vertentes ou fases familiares, percurso político, produção literária e jornalística.

---

[1] Utilizaremos a designação de Joaquim José até à data da morte do pai e depois a de Sousa Fernandes.

### 3.9.2 Enquadramento familiar<sup>2</sup>

Oriundo de um lar de lavradores, do lugar de Mões, em Famalicão<sup>3</sup>, Joaquim José de Sousa Fernandes é filho de António Joaquim Fernandes e de Justa Maria de Sousa Fernandes, nascidos respetivamente por volta de 1823 e 31 de maio de 1814, na mesma localidade. É o filho mais velho do casal que tem dois rapazes e uma rapariga entre 1849 e 1854. Joaquim José nasce, numa quarta-feira, na noite de 24 de janeiro de 1849 e é batizado no dia seguinte, tendo como padrinhos os avós paternos, Paulo Joaquim Fernandes e Ana Luísa Fernandes. Falece em 13 de abril de 1928.

Casa em Famalicão aos 36 anos, no dia 11 de julho de 1885, com Maria Antonieta de Sousa<sup>4</sup>, sua sobrinha, de 19 anos, nascida em Famalicão, no mesmo lugar do marido e a união dura escassos três anos, extinguindo-se o matrimónio com o óbito dela, a 30 de abril de 1889, aos 23 anos, vítima de tuberculose. No decurso do matrimónio têm três filhos: Zélia Zilda, Irene e Aníbal, nascidos respetivamente, no Rio de Janeiro, a 25 de abril de 1886, no Porto, no ano seguinte, e em Famalicão, a 10 de agosto de 1888. A segunda filha vem a falecer nesta vila com dois anos, a 5 de junho de 1889, poucos meses depois da mãe, também com uma doença do foro pulmonar.

[2] Os dados genealógicos aqui inseridos integram a nossa tese de doutoramento a publicar.

[3] Usaremos indistintamente Vila Nova de Famalicão, Famalicão e Vila.

[4] Batizada com o nome de Maria da Luz.

[5] Do espólio de Sousa Fernandes fazem parte vários documentos das despesas com o funeral, incluindo a missa do sétimo dia. Paga a Bento Pereira Castilho a quantia de 60\$960, que inclui caixão, armação e lustres, lençol, alcatifas para casa e cemitério, pano de sepultar, lenço de cetim para o rosto, madrilenha para a cabeça, sapatos e 220 tochas e 38 velas e carroto. A taxa pelo covato do cemitério importa em 2\$000 réis e o recibo está assinado pelo guarda do cemitério Manuel da Costa Machado. Ao seu primo Salvador Gonçalves de Araújo é cometido o contacto e o pagamento aos sacerdotes, mandar chumbar o caixão, armação e ceras, telegramas, louças do cemitério, missa do sétimo dia, atestado de viuvez de inventário, o que soma 89\$785 réis. De referir que, no dia do funeral, estão 10 padres e 3 deles não cobram os 1\$500 réis usuais para cada oficiante nesta cerimónia.

Em 4 de julho de 1891, contrai matrimónio com a irmã de sua mulher, Joaquina Júlia de Sousa, de 22 anos, com quem tem três filhos: Maria, Irene e Valdemiro, batizados em Famalicão, como se segue: a 17 de maio de 1892, a 28 de abril do ano seguinte e a 5 do mesmo mês de 1894. O casamento é curto, pois Joaquina morre a 17 de outubro de 1894, com 25 anos<sup>5</sup>, tendo o filho mais novo 5 meses.

Perante a circunstância da sua dupla viuvez e porque tem de criar os filhos com o óbice da sua vida laboral no Rio de Janeiro, é a prima Quitéria Rosa de Sousa Fernandes que se incumbem desta missão e o amigo Daniel dos Santos fica como figura tutelar e procurador, enquanto outros amigos como os advogados Sebastião de Carvalho e Henrique Machado e o médico Eduardo Moreira Pinto os vão acompanhando de perto.

Da sua personalidade subjaz o apego à família, sendo os filhos objeto de grande atenção, preocupação e desvelo. Em carta de maio de 1898 ao amigo e compadre Custódio de Castro Guimarães, de Antime, concelho de Fafe, conta-lhe que recebera notícias dos meninos pelos amigos:

**“Daniel, Dr. Henrique Machado e Gonçalves Cerejeira (este escolar de Coimbra). Todos me dizem que os meus filhos estão de saúde e são felizes, e é isto que de melhor me podem dizer: sejam os pobres pequenos felizes e eu terei em conta de nada os profundos desgostos que me assaltaram nesta adiantada altura da caminhada da vida”.** Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes, carta de 18 de maio de 1898, p.19.



Embora demonstre um enorme carinho pelos “pequenos”, não deixa de ter um elevado grau de exigência em relação à sua educação. Em congruência com o que afirmamos, Sousa Fernandes refere a Daniel dos Santos em 1898:

**“O problema da educação de meus filhos desperta-me frequentes cogitações, e vem aqui a propósito dizer-te que me seria agradável ouvir a respeito a tua opinião. A minha ideia era que a entrada d’elles em um collegio se não fizesse senão que depois de casa fossem preparados com o exame da instrucção primaria e outras disciplinas mais simples que nas escholas loaes se possam aprender, e isto com o fim de evitar que a sua permannencia em collegio podêsse ser demorada, prejudicando-os na sua saúde”.** *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes, carta de 18 de maio de 1898, p.49.*

Revela-se particularmente apreensivo em relação à filha mais velha, Zélia Zilda, quase com 13 anos. Apesar de andar na “Mestra do Barreiro”<sup>6</sup>, entende ser desejável que faça estudos complementares fora da Vila, mas confessa ao amigo Daniel dos Santos que “dada a fatalidade hereditária” da menina se dispensa de a mandar para já para um “collegio fora” e adianta-lhe que se debate com este dilema mesmo em relação aos outros filhos, ou seja, se retirá-los do seio familiar não iria “prejudica-los na sua saúde e na sua constituição, esta pouco de molde á clausura doentia das casas de ensino e á péssima alimentação que nelas se uza”<sup>7</sup>.

A primogénita inspira, como já se disse, especial cuidado ao pai, acrescentando este que era “dotada de um temperamento muito melindroso”, pensando que talvez seja preferível tentar em “Villa Nova” completar a sua instrução, que “além de ler e escrever, é conveniente que uma mulher saiba – piano, francez, trabalho de agulha, etc etc”, e coloca a hipótese de a menina estudar “francês com o Dias Costa e ir para o Collegio Moderno, na Rua da Boa Vista aprender piano”, mencionando que um amigo que tem lá duas filhas pianistas lhe deu muito boas referências desta “casa de educação”.

O filho Aníbal, então com 9 anos, é objeto também da missiva. A sua educação literária está a cargo do professor Cardoso, dizendo o pai que, conquanto ainda possa esperar, será de prevenir “o mestre” que o menino tem de fazer exame da instrução primária pelo menos no ano seguinte, “pois desejo, quando aí vá em março, tomar uma resolução a respeito d’elle e do prosseguimento da sua educação”.

Os progressos dos filhos em termos de proficiência escolar são sumamente agradáveis a Sousa Fernandes, tal como transparece quando lhes diz em agosto de 1898, ter gostado mais das últimas cartas que lhe escreveram, uma vez que “estão mais bem escritas, com menos emendas, menos erros, e em tudo revelando mais cuidado e aplicação”<sup>8</sup>.

Sousa Fernandes advoga o princípio da mente sã em corpo sã e deixa transparecer grande

---

[6] Zélia e Irene frequentam a mestra do Barreiro, a última pelo menos desde 18 de junho de 1898.

[7] *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes*, carta de 18 de junho de 1898, pp. 49-50.

[8] *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes*, carta de 3 de agosto de 1898, p.77.

cuidado com a saúde e o bem estar dos filhos. Por indicação do médico e amigo Dr. Moreira Pinto, as crianças tomam banhos frios<sup>9</sup> em Mões, informando-se o pai da regularidade com que o fazem<sup>10</sup>.

---

[9] A terapêutica através das águas poderia ser administrada pelos modos: ingesta, pela via parenteral (intestinal), pela via subcutânea (injeções), por banhos e/ou duchas, ou ainda pela permanência em locais de fontes de águas, combinada com os climas (Tranqueira, 1910, Mello, 1910, Rocha, 1920, Pinto, 1921, Didier, 1927), apud Carmen Maria Kligman Barguil *A hidroterapia no rol das terapêuticas médicas no final do século XIX e primeiros trinta anos do século XX*, 2007, p. 3, [http://www.coc.fiocruz.br/jornada/images/Anais\\_Eletronico/carmem\\_barguil.pdf](http://www.coc.fiocruz.br/jornada/images/Anais_Eletronico/carmem_barguil.pdf).

[10] Sobre este tema encontramos frequentemente alusões na sua correspondência. Veja-se, a título de exemplo, a carta de 3 de agosto de 1898, *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes*, p. 79.

[11] Tome-se como modelo a carta de 2 de junho de 1898. *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes*, p. 33.

[12] *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes*, pp. 95-96.

[13] *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes*, p. 96.

[14] Não sabemos se Manuel já estaria casado com a filha do Senhor Freitas quando António Joaquim Fernandes trabalhou para ele.

**a procurar no dictionario e para escrever melhor e com mais limpesa convém escrever de vagar, com atenção e capricho. Ser-me-ia muito agradável que vos applicaes ao estudo e que tiraes proveito do que vos ensinam; infelizmente não me tendes dado este gosto tanto quanto seria para desejar, e é uma das grandes penas que eu tenho”.** *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes*, p. 96.

Particular cautela tem em pedir à prima Quitéria, ama dos filhos, que enquanto estão em Mões, use de cuidado em os não deixar comer fruta verde, como acontece sempre que se aproxima a época do verão<sup>11</sup>.

Aos filhos mais velhos Zélia e Aníbal escreve-lhes frequentemente, e em 5 de setembro de 1898<sup>12</sup>, em missiva de duas páginas, perpassa o pai pedagogo que os elogia por escreverem sem o auxílio do professor, concebendo o texto e redigindo autonomamente, ou como Sousa Fernandes acrescenta: “É assim e com continuados exercícios, que vos ireis aperfeiçoando na escripta e habilitando-vos a redigir, e de uma e outra coisa bem precisaes”<sup>13</sup>. Não deixa de comparar as cartas de cada um deles, enaltecendo os progressos de Zélia e chamando a atenção para a caligrafia irregular de Aníbal e alguns erros ortográficos, bem como emendas, denotando “pouco cuidado”.

Ainda no plano da escrita, Sousa Fernandes dá conselhos aos filhos, sugerindo que cada um faça a sua carta, “de diferentes maneiras”.

**“Para escrever as palavras certas, é bom que vos habitueis a procurar no dictionario e para escrever melhor e com mais limpesa convém escrever de vagar, com atenção e capricho. Ser-me-ia muito agradável que vos applicaes ao estudo e que tiraes proveito do que vos ensinam; infelizmente não me tendes dado este gosto tanto quanto seria para desejar, e é uma das grandes penas que eu tenho”.** *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes*, p. 96.

Conclui incentivando-os a melhorar, o que lhe daria muita alegria e seria de molde a merecerem “alguma prenda”.

Os aniversários dos “piquenos” são sempre lembrados: quando não pode estar presente, providencia as prendas e a comemoração com Daniel dos Santos e a prima Quitéria Fernandes, a quem por vezes se juntam outros amigos, sobretudo Sebastião de Carvalho, Eduardo Moreira Pinto e Custódio Guimarães.

### 3.9.3 Partida para o Rio de Janeiro e primeiros tempos na cidade

O lastro familiar do jovem Joaquim José inclui diversos parentes a trabalhar no Brasil, uns que retornam à Pátria e outros que por lá ficam. O pai foi emigrante no Rio de Janeiro e deve ter sido mal sucedido, pois regressa a Famalicão e vive com dificuldades económicas, pelo menos desde a data da partida do filho para o Rio de Janeiro. Desconhecemos quando saiu, mas esteve a trabalhar em casa do Senhor Freitas, sogro do irmão Manuel<sup>14</sup>, pois na carta que escreve ao filho

a 15 de outubro de 1871, refere ter sido irmão da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência ereta no Convento de Santo António no Rio de Janeiro. Acrescenta que segundo se recorda, entrou para a Ordem em 1837-1838 ou 1839 e “foi no 1.º ou 2.º ano que digo, então eu estava na Rua Direta n.º 40 em Casa do Sr. Freitas, que então hera Ministro da mesma ordem, e meu mano Manuel está ao facto disto td.<sup>o15c</sup>”.

Joaquim José acompanhado do pai sai de Famalicão em direção ao Porto, e desta cidade segue na barca Maria, embarcando a 8 de junho de 1862, no dia da Santíssima Trindade. Leva pelo menos um baú, guardado em casa de Luís Cardoso Pereira<sup>16</sup>, na Rua das Flores, no Porto, enquanto aguarda o embarque. A viagem dura 37 dias e corre sem problemas, segundo Joaquim José relata ao pai e este nos dá conta em carta de 24 de agosto de 1862, onde se vê que foi bem tratado pelo comandante do navio e por José Alves Ferreira, de S. Cosme do Vale, com quem segue.

Na família emigrada no Brasil o pai destaca, pela forma como acolheram o filho, dois primos de Joaquim José: Bento José de Sampaio, então no Rio, nascido em Famalicão a 17 de março de 1838, filho do tio materno Manuel José de Sampaio e de Ana Rodrigues de Oliveira Sampaio, que foi esperá-lo a bordo e Francisco Joaquim Fernandes Júnior<sup>17</sup>.

Como se constata, o acolhimento é o melhor, parecendo que todos os parentes disputam a sua presença e o cumulam de atenções. Manuel, seu tio paterno, também emigrante no Rio, instala-o em casa<sup>18</sup>, desejando o progenitor que ele seja o seu substituto, incentivando o filho a ouvir os seus conselhos.

O discurso paterno é sempre matriciado pela indicação das qualidades que o filho deve cultivar, como a honradez, a humildade e a gratidão. A propósito desta última, lembra-lhe a sorte que ele tem por ser tão acarinhado pelos parentes, o que muitos concidadãos não logram nesse país e informa-o que recebeu uma carta do patrão, de 8 de outubro de 1862, em que lhe diz estar satisfeito com o modo como Joaquim José se tem portado. O pai acrescenta ainda que os primos Bento e Francisco e o tio Manuel<sup>19</sup>(irmão do pai) lhe deram conhecimento do seu “bom porte”, o que muito o alegra.

A 27 de novembro de 1862, o pai pede-lhe que agradeça os parentes o tratarem muito bem: [...] “deves louvar o Altissimo, pois bem sabes que ahi muitos andão, sem que haja pessoa alguma os proteja, e é por isso (...) por q.e eu te recomendo que os estimes, para continuares a ser deles estimado, e lhes mereças confiança<sup>20</sup>”.

Roga-lhe que lhe escreva em todos os paquetes e lhe dê notícias da sua saúde e dos parentes “aí existentes” e recomenda-lhe que seja homem de bom porte e verdadeiro e que Deus o guie na sua “carreira do comercio”.

---

[15] A carta que António Joaquim escreve ao filho, em 10 de março de 1866, refere que ele já esteve no Brasil e na de 10 de dezembro de 1866, António Joaquim mostra conhecimento da região, falando em distâncias entre localidades próximas do Rio de Janeiro, referindo-se a Victória e à pouca distância que a separa do Baldeador, em Niterói.

[16] Pomos a hipótese de Luís ser irmão de Fortunato Cardoso Pereira, ambos nascidos em Famalicão e o segundo emigrante muitos anos no Brasil.

[17] Admitimos tratar-se de um filho do tio paterno de Joaquim José, chamado Francisco Joaquim Fernandes que nasceu a 20 de outubro de 1815 e faleceu a 7 de agosto de 1860, em Famalicão.

[18] As cartas para Joaquim José são endereçadas para a Rua da Quitanda número 94. De lembrar que no Rio de Janeiro de Oitocentos a maior parte das casas varejistas se situava nesta rua. Cf. Selma Pantoja, «Da kitanda à quitanda», <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/da-kitanda-a-quitanda>.

[19] Nascido em Famalicão a 15 de março de 1813.

[20] Entre as “recomendações” que o pai de Joaquim José envia, incluem-se os parentes, o patrão e família deste e também o *brasileiro de S. Cosme*.

[21] Entende-se por correspondência regular o envio de uma carta mensal.

[22] Pensamos tratar-se do filho de Francisco Marques Pinheiro (falecido em Famalicão a 20 de agosto de 1860) e de Margarida Rita Rosa de Jesus Sousa Marques, tia materna de Joaquim José. Nesta família,

**[...] “para desta forma seres estimado não som.te delle como de seu socio e teus companheiros; finalmente espero que tu faças a vontade atodos e que sejas humilde e bem criado, para assim todos continuarem atratar-te bem, mesmo para ganhares a tua vida e seres feliz na tua carreira”.**

foram pelo menos três filhos para o Brasil: Manuel José Marques Pinheiro, primeiro patrão de Joaquim José, Joaquim que foi para o Rio de Janeiro com o nome de António de Sousa, por já ter ultrapassado os 14 anos e José Marques Pinheiro que estava no Maranhão, segundo a carta que envia a Joaquim José, a 11 de setembro de 1865, pedindo-lhe que ajude o irmão recém-chegado, como seu companheiro de trabalho mais experiente. Nesta data, Manuel José tinha mulher e filhos nesta cidade, segundo a referida correspondência e por ela também tomamos conhecimento que outro primo comum estava no Brasil, pois José pergunta a Joaquim José se sabe onde se encontra Manuel, filho do tio Joaquim Sampaio. Manuel nasce em Famalicão a 8 de maio de 1837, filho de Joaquim José de Sampaio (tio materno de Joaquim José) e de Justa Maria Silva Sampaio.

[23] Idem, *Ibidem*.

[24] Carta do pai de Sousa Fernandes de 6 de janeiro de 1864.

**[...] “infelizmente já nem burro tenho porque me morreu; e nem cheta para comprar outro; assim fica descansado que ele<sup>26</sup> não vai para o monte porque não tem que olhar. [...] Respeito à mossa que dizes eu tome e à qual tu te prontificas a pagar, respondo que para criado irei eu, pois me parece que me vejo nessas circunstâncias, assim quem coma não me falta em casa”.**

[25] Carta do pai de Sousa Fernandes de 10 de fevereiro de 1864.

[26] Refere-se ao filho Aires, que Joaquim José teme que apanhe o garrotinho se andar no monte a cuidar dos animais.

[27] Carta de 10 de maio de 1865.

Cumprindo a promessa de manter correspondência regular<sup>21</sup>, em 8 de setembro, o pai diz que responde à carta do filho de 8 de agosto, onde ele lhe dá conta que o tio Manuel muito o tem estimado e por isso lhe recomenda que nunca lhe dê desgostos para assim conservar a sua estima. A satisfação é grande porque, para além da forma como a família próxima integrou Joaquim José, o seu primeiro trabalho foi-lhe dado pelo primo Manuel José Marques Pinheiro<sup>22</sup>, a quem o pai de Joaquim José vai escrever para lhe agradecer e insiste com o filho para que cumpra com a sua obrigação,

A crença nos dogmas cristãos e a sua invocação estão presentes em todas as cartas. Atentemos nesta pela sua especial importância: “Não te esqueças de pedir a Snr.<sup>a</sup> da Santissima Trindade q.e seja tua protetora e que te ajude na tua carreira pois lembrate que no dia della hé q.e sahistes pela barra do Porto fora<sup>23</sup>”.

### 3.9.4 Lianas de um jovem emigrado e permanência a prazo no Brasil

A trabalhar desde 1862 como caixeiro na Casa de fazendas e modas de Manuel Marques Pinheiro e seu sócio, na Rua da Quitanda n.º 94, no Rio de Janeiro, já no início do ano de 1864<sup>24</sup>, o pai lhe pede para ouvir os conselhos do tio Manuel, pois este lhe dera conhecimento que não o fazia e, passado pouco mais de um mês<sup>25</sup>, alerta-o para as consequências de não aproveitar as oportunidades que lhe são facultadas. Recorda-lhe que estão a passar tempos complicados: como louvado pouco ganha e os outros proventos são também escassos e cada vez se vai empenhando mais, a ponto de em carta de 10 de maio de 1865 lhe dizer:

E continua a recordar-lhe os cuidados que deve ter para conseguir singrar na vida, mostrando-se preocupado com o filho pelas notícias que este lhe dá e escreve: “Só me resta dizer-te q.e te não metas em partidos, nem em revolucêns, pois quando p.<sup>a</sup> ahi se vai hé só p.<sup>a</sup> ganhar dinheiro, por isso chegate para os bons p.<sup>a</sup> seres hum deles<sup>27</sup>”.

O assunto das dificuldades monetárias dos pais de Joaquim José é recorrente e parece que não se entendem na forma de minimizar a questão, pois enquanto o rapaz quer pagar à mestra do Barreiro, onde anda a irmã Eugénia, e também a uma criada, como a mãe lhe sugere, embora

pedindo para nada dizer ao pai, dado o seu “génio”, este continua a não aceitar tal, até que o filho muda de estratégia e o informa que ele e o primo Francisco lhe vão enviar algum dinheiro, em nome do tio Joaquim Fernandes<sup>28</sup>, mas o pai sugere que seja através de Luís Cardoso Pereira, da Rua das Flores, no Porto.

A própria mãe de Joaquim José, em carta de 14 de abril de 1864, lhe dá a conhecer a carestia da vida, mal dando para comer, por isso o aconselha a ficar no Brasil, conquanto lhe seja muito difícil sabê-lo longe e sem o seu amparo. Acrescenta que para ele vir fazer “figuras tristes” é melhor lá continuar “para hum dia vereste livre de afeliçons [...] porico te peço que facas por aquirir alguma coisa para quando vieres para esta não precisares de te concumir muito”. Apesar dos problemas monetários da família, a mãe roga-lhe que escreva, porque arranjará sempre quem lhe empreste o dinheiro para tirar as cartas do correio, o que é dito também amiúde pelo pai.

Em carta de 16 de abril de 1864, o cunhado Domingos José Ferreira de Carvalho<sup>29</sup> confessa que vivem com dificuldade, mas um dia ao apresentar-se com o parente brasileiro, será considerado “fidalgo”.

A condição de carência é também referida pelo tio paterno, Joaquim Fernandes, que escreve ao sobrinho participando-lhe o óbito da mulher ocorrido em 3 de abril de 1864 em Famalicão, e dizendo-lhe que os pais “vão vivendo pobres e ele de vez em quando lhe vai dando alguma coisa na forma do costume para que eles não passe necessidades<sup>30</sup>”.

O ano de 1864 é atravessado por alguns incidentes como se indica, que a curto prazo, contribuem para Joaquim José mudar de patrão.

O desabafo do rapaz para a mãe sobre pensar que tinha quatro amigos junto dele e afinal só ter dois parece vir na linha do que se vem passando com ele em termos laborais. Em carta que ela lhe escreve a 4 de janeiro de 1864, questiona-o sobre as razões e se lhes fez alguma coisa para isso acontecer.

As relações do jovem no local de trabalho passam no ano de 1864 por alguns momentos críticos<sup>31</sup> como as desavenças que tem com o “companheiro” do primo de nome Pinheiro [seria José?], facto que leva o pai a pedir-lhe que evite tais situações, considerando-as pouco recomendáveis, tanto com colegas de trabalho como com patrões. No mesmo ano, em missiva sem indicação de dia e mês, a mãe acusa a receção da carta que ele lhe manda através de Augusto<sup>32</sup> e diz-lhe que lhe consta que este afirma que “tu já tinhas saído da casa do teu patrão por três vezes q.e utio Manuel te turnou a levar” e pede ao filho que lhe diga se foi assim.

---

[28] Recorde-se que nesta época reside em Famalicão. É irmão de António Joaquim e esteve no Rio de Janeiro, onde casou com Dona Adelaide, brasileira, e teve filhos. Retorna a Famalicão com a mulher, e nesta localidade nasce a filha Henriqueta.

[29] Estava casado desde 3 de março de 1862, com a irmã de Joaquim José, Prudência Ermelinda de Sousa. Era empregado na companhia de viação e fora jornalista e depois proprietário. Nesta data vivem em Mões e já têm dois filhos, um com um ano e outro com quase dois meses.

[30] *Carta de Joaquim José Dias Fernandes de 10 de abril de 1864.*

[31] *Carta do pai de Sousa Fernandes de 9 de setembro de 1864.*

[32] Admitimos ser Augusto, filho de António Ferreira Guimarães e Eugénia Maria Silva Ferreira, nascido em Famalicão a 11 de abril de 1848.

A carta de Dâmaso Sampaio, endereçada do Rio de Janeiro a 22 de abril de 1865, inscreve-se num enredo que vamos vislumbrando acerca das relações de Joaquim José com outros amigos de quem se distancia: a forma como se lhe dirige, tratando-o como “Ilustrado” ex-amigo e o seu conteúdo levam-nos a admitir haver questões não resolvidas entre eles, mas também nos elucidam sobre o percurso de Joaquim José em termos de literacia.

Depreende-se que terá tido problemas com José seu colega de trabalho da Rua da Quitanda, pois Aurélio Ribeiro Coelho, seu amigo, em carta que lhe escreve da Barra de Parati em 18 de outubro de 1866, diz-lhe que precisa falar com ele acerca de “umas coisas” que este “companheiro” lhe tinha contado a seu respeito.

Como era previsível, Joaquim José vem a mudar de emprego. Em 23 de setembro de 1866<sup>33</sup>, já se encontra na Rua de São João no número 57, em Niterói, em Casa de Bernardino Lopes Ribeiro & C.<sup>34</sup>. O pai dá-lhe conhecimento em carta de 10 de dezembro de 1866, que tenciona escrever pelo Sr. Xavier de Faria “a todos que em tempo me exigistes lhe escrevesse os favores que te prestaram para a tua nova arrumação” e não deixa de lhe lembrar que vá falar com o tio Manuel e os primos<sup>35</sup>.

---

[33] *Carta de Aurélio Ribeiro da Silva Coelho a Joaquim José escrita da Barra de Niterói.*

[34] O pai de Joaquim José pede-lhe, em missiva de 10 de dezembro de 1866, que lhe envie a direção do primo Francisco, porque assim com mais facilidade pode escrever-lhe *por mão própria, do que a ti que estás fora da cidade.*

[35] *Carta do pai de Joaquim José de 10 de dezembro de 1866.* Junto remete uma outra destinada a José António Xavier de Faria residente na Rua dos Ourives número 132, no Rio de Janeiro. Seria irmão de Joaquim António Xavier de Faria, natural de Antas, que veio a casar com a filha mais velha do Dr. Moreira Pinto, republicano famalicense e amigo de Joaquim José de Sousa Fernandes?

Os horizontes de Joaquim José ampliam-se e vê na cultura um instrumento para singrar na vida. Em carta que o pai lhe expediu a 10 de janeiro de 1866, retribuindo outra do filho onde lhe dizia que estava a aprender francês, inglês e espanhol, lamentando que o tivesse tirado dos estudos, este responde-lhe que se pudesse o tinha “levado a doutor”, mas que o filho bem sabia que não possuíam meios para tal. Em 10 de abril desse ano, o assunto de Joaquim José sentir à medida que o tempo ia passando e a experiência o enriquecia, a necessidade de aprender outras línguas volta a ser tema da resposta a uma missiva do filho. Já anteriormente lhe havia referido que a sua habilidade de escrita lhe permitia ganhar mais, respondendo-lhe o pai em carta de 10 de janeiro de 1865 que:

**[...] “na tua me dizes que poderás ganhar 240:000rs por ano em virtude da tua abilid.e de da escripta e que será mais q.do se der o Balanço oque espero me digas em que preço ficaste – eu já te mandei dizer que não queria que fizesses sacrificios por minha via e eu assim espero farás eu hirei vivendo como puder, mas honradamente”.**

Outra das facetas da sua vida neste período de juventude relaciona-se com a aproximação à política, pedindo-lhe o pai, em carta de 10 de setembro de 1865, que não se meta “em negocios de politica, a tua e detodos deve ser só a de ganhar dinheiro para algum dia o comeres com descanço, como assim metens afirmado”. Passados dois meses, a 10 de novembro de 1865, o progenitor volta a falar-lhe no assunto acrescentando: “bem sabes que homem de negócios não se deve meter na politica”.

A perda que Joaquim José sofre de cento e tal mil réis, segundo ele conta ao pai e este responde em carta de 10 de maio de 1866, dizendo-lhe que gostava de saber em que negócio o filho se meteu para ter tamanha perda, teria a ver com política, ou seriam mesmo negócios?

Após algum tempo como caixeiro em Niterói<sup>36</sup>, Joaquim José regressa ao Rio de Janeiro e começa a trabalhar como caixeiro viajante, na empresa de fazendas por atacado Gomes & Portella, na antiga Rua das Violas n.º 23. Passa a interessado e depois a sócio gerente, posição onde se mantém muitos anos, conquanto a empresa vá mudando de sócios. Em 1898, inicia-se como industrial de lanifícios na fábrica Aurora, no Bairro do Barreto, em Niterói, como adiante falaremos.

O objetivo de vida aos quinze anos é ficar apenas 10 anos emigrado e depois regressar a Portugal. Partilha esse propósito com o pai<sup>37</sup>, que deseja que ele logre o seu intento, mas se mostra reticente quanto a encontrar ainda os pais vivos e escreve: “Deus permita que assim aconteça e que tedê huns meios para levars a tua vida alegre, e que para essa epocha nos incontres vivos a todos, o que mepareçe que não acontecerá”. Como numa premonição, António Joaquim morre, após uma doença que o mantém no leito em grande sofrimento, aos 50 anos, a 28 de março de 1873, sem nunca mais ver o filho.

---

[36] Admitindo que entrou para a Casa de Bernardino Lopes Ribeiro & C.ª.

[37] Carta do pai de Joaquim José, de 10 de julho de 1865.

Só no ano de 1878, Joaquim José vem a Famalicão visitar a família, ficando esta sob a proteção do tio Joaquim José Dias Fernandes, com quem estabelece uma correspondência mais assídua. Decorrem cinco anos em que a mãe e a irmã vivem em Mões dependentes da mesada dos filhos emigrados. Durante os poucos meses de permanência, tenta dar-lhes o carinho e o apoio subtraído por quem andou longe tanto tempo, prescindindo da visita a amigos, da ida à exposição universal de Paris, para onde alguns deles foram, como adiante falaremos, levando-as a romarias como a de Santiago da Cruz, onde revive a sua infância, como escreve ao irmão Aires.

A mãe vem a falecer a 3 de agosto de 1878, deixando ao filho a responsabilidade da irmã Eugénia, mais nova que ele dois anos, e de duas sobrinhas já órfãs, Maria da Luz, então com 12 anos, e Joaquina Júlia com 9.

### 3.9.5 Relações com a família nuclear e alguns ramos geracionais no Brasil

Ao longo dos anos, Joaquim José escreve aos pais, embora nem sempre com a assiduidade que eles desejam, o que é assunto tratado em várias missivas por estes enviadas, ora pedindo-lhe que o faça em todos os paquetes, alertando-o para a preocupação em que os deixa sempre que não escreve, ora de forma mais ríspida, quando o pai lhe chama a atenção para o seu dever filial.

Ressaltam da correspondência com os progenitores as dificuldades económicas que passam, pese embora não descurem a formação escolar dos filhos, que na irmã Eugénia também incluía os

bordados. O pai escreve-lhe em 10 de fevereiro de 1865, informando-o que os irmãos estão adiantados e passam “sofrível”. Acrescenta que em tempos lhe tinha mandado dizer que não queria que enviasse nada para ajudar na educação destes, por reconhecer que lhe pode fazer falta, pois o ordenado era necessário para as suas despesas.

Alguns desentendimentos perpassam na relação pai-filho, como a título de exemplo se infere da carta que o primeiro lhe manda em 10 de abril de 1866, em que se vê ter ficado ofendido por o filho lhe enviar 30\$rs ao cuidado do tio Joaquim, e este lhe dar 4\$reis por mês, interpelando-o sobre se pensa que ele não tem capacidade de os receber e gerir, pois nunca se meteu no jogo e sempre foi capaz de se reger e governar. Nesta carta, das mais acres que trocaram, o pai exige-lhe que mande a procuração várias vezes pedida para ser padrinho da criança que a irmã Prudência espera, pois não admite que ele se recuse a apadrinhar um sobrinho<sup>38</sup>.

Como já referimos, quando Joaquim José foi para o Brasil, já lá havia estado o pai e o tio Joaquim Fernandes. Neste país conta com um grupo de parentes paternos e maternos com os quais estabelece relações, sendo o tio Manuel Fernandes o pilar. Decorridos quase quatro anos da chegada de Joaquim José ao Brasil e, conquanto tenha experienciado algumas contrariedades no trabalho, continua a poder usufruir da ajuda do tio Manuel, em casa de quem consoa, circunstância para a qual o pai lhe chama a atenção, acrescentando ser um privilegiado, pois tem lá família que possui meios para fazer o jantar e que o acarinha, o que muitos não podem dizer.

Vários primos se correspondem com Joaquim José, como José Marques Pinheiro, irmão do primeiro patrão. Em carta de 9 de abril de 1864, constatamos que José reside em Mariana, Minas Gerais, e assina como seu primo e amigo e pede-lhe que o informe se o irmão tem “alguns em cómodos”, pois a falta de notícias origina que o tio esteja preocupado. Em 8 de novembro de 1864, tomamos conhecimento que José trabalha agora no Maranhão, dizendo-se ainda doente e manda recomendações a seu “mano e a sua Ex. ma Senhora e muitos beijos em minha estimada sobr.ª”. Em missiva de 11 de setembro de 1865, pede-lhe que ajude o irmão Joaquim recém chegado ao Rio de Janeiro, e seu companheiro de trabalho e que lhe diga, se souber, “a onde existe nosso primo Manuel<sup>39</sup>, filho do tio Joaquim Sampaio<sup>40</sup>”. Em 10 de fevereiro de 1865, António Joaquim afirma ao filho a sua satisfação por o sobrinho Aurélio ter escrito a Joaquim José e pede-lhe que este não seja ingrato e dê notícias aos pais.

Em 10 de agosto de 1864, a mãe de Joaquim José diz-se contristada porque o irmão Aires, então com 9 anos, quando lhe falam em ir para “hi salta com alegria, não sei se aquella alegria me servirá a mim de tristeza por ver que os meus filhos estão [?] por sahir da minha presenciam”. Em 9 de fevereiro de 1866, Aires escreve ao irmão falando-lhe que o seu percurso escolar vai regular, apesar dos “bolos” que tem apanhado e conta-lhe pensar ir em breve ter com ele ao Rio de Janeiro, o que vai suceder em 23 de dezembro de 1867, tinha ele 13 anos.

---

[38] Ele acaba por não enviar a procuração e vai ser um primo, também emigrado no Brasil a ser o padrinho. É interessante verificar que nasce uma menina, em 23 de julho de 1866, que irá ser a sua primeira mulher.

[39] Nasce a 8 de maio de 1837.

[40] Este tio comum é-o pela parte da mãe de Joaquim José e da mãe de José Marques Pinheiro, isto é, os três são netos de Vicente José de Sampaio e de Maria Joaquina Sousa.



Além do irmão Aires, Sousa Fernandes foi encarregado pela família de tratar “de mandar ir” para junto de si e depois os ajudar a encontrar “arrumação”, o que de facto aconteceu, o sobrinho Lázaro e o primo Paulo, filho do tio Joaquim Fernandes. Muito embora este haja nascido no Rio, e seja filho de mãe brasileira, veio para Famalicão com os pais e a irmã e, para não cumprir o serviço militar no Brasil, foi como português. Vejamos o que Eugénia diz a este respeito a 6 de fevereiro de 1877: “Estimo o Lazaro chegar ahi de saúde aque elle continue na mesma recomendacoes o Aires e o Lazaro e u primo Paulo que escreiva as Írmans”.

Quando acontece algum dos familiares próximos ficar desempregado, Joaquim José é chamado a ajudar, assim sucedendo com o irmão Aires. A este propósito, a mãe desabafa a sua preocupação e solicita-lhe que proceda como um pai e que o guie sempre, tal como ao sobrinho Lázaro, “que faças de conta que e teu filho que esta ahi”.

Como já indicámos, a morte da mãe impele Joaquim José, uma vez que também já falecera o cunhado Domingos e a irmã Prudência, a levar consigo para o Rio de Janeiro a irmã Eugénia<sup>41</sup>. Esta casa na cidade, no Engenho Velho, com Francisco Alves da Mota Andrade, natural de Britelo, Guimarães, seu sócio.

### 3.9.6 A Figura tutelar do tio Joaquim José Dias Fernandes

O tio Joaquim Fernandes orienta e custeia a ida de Joaquim José e de Aires para o Brasil, onde, tal como já referimos, tinha estado, constituído família e havia regressado a Famalicão com alguns bens. Em carta de 6 de fevereiro de 1877, lembra-lhe: “se hoje estás como estás parece que o deves a mim, a sim como o Ayres que posto tu destes alguma coisa para isso de nada serviu porque foi gasto em outra cousa, e depois fui eu que tudo paguei, tomara que meus filhos tenham quem lhe fação como u tenho feito a todos os parentes”.

Em vida do pai, o jovem parece ter-se debatido com o dilema da dupla tutelaridade, o que o pai e o tio iam gerindo, se bem que com certas reservas e manifestando em várias cartas alguma discordância na indefinição de papéis. A gestão do dinheiro que ia enviando do Brasil para os pais era feita por norma através do tio, o que o progenitor não via com bons olhos, chegando a admoestar o filho e perguntando-lhe se ele não encontra no pai capacidade de gestão da “esmola” que ele lhe dava periodicamente, e afirmando que “nunca foi jogador” e sempre soube “cuidar da vida”.

Durante a etapa da doença de António Joaquim, a sua família nuclear fica sob a responsabilidade do irmão Joaquim na gestão dos assuntos correntes e nos cuidados de saúde e assistência ao enfermo. Depois da sua morte é ainda mais presente, tornando-se procurador de Joaquim José para os assuntos da família, nem sempre havendo concordância sobre o destino das mesadas enviadas: se Justa Júlia entende prioritário o seu emprego na subsistência da família, já o

---

[41] As passagens para o Rio de Janeiro são outra das preocupações de Sousa Fernandes. Encarregou do assunto o amigo José Quartim, a residir em Lisboa, que se vê com dificuldades para lhe conseguir dois lugares no paquete francês Gironde, conforme sua carta não datada, que admitimos ser de novembro de 1878, uma vez que a anterior é de 11 deste mês. A concretizar-se a viagem no aludido paquete, seria no dia 23 de novembro de 1878, em 2.ª classe, como José Quartim, o informa a 11 de novembro de 1878.

cunhado é de opinião que ela deve fazer uma vida espartana, até serem pagas as dívidas deixadas pelo falecido, que podem levar, no extremo, a que a família seja ser privada da casa onde vive.

Vejamos o que escreve o tio Joaquim ao sobrinho, em 6 de fevereiro de 1877, depois de lhe dizer saber que ele tomou o partido da mãe sobre o destino das mesadas remetidas do Brasil. Adverte-o que ele não a estima mais do que ele, pois há mais de 18 anos lhe acode, dando-lhe “todos os anos 40 a 50 mil não falando em outras cousas” e depois tenta demovê-lo de vir a Famalicão, entre outras razões pelos gastos daí decorrentes, acrescidos da liquidação de despesas por não ter pago a sua substituição na tropa, que ficariam em 250 ou 300 mil réis. Lembra-lhe que o pai “deixou passar despercebido” o assunto e que agora quanto ao Aires está com problemas para o conseguir “livrar da tropa”.

Em síntese, apesar da doença grave da mãe, da morte prematura da irmã Prudência e de Domingos, seu cunhado, Joaquim Fernandes aconselha o sobrinho a ficar mais tempo até “arranjar a independência” e só depois voltar a Famalicão.

---

[42] É curioso que se dá a conhecer neste ano, segundo as fontes que compulsámos, o poeta Sousa Fernandes. Em carta remetida de Lisboa por José Quartim a 29 de abril de 1878, informa-o que conquanto tenha usado de influências próprias para publicar *as suas oitavas no jornal mais lido e no local de distinção que o mérito literario do seu autor e a defferencia de amigo tanto me impõem*, foi de balde, por os jornais não aceitarem escritos em verso e o unico que m’as acceitou foi o *Diario Popular e folha que hoje te remetto*. Em próximo artigo analisaremos este assunto.

[43] Reside em Lisboa e é sobrinho de Brás Leão Quartim.

### 3.9.7 Entre a família, “a tropa” e a exposição universal de Paris de 1878<sup>42</sup>

Após 16 anos de ausência no Brasil, Sousa Fernandes vem a Famalicão visitar a família, depois de muito instado pela irmã Eugénia e pela mãe que atravessa um período grave de falta de saúde e teme nunca mais poder abraçá-lo. Atentemos no que se vai passando no ano anterior à vinda de Sousa Fernandes, através da correspondência que troca com elas.

A irmã escreve-lhe a 5 de agosto de 1877, dando-lhe conta que a mãe tem um aneurisma no coração e se encontra de cama, prognosticando-lhe o médico poucos meses de vida. Queixa-se do tio Joaquim Fernandes por, apesar de perguntar todos os dias por ela, não vir vê-la. Lastima ter tido tanta falta de descanso e de apoio e confessa-se exausta, referindo que a situação já se arrasta há dois meses com trabalhos de dia e de noite por a mãe ter muita dificuldade em respirar. Acrescenta que no dia em que chega a carta dele a mãe é unguida.

Não tendo ficado livre de prestar o serviço militar ou haver regularizado a situação, é um dos mancebos que se vê no dilema de vir ou não a Portugal, por tal motivo. Em 5 de abril de 1877, a mãe de Joaquim José diz-lhe já saber que o tio Joaquim Fernandes o tinha aconselhado a não vir por estar recrutado, e confessa a sua aflição por pensar que deve estar contra os pais, não lhe sabendo explicar o porquê da situação, pois “tú nunca chegastes o numero em quanto elle foi vivo igora mesmo teu thio nunca me dice nada senão eu libravate o meu amparo que cenão foces tú eu andaba pelas portas pedindo uma esmola” e diz ainda que o seu desejo é poder abraçá-lo antes de morrer, mas que perante estes factos parece que pode perder as esperanças.

Sousa Fernandes chega a Famalicão antes de 29 de abril, dado o amigo José Quartim<sup>43</sup> lhe

1. Pavilhão português representado na Revista Occidente de 1 de Julho de 1878; Esta publicação iniciada em janeiro de 1878 foi distinguida no certame com uma menção honrosa; Fonte:<http://virtualandmemories.blogspot.com.es/2011/11/o-revivalismo-arquitetonico-na.html>.



escrever nessa data, dizendo que imagina “muito de perto o quanto tens achado de extraordinario na terra que te viu nascer, as evoluções que o progresso não pode ocultar” e em carta de 5 de maio, enfatiza o contentamento por ele se encontrar junto da família na sua terra natal e a 21 de julho, a propósito de não ter cumprido a tropa: “Não vejo meio facil de te poderes escapar sem substituição ao serviço militar principalmente agora que as autoridades civis receberam instruccões para que a lei se cumpra e só com influência politica te podem julgar incapaz do serviço, sufismando assim a lei”.

É curioso o juízo que José Quartin faz para Sousa Fernandes a 27 de outubro de 1878:

**“Sinto que a nossa sancta gente te tenha encommodado seriamente com as formalidades que a ley exige aos cidadãos que pretendem remir-se do tributo de sangue que a pátria reclama, por meio de subscrição, sem embargo da tua parte pela solitudine que te é peculiar nos uzos da tua árdua e melindrosa carreira social”.**

---

[44] Casa com Amélia Vial Quartin, filha de Brás Leão Quartin e sua esposa. Seu filho Gastão Quartin Graça é fundador e diretor da Sociedade Portuguesa de Estomatologia. Ver [http://old.geneall.net/P/per\\_page.php?id=324599](http://old.geneall.net/P/per_page.php?id=324599).

[45] Sobrinho de Brás Leão Quartin.

[46] *Carta do pai de Sousa Fernandes de 10 de julho de 1865.*

A exposição universal de Paris, um dos maiores acontecimentos do ano, decorreu de 20 de maio a 10 de novembro. Tematicamente organizada em três eixos, a agricultura, as artes e a indústria, atraiu uma enorme atenção de nacionais e estrangeiros.

Noutras circunstâncias, Sousa Fernandes estaria na capital francesa como vários amigos empresários, mas o apelo familiar leva-o a ser irredutível na decisão de vir a Portugal. Apesar de instado pelos amigos como José Graça<sup>44</sup>, mostrou-se inabalável, dando prioridade à família, dizendo-lhe em epístola de Lisboa de 21 de julho de 1878, o amigo José Quartim<sup>45</sup>:

**“Idealiso o amor que tens a pátria pelos encantos que a natureza lhe prodigalizou e pela índole e bondade que encontras em cada um de seus cidadãos, motivo porque lhe és constante, conservando-te inabalável ao ruído seductor do grande certame da sciencia, commercio e industria que se agita em Paris e que tem atraído milhares de estrangeiros (...) porem tu contentas-te em contemplar as nossas glorias passadas, em gozar as nossas montanhas e campinas verdejantes, o murmurio dos rios – á sombra dos salgueiros do minho – e finalmente em corresponder a família nos carinhos que te dispensam, com o que provas ser bom patriota e optimo filho”.**

### 3.9.8 Redes de sociabilidade

Para além dos parentes mais próximos ou afastados, Joaquim José partilha no Brasil de outras companhias, pelo menos desde 1865<sup>46</sup>, por exemplo, com Lino Ferreira Moraes<sup>47</sup>, filho de uma irmã de Lino José de Sousa Ferreira, que foi presidente da Câmara de Famalicão, com José Salgueiro Brandão, irmão de Heitor Brandão e ambos filhos de António José de Faria Brandão e Maria Esteves Brandão, familiares do Barão de Faria, entre outros, com quem tirou um retrato de grupo que enviou para a família. Com o primeiro, as relações de proximidade devem ser

grandes, uma vez que Lino lhe pede dinheiro e também um relógio de bolso, como complemento de tolete num jantar familiar no Rio de Janeiro.

O amigo João da Costa Araújo envia-lhe correspondência, a maioria tratando do dinheiro que Joaquim José lhe pede e do processo da sua devolução, mas sempre com urbanidade, como na carta que lhe dirige em 25 de janeiro de 1865, em que para além de lhe participar que está em Mendes, com uma loja de barbearia por sua conta, e que se ele quiser enviar os 10 mil réis que lhe deve o pode fazer para a estação da localidade<sup>48</sup>, lhe dá conhecimento que tem em seu poder duas cartas destinadas ao amigo.

É interessante a correspondência com Aurélio Ribeiro da Silva Coelho, um dos amigos íntimos de Joaquim José. Nasce em Famalicão, a 26 de fevereiro de 1850, sendo mais novo um ano. Após um tempo no Brasil, regressa à Vila onde casa a 15 de julho de 1874, com Maria Rosa de Jesus Coelho com quem tem nove filhos. Falece nesta localidade, com 39 anos, a 7 de outubro de 1889.

Das várias cartas de Aurélio tomemos como exemplo duas do ano de 1866<sup>49</sup>. Na primeira, dá-lhe conta que já está em Parati há 35 dias e ainda não recebera carta da família, nem dos irmãos e na segunda, diz-lhe que aguarda resposta de uma carta que enviou a Joaquim Marques Pinheiro, companheiro de trabalho de Joaquim José e pede-lhe a confirmação de uma notícia que lhe tinha chegado do irmão Firmino<sup>50</sup> estar doente na Beneficência Portuguesa. Solicita-lhe notícias dos três irmãos, António que está em Campos<sup>51</sup>, Hilário e Venceslau<sup>52</sup>.

Em 18 de setembro de 1866, Aurélio está na Barra de Parati a trabalhar na Casa de Baptista & Portas e informa o amigo que só lhe responde naquele momento, porque queria primeiro “arrumar-se”. Por seu turno, pelo endereço da carta, Joaquim José vive na altura já fora do Rio de Janeiro, na Rua de São João número 57, em Niterói<sup>53</sup>. Diz-lhe que chegado à Corte<sup>54</sup>, soube que o amigo não estava, o que muito o contristara, mas quando chega e encontra duas cartas dele, uma de Joaquim Marques Pinheiro, e outra do irmão Firmino, este sentimento foi mitigado e confessa que ao ler a correspondência do amigo fica tão comovido que chora.

Aurélio Coelho é um dos famalicenses que muito sofre no Brasil, pois além dos males físicos, por exemplo, uma ferida numa perna que não cicatriza, temendo até ter de amputá-la, e mantém escondida do conhecimento do patrão com medo de ser despedido, as saudades corroem-no, pois não consegue conviver com a ausência da terra natal. Em novembro de 1866<sup>55</sup>, e com Joaquim José no novo emprego, Aurélio escreve-lhe uma das cartas mais substantivas das marcas famalicenses neste jovem e do sofrimento de um emigrante, só minimizado pelas impressões de memória da sua terra e pela esperança embora remota de regressar. Até as cerejas de Brufe, as maçãs e as peras são objeto de saudade e do desejo de um

---

[47] Nascido em Famalicão a 17 de maio de 1848, filho de Manuel José Pinto de Morais e de Ana de Sousa Pinheiro Pinto de Morais. Cf. *Carta de Lino de Sousa Morais de 25 de janeiro de 1868*, do Rio de Janeiro, Rua de S. Pedro n.º 42.

[48] Era uma região cafeeira que impulsionou a vinda da ferrovia. Em 1864, foi inaugurada a estrada de ferro D. Pedro II e surgiram, entre outras, a estação de Mendes.

[49] Enviadas de Parati a 19 de março e a 6 de agosto.

[50] Nasce a 10 de agosto de 1847, em Famalicão.

[51] Campos de Goitacases pertence ao estado do Rio de Janeiro. No século XIX, alcança grandes progressos com o ciclo do açúcar, o denominado *ouro doce*, e embora tenha existido um importante movimento abolicionista, foi a cidade onde acabou mais tarde a escravidão. Em Campos, registou-se um forte grupo de republicanos.

[52] Nascem respetivamente a 19 de dezembro de 1842, 20 de maio de 1839 e 28 de junho de 1838, em Famalicão.

[53] Pelo endereço da carta do pai de Joaquim José datada de 10 de janeiro de 1866, que ia para o filho ao cuidado do Ex. mo Sr. Domingos José Rodrigues Júnior, na Rua de S. João número 57, Niterói, admitimos que Joaquim José já tivesse mudado de trabalho. Já em carta também do pai de 10 de dezembro de 1866, o endereço é o mesmo, mas em Casa do Ex. mo Senhor Bernardino Lopes Ribeiro & C.ª e especifica a localização: Esquina da Rua do Príncipe, pelo Correio do Rio de Janeiro- Niterói.

[54] Rio de Janeiro.

[55] *Correspondência recebida por Sousa Fernandes, carta de Aurélio Coelho de 17 de novembro de 1866.*

dia lá voltar com o amigo, por certo recordando tempos de meninice.

Outra forma de sociabilidade durante a sua trajetória no Brasil passa pela ligação de Joaquim José à maçonaria. Faz parte da Loja Fraternidade Mineira antes de 30 de junho de 1876, pois nesta data recebe uma carta de João José do Carmo, da localidade de Pomba, pela qual ficamos a saber que pediu o “quites” com esta agremiação.

A 25 de novembro de 1876, escreve-lhe José Dias Carneiro, de S. Paulo de Muriahé, tratando-o como irmão (maçon) e pedindo-lhe que lhe envie uma Constituição, Leis e rituais maçônicos e em 20 de março de 1877, solicita que lhe compre uma fita de Rosa Cruz e lha mande registrada para a cidade de S. Paulo de Muriahé, de onde está a escrever, pois lhe foi dado pela Grande Loja o grau de Cavaleiro Rosa Cruz, por ter sido criador e instalador da Loja Brasil Independente.

Em 17 de janeiro de 1877, escreve-lhe de Manuel Pinto Ferreira da loja Brasil Independente de São Paulo de Muriaé, em Minas Gerais, convidando-o para um lugar de Deputado ou Delegado, dado Joaquim José ter naquele momento já residência fixa e, caso não possa aceitar, roga que lhe indique três irmãos. Informa-o que o quadro naquele momento se compõe de vinte e oito elementos, havendo que mudar de sala, por esta já não comportar tanta gente. Em paralelo, recorda-lhe que interceda para que um amigo comum chamado Marciano se inicie na Loja<sup>56</sup>. Em 22 de agosto de 1877, foi escrita uma carta pelo irmão J. S. Machado (grau 18), informando-o que fora nomeada uma comissão para lhe solicitar a retirada da demissão pedida do cargo de deputado para que fora eleito. Do teor da carta se depreende que terá havido intriga, o que levou o subscritor do pedido a fazê-la.

### 3.9.9 Acolhimento de emigrantes do concelho de Famalicão

Ao chegar ao Rio de Janeiro, já Joaquim José tem um nicho familiar a ajudá-lo, contando também com a experiência migratória do pai e do tio paterno Joaquim Fernandes, que o auxiliam nos preparativos da partida para esta cidade. A determinada altura, torna-se um elo virtual de auxílio a outros emigrantes que chegam e assim, além de vários familiares como o irmão, o sobrinho Lázaro e o primo Paulo é encarregado de proteger descendentes de amigos dos pais. Pese embora ainda se encontrar há pouco tempo no país, o pai recomenda-lhe que preste ajuda a Roberto Alves, filho de seu compadre Luís Alves, de Fraião, morador em Santiago de Antas, que segue no mesmo barco com o primo Joaquim Marques Pinheiro.

Roberto Alves<sup>57</sup>, em carta dirigida da vila de Santana de Parati a 9 de maio de 1866, solicita a Joaquim José que o informe sobre “onde vivem seus manos”. No ano seguinte, o pai de Joaquim José diz-lhe que indague do paradeiro do filho do Luís de Fraião e que lhe peça para escrever aos progenitores, pois há anos que não o faz<sup>58</sup>. Acrescenta que rapaz estará em “Victória, para onde deves indagar delle, eu creio não será m.to distante do Baldiador”. Põe ênfase nos favores que

---

[56] Desde 18 de junho de 1876 que recebe correspondência de Manuel Pinto Ferreira, informando-o e pedindo ajuda na questão de nomeação de irmãos da Loja Brasil Independente.

[57] Roberto Alves nasce a 5 de maio de 1853, em Santiago de Antas e é filho de Luís Alves, de Fraião, e de Margarida da Costa, ambos falecidos em Antas, ele a 11 de abril de 1896 e ela a 15 de agosto de 1897.

Têm seis filhos na freguesia, cinco rapazes e uma rapariga. Pelo menos três vão para o Brasil e o pai de Joaquim José recomenda-os ao filho. Se bem que sigam depois vários destinos, no início dirigem-se para o Rio de Janeiro. Os outros irmãos de Roberto são José Alves e António Alves, mas estes não nascem em Antas. Ver carta de Roberto Alves para Joaquim José, de Parati a 16 de agosto de 1866.

[58] Carta de 10 de dezembro de 1866.

deve ao compadre Luís Alves, de Fraião, “pois sabes que elle aqui me serve com bois e carro q.do quero”.

Falecido António Joaquim, surgem alguns “empenhos” da mãe, de que se dão como exemplo: para um filho de Felizarda de Lima e de José Mendes e para um de Mariana Morais, de Gavião. Este último pedido foi feito em carta de 5 de junho de 1877, onde lhe diz que o rapaz sai de Famalicão no dia 13 e invoca para esta solicitação as muitas “obrigações” que deve à mãe. Acrescenta que esta lhe rogou uma carta para o rapaz ser portador dela, informando-o que ele já lá tem outro irmão, mas “não está contente” na casa onde trabalha.

À medida que consolida a sua posição, amplia-se a malha de conhecimentos e referenciais e novas solicitações lhe chegam, a saber: de amigos e de familiares de compatriotas. A título de exemplo, temos o caso de Francisco Pereira, que detalharemos mais adiante. Através de Daniel dos Santos vai para o Brasil, onde Sousa Fernandes o espera para lhe arranjar colocação e o apoia.

Um caso que denota o seu carácter é o acolhimento que presta a uma filha de Luís Fernandes, casada na freguesia do Louro. Em 1892, foi com o marido para o Brasil, para recompor a vida, pois ele já tinha falido duas vezes. O casal reside 7 anos no Rio de Janeiro, onde tem filhos, mas o cônjuge morre em setembro de 1899, na Misericórdia do Rio de Janeiro.

Sousa Fernandes diz que supunha que estivessem em situação desafogada e que fica muito impressionado quando

**[...]” esta pobre rapariga me entrou no escriptorio a pedir o meu auxilio para regressar ahi [...]. Fiz por ella o que pude e arbitrei-lhe ahi uma pensão de 5.000 réis mensais que te peço para lhe entregares todos os dias 1 a partir do mês de novembro endiante, visto que para agora já lhe dei o preciso para suas primeiras despesas”.**

Pede a Daniel dos Santos que lhe preste todo o seu valimento e diligencie para que ela possa encontrar um modo de vida para poderem subsistir.

Como a mulher e as crianças precisam de casa, põe a hipótese de residirem, com a família de Sousa Fernandes, se a madrastra a não quiser acolher, ou que o amigo lhe arranje uma casinha, responsabilizando-se ele pelo pagamento. Reafirma ainda pretender que não sofram privações, solicitando a Daniel dos Santos que se ela precisar de qualquer coisa de primeira necessidade lha dê e depois apresente contas e pede-lhe ainda que dispense toda a sua proteção “a esta infeliz creatura”<sup>59</sup>.

---

[59] *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes*, pp. 202-203.

### 3.9.10 Trajeto laboral no Brasil

Joaquim José ao sair de Famalicão já teria um emprego no Rio de Janeiro. Com 13 anos, a frequência da escola primária e uma caligrafia cuidada, poucos dias após a sua chegada, começa a trabalhar como caixeiro em Casa de Marques Pinheiro e sócio, na Rua da Quitanda, n.º 94, onde se mantém por alguns anos, não isentos de incidentes. Em 1866, vai para a Casa de Bernardino Lopes Ribeiro & C.ª, na Rua de São João número 57, em Niterói. Ingressa depois na firma de fazendas por atacado de Manuel Gomes dos Santos Portela, na Rua Theophilo Ottoni n.º 23 no Rio de Janeiro.

Não sabemos desde que data transita a interessado da empresa, mas torna-se sócio a partir de 2 de janeiro de 1877, como se extrai de um comunicado enviado aos clientes nesta data, dizendo que dando continuidade à firma

**[...]“da qual era interessado Joaquim José de Sousa Fernandes, acabaram de organizar uma nova sociedade sob a razão collectiva de Fernandes, Andrade & C.ª de que são partes componentes Manuel Gomes dos Santos Portella, Joaquim José de Sousa Fernandes, Francisco da Motta Alves de Andrade e Joaquim Marinho de Carvalho, tendo por fim prosseguir, no mesmo estabelecimento, com o commercio de fazendas por atacado, e tomar a seu cargo a liquidação do activo e passivo daquela extincta firma e suas antecessoras”<sup>60</sup>.**

[60] As casas comerciais a liquidar são a Gomes & Irmãos e a Gomes Portela & C.ª.

[61] Irmão do Padre João Gomes dos Santos Portela.

[62] Por carta remetida de Vermoim a 20 de março de 1882, a Sousa Fernandes, Manuel Gomes dos Santos Portela refere as obras a que teve que proceder na Quinta.

No ano seguinte, Sousa Fernandes vem a Portugal e o sócio Francisco da Mota Alves de Andrade, em missiva do Rio, de 11 de abril de 1878, dá-lhe conta do estado da empresa e entre outros assuntos fala no concorrente Nunes de Sá, do concelho de Famalicão. Volta a escrever-lhe, desta vez da localidade de Presidio, em 13 de junho de 1878, confessando-lhe que a descrição que Sousa Fernandes lhe fez da sua alegria no aconchego da família e da beleza do Minho lhe causaram “ciúme”, por não poder usufruir dos mesmos e contrasta a beleza desta região com a imensidão sertaneja, “as matas virgens”, onde se percorrem longas distâncias, só se ouvindo o tropel dos animais ou o chilrear de algum pássaro e lembra que lhe vem à mente o suspiro de Sousa Fernandes: “Ah! Não há duvida que a provincia do Minho é o jardim de Portugal!”. Comunica-lhe o bom andamento dos negócios e o itinerário da sua viagem: Bicudo, Abre Campo e Ponte Nova. Recomenda-lhe que, se em passeio passar por Celorico de Bastos, freguesia de Arnóia, procure por sua mãe Maria Rosa Alves de Andrade e lhe dê muitas lembranças.

A sociedade sofreu alterações na sua constituição, uma das quais com a vinda para Portugal de Manuel Gomes dos Santos Portela<sup>61</sup> que compra em Vermoim, Famalicão, a Quinta da Igreja Velha, reconstruída por ele (1881<sup>62</sup>). Pelas cartas de Aires Fernandes a seu irmão tomamos



conhecimento que Sousa Fernandes organizou uma sociedade na mesma sede e com o mesmo objeto, com Paulo Fernandes, Clementino Machado<sup>63</sup> e seu cunhado Francisco Andrade, antes de 1885, sob o nome comercial de Fernandes Machado e C.<sup>a</sup> e, em 1866, o primo Paulo é substituído pelo irmão Aires. Constituiu-se em 1889, a Fernandes Barbosa e C.<sup>a</sup>, saindo Clementino Machado.

Em 1898, Sousa Fernandes é empresário de uma fábrica de lanifícios, a Fernandes D’Oliveira & Cia<sup>64</sup>, associando-se ao belga Frederico D’Oliveira que em Niterói<sup>65</sup> havia criado em 1895, com o português emigrante no Brasil, José Leite da Cunha, a Fábrica Aurora no bairro do Barreto, com a designação comercial Leite da Cunha & Oliveira. Em 1901, a firma assume o nome societário de Cruz D’Oliveira & C.<sup>a</sup> e tem quatro sócios: Frederico D’Oliveira e António Soares da Cruz como solidários e José Leite da Cunha e Joaquim José de Sousa Fernandes como meio comanditário, cada um com o capital social de 50.000.000<sup>66</sup>.

Em 1902, a empresa atravessa um processo profundo de remodelação e os sócios decidem adquirir o antigo edifício da Companhia das forjas Nacionais, na Rua da Real Grandeza, no Rio de Janeiro, e mudar-se para essas instalações, originando um período de maior expansão e prosperidade. O depósito, embora na cidade, fica na Rua de S. Pedro n.º 49.

A fábrica está sob a responsabilidade técnica de Frederico D’Oliveira e toda a parte contabilística é da alçada de Sousa Fernandes, se bem que este tenha assumido a gestão completa por alguns meses do ano de 1898, quando o sócio se desloca para comprar mais maquinaria. A qualidade das fazendas é acreditada, havendo por parte dos clientes uma grande satisfação; a casimira de lã das melhores que se produzem e se vendem, podendo ombrear com as estrangeiras<sup>67</sup>.

Alguns dos trechos de vida de Sousa Fernandes como industrial de lanifícios são-nos dados também pelo conjunto epistolar. O ano de 1898, em que se decide por uma nova área de atividade, é de acume de trabalho, pois em 2 de novembro, desabafa com o amigo Daniel dos Santos, dizendo-lhe que o sócio D’Oliveira<sup>68</sup> havia partido para a Bélgica em 26 do mês anterior, e, que por esse facto, se vê na necessidade de estar mais tempo na fábrica, chegando a passar dias inteiros nela.

Pelo duplo papel que tem de desempenhar, o da “escriva” e o da supervisão da produção fabril durante o período previsível de dois meses, apela ao amigo que compreenda a sua menor disponibilidade para escrever, acrescentando que tem de dividir o tempo entre lugares que distam um do outro duas horas de viagem. A razão aduzida é o sócio ter ido comprar mais “machinismo” de que necessitam para ampliar a fábrica e concluiu que esta “simples notícia te fará compreender que vou cumprindo o fim a que me propuz: o de desenvolver a empresa que tomei a meu cargo”.

---

[63] Colocamos a hipótese pelo teor da carta de Aires Fernandes a seu irmão, de 19 de outubro de 1887, sobre a possível dissolução da sociedade Fernandes Machado e C.<sup>a</sup> de dela fazer já parte Barbosa.

[64] Segundo a carta de Sousa Fernandes para Daniel dos Santos de 2 de novembro de 1898, as instalações fabris situam-se num dos subúrbios de Niterói e a distância entre esta e o Rio de Janeiro é idêntica à do Barreiro a Lisboa.

[65] O setor industrial teve bastante expressão no final do século XIX e princípios do século XX, destacando-se o ramo têxtil, a produção de fósforo, de alimentos, de velas e a indústria naval. <http://api.convenios.gov.br/siconv/dados/convenio/750162.html#sthash.JUhrOEGd.dpuf>.

[66] *Livro n.º 2 da Contabilidade de Sousa Fernandes*, p. 3.

[67] <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g32b.htm>.

[68] *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes*, p. 124.

2. Fábrica de lã Aurora; Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g32b.htm#foto7>.



Em conversa epistolar com Sebastião de Magalhães Lima<sup>69</sup>, em 4 de junho de 1898, dizia-se muito ocupado com os múltiplos cuidados que “demanda a administração industrial” que tem a seu cargo o que o impedia de cumprir o seu papel de correspondente, prometendo logo que pudesse enviar “algumas tiras”. Neste mesmo ano, em 11 de outubro<sup>70</sup>, escrevia ao amigo João Nunes da Costa, de Angra do Heroísmo, e também lhe referia que a irregularidade com que lhe enviava cartas se devia ao muito trabalho e que não lhe tinha mandado jornais, entre outras razões, “porque à sahida dos panfletos estava na Fabrica, que é situada no Barreto, acima de Nictheroy”.

Manteve-se como comanditário da Cruz D’Olme e C.<sup>a</sup> do Rio de Janeiro até finais de dezembro de 1904, indicando como local de trabalho a Rua de S. Pedro n.º 25<sup>71</sup> e regressa a Portugal, usufruindo dos dividendos da empresa onde se conserva como comanditário e de investimentos em ações de bancos e companhias.

### 3.9.11 O Proprietário rural e urbano<sup>72</sup>

O campo, como já referimos, é central na vida de Joaquim José Fernandes, daí a necessidade sentida de adquirir bens imóveis localizados no lugar onde tinha nascido e de onde havia partido ainda menino e Mões foi sempre como que a extensão de si próprio. Pelo menos entre 1889 e 1909, torna-se dono de bens rústicos e urbanos. Começa por adquirir a seu cunhado Francisco da Mota Álvares de Andrade, a 18 de dezembro de 1889, a propriedade de Mões, por 600.000 réis e em abril de 1890<sup>73</sup>, a António Martins Pereira a bouça do Picoto e a 24 de abril de 1892, a propriedade da Vespilhosa<sup>74</sup> por 1.969.075 réis<sup>75</sup>. A 12 de janeiro de 1907, arremata em hasta pública por 610.000 réis a bouça da Ribeira e a 2 de abril de 1909, o campo da Agra, por 1.310.000 réis, a António Joaquim Dias Guimarães e como sobre ele impende um foro a Dona Maria da Luz Ferreira de Araújo, Sousa Fernandes faz a remissão. Na mesma data, leiloa em praça a bouça da Balaída e, em 12 de agosto, também em praça, adquire a bouça do Pisco.

Como o lugar de Mões se situa um pouco distante do centro de Famalicão, após algum tempo como locatário de uma casa na Vila<sup>76</sup>, habitada pela família, torna-se seu proprietário. Situada numa artéria central, a Rua Adriano Pinto Basto, no número 6, é próxima da de Alfredo Costa. Paga 150 mil réis de renda anual à viúva Maria Correia, através de Manuel Bento de Oliveira, que assina os recibos<sup>77</sup>. Compra-a a 31 de dezembro de 1899 e escritura-a por 4.000.000 réis, num cartório do Porto. Em 11 de outubro de 1906, adquire o prédio urbano na mesma rua com os números 93, 95 e 97<sup>78</sup>.

Tivemos acesso à descrição da reforma da propriedade feita por Sousa Fernandes, que se enquadra na descrita por Jorge Alves, em *O «brasileiro» oitocentista e o seu papel social*<sup>79</sup>. É uma casa de lavoura com alguma extensão constituída por parcelas de natureza e finalidade diversas que vai adquirindo e onde cabem terras de mato e lenha, cereais, vinha e árvores de fruto, a

[69] *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes*, p. 64.

[70] *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes*, p. 118.

[71] *Livro n.º 2 da Contabilidade de Sousa Fernandes*, p. 3.

[72] Já em 1886, havia pedido ao tio que lhe visse a possibilidade e condições da compra da Quinta de Rorigo, em Calendário. Cf. *Carta de Joaquim José Dias Fernandes*, de 21 de janeiro para o sobrinho.

[73] No espólio de Sousa Fernandes encontra-se um recibo de laudêmio devido ao pároco de Famalicão com data de 10 de maio de 1892, em que este declara ter recebido a quantia de 27:250 reis pela arrematação judicial que fez Sousa Fernandes dos bens do falecido João Luís de Carvalho e ultimamente da viúva Luísa Rodrigues de Araújo e filhos.

[74] Foi comprada em hasta pública. Pagava de foro em 1893 a Dona Maria do Carmo C. de Vasconcellos A. Ferraz, 16\$690 réis, importância correspondente ao foro em espécie de 21 rasas de milho, 10 de centeio, 4 de milho alvo e 1 de feijão. O recibo foi assinado pelo filho Luís Ferraz. Esta propriedade [ou parte dela?] pagava ao abade de Vila Nova de Famalicão 1:000 (mil réis) importância correspondente ao foro de uma galinha e 520 réis de foro anual. Este recibo está datado de 8 de outubro de 1892. Neste documento, o abade refere que a propriedade ficava em Mões. Um recibo da mesma data assinado por Luís Maria da Costa Almeida Ferraz, na Quinta da Eira, em Famalicão, refere que este recebeu a pensão de 18:170 réis paga anualmente a sua mãe, Dona Maria do Carmo Cerqueira de Lemos e Vasconcellos Ferraz, pelo prazo da Verpillhosa, em Mões.

[75] Esta propriedade foi murada por Bernardino Pinheiro da Costa, a quem Sousa Fernandes entregou o serviço.

[76] Paga renda pelo menos desde 1890.

[77] Veja-se ainda a carta de 9 de agosto de 1899 ao amigo Daniel dos Santos encarregado de pagar o aluguer. *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes*, p. 171.

[78] Desconhecemos por quanto a comprou.

[79] Cf. p. 265, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6391.pdf>.

maioria perto de Mões, onde reconstrói e amplia a antiga casa dos pais.

Passa a fazer parte da aristocracia rural emergente de brasileiros regressados ao seu País, sendo muito elucidativos os dados de uma sua agenda, onde além de outros elementos nos dá desde 30 de abril de 1892<sup>80</sup>, a 3 de março de 1895, a despesa e a receita anual da propriedade da Verpilhosa. Logo no primeiro ano, trata de a murar, de lhe pôr uma cancela e de a rentabilizar. Beneficia-a com uma eira e uma tulha, compra ferramentas agrícolas, como um gadanho, uma grade, dois engaços, quatro manguais, uma pá, vassouras, três pipas de vinho, um cântaro e um funil, bem como um candeeiro, ferro para as ramadas, madeira e pedra.

O prédio já tem uma vinha, que é mandada enxofrar pelo seu novo proprietário e produz 4 pipas e meia de vinho. Semeia 5 rasas de milho, 5 de feijão, 6 de centeio e uma quantidade não determinada de nabiças, que em época apropriada se sacham, estrumam e recolhem. Apura pelo S. Miguel desse ano um saldo positivo de 76:620, sem contar com o dispêndio de benfeitorias do prédio e compra de bens móveis e outros.

---

[80] Foi adquirida a 24 de abril.

[81] Distingue-se a couve da chamada planta.

Para se deslocar, adquire em 14 de agosto de 1892, um cavalo e os arreios por 23:500 réis e 3:250 réis respetivamente.

No ano de 1893, a produção vinícola baixa quase para metade, reduzindo-se a 2 pipas e meia. Semeia feijão amarelo e galego e o saldo pelo S. Miguel é de 62:230. No ano de 1894, já se planta batata. Compram-se mais vides e a colheita é de 2 pipas e 5 almudes de vinho. Usa-se sulfato e cal e faz-se estrume com o mato que se roça. O saldo pelo S. Miguel é de 103:89. Para 1895, só temos dados até 5 de março, mas continuam a pôr-se vides e a fazerem-se as sementeiras habituais.

Sobre a propriedade de Mões e a bouça do Picoto constatamos que no ano de 1895 se plantam vides, se faz uma eira, se pintam as ramadas, se roça mato e se fertilizam os campos, com estrume químico e cinza. A vinha produz 6 pipas e meia e colhe-se centeio, feijão amarelo e galego, milho e couve<sup>81</sup>. Apanham-se maçãs, retira-se cortiça e cega-se erva, resultando um saldo positivo pelo S. Miguel de 170:480.

No ano de 1896, a produção de vinho aumenta para 7 pipas, referindo-se a colheita de feijão amarelo e galego (sem indicar quantidades) e uma pequena porção de feijão preto. A receita pelo S. Miguel perfaz 244:650.

Curiosa a seleção de castas da vinha nova que é de “qualidades exóticas” bem como a sua distribuição nesta vinha. É também interessante conhecer as castas da vinha velha, onde predominam o alvarelhão e o tinta amarela.

Na agenda que temos vindo a usar, consta ainda a safra de Mões entre 1904 e 1910. Estão arroladas as seguintes espécies: batata, centeio, milho, feijão amarelo, branco, preto, galego e diverso e o vinho, predominando a batata e o vinho. Em 1908, introduz-se o trigo, numa proporção de quase o dobro do centeio colhido nesse ano. Em 1909, a produção deste cereal cifra-se em mais do triplo do centeio e em 1910, já o rácio diminui, embora o trigo seja em maior quantidade, isto é, 29 rasas para 20 de centeio. O ano de maior produção de vinho foi o de 1909, com 15 pipas menos um almude, muito perto do anterior com 14 pipas, 12 almudes e 11 quartilhos, ou seja, 7328 litros. O ano de menor quantidade de vinho é o de 1910, com 179 almudes e meio. Neste ano, encontra-se discriminado o tipo de vinho, sendo de branco 8 almudes e meio, de americano 1 almude, de vinhão 17 almudes e meio e de verde 152 almudes e meio. Os dois melhores anos de produção de batata foram o de 1907 com 81 rasas e o de 1909 com 75 rasas.

Com a compra da Agra em abril de 1909, novos dados dispomos: em setembro procede-se à primeira colheita de milho e a propriedade dá 1 pipa e meia de vinho e 28 rasas de feijão amarelo. Em 1910, Sousa Fernandes manda plantar no mês de fevereiro, 24 cerejeiras e indica a agenda, que a Agra produz 22 rasas de feijão amarelo, não continuando a escrever as produções. Como foi norma, Sousa Fernandes procede a benfeitorias neste bem rústico e, logo no ano que a adquire, coloca vedação, cancelas com “tranqueiros” e uma parede a separar a propriedade do caminho e pôs esteios em lousa e arames. Neste mesmo ano, abre um poço e, no ano seguinte, empedra a mina, coloca um estanca rios e prossegue com a vedação do prédio.

Na remodelação, manutenção e exploração das propriedades que vai comprando, dá emprego a jornaleiros e criados agrícolas, a pedreiros e a carpinteiros, contribuindo para a dinamização económica da Vila, outro tanto sucedendo a nível de pessoal doméstico, como com a contratação de criadas de cozinha e de sala.

De acordo com as necessidades, dá trabalho a alguns jornaleiros e criados<sup>82</sup>, em Mões, onde além de terrenos agrícolas tem uma casa que remodelou.

Sousa Fernandes tem ao serviço entre 1 de janeiro de 1899 e 26 de abril de 1926, uma criada de sala a ganhar por ano 36.000 réis<sup>83</sup>. Desde 6 de dezembro de 1900, a 30 de junho de 1928, contrata 7 criadas de cozinha, com a soldada mensal a primeira de 2.800 réis e as outras de 3.000 réis. As duas últimas auferem 4 e 12 escudos respetivamente.

Trabalham lá desde 13 de maio a 24 de junho de 1926, nove criados a ganhar cada um mensalmente 3.000 réis, exceto um rapaz (Joaquim pequeno) que lá esteve de 27 de novembro a 27 de março de 1903, auferindo 1.125 réis por mês e um criado, de 18 de novembro a 24 de junho de 1926, cuja mesada é de 45 escudos. Pelo menos entre 2 de outubro de 1910 e 30 de

---

[82] Cf. *Livro de Contabilidade n.º 2 de Sousa Fernandes*, pp. 16, 21, 25-26, 28, 31, 35, 64, 71-72 e 86.

[83] Cf. *Livro de Contabilidade n.º 2 de Sousa Fernandes*, pp. 14 e 68.

setembro de 1911, tem como caseiro em Mões Camilo José Moreira<sup>84</sup>.

[84] Cf. *Livro de Contabilidade n.º 2 de Sousa Fernandes*, p. 64.

[85] *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes*, p. 141.

[86] *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes*, p. 84.

[87] Este hotel estava instalado na chácara do Visconde de Andaraí. Cf. [www.correio gourmand.com.br/roteiros\\_02\\_turismo\\_03\\_brasil\\_seculos\\_19\\_e...](http://www.correio gourmand.com.br/roteiros_02_turismo_03_brasil_seculos_19_e...) e <http://www.insightnet.com.br/Livros/hotelaria/Livro%20ABIHL.pdf>.

[88] Da aldeia de Antime.

[89] Em termos mitológicos Anteu era filho de Neptuno e da Terra, sendo invencível desde que estivesse em contacto com a mãe.

[90] *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes em carta dirigida à Zélia e ao Anibal*, p. 77.

[91] *Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes*, p. 18.

### 3.9.12 Ligação íntima com Famalicão e nostalgia de emigrado

A saudade da terra e da família é um sentimento muito caro a Sousa Fernandes, daí que entenda bem a necessidade que um seu conterrâneo tem de regressar a Portugal, por não conseguir suportar a distância que o separa dos seus e da Pátria. Escreve a este propósito ao amigo Daniel dos Santos, em 20 de dezembro de 1898: “o teu recomendado Francisco Pereira segue para ahi por este mesmo paquete”. Conquanto tenha uma boa colocação, aparece a Sousa Fernandes quase a chorar, pedindo-lhe ajuda monetária para custear o passaporte, no que é satisfeito. E Sousa Fernandes conclui: “fiz-lhe as objecções que o caso reclamava e o homem batido em todos os seus argumentos acabou por dizer-me que tinha saudades! Eu sei o que isto é meu Daniel, e não repliquei ao meu impetrante<sup>85</sup>”.

Em conversa epistolar de 3 de agosto de 1898, com o amigo Custódio Guimarães<sup>86</sup> deparamos com um dos mais intimistas trechos de Sousa Fernandes. Depois de lhe afirmar que encontra no trabalho um elemento de vida que lhe dá força e satisfação, congratula-se pela forma como é tratado, tanto pelos amigos como por estranhos. Abrindo a alma, confidencia que:

**[...] “tenho cogitações tão tristes, tão sombrias, que nem ao meu maiór (sic) inimigo as desejo. Durante o dia, entregue ao trabalho, em convivência com toda a gente, fácil me é a resignação pelo rude golpe que a fatalidade me vibrou; mas de noite, quando às 8 horas me recolho no solitario quarto que occupo no hotel da Tijuca<sup>87</sup> e a insomnia me permite confrontar o meu passado com o meu presente, lembrar meus filhos ausentes, reanimar as extintas razões da minha felicidade morta, quando isto se dá, meu amigo, só Deus é testemunha da enorme força que se torna preciso para resistir ao sofrimento moral que me acabrunha. Isto tudo te pode mostrar que a minha ferida ainda não está cicatrizada”.**

No decurso da leitura das suas cartas nomeadamente as destinadas aos mais próximos, como a Daniel dos Santos, a Sebastião de Carvalho, a Rodolfo de Araújo, seu primo, e a Custódio Guimarães<sup>88</sup> perpassa a saudade da sua Tebaida de Mões. Qual Anteu<sup>88</sup> que encontra a força na mãe Terra, assim ele anseia em solo transoceânico pelo regresso a Famalicão, onde a família e o ambiente evado de telurismo o aguarda e o preenche. Oiçamo-lo a falar numa carta aos filhos, em 3 agosto de 1898<sup>90</sup>: “Quando agora me escreverem dêem-me algumas notícias de Mões, da nossa casa, pois bem sabeis quanto me será agradável saber pormenores do meu dilecto retiro”.

Em maio de 1898, em missiva ao amigo Custódio Guimarães<sup>91</sup>, então a viver na aldeia de Antime, Guimarães, reforça o seu apego ao lugar onde nasceu e diz-lhe: “Deixa-te estar

onde estás, na tua aldeia, em descanso e afastamento, nessas terras em que moras: assim eu podêsse também residir (em descanso?) no isolamento do meu querido Mões, vivendo do amor de meus filhos e da recordação da minha felicidade morta<sup>92!</sup>”.

Este vínculo umbilical com a ruralidade encontra paralelismo em Cesário Verde que descreve o campo como o refúgio salutar e revigorador onde acha a paz, o equilíbrio e a tranquilidade.

Vejam os que Sousa Fernandes escreve em carta de 2 de junho de 1898, sobre umas rosas que a prima Quitéria lhe envia de Mões: “Estas flores que me mandaste cheguei ainda a conhecer que dois botões são de uma roseira que fica perto da laranjeira no canteiro que corre ao longo da frente da casa ao lado do caminho que defronta com o quarto em que dormia a Zélia<sup>93</sup>”.

Em síntese, conquanto não veja no Rio de Janeiro um lugar de sombra, por antítese à luminosidade desse espaço famalicense que é Mões, deixa transparecer na sua correspondência a vontade de regressar, considerando-se um homem de passagem, protótipo do emigrante de torna viagem.

### 3.9.13 Rede de relações na Vila e fora dela

Sousa Fernandes, como sabemos, vive algum tempo no Porto com a família, na Rua da Boavista. Nesta cidade torna-se o sócio número 3579 do Ateneu Comercial, pelo menos desde 1 de julho de 1888. Em Famalicão, é o número 108 da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e faz parte pelo menos desde 1890, da Assembleia Recreativa.

Além da pertença a estas associações, ao longo da vida granjeia um conjunto de amizades, desde empresários até políticos, passando por homens da cultura. Estabelece ainda relações de compadrio, outra forma de sociabilidade e de pertença a um grupo, pois os ritos de passagem dos elementos de uma família são referenciais importantes para o conhecimento dos seus laços relacionais. Os padrinhos fazem parte da família espiritual, ficando vinculados àquela célula social e constituindo-se muitas vezes como âncoras. Gaspar António de Oliveira Bastos, casado<sup>94</sup> em segundas núpcias com Clotilde Vial Quartin<sup>95</sup>, filha de Brás Leão Quartin e de sua mulher Florentina Vial, é um dos principais amigos, unindo-os ainda o parentesco espiritual, pois Gaspar foi padrinho de batismo de Irene, filha de Sousa Fernandes e de Joaquina Júlia.

A carta de 3 de maio de 1898, de Sousa Fernandes para o compadre<sup>96</sup> faz referência à alegria da menina, então com quatro anos, pela prenda que o padrinho lhe mandou – “uma boneca muito rica” [sublinhado do original]. Nessa missiva, informa o compadre que deu início a um novo

---

[92] Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes, p. 19.

[93] Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes, p. 33.

[94] A cerimónia religiosa realiza-se a 15 de março de 1888, na igreja de S. Domingos, em Lisboa. Veja-se Diário Ilustrado de 15 de março, p. 1. [http://purl.pt/14328/1/j-1244-g\\_1888-03-17/j-1244-pdf](http://purl.pt/14328/1/j-1244-g_1888-03-17/j-1244-pdf) e Carta de Gaspar António de Oliveira Bastos a Sousa Fernandes, de 18 de fevereiro de 1888.

[95] Pertencia a esta família António Pinto Quartim, nascido no Rio de Janeiro a 15 de janeiro de 1887 e falecido em Lisboa a 7 de fevereiro de 1970, republicano, defensor e difusor da doutrina anarquista. Foi chefe de redação do periódico *A Batalha* (1919), órgão da C.G.T. Casou com Deolinda Lopes Vieira, professora primária, que pugnou pelo mesmo ideário, feminista e membro fundador da maçonaria feminina em Portugal. Almanaque Republicano: *PINTO QUARTIN arepublicano.blogspot.com/2007/*.

[96] Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes, pp. 13-14.

empreendimento, de que tem obtido grande satisfação pessoal e profissional, embora trabalhe muito e diz-lhe: “eu ainda sou dos que crê que Deus ajuda a quem trabalha”. A propósito desta sua nova iniciativa, fala-lhe que lhe mandou uma carta por seu sócio que lhe foi apresentado por António Quartín, familiar de Gaspar Bastos, mas que ele a perdeu. Termina desabafando com o amigo:

**“Sinto a alma esmagada pela saudade dos meus filhos vivo [obcecado?] por profundo desgosto que não te será difícil avaliar; como eu tenho fé na justiça de Deos, e embalo-me na crença de que elle me não deixa morrer sem que volte a abraçar os pobres órfãos que há pouco abandonei coagido pelo imperio da necessidade”.** Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes, p.14.

E reforça o valor da amizade e o quanto tem sido ajudado no Rio de Janeiro por Fontes, amigo comum.

Outro dos amigos diletos é Custódio Guimarães<sup>97</sup>, com quem mantém correspondência regular.

É visita assídua de sua casa, referindo Sousa Fernandes o gosto que tem pelo carinho que dá aos filhos e as prendas que lhes oferece. Tomemos como exemplo a carta de 6 de maio de 1898, em que lhe agradece<sup>98</sup> o foliar que remeteu ao filho mais novo, Vladimiro, seu afilhado.

Constantino Nunes de Sá<sup>99</sup> é um dos amigos com quem Sousa Fernandes muito convive. Vejamos a carta que lhe escreve, em 24 de maio de 1890<sup>100</sup>. Através dela podemos seguir a preocupação de dois pais: o primeiro com filhos já adultos e o segundo com crianças. Não deixa de ser interessante verificar como Nunes de Sá, abre a alma para o amigo, preocupado com o projeto de vida do filho Alberto, que de forma utópica, segundo ele, aos vinte anos queria ser jornalista e homem de letras, em vez de banqueiro, como o pai. Posteriormente, Sousa Fernandes informa o amigo que o filho está embrenhado nos negócios e que abandonou o sonho da juventude imatura, encontrando-se “animado pela esperança de fazer carreira pelo comércio<sup>101</sup>”.

Com Nunes de Sá conversa sobre a subida do câmbio no Brasil e o benefício que daí decorre, atribuindo este facto e a estabilidade que atravessa a economia brasileira “aos passos que o Campos Salles<sup>102</sup> vai dando na Europa, e é geral a confiança de que o futuro presidente alguma coisa faça para restaurar o crédito do paiz e salvaguardar da ruina as fortunas particulares<sup>103</sup>”.

As *Crónicas* escritas do Brasil por Sousa Fernandes<sup>104</sup>, para o jornal *O Primeiro de Janeiro* dirigido por Gaspar Baltar e Joaquim Pacheco, amigo de Nunes de Sá e de Sousa Fernandes são mencionadas numa carta de 24 de maio de 1898 escrita pelo último, em que lhe pede para transmitir ao “nosso Pacheco” não lhe poder enviar pelo paquete em que segue a carta “as tiras” para o jornal, mas que o fará brevemente e com melhores notícias.

---

[97] Pela leitura das várias cartas dirigidas por Sousa Fernandes a Custódio Guimarães, admitimos que tenha sido um emigrante brasileiro regressado à sua aldeia de Antime.

[98] Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes, p.17.

[99] Depois de muitos anos no Brasil, vive nesta altura no Porto com Beatriz Ramalho, sua mulher. Ainda em 1904, é sócio da Casa Bancária Fonseca e Sá no Rio de Janeiro, segundo o Jornal *O Regenerador*, editado em Vila Nova de Famalicão. Torna-se Comendador da Ordem Militar de N.ª Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa, em 26 de outubro de 1904. Ver *Registo Geral de Mercês de D. Carlos I*, liv. 22, f. 30v. Ver *digitaraq.dgarq.gov.pt/details?id=2108266*.

[100] Em 28 de fevereiro de 1890, Constantino Nunes de Sá envia uma fatura respeitante à compra de vinho fino especial “Príncipe de Galles”.

[101] Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes, p. 27.

[102] Manuel Ferraz de Campos Salles foi presidente da República do Brasil entre 1898 e 1902.

[103] Copiador de Correspondência expedida por Sousa Fernandes, pp. 27-28.

[104] Encontramos cartas de Pacheco para Sousa Fernandes de 1881 a 1924.



### 3.9.14 Escorço do percurso político

Dado irmos desenvolver este aspeto em trabalho próximo, damos de momento só um sumário, incidindo em elementos até agora não divulgados.

O pensamento político de Joaquim José teve algumas variações até se assumir como republicano e democrata. Já empresário, e com a responsabilidade da irmã Eugénia, que após a morte da mãe, levou com ele para o Rio de Janeiro, defende o programa dos Regeneradores, segundo o que nos dá a conhecer o tio Joaquim José Dias Fernandes, que em carta de 6 de setembro de 1881, lhe diz: “de política nada há a não ser grandes esbanjam.tos tu e os teus a sim o queres”. E logo após lhe escreve em missiva de 6 de novembro: “Tivemos recomposição Ministerial entrando para dentro o Fontes e outros gatunos iguais a elle, penço que pouco tempo lá deve estar mas sempre abrirão as Camaras, tu gallos ahi os tens”.

O tio Joaquim José, progressista convicto, em várias circunstâncias aproveita para lhe mostrar que está no lado errado, desfechando flechas contra Fontes Pereira de Melo e as orientações que dá ao País, procurando que o sobrinho mude de linha partidária, chegando até a propor-lhe mais que uma vez fazê-lo comendador<sup>105</sup>, o que não foi aceite pelo futuro senador da República.

Não sabemos que papel terá desempenhado o tio Joaquim Fernandes, falecido poucos dias antes do eclodir do movimento marcante do 31 de janeiro de 1891, na opção política do sobrinho, que de simpatizante dos Regeneradores passou para a linha republicana.

O golpe militar de 1889 do marechal Deodoro da Fonseca, no Brasil, encontra Sousa Fernandes em Famalicão, num período muito difícil da sua vida. Neste ano falece sua primeira mulher e a filha Irene. É pelo irmão que conhece a notícia detalhada deste facto político brasileiro e a reação da comunidade portuguesa nesse país.

À *res publica* consagrou Sousa Fernandes parte da sua vida, tendo do papel de político uma visão clara, advogando para o republicanismo dois períodos, o da propaganda e o da consolidação. Vemo-lo a abraçar os ideais republicanos com denodo e conhecimento da política que desejava para Portugal, aliando-se a nomes que irão ser protagonistas da mudança de 5 de outubro de 1910, destacando-se a nível do poder político local e central na linha dos democráticos.

### 3.9.15 Conclusão

Sousa Fernandes configura o protótipo do emigrante minhoto inserido no modelo de “emigração em cadeia”, caracterizado por movimentos em que os potenciais emigrantes estão escudados pelo conhecimento das possibilidades de trabalho, dispõem de apoio logístico e material para se deslocarem e se empregarem após chegarem ao destino<sup>106</sup>.

---

[105] Cf. por exemplo, a *Carta de 6 de abril de 1881*.

[106] Cf. John S. Macdonald e Leatrice D. Macdonal, “Chain Migration Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks”, *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, vol. 42, 1, jan.1964, pp. 82-97.

Em 1862, na primeira viagem como emigrante, foi na companhia de José Alves Ferreira, de S. Cosme do Vale, ou “brasileiro” de S. Cosme, como o trata por vezes o pai de Sousa Fernandes, esperando-o no Rio um conjunto de familiares maternos e paternos. O pai e os tios Joaquim José e Manuel fizeram anteriormente o mesmo percurso, estando à data da sua chegada ao Rio de Janeiro este último, que foi um esteio para o jovem, numa engrenagem de solidariedade familiar. O quadro biográfico é traçado por outras linhas de apoio direto, como dos primos dos dois ramos, com os quais teceu laços próximos.

O modelo de emigração familiar pauta-se pela saída dos rapazes aos 13 anos para seguirem a vida de caixeiro no Rio de Janeiro, recomendados a elementos da família que já lá se encontram, alguns deles estabelecidos no ramo do comércio e que contribuem para a continuação de uma rede familiar no Rio, que depois ganha malhas noutros pontos do país, formando empresas comerciais familiares, ou dando trabalho a parentes.

A rede parental após a morte dos pais apoiou-se em Portugal no tio paterno, Joaquim José Dias Fernandes.

Depois de vários anos como caixeiro, seguiu-se um périplo pelo sertão brasileiro como caixeiro-viajante, fixando-se depois no Rio de Janeiro, como sócio de uma empresa comercial e depois como industrial de lanifícios em Niterói. Do jovem nascido no lugar rural de Mões, na ainda novel Vila, evoluiu para uma mundividência em que o seu capital social se foi alargando dentro e fora do Rio de Janeiro, ao longo dos anos. Nesta cidade construiu redes por onde passaram, por exemplo, Quartins, Bastos, Nunes de Sá, Ferros, que se enraizaram e vieram a manter-se em Portugal, nalgumas situações, com elos, de compadrio. A residência no Porto<sup>107</sup> facilitou-lhe a consolidação das relações com Constantino Nunes de Sá e José da Silva Ferro e a proximidade a Joaquim França de Oliveira Pacheco e Gaspar Baltar<sup>108</sup>, entre outros.

As suas ligações granjearam-lhe uma posição de ator principal em vários contextos, incluindo na sua terra de origem, onde ascendeu socialmente e privou com a elite da vila, tendo em Daniel dos Santos um amigo muito próximo.

Da sua colaboração no jornal *O Primeiro de Janeiro* lembrem-se as *Crónicas Brasileiras*, cunhadas pela análise rigorosa de Sousa Fernandes e, como escritor, os livros *Telas de Viagem e Pequenos Estudos*.

Do seu *cursus honorum* emergem os vínculos com personagens centrais da política e intelectualidade portuguesa, desde Afonso Costa a Bernardino Machado, no primeiro campo, até Camilo Castelo Branco e Manuel Duarte de Almeida, o autor de *Aromatografia*. Neste domínio, foi decisiva a criação da Revista *Nova Alvorada*<sup>109</sup> e a cooperação com o escritor Joaquim

---

[107] Pouco tempo depois do casamento, Sousa Fernandes vai com a mulher para o Rio de Janeiro, onde passam a viver. Quando pensa voltar, já pai de Zélia Zilda, nascida no Rio de Janeiro, incumbe o amigo Daniel dos Santos de lhe procurar uma casa na Vila onde possa viver. Apesar de todos os esforços envidados, não é possível encontrar moradia capaz, mas dá-lhe a opção do Porto, numa casa na Rua da Boavista, n.º 490, perto da de Constantino Nunes de Sá, também emigrante de sucesso, familiar de Daniel dos Santos com quem Sousa Fernandes privou, possibilidade que este aceita.

[108] Ambos do jornal *O Primeiro de Janeiro*, do Porto.

[109] Foi antecedida da Revista *Alvorada* que tinha como proprietário e diretor Joaquim d'Azuaça. Esta publicou-se entre 1885 e 1891, em 3 números. Foi Azuaga que no ano de 1885, apresentou Camilo Castelo Branco a Sousa Fernandes. Cf. *Carta do diretor da Alvorada a Sousa Fernandes*, de 17 de julho de 1885. A *Nova Alvorada* publicou-se entre 1891 e 1903.

de Araújo, durante uma fase crucial da vida desta publicação.

No domínio da política local, axial nos primeiros tempos da sua atividade político partidária, foi marcante a forma como conduziu diversos “dossiers”. O seu labor em prol do ideal defendido pelos Democráticos, cujos princípios ideológicos sempre seguiu, conduziu-o a cisões com correligionários, mantendo, contudo, o seu respeito, sendo sempre visto como um cidadão interventivo e comprometido.

O escritor coevo Manuel Duarte de Almeida traça um retrato fiel de Sousa Fernandes em 1892: não é “um brasileiro, não é um capitalista, nem um comendador, é um irmão de armas, um homem que “cultiva e preza os puros prazeres do espírito<sup>110</sup>”.

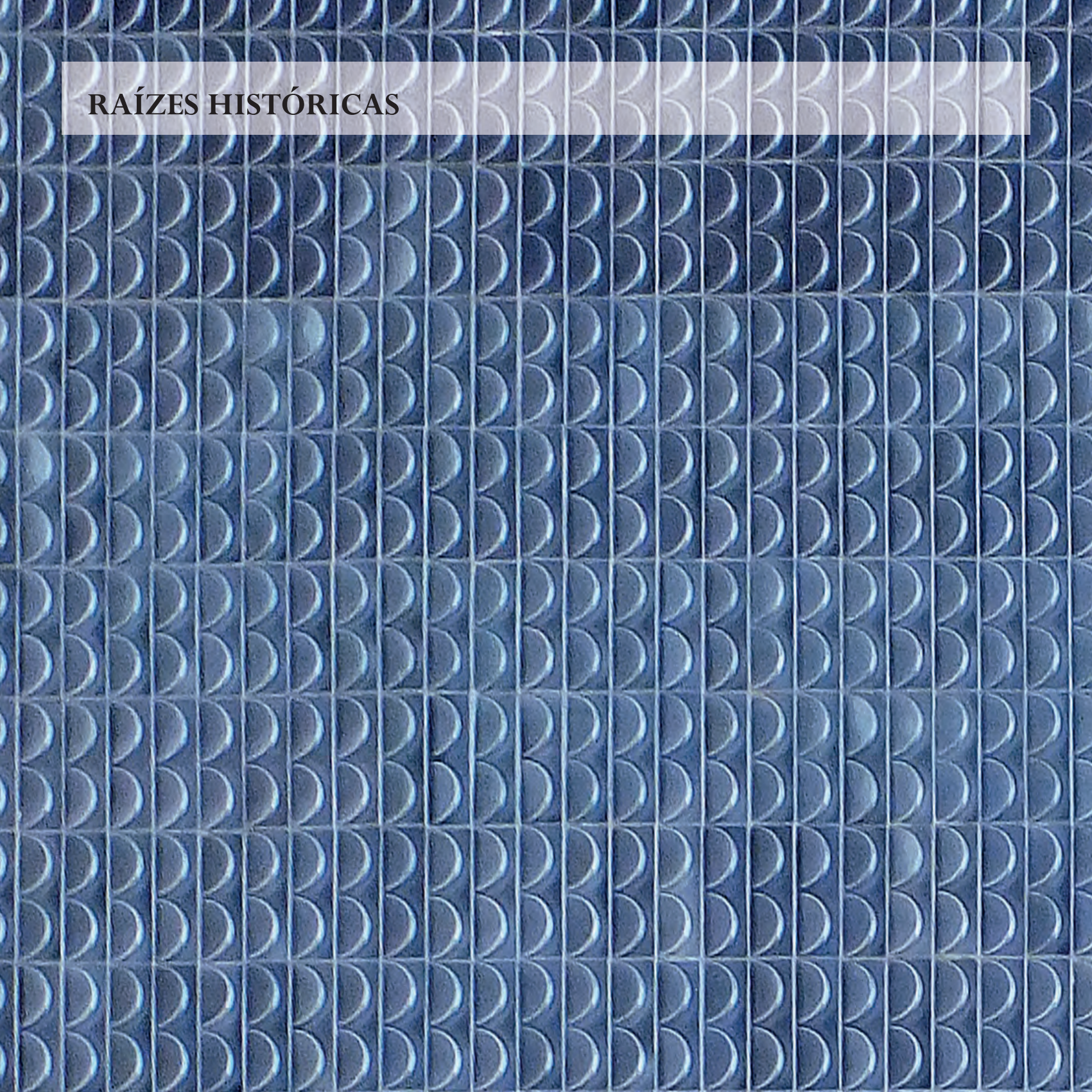
A atividade desenvolvida não se cingiu à carreira profissional, muito embora eleve o trabalho à dimensão de um serviço. Os seus horizontes ampliam-se, multiplicando o seu capital económico, cultural e relacional. Da sua obra escrita emerge uma rara sensibilidade, onde a paleta da paisagem atinge volumetria, quando dialoga com as personagens, ora sinuosas, ora de uma espontaneidade quase cristalina.

A qualificação e competência profissional de Sousa Fernandes potenciaram a sua ascensão, levando a que passasse a sócio da firma Gomes & Portela e depois criasse uma empresa composta maioritariamente por elementos da família e, por último, migrasse para o ramo industrial, como sócio e gerente.

---

[110] Cf. Carta de 28 de março de 1891, pp.1-2.

# RAÍZES HISTÓRICAS



IV

# IV.

## 4.1 Da Terra de Vermoim ao Concelho de Vila Nova de Famalicão –Entre a História, a Crónica e a Ficção

### 4.1.1 Introdução

Quando há uns anos reli algumas obras de Camilo Castelo Branco, fi-lo então com um novo olhar, alargado, sobretudo por ter obtido informações de pessoas que tiveram antepassados que o escritor adaptou a personagens e também porque personagens e espaços das suas obras me convidavam a buscar comparações da ficção com a realidade, quer em relação a personagens quer a espaços, na antiga Terra ou Julgado de Vermoim. A deslocação temporal e espacial criam a ficção mas podem revelar a realidade se nos orientarmos nesse sentido.

Com essas curiosidades fui recuando no tempo pela Terra ou Julgado de Vermoim para encontrar o que a História pode oferecer ou de que pode ser construída, através da leitura e pesquisa em diversas áreas, como demográficas, institucionais e patrimoniais.

---

[1]Prof. Padre Avelino de Jesus da COSTA, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, Coimbra, 1959, vol. I, pg. 127. Sobre a data e origem da instituição da Terra de Vermoim não há informação precisa. A primeira referência documentada a um território denominado de “Terra de Vermui” fora do Censual da diocese de Braga, que é o mais antigo da Europa Ocidental, está datada do ano de 1109.

Verifiquei que, por vezes, o escritor se inspirara não só em alguns dos seus espaços como também em ocorrências de vidas que aí tiveram existência ou reflexos, desde tempos medievais até à Idade Contemporânea, e transformou uns e outras construindo personagens, enredos e cenários dispersos por algumas terras do actual concelho de Vila Nova de Famalicão, estabelecido em grande parte dentro da Terra de Vermoim e em menor parte nas Terras de Faria e de Braga<sup>1</sup>. A base real dessa transformação ficcionada ainda é reconhecível, pelo menos quanto aos espaços, não obstante as alterações resultantes da evolução social, económica, urbanística, cultural, tecnológica, demográfica e sociológica que, embora marcando o evoluir da História, não apagou de todo a memória do Tempo pois há ainda sinais que a protegem e preservam.

Muitos cenários daquelas obras são reconhecíveis nos espaços de algumas terras famalicenses. Já a busca das pessoas que possam ter tido alguma influência na criação de personagens exige mais persistência em observação e análise para a avaliação do relacionamento, pois a fidelidade ao tempo histórico não é obrigação do escritor. É mais, talvez, o contrário. Sem excluir a confrontação com a ficção, para mim era sobretudo a História que interessava. Por tudo isso procurei na Terra de Vermoim pessoas e famílias que, na época da formação e consolidação do Condado Portucalense e da sua evolução, tiveram influência nesse longo processo. Sem pôr totalmente de parte a formulação de hipóteses para a compreensão da ficção camiliana, sobressai agora o interesse pelo conhecimento de momentos relevantes da História na Terra de Vermoim no decurso de séculos. Enveredei sobretudo pelos caminhos que revelam algumas das pessoas que no decurso do tempo nela foram participando através dos seus feitos e dos efeitos deles resultantes.

A expressão “Terra de Vermoim” abrangia um dos conjuntos de paróquias agrupadas numa das

Terras da extensa diocese de Braga. Era uma área administrativa delimitada a Norte pelas Terras de Sande e de Braga, desde S. João de Brito até Leitões, seguindo um trajecto Sul/Noroeste e dali prosseguia numa trajectória Norte/Sudoeste ao encontro com o rio Este. Daí, a delimitação ocidental seguia o curso deste rio até próximo da sua foz. A Nascente e a Sul, a Terra de Vermoim era delimitada pelo Ave, desde a freguesia de S. João de Brito à foz do rio Vizela e daí até à foz do rio Este, no Ave. A Sul a parte final do Ave já delimita a Terra de Faria. O espaço –Terra de Vermoim - delimitado por estes três rios – Ave, Este e Vizela - é atravessado por outros de menor caudal - o Pelhe e o Pele - nascidos e acolhidos nesta Terra de Vermoim até ao encontro com o rio principal. Graças à abundância de água oferecida por estes rios, os campos que atravessam são por ela fertilizados.

Entre a Terra de Vermoim e a de Guimarães ficou um espaço vazio no mapa das terras inventariadas a Sudeste daquela Terra. Era delimitado a Norte pelo curso terminal do Selho até ao Ave; desde esta foz, a delimitação a Poente prosseguia pela margem esquerda do Ave até este receber o Vizela; a Sul, era o Vizela que fazia a fronteira; a parte Nascente deste espaço “sem nome” aparece no mapa delimitada pela Terra de Guimarães<sup>2</sup>. Resumidamente, temos um espaço vazio compreendido entre o que se conhece da Terra de Vermoim na sua parte final do lado Nascente; a Sul, era o Vizela que lhe estabelecia a fronteira; a Nascente a Terra de Guimarães pelo seu lado Poente/Sul; e a Norte pelo curso final do rio Selho.

A divisão das dioceses em jurisdições ordinárias que visavam facilitar a administração das respectivas igrejas impunha-se para consolidar o povoamento e a fixação das pessoas e famílias. Os arcebispos, administradores dos arcebispos, foram, desde bem cedo, colaboradores dos bispos na administração dos territórios cristianizados, como também já eram os diáconos, auxiliares da administração eclesiástica, e depois passaram a ser os arcebispos e os sacerdotes. Muitas vezes os espaços constituintes dos arcebispos coincidiram com os das Terras. O bispo D. Pedro, na sua acção organizativa da diocese de Braga nas últimas décadas do século XI (1070-1091 ou 1092), definiu claramente esses espaços e suas finalidades. Foram criados como jurisdições intermediárias entre as igrejas respectivas e o bispo, visando definir e aplicar com clareza as regras do funcionamento e administração da diocese, mas sem alterar significativamente a distribuição das paróquias por Terras como já antes estava estabelecido. A organização e a gestão da diocese tinham de corresponder ao crescimento da população, à sua distribuição e ao desenvolvimento que se ia processando, como consequência da consolidação da paz e estabilidade. A continuidade ou recuperação das paróquias, já constituídas ou sedimentadas no período visigótico e a revitalização dos numerosos núcleos populacionais, formados ainda antes das campanhas do povoamento de Afonso III, eram objectivos estimulantes do empenhamento do povo e dos governantes.

Nesta visita aos primórdios da nacionalidade, fui especialmente acompanhada e informada

---

[2] COSTA, Ob. cit. vol. I, Mapa n° 2. Era um encaixe que faria parte da diocese do Porto e hoje integrado no concelho de Vizela, no distrito de Braga.

pela obra do medievalista, o Professor Padre Avelino de Jesus da Costa, intitulada *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, publicada em 1959. Fora esse o tema da sua *Dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas*, na Universidade de Coimbra, em 1951. Nele foi contemplada a tarefa organizativa da diocese de Braga efectuada por esse bispo. Mas não só. Pela amplitude temporal que prossegui e diversidade de assuntos, desde pessoais, sociais e institucionais aos de história política e social, recolhi nessa obra informações preciosas, sempre muito fundamentadas e esclarecedoras, que bastante me ensinaram. Consultei também alguns registos paroquiais. Se a disponibilidade de tempo e de meios estivesse ao meu alcance percorreria outros Arquivos que eventualmente guardem outras memórias dos diferentes actos de vida e os de natureza administrativa das freguesias da Terra de Vermoim.

Beneficiei ainda da companhia e apoio das *Genealogias* de três autores: Felgueiras Gayo (Manuel José da Costa) (1750-1831), *Nobiliário de Famílias de Portugal*; Manuel de Souza da Silva, *Nobiliário das Gerações de Entre-Douro-E-Minho* (1680-1705), Edições Carvalhos de Basto, Lda, Ponte de Lima, 2000; e Carlos Caldeira Ribeiro de Figueiredo, (*Genealogia*), *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Nessas obras e também no volume *Scriptores*, para onde, entre outra documentação, Alexandre Herculano fez trasladar o *Nobiliário* organizado pelo Conde D. Pedro, encontram-se antigas e relevantes informações sobre espaços, pessoas e famílias que trouxe para este texto.

O recurso a estudos já publicados possibilitou-me ajudas muito úteis, como obter outras fontes, esclarecimento de algumas questões de genealogia, constituição, organização e consolidação de paróquias e utilização e transmissão de património. Pela informação recolhida nessas consultas constatei que às famílias que fui conhecendo e às pessoas que as constituíam ficaram ligados acontecimentos que escreveram um pouco da História de Portugal e notei o avanço da organização administrativa do território, sobretudo através da restauração da diocese de Braga pelo bispo D. Pedro, de algumas disposições régias, nomeadamente as Inquirições de 1220 e 1258, e, muito superficialmente, também o papel das comunidades locais nas diversificadas áreas de actuação, especialmente na religiosa, através da fundação e vida das paróquias, aspectos que provocaram mesmo a intervenção do prelado bracarense logo no período inicial da restauração da diocese já na sua própria sede - Braga.

Procurei, assim, conhecer um pouco mais o passado, especialmente o da época medieval, das terras, gentes e patrimónios da Terra de Vermoim, particularmente do período da Reconquista e da consolidação da nacionalidade, e entrar, ao de leve, na Idade Moderna e Contemporânea. Sem a ajuda desses e outros apoios bibliográficos que vou apresentando ser-me-ia impossível elaborar este esboço de uma parcela da História dos espaços famalicenses naqueles distantes tempos, sobre os quais a pesquisa possibilitada nas Bibliotecas e, particularmente, nos Arquivos requer não só tempo como oportunidade de encontrar documentação esclarecedora.



Importa também referir a importância que têm os livros de tabeliães para nos fornecerem dados sobre o património. Servi-me de dois deles para abreviadas referências à renovação de empraçamentos em Nomães e em Ninães.

Este artigo contempla, em gerações de diversas famílias, relações familiares e informações de interesse para o conhecimento de momentos da História de algumas freguesias hoje famalicenses, em alguns casos no decurso de um longo período, embora limitado a apontamentos breves e dispersos por diversas paróquias da Terra de Vermoim nos primórdios da nacionalidade. À mistura comporta hipotéticos relacionamentos de pessoas com a criação de personagens e cenários de algumas obras de Camilo Castelo Branco.

As fontes consultadas, embora reduzidas, são de utilidade para se poder formar uma visão ampla, mesmo que sem pormenorizações, da Terra de Vermoim desde os seus primeiros tempos, em diversos aspectos dos que a História contempla. Os espaços percorridos foram sendo seleccionados pela intuição de alguma probabilidade de me revelarem interligações que me facilitassem o encontro de informação, mesmo que mínimo, sobre matérias diversificadas referentes a algumas paróquias desta antiga Terra. Hoje, a maioria delas, das conhecidas, são famalicenses. Trago para este artigo apenas algumas e as que lhe foram anexas: Abade de Vermoim, Almofães (Santiago – anexada à freguesia da Carreira), Antas, Avidos, Bairro, Bente, Cabeçudos, Carreira, Castelões, Cavalões, Ceide (S. Miguel), Ceide (S. Paio), Santiago da Cruz, Delães, Esmeriz, Gavião, Joane, Lagoa, Landim (Santa Maria), Landim (Santa Marinha), Matamá (anexada à freguesia de S. Pedro de Bairro), Ninães de Requião, Novais, Oliveira (S. Mateus), Oliveira (Santa Maria), Portela, Pousada de Saramagos, Requião, Ruivães, Sanfins (S. Félix de Almofães), Santo Estevão de Natal ou Santo Estevão Fins de Riba de Ave (Sanfins e Santo Estevão fundiram-se e foram depois anexadas a Bairro), Vale (S. Cosme), Vermoim e Vila Nova de Famalicão. A estas juntei, muito sumariamente, as quatro que provieram das Terras de Braga e de Faria e passaram para o concelho de Santo Tirso: Lama, Areias, Palmeira e Sequeirô. Não incluí as que provieram das Terras de Faria e de Braga nem as que transitaram para os concelhos de Vila do Conde e Póvoa de Varzim. Completaram o concelho de Famalicão 3 freguesias da Terra de Faria – Gondifelos, Nine e Arnoso (Santa Eulália) – e outras 3 da Terra de Braga – Cesures, Arnoso (Santa Maria) e Jesufrei. (Os documentos medievais não permitem a grafia Sezures (P. Avelino de Jesus da COSTA, *O Bispo D. Pedro...*, vol. II, pg 69). Temos, assim, o total das 49 paróquias que constituíam o concelho de Vila Nova de Famalicão. Na sequência da reorganização administrativa das freguesias, por disposição consagrada na Lei n.º 11-A/2013, foram constituídos 34 agrupamentos.

O mais antigo Censual de entre Lima e Ave que chegou até nós informa-nos que a Terra de Vermoim, pequena parte da vasta diocese de Braga, era constituída por 81 paróquias, incluída a freguesia de Riba de Ave. Nesse Censual apenas constem 80 devido ao facto de a sua localização

ser na margem esquerda do Ave, que não foi incluída nesse documento do levantamento de todo o território da diocese de Braga. Também as Inquirições, documentos régios de registos de rendas, obrigações, privilégios, patrimónios e outros, podem conter mais alguma informação de interesse para o conhecimento da História das localidades, como também conter omissões. Complementam-se essas duas fontes da História e o autor da obra *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, base deste artigo, dá notícia disso e apresenta dados complementares relevantes.

Das 61 freguesias, incluída Riba de Ave, 43 ficaram no concelho de Vila Nova de Famalicão. Das 18 restantes, 4 passaram para o concelho de Santo Tirso, 8 para o de Guimarães, 5 para o de Vila do Conde, 1 para o da Póvoa de Varzim. Vemos, com esta distribuição, que o concelho de Vila Nova de Famalicão não integrou na sua composição todas as freguesias da Terra de Vermoim<sup>3</sup>. Completaram o concelho de Famalicão as seis freguesias provenientes de outras Terras já acima identificadas. Temos, assim, o total das 49 paróquias que constituíam o concelho de Vila Nova de Famalicão.

---

[3] COSTA, Ob. cit., vol I, pg. 211 e pgs. 25-51.

[4] PIERRE DAVID, cit. in COSTA, Pe Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, Coimbra, 1959, vol. I, pg. 142.

Em *O Bispo D. Pedro* (...), o autor explica a organização da diocese de Braga promovida por esse prelado. Sintetiza com muita clareza as invasões e razias muçulmanas no século VIII e a consequente “política defensiva dos reis das Astúrias”, a desorganização que atingiu a diocese de Braga e as posteriores investidas dos vikings com as consequências que também delas resultaram para a vida das populações da Terra de Vermoim. Realça que, apesar disso, esta não ficou totalmente despovoada nem desapareceu por completo a influência e memória do seu passado, pois os “antigos centros paroquiais, igrejas ou mosteiros”, apesar de arruinados, continuaram a ser referência e a assegurar a salvaguarda de “elos sociais” que foram também importante “elemento de continuidade”<sup>4</sup>. Se parte da população cristã a Sul do rio Minho, que continuou por mais tempo ameaçada por invasões, optou por se deslocar para zonas mais protegidas a Norte ou a afastar-se da cidade e refugiar-se nos campos e montes, para ficar “menos exposta às investidas dos infieis”, outra parte dessa população manteve-se fiel à igreja bracarense, continuando a cultivar as terras e a pagar as pensões devidas à cúria diocesana. Apesar da transferência da residência do bispo de Braga para Lugo e da sua permanência durante três séculos, a diocese manteve-se.

Não obstante tivesse sido, a dada altura, pretendido pelo bispo de Lugo que o título de metropolitano da Galiza fosse considerado inerente ao seu título, tal pretensão não foi reconhecida, pois, na verdade, era um atributo do metropolitano de Braga. Este tinha as suas próprias competências, funções, estatuto e títulos que não competiam ao bispo de Lugo.

Apesar da ausência física dos metropolitãos bracarense em Lugo, eles continuaram, e tinham de continuar, a exercer daí a “autoridade temporal e espiritual no território” da sua diocese. Não

abdicando dessa autoridade, impediram a incorporação e mantiveram as terras e os direitos que nela tinham. Os direitos dos bispos de Lugo resultaram unicamente de serem metropolitas bracarenses, isto é, de acumularem essa função. A vitalidade e proximidade das populações na diocese e a permanência possível dos núcleos paroquiais e monásticos contribuíram para a fixação de novos colonos e benefício das populações. Por tudo isso – atitudes dos bispos de Braga e das populações - a organização diocesana e paroquial continuou preservada e forte para anular as pretensões dos bispos de Lugo. A autonomia da gestão da diocese de Braga a partir de Lugo não é fácil de definir, desde que na segunda metade do século VIII o bispo de Braga aí passara a residir e, ao mesmo tempo, ser o metropolitano da Galiza. No entanto, tal residência não podia impedir que os direitos espirituais e temporais sobre Braga e seu território continuassem a ser reconhecidos como autónomos. A pretensão que a Igreja de Lugo manifestava quanto à posse desses direitos não podia ser satisfeita mas, com o tempo, esse direito passou a ser considerado, erradamente, inerente ao bispo de Lugo<sup>5</sup>.

Com o passar do tempo a reconquista prosseguira, a insegurança fora-se atenuando e o crescimento da população na cidade de Braga e seu termo reforçava-se com a vinda de pessoas de terras mais a Norte já seguramente reconquistadas. Por volta de 905, Afonso III das Astúrias implementou uma política de repovoamento iniciada no último quartel do século IX, promoveu uma nova delimitação do território da diocese bracarense, que ficou compreendida entre o Lima e o Ave até próximo de Santo Tirso. Daí seguia pelos arcediagos de Sousa e Panoias, onde atingia a margem direita do Douro. Prosseguindo nessa margem, incluía as Terras de Lampaça e a de Miranda passando por Freixo-de-Espada-a-Cinta em direcção a Miranda do Douro. Um pouco adiante abandonava a delimitação pelo rio Douro e entrava no arcediogo de Aliste, onde fica Alcanises. A coroar a Norte as delimitações da diocese ficavam os arcediagos de Entre-Lima-e-Neiva e o da Nóbrega e também a Terra de Baronceli onde fica Verin. Esta e o arcediogo de Alista estão hoje integrados em Espanha.

Afonso III reconheceu Flaviano (867-923) como prelado da diocese de Braga e, mesmo que ainda a residir em Lugo, o poder de exercer a sua autoridade na igreja bracarense e o de manter os bens e prerrogativas que nela tinha: “o direito de propriedade dos domínios eclesiásticos”, isto é, “das igrejas, herdades e dos homens que as cultivavam”, bem como o de receber “o censo devido pelos mosteiros e igrejas paroquiais do território de Braga”<sup>6</sup>. E muitas eram, mesmo que pequenas, as comunidades monásticas dispersas pela diocese bracarense, o que representava para as populações um escudo protector.

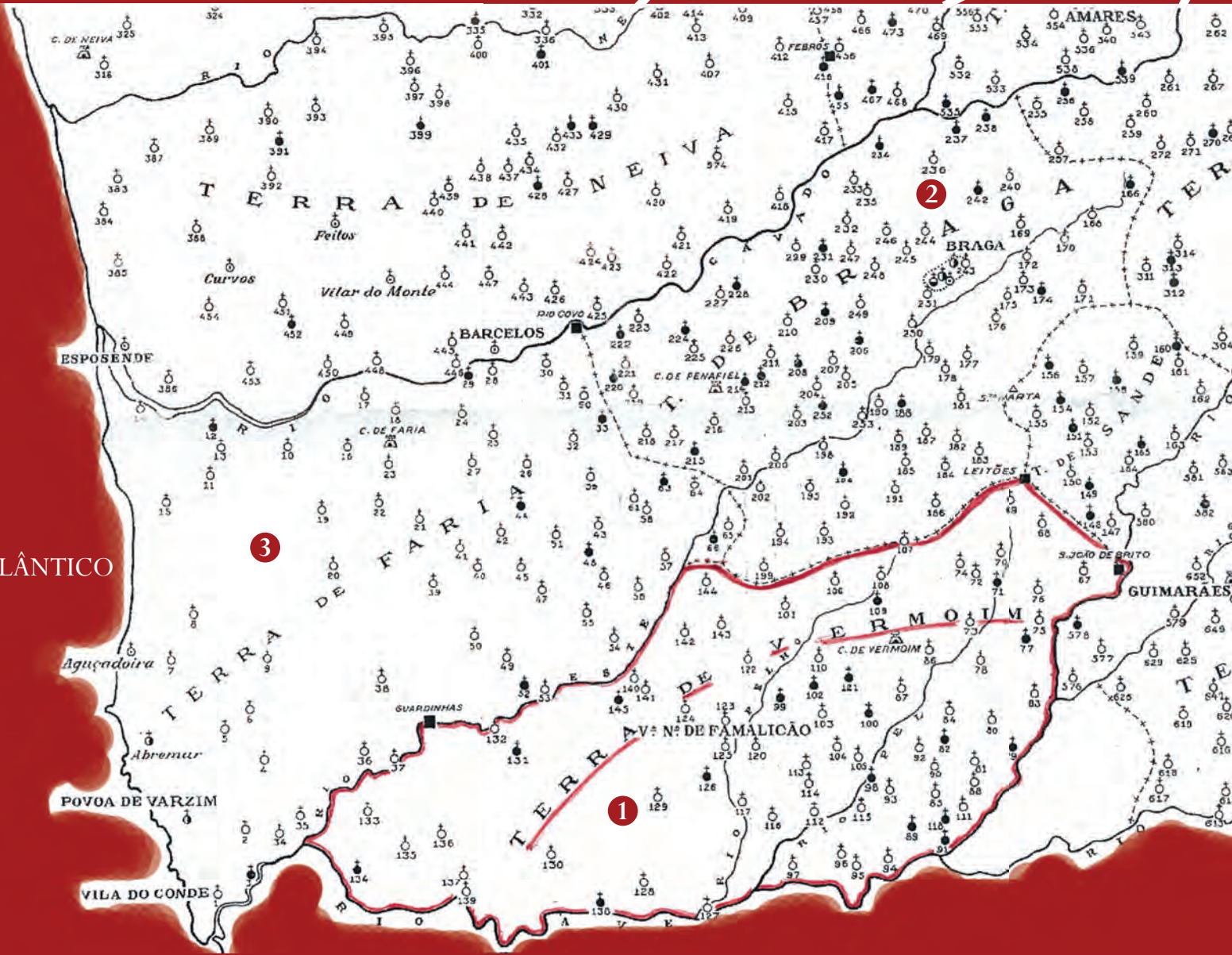
A concessão de privilégios de imunidade, como as cartas de foro e de couto, podia ser um meio de os monarcas, além da intenção devocional, obterem ou gratificarem o apoio militar de nobres que fossem patronos de alguns mosteiros, bem como colaboradores seculares no processo da reconquista, repovoamento e consolidação do território portugalense. Assim aconteceu com o

---

[5] COSTA, Ob. cit. Pg. 13. Os direitos do bispo de Lugo sobre o território bracarense provinham unicamente de ele ser o metropolitano de Braga, mas apenas enquanto ou quando exercesse essas funções. Talvez possamos atestar a autonomia da diocese de Braga em relação a Lugo quando na sacração da catedral de Braga, cerimónia que implicitamente significava também a restauração da diocese de Braga, o bispo de Lugo não esteve presente. Quanto a Compostela, importa notar que teve as suas raízes na diocese em Iria. No entanto, os seus prelados residiam em Compostela desde que aí foi descoberto o túmulo da Santiago Maior entre 820 e 830. A sede da diocese só foi trasladada oficialmente para Santiago de Compostela em 1095. Já a sacração da Sé de Braga tinha sido celebrada em 1089.

[6] COSTA, Ob. cit. No vol. II, cap. I, pgs 1-220 dessa obra, vê-se que nos Censuais da diocese de Braga dos séculos XI a XV se insere a Terra de Vermoim (pgs. 26-51). Nessas páginas são dadas informações sobre o estado e conteúdos dos Censuais utilizados na citada obra. No vol. I, pgs. 384-390, é feita a Descrição dos Censuais, as Normas de Transcrição e a Correspondência de Documentos.

ATLÂNTICO





### 1. Terra de Vermoim

- Abade de Vermoim (Santa Maria) – (113)
- Antas - (Santiago) - (120)
- Avidos - (S. Martinho) - (112)
- Bairro - (S. Pedro) - (111)
- Bente - (Divino Salvador) - (93)
- Cabeçudos - (S. Cristóvão) - (116)
- Carreira (Santiago) - (85)
- Castelões - (Santiago) - (84)
- Cavalões - (S. Martinho) - (140)
- Ceide (S. Miguel) - (105)
- Ceide (S. Paio) - (104)
- Cruz – (Santiago) - (101)
- Delães (Divino Salvador) - (88)
- Esmeriz - (S. Pedro) - (117)
- Gavião - (Santiago) - (112)
- Joane – (Divino Salvador) - (73)
- Lagoa - (Divino Salvador) - (114)
- Landim (Santa Maria) – (115)
- Novais (S. Simão) - (90)
- Oliveira (S. Mateus) - (81)
- Oliveira (Santa Maria) - (80)
- Portela - (Santa Marinha) - (107)
- Pousada de Saramagos (S. Martinho) - (86)
- Requião (S. Silvestre) - (193)
- Ruivães (Divino Salvador) - (92)
- Vale (S. Cosme do) – (106)
- Vermoim (Santa Maria) - (87)
- Vila Nova de Famalicão - (Santo Adrião) - (123)

### 2. Terra de Braga

- Cesures (S. Mamede) – (193); (Nota: os documentos medievais não permitem a grafia Sezures);
- Arnoso (Santa Maria) – (194)
- Jesufrei (S. Miguel) – (199)

### 3. Terra de Faria

- Gondifelos (S. Félix e Santa Marinha – (53); (Foi-lhe anexada Santa Maria de Vicente - (52)
- Nine (Santa Maria) – (57)
- Arnoso (Santa Eulália) – (65 e 66); (foi-lhe anexada Arnoso-Mosteiro)

couto de Landim e o de Palmeira, respectivamente concedidos por D. Teresa e D. Sancho I, além do couto atribuído à igreja de Santiago de Areias por D. Afonso Henriques.

A colaboração próxima entre o poder político e o religioso foi o modelo adoptado para a consolidação do processo fundacional de Portugal, cujo embrião já existia no século IX, sendo de 868 a primeira referência conhecida a um condado português, que ainda ia apenas até ao Douro. Foi constituído nesse ano na sequência da presúria de Portucale - Porto - aos mouros, comandada por Vímara Peres, o restaurador da cidade do Porto e fundador da Terra ou Condado Portucalense<sup>7</sup>. Esse primeiro Condado Portucalense crescerá com o avanço da reconquista, até ser fundado o Reino de Portugal e atingir as fronteiras actuais.

Importa, pois, realçar que, não obstante a gestão da diocese de Braga ficar sedeadada em Lugo a partir da segunda metade do século VIII, quando o bispo de Braga aí passou a residir, as medidas régias implementadas nos espaços que iam sendo reconquistados, ocorriam dentro do amplo projecto de repovoamento do território peninsular, em colaboração com as entidades eclesiásticas e com o reconhecimento da autonomia da diocese bracarense. Não obstante os direitos espirituais e materiais do bispo de Braga serem autónomos e inalienáveis, com a sua ausência foram-se esbatendo ou deturpando e provocando a decadência de Braga como diocese independente e, a dada altura, a Igreja de Lugo tentava tomar a posse dos direitos da Igreja Bracarense. Com a restauração da diocese pela eleição do bispo D. Pedro a autonomia ficou definitivamente reconsagrada.

Entretanto, em 873, tinha ocorrido em Braga uma cúria régia convocada por Afonso III da Galiza. Entre as pessoas presentes conta-se, entre outros participantes, o bispo Fredosindo e o conde Vímara Peres, que faleceria nesse mesmo ano. As matérias relacionadas com a funcionalidade da diocese iam sendo objecto de atenção e colaboração dos reis e bispos que sobre ela tinham autoridade, como o repovoamento da cidade, cujo progresso é atestado num documento datado de 877. A cobrança dos censos e pensões devidos ao metropolitano bracarense pelos mosteiros e igrejas da diocese era efectuada, não obstante o seu bispo continuasse a residir em Lugo. Por volta de 905, por mandato do mesmo rei e no tempo de Flaviano, bispo de Braga, fez-se uma nova delimitação do Termo de Braga que ficou abrangido num espaço mais reduzido que na precedente e prosseguiu o empenhamento no repovoamento da cidade e seu termo.

No decorrer desse secular período, cerca de trezentos anos, nasceram diversas forças políticas e religiosas que se espalhavam por toda a ampla diocese de Braga, que abrangia várias Terras. Uma delas era a Terra de Vermoim. A divisão administrativa do Condado Portucalense visava implementar o povoamento e, numa época em que as dificuldades de comunicação dos órgãos do poder com as povoações eram imensamente superiores às actuais, era imperioso acelerar e adequar uma administração próxima que superasse as dificuldades e as rotinas ou a acomodação

---

[7] Prof. Doutor Geraldo José Amadeu COELHO DIAS, da Ordem de S. Bento, *Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos beneditinos: generosidade régia e poder monástico*, artigo publicado na Revista de Guimarães, n.º 106, 1996, pg. 4.

que tinham afectado o desenvolvimento e causado o isolamento no período das invasões muçulmanas no século VIII e, dois séculos mais tarde, provocado a desorganização pela ofensiva de Almançor, como também as sequelas causadas pelos frequentes ataques vikings, sobretudo no séc. IX. Mais tarde, já no século XIX, uma grande parcela dessa Terra constituiria o concelho de Vila Nova de Famalicão.

Ficam neste artigo alguns apontamentos para nos acompanharem numa breve visita a tempos recuados de algumas freguesias da Terra de Vermoim. Percorrer os seus espaços na companhia das pessoas que nela deixaram lembrança ajuda a apercebermo-nos dos sons, movimentos e actos que nelas ocorriam, bem como a recuperarmos a memória que a História comporta e que contribui para o reconhecimento da identidade das respectivas freguesias e do país. As páginas deste texto, através das freguesias famalicenses que para aqui trouxe e dos conteúdos das memórias que lhes são afectas, dão conta dessa intenção. Em algumas delas acompanharemos um período mais longo e recuado que nos permite conhecer, embora sumariamente, a presença de elites sociais e económicas que em épocas passadas marcaram o seu tempo e espaços nos aspectos político, social, económico e na história de quase todo o concelho de Vila Nova de Famalicão. Visita essa que poderá contribuir para estimular o aprofundamento do conhecimento de boa parte da antiga Terra de Vermoim que se dividia em duas partes: Terra de Jusão e Terra de Susão. A primeira com muito poucas freguesias e a outra com a maior parte delas.

A referência a um ou outro episódio de vida, que hipoteticamente se projecta em personagens e cenários de obras do escritor de S. Miguel de Ceide, realça o interesse que a História Local pode ter como fonte de criação e ficção literária e também sugere que, através da criação literária, matizada com factos históricos, poderemos ir ao encontro da História.

A terminar esta introdução, devo esclarecer que não adopto a ortografia do chamado “acordo” ortográfico, pois dou relevância ao sentido, ao significado e ao entendimento que as palavras, pela sua raiz, comportam usando a grafia anterior ao referido “acordo”.

#### **4.1.2** Das invasões árabes à eleição do Bispo D. Pedro e sua actuação na organização da diocese

A revolta dos Berberes em Tânger (740-741) e a terrível fome (748-753) sentida no Norte da Península obstaram à ocupação árabe duradoura no Norte do Douro. Essas ocorrências deram a Afonso I das Astúrias (739-757) a possibilidade de fazer incursões vitoriosas até ao Mondego e recuperar muitas cidades e castelos que os mouros haviam tomado. Muitos cristãos do território invadido abandonaram as cidades e procuraram refúgio nos campos e nos montes ou acolheram-se à protecção do rei indo com ele mais para Norte em busca de uma região menos exposta às incursões dos infiéis. Daí foram então prosseguindo a reconquista para Sul e, com avanços e recuos, ampliarem e consolidarem o território peninsular recuperado.

Com estas diversificadas e convenientes opções régias e das populações portugalenses e considerando que era inviável a deslocação de elevado número de pessoas, particularmente crianças, inválidos e idosos para longe das localidades em que viviam, o território ocupado pelos mouros não ficou totalmente despovoado de quem nele já vivia antes da invasão. Nas terras bracarense o fortalecimento do povoamento foi conseguido graças à colaboração entre a cúria régia e a cúria diocesana e a continuidade da ligação dos fiéis à sua igreja paroquial. Tal como aconteceu em outros sítios, igualmente nas terras da Igreja de Braga as razias e incursões árabes não provocaram o abandono total das terras. Muitos dos seus moradores eram servos da Igreja bracarense pois descendiam dos povoadores ali fixados pelos bispos desde a segunda metade do século VIII, depois do impacto da invasão dos muçulmanos a povoações cristãs já seculares. A partir de então as terras da Igreja de Braga voltaram a ser cultivadas por famílias cristãs que se sentiam protegidas e pagavam as respectivas pensões ao metropolitano bracarense, não obstante este tivesse passado a residir em Lugo e daí dirigir a diocese com os condicionalismos inerentes à deslocação da sede.

A satisfação das normas então aprovadas explica a existência da maioria das freguesias já registadas nos Censuais de Braga e de Guimarães quando D. Pedro foi nomeado para dirigir na sua própria sede a diocese de Braga. Quase todas elas eram muito anteriores à nomeação desse bispo, pois vinham, desde o século VI, a multiplicarem-se através de inúmeras desanexações que foram ocorrendo por “desmembramentos sucessivos a partir das paróquias suévikas”. Esse impulso deveu-se ao crescimento demográfico que foi ocorrendo no decurso do tempo e à adesão acentuada ao cristianismo estimulada pela conversão dos reis suevos.

Graças às medidas fomentadoras da intensificação da fixação da população adoptadas desde Afonso I e as implementadas pelos bispos bracarense, não tardou a ser solucionada a queda populacional sofrida no Noroeste peninsular desde a invasão árabe. As sequelas das investidas muçulmanas nas primeiras décadas do século VIII foram-se atenuando no longo período da reconquista e da gestão da diocese bracarense a partir de Lugo. Certo é também que outras invasões - as dos normandos, como as ocorridas nas décadas de 840 e 850 e as que foram ocorrendo posteriormente - ocasionaram conseqüências e reacções apropriadas. Os recursos defensivos implicavam estratégias que garantissem, por etapas, a consolidação da reconquista da Península Ibérica e a sua adequada organização política. A constituição de um Condado Portualense revela já a determinação de guerreiros e da população em conseguir a consolidação da reconquista da península, embora nem sempre definitiva no primeiro sucesso. Entre 868 e 873 esteve confiado a Vímara Peres esse condado, então limitado a Sul pelo rio Douro.

No decurso da recuperação do território outros condes lhe sucederam nas acções militares necessárias para superar gradualmente a instabilidade que se vivia. Com o conde D. Henrique teve início uma nova etapa que representou a progressão da reconquista, no que foi



acompanhado por muitos outros cavaleiros das terras peninsulares, do Norte a Sul, como D. Gueda, o Velho, natural de Toledo. Com este toledano teve início a Família dos Cogominhos, que se fixaria em terras alentejanas. Camilo Castelo Branco encontrou nela inspiração para a criação de uma das principais personagens de *O Senhor do Paço de Ninães*<sup>8</sup>. No prosseguimento da reconquista, repovoamento e organização das terras recuperadas, D. Henrique deu provas suficientes das suas competências de guerreiro em diversos campos militares da Península aonde teria chegado entre 1087 e 1095/1096. Em recompensa foi-lhe concedido por Afonso VI, rei de Leão, Castela e Galiza, seu sogro, o governo de um Condado Portucalense ampliado, pois já abrangia as antigas terras do Condado de Coimbra. As suas fronteiras foram-se ampliando e consolidando atingindo as proximidades do Tejo. Um dos últimos combates aos mouros em que participou ocorreu em Sintra.

Vamos percorrer apenas uma parte do Condado Portucalense entrando em algumas terras da Terra de Vermoim, na diocese de Braga. No século XI, esta cidade e o seu termo já revelavam notório crescimento demográfico e económico. O seu elevado número de freguesias, a sequência e consolidação das conquistas efectuadas até ao Mondego e a segurança necessária que ia sendo implementada com a ampliação e organização do Condado Portucalense, garantiam condições para prosseguir e fortalecer a restauração da diocese.

Entretanto decorrera, pelo menos, meio milénio desde os primórdios da organização paroquial na diocese de Braga, pois, já no primeiro concílio bracarense, que decorreu em 561, lhes é feita referência ao estipular-se a divisão das receitas eclesiásticas de cada paróquia pelo bispo, pelo clero e para a fábrica da igreja. O segundo concílio bracarense, efectuado em 572, revelava, com mais pormenor que o anterior (561), que já eram muitas as paróquias rurais plenamente constituídas e organizadas não faltando o registo de diversos benefícios eclesiásticos, como os jantares e os soldos ou censos. Neste contexto de ampliação e consolidação da organização paroquial, o culto, dentro dos direitos de que beneficiavam as igrejas matrizes ou paroquiais iniciais, era praticado com normalidade. Deparava-se a ocasião adequada para a restauração da diocese de Braga, protegida e favorecida pelo avanço da reconquista para Sul. Então, em meados de 1070, D. Garcia, rei da Galiza, procedeu à nomeação do bispo D. Pedro para governar a diocese de Braga a partir da sua própria sede e a dota-la de rendas, quer adquirindo novos bens quer recuperando os que a Igreja de Lugo usufruía indevidamente<sup>9</sup>.

Embora o reconhecimento da legitimidade dessa autoridade eclesiástica continuasse válida, a sua tão prolongada ausência causou grande ruína e desorganização da diocese. Era nesse estado que ela se encontrava quando o bispo D. Pedro passou a governá-la na própria sede até à sua deposição em final de 1091 ou primeiros meses de 1092<sup>10</sup>. Num documento de 1 de Maio de 1070 D. Pedro aparece já como bispo de Braga a exercer a gestão na própria sede da diocese. Por conseguinte é admissível considerar-se que a sua nomeação coube, de facto, a D. Garcia,

---

[8] Ver adiante, no cap. II – 9.2, D. JOÃO DE CASTRO, artigo *Letras Camilianas, O Senhor do Paço de Ninães*, datado de 25 de Julho de 1942, e artigo *A História no Romance*, in *O Primeiro de Janeiro*, 2 de Agosto de 1942. Nas obras de Genealogias, incluindo o *Nobiliário* organizado pelo Conde D. Pedro, não encontrei qualquer referência a algum titular do Paço de Ninães em terras famalicenses. Só uma investigação em fontes patrimoniais poderá revelar os proprietários das casas mais antigas desse lugar. Há várias, o que é um desafio para a pesquisa. Trabalhos e com documentação inacessível nas repartições de Finanças e de Registo Predial.

[9] Continuo a basear-me nas informações do Padre Avelino de Jesus da COSTA na sua obra *O Bispo D. Pedro e a Organização (...)*, vol. I, pgs. 38, 53 e 54. O autor também revela a rectificação que o cônego Pierre David acabara por fazer a afirmações suas anteriores, nas quais considerava ter sido D. Sancho II, rei da Galiza, quem elegera o bispo D. Pedro (vol. I, pg. 33, Nota 4). Passara a considerar a possibilidade de ter sido D. Sancho ou D. Garcia, em 1070, ano em que D. Sancho retirou o trono ao irmão.

[10] COSTA, Ob. cit. vol. I, cap. XIII, pg. 360. Neste capítulo o autor rebate a argumentação de Atilano Gonzalez Ruiz-Zorrilla, na revista espanhola *Hispania Sacra*. Nessa crítica, Ruiz-Zorrilla pretendia provar que a restauração da diocese de Braga não ocorreu no tempo do rei D. Garcia mas no do seu irmão D. Sancho II de Castela que depois se tornou também rei da Galiza destronando o irmão D. Garcia.

então ainda rei da Galiza. No ano seguinte a eleição foi confirmada por D. Sancho II, seu irmão e sucessor. Nesse mesmo ano, em Fevereiro e Março, já os cónegos da Mitra Bracarense aparecem nomeados. A constituição do Cabido seguiu, pois, muito de perto a nomeação de D. Pedro e este implementou de imediato medidas de reorganização da diocese, necessárias à sua restauração. Os bispos que então estavam à frente das dioceses de Lugo e de Iria reconheciam que na diocese de Braga já se verificava notório crescimento da população, grande número de freguesias, desenvolvimento económico e segurança que a reconquista até ao Mondego tinha proporcionado. Aqueles bispos e outras pessoas atentas, como outros religiosos e nobres, pediram a D. Garcia, rei da Galiza e de Portugal (ou condado portugalense) a restauração da diocese. Idêntica recomendação fez o Papa ao bispo de Compostela. Essas diligências conduziram à nomeação de D. Pedro.

É, pois, admissível que o ano inicial da restauração da diocese se possa situar antes de Janeiro de 1071, reinando ainda D. Garcia, pois nessa altura já eram graves os conflitos entre este rei da Galiza e seu irmão, D. Sancho<sup>11</sup>. Na obra citada, o Prof. Padre Avelino de Jesus da Costa esclarece e fundamenta que o início desta restauração teve lugar em 1070, opinião que tem vindo a reconhecer-se como inquestionável<sup>12</sup>. Assim tinha acontecido com o cónego Pierre David, reconhecido estudioso da Idade Média, que acabou por admitir ter sido ainda D. Garcia a promover essa restauração. É, pois, admissível que o ano inicial da diocese de Braga restaurada seja o de 1070.

Porque até aí não existia Cabido na Sé de Braga, o bispo D. Pedro elegeu cónegos para que ficasse instituído esse órgão colaborador do prelado, provavelmente constituído segundo as disposições do concílio de Coiança (1050) e o de Compostela (1060 e 1063). Durante o largo período de ausência do bispo da diocese bracarense em Lugo, para onde transferira a sua residência, teria havido, como seus delegados, vigários que tratavam dos assuntos correntes. Já a residir em Braga, constituiu e regulamentou, entre início de 1071 e Maio de 1072, esse primitivo Cabido, indispensável para a necessária reforma da organização da diocese. Instituída e regulamentada a estrutura administrativa e a económica, D. Pedro prosseguiu com a construção da Sé de Braga, provavelmente já iniciada na década de 1060.

Outros aspectos relevantes para a organização da diocese confirmam quanto este bispo de Braga se empenhou na execução das funções que lhe competiam, quer no plano espiritual quer no material, como seja a aquisição de bens e a adopção de medidas adequadas à resolução de problemas económicos e administrativos que urgia serem solucionados, como era a construção da catedral e edifícios anexos, além das despesas quotidianas e os encargos decorrentes do governo e reorganização da diocese e a implementação de medidas urgentes de consolidação das receitas através da administração do seu património. Receitas que ficaram reduzidas desde que, depois da destituição do rei D. Garcia, o bispo de Compostela se recusava a restituir os bens

---

[11] COSTA, Ob. cit., vol. I, Cap II, pp. 38 e Cap XIII, pp. 377.

[12] Destaco em particular os esclarecimentos que deu em *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, vol. I, cap. XIII, pgs.360-383, para esclarecer a falta de conhecimento revelada por Ruíz-Zorrilla, autor de uma publicação intitulada *Sobre la Restauración de lá Diócesis de Braga em 1070*.

bracarenses que violentamente usurpara. Esses bens eram da Sé de Braga que os obtivera pela troca de um mosteiro.

Acompanhemos agora D. Pedro em algumas das suas deslocações a paróquias da Terra de Vermoim, no âmbito da sua função, tanto na área religiosa – sagração de igrejas e visitas pastorais - como na administrativa. Uma delas, em 1085, teve por finalidade a sagração da igreja de S. Mateus de Oliveira (ou em “villa Sumilanes territorio Bracarensi subtus monte Sancti Micahelis”), na Terra de Vermoim, depois de uma doação ao mosteiro de Santa Maria de Oliveira, em 1033, das rendas da igreja daquela freguesia. Sendo a palavra “villa” então aplicada a um lugar minimamente povoado, os moradores dessa “villa”, por poucos que fossem, consideravam-se desprezados e não deixaram de procurar forma de construir a sua igreja paroquial. Podiam não ser mais que um pequeno grupo, até disperso, mas que partilhavam sentimentos e interesses comuns<sup>13</sup>. Os fundadores desta igreja doaram-lhe em 1085 “terreno para cemitério e para sustentação do clero”, além dos ornamentos necessários para o culto e “metade das suas pesqueiras e moinhos”, oferta que tinha muito valor, pois os cursos de água, como as terras, eram essenciais à economia familiar da época.

Para implementar a organização administrativa e recuperar o património de paróquias bracarenses indevidamente usurpado pelas igrejas de Lugo e Compostela, o prelado não só assumiu a reposição da residência em Braga e reunião de terras usurpadas na ausência dos prelados bracarenses em Lugo, como adquiriu outras herdades, “villas” e bens. Assim aconteceu em Gavião e em S. Mateus de Oliveira, freguesias da Terra de Vermoim. Além de consolidar e alargar o património da Igreja de Braga, procedeu também à cobrança das obrigações das paróquias. Era necessário que nestas houvesse bases económicas para poderem satisfazer o pagamento dos censos à igreja de Santa Maria de Braga – a sua Sé Catedral – e fosse assegurada a normalidade do culto e da administração da diocese. Em resumo, para que tudo isso fosse implementado, D. Pedro empenhou-se na reorganização espiritual, económica, paroquial e administrativa, e na recuperação possível do património que pertencia à sua diocese que fora indevidamente usurpado.

As despesas que recaiam sobre as igrejas custeadas e fundadas por pessoas que tinham meios para esses gastos, era habitualmente compensado com muitas benesses materiais e espirituais. Por vezes esses fundadores exageravam na exigência de retribuições. Foi o que aconteceu com os de S. Paio de Ceide que entenderam poder dividir ilicitamente a igreja. O prelado não se escusou a uma intervenção enérgica, pois era seu desejo impedir os abusos de incumprimento das obrigações que a legislação canónica exigia e os compromissos tomados impunham. Visitou essa paróquia, mas não sagrou a sua igreja, pois só praticaria esse acto quando igreja a ser sagrada, essa ou outra, tivesse “o dote prescrito pelo Concílio II de Braga. Por isso os fundadores daquela igreja foram excomungados.

---

[13] COSTA, *idem*, vol. I, pgs. 51, 194, 195, vol. II, pgs. 30 e 31. Em 1033 “Marcus e Adosinda” tinham feito doação das rendas da igreja de S. Mateus a Santa Maria de Oliveira. As vilas de Linhares, Carrazedo e Soalhães, hoje integradas em S. Mateus de Oliveira, já estavam povoadas desde fins do século X, pelo menos, e unidas contribuíram para a constituição da freguesia.

A gestão da diocese por D. Pedro foi, pois, orientada pela norma da organização e exigência. Dentro dessas normas, os construtores e benfeitores da igreja de S. Mateus, grandes proprietários, prescindiram de certos direitos, tanto materiais como espirituais, que habitualmente eram concedidos através de um contrato, do mesmo modo que era feito relativamente a outros bens transaccionados. Este caso é um exemplo dos procedimentos exigentes do bispo D. Pedro na gestão da diocese que lhe fora confiada.

Por documento datado de 950, um dos mais antigos compilados em *O Bispo D. Pedro (...)*, temos a informação de que Cavalões (S. Martinho) já tinha nessa data a organização exigida pelas disposições diocesanas. Como esta, há outras paróquias, igualmente da Terra de Vermoim, com documentação da mesma centúria e que hoje pertencem a concelhos vizinhos do de Vila Nova de Famalicão.

Um acontecimento que também me despertou especial atenção foi o referente à venda de um terreno em 936 a que a paróquia de Landim tem sido associada. A implantação “in villa Nandini inter Ave e Pele territorio” poderá implicar alguma dúvida quanto à sua real localização, pois é sabido que de um amplo lugar denominado Nandini, confinante com esse rio Ave, nasceram várias paróquias, das quais, quatro estão hoje integradas no concelho de Santo Tirso<sup>14</sup>. Landim também ocupou espaço desse lugar, mas, é de notar, um pouco mais afastado do Ave que as outras.

As normas importantes para a organização das dioceses estavam inscritas nos respectivos Censuais. À medida que eram elaborados, procurava-se actualiza-los e torna-los mais eficazes nas normas a seguir pelas paróquias. O primitivo Censual de Braga, elaborado por iniciativa do bispo D. Pedro, é exemplar, mesmo a nível europeu, quanto ao seu conteúdo, pormenor, extensão, organização e antiguidade mas que não pode ser rigorosamente datado. É considerado o mais antigo que chegou até nós e o mais importante da Europa Ocidental pelos conteúdos relevantes que chegaram até nós e permitem o conhecimento da Alta Idade Média. Abrange as freguesias entre o Lima e o Ave. Dos anteriores apenas restam as referências que nesse e posteriores Censuais estão registadas. Embora se tenha perdido o original e seja desconhecida a data exacta da sua elaboração, a cópia posterior que dele foi feita pode ser considerada “fielmente” transcrita e bastante completa nos diversificados dados de relevância organizativa, económica e administrativa que nele foram registados<sup>15</sup>. É designado como primeiro ou primitivo, pelo facto de os anteriores não terem chegado aos nossos dias, sendo ele o mais antigo dos que se conservaram. Apesar de algumas partes se terem perdido, as informações contidas nesse Censual ultrapassam as de interesse meramente administrativo e patrimonial da diocese, pois permitem conhecer bastante bem aspectos da vida económica, administrativa, religiosa e cultural da época medieval.

---

[14] COSTA, Ob. cit., vol. I, pg. 102.

[15] COSTA, Ob. cit., vol. I, pg. 127.

O autor de *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga* admite uma data crítica entre 1085 e 1089, ou seja, nos últimos anos do período da restauração da diocese de Braga que o bispo D. Pedro levou a cabo, para diligenciar a necessária organização daquele Censual podendo celebrar em 1089 a sagração solene da Sé de Braga por já ter a diocese organizada quanto ao apuramento das receitas que possuía, mesmo que a construção ainda não estivesse concluída. Estiveram presentes entidades religiosas das dioceses de Braga, Dume, Tui, Orense e Toledo. Não é de estranhar a ausência do bispo de Lugo. A ligação que teve à diocese de Braga foi esporádica. Ocorreu apenas em certos momentos como acumulação da função de metropolitano da diocese bracarense, não a tendo exercido por direito à administração desta diocese.

Dos tempos medievais nem sempre é fácil encontrar documentação com datas e identificações precisas para que se conheça o processo de construção, consolidação ou de alteração dos estatutos de todas as “villas”, muitas vezes pequenos povoados que se foram lentamente transformando em paróquias ou integrando-se em paróquias vizinhas. Contudo, teria havido registos de tesouraria quanto aos valores ou censos a pagar pelas igrejas das diversas paróquias desde tempos bem recuados. Perderam-se esses dados. Contudo, no Censual de Braga que chegou aos nossos dias, feito por determinação do bispo D. Pedro, ficaram registadas as rendas, pensões, foros e censos que já eram devidos pelas igrejas das freguesias que ele abrangia. Através da audição de testemunhas que informavam sobre tempos idos, de que se tinham perdido as informações, dada a desorganização que a diocese viveu durante a longa ausência do bispo de Braga em Lugo, actualizava-se o presente e relembra-se o passado. As omissões do registo de cobranças a algumas paróquias poderão resultar de o pagamento directo do censo ter sido acordado como compromisso assumido pelos próprios fundadores quando construíram e oferecerem a igreja paroquial – “igreja própria”. Assim ocorreu com os fundadores da igreja de S. Mateus de Oliveira: ficaram eles responsáveis pelo pagamento de um determinado censo à diocese.

Uma das medidas implementadas pelo bispo D. Pedro foi, pois, a da organização económica e administrativa da diocese de Braga, que abrangia território para além do Douro, estendendo-se para além da margem esquerda na parte da actual fronteira entre Portugal e Espanha. Para a concretização desse e de outros objectivos foi elaborado o minucioso e elogiado Censual já apresentado. O que dele ainda existia foi transcrito no Tombo do Cabido em 1387. No estudo feito na década de 1950, o Padre Avelino de Jesus da Costa baseou-se no que restava desse Censual e também nos posteriores que, a partir desse, se foram actualizando e recua ao séc. VI para enquadrar a evolução organizativa implementada no decurso da reconquista. Dá particular relevo à organização da diocese de Braga levada a cabo pelo bispo D. Pedro. Não fica por aí, pois avança esporadicamente até ao século XVI<sup>16</sup>. Por tudo é uma imprescindível obra para o conhecimento de boa parte da História da actual e da antiga diocese de Braga.

---

[16] O primitivo Censual de Braga elaborado depois da restauração da diocese, talvez seja anterior à sagração da Sé de Braga em 1089, conforme defende o Prof. Padre Avelino de Jesus da COSTA na obra citada, vol I, pgs. 57-73. Esse momento solene certamente só poderia ocorrer quando estivessem assegurados os rendimentos necessários para que a diocese fosse devidamente administrada e o Censual era o instrumento onde eles ficavam consagrados. É o mais importante censal do país e mesmo da Europa Ocidental pela sua extensão, antiguidade e pela grande quantidade das freguesias que dele constam - 573. Nelas não estão incluídas as de Guimarães e Montelongo.

### 4.1.3 Percorrendo algumas paróquias da Terra de Vermoim

#### 1. “Montes de Vermoim” e paróquias que neles entram - Joane, Pousada, Vermoim, Requião e S. Cosme do Vale

A partir da década de 730, ocorrências várias levaram os Árabes a recuar na Península Ibérica para Sul de uma linha que se estendia aproximadamente desde Coimbra a Pamplona. Então, o Noroeste peninsular até ao Mondego, embora nunca tivesse ficado ermado, foi sendo mais intensamente reocupado pelas incursões de Afonso I das Astúrias (739-757) para Sul. Foi também nesse tempo, em 740, que D. Mendo aportou à Galiza com os cinco cavaleiros sobreviventes do naufrágio que sofreram na viagem que faziam vindos “das partes de Roma” para conquistarem o reino da Galiza. Um dos cavaleiros que se salvaram da grande tempestade que então atingiu a poderosa armada foi D. Mendo que veio a casar com uma filha de D. Romão Vermudo. A partir do conde D. Vermuis Forjaz, seu descendente, o nome Vermuis passa a ser apelido desta família. Teria sido desse cavaleiro ligado ao poder político no condado de Trastâmara – sucedeu a seu pai nas Terras de Trastâmara - que a Terra de Vermoim tomou o nome.

A colaboração entre os diversos espaços peninsulares e populações, que se iam libertando da ocupação muçulmana, era necessária e exercida. Não admira, pois, que alguém que se tivesse notabilizado nessas campanhas militares, como aquele conde, fosse considerado uma figura digna de admiração. Esse cavaleiro guerreiro, “padrinho” da Terra de Vermoim, poderia ter sido escolhido como seu patrono pela população agradecida pela sua intervenção na defesa e libertação desejadas.

Os descendentes de Vermuis Forjaz continuaram a nela marcar presença, não só no campo de combate como em assuntos de natureza pessoal. Assim fez seu neto, D. Rodrigo Forjaz de Trastâmara, que casou com a filha de D. Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador, amigo de D. Afonso Henriques e notável guerreiro do Condado Portucalense, que morreu em combate em Beja, em 1170, com os seus 91 anos de vida.

O ambiente de guerra permanecia, quer a que continuava a prolongar-se desde as invasões árabes, quer acções militares mais esporádicas que iam ocorrendo na sequência de assaltos precedidos de desembarques de piratas normandos nas costas atlânticas, sobretudo desde meados do século IX.

No reinado de Ramiro I das Astúrias (842-850) ocorreram alguns ataques dos vikings. Depois do insucesso na costa asturiana, dirigiram-se para Sul ao longo da costa peninsular. Lisboa foi assaltada antes de prosseguirem para Cádiz e Sevilha.

Na sequência de uma investida posterior, que avançou para o interior, a “fortaleza” roqueira no monte que viria a chamar-se “de Vermoim” foi alcançada. Diz-se que esse assalto teria ocorrido em 6 de Setembro de 1016, depois de provável desembarque nas margens do Ave, a cerca de dez quilómetros do monte de Vermoim (Ver tese de doutoramento de Hélio Fernandes Vitorino Pires.<sup>17</sup>

As populações das povoações próximas, sendo atacadas, puseram-se em fuga, o que acrescentou graves sequelas às já causadas anteriormente pela invasão dos muçulmanos, efectuada a partir do Sul da Península e que ainda estava longe de ser superada totalmente.

Importa realçar que, apesar dos múltiplos ataques em diferentes momentos, no decurso de séculos, as povoações da Terra de Vermoim não ficaram totalmente despovoadas na sequência da invasão e ocupação muçulmanas no século VIII e das investidas dos normandos, que ocorreram durante muito tempo, já que houve procedimentos régios e da Igreja Bracarense que foram ultrapassando o afastamento de parte da população. Nesse sentido, logo no tempo dos bispos bracarense Odoário, falecido em 786, e Flaviano, falecido em 923, e por prelados que lhes sucederam, foi fomentada a fixação de colonos pelos vários espaços atingidos por aquela invasão e pelos ataques que posteriormente se foram seguindo. Foi, assim, reforçado o reduzido povoamento que então existiria. Mais tarde, os descendentes dessa renovada população expressaram que já se sentiam e reconheciam servos ou membros da igreja bracarense, o que revela ter sido superado o impacto logo após a invasão, verificando-se a fixação da população que, reagindo, se adaptou e impediu que ocorresse um abandono acentuado e prolongado, ou seja o despovoamento total. Assim foram sendo ultrapassadas, gradualmente mas sem demorada ausência de povoadores, as graves sequelas das diferentes invasões, especialmente da muçulmana.

Iremos acompanhando esse processo de reposição do povoamento da diocese de Braga através de documentação que dá algumas indicações sobre momentos que ficaram na história de diversas freguesias famalicenses. Percorreremos sucintamente o trajecto temporal compreendido entre o período que precedeu a organização da diocese de Braga efectuada pelo bispo D. Pedro no período provável de 1070 a 1091 ou 1092 e que vai até meados da primeira dinastia. Nesse trajecto encontraremos sinais do repovoamento e da implementação da organização da diocese por esse prelado e acompanharemos, ao de leve, alterações sociais, culturais, políticas, administrativas e económicas, com realce para a fixação de famílias que marcaram esses tempos e se projectam ainda nos actuais. É possível conseguirmos reconhecer alguns dos lugares e imaginar famílias de então e, porque as marcas ficaram de diversos modos fixadas, quase como se tivéssemos partilhado das suas movimentações de outrora.

A localização do castelo de Vermoim – o “caruito” em linguagem popular - não é

---

[17] *Incursoes Nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1047)* –  
Fontes, História e Vestígios – Março de 2012.

uniformemente apresentada em todos os documentos. Nas Inquirições de 1258 aparece localizado no monte de Vermoim, na freguesia de Santa Maria. Na doação de um reguengo em 1276, feita por D. Afonso III de Portugal a Pedro Gonçalves, a sua localização é dada junto ao castelo de Vermoim, na paróquia de S. Salvador de Joane<sup>18</sup>. Se tais são as localizações que constam dessas fontes documentais, a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira localiza-o, sem comprovação documental, na freguesia de Requião. Alguns estudiosos desta questão colocaram o castelo de Vermoim em lugares próximos mas de freguesias distintas. De entre as diversas localizações, é a contida no primeiro documento, que claramente se lhe refere, a que actualmente está consagrada. O Prof. Padre Avelino de Jesus da Costa aponta, numa nota de rodapé, as diversas localizações que lhe têm sido atribuídas. Podemos vê-los localizados no “maciço do Sobreirinho”, muito perto de Vermoim<sup>19</sup>. Continuando o esclarecimento na mesma nota de rodapé, o autor prossegue estas informações com uma outra mais actual: “Hoje chama-se monte do Castelo e estende-se às freguesias de Vermoim, do Vale e a outras”<sup>20</sup>.

Por toda a área desses “montes de Vermoim” - Joane, Pousada, Vermoim, Requião e S. Cosme do Vale - há diversos sítios arqueológicos reveladores da existência de um “castelo” e de povoados castrejos<sup>21</sup>. A acompanhar aquele baluarte defensivo havia, ainda há bem pouco tempo, uma auréola de mistério que acentuava o cariz protector desse espaço, aliado a alguma dificuldade de acesso e a crenças, míticas ou de perigos, que o povo, convicto, aceitava.

Nas respostas ao inquérito para as “Memórias Paroquiais”, por disposição régia de 1758, o pároco de Requião localizava, erradamente, no monte de Santa Luzia, entre a freguesia de Requião e S. Paio de Ceide, um castro que existe nas proximidades daquele castelo<sup>22</sup>. Embora esse lugar seja pedregoso, está fora do monte de Vermoim, sem as condições requeridas para que uma povoação castreja nele pudesse ter existido. Há, sim, nessa mesma freguesia, mas no monte de Santa Cristina (parcela dos montes de Vermoim), vestígios de uma muralha a resguardar um castro com várias plataformas datado da Idade do Ferro<sup>23</sup>. Hoje, aquela informação já consta corrigida no “site” da freguesia de Requião.

O esclarecimento correcto sobre a ocupação desses espaços, nos quais também estão presentes as mamoadas reveladoras da antiguidade da ocupação, só poderá ficar concluído após a ampliação das escavações que o Departamento de Arqueologia que a Câmara de Famalicão está a levar a cabo. Importa igualmente notar que há junto do “castelo de Vermoim” vestígios de telha de fabrico medieval que apontam para a existência de uma edificação de vigilância e de defesa nesse período e sinais de ter existido uma porta que dava acesso a essa construção que deveria ser de defesa - o tal “castelo”.

Num documento de 1059 é usado o topónimo “Vermudi” aplicado a uma igreja num inventário dos bens do mosteiro de Guimarães, bem como a existência de um castro: “*Et ad radice castro*

---

[18] *Chanc. de D. Afonso III*, Livro I, fl. 137.

[19] COSTA VEIGA, *História Militar*, I, pg. 95: Citação em Padre Avelino de Jesus da COSTA, in *O Bispo D. Pedro ...*, Vol. I, pg. 127 – nota de rodapé).

[20] COSTA, Ob. cit., vol. I, pg. 127.

[21] Anabela OLIVEIRA, arqueóloga da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, in entrevista ao *Jornal de Notícias* de 20 de Maio de 2010, esclarece essa localização e acrescenta que se diz ter sido abandonado no século XIV.

[22] PADRE LUÍS CARDOSO, *Memórias Paroquiais*, em satisfação de um aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino datado de 18 de Janeiro de 1758.

[23] OLIVEIRA, entrevista citada.



*Vermudi villa Froilam integra (...) et cum ecclesia Sancto Salvator et Sancta Maria*<sup>24</sup>. A identificação da paróquia contida nesta informação comporta alguma dificuldade de reconhecimento, pois, apesar de constar nesse documento a invocação de “Sancto Salvator”, poderíamos supor, pela dedicação a Santa Maria, que é a freguesia de Vermoim que o documento contempla. Assim mesmo foi considerado no vol. II, pg. 33 de *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. Contudo, em aditamento feito na pg. 504 dessa mesma obra, o autor esclarece que, não obstante as duas dedicações, é a igreja de Sancto Salvator de Joane a que deve ser identificada no dito documento e não a de Santa Maria de Vermoim. Assim, “Santa Maria” é tão-somente uma segunda invocação que, por isso, não identifica a paróquia, pois é a primeira – “S. Salvador” - a que concede a identidade.

Em outro documento datado de 1065 também são mencionados os dois patronos. Porém, neste caso, a dúvida não se pode colocar, já que a localização está bem explícita – “fundata est in villa joannis suptus mons Kastro Vermui “territorio” Portugallense prope ribulo Pel in ore (honorem) sanctorum Sancti Salvatoris Sancte Marie sempre Virginis...”<sup>25</sup>. É claramente a Joane que o documento diz respeito.

Atribuído a Joane o documento datado de 1059, fica encontrada a referência mais antiga a esta paróquia. Na contagem do tempo de existência, esse documento tem seis anos mais que o de 1065. A referida rectificação não pode ser questionável dado proceder de um grande Mestre que encontrou razões para ponderar e rectificar.

A actual paróquia de Santa Maria de Vermoim aparecia na alvorada do segundo milénio designada apenas pelo orago – Santa Maria -, como era frequente suceder, fazendo essa designação papel duplo, como hagiotopónimo. A junção do respectivo topónimo vai sendo sistematicamente associado, passando a ser parte integrante do nome da freguesia. A invocação de Santa Maria como orago de igrejas e capelas, às vezes associada a outros hagiónimos, está muito difundida, pois Maria, como mãe de Cristo, é também mãe da Igreja, o que gerava grande impacto devocional.

Vermoim é povoação antiquíssima que já existia, pelo menos, no tempo dos romanos<sup>26</sup>. Teria nos primeiros tempos outra denominação, ou apenas uma designação hagiotopónica, já que o topónimo “Vermoim” resultou, diz-se, da aplicação do nome de D. Vermuis Forjaz, cavaleiro da família de Trastâmara, atribuído em memória da sua intervenção na luta da reconquista das terras portucalenses, particularmente as que tinham como referência relevante na sua história esse espaço - o “castelo” de Vermoim. Os seus sucessores tiveram papel relevante na defesa do Condado Portucalense (4.1.3 – 1).

Em duas obras de Camilo Castelo Branco - *A Brasileira de Prazins e A Morçada de Romariz* -, há

---

[24] COSTA, Ob. cit., vol. I, pg. 127.

[25] COSTA, Ob. cit., vol. II, pgs. 28, 33 e 504.

[26] PINHO LEAL, *Dicionário - Portugal Antigo e Moderno*, pg. 308 e seguintes.

referências a esse “castelo”, no alto da “serra de Vermoim”.

Na apresentação desse lugar, o escritor teve em conta dados históricos, a tradição, referências locais e também os sinais arqueológicos já conhecidos, que ele próprio provavelmente visitara, a pé ou na sua montada, nas incursões pelas encostas desse monte, relativamente próximo da sua residência em S. Miguel de Ceide<sup>27</sup>.

Esses testemunhos do passado fazem-nos recuar no tempo e aprecia-lo pelo alargamento do conhecimento que eles nos concedem. Nesse recuo, chegámos à alvorada imprecisa da “Terra de Vermoim” e daí vamos prosseguir para irmos visitando, embora sem grandes demoras, mais alguns espaços no decurso de vários séculos.

## **2. Santa Maria de Vermoim – invasões e superação**

No decurso do tempo, sobretudo depois das invasões dos árabes, foram muitas as incursões que os vikings fizeram na Península Ibérica. Alcançado o Norte do Condado Portucalense, a Terra de Vermoim, com as suas muitas paróquias, também por elas foi atingida.

Num dos ataques dos normandos, o castelo de Vermoim teria sido defendido por guerreiros comandados pelo conde das Terras de Trastâmara, D. Vermuis Forjaz, já acima apresentado (4.1.3 – 1).

Devido a essas investidas e reacções defensivas, o Condado Portucalense, com a sua fronteira Sul já chegada ao Douro, foi reintegrado na Galiza por D. Garcia, embora conservasse autonomia significativa. Entretanto, a diocese de Braga passou a ser reorganizada pelo bispo D. Pedro. A reconquista prosseguiu com o conde D. Henrique a governar esse condado cuja tenência lhe foi formalmente confiada em 1095/1096. Prosseguiu com mérito no campo de batalha ao serviço de seu sogro Afonso VI e o condado portucalense ampliou-se e consolidou-se mais para Sul e Leste. No sopé daquele monte fica, entre outras, a paróquia de Santa Maria de Vermoim, inicialmente apenas Santa Maria. Para essa freguesia como para as vizinhas, tal castelo, mesmo que roqueiro, significava uma auréola protectora das frequentes investidas de invasores normandos que por muitas vezes ocorriam ao longo da época medieval, já muito depois da invasão muçulmana. Não era fácil a defesa das povoações face a outras invasões – as de piratas normandos. Na sequência das invasões normandas que, a partir dos desembarques no litoral peninsular, penetravam em terras mais interiores, a capacidade defensiva da Terra de Vermoim fracassou. Não significa que disso tivesse resultado um armamento total, embora a reposição da população naquela freguesia tivesse demorado mais que em outros momentos afectados pelas invasões que já haviam ocorrido. Mais tarde, na centúria de 1200, a documentação já mostra Santa Maria de Vermoim a prosseguir no restabelecimento dos danos pessoais, familiares e patrimoniais que havia sofrido com vários ataques dos vikings entre meados do século IX e

---

[27] Usarei a designação “Ceide” para a freguesia de S. Miguel de Ceide, como recomenda e fundamenta o Mestre - Prof. Avelino de Jesus da COSTA. A freguesia vizinha - S. Paio de Ceide - continua a respeitar a grafia original.

meados do século XI.

Para além da denominação “Terra de Vermoim”, a inclusão do topónimo “Vermoim” nesta e em muitas outras freguesias desta Terra, distribuídas nos dois grupos em que se dividia - de Jusão e de Susão -, como também na denominação do castelo, foi uma homenagem a D. Forjaz Vermuis. Em documentos do século XIII vemos já acrescentado esse nome ao de Santa Maria. Igualmente outros cavaleiros e guerreiros, que se destacaram nos primórdios da nacionalidade, a adoptar para seus apelidos os nomes das paróquias ou de lugares e propriedades em que se instalaram, como o de Pereira, Novais e de Nomães (4.1.3 – 6 – 7 – 9).

Um documento datado de 1528 dá-nos mais uma informação, distinta das anteriores, sobre Santa Maria de Vermoim dizendo-nos que estava anexa à freguesia de Oliveira, não sabemos se à de S. Mateus se à de Santa Maria<sup>28</sup>.

Em *A Brasileira de Prazins e A Morçada de Romariz*, percebe-se que esta freguesia – Santa Maria de Vermoim - foi uma das que despertou especial interesse e inspiração no autor para a criação de uma personagem de cada um desses romances. É na Casa da Igreja Velha que poderemos encontrar algum relacionamento do seu titular e duas das personagens dessas obras. Essa Casa, no conceito de família aí sedeada, tem raízes medievais. Com outras Casas próximas, também com antiguidade sucessória, foram estabelecidos laços familiares através de casamentos e os seus brasões foram integrando os novos apelidos.

Os primeiros titulares da Casa da Igreja Velha que encontrei identificados foram Rui Gomes e sua mulher, D. Guiomar Nunes da Cunha, filha de Nuno Gonçalves de Gusmão. Rui Gomes foi armado cavaleiro, com outros homens de armas, na tomada de Arzila em 1471, por D. Afonso V, de quem foi Privado<sup>29</sup>.

Vê-se, com mais esta participação, que de freguesias da Terra de Vermoim vários cavaleiros integraram as tropas que participaram nesse acto de conquista, ocorrido no prosseguimento da expansão para além do espaço europeu, o que também era factor de protecção das fronteiras portuguesas.

O casamento de D. Lucrecia da Cunha Gusmão, filha de Rui Gomes, com Cristóvão Machado de Miranda, Senhor da Casa da Breia, iniciou os laços familiares entre estas duas Casas de Santa Maria de Vermoim – a do Assento da Igreja Velha e a da Breia. Nelas entrou depois o apelido Azevedo através dos dois casamentos de Torcato Machado de Miranda, filho daqueles.

O segundo casamento de Torcato Machado de Miranda foi com D. Inês de Azevedo, filha dos donos da Casa da Florida. Esta quinta entrou assim no património da Casa do Assento da Igreja

---

[28] COSTA, Ob. cit., vol. II, pg. 33.

[29] Obtive estas informações através das pesquisas e publicações efectuadas pelo Pe. Doutor António Júlio Trigueiros. Constatei que entre finais do século XIX e início do século XX os sucessores longínquos de Rui Gomes e sua mulher, D. Guiomar Nunes da Cunha, venderam a Casa do Assento da Igreja Velha, em Santa Maria de Vermoim. Assim, esta Casa de Família perdeu essa componente basilar da sua secular história.

Velha e na da Breia, o qual se manteve unido através da transmissão aos sucessivos descendentes, pelo menos até meados do século XIX. Em 1 de Março de 1845 faleceu D. Maria da Piedade, viúva de Luís de Sequeira Machado de Azevedo Gusmão. Sem descendentes directos, a quinta da Florida foi vendida, deixando de ter ligação patrimonial e familiar à Casa do Assento da Igreja Velha, Santa Maria de Vermoim.

Esta Casa – residência e todo o património fundiário a ela anexado - continuou nos descendentes de Rui Gomes até aos Sequeira Lobo que a venderam em finais do século XIX. No tempo de Camilo Castelo Branco era Senhor da Casa do Assento da Igreja Velha José Inácio de Sequeira Lobo, em quem o escritor se poderia ter inspirado para construir personagens - “Cerveira Lobo” - de duas das suas obras. As partilhas conduziram à venda desta Casa a pessoas de fora da família dela titular.

Assim acabou a ligação familiar e histórica dos instituidores de uma das Casas seculares da Terra de Vermoim. Contudo, isso não impede que os seus descendentes, embora dela ausentes, ainda hoje sintam, vivam e prolonguem a ligação aos seus antepassados de muitas gerações que nessa Casa de Família viveram e que, por isso, sejam os detentores dessas memórias que se transmitem de geração em geração e que até podem conter acontecimentos relacionados com a História da Terra de Vermoim. Notei aquele sentimento em conversa com o Dr. Eurico Nuno de Sequeira Lobo. Seu avô pertencia à última geração dos titulares desta Casa que nela nasceram. Através desses sentimentos e memórias de família as raízes históricas continuam a perpetuar momentos do passado que coube à Terra de Vermoim viver.

Para o conhecimento da Casa da Breia, que continua ligada por laços familiares à da Florida, já há estudos publicados que foram produzidos através de documentação e de informação directa facultada pelos herdeiros dos seus antigos donos.

Ao longo do tempo, os brasões, símbolos de família, quer sejam colocados nas fachadas, quer em jóias, louças, ou outras peças, foram, por vezes, complementados com os novos apelidos que entraram na família pelos casamentos dos seus membros. Por isso, porque representam as famílias, eles permanecem como símbolos familiares, pelo que o seu significado e transmissão obedecem a normas hereditárias que acompanham os respectivos titulares, mesmo que apenas simbolicamente, nas moradas que venham a ter<sup>30</sup>. Assim se conserva o seu significado.

Feito este breve apontamento sobre algum património e família antiga desta freguesia – Santa Maria de Vermoim – que nos trouxe até ao século XIX, voltemos à Idade Média prosseguindo por outras freguesias.

---

[30] Agradeço ao Sr. Dr. Nuno de Sequeira Lobo as importantes informações que me concedeu para conhecer a história da família de que descende e que foi a secular titular da antiga Casa da Igreja Velha, em Santa Maria de Vermoim. Agradeço também ao Doutor António Júlio Trigueiros S.J as relevantes informações que me concedeu.

### **3. Gavião, S. Mateus de Oliveira, Santa Maria de Oliveira, Castelões, S. Miguel do Monte e Santiago da Cruz – de momentos da restauração da diocese a apontamentos contemporâneos**

Na freguesia de Gavião, como igualmente em S. Mateus de Oliveira, o bispo D. Pedro adquiriu diversos bens ou recebeu doações com o objectivo de serem fortalecidas as receitas de que a igreja de Braga necessitava para suportar as despesas que a implementação da reorganização da Igreja Bracarense implicava e a que o bispo D. Pedro se dedicou empenhadamente (4.1.2). Esse objectivo foi concretizado através de recuperações, trocas ou doações de bens. Também o fortalecimento de património da Sé foi apoiado por benfeitores, como aconteceu em Junho de 1072 com a doação do abade Zamário de bens hereditários que possuía em Gavião.

Os moradores da paróquia de S. Mateus de Oliveira reagiram às desconsiderações procedentes de freguesias vizinhas. Movimentaram-se para conseguirem uma igreja paroquial e em 1085 essa igreja foi fundada e dotada no lugar de Soalhães, na vertente do monte de S. Miguel-o-Anjo, onde ainda existem restos da capela e de um castro. A diocese de Braga era já administrada pelo seu prelado, o bispo D. Pedro, que passou a residir na sua sede desde que fora eleito por D. Garcia da Galiza.

O mosteiro de S. Salvador e Santa Maria sempre Virgem, “in villa qui vocitatur Olivaria” - Santa Maria de Oliveira -, na proximidade do castro “Saveroso” e margem direita do rio Ave, foi fundado por “Marcus et Adosinda” que lhe fizeram generosa doação em 1033. No século X essa vila já estava povoada, pois tinha sido adquirida pelo pai de “Marcus”, e este veio a ser o herdeiro. É mais um testemunho de quão pouco relevante foi o despovoamento em todo esse longo período de ataques, desde os muçulmanos aos vikings, e muito menos o ermamento nesta região, pois nessa paróquia pode ser reposta a população, o que implicava a existência de outras povoações próximas. No mesmo ano de 1033 “Marcus et Adosinda” doaram a Santa Maria de Oliveira a igreja de Castelões. Em 1308 o mosteiro desta paróquia foi contemplado pelo arcebispo D. Martinho com a doação da igreja de Santiago de Castelões! Este gesto deve significar uma confirmação da doação acima referida.

Uma outra relação entre paróquias existiu com S. Miguel do Monte e Delães. Em documento de 1551, Delães (S. Salvador) consta como anexa a S. Miguel do Monte! Porém, hoje, é esta freguesia que está integrada na que lhe fora vizinha e anexada – Delães. A imagem do orago passou para a igreja desta paróquia.

Da freguesia de Santiago da Cruz a referência mais antiga contida em *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga* reporta-se às Inquirições de 1220. Era ainda Santiago da Forca. Mais tarde aparece também a designação de Santiago de Molnes. Em finais do século XVI essas designações são substituídas pela de Santiago da Cruz. Nessas mudanças nunca se menosprezou

o orago, que lhe dava ou reforçava a identidade.

A Casa de Pindela é um solar no Minho que sobressai nesta freguesia do antigo Julgado de Vermoim. É um morgado instituído em 12 de Maio de 1526 por Luís de Carvalho e Prado, escudeiro fidalgo de D. João III, e por sua mulher D. Beatriz d'Almeida<sup>31</sup>. Antes daquela data havia sido edificada no século XV a casa senhorial que hoje tem anexa uma capela construída na segunda metade do século XVII.

Sobre esta Casa – família e património - há publicações e documentação que sobejamente elucidam sobre a antiguidade e intervenções políticas de pessoas da família, como as implícitas ao cargo de Governador-Civil do distrito de Braga no século XIX pelo então Visconde titular deste morgadio. Um dos mais recentes livros sobre esta Casa foi apresentado na Biblioteca Municipal de Vila Nova de Famalicão, em Junho de 2014. Intitula-se *Momentos do Meu Sangue* e é seu autor o Dr. João Afonso Machado, trineto do primeiro Visconde de Pindela – João Machado Pinheiro Correia de Melo. Nele são especialmente abordados momentos familiares, à mistura com outros da História de Portugal. A casa-solar e espaços envolventes estão classificados como Monumento de Interesse Público.

---

[31] PINHO LEAL, *Dicionário - Portugal Antigo e Moderno*, pg. 25.

[32] CASTRO, Maria de Fátima, *Camilo Castelo Branco por Terras Famalicenses – Personagens e Cenários, Pessoas e Espaços, Ficção e Realidade de Mãos Dadas*; co-edição - Casa do Professor e Maria de Fátima Castro, pg. 122. Em três freguesias vizinhas encontra-se o lugar de Prazins: Avidos, Lagoa e Landim.

Santiago, orago desta freguesia, era há anos solenemente celebrado a 25 de Julho, na igreja paroquial e no adro. No arranjo deste, a ornamentação, ano a ano, respeitava a tradição. Destaco o monumental arco colocado na aproximação à estrada N 14. Todos os anos eu esperava ver essa armação de um arco elevado a muitos metros e que ali ficava durante e depois da romaria de Santiago da Cruz. Para mim, esta repetição ornamental também era, por esses tempos, como que um prolongamento, ou uma paragem, do tempo! E eu gostava. Nunca fui à festa aonde iam muitos devotos, entre eles “Marta de Prazins”, levada por Camilo Castelo Branco<sup>32</sup>.

#### **4. Landim – a amplitude desse espaço**

Através de um trajecto cronológico fui encontrando informações em que a “villa Nandini” é referência fundamental, mas não suficientemente esclarecedoras quanto ao espaço que pretendem identificar. O mesmo se verifica com outras localidades medievais. O termo, “villa”, apontava para um espaço que, mesmo que fosse um reduzido lugar, era minimamente habitado. Esse termo evoluiu até designar uma povoação onde a sociabilidade se reforçou. É aquele – “villa Nandini” - o espaço em que agora nos vamos deter para conhecermos melhor a abrangência da designação: se a exclusividade toponímica de uma freguesia ou se uma designação alargada a espaços de freguesias contíguas.

O documento de 936 atrás referido informa-nos que foi efectuada uma venda “in villa Nandini inter Ave e Pele” (4.1.2). Esta é a única referência quanto à localização do bem vendido que se encontra citada em diversas obras, entre elas a do Prof. Padre Avelino de Jesus da Costa.

Entendo que a mera alusão a “inter Ave e Pele” se torna insuficiente para esclarecer quem desconhece o documento na sua totalidade mas sabe que Santa Maria de Landim não confina com o Ave. Importa notar que esta freguesia está mais afastada desse rio que outras nascidas desse mesmo lugar. Poderemos, por isso, admitir que aquela localização geográfica apenas revela a implantação de uma propriedade num lugar amplo do qual surgiram várias paróquias, entre elas Landim e Areias.

A referência imprecisa da implantação do bem negociado convida a um estudo e explicação com mais pormenor para que seja encontrado ou confirmado o lugar exacto da propriedade que foi objecto daquela venda. Acresce ainda que não é seguro que a paróquia de Santa Maria de Landim estivesse já criada. Além disso, de entre as freguesias que integraram uma parcela do referido lugar de “Nandini”, é a freguesia de Areias aquela que está mais perto do Ave. Então, a consideração de a dita propriedade vendida em 936 em “villa Nandini inter Ave e Pele” estar localizada na freguesia de Landim, merece alguma reflexão. Essa interpretação poderá ter resultado do facto de a designação de um lugar - Landim – haver sido considerada como sendo o nome de uma freguesia que veio a ter esse mesmo nome. Na altura da venda, a referida propriedade seria ainda uma parcela da freguesia de Areias e só posteriormente, criada a paróquia de Santa Maria de Landim, nela ser integrada. Esta é apenas uma hipótese que considero pelas razões que exponho.

Só com o progresso que resultou da instalação da comunidade religiosa sob a invocação de Santa Maria de Landim, ainda antes dos Cónegos Regrantes, uma parte desse espaço de “villa Nandini inter Ave e Pele”, mais afastada do Ave que outras parcelas da mesma “villa”, viria a evoluir para freguesia – Santa Maria de Landim - e integraria depois a de Santa Marinha de “villa Pelio”. Esta denominação consta em documento de 1104 – uma doação a S. Simão da Junqueira - e foi sendo alterada no decorrer do tempo.

Na cronologia de acontecimentos que se reportam à designação de “Nandini”, também encontramos uma data, igualmente do século X, embora do seu final – 991 –, que revela a edificação de uma basílica igualmente “in villa Nandini secus ribulum Ave territorio Portugalensis”, mas com a indicação dos seus oragos, entre os quais consta Santiago Apóstolo como patrono principal. Neste caso a identificação da paróquia é explícita – Areias -, o que não se verifica no anterior documento. Ambos revelam uma parcela da amplitude da designação “Nandini” ou “Nandim”. Nesses tempos, esse lugar abrangia não só a freguesia que hoje conhecemos pelo nome de Landim e dedicada a Santa Maria, como também freguesias vizinhas, entre elas, a de Areias. No documento acima referido datado de 991, embora não sendo referida a freguesia de Areias, está declarado o seu padroeiro, o que nos permite reconhecer a freguesia de Santiago de Areias. Também a mera referência a “villa Nandini inter Ave e Pele” no documento de 936, embora não identifique qualquer freguesia, aproxima-se mais da

possibilidade de ser a mesma – Areias - a que nele está contemplada, dado o entendimento sugerido pela delimitação com o Ave naquele documento<sup>33</sup>.

Em outro documento, datado de 1057, há uma doação a uma igreja colocada na “villa ou lugar de Nandim” e cujo patrono era, igualmente, o apóstolo Santiago. Trata-se, claramente e uma vez mais, de Areias. Importa notar que estamos perante uma denominação – “Nandim” - de significado lato, ou seja, não exclusivo de uma paróquia que, apenas por essa designação, fosse identificada. Sendo determinante para a identificação de uma paróquia a referência documental ao seu orago, podemos admitir que Santa Maria de Landim pode não ser, de entre as freguesias que hoje lhe são próximas, a mais antiga ou das mais antigas, pois no documento citado (mas não consultado) não constam claramente as designações da paróquia nem do seu patrono. O topónimo Nandim aparece, em documentação diversa, como espaço comum a algumas freguesias vizinhas, as quais apresentam datas do século X, e veio também a tornar-se nome da que teve por orago Santa Maria, padroeira do mosteiro que numa parcela desse local viera a ser estabelecido.

---

[33] Documentos citados em COSTA, Ob. cit., vol. II, pgs. 35 e 46.

Na identificação das paróquias com topónimos comuns, os oragos são referências relevantes, como acontece com Santa Marinha de Ceide (também designada por “villa Pelio” ou Santa Marinha de Landim, Santa Marinha de Ceide e Santa Marinha de Ripa de Pele), S. Miguel de Ceide e S. Paio de Ceide. Em outras o patrono é comum, como acontece com Santa Maria de Vermoim, Santa Maria de Abade de Vermoim e Santa Maria de Landim. Por conseguinte, não podíamos, apenas pelos documentos que simplesmente referiam Ceide, Vermoim ou Landim, considerar que eram identificadas as diferentes freguesias. Essas três designações entram em nomes ou espaços de mais que uma freguesia da Terra de Vermoim.

Outro exemplo de partilha de topónimos é o relacionado com designações de lugares, como acontece com o lugar de Sande. Ainda hoje, essa denominação, como lugar, encontra-se nas vizinhas freguesias de Areias e Landim, cujos hagiónimos são, respectivamente, Santiago e Santa Maria.

O primitivo couto de Landim, constituído por várias freguesias – Landim (Santa Maria), Santa Marinha, Ceide (S. Miguel), Areias (Santiago), Sequeirô (S. Martinho), Lama (S. Miguel), Avidos (S. Martinho), Bente (Divino Salvador) - foi ampliado e beneficiado com a inclusão de outros espaços coutados passando a ser também designado por couto de Landim, Palmeira (Santa Eulália) e S. Bartolomeu, o que revela englobar mais estas duas paróquias, hoje integradas respectivamente nos concelhos de Santo Tirso e Trofa.

No tempo de D. Teresa – entre 1112 e 1128 – já existia o mosteiro de Santa Maria de Landim que, por deliberação da rainha, recebeu carta de couto. Ainda não pertencia à Ordem de Santo



Agostinho<sup>34</sup>. As designações carta de couto, carta de foro ou carta de foral, que consagravam a instituição de um couto, classificam documentos muito semelhantes, quer no tocante às entidades que os concediam (rei ou senhor) quer aos beneficiários<sup>35</sup>. Por vezes as cartas de couto eram objecto de confirmação régia para serem revalidadas. As Inquirições régias de 1220 e 1258 contemplam essas confirmações e nelas consta o mosteiro de Santa Maria de Landim.

Voltemos a Santa Marinha in “villa Pelio” que tinha as várias denominações, acima citadas. Esta explica-se por desfrutar das águas desse afluente do Ave que eram fertilizantes dos campos marginais e forças motoras dos muitos moinhos que até há umas décadas estavam em actividade de moagem. Ainda se conservam muitos esperando uma recuperação, não só como memória mas também como atractivo turístico e cultural através de adequada recuperação e utilização. Nas Inquirições de 1220 aparece com a designação Santa Marinha do couto de Landim. Em 1320 consta como capelania de Santa Maria, portanto já com obrigações para com o mosteiro de Landim. Era já a invocação de Nossa Senhora a sobrepor-se à de Santa Marinha, “Virgem e mártir de Antioquia” que, na Península Ibérica, tem culto desde o século IX. Mas a ligação a Ceide mantém-se, pois em 1433 aparece como capela de Santa Maria de Ceide, o que poderá indicar que, embora já estivesse anexada a Santa Maria de Landim, mantinha evidenciada a memória da proximidade geográfica com S. Miguel de Ceide, na outra margem do Pele, de que resultara a antiga denominação.

A dedicação de templos e de comunidades monásticas ou conventuais à Virgem Maria é vulgar já no século VII. Também na igreja do mosteiro de Landim essa devoção e invocação ficaram testemunhadas e impuseram-se à antiga freguesia de Santa Marinha, que veio a ser anexada na de Santa Maria de Landim. Esta, embora posteriormente instituída, teve os monges regrantes a dar-lhe grandeza. Cerca de um século mais tarde, em documento de 1528, aquela freguesia de Santa Marinha de Ceide aparece designada como capela, “anexa a Landim”, e em documento de 1551 é repetida essa designação, mas com o aditamento de “anexa in perpetuum ao mosteiro de Nandim”<sup>36</sup>. São as memórias de um passado longo que não ficou no esquecimento, apesar da alteração ocorrida pela anexação havia já mais de dois séculos. Se formos ao documento de 1320 acima referido já poderemos concluir que a anexação das duas paróquias estava consumada. Hoje, Santa Marinha é solenemente festejada todos os anos, no dia 18 de Julho, na capela que foi outrora a igreja dessa freguesia.

Em resumo, a actual freguesia de Santa Maria de Landim começara a destacar-se e a consolidar, progressivamente, individualidade e prestígio cultural, social, jurídico e político. É de relevar que a fundação do mosteiro sob a invocação de Santa Maria, numa parcela do lugar de Landim, contribuiu para que os moradores que junto dele se foram fixando se sentissem protegidos. Essa protecção favoreceu o crescimento demográfico e até a afirmação social, política e religiosa

---

[34] Torre do Tombo, *Inquirições de Afonso III*, Liv. XIX, fl. 23, cit. pelo Prof. Padre Avelino de Jesus da COSTA, Ob.cit.

[35] COELHO DIAS, Ob. cit., n° 106, 1996, pg. 4.

[36] No entanto, no Censo da População de 1890 Landim e Santa Marinha ainda estavam separadas mas no de 1950 esta já estava plenamente integrada na de Santa Maria de Landim.

desse lugar. Com esse aumento populacional uma nova paróquia foi sendo gerada e o tempo fez com que ela fosse abrangendo os lugares próximos, dos quais sobressaem os da paróquia de Santa Marinha que, embora continuasse a existir, foi ficando mais reduzida, acabando por ser integrada na de Santa Maria entretanto criada.

Esta é uma das freguesias que, pela pena do escritor de S. Miguel de Ceide, aparecem em *O Senhor do Paço de Ninães, O Cego de Landim e Amor de Salvação*. O autor colocou “Rui Gomes de Azevedo”, a principal personagem daquele romance – *O Senhor do Paço de Nomães* -, a estudar no mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, naquela freguesia de Landim, nos seus tempos da juventude, na década de 1561-1570, e manteve-lhe os contactos, apresentando-o, anos depois, a cuidar de D. António, Prior do Crato quando este ali se “refugiou”, diz o escritor<sup>37</sup>.

Mais tarde, em Dezembro de 1622, depois da presença em Alcácer Quibir, da demorada viagem por terras orientais e já desencantado da vida, idoso e cansado, aí regressou para se refugiar no recolhimento desse espaço conventual. Pouco depois, em Janeiro do ano seguinte, faleceu no mosteiro de Landim esta personagem central daquele romance.

O seu berço havia sido colocado pelo escritor no Paço de Ninães, hoje lugar da freguesia de Requião, e a sua sepultura abriu-a no mosteiro de Landim. À ficção tudo é possibilitado – revelando, fazendo recordar, dando opiniões, sugerindo ou criando - e Camilo Castelo Branco usou aqui essa ferramenta aproveitando-a também para “registar” momentos da História.

Antes de deixar Landim, proponho um curto itinerário pelas suas capelas.

Nossa Senhora da Basta ou de Landim, venerada no mosteiro para onde fora trasladada, era todos os anos celebrada solenemente no dia 29 de Abril com uma procissão a Vila Nova de Famalicão. Veio depois a ser invocada sob as designações de Rainha dos Anjos Maria Santíssima e Nossa Senhora de Landim. Nossa Senhora do Amparo era venerada numa capela particular, no lugar de Oliveira, já próximo de Ruivães e de S. Miguel de Ceide. Nela foram celebrados solenes baptizados e casamentos, bem como funerais, sobretudo nos séculos XVII e XVIII e XIX. No Largo do Outeiro, em Santa Marinha, foi construída no século XVIII a capela de Nossa Senhora das Dores pelo Padre Manuel Dias de Carvalho que solicitara a necessária licença. Nossa Senhora da Purificação tem festa anual a dois de Fevereiro na capela das Chagas, onde tem o seu altar. As capelas em honra de S. Brás, Senhor das Chagas e Senhor dos Passos formam uma outra maior, erguida no antigo Largo das Tílias<sup>38</sup>.

Não incluo a igreja paroquial pois ela não só é sobejamente conhecida pelas publicações que se lhe referem como é facilmente localizada, alcançada e visitada.

---

[37] CASTRO, Camilo Castelo Branco por Terras  
*Famalicenses* (...), pgs. 57-58.

[38] CASTRO, Santa Maria de Landim – Os seus Espaços  
e as suas Gentes (da Segunda Metade do Século XVI a Finais  
do Século XIX), pgs. 62-71.

## 5. Santiago de Antas, Esmeriz e Cabeçudos e a instituição de um morgado. Avidos e Santa Marinha da Portela

Santiago é orago de 45 das freguesias registadas nos Censuais da diocese de Braga, entre as quais se conta a de Antas, no concelho de Vila Nova de Famalicão. O mais antigo documento mencionado em *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga* sobre a igreja desta antiga freguesia está datado das primeiras Inquirições Régias - 1220. Quer estas quer as de 1258 são documentos de muito interesse para o estudo dos tempos iniciais da organização do reino, pois algumas contêm informações que em outros documentos se não encontram, embora, em outras, haja omissões. Assim, Censuais e Inquirições podem ser complementares. Não foi, porém, com as Inquirições Régias que teve início a documentação relacionada com as freguesias da diocese de Braga, mas sim com os inventários e normas da própria diocese. Pena é que em períodos conturbados que afectaram a acção e organização diocesana ou por outros acidentes que no decurso do tempo foram ocorrendo, parte do seu espólio documental tivesse sido extraviado ou danificado. Por diversas circunstâncias, a documentação referente a umas paróquias não é tão recuada como a de outras.

---

Neste início de um novo percurso por terras de Vermoim, olhemos para o templo de Santiago de Antas. Não sendo uma construção grandiosa, o seu alçado elevado que se nos apresenta logo à chegada, é em estilo românico simples, como encontramos na igreja de Roriz, que é da mesma época. Comporta elementos de inspiração local e já apresenta também elementos góticos. Foi igreja de um mosteiro pertencente aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho depois de ter sido dos Templários. Após a extinção da comunidade regrante dessa freguesia, esse templo tornou-se igreja paroquial em 1549. Camilo Castelo Branco levou-a para alguns dos seus livros, quer para realçar devoções quer para abordar matérias culturais e também desenvolver enredos das personagens que criava na elaboração de algumas das suas composições literárias. Entre elas há *O Senhor do Paço de Ninães*, *O Comendador*, *A Morgada de Romariz* e *A Brasileira de Prazins*.

Foi à porta deste templo, já igreja paroquial, que, por ficção camiliana, “Rui Gomes de Azevedo”, *O Senhor do Paço de Ninães*, se ajoelhou em oração quando regressava da longa ausência por terras do Norte de África e do Oriente para onde fora, magoado pela perda de Leonor Correia, sua namorada, que optara por se casar com “João Esteves Cogominho”, parente de ambos. “Rui Gomes de Azevedo” procurava pela Fé amenizar a saudade e o sofrimento amoroso!

Manuel José da Silva Guimarães, *O Comendador*, regressado do Brasil, recuperado do desgosto de amor e cheio de esperança num reencontro feliz com Maria Ruiva (também Maria Lopes), foi alojado pelo autor em Famalicão, numa das suas pensões. Enquanto se preparava para regressar a Santa Maria de Abade de Vermoim, onde crescera, e concretizar esse desejo, foi a Santiago de Antas “ver a igreja que fizeram os Mouros”, assim pensou um “outro comendador” da terra e assim o comentou com os outros dois comendadores que o acompanhavam.

Era também aí perto que, em *A Morgada de Romariz*, “as maltas” dos salteadores chefiados por Luís Meirinho se “reuniam em um grupo de cabanas numa cafurna de pinheiros chamados os Ribeirais, não longe da vetusta igreja dos templários de Santiago de Antas”.

E foi próximo dessa vetusta igreja em estilo românico tardio, já do século XIII, que “três homens mascarados com lenços, ficando as argolas dos paus no caminho”, espancaram Simeão, pai de Marta, *A Brasileira de Prazins*. Eles “saltaram de uma ribanceira” e um deles “jogou uma paulada à cabeça do Simeão e derrubou-o”.

Temos aqui um conjunto de cenários interessantes e reveladores da atenção que Camilo Castelo Branco dava a esse templo e que nos convidam, através de meios diversificados numa perspectiva cultural, pedagógica e recreativa, a conhecer a sua história, que é também um pouco da história da Terra de Vermoim, ao mesmo tempo que apreciar os enredos que o escritor lhe associou.

---

[39] De junto de *Aquela Casa Triste* que o “Africano”, pai “extremoso” de “Deolinda”, construiu num outeiro, em Ruiivães, o escritor via, lá em baixo, no lugar hoje denominado de Rebordelo, o “palácio cavaleiroso” que desabava. Desconheço a quem pertenciam então as casas em pedra que ainda hoje existem nesse lugar e se a alguma delas se pode aplicar aquela qualificação. Em *O Senhor do Paço de Ninães* aparece referido esse lugar, com a designação de “Roboredo”. Em *Amor de Salvação* Afonso de Teive encontrou a felicidade graças à mudança em 1851 de Lisboa para Ruiivães, diz Camilo Castelo Branco, mas sem precisar o nome do lugar. A indicação das localizações em terras famalicenses das moradas de diversas personagens, destas e outras obras, revelam-nos caminhos percorridos nos passeios que o escritor dava pelas redondezas de S. Miguel de Ceide, onde vivia. Nimães, Nomães, “Roboredo”, Outeiro, Novais e Delães eram alguns dos que ficavam nesses seus trajectos. E lá continuam, não muito modificados, como memórias a conservar se lhes for concedida a preservação adequada. Por outros caminhos, entre os quais S. Miguel de Ceide, Landim, Vermoim, S. Cosme e S. Martinho do Vale, Esmeriz, Vila Nova de Famalicão, o escritor encontrou-se com *O Cego de Landim*, *A Brasileira de Prazins*, *Beatriz de Vilalva* e *a Morgada de Romariz*.

Outras personagens e cenários, que igualmente atestam o conhecimento de terras famalicenses e a atenção que lhes davam, foram construídos pelo autor em outras obras. É de interesse cultural e recreativo aproveitar as portas que o escritor não fechou totalmente e ter a curiosidade bastante para o exercício de descoberta da realidade e da sua adaptação à ficção em diversas obras camilianas. Além das acima citadas, em outras mais podemos reconhecer espaços da Terra de Vermoim, hoje famalicenses, que favoreceram a criação de personagens nas quais a realidade se oculta, como *Aquela Casa Triste*, *Amor de Salvação*, *Beatriz de Vilalva*, *A Morgada de Romariz* e *O Cego de Landim*<sup>39</sup>. Estas e outras obras convidam-nos a seguir trilhos camilianos por antigas freguesias da Terra de Vermoim. Eles podem ser facilmente percorridos por qualquer pessoa que goste das caminhadas culturais e de fazer manutenção física. Por isso, para essa descoberta, compreensão e desfrute da natureza que esses lugares, como outros, ainda oferecem, o fazer deles roteiros culturais e de lazer, adequadamente sinalizados e acompanhados, também merece atenção e consequente concretização. É uma sugestão que aqui renovo para a compreensão da provável relação entre a realidade e a ficção camiliana bem como para a desconstracção das rotinas e cansaças quotidianas. Acrescento que, recuando na observação das referências a esses espaços, reconhecemos que muitos deles registam momentos da História Local, especialmente desde a Idade Média, nos primórdios da formação de Portugal, ao século XVIII, pelo menos, o que convida também a um outro conjunto de visitas guiadas ou complementares daquelas caminhadas, nas quais merecem ser incluídos os muitos e desactivados moinhos ao longo das margens do Pele e encarada a sua recuperação.

Antes de prosseguirmos em Santiago de Antas, voltemos aos espaços e pessoas que marcaram momentos da História Medieval da Terra de Vermoim para fazermos uma curta visita à Quinta ou Honra de Pereira em Esmeriz (meeira com Cabeçudos) que, pela sucessão familiar desde D.

Rui Gonçalves Pereira que viveu entre os séculos XII e XIII e foi a primeira pessoa a usar esse sobrenome, tomado da sua quinta na freguesia de Sanfins de Riba de Ave (hoje integrada em S. Pedro de Bairro), chegou à posse de Rui Mendes de Vasconcelos, 1º conde de Castelo Melhor desde 1611. D. Rui Gonçalves Pereira, além dessa quinta, possuía outros bens, entre os quais o castelo de Lanhoso.

A via hereditária dos Pereira, com património em algumas freguesias famalicenses – desde Palmeira a Sanfins de Riba de Ave, entre outras -, e dos Mendes de Vasconcelos, foi iniciada com D. Brites Pereira, irmã de D. Nuno Álvares Pereira, e seu marido, Lourenço Mendes de Vasconcelos (4.1.3 – 6).

Por aquelas freguesias mearas passa o rio Pelhe que vem a percorrer o seu leito desde a nascente, em Santa Marinha da Portela, e segue em direcção à sua foz que se encontra relativamente próxima de Esmeriz, pois é o rio Ave que o espera, em Lousado. As terras de cultivo nas margens deste rio, como as banhadas pelo Pele e pela ribeira de Gerém que se junta a este, igualmente a caminho do Ave, são beneficiadas pela fertilidade que estes cursos de água lhes proporcionam.

A capela naquela Quinta de Esmeriz é dedicada a Santa Maria ou Nossa Senhora das Mercês e na sua fachada tem as Armas dos Pereira, o que não deixa esquecer que esse solar e casa senhorial, como a Quinta de Sanfins, já referida, esteve na posse desta família, iniciada, como disse, com D. Rui Gonçalves Pereira, à qual também pertenceu D. Nuno Álvares Pereira, descendente na sexta geração. D. Nuno era um dos vinte e sete filhos de D. Álvaro Gonçalves Pereira, tetraneto de D. Rui Gonçalves Pereira (4.1.3 – 6). Embora extinto o significado daquele símbolo, pois esse património já não está na posse da família em quem teve origem e que ali o deteve no decurso de séculos, o brasão da família desta linhagem e a capela que o exhibe na sua fachada merecem, pelo que significam na História de Portugal, ser acautelados e restaurados pela memória que a História lhe confere.

Esta Casa de Pereira tinha sido privilegiada no tempo do rei D. Afonso V e continuou ainda por muito mais tempo. Nela foi mais tarde instituído um morgado. Os titulares deste tipo de propriedade ficavam senhores de um conjunto de vínculos, especialmente em terras e rendas, que se perpetuavam, geralmente na família original do morgadio. Eram, em regra, domínios senhoriais não alienáveis, sujeitos ao cumprimento de regras próprias para a sua administração. Em geral, sucedia o filho primogénito e, à falta de filhos, o parente mais próximo. Sem impedimento de se lhe poder acrescentar bens, a venda ou troca de um morgado só era possível com expressa autorização régia.

A criação do morgado de Pereira, em Esmeriz, ocorreu decorridos mais de dois séculos depois

de D. Brites Pereira, irmã de D. Nuno Álvares Pereira, e seu marido, Lourenço Mendes de Vasconcelos, acima referidos, terem possuído, nessa freguesia de Esmeriz, a Quinta de Pereira, para além de serem senhores da Honra de Nomães, em Ruivães, e de D. Brites herdar o apelido Pereira com raízes em Sanfins de Riba de Ave (4.1.3 – 6). Em 1599 o Licenciado Bernardo da Silva Ferreira, abade de Santiago de Antas e antigo cónego na Sé do Porto, comprou essa quinta de Rui Mendes de Vasconcelos que, por carta régia de 21 de Março de 1611, veio a ser o primeiro conde de Castelo Melhor (1550-1618).

Em 4 de Março de 1599 o comprador instituiu nessa quinta o vínculo de morgado ou Honra de Pereira em seu filho bastardo, Manuel Ferreira da Silva, casado com Isabel Machado de Miranda. Foi este o primeiro administrador do morgado de Pereira, em Esmeriz<sup>40</sup>. Nessa instituição, o abade Bernardo da Silva Ferreira fez registar a declaração de que tinha esse filho bastardo, o qual, esclarece, fizera “legitimar por El-Rei a Sua Santidade”. No documento da instituição deste vínculo, registado em Braga, excluía a sucessão de bastardos, excepto seu filho, Manuel Ferreira da Silva.

---

[40] Essa Quinta de Pereira, em Esmeriz, havia sido do 1º Conde de Castelo Melhor – Rui Mendes de Vasconcelos. A informação obtida não é clara quanto à titularidade dessa quinta quando foi vendida ao abade de Santiago de Antas - Bernardo da Silva Ferreira.

[41] CASTRO, *Camilo Castelo Branco por Terras Famalicense (...)*, pgs. 111-115.

[42] CASTRO, *O Mosteiro de Landim – Contributos para o estudo da propriedade eclesiástica*, (1995), Prado (Braga), pg. 104, ed. da autora.

Mais tarde, já no século XIX, essa quinta encontrava-se de novo na posse de Pereiras. António José Pereira Coutinho era o seu dono quando em 1867 foi baptizado um seu filho de quem Camilo Castelo Branco foi padrinho. Essa ocasião, enquanto aguardava no adro da igreja de Esmeriz, deu-lhe oportunidade de se inspirar para a escrita do conto *Beatriz de Vilalva*<sup>41</sup>.

No reinado de D. Luís I, por Carta de Lei de 19 de Maio de 1863, os morgadios foram extintos em Portugal, mas subsistiu o vínculo da Casa de Bragança, pois esse era destinado ao herdeiro da Coroa. Não obstante, na sequência da revolução de 1910, também foi extinto.

Em Avidos também existe uma quinta, que se chamou “casal de Pereiras”, e em tempo passado foi propriedade enfitêutica de Francisco Correia de Lacerda, escrivão donatário do couto de Farelães. Dessa terra emprazada foi efectuado, em 23 de Dezembro de 1734, um contrato de renovação de subemprazamento entre o enfiteuta e o mosteiro de Landim, seu senhorio directo<sup>42</sup>.

## **6. Palmeira – Desde D. Rodrigo Forjaz de Trastâmara a D. Gonçalo Rodrigues de Palmeira. Bairro, suas anexas, constituição de uma paróquia e instituição de laços familiares**

Na Idade Média era a disponibilidade e a competência para o combate o principal meio de se atingir estatuto social e económico, sem desprezar os interesses que se lhes associavam e que fortaleciam a conservação de estatutos e da ascensão ao poder ou a níveis sociais nas suas diversas componentes. Contudo, se havia actos muito valorosos de muitos, havia também actos menos valorosos de outros. No entanto, não são essas as questões que agora me ocuparão. É,

sim, ir ao encontro das influências que alguns desses cavaleiros medievais deixaram no espaço da Terra de Vermoim e de algumas marcas da sua presença, ainda agora relacionáveis com pessoas e espaços do actual concelho de Vila Nova de Famalicão. A sua função era indispensável e fundamental naqueles tempos medievais de guerras para a recuperação e organização das terras usurpadas pelos árabes e para o seu aproveitamento produtivo e social, segundo os modelos económicos e sociais da época.

A habilitação para o exercício das armas, tão necessária na época da reconquista, desde o século VIII até boa parte da primeira dinastia, requeria recursos monetários e prática da cavalaria, o que apenas estava acessível a pessoas com razoáveis meios económicos para custearem os gastos que a arte equestre exigia. Esse exercício era uma forma de aquisição de poder, prestígio, ocupação do tempo e ampliação do património. Os cavaleiros eram, por isso, uma componente fundamental dos exércitos medievais. A lealdade, os equipamentos – elmos, escudos, espadas, cavalos –, as regras a satisfazer e a coragem eram componentes essenciais e caracterizadoras destes combatentes.

Não obstante o valor e indispensabilidade dessa força militar num combate medieval, não podiam ser dispensados os combatentes a pé para os embates corpo a corpo, lançamento de armas de arremesso e para acesso a sítios aonde a cavalaria teria mais dificuldade de chegar em tempo útil. As recompensas régias através da concessão de terras era um modo de reconhecimento pelo serviço prestado pelos cavaleiros e um meio de fixar moradores nas terras recuperadas que, desse modo, seriam cultivadas segundo as normas típicas relativas à propriedade, às “técnicas” e meios de cultivo das sociedades medievais. Por essa via, o repovoamento das terras portugalenses foi auxiliado.

Um dos mais antigos e notáveis cavaleiros desse período que deixou o seu nome ligado a estas paragens denominadas Terra de Vermoim – boa parte é hoje o concelho de Vila Nova de Famalicão - foi, vimos já, D. Vermuis Forjaz, conde de Trastâmara, condado situado no Noroeste da Galiza.

Nos meados do século XI, D. Rodrigo Forjaz de Trastâmara, já neto de D. Vermuis Forjaz, veio a terras portugalenses integrado nas tropas de D. Garcia, rei da Galiza e do Condado de Portugal. Esse cavaleiro casou com uma filha de Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador (4.1.3 - 1). Assim, o vínculo daquela família de terras da Galiza a Portugal, deu um passo mais. Dizem que do seu nome tomara nome a Terra de Vermoim, que foi uma das divisões administrativas da organização da diocese de Braga.

Dos descendentes do conde D. Vermuis Forjaz, durante gerações ligados às armas e à política nesse período de lutas, quer internas quer pela colaboração na reconquista de outros

espaços da península, em grande parte ocupada pelos mouros ou atacada frequentemente pelos vikings, continuaram a sair notáveis soldados e também cavaleiros e conselheiros dacorte portuguesa. A presença de cavaleiros portugueses em Navas de Tolosa (1212) nos reinados de Afonso VII de Leão e Castela e de D. Afonso II de Portugal (1211-1223) e também na tomada de Sevilha em 1248, no tempo de D. Fernando III o Santo, rei de Castela, Leão e Galiza (1217-1230-1252), e de D. Afonso III de Portugal, foram dois de outros momentos relevantes da reconquista e repovoamento da Península.

Um outro D. Rodrigo Forjaz de Trastâmara, neto do anterior, casou com D. Urraca Rodrigues de Castro. Com seu filho, D. Gonçalo Rodrigues (de Palmeira), esses laços ficariam mais fortalecidos, pois a fixação desta família na Terra de Vermoim criaria as raízes que a residência e o património consolidaram. Não mais foram apagados esses laços, quer pela sua fixação e a dos seus descendentes nesta Terra, quer também pelos bens fundiários que nela possuíram, pois há memória e testemunhos que nos chegam na sequência de estudos e publicações já efectuados e das fontes disponíveis para consultarmos. Boa parte deste artigo relaciona-se com esses descendentes e outros familiares que se incluem em outras famílias, até aparentadas, que sobressaíram já nos primeiros tempos da fundação e consolidação de Portugal.

D. Gonçalo Rodrigues de Palmeira, zangado com seu sobrinho, D. Álvaro Pires de Castro, veio para Portugal “aonde serviu o Rei D. Sancho I”. Em agradecimento dos serviços prestados, este rei concedeu-lhe o couto de Palmeira, na Província de Entre Douro e Minho, junto ao Rio Ave, no actual concelho de Santo Tirso. Depois daquela mercê, o nome do couto – Palmeira - passou também a ser usado como apelido por D. Gonçalo Rodrigues de Palmeira. Fez doação de parte desse couto ao mosteiro de Landim que então já era dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, restaurada em Portugal, em Coimbra, no início da década de 1130 e depois difundida pelo país. Essa não foi a primeira comunidade monástica instituída em Santa Maria de Landim. Já antes outras comunidades religiosas haviam procurado ou encontrado esse lugar para se instalarem.

Desse couto também fazia parte a freguesia de Sanfins de Riba de Ave que chegou a estar anexada a São Simão de Novais e depois foi uma das freguesias integradas na de Bairro. Antes daquela mercê de D. Sancho I, seu pai, D. Afonso Henriques, (1128-1143-1185), fizera mercê da concessão de uma carta de couto à igreja de Santa Eulália de Palmeira.

Depois de possuir o couto de Palmeira, D. Gonçalo Rodrigues de Palmeira praticou um acto de desprendimento concedendo grande parte dele à comunidade regrante de Landim.

Além do couto de Landim, havia ainda no vasto lugar com esse nome, um outro couto mais antigo, próximo ou mesmo confinante, concedido por D. Afonso Henriques à igreja de Santiago de Areias, freguesia que foi da Terra de Vermoim e hoje está integrada no concelho de Santo



Tirso, tal como Palmeira, do couto de Palmeira, e Lama e Sequeirô, ambas do couto de Landim. Sequeirô confinava, na extremidade do couto de Landim, com as freguesias de Carreira, Almofães (que se fundiu na freguesia da Carreira) e Sanfins (Sanfins de Riba de Ave, entre outras designações). Sanfins localizava-se na extremidade de um espaço triplamente coutado, e era componente de um deles – o de Palmeira – que depois, por disposição de D. Gonçalo Rodrigues que o gozava por concessão régia, foi parcialmente integrado no couto de Landim que pertencia ao mosteiro desta freguesia. Não esqueçamos que um destes cónegos de Landim, membros da comunidade da Ordem de Santa Cruz de Coimbra, passou a ser abade da paróquia de Sanfins. Considerando uma informação datada de 1528, Sanfins estava também anexada a S. Simão de Novais!

Neste momento do nosso percurso por terras de Vermoim, e recorrendo ao volume II da obra já citada, do Padre Avelino de Jesus da Costa, chegamos à freguesia de S. Pedro de Bairro que, no decurso do tempo, foi acrescida através da anexação de outras mais pequenas que com ela confinavam.

Essa freguesia nas Inquirições de 1220 é identificada como “De Sancto Petro de Barrio (Barrios) de Novaes (Riovaes)” e tinha 14 casais enquanto que nas de 1527-1531 já tinha um pouco mais - 16. Não encontrei qualquer esclarecimento quanto a essa complexa denominação, pois parece aglutinar três freguesias numa única que, no entanto, também nos são reveladas como autónomas naquela época.

As Inquirições de 1220 registaram que Bairro estava anexa a S. Simão de Novais<sup>43</sup> Sanfins de Riba de Ave, que pertenceu ao couto de Palmeira, de que era senhor D. Gonçalo Rodrigues, e, por doação de D. Gonçalo Rodrigues, passou para o vizinho couto do mosteiro de Landim que se dispersava por diversas e antigas “villas”.

Continuemos ainda na freguesia de S. Pedro de Bairro para percorrermos abreviadamente as paróquias que lhe foram anexadas. A freguesia de Santo Estevão de Natal fundiu-se com a de Sanfins de Riba de Ave (também designada Sanfins de Almofães, entre outras denominações) e a sua igreja ainda se conserva. Segundo as Inquirições de 1220, Sanfins tinha 17 casais e 26 nas Inquirições de 1527-1531 (Padre A. J. da COSTA, *O Bispo D. Pedro...*, vol. I, pg 224). A de S. Julião de Matamá foi uma outra das anexada à de S. Pedro de Bairro.

Proseguimos neste roteiro até Santiago da Carreira, confinante com S. Pedro de Bairro. A actual freguesia de Santiago da Carreira foi constituída com a anexação de Santiago de Almofães que era um antigo lugar de Sequeirô não integrado no couto de Landim. Era, por isso, desanexável da freguesia coutada – Sequeirô. Era um lugar extra-couto, como vemos em *O Bispo D. Pedro...*, na obra que estou a seguir (vol. II, pg 33), sob a invocação de Santiago. Este

---

[43] Padre A. J. da COSTA, *O Bispo D. Pedro...*, vol. II, pg 34 e pg 40, freguesias 91 e 92.

hagiónimo ligou-se ao topónimo Carreira na constituição da actual freguesia de Santiago da Carreira. Com esta reciprocidade de memórias a aliança foi efectuada.

Não pude apurar as delimitações rigorosas de todas as antigas paróquias anexadas na de Bairro para poder reconhecer com exactidão qual delas era a que integrava um reguengo que hoje é um lugar dessa freguesia na qual todas – três – se integraram. Era, pois, na zona de fronteira daquele conjunto de freguesias com Santiago da Carreira, que esse reguengo se situava. Era um dos 115 da Terra de Vermoim que as Inquirições de 1220 inventariaram. Poderá ter sempre pertencido à freguesia de Bairro, como poderá ter sido parcela da de S. Fins (ou Sanfins) de Riba de Ave, ou até da de Santo Estevão de Natal, como também da Carreira. Desses reguengos na área da Terra de Vermoim sobressaía um outro terreno reguengo. Ficava em Villa Nova de Vermui, que veio a ser Vila Nova de Famalicão (4.1.3 - 13). Nesses tempos medievais o património régio estava disperso e misturado com patrimónios senhoriais e de outros possuidores de diversas freguesias do Condado Portucalense que se ia constituindo, consolidando e ampliando. A designação de reguengo facilitava a identificação da propriedade e do seu estatuto.

Em resumo, vemos a constituição de três coutos contíguos próximos dos espaços que estamos a percorrer, na margem direita do Ave, na Terra de Vermoim:

- 1- O couto de Landim, criado por D. Teresa em benefício da comunidade monástica então aí existente;
- 2- O couto, de que beneficiou a igreja de Santiago de Areias, foi instituído por D. Afonso Henriques; a freguesia de Areias também fez parte do couto de Landim;
- 3- O couto de Palmeira, instituído por D. Sancho I, confinava com o de Landim e dispersava-se por diversas e antigas “villas”, não rigorosamente identificadas. D. Gonçalo Rodrigues foi o contemplado. Este titular concedeu depois parte dele ao mosteiro de Landim.

Nas freguesias acima identificadas não havia apenas bens coutados. Existiram também bens fundiários, possivelmente de algum couto, que passaram a constituir património privado de transmissão hereditária – como foi a extensa Quinta de Pereira, de D. Rui Gonçalves Pereira, filho de D. Gonçalo Rodrigues, senhor do couto de Palmeira.

O conhecimento mais detalhado destes e outros espaços da Terra de Vermoim implica encontrar respostas para questões de instituição, implantação e de património que só poderão ser esclarecidas se o prosseguimento de pesquisas proporcionar o encontro de documentos que lhes dêem resposta ou ajudem a aprofundar estudos já efectuados.

Regressemos à “freguesia de S. Pedro Fins”, localizada “junto ao rio Ave no couto de Palmeira” ou “junto ao rio Ave, em Terra de Vermoim”, onde ficava a quinta de D. Rui Gonçalves Pereira. Nela estivera uma torre que se achava já em ruínas quando foi escrito o *Nobiliário de Famílias de*

*Portugal*, de Felgueiras Gayo. “Pereira”, nome dessa propriedade senhorial, foi adoptado pelo seu dono para apelido da família, o qual foi conservado nos seus descendentes por sucessivas gerações. E foram muitos os sucessores. Basta sabermos que um seu trineto, D. Álvaro Gonçalves Pereira, foi pai de 27 filhos, entre eles, D. Nuno Álvares Pereira, D. Brites Pereira e D. Leonor Pereira. Destes filhos de D. Álvaro Gonçalves Pereira muitas outras famílias numerosas foram constituídas, ampliando muito os descendentes de D. Rui Gonçalves Pereira. No decurso do tempo diversos apelidos se foram associando a esse e, por vezes, sobrepondo-se-lhe.

Por esses laços de parentesco, com origem no mesmo D. Rui Gonçalves Pereira, o Santo Condestável D. Nuno de Santa Maria ficou associado à actual freguesia de S. Pedro de Bairro em que a de Sanfins, a de Santo Estevão e a de Matamá foram incorporadas. Na minha infância admirava a bela imagem do ainda Beato D. Nuno Álvares Pereira que na igreja paroquial estava colocada num pedestal à veneração dos fiéis e para a qual a minha Avó me chamava a atenção. Hoje, já santificado, está com mais solenidade num altar desta igreja. Não sabia eu que, em algum momento da sua vida, D. Nuno Álvares Pereira pudesse ter andado pelos caminhos desta freguesia!

De entre outras pessoas ilustres ligadas por laços familiares a D. Rui Gonçalves Pereira e a Sanfins inclui-se D. Gonçalo Pereira, seu bisneto, que foi Deão da Sé do Porto e depois Arcebispo de Braga. Entre outros feitos, impediu a Batalha de Loures que o rei D. Dinis e o Infante D. Afonso queriam travar, conseguindo fazer as pazes entre ambos.

Em freguesias próximas, os descendentes dos “Pereira”, “Fernandes”, “Novais”, “Pimenteis”, “Martins” e “Mendes de Vasconcelos”, entre outras famílias que bem cedo se lhes ligaram por laços matrimoniais, respiraram o ar e desfrutaram da natureza através deste “vale ameno, fértil e saudável”, como descrevia Pinho Leal<sup>44</sup>. Então ainda eram terras banhadas pelas águas fertilizantes do Ave, o que hoje não se nota com a mesma dimensão, quer pela poluição das águas do rio como também por algum abandono do cultivo das terras.

D. Pedro Rodrigues Pereira, filho de D. Rui Gonçalves Pereira, herdou de seu pai a Quinta de Pereira, em Sanfins. Sucedeu-lhe na Casa e quinta o filho, D. Gonçalo Pereira, conhecido por “Liberal”. O reconhecimento deste atributo explica-se por gestos como aquele de, um dia, ter dado nessa sua quinta 100 cavalos a amigos que ali o visitavam. D. Gonçalo Pereira casou com D. Urraca Vasques Pimentel, senhora com laços familiares à Casa de Novais. Ficaram ligadas a Casa de Sanfins e a de Novais. O filho primogénito desse casamento foi D. Gonçalo Pereira, que veio a ser Arcebispo de Braga.

D. Urraca Vasques Pimentel, neta de D. Sancha Martins e de seu segundo marido, Martim

---

[44] PINHO LEAL, Ob. cit., pg. 30. Diz também PINHO LEAL que em Portugal havia “65 freguesias, fora esta, com o nome de Bairro” e que D. Manuel I concedeu-lhe foral em 1514.

Fernandes de Novais, era filha de Vasco Martins Pimentel e de D. Maria Antunes, ou Annes, filha de João Martins de Fornelos, e sua mulher D. Urraca Fafes. Com Vasco Martins Pimentel, da Casa de Novais e da de Santo Adrião, junto ao rio Vizela, tem início em Novais (S. Simão) a família de Pimentes e destes, talvez, a dos Pimentas que ainda hoje (2016) têm vasto património em Novais e na sua vizinha Ruivães, não obstante ter desaparecido em algumas das antigas gerações da Casa de Novais (4.1.3 – 7- 8). O mesmo aconteceu com o apelido Meira. Ressentido com agravos que D. Afonso III lhe fizera, este cavaleiro pôs-se ao serviço de D. Afonso Sábio em 1283 e consigo levou para Castela 250 cavaleiros. Morreu na batalha de Córdova. Era assim, naqueles tempos medievais, mesmo em terras da Terra de Vermoim!

A abnegação em apoio de causas apreciáveis como também o ressentimento por desejos ou ambições não satisfeitos eram expressos publicamente e de forma aparatosa tendo, muitas vezes, como palco o campo de batalha.

## **7. Carreira, Almofães e Bente. Novais e Delães – uma família em destaque**

A actual freguesia de Santiago da Carreira resultou da fusão da freguesia de Santa Maria da Carreira com uma outra – Almofães - cujo orago era Santiago. Almofães era vizinha de Sequeirô mas, ao contrário desta, não estava integrada no couto de Landim, pois era terra de supervisão régia – “regalengum devassum”. A nova freguesia resultante dessa fusão manteve o topónimo de uma – Carreira - e o hagiónimo da outra – Santiago – passando a ser Santiago da Carreira o seu nome. Manteve-se o nome da paróquia integrante e foi adoptado o orago da integrada<sup>45</sup>. (Padre A. J. da COSTA, *O Bispo D. Pedro...*, vol. II, pg 33).

Era terra muito fértil que antigamente pertenceu ao termo e correição de Barcelos, provedoria de Viana e visita de Vermoim e Faria, duas jurisdições que englobavam diversas freguesias. Pertencia à Casa de Bragança à qual competia apresentar o abade. Em 1757 tinha 76 fogos<sup>46</sup>.

Uma das freguesias vizinhas da de Santiago da Carreira é a do Divino Salvador de Bente. Através de um documento de 1081 sabemos que esta freguesia é identificada como ficando localizada “Inter Katavo et Ave villa Benedicti” e nas Inquirições de 1220 é lembrada a sua inclusão no couto de Landim.

No tempo de Afonso VI de Castela (1047-1109) Afonso Fernandes (de Novais, mais tarde) chegou ao Reino de Portugal acompanhando o conde D. Henrique que vinha empenhado em prestar ajuda a Afonso VI de Castela na reconquista do reino da Galiza e em outras campanhas na península para consolidação e ampliação do Condado Portucalense. D. Henrique de Borgonha foi compensado com o domínio das terras portucalenses. Para Sul, a consolidação da reconquista avançava e o conde D. Henrique continuou especialmente empenhado com o projecto de recuperação das antigas freguesias da faixa portucalense atlântica, tendo chegado, nesse avanço,

---

[45] Padre A. J. da COSTA, *O Bispo D. Pedro...*, vol. II, pg 33

[46] PINHO LEAL, in *Dicionário Antigo e Moderno*, diz que a freguesia da Carreira estava situada “em um dos mais belos sítios da província, por ser todo povoado de aldeias tão unidas, que em um espaço de 2 Km se contam 12 freguesias.

à proximidade de Lisboa. Os seus sucessores nessa jornada da reconquista, a começar por seu filho, D. Afonso Henriques, prosseguiram até à costa algarvia. Com a conquista do Algarve em 1249, Portugal ficou definitivamente constituído, embora com alguns acertos a fazer na fronteira com Espanha.

A actividade militar para a consolidação da reconquista que estava em marcha justificou a vinda de cavaleiros-guerreiros de zonas a Norte do Minho e de outras regiões mais afastadas. Afonso Fernandes de Novais foi também um deles. Fez “seu assento na honra de Novais, no Concelho de Vermoim, freguesia do Salvador, onde fez quinta e Solar e daria e tomaria dela o apelido de Novais, e acham-se memórias dele no ano de 1090 e ali é seu Solar”<sup>47</sup>. O solar e Honra de Novais ficavam nas freguesias de Delães e Novais e transmitiram-se em sucessivas gerações de que efectuei levantamento até ao reinado de D. Afonso IV.

Outros cavaleiros que deixaram o seu nome ligado a terras de Vermoim também acompanharam D. Henrique, entre eles o conde D. Rodrigo Forjaz de Trastâmara (4.1.3 - 6). Muitos outros cavaleiros igualmente vieram de terras da Galiza e de outras mais distantes. Alguns momentos das suas vidas em paragens portugalenses ficaram assinaladas por laços familiares que estabeleceram e de que ficaram registos, alguns dos quais estou aqui a utilizar.

Da ajuda militar para a consolidação das fronteiras do Condado Portucalense e sua ampliação para Sul ficou memória, entre outros, de Vasco Fernandes de Novais na tomada de Lisboa em 1147. Era então Senhor do solar de Novais e colaborou na luta pela reconquista do território ibérico que sofrera as invasões muçulmanas e ataques de povos nórdicos. Era filho de Fernão Afonso de Novais e neto de Afonso Fernandes (de Novais). Fernão Afonso de Novais viveu no tempo do conde D. Henrique e de seu filho D. Afonso Henriques com quem participou na conquista de Lisboa. Foi o sucessor no solar de Novais. Estes são mais alguns exemplos de que a aptidão bélica na época medieval, associada aos benefícios materiais que poderiam alcançar, trazia ao actual território português, aqui representado pela Terra de Vermoim, muitos cavaleiros de outras partes da Península, como também de terras de França.

Desse modo, o território peninsular ocidental tomado pelos mouros ia sendo recuperado pelos antigos ocupantes, representados pelos seus descendentes e apoiantes de outras terras europeias, para nele prosseguirem a viver em liberdade e concretizarem a consolidação de uma nação com a sua identidade distinta das demais, como as demais distintas dela.

Pedro de Novais, o Velho, foi alcaide-mor de Vila Nova de Cerveira e Senhor do solar de Novais, na freguesia de S. Salvador de Delães, no julgado de Vermoim e termo de Barcelos (4.1.3 – 13).

A colocação do solar desta família na freguesia de S. Salvador de Delães, embora seja nomeado

---

[47] Manuel José da Costa FELGUEIRAS GAYO, (1750-1831), *Nobiliário de Famílias de Portugal* diz que Afonso Fernandes de Novais veio para o reino de Portugal a acompanhar o jovem conde D. Henrique. Este cavaleiro tinha vindo de França para a Península onde serviu Afonso VI, seu futuro sogro, em várias campanhas militares da reconquista. Américo COSTA, no *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, considera que S. Simão de Novais “foi fundação dos fidalgos deste apelido e que deles tomou o nome”. Aqui não fica clara a origem do nome da localidade e apelido de Afonso Fernandes de Novais, ou seja, se foi como nome ou como apelido que pela primeira vez foi usada a denominação “Novais”.

como “solar de Novais”, e os seus donos usarem como apelido “Novais”, pode resultar de a implantação da cozinha desse solar ter recaído em terreno da freguesia de Delães. Isso era determinante para se considerar qual era a paróquia a que pertencia a família, mesmo que o resto da habitação e o património fundiário entrasse pela freguesia de S. Simão de Novais e pela de Ruivães, encontrando-se aqui com património da Casa de Nomães<sup>48</sup>. Estas são, apenas, hipóteses, que aqui deixo, pois também se poderá considerar a preferência pelo apelido “Novais”, devido a simpatia pelo nome, ou pela força que teria a dimensão da implantação do património fundiário em solo de S. Simão de Novais e até de Ruivães. Caso idêntico, quanto à freguesia a que a morada da família pertence, acontece com o multicentenário solar de Pouve (4.1.3 - 12).

Atendendo a essa valorização do “lar”, ou seja, da implantação da lareira, temos de considerar que os costumes também podem dar alguma explicação quanto a referências relativas à designação da localização, integração ou pertença de algum património fundiário, mesmo que este se prolongue em outra freguesia vizinha.

---

[48] Os Nobiliários dizem que Pedro de Novais, irmão mais novo de Martim de Nomães, “foi Sr. do solar de Novais sito na freguesia de S. Salvador de Delaens”.

[49] D. Sancho foi afastado do trono em 1245 e faleceu em 1248. Neste ano, seu irmão, D. Afonso III sobe ao trono, como regente nesse intervalo de tempo.

Ele e seu irmão primogénito, Martim Fernandes de Novais, filhos de Fernão Vasques de Novais, que viveu no tempo dos Reis D. Sancho II e D. Afonso III, e netos de Vasco Fernandes de Novais, foram alguns dos cavaleiros de terras hoje famalicenses que estiveram com as tropas cristãs no cerco e conquista de Sevilha em 1248, no início do reinado de D. Afonso III<sup>49</sup>. Desse tempo chegaram até nós notícias dos envoltimentos amorosos de D. Sancha Martins, filha de Martim Fernandes e de sua mulher, D. Teresa Soares, da poderosa Casa de Riba de Vizela, com Martim Fernandes de Novais, com quem viria a casar depois de ter enviuvado de D. Gonçalo Rodrigues de Nomães. Não teria respeitado as regras habituais que consagravam o cumprimento mínimo de um ano de luto. Com esse novo vínculo conjugal, D. Sancha reforçou o laço à Terra de Vermoim, pois o seu segundo marido, Martim Fernandes de Novais, tinha parentesco com a Casa de Novais. Este nome, além de ser, por vezes, identificado como um lugar em parte integrado em Delães, pela razão acima referida, também serviu de apelido a uma família. O património fundiário daquela Casa igualmente se estenderia por Ruivães onde ficava a Casa de Nomães, à qual pertencia o seu primeiro marido (4.1.3 – 8 - 9).

Não é certo que Martim Fernandes e sua mulher, D. Sancha Martins, oriunda de Vizela, tivessem residido no solar de S. Simão de Novais. Era filha de Martim Fernandes, de Riba de Vizela (cap. II – 8). Corria o tempo do rei de Portugal D. Sancho II, o Capelo, e de D. Afonso III. Sucedeu nesse solar seu irmão. Pedro de Novais, o Velho, Rico-Homem de D. Sancho II. O filho deste, Payo de Novais, o Velho, herdou o solar e Honra de Novais<sup>50</sup>. Depois, Afonso de Novais e Rui de Novais foram, respectivamente, o sétimo e o oitavo herdeiros dos detentores da Honra de Novais. Já a primeira dinastia estava nos últimos reinados.

As referências mais antigas à freguesia de S. Simão de Novais que constam em *O Bispo D. Pedro...*, datam das Inquirições de 1220 e 1258<sup>51</sup>.

Depois de um longo período de perturbação e de abandono, mas não total, de terras portugalenses, os solos estavam a difundir-se como propriedades pessoais e os seus donos assumiam a sua identificação pessoal como senhores deles.

Estava já corrido o tempo de lutas pela reconquista de boa parte da Península Ibérica, restando apenas a reconquista do território mais oriental do Sul da Península Ibérica, então a parte mais vulnerável aos ataques muçulmanos. Com o Tratado de Alcanizes assinado por D. Dinis e D. Fernando IV de Castela em 12 de Setembro de 1297 nessa povoação espanhola, próxima da fronteira com Portugal, em Miranda do Douro, ficaram definitivamente estabelecidas e reconhecidas as fronteiras entre os dois países.

Para que esse momento pudesse ter acontecido, muitos combates ocorreram e neles participaram muitos cavaleiros-guerreiros que vieram da Galiza e de outras terras peninsulares e de além Pirenéus para Terras Portugalenses, entre as quais a Terra de Vermoim, aproveitando o castelo existente num ponto estratégico como meio de defesa para o prosseguimento da reconquista desta zona Noroeste da Península Ibérica. De entre os Novais, os Pereira e os Pimenteais saíram alguns desses combatentes. Encontramos a sua presença não só nas lutas em território português mas também em terras de Espanha, como foi no cerco de Sevilha.

## **8. Requião. Ruivães (Nomães), Novais e Delães – relações familiares**

Vimos atrás que Martim Fernandes de Novais casou com D. Sancha Martins, já viúva de Gonçalo Rodrigues de Nomães (4.1.3 – 7). Através dos dois filhos nascidos dos dois casamentos de D. Sancha Martins estabeleceu-se uma relação familiar e patrimonial entre a Casa de Nomães e a de Novais, que hoje se integram, respectivamente, na freguesia de Ruivães e nas de Novais e Delães.

Na sucessão da Casa de Novais constam dois filhos de Fernão Vasques de Novais: Martim Fernandes de Novais e Pedro de Novais, o Velho. Os sucessores seguintes nesse solar e Honra foram os herdeiros deste, a começar em Payo de Novais, o Velho. Afonso de Novais, filho de Payo de Novais, foi o herdeiro seguinte. Encontramos depois, já no reinado de D. Afonso IV, Rui de Novais, filho de Afonso de Novais, como seu titular. Não pude concluir a sucessão. Provavelmente, desde então, a transmissão desse título teria prosseguido em distinto ramo familiar. Outra documentação, para além das *Genealogias*, poderá ajudar a preencher esta lacuna, tal como poderá responder a interrogações e dúvidas, sobretudo quanto aos espaços componentes da Honra de Novais.

---

[50] In CONDE D. PEDRO, *Nobiliário (...)*, ttº. 35, Pl. 18, lê-se que Martim Fernandes de Novais “viveu no seu solar de S. Simão de Novais perto do Mosteiro de Landim; achou-se na tomada de Sevilha”. Quanto à sua morada não é esta a informação contida em outros estudos de genealogias. Anos marcantes do reinado de D. Sancho II, respectivamente da sua subida ao trono, do seu afastamento e da sua morte: 1223-1245-1248.

[51] COSTA, Ob. cit., vol. II, pg. 33.

Num breve intervalo desta incursão pelos factos que constroem a História e pela formulação de hipóteses que lhe poderão abrir caminho, vamos conviver um pouco com a ficção camiliana e tentar não só descobrir, ou presumir, as fontes inspiradoras dos cenários criados e ocultos por entre alguns espaços da Terra de Vermoim. Poderá ser encontrada a realidade escondida pela pena de Camilo Castelo Branco. É possível essa busca, pois percebe-se que em diversos dos seus textos estão, disfarçados ou aproximados, sinais de famílias antigas em diversos locais desta Terra. Em *O Senhor do Paço de Ninães* reuniu várias personagens, entre elas, D. Vasco Martins Pimentel, filho de D. Sancha Martins e de Martim Fernandes de Novais, Fidalgo da Casa de D. Afonso III e seu meirinho-mor, pessoas que as genealogias identificam, e fixou-as em freguesias famalicenses. Embora a família paterna tivesse solar em Novais, Vasco Martins Pimentel viveu na freguesia de Santo Adrião, junto ao rio Vizela, na quinta de família de que fora herdeiro e “que então se chamava de Lourosa e hoje chamão Paço Velho”<sup>52</sup> (4.1.3 - 6). Vemos aqui mais uma das deslocações produzidas pelo escritor no processo de construção daquela obra, procedimento que também se verifica em outras. A ficção pode procurar inspiração em factos mas não tem que lhes ser fiel.

---

[52] Manuel de SOUSA DA SILVA, *Nobiliário das Gerações de Entre-Douro-E-Minho*; Manuel José da Costa FELGUEIRAS GAYO, *Nobiliário de Famílias de Portugal (1750-1831)*; Carlos Caldeira RIBEIRO DE FIGUEIREDO, (*Genealogia*), *Nobiliário de Famílias de Portugal*.

Vasco Martins, pela sua conflitualidade, ficou conhecido pela alcunha “Pimentel” que deu origem a mais um apelido de família. A “pimenta” contida nessa palavra serviu para esse sobrenome. Camilo Castelo Branco igualmente aponta, de passagem, em *O Senhor do Paço de Ninães*, a adequação daquela palavra à conflitualidade que exibia o seu primeiro titular, pelo menos na família originária. Esse apelido vai prevalecer nesta família ao qual se vai juntar o de “Rezende” desde o casamento de Martim Vasques Pimentel com D. Constança Martins de Rezende. Entretanto aparecem nesta Casa outros apelidos, entre os quais o de “Meira”.

Os Novais e os Pimenteis estão desde bem cedo relacionados com a Casa de Novais, na Terra de Vermoim, e com a antiga de Riba de Vizela, através do casamento de D. Sancha Martins com Martim Fernandes de Novais. É admissível que do apelido Pimentel tenha derivado o de Pimenta e é curioso que, ainda hoje, uma família com este apelido possua vasto património fundiário numa das localidades berço dos Pimenteis, em Novais e Delães, bem como na contígua freguesia de Ruivães, onde se localiza a Casa de Nomães.

A evolução dos apelidos ocorria devido às relações que os casamentos estabeleciam entre famílias. O mesmo se constata na Honra de Nomães, da freguesia de Ruivães, que acompanharemos a seguir (4.1.3 – 9).

A concluir este capítulo realço que à semelhança do que verificamos com o apelido Pereira na família da Quinta de Pereira, em Sanfins, encontramos, desde a alvorada da nacionalidade, mais duas relações entre os nomes de lugares e os apelidos de famílias às quais pertenciam, respectivamente, Gonçalo Rodrigues de Nomães e Martim Fernandes de Novais, maridos de D.



Sancha Martins, oriunda da Casa de Riba de Vizela. Estas duas famílias sobressaíram na Terra de Vermoim, em espaços próximos, no decurso de séculos que podemos acompanhar.

Passemos, então, ao lugar de Nomães, em Ruivães, onde D. Sancha vivera com o seu primeiro marido.

## **9. O Paço de Nomães – em Ruivães. De finais do século XII ao século XVIII**

### **9.1 Nascimento e primeiros tempos do Paço de Nomães**

Ruivães foi mais uma das freguesias famalicenses que o escritor de S. Miguel de Ceide levou para *O Senhor do Paço de Ninães*. Nesse romance, cujo enredo ocorre na segunda metade do século XVI e primeiras décadas do seguinte, Camilo Castelo Branco “deu” residência em Ruivães aos Correia de Lacerda, família onde colocou a principal personagem feminina - Leonor Correia de Lacerda -, com morada numa residência de tectos apainelados, no lugar de Rebordelo ao qual deu o nome de “Roboredo”. No entanto, importa notar que a presença desta família em Ruivães está documentada, mas no lugar de Nomães e não no de Rebordelo. Teria neste vivido uma outra família fidalga de Ruivães através da qual Camilo Castelo Branco criou a personagem “Afonso de Teive” em *Amor de Salvação*? E ter-se-ia servido do nome do lugar levando-o, com ligeira alteração de grafia, para *O Senhor do Paço de Ninães*? Não há respostas para estas questões. São apenas conjecturas produzidas a partir de relacionamentos que se podem encontrar ou admitir numa mera reflexão sobre uma relação hipotética, apenas isso, entre a realidade e a ficção. A realidade referente ao património e aos seus detentores tem de ser buscada na documentação, pública ou privada, que os regista e identifica, bem como em estudos já efectuados. Se relativamente ao património de Nomães e seus possuidores pude aceder a fontes diversificadas e dispersas que abrangem vários séculos, e no entanto incompletas, quanto aos mesmos assuntos relativos a um outro lugar de destaque na História da freguesia - o lugar de Rebordelo - ainda não encontrei fontes de que pudesse obter esclarecimentos demográficos, sociais, familiares e patrimoniais correspondentes ao mesmo longo período que o alcançado para Nomães. Oxalá elas venham a ser encontradas para se complementar o que a História de Ruivães já registou ou para dar respostas aos desafios que as conjecturas comportam.

A História da Terra de Vermoim vai sendo assim enriquecida e a relação entre a História e a Ficção que a obra de Camilo Castelo Branco oculta irá sendo “descoberta” ou, pelo menos, livremente interpretada.

Estas e outras descrições contidas naquela obra literária levaram-me a admitir a possibilidade de comportarem relações com histórias de vida e fizeram-me estar atenta e procurar saber o que as fontes demográficas me poderiam facultar sobre relações entre pessoas e as personagens que a

ficção criou na construção daquela obra. Nessa procura, acabei por encontrar informação de que os Correias de Lacerda, familiares da Casa de Farelães, só no século XVII residiram na sua casa de Ruivães, provavelmente no lugar de Nomães, hipótese cujo fundamento avancei.

As informações de demografia e de genealogias que fui recolhendo nessa busca de esclarecimento, deram-me a conhecer alguns aspectos da história de família dessa antiga Casa. Foi com bastante curiosidade e gosto que avancei na pesquisa sobre os seus sucessores no decurso de alguns séculos. Neste capítulo ocupar-me-ei, sobretudo, da sucessão dos seus titulares a propósito da expectativa de encontrar, ou não, a confirmação da presença de “Azevedos”, e de deixar umas notas sobre a minha apreciação quanto à ficção camiliana na criação da principal personagem daquele romance, no qual o autor coloca “Rui Gomes de Azevedo” a viver num paço em Ninães. A ficção tem autonomia e merecimento, pelo que a demonstração que tento fazer apenas se compreende pela curiosidade de reconhecer a existência de pontas soltas entre a personagem com o apelido Azevedo, ali colocada mas sem qualquer atestado de nascimento ou de residência, e a existência documentada desse apelido em outra Casa: o Paço de Nomães. Considero que essas pontas soltas têm bastante interesse para a busca e compreensão de um presumível processo de criação literária. Para o autor a expressão da realidade é secundária, embora não desprezível. Como leitora daquele romance, a minha curiosidade quanto ao processo criativo não podia descurar a realidade e encaminhou-me para a verificação da sua influência na criação de personagens e, se possível, do tema que as envolvia. Gostei desse exercício de procurar identificar os diversos sinais que sugeriam alguma hipótese de ligação da realidade com a ficção e compreender a possível deslocação e alteração dos espaços e de pessoas. A pesquisa arrastava-se por sucessivas gerações e foram-me conduzindo ao objectivo principal da procura: a presença real de “Azevedos” em Nomães. Cheguei, assim, ao contacto com alguns dos senhores do Paço de Nomães, ainda pouco conhecidos, apesar de terem estado presentes nesse recanto da Terra de Vermoim durante um longo período em que a História do concelho de Vila Nova de Famalicão ia progressivamente ocorrendo (4.1.3 – 13).

Essa tentativa de descobrir uma sombra de realidade que lhe pudesse estar relacionada, não a consegui vislumbrar nas consultas de obras e documentos, nem mesmo depois de, há algum tempo, contactar Alberto Azevedo Campos, irmão de Rui Azevedo Campos, meu colega de turma no Liceu Sá de Miranda, em Braga e familiar de quem teve casa em Ninães, na freguesia de Ruivães, no tempo do escritor e o conhecia, sobretudo por o ver passar no caminho junto dessa residência, e tinha o apelido Azevedo. A conversa que tive não confirmou qualquer relação familiar com os antigos “Azevedos” de S. João de Rei e Terras de Bouro, a Casa-mãe deste apelido. Aquele descendente da antiga proprietária da referida casa no lugar de Ninães, em Requião, revelou-me que sua avó elogiava Camilo por ser o seu “melhor vizinho” e, acrescentava: pois “falava pouco”. Era uma mera coincidência a sua família ter esse apelido e uma propriedade adquirida pelos seus antepassados naquele bucólico lugar de Ninães. E com essa

informação, interrompi a pesquisa.

Procurei então por outros espaços próximos, seguindo novos trilhos, de início desconhecidos ou um tanto escondidos, mas que se me foram deparando mais rectos, amplos e planos, no decorrer dessa busca que me foi dando sinais claros dos “Azevedos” ligados à Casa-mãe da zona do Cávado. Fui, assim, descobrindo no meu “atlas” da Terra de Vermoim, de difícil leitura e nebulosa visibilidade, os labirintos a tornarem-se caminhos transitáveis e, progressivamente, mais claros, melhorados e consolidados, acabando por alcançar o largo de Nomães e o solar dos “Azevedos” por onde já tinham passado muitas gerações desde D. Elvira Gonçalves Palmeira e Rui Nunes das Astúrias. Foi aí, neste lugar de Ruivães, que encontrei o apelido Azevedo depois de muitas gerações com outros apelidos por ali terem passado. As informações de demografia e de genealogias revelam pessoas ligadas ao lugar de Nomães, dados que, trabalhados pela criatividade literária do escritor, criaram muitas páginas de *O Senhor do Paço de Ninães*. Encontrei a primeira relação entre a História e a ficção quando tomei conhecimento do casamento de Diogo Leite de Azevedo com D. Mariana Coutinho de Carvalho, herdeira do Paço de Nomães.

A criatividade pode ser a luz, mais ou menos esvanecida da realidade, na medida ou intensidade que o autor queira usar. A sua descoberta e compreensão pelo leitor podem ocorrer seguindo os trilhos da intuição ou de dados mínimos, que se poderão aclarar com a informação recolhida em *O Bispo D. Pedro (...)*, o apoio de registos paroquiais, os dados genealógicos contidos nos Nobiliários e no volume *Scriptores*, para onde, entre outra documentação, Alexandre Herculano fez trasladar o *Nobiliário* organizado pelo Conde D. Pedro, também em História de Famílias e graças a alguma intuição e à casualidade madrinha. Foi com esses apoios que consegui seguir o mapa que me conduziu ao lugar de Nomães, na paróquia de Ruivães. Uma vez aí chegada, comecei a ver caminho. Então, focada nos apelidos de pessoas para encontrar quem tivesse começado a usar o “de Azevedo”, acentuei a pesquisa em fontes de genealogia e prossegui um trajecto de vários séculos, acompanhando muito resumidamente gerações cujo tronco nasceu no terceiro século do segundo milénio.

E, assim, encontrei vasta informação sobre os espaços de Nomães, os seus detentores nesses tempos recuados e os seus feitos. Podemos ver em algumas dessas fontes e obras que a Honra e Quinta de Ruivães esteve na posse de muitas gerações da mesma família que nessa freguesia se sucederam desde os alvares da nacionalidade, podendo contar com a protecção facultada pela proximidade e utilização do “castelo de Vermoim”. O Dr. Pedro Nunes de Gaula, que adiante apresentarei, foi o instituidor de um Morgado no ano de 1547 e dele “fez cabeça a sua quinta de Numaens, no termo de Barcelos, a que hoje se chama Ruivains”, dizem-nos os livros de genealogias. Esta nova designação da Quinta de Nomães como Quinta de Ruivães leva-nos a considerar ser bem extenso o património desse Morgado. Ainda hoje a memória dessa quinta se mantém.

Alongar-me-ei aqui, em Ruivães, mais que em qualquer outra freguesia porque nela ocorreram histórias de vidas que têm um berço comum e se conseguem identificar e acompanhar ao longo de muitas gerações – o da Casa de Nomães –, iniciadas num ramo dos descendentes de D. Gonçalo Rodrigues de Palmeira, o de sua filha D. Elvira (4.1.3 – 6).

Faço um levantamento sumário dos senhores de Nomães no decurso de alguns séculos. Procurei fazê-lo prosseguindo uma sequência cronológica, sem evitar alguns recuos, como meio de complementar os dados da identidade ou para sugerir hipóteses, acrescentar, realçar ou relacionar com questões de natureza política, administrativa, militar, familiar, social, cultural ou religiosa.

À semelhança do que verificamos quanto a Novais e na quinta de Pereira, em Bairro, nos primeiros tempos da sua tutela pelos sucessores de Gonçalo Rodrigues de Palmeira, também do Paço de Nomães são bem conhecidos os proprietários que desde o século XIII o possuíram e o transmitiram através da sucessão longa de gerações. É na companhia de alguns dos titulares que conheci nas pesquisas que efectuei que tentarei organizar um álbum com imagens amplamente legendadas da antiga família desse paço. Aí – Nomães, – ocorreram alguns dos momentos da história da família Correia de Lacerda e da família de Azevedo, enquanto em Ninães, hoje lugar e outrora freguesia, não encontrei pessoas deste apelido, quer em família notável quer menos notável, que na época da Terra de Vermoim estivessem relacionadas com essa paróquia ou nela tivessem raízes. Nem mais tarde, quando encontrei uma informação, que sobressai pelo estatuto da pessoa nela contemplada, D. João da Assunção Carneiro, Cónego Regrante de Santo Agostinho. Foi o último Geral dos Cónegos Regrantes e na casa da família terminou os seus dias. Aí nascera em 1782, filho de António Carneiro de Araújo e de Josefa Correia de Oliveira. Faleceu na sua casa de Ninães às dezasseis horas do dia 18 de Janeiro de 1873 com 92 anos, depois de ter recebido os Sacramentos da Santa Madre Igreja e ter sido presbítero e ex-Geral dos Cónegos Regrantes. Décadas após a extinção, esta Comunidade foi restaurada em Portugal no início da década de 1980 e tem hoje um mosteiro no Sameiro, em Braga.

É de realçar que na pedra cimeira de um portão à face de um caminho deste lugar está gravado o ano de 1367, sinal de que era espaço habitado<sup>53</sup>.

Esse lugar de Ninães teve especial relevância na História da Literatura pela pena de Camilo Castelo Branco em *O Senhor do Paço de Ninães*, enquanto o lugar de Nomães ficou oculto, não obstante aí ter estado presente a apelido “Azevedo”. Pelo tempo em que o escritor de S. Miguel de Ceide colocou a “história” do amor contrariado de “Rui Gomes de Azevedo”, o “vínculo de Ruivães”, no lugar de Nomães, era pertença de Lourenço Mendes de Carvalho que o herdara do pai falecido em 1564 e tivera laços familiares com os “Azevedos” que, com Diogo Leite de Azevedo, marido de D. Mariana Coutinho de Carvalho, entraram na Casa de Nomães (4.1.3 –

---

[53] Esta propriedade está hoje na posse da Sra. D. Camila C. Guedes Saraiva Ferreira. A inscrição já está desgastada pelo tempo, o que acarreta o reconhecimento indubitável do último dígito.

9.2). Numa outra casa, do lugar de “Roboredo”, também em Ruivães, Camilo Castelo Branco colocou a morada de “Leonor Correia de Lacerda”. A ficção tudo possibilita no jogo com a realidade.

Depreende-se das consultas bibliográficas que os descendentes de D. Gonçalo Rodrigues de Palmeira, que chegara, ainda sem este apelido, como mais um cavaleiro do tempo da reconquista e do povoamento do reino, já em construção, possuíram grande património na Terra de Vermoim, a partir da freguesia de Palmeira e de um amplo lugar próximo denominado Nandim (4.1.3 - 6). Os seus sucessores, tal como outros cavaleiros, evidenciaram os atributos típicos da cavalaria da época em que viveram, bem como o significado social e económico da propriedade agrícola, de pecuária e florestal na Idade Média.

Não precisamos, pois, de ir longe desta Terra de Vermoim para melhor compreendermos esse período da História de Portugal. Nela encontramos lições fáceis de obter e assimilar que dão uma visão dessa época, em geral e, sobretudo, da área que hoje constitui o concelho de Vila Nova de Famalicão. Nesse tempo, a participação em campanhas militares era um serviço prestado ao rei, como chefe de Estado, e também ao povo, como elemento maioritário da sociedade e beneficiário do apaziguamento que essas campanhas militares conseguiam estabelecer, o que favorecia a fixação, a tranquilidade, a segurança e o povoamento. Além disso, a prática da cavalaria era uma via que possibilitava exercitar a arte que comportava a ascensão social e até, em circunstância adequadas, a obtenção de títulos e de domínios senhoriais em terras que iam sendo reconquistadas, povoadas, protegidas e administradas. Essas forças militares não estavam aquarteladas para se exercitarem para as lutas da época. Era nos espaços próximos, menos próximos ou mesmo distantes das suas moradas, que se treinavam em cavalgadas e caçadas quotidianas ou frequentes e também em duelos e caçadas. Delas saíam para combate quando para isso eram convocados.

Regressemos a Nomães, ainda em plena Idade Média, e acrescentemos mais algumas notas complementares ou de realce ao que acima ficou expresso. Essa Casa, no sentido de família, foi iniciada com D. Gonçalo Rodrigues de Nomães, que pertencia à família da Casa de Palmeira e foi o, primeiro marido de D. Sancha Martins (4.1.3 – 7 – 8). Ele foi o primeiro titular da Quinta de Nomães, em Ruivães, a adoptar para seu apelido o nome dessa propriedade. Sucedeu-lhe o filho, Martim Gonçalves de Nomães. Depois, por falecimento do herdeiro, um outro Gonçalo Gonçalves, morto na Lombardia, na batalha de Benavente travada em 1266 que opôs Carlos de Anjou e Manfredo, Rei da Sicília, aquele vínculo passou a seu irmão, Rui Martim de Nomães. Nessa batalha, na qual era disputado esse reino, também Manfredo perdeu a vida.

Foi isto na Idade Média, época em que também os reis eram cavaleiros combatentes! A dedicação à cavalaria militar era relevante no estatuto social, na consolidação e na defesa dos

países. Era compensada com a doação de vasto património, o qual permitia também suportar a criação de cavalos que serviam, quer para os treinos e acções militares, quer para os momentos de recreio, como para a caça e a satisfação de outros ideais próprios da época. A demonstração da consideração e valorização em que eram tidas essas práticas pode também ser vista através da liberalidade exercida pela oferta desses animais a amigos e companheiros de armas. Eram ofertas de grande significado social e económico que assentavam na posse de vasto património fundiário. Não esqueçamos o presente de 100 cavalos que D. Gonçalo Pereira, o Liberal, Senhor da Quinta de Pereira, em Bairro, ofereceu aos seus amigos! E que dizer daqueles 250 cavaleiros que Vasco Martins Pimentel, levou consigo para Castela em 1283! A relevância da cavalaria está exemplificada e evidenciada nestes dois comportamentos de pessoas da Terra de Vermoim.

Na Terra de Vermoim a ligação de membros das famílias de Pereira, Novais e Nomães à cavalaria ficou assinalada em acções militares, logo nos primeiros tempos da recuperação pelos cristãos peninsulares das terras tomadas pelos invasores árabes e ataques dos vikings e da consolidação das nacionalidades da Península Ibérica. Em terras da Terra de Vermoim essas famílias tiveram património e mantiveram-no por sucessivas gerações (4.1.3 – 6 - 7).

Há que reconhecer a dispersão desses e outros cavaleiros-guerreiros por espaços da Terra de Vermoim, de que sobressaem os mais próximos do Ave, para se fixarem nos arredores das margens alargadas desse rio e do Pele e do Pelhe, seus afluentes, e também no monte estratégico de Vermoim. A fixação desses homens de armas possibilitou a protecção das populações nas paróquias e, conseqüentemente, a consolidação progressiva de permanência estável nas áreas de cultivo que haviam ficado, aqui e ali, um tanto despovoadas na sequência das invasões agravadas desde o século VIII.

Quando a tranquilidade na Europa passou a ser razoavelmente saboreada e a expansão marítima, abrindo estrada pelos oceanos, a possibilitar a chegada fácil, para o tempo, a outros continentes, o gosto pela arte equestre procurou outros modos de ser praticada. Desse modo, o ideal que a nobreza tinha pela cavalaria foi alterado quando outros meios de combate passaram a ser adoptados. Então, a investidura passou a ter relevância institucional e social. Antes, quando a cavalaria era indispensável a actos bélicos, políticos e sociais, qualquer homem podia ser armado cavaleiro, desde que comprovasse a sua coragem e aptidão para ser admitido.

De notar que, sobretudo até ao final da Idade Média, a dedicação a esta nobre arte não comportava exclusivamente os nobres. Havia outro nível de cavaleiros que, satisfazendo certos requisitos, eram também admitidos como combatentes a cavalo quando o momento o exigia. Assim podia acontecer com um servo que se tornasse merecedor desse estatuto, pois o senhor que o tinha ao seu serviço encarava como razoável dar-lhe liberdade para seguir esse caminho e dele desfrutar, sobretudo no campo de batalha. Só com essa componente militar complementar

se poderia constituir um exército capaz de enfrentar o do adversário. Não esqueçamos o o testemunho deixado por Vasco Martins Pimentel quando se apresentou em Castela com uma considerável força militar (4.1.3 – 6 – 8).

Com a expansão marítima, a cavalaria perde relevância na promoção social e as vias para o prestígio social e económico passaram a ser, além da posse de bens fundiários, as funções da administração do reino, nas suas componentes europeias e ultramarinas, e o comércio. Na Terra de Vermoim não faltaram pessoas e famílias que, superando factores condicionantes, rumaram até terras de África e Orientais com esses objectivos, mesmo que, a elas chegados, ainda tivessem de procurar ultrapassar os condicionalismos que, na época, contrariavam ou desafiavam os projectos sonhados. Uma vez com sucesso e outras com elevados e até insuperáveis riscos.

## **9.2 A sucessão no Paço de Nomães e a presença de “Azevedos” ocultada em *O Senhor do Paço de Ninães***

Houve no antigo lugar de Nomães propriedades possuídas por famílias dos primórdios da nacionalidade, portanto em plena Idade Média. Encontra-se aí uma velha casa que, dizem, foi o antigo “solar dos Azevedos”, apelido que no século XVII entrou nessa Casa pelo casamento de D. Mariana Coutinho de Carvalho com Diogo Leite de Azevedo. Nas pesquisas que fiz em registos paroquiais encontrei informações que me revelaram terem nascido e vivido nesse lugar, sobretudo a partir do século XVIII, algumas pessoas com esse apelido, entre elas familiares da actual proprietária. Não obstante, desconhece se há alguma relação familiar com os sucessores de Diogo Leite de Azevedo<sup>54</sup>.

O “solar dos Azevedos” é uma das designações abrangentes de uma família com vasto património vinculado, de transmissão hereditária, que a documentação também identifica na diversidade de citações como Paço de Nomães, Honra de Nomães, Quinta de Nomães, Morgado de Nomães, Quinta de Ruivães e Casa de Ruivães e que se constituiu no reinado de D. Sancho I. Sabe-se que a partir de 1547 as designações de Quinta e de Morgado de Nomães aparecem associados, devido à instituição do morgadio de Nomães nessa data, mas falta apurar se o significado rigoroso destas e demais designações indicam ou não estatutos e áreas diversificadas. A transmissão, em boa parte do património fundiário da época medieval, sobretudo do vinculado, cabia aos primogénitos.

Gonçalo Rodrigues de Nomães, primeiro senhor do Paço e Quinta de Nomães que encontrei identificado, foi contemporâneo de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, e sucedeu “na Casa de seu pai”. Era filho de D. Elvira Gonçalves Palmeira e Rui Nunes das Astúrias, cavaleiro asturiano que esteve com muitos outros na tomada de Sevilha em 1248. Aquela quinta foi uma das muitas quintas e fazendas que possuiu e nela provavelmente morou (4.1.3 – 7- 8).

---

[54] CASTRO, *Camilo Castelo Branco por Terras Fomalicense (...)*, pg. 64.

É sabido que o pai de D. Elvira Gonçalves – Gonçalo Rodrigues de Palmeira - possuía bens em terras próximas, mas não sabemos rigorosamente até onde iam. Por outro lado, Rui Nunes das Astúrias, seu genro, poderia ter sido contemplado pessoalmente com terras, as de Nomães e/ou outras. Ou não. Falta, pois, saber se a posse e sucessão do Paço e Quinta de Nomães resultaram de herança materna – D. Elvira – ou paterna - Rui Nunes das Astúrias.

Na Casa de Nomães, aos apelidos Nomães, Rodrigues e Gonçalves, já citados, acrescento outros que se foram sucedendo e diversificando no decorrer do tempo. Os Mendes de Vasconcelos, os Martins, os Cunhas, os Cardosos e os Carvalhos encontram-se entre os de mais frequente adoção. Os Azevedos também entraram nessa Casa, embora deles tenha ficado um registo mais discreto, Do apelido Pereira não ficou nela alguma memória, pois, apesar de o encontrarmos em D. Brites Pereira, irmã do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, foi transmitido o do seu marido, Lourenço Mendes de Vasconcelos. Sucedeu a estes na Casa de Nomães o filho João Mendes de Vasconcelos, casado com Isabel de Carvalho. A estes sucedeu Rui Mendes de Vasconcelos.

---

[55] Em 1488 ocorreu um acordo entre D. Ana Rodrigues de Carvalho e um seu irmão relativo a um reguengo próximo de Guimarães. Em diversos momentos verifiquei a ligação da família da Quinta de Ruivães ou Casa de Nomães a Guimarães. Constatei também que Ana Rodrigues de Carvalho aparece uma ou outra vez referenciada como Isabel Rodrigues de Carvalho. Estes dados genealógicos são extraídos do *Nobiliário de Famílias de Portugal*, de Carlos Caldeira RIBEIRO DE FIGUEIREDO.

Tempo decorrido, a Honra de Nomães aparece na posse de D. Violante Mendes de Carvalho, mulher do Dr. Pedro Nunes de Gaula (ou Galva) e herdeira de D. Ana Rodrigues de Carvalho e seu marido, um outro Rui Mendes de Vasconcelos, continuando assim na descendência dos primordiais titulares, embora os apelidos tenham sido diversificados na sucessão das gerações<sup>55</sup>. A entrada nesse meio familiar revelou-me a imagem de uma mulher dinâmica para quem as iniciativas e a autonomia eram medalhas que gostava de usar. Chamava-se D. Ana Rodrigues de Carvalho.

Antes de prosseguir no acompanhamento da Honra de Nomães, no início de uma nova etapa do seu estatuto, fiquemos um pouco com esta senhora - D. Ana Rodrigues de Carvalho - e sua família. Ela aparece uma ou outra vez referenciada como Isabel Rodrigues de Carvalho. Sem renegar possíveis coincidências de nomes em pessoas e até casais distintos, não se pode deixar de ter em conta que tal não é corrente. A indicação do mesmo marido, Rui Mendes de Vasconcelos, aponta para a duplicação do nome da mesma mulher e não para nomes de duas pessoas distintas. Devemos reparar também na identificação de uma filha de Ana Rodrigues de Carvalho e Rui Mendes de Vasconcelos: nos livros de genealogias são apresentados na lista dos nomes dos filhos deste casal os nomes - Cecília e Felipa - como sendo os de duas das suas filhas. Porém, deparamos com um esclarecimento quando enfrentamos a referência a um casamento. A noiva é claramente identificada com os dois nomes e não como sendo nomes de duas filhas distintas. Na referência a esse casamento o autor da genealogia diz: “Felipa Mendes de Carvalho, ou Cecília Mendes, (...) casou com Vasco Fernandes Caminha, Alcaide Mor de Vila Viçosa (...)”. Ou seja, parece que os oito filhos apresentados na lista dos nascimentos não são mais que sete. É quase certo que estas incongruências, relativas ao nome da mãe e à duplicação do nome da filha, não



passam de lapsos que a documentação imprecisa pode causar e não colocam em causa a existência daquele casal, do seu património em Nomães, do estatuto que lhes estava vinculado e dos sete filhos que, afinal, se apresentam identificados.

Passemos agora ao início de mais uma etapa da antiga Honra de Nomães. O Dr. Pedro Nunes de Gaula, filho de Nuno Fernandes Cardoso de Gaula, instituiu em 1547 nesta quinta o Morgado de Nomães. Havia casado com D. Violante Mendes de Carvalho, filha de D. Ana Rodrigues de Carvalho e Rui Mendes de Vasconcelos, Fidalgo da Casa Real, Senhor do couto da Lagioza e Vimieiro e Terra da Cunha e Ovelha, Contador de Entre Douro e Minho e Embaixador de El-Rei D. Manuel I a França. Era filho de Luís(?) Mendes de Vasconcelos, Senhor da Quinta de Ruivães e Honra de Nomães, e de sua mulher, D. Brites Pereira. Brites era nome feminino muito usado na época. Esta senhora é mais uma com o mesmo nome e apelido que já conhecemos na irmã e na filha de D. Nuno Álvares Pereira, que também se havia ligado à família Mendes de Vasconcelos e à Honra de Nomães. (4.1.3 - 6).

A adoção do apelido Gaula (ou Galva) fora inspirada no nome de uma grande quinta que Nuno Fernandes Cardoso, também chamado Nuno Fernandes de Gaula, casado com Leonor Dias, possuía na Ilha da Madeira. Os descendentes do Morgado de Nomães, em Ruivães, retomaram o apelido Cardoso durante algumas gerações, e não um apelido da linha materna de quem provinha a Quinta de Ruivães. Mas importa notar que foi o Dr. Pedro Nunes de Gaula que lhe acrescentou o estatuto de Morgado de Nomães. Embora aquele apelido – Gaula - não tenha vingado nas gerações desta Casa, ele manteve-se nos descendentes de Diogo Nunes Cardoso de Gaula, segundo filho de Nuno Fernandes Cardoso de Gaula. A sucessão na antiga Honra de Nomães e mais recente morgadio do mesmo nome prosseguiu no apelido Carvalho durante mais seis gerações a seguir a D. Ana Rodrigues de Carvalho e seu marido, Rui Mendes de Vasconcelos.

João Mendes de Carvalho, outro filho de D. Ana Rodrigues de Carvalho e de Rui Mendes de Vasconcelos, titulares da Honra de Nomães, casou no Porto com Cecília Figueiroa, foi pajem de D. Manuel I e Cavaleiro da Ordem de Cristo mas não foi ele o sucessor desta Quinta de Nomães. Foi sua irmã, D. Violante. Com o seu casamento, foi criado o parentesco da Casa de Nomães com o apelido Figueiroa. Embora em o *Senhor do Paço de Ninães* Camilo Castelo Branco tenha feito uma breve referência a esta família, ignorou os senhores da Quinta de Ruivães e Honra de Nomães, não obstante o relacionamento familiar existente entre as duas Casas – Nomães e Figueiroa – fosse, muito provavelmente, do seu conhecimento<sup>56</sup>! Deixou sinal desse conhecimento mas, evitando relacionamentos óbvios entre a realidade e a ficção, introduziu “o Paço de Ninães” - espaço e família que os livros de genealogias não mencionam. Tinha que ser. Afinal, estava a escrever um romance e não uma biografia, pelo que era implícita a ocultação de algum salpico de realidade que pudesse retirar a cativante componente enigmática e diminuir

---

[56] Vemos, uma vez mais, que neste romance o escritor não deixou de mencionar o apelido de uma família conhecida (“Figueiroa”) e aparentada com a da Casa de Nomães, na qual também entrou o apelido “Azevedo”. Omitiu a Casa a que se ligavam realmente e usou o “Paço de Ninães”, ficcionado, pois nele, sendo a sua existência duvidosa, não se encontra o apelido “Azevedo” nem o relacionamento com a família Figueiroa, como o autor considerou. A realidade e a ficção foram misturadas com toda a liberdade que quis usar. Podemos, no entanto, descobrir o modo de utilização dessa liberdade, elemento essencial à ficção criativa do texto literário.

o interesse pela leitura. A mistura temperada era uma boa opção. Assim, se atraía, também complicava a visibilidade aos leitores que pretendessem usar lentes que entendessem adequadas à pesquisa e descoberta do que a sua capacidade criativa ocultava e o escritor podia livremente desenvolver a sua criatividade literária sem atingir directamente as identidades inspiradoras. Em conclusão: a realidade pode ser o fermento da ficção e esta servir-se da realidade com criatividade e arte, tornando-se ambas ingredientes basilares de um texto literário que desperte o interesse dos leitores.

Continuemos na visita prolongada à Casa de Nomães para acompanharmos outros momentos do seu percurso hereditário. No decorrer do tempo nota-se que, embora a sucessão seja transmitida de geração em geração, os apelidos dos seus possuidores foram diversificados, na sequência dos laços matrimoniais que iam ocorrendo. A D. Violante Mendes de Carvalho, senhora do Morgado de Nomães, sucedeu o filho Simão Nunes de Carvalho. A este seguiu-se o filho Gaspar Nunes de Carvalho, de quem um neto, que veio a ser senhor da Casa de Nomães, herdou o nome e apelidos.

Pelo levantamento demográfico verifica-se que no século XVII e, sobretudo, no XVIII, residiam “Azevedos” no lugar de Nomães, embora essa constatação não signifique uma ligação directa à Casa-mãe dos “de Azevedo, ou a outras, nela originadas, pois os descendentes foram-se difundindo por outras famílias dispersando, assim, com o decorrer do tempo, os apelidos significativos de laços de parentesco. Se houve nessas famílias tal relacionamento, o tempo não conservou a sua memória nos actuais proprietários, apesar de ainda terem em alguns familiares esse apelido. A dada altura, em época que não sei precisar, mas não antes do século XVIII, a aquisição ou divisão por herança da casa e terras da Honra de Nomães pôs fim à relação secular familiar com os descendentes de Gonçalo Rodrigues de Palmeira.

Neste momento da visita, reencontramo-nos com Gaspar Nunes de Carvalho e com a filha, D. Mariana Coutinho de Carvalho, herdeira desse morgado. É um encontro especial, este, devido à presença de Diogo Leite de Azevedo, marido de D. Mariana, em segundas núpcias deste! Na realidade era aqui, em Nomães, espaço que ocupa um pouco da área global em que se desenrolou boa parte do romance *O Senhor do Paço de Ninães* - entre Pouve e Rebordelo. No meio está Nomães, com a antiga casa dos “de Azevedo”, como fui informada pela sua actual proprietária, hoje desabitada, junto ao largo à face da estrada, no qual se ergue um bonito e original cruzeiro e, bem perto, uma capela, hoje sob a invocação de Santa Rita. Aquela casa passou aos descendentes de Diogo Leite de Azevedo, mas Camilo não quis dar à personagem “Rui Gomes de Azevedo” esta morada. Buscou-a em Ninães, não muito longe.

Para o seu casamento, D. Mariana levou de dote o Morgado de Nomães, cujo valor era equivalente a “500 mil reis de renda”. É interessante esta informação, pois poderá revelar o valor

desse património, pela receita que produzia, a quem fizer a sua conversão para a moeda actual.

Com a entrada do apelido Azevedo na família de Nomães, em Ruivães, no século XVII, através de Diogo Leite de Azevedo, fica nitidamente confirmada a presença de “Azevedos” na Casa de Nomães, não significando essa presença a certeza nem a negação de uma ligação directa à Casa-mãe de Azevedo de S. João de Rei e Terras de Bouro. O certo é que um membro, próximo ou não, da família Azevedo ligou-se pelo casamento à Casa de Nomães. Foi nas Casas de Pouve e do Vinhal que o apelido “Azevedo” foi estabelecido directamente através de casamentos entre essas Casas e a Casa-mãe do Couto de Azevedo de S. João de Rei e Terras de Bouro (4.1.3 - 12).

Embora na Casa de Nomães o apelido “de Azevedo”, embora não atingisse o destaque que outros apelidos tiveram, ficou nos descendentes de Diogo Leite de Azevedo e D. Mariana Coutinho de Carvalho. Eles foram os sucessores na Casa e morgado instituído por D. Violante Mendes de Carvalho e marido, Dr. Pedro Nunes de Gaula, tetravós de D. Mariana. Por isso – transmissão hereditária familiar -, não é de surpreender que aquela casa tenha ficado conhecida por “solar dos Azevedos”. O seu estado de degradação não impossibilita que a recuperação lhe venha a restituir a memória que esconde e a visibilidade que teve. Como não surpreende também que Camilo Castelo Branco pudesse ter ido aqui, à morada desta família da “Casa de Nomães”, por onde passaria nas deambulações que fazia pelas freguesias vizinhas de S. Miguel de Ceide, em direcção a espaços diversos, próximos e fontes de inspiração, buscar o apelido “Azevedo” para o atribuir ao protagonista “Rui Gomes de Azevedo”. Com a deslocação do apelido Azevedo de Nomães para Ninães, não muito distante, o autor não só construía mais espaços para a criação do momento de desengano de “Rui Gomes de Azevedo”, que fez acontecer numa noite de luar quando, do cimo de uma colina perto de Nomães, viu o seu rival e parente de Pouve, “João Esteves Cogominho”, na sua montada regressar de casa de Leonor Correia de Lacerda, em “Roboredo”, em direcção ao seu solar, em Pouve. Aproveitando o espaço de Nomães, colocado a meio do caminho entre as moradas de Rui, em Ninães, e de Leonor, em “Roboredo”, e muito adequado à criação de um momento marcante no desempenho da personagem do Paço de Ninães a quem deu o apelido Azevedo, o qual só mais tarde veio, de facto, a existir ali bem perto, em Nomães, e não em Ninães. A visualização destes cenários ainda é possível de ser apreciada, compreendida e registada.

Quanto à presença do apelido “Azevedo” em Ninães, onde o escritor de S. Miguel de Ceide deu morada a “Rui Gomes de Azevedo”, recordo as palavras de D. João de Castro pelas quais salienta a impossibilidade da correspondência desta personagem com qualquer membro de “um ramo ilustre da “Casa de Azevedo – a dos donatários de S. João de Rei” – à qual, no entanto, pertenciam algumas das terras que constituíam o senhorio de Ninães. Aí havia terras de “Azevedos” da Casa-mãe desta linhagem, mas não há comprovação de residência de qualquer pessoa que pudesse corresponder àquela personagem – Rui Gomes de Azevedo – tão enraizada

naquela decadente casa de Ninães – o designado Paço de Ninães - onde uma mãe extremosa e um filho dedicado residiam, por vontade do escritor. Em artigo posterior, D. João de Castro continua a realçar que, o que o romancista apresentara como verídico no romance, não passava de “fabricações” “ao abrigo dos seus direitos de romancista”<sup>57</sup>. Na verdade, naquele romance apenas existe, e não é irrelevante, pelo contrário, a harmonização elaborada da realidade com a ficção. É curioso notar que antes da construção, relativamente recente, da via de acesso ao nó da A/7, havia terrenos confinantes de Azevedos nos lugares de Ninães (Requião) e de Nomães (Ruivães). Houve contiguidade patrimonial entre aquelas duas casas. Quanto à presença pessoal de “Azevedos”, existiu comprovadamente unicamente em Nomães.

Este apelido Azevedo em famílias portuguesas resultou da adopção do nome de uma quinta de D. Ero Arnaldes. Seu pai, D. Guido, era um nobre italiano de nome D. Arnaldo que viera para a Península Ibérica nos finais do século IX e que se tornou senhor de vastas terras conquistadas desde o Minho ao Douro, entre elas, algumas nas margens do Cávado. O seu primogénito, D. Ero Arnaldes, herdou parte dessas terras e acrescentou-lhe a Quinta de Azevedo, património que lhe coube de seu sogro. Embora se tenha tornado senhor dessa quinta, o apelido Azevedo foi pela primeira vez usado no tempo do conde D. Henrique, por D. Guido Viegas de Azevedo, já 5º senhor da honra e couto de Azevedo, nas proximidades daquele rio.

---

[57] ED. JOÃO DE CASTRO, *A História no Romance*, in *O Primeiro de Janeiro*, 2 de Agosto de 1942. Em artigo anterior intitulado *Letras Camilianas, O Senhor do Paço de Ninães*, datado de 25 de Julho de 1942, diz que o nome “Rui Gomes de Azevedo” faz parte dos resgatados do desastre de Alcácer-Quibir, mas tal combatente “nunca possuiu, nem por certo conheceu, o “Paço de Ninães”. Ora, tal ausência num espaço da Terra de Vermoim não aconteceu com Diogo Leite de Azevedo, pois possuiu o morgado de Nomães. Citei já o autor destes artigos no livro *Camilo Castelo Branco por Terras Famalicenses*, pgs 58, 76 e 83.

[58] FELGUEIRAS GAYO (Manuel José da Costa) (1750-1831), *Nobiliário de Famílias de Portugal e RIBEIRO DE FIGUEIREDO* (Carlos Caldeira), (*Genealogia*) *Nobiliário de Famílias de Portugal*.

Entretanto novos apelidos se foram juntando nas sucessivas gerações da Casa de Nomães, embora nem todos permanecessem nos descendentes. Um deles foi o de “Leite”. Do segundo casamento de Diogo Leite de Azevedo, filho de D. Maria Leite de Vasconcelos e Jorge do Valle Vieira, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Sr. da Torre de Vizela, com D. Mariana Coutinho de Carvalho, não resultou o apelido Leite.

Repare-se também no apelido Cunha existente em Nomães, a partir da família Correia, da Casa de Farelães, pelo casamento de Afonso Correia com D. Maria Martins da Cunha, no tempo de D. Dinis.

Mais tarde, vemos António Correia da Cunha, distante descendente daqueles, filho de Gonçalo Correia de Lacerda (ou da Cunha) e D. Maria de Moraes, como senhor de Ruivães. Era neto paterno de Diogo Correia, senhor de Farelães. Viveu na Casa de Ruivães, como nos revela numa carta que daí escreveu em 22 de Agosto de 1627<sup>58</sup>. António Correia da Cunha casou com D. Joana de Mesquita Figueiroa, filha de Lourenço Mendes de Carvalho e de D. Joana de Mesquita. Esta era bisneta de D. Ana Rodrigues de Carvalho e de Rui Mendes de Vasconcelos, Senhores da Quinta de Ruivães e Honra de Nomães, concretizou-se a relação familiar entre as Casas de Ruivães e de Farelães.

A ligação entre a família Mendes de Carvalho e a família Figueiroa tivera início pelo casamento

de João Mendes de Carvalho com Cecília Figueiroa, pais de Lourenço Mendes de Carvalho.

Sucedeu na Casa e morgado de António Correia da Cunha, em Ruivães, o filho Manuel Correia de Lacerda. Como o pai, viveu em Ruivães e nesta freguesia nasceram e foram baptizados, solenemente na sua capela e com padrinhos e convidados de elevado estatuto social, os seus filhos. Existe ainda hoje, precisamente no lugar de Nomães, uma capela dedicada a Santa Rita, depois de ter tido S. Pedro como padroeiro, que em partilhas coube a uma irmã da proprietária da casa antiga já atrás referida como tendo sido o “solar dos Azevedos”<sup>59</sup>. Falta-me saber se foi nessa capela que se realizaram esses baptismos. Não é, porém, de excluir essa possibilidade, bem como ter sido no Paço de Nomães a sua morada. É uma pesquisa a fazer nas fontes adequadas, talvez através de registos de propriedade.

Manuel Correia de Lacerda faleceu em Ruivães em 1695. Por volta de 1690 tinha iniciado a construção de uma capela dedicada a S. Luís, na freguesia da Lama, então integrada na Terra de Vermoim e hoje incluída no concelho de Santo Tirso. Não foi por ele concluída em 1691, mas sim por Luís Paulino da Silva.

Foi pela utilização que Camilo fez dos apelidos “Azevedo” e “Lacerda”, dados às personagens principais, que senti um desafio para verificar se nas duas freguesias envolvidas – Requião e Ruivães - existiam esses apelidos, sobretudo o primeiro, pois do segundo já tinha alguma informação. Procedi então ao levantamento das famílias que trago para este nono capítulo.

Em Francisco Lopes de Carvalho, filho de D. Mariana Coutinho de Carvalho e de Diogo Leite de Azevedo, foi mantido o antigo apelido “Carvalho”, procedente do lado materno. O de “Azevedo” não ficou nos registos familiares, mas os laços de sangue ficaram comprovadamente constituídos, pois da existência daquele “solar dos Azevedos” ainda hoje há memória, quer ele tivesse sido de residência permanente quer apenas temporária ou esporadicamente utilizada. Francisco Lopes de Carvalho casou em 1685 com Mariana de Nápoles (ou da Veiga), sua parente, filha de Bernardino de Nápoles e de D. Joana de Carvalho, e herdou o Morgado de Nomães e “toda a mais casa” que fora de seu avô, Gaspar Nunes de Carvalho. Por esse casamento foi introduzido nos descendentes desta Casa outro apelido – o de Nápoles –, como podemos ver num contrato de empraçamento celebrado em 23 de Fevereiro de 1766<sup>60</sup>. Por essa escritura e outra documentação para ela utilizada vê-se que D. Joana Isabel de Nápoles e D. Maria José de Carvalho e Nápoles Matos Fonseca, de quem o Rev. Dr. António Vicente de Vasconcelos Pereira, seu tio, era tutor e testamenteiro, eram possuidoras do morgado do Paço de Nomães<sup>61</sup>.

Cheguei aqui seguindo a sucessão do Morgado de Nomães na família original – a de D. Elvira Gonçalves de Palmeira e Rui Nunes das Astúrias, seu marido -, até Gonçalo André Lopes de Carvalho que, a juntar à posse do Morgado de Nomães, também era Fidalgo da Casa Real e

---

[59] As proprietárias desses bens imobiliários são, respectivamente, as Sras. D. Carolina e D. Laura Ribeiro Ferreira, ambas residentes em Ruivães.  
[60] Manuel da Costa Fernandes foi o tabelião deste contrato de empraçamento elaborado em 23 de Fevereiro de 1766. Ficou também registado nesse acto tabeliônico que José Gonçalves de Sousa, Procurador presente em representação do Tutor, Curador e Testamenteiro de D. Maria José de Carvalho e Nápoles Matos Fonseca, tinha também a incumbência de “fazer vedorias, revedorias e renovações dos prazos pertencentes ao morgado do Paço de Nomães que estavam vagos na freguesia de Ruivães seguindo a natureza e condições dos antigos”. Temos nestes procedimentos um exemplo do sistema enfiteutico vigente na época.

[61] Enquanto este Francisco Lopes de Carvalho teve o mesmo nome que seu avô, também D. Brites de Ayala, que casou com Gaspar Leite de Azevedo, filho de D. Ana de Amaral, primeira mulher de Diogo Leite de Azevedo, teve o nome da sua avó, mulher do primeiro Francisco Lopes de Carvalho.

detentor do morgado de Canissos, em Vila Longa, a três léguas de Lisboa. Gonçalo André Lopes de Carvalho era filho de Francisco Lopes de Carvalho e D. Mariana de Nápoles (ou da Veiga).

Além do lugar de Nomães, também no de Rebordelo, ambos em Ruivães, existem casas antigas que Camilo Castelo Branco teria conhecido, pois não só ficam relativamente perto da casa em que viveu como a denominação do lugar de Rebordelo serviu, com a designação de Roboredo, para criar cenários e enredos de *O Senhor do Paço de Ninães*. Considero ser igualmente de interesse cultural e turístico, como também histórico nas áreas da demografia e sociologia, pelo menos, a preservação destas construções, que, não sendo de traça monumental, são memória de um período da História que distingue uma época e inspirou um escritor. Por essa via da preservação e do conhecimento da sua história, esse período pode ser melhor conhecido e espaços e fontes de inspiração de alguns conteúdos literários camilianos poderão ser melhor compreendidos e reconhecidos.

É de acentuar que no decorrer de séculos, a titularidade do património e estatuto da Honra de Nomães manteve-se hereditariamente na família de origem, embora apareçam diversificados apelidos, como atrás ficou referido. Recordo dois desses apelidos. O apelido Cunha entrou na Casa de Nomães pelo casamento de D. Joana Rodrigues, filha de Rodrigo (ou Rui) Martins de Nomães, falecido antes de 1305, com Martin Vasques da Cunha. O apelido Carvalho entrou na mesma Casa nos finais do século XV pelo casamento de Rui Mendes de Vasconcelos com D. Ana Rodrigues de Carvalho, pais de Violante Mendes de Carvalho que foi neta paterna de Luís Mendes de Vasconcelos e D. Brites Pereira. Estes foram pais daquele outro Rui Mendes de Vasconcelos, igualmente senhor da Quinta de Ruivães e Honra de Nomães, e neto materno de D. Álvaro Gonçalves Pereira, também já atrás apresentado (4.1.3 – 6).

Esse morgado ou Honra de Nomães continuou nas gerações seguintes, mais de oito a partir do tempo de D. João III. Vários titulares deste património tiveram o estatuto de Fidalgos da Casa Real, exerceram cargos públicos, como o Dr. Pedro Nunes de Gaula, que, já corria o século XVI, foi Moço e Fidalgo da Casa Real, Monteiro Mor de D. João III, Chanceler da Casa do Cível e Desembargador do Paço. Essas funções implicavam a presença, se não permanente pelo menos assídua, em Lisboa.

Outras funções, desempenhadas por outros membros do Paço de Nomães decorreram em Guimarães, como o cargo de Capitão-Mor exercido por Francisco Lopes de Carvalho, herdeiro do Morgado de Nomães e bisneto de outro Francisco Lopes de Carvalho. Foi também Fidalgo da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Vemos, por estes cargos, que a casa de Nomães não podia ter sido sempre de morada permanente. Como outras, podia estar representada em outros lugares.

Nessa época, a opção que pude apurar nestas últimas gerações quanto à residência, de acordo com as informações recolhidas na documentação a que tive acesso, certamente incompleta, não era permanente em Nomães mas repartida por outras moradas, consoante as funções, políticas ou outras, que os titulares desempenhassem. Lisboa, arredores, Guimarães e também Marco de Canaveses são exemplos, pois a família de Nomães era também senhora das Casas de Vila Pouca e Vila Boa de Quires, nesse concelho. Além disso, os cargos que alguns dos morgados de Nomães ocuparam, impôs-lhes a presença em localidades mais próximas dos espaços da governação do país, como também nas distantes terras de Além-mar. A Idade Média terminara e outros horizontes necessitavam e captavam a presença de elites portuguesas e outras pessoas a quem o comércio chamasse. Com eles iam artífices e as tripulações das embarcações para transportes marítimos que efectuavam as rotas do Oriente. Virá depois a época do Brasil.

Por estes e outros elementos de famílias da Terra de Vermoim, vemos que nela nasceram ou que a ela pertenceram pelos laços familiares pessoas que, naqueles já distantes tempos, exerceram funções diversificadas na área da administração do país.

## **10. Uma síntese quadrangulada e horizontes para além da Europa**

### **10.1 Laços familiares num espaço quadrangulado**

Ao findar o capítulo nove, notei que, a dada altura, saíram da casa-mãe de Palmeira, encabeçada por D. Gonçalo Rodrigues de Palmeira, duas linhas que se orientaram respectivamente para Sanfins de Riba de Ave com seu filho, D. Rui Gonçalves Pereira, senhor da Quinta de Pereira, e a outra iria, através de sua filha, D. Elvira Gonçalves Palmeira, casada com Rui Nunes das Astúrias, dar a Nomães na pessoa de D. Gonçalo Rodrigues de Nomães, filho destes. Ficaram traçadas duas linhas com o mesmo ponto de partida – Palmeira. Estava em construção uma figura geométrica. Já tinha o seu primeiro ângulo. Ficará concluída ao traçarem-se outros relacionamentos familiares.

A ligação de amizade e familiar da Casa de Pereira com a dos Pimenteais, em Novais, desenhou uma nova linha. Foi estabelecida pelo casamento de D. Gonçalo Pereira, filho de D. Pedro Rodrigues Pereira, neto de D. Rui Gonçalves Pereira, senhor da Quinta de Pereira e sobrinho-neto de D. Elvira Gonçalves, com D. Urraca Vasques Pimentel, da família da Casa de Novais. Ficou traçada uma terceira linha, desde Sanfins de Riba de Ave a Novais, da figura que seria um quadrilátero familiar prestes a ser concluído e ficou gravado o seu segundo ângulo.

O traçado da quarta linha por um espaço da Terra de Vermoim concluiu os dois ângulos que faltavam para finalizar a construção de um quadro que encaixilhava um conjunto de famílias representadas neste texto pelos seus membros mais destacados. Com essa última linha ficaram ligadas as Casas de Nomães e Novais por intermédio dos dois filhos de D. Sancha Martins,

sendo, cada um deles, representante da respectiva Casa a que pertencia pelo lado paterno, mas ambas ligadas pelo lado materno.

Vi então desenhada uma figura geométrica de quatro lados e, com ela, reunidas e articuladas num quadrilátero as diversas peças, pessoais e fundiárias, que o formaram e preencheram! A matéria principal foram pessoas e patrimónios, umas e outros relacionados entre si, em circunstâncias várias dos percursos de vida dos seus membros e com espaços familiares em que decorreram algumas das respectivas etapas.

Fora iniciada esta figura geométrica na freguesia de Palmeira, da Terra de Vermoim, e concluída em Nomães. A busca, colocação e entrosamento das pessoas e espaços que a compõem tiveram de superar alguma brisa enevoadada, devido a falhas ou deslocações na documentação que provocaram identificações ambíguas. Dessas dificuldades resultaram algumas obstruções ou imprecisões ao traçado e algumas linhas curvas e ondulantes. Creio, no entanto, ter conseguido dar consistência e compreensão à forma. Esta arrumação corresponde a uma síntese resultante de um processo de pesquisa atenta aos relacionamentos que iam surgindo e se iam aprofundando, apesar de algumas lacunas, mas sem efeitos relevantes. As linhas curvas e ondulantes e os espaços vazios, enevoados ou insuficientemente preenchidos, foram sendo mitigados.

A cronologia foi acompanhando e sendo registada com alguma liberdade de utilização e colocação, mas sem descurar a preocupação de relação com os factos ou os episódios por ela assinalados. Outras linhas e tintas poderiam adornar e complementar esta figura ou transforma-la em outra, pois poderíamos considerar outras ligações familiares e patrimónios dos respectivos titulares, o que não é adequado a este simples artigo. Não ficaram esgotados os dados biográficos e patrimoniais que poderiam ser incluídos neste quadro quadrangulado ou álbum cujas folhas sobrepostas podem ainda agrupar as variadas imagens nelas colocadas.

Há espaços europeus e espaços distantes, mesmo longínquos, que, por diversificadas razões, foram visitados por portugueses quando Portugal Europeu já estava formado na sua forma aproximadamente rectangular. Alguns desses espaços também cabem nas folhas desse álbum mas vão em lista autónoma no capítulo que segue, acompanhadas de sucintos apontamentos relacionados com pessoas ou famílias da Terra de Vermoim.

## **10.2 Além-mar: uma atracção do povo português – Alguns exemplos com raízes na Terra de Vermoim**

Estabilizada a Península Ibérica e definidas e consolidadas as fronteiras de Portugal, a expansão através das conquistas além-mar atraiu a “alma portuguesa”. Essa aventura, favorecida pelos conhecimentos geográficos, científicos, técnicos, económicos e culturais que entretanto



foram sendo adquiridos, satisfez o espírito aventureiro que os portugueses guardavam na sua identidade de povo marcado pelo convívio de sempre com o mar e outros povos. Havia chegado o momento de avanços na ciência, geografia, e técnicas de navegação e vencido o convívio cauteloso graças à ajuda desses progressos. O mar revelou-se uma via importante de os portugueses se reconhecerem e afirmarem como um povo de vocação marítima e multicontinental, para além das suas fronteiras europeias. As terras para além deste Ocidente do Sul Europeu, nas diversas direcções que as estradas marítimas ofereciam, com os oceanos de permeio como estradas que se estendiam desde o Norte de África ao Oriente longínquo e a terras da América, atraíam o povo português e passaram a fazer parte dos projectos de vida não só dos homens de diversas famílias com algum património, por vezes até reduzido, como também dos familiares que os acompanhassem e das famílias que lá constituíssem. Essas paragens tornaram-se de mais interesse que as terras continentais europeias. Várias razões, sobretudo económicas e de natureza administrativa e militar, mas também fomentadas por algum especial e particular instinto, levaram os portugueses a procurar essas distantes paragens, nelas casarem e, algumas vezes, acabarem por lá os seus dias. Até esse momento de encaminhamento para novos horizontes, faltavam os meios e os conhecimentos para a expansão universal, como expressão de sentimentos contidos e de curiosidades latentes. Enfim, de sonhos que se concretizaram no momento acontecido.

O anonimato de muita gente, como artífices e homens do mar, não pode ser visto como irrelevante na sua ligação a essa expansão. São apenas anónimos ou desconhecidos, mas igualmente dignos de não ser esquecida a memória dos seus feitos e anseios. Caracterizava-os a indispensabilidade dos seus préstimos nessas ousadias marítimas, o impulso acumulado e contido e a busca de melhor futuro através de ocupações profissionais em terras tão distantes, com todas as privações que na época não se superavam facilmente.

Para além dos países da CPLP, a memória da presença dos portugueses em outras terras do Oriente, de África e da América continua a revelar-se não só pelo significativo número de falantes em Língua Portuguesa como também pelo uso de expressões portuguesas à mistura com a língua local, além dos costumes ainda praticados.

Exemplifico a ligação de Portugal ao mundo com as referências muito sucintas a algumas das pessoas já apresentadas nos capítulos antecedentes ou seus familiares e que demonstram a inclinação dos portugueses para os contactos com terras e gentes de outros continentes por via marítima e, conseqüentemente, com o aproveitamento da oportunidade de ocupação de cargos de administração e de satisfação de interesses económicos, completando assim a identidade portuguesa, que estivera contida enquanto as portas dos oceanos se não abriram:

1-Diogo Correia, avô de António Correa da Cunha, exerceu a função de Alcaide-Mor de Porto de Mós. Dizem que seu filho, Gonçalo Correia de Lacerda (ou da Cunha), também foi Alcaide-

Mor de Porto de Mós, mas foi o Oriente que o atraiu: este senhor de Ruivães foi “duas vezes com emprego à Índia onde serviu com valor e reputação”.

2-Diogo Correia de Sá era filho de Martim Correia de Sá e foi 3º Visconde de Asseca por morte de seu irmão. Entre finais do século XVII e primeiras décadas do século XVIII, foi Comendador de S. Salvador da Lagoa no Arcebispado de Braga e de S. João de Cacia na Ordem de Cristo. Foi também Alcaide da cidade de S. Sebastião e S. João distrito do Rio de Janeiro.

3-Diogo de Mesquita, pai de D. Joana de Mesquita (e avô de outra Joana de Mesquita), foi Capitão de Sofala e Embaixador de Constantinopla. Casou na Índia com D. Luiza de Vasconcelos, filha de Manuel de Vasconcelos, Capitão de Cananor.

4-Francisco do Couto de Azevedo foi Cavaleiro da Ordem de Santiago e Fidalgo da Casa Real. Foi Capitão de Cavalos e procurador em Cortes em representação de Vila do Conde em 1642. Nessas Cortes pediu a construção do Castelo da Barra, de cujas obras foi Comissário. Serviu na Índia como capitão e acompanhou o vice-rei, D. Jerónimo de Azevedo, a Cochim. Foi pai de Manuel do Couto de Azevedo.

5-Henrique Pinheiro Lobo de (Lacerda), que casou com D. Isabel de Ataíde, filha de Pedro Lopes de Azevedo e de D. Brites Pereira, morreu na trágica batalha de Alcácer Quibir em 4 de Agosto de 1578. Por isso não foi ele o sucessor de seu pai, Álvaro Pinheiro Lobo (de Lacerda), senhor do morgado de Pouve e que tinha o mesmo nome do avô.

6-Lourenço Mendes de Carvalho, filho de João Mendes de Carvalho, serviu na Índia e foi Capitão-Mor da Mina e Comendador de Oliveira de Azeméis na Ordem de Cristo. Casou com D. Joana de Mesquita Figueiroa, filha de Diogo de Mesquita, que foi Capitão de Sofala e Embaixador a Constantinopla, e de D. Luísa de Vasconcelos, filha de Manuel de Vasconcelos, que foi Capitão de Cananor. Foram pais de Joana de Mesquita Figueiroa que casou com António Correia da Cunha, filho de Gonçalo Correia de Lacerda e neto de Diogo Correia, Senhor de Farelães.

7-Manuel do Couto de Azevedo, filho de Francisco do Couto de Azevedo, foi Senhor da Casa do Vinhal, em Vila Nova de Famalicão, e de um morgado que tinha por cabeça o Altar de Nossa Senhora da Piedade, na Matriz de Famalicão, no qual estavam as Armas dos Coutos e Azevedos. Era professo na Ordem de Santiago e serviu à sua custa nas Guerras da Aclamação com armas, cavalos e criados.

8-Martim Fernandes de Novais e seu irmão Pedro de Novais, o Velho, estiveram no cerco de Sevilha, em 1248. Pedro de Novais foi senhor do “solar de Novais, sito na freguesia de S. Salvador de Delaens do julgado de Vermoim” e rico homem de D. Sancho II de quem recebeu a Alcaidaria-Mor de Vila Nova de Cerveira.

9-O Dr. Pedro Nunes de Gaula, instituidor do Morgado de Nomães, em 1547, foi Chanceler da Casa do Cível e Desembargador do Paço e Monteiro Mor.

10-Rui Mendes de Vasconcelos, Fidalgo da Casa Real, Sr. do Couto da Lagioza e Vimieiro e terra da Cunha, Ovelha, também foi Contador de Entre Douro, e Minho Embaixador de El Rei D. Manuel a França.

## 11. Ninães e Requião – Apontamentos: na História e na ficção de *O Senhor do Paço de Ninães*

Um documento de 1114 localiza a “villa Riquilani subtus castelo Vermudi”. O castelo de Vermoim era já uma referência usada pelas freguesias que dele eram próximas para mais facilmente serem localizadas. Não só Santa Maria de Vermoim. Ele era como que o espaço amplificável que se tornava acolhedor e protector de todas elas. A freguesia de S. Silvestre de Requião é uma das que têm nele um ponto de referência. A existência de um mosteiro da Ordem de Santo Agostinho, de que era couto toda a freguesia de Requião, excepto o lugar de Ninães, é assinalada em vários documentos entre 1216 e 1528. Em 1433, por determinação de D. Fernando da Guerra, o mosteiro de Requião passou a ser a igreja paroquial<sup>62</sup>.

Américo Costa, no *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, diz-nos que Requião foi reitoria da apresentação do ordinário e comenda da Ordem de Cristo.

Houve nesta freguesia um convento fundado pelos templários ao qual um documento de 1216 bem como as Inquirições de 1220 fazem referência. Em 1319 passou para os cruzios. Um século depois dessa entrega, em 1418, o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, tal como procedera com a igreja de Santiago de Antas, converteu o mosteiro de Requião em igreja secular, impetrando para isso Breve ao Papa Martinho.

Sesulf e Crespos, outrora freguesias, são actualmente lugares de Requião. Delas não existe documentação. À antiga igreja paroquial de Sesulf deve corresponder a capela de S. João de Pedra Leital, hoje nome de um lugar da freguesia e onde todos os anos há festa concorrida em honra do padroeiro.

O estatuto relativo a Ninães quanto a ter sido uma paróquia é omissivo, quer nas Inquirições Régias do século XIII quer nos Censuais da diocese. Um documento de 1290 refere-se a Ninães como sendo um lugar de Requião. Apesar das omissões e desta designação como lugar ser reveladora de inclusão na freguesia de Requião, Ninães consta no recenseamento da população de 1527. Tinha então 20 fogos e a capela de Santiago recorda a sua “antiga igreja paroquial”<sup>63</sup>. No passado, a freguesia de Ninães não fazia parte do couto do mosteiro de Requião. E também, no passado, houve uma pessoa ligada a Ninães que sobressai da lista das famílias então aí residentes e que a documentação paroquial regista. É D. João da Assunção Carneiro, já atrás referido (4.1.3 – 9.1).

Já no tempo de Camilo Castelo Branco foi um espaço inspirador para a criação da principal personagem - “Rui Gomes de Azevedo” - de *O Senhor do Paço de Ninães*. A leitura deste romance convida-nos a “descobrir” um espaço rural do século XVI. E bem o podemos reconstruir, pois está conservado com um bucolismo satisfatoriamente articulado com as comodidades que a

---

[62] COSTA, Ob. cit. vol. II, pgs. 37 e 38.

[63] COSTA, Ob. cit. vol. II, pg. 37.

passagem do tempo foi oferecendo. Há uma articulação muito satisfatória do progresso com o ambiente acolhedor e calmo de outrora, atributo que em muitos outros lugares se vai perdendo. Na época de Camilo ainda estava mais adequado ao cenário que criou para nele realçar, apesar da sua rusticidade, ou mesmo por ela existir, a felicidade que a personagem “Rui Gomes de Azevedo” sentia ao estar enamorado por “Leonor”, da freguesia vizinha onde o lugar de “Roboredo” lhe dava morada. Depois, finalizado o namoro, demandou, desgostoso, outras paragens que, embora bem distantes e desconhecidas da maioria dos portugueses, exerciam atracção e motivações diversificadas para atrair parte deste povo da Europa à aventura da viagem marítima e do seu futuro nessas paragens. Camilo não deixou de, levando até lá “Rui Gomes de Azevedo”, proporcionar aos seus leitores algum conhecimento das razões que atraíam os portugueses até esses longínquos espaços já banhados pelas águas do Índico e do Pacífico. As realidades foram o fermento especial da construção da ficção camiliana, embora deformada por alterações e adulterações emergentes da criatividade do autor.

---

[64] D. JOÃO DE CASTRO, *Letras Camilianas, O Senhor do Paço de Ninães, in O Primeiro de Janeiro*, 25 de Julho de 1942.

Os dados contidos nas *Genealogias* ou em outras fontes de informação não nos evidenciam qualquer relação de propriedades em Ninães com alguém de nome “Rui Gomes de Azevedo”. Dão-nos, sim, conhecimento de que algumas terras que constituíam o senhorio de Ninães pertenciam a “um ramo da ilustre Casa de Azevedo – a dos donatários de S. João de Rei”<sup>64</sup>. Uma outra informação recolhida numa fonte tabeliônica dá-nos conhecimento de uma escritura de emprazamento do “morgadinho de Ninães” feita a José Bento Machado, da freguesia de Santa Maria de Vermoim e imediato sucessor na renovação desse prazo, celebrada em 18 de Setembro de 1763 pelo tabelião do couto de Landim, Manuel da Costa Fernandes. Era titular Pedro Vieira da Silva Teles, residente em Lisboa, que foi representado por seu tio, tutor e administrador, Dom Frei Manuel Vieira da Silva Teles. Não consta qualquer referência a casa de habitação para o emprazado nem à existência de algum paço em Ninães onde pudesse residir o seu titular.

Também os *Nobiliários* são omissos na referência a qualquer morada. Já quanto a residentes na Casa de Nomães, as referências são, como vimos, bastantes e antigas e os apelidos vão-se sucedendo na sequência de laços matrimoniais que se foram estabelecendo no decurso do tempo, entre eles, o de “Azevedo”, através de Diogo Leite de Azevedo (4.1.3 – 9.2).

No início de *O Senhor do Paço de Ninães* o autor faz uma singela citação de alguns paços medievais, dispersos “por este Minho”, mais ou menos arruinados. Entre eles consta o de Delães. Era o dos Novais, certamente. Nesta referência, a ficção estava ausente, pois são muitos os registos em que a documentação nos mostra que o solar dos Novais ficava na “freguesia de S. Salvador de Delaens”. Isso, vimos já, porque os costumes também podem dar alguma justificação para que um dado património seja considerado pertença de uma freguesia e não de outra que lhe é confinante e por onde se estende boa parte do património (4.1.3 - 7).

Camilo Castelo Branco acrescenta um comentário bem crítico, mas talvez próximo da realidade relativa a costumes e condições de vida familiar e doméstica: “que os fidalgos portugueses, até ao século XIII, eram uns animalaços que não comiam nem pernoitavam mais limpa e honestamente que os nossos bácoros e os nossos mastins”! Será demasiado fazer esta aproximação?

## **12. S. Miguel de Ceide, S. Paio de Ceide, Lagoa, Santa Maria de Abade e Santiago de Antas – na História e na ficção de *O Senhor do Paço de Ninães e de O Comendador***

Nas Inquirições de 1220 e de 1258 está claramente expressa a integração de S. Miguel de Ceide no couto de Landim. Dele não fizeram parte as freguesias vizinhas de S. Paio de Ceide, Divino Salvador da Lagoa e Santa Maria de Abade. No ponto de encontro de Santa Maria de Abade, Lagoa e São Paio de Ceide está o solar de Pouve onde o escritor de S. Miguel de Ceide colocou duas personagens: “João Esteves Cogominho” e a mulher deste, “Leonor Correia de Lacerda”. Mais tarde, aí chegou o desgostoso “Rui Gomes de Azevedo” regressado das terras longínquas do Extremo-Oriente (cap. II – 4 – 5 - 11)!

Deixemos a ficção e voltemos à realidade andando por essas freguesias. No Censal de Braga que venho a utilizar, através da obra do Prof. Padre Avelino de Jesus da Costa, que tenho seguido de forma especial para recolha de informação desses primórdios da fundação de Portugal ocorridos na Terra de Vermoim ou em localidades que lhe ficavam ligadas, as informações mais antigas relativas a essas freguesias são datadas, de 1087, 1109 e 1211.

1- Pelo documento de 1087 ficamos a conhecer o acordo feito entre o bispo D. Pedro e um grupo de indivíduos que se tinham abusivamente apoderado dos bens da igreja de S. Paio de Ceide. Em outras fontes também podemos colher informações como a que nos é dada sobre jovem Paio que, com apenas 15 anos, foi martirizado em Córdova em 925 na sequência de ter sido dado como refém para a libertação de seu tio, o bispo de Tui, Hermógio. O culto a esse mártir, que serve de orago a igrejas de 36 freguesias da diocese de Braga, além de algumas capelas, difundiu-se rapidamente logo a seguir ao seu martírio.

O Padre António Carvalho da Costa, na *Corografia Portuguesa* publicada em 1706, diz que “a quinta do Paço, cabeça do morgado de Pouve”, se localizava em S. Paio de Ceide<sup>65</sup>.

2- Na igreja da freguesia de Santa Maria de Abade de Vermoim, “subtus Castello de Vermui”, assim informa um documento datado de 1211, João Esteves, instituidor do morgado de Pouve, foi sepultado, em túmulo próprio, na igreja de Santa Maria de Abade. Cumpria-se o que estipulara no seu testamento feito em 1453<sup>66</sup>. Mais tarde, esse e outro túmulo da mesma família foram colocados em jazigo-capela do cemitério da freguesia.

3- Sobre a freguesia da Lagoa, “in terra de Vermui”, informa-nos o documento de 1109 que nela existiu um mosteiro sob a invocação de “Sancti Salvatoris”. Diogo Correia de Sá, filho de Martim Correia de Sá, viveu entre as últimas décadas do século XVII e primeiras décadas do

---

[65] COSTA, Padre António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica*. Em COSTA, Prof. Padre Avelino de Jesus da, Ob. cit., em nota de rodapé no vol. II, pg. 38 é dada essa explicação.

[66] A. MENESES E CRUZ, *História do Solar de Pouve*, 1973.

século XVIII. Por morte de seu irmão tornou-se terceiro Visconde de Asseca. Foi Comendador de S. Salvador da Lagoa no Arcebispado de Braga e de S. João de Cacia na Ordem de Cristo e foi também Alcaide da cidade de S. Sebastião e S. João, no distrito do Rio de Janeiro. Reuniram-se em Diogo Correia de Sá um conjunto de títulos e de funções, sendo uma delas relacionada com S. Salvador da Lagoa, na Terra de Vermoim.

Vemos nos documentos citados referências à ligação da família do solar de Pouve a S. Paio de Ceide e a Santa Maria de Abade. No entanto é à freguesia de Lagoa que actualmente se encontra vinculado em questões de natureza civil, enquanto o antigo vínculo paroquial a Santa Maria de Abade continua a manifestar-se ou a acompanhar aquele (da freguesia da Lagoa) em outras relações particulares, como na visita pascal.

Essas três localizações ou vinculações distintas da quinta e solar de Pouve, poderão explicar-se por nesse sítio se confundirem os limites daquelas freguesias e todas elas, pela notabilidade que disso advém, reclamarem, em momentos diferentes, a pertença, especialmente desse imóvel carregado de História e até factor de inspiração para o escritor de S. Miguel de Ceide, ali bem perto e, por isso, ao alcance do olhar do escritor nas deslocações que fazia, nos intervalos da escrita, pelas proximidades da sua residência.

O enredo do romance *O Senhor do Paço de Ninães* decorreu entre 1576 e 1623, ou seja, quando já avançava a Época Moderna e a expansão marítima estava a consolidar-se. “Rui Gomes de Azevedo”, desgostoso pela ruptura amorosa com Leonor Correia de Lacerda, pode ser encaminhado pelo escritor para terras do Oriente, horizontes que nesse tempo atraíam os fidalgos portugueses e homens ligados ao comércio, navegação e outras actividades, ou pessoas necessitadas de construir um melhor futuro. Quando regressou, idoso e cansado, antes de chegar à sua velha morada em Ninães, que o escritor manteve confiada ao fiel criado, visitou o templo de Santiago de Antas. Depois seguiu caminho para se encontrar com Leonor no solar de Pouve, onde ela, já viúva, doente e idosa, ainda continuava a viver. Tinha de ser, para que o reencontro e despedida acontecessem. É o romance que nos dá estas “informações” pois tais ocorrências eram indispensáveis à construção do enredo. A realidade é excluída, não fazendo obstrução à criação de acontecimentos tão convenientes.

As paredes deste solar facilmente nos conduzem aos tempos medievais, sobretudo se também formos previamente esclarecidos através das informações contidas em *A História do solar de Pouve*, publicada em 1973 por A. Meneses da Cruz, membro da família, bem como as que sejam concedidas pelo actual proprietário, Eng.º António Meneses, e descendente dos primordiais senhores de Pouve.

Seguindo os *Nobiliários* e esta obra vemos que o Dr. Pedro Esteves, filho de Estevão Anes,

faleceu em Julho de 1469, bem antes da época em que decorre o romance *O Senhor do Paço de Ninães*. Seu filho, Álvaro Pinheiro Lobo, casou com D. Isabel de Lacerda e, por disposição do tio paterno, João Esteves, sucedeu na Casa e viveu na “quinta de Pouve”<sup>67</sup>. Com Henrique Pinheiro Lobo, filho de Álvaro Pinheiro Lobo e D. Isabel de Lacerda, aparece-nos a designação de morgado e Casa de Pouve para identificar esse património. Corriam os reinados de D. João II (1481-1495), D. Manuel I (1495-1521) e D. João III (1521-1557). Esta época era adequada ao afastamento, ficcionado na modalidade de entrega de “Rui Gomes de Azevedo”, “*O Senhor do Paço de Ninães*”, à Causa de Portugal em terras africanas e orientais, buscando desse modo a terapia para o seu desgosto de amor. Foi essa a receita médica que Camilo lhe prescreveu depois de enquadrar este romance nesse período da História. O regresso, após ausência prolongada, aconteceu, à semelhança do que o escritor também prescreveu a Manuel José da Silva Guimarães, *O Comendador*. Regressou do Brasil a tempo de concretizar o sonho de se casar com a sua apaixonada “Maria Ruiva”, ou “Maria Lopes”, pois esta ainda resistia ao desgosto pela ausência de “Bernabé” e ao castigo a que o pai a submeteu. Também “Rui Gomes de Azevedo” chegou a tempo, mas de ver e despedir-se daquela que fora o seu amor na juventude. Assim ficou rematada a sua paixão, pois daí o escritor encaminhou-o para o mosteiro de Landim onde, semanas depois, fez chegar o seu fim de vida. Bem diferente do que aconteceu com *O Comendador*.

Estas e outras freguesias fizeram parte da Terra de Vermoim. Têm história, tendo algumas delas sido levadas, mesmo que discretamente, para a história da literatura. São razões bastantes, ou, pelo menos, complementares, para entrarem em roteiros culturais do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Álvaro Pinheiro Lobo (de Lacerda) foi o herdeiro do morgado de Pouve. Ele tinha o nome do avô. Não lhe sucedeu o filho, de nome Henrique Pinheiro Lobo (de Lacerda), que casou com D. Isabel de Ataíde, filha de Pedro Lopes de Azevedo e de D. Brites Pereira, porque, como muitos outros combatentes portugueses, morreu na batalha de Alcácer Quibir<sup>68</sup>. Reuniram-se nesta Casa nomes de famílias ilustres, quer da Terra de Vermoim quer de outras. Com este casamento entra em Pouve o apelido Azevedo.

Em finais do século XVI a sucessão no morgado de Pouve coube a Álvaro Pinheiro de Lacerda. Uma sentença datada de 1593 reconhecia a inclusão nesse morgado de umas bouças que eram reclamadas por outrem.

As *Genealogias* que tenho comparado e seguido, são unânimes em indicarem o apelido Lacerda antecedido do apelido Pinheiro. Tanto um como outro se ajustam ao titular do morgado de Pouve porque ambos se ligaram nos seus antepassados.

---

[67] Tal como FELGUEIRAS GAYO, também A. MENESES E CRUZ, Ob. cit., pg. 74, refere esse casamento e diz que foi essa senhora “que trouxe para Pouve o parentesco com os Lacerdas”.

[68] Esta informação sobre a morte de Henrique Pinheiro Lobo consta nos Nobiliários e também na obra de A. MENESES E CRUZ, pg. 84.

Este novo morgado, Álvaro Pinheiro Lobo, casou com D. Ana Pereira (de Mazarefes, Ponte de Lima). Corria o reinado de Filipe III de Portugal. Não avancei mais nessa sucessão porque, quando me dediquei a essa pesquisa, apenas me interessava obter informações que me ajudassem a compreender uma eventual fonte de inspiração criativa de uma personagem – a de “João Esteves Cogominho” – que Camilo Castelo Branco teria buscado nas linhagens da família do solar de Pouve. Encontrei o apelido “Esteves”, em Álvaro Pires Pinheiro (Esteves), Senhor do Morgado de Pouve, que era filho do Dr. Pedro Esteves e irmão de João Esteves (não era Cogominho). O apelido Esteves não se manteve e, nessa época, o de Cogominho não se lhe juntou directamente. Os apelidos que se mantiveram na Casa de Pouve foram os de Pinheiro, Pereira e Lacerda.

O apelido “Cogominho” foi pela primeira vez tomado por Fernão Fernandes Cogominho, senhor de Chaves que viveu no tempo de D. Afonso III, mas sem ligação a Pouve. Foi alcaide-mor de Coimbra, cidade onde casou e faleceu. Foi no Alentejo que este apelido se fixou. A essa família juntou-se D. Aldonça Anes, tia do Dr. Pedro Esteves e casada com Fernão Gonçalves Cogominho, instituidor do morgado de Torre de Coelheiros. Com esse casamento estabeleceu-se um relacionamento familiar de Cogominhos com as Casas de Pouve e dos Pinheiros, de Barcelos.

Os “Cogominhos” e os “Azevedos” uniram-se pelo casamento de D. Leonor Rodrigues de Azevedo com João Fernandes Cogominho, do citado morgado de Torre de Coelheiros, próximo de Évora, instituído por seu pai, Fernão Gonçalves Cogominho, casado com D. Aldonça Anes, filha de João Esteves e de sua mulher, D. Maria Rodrigues, que foi donzela de D. Brites, filha de D. Nuno Álvares Pereira.

Com a venda em 1601, em Vila Nova de Famalicão, da Casa do Vinhal, viriam a entrar nela, por casamentos, familiares dos detentores do morgado de Pouve e do couto de Azevedo<sup>69</sup>. Por casamentos entre a Casa do Vinhal e a de Pouve entrou o apelido Azevedo nesta Casa, mas só depois daquele ano, ainda o escritor mantinha com vida e longe “Rui Gomes de Azevedo”.

Francisco do Couto de Azevedo foi Cavaleiro da Ordem de Santiago e Fidalgo da Casa Real. Serviu nos Estados da Índia, com a patente de Capitão de Cavalos e acompanhou o Vice-Rei, D. Jerónimo de Azevedo a Cochim. Em 1642 estava em Portugal e foi procurador nas Cortes em representação de Vila do Conde. Nelas requereu a construção do Castelo da Barra, de que foi Comissário. Manuel do Couto (ou Coutinho) de Azevedo era filho de Francisco do Couto de Azevedo e foi senhor da Casa do Vinhal e de um morgado que tinha por cabeça o Altar de Nossa Senhora da Piedade, na Matriz de Famalicão. Nesse altar estavam as Armas dos “Coutos” e dos “Azevedos”. Foi professo na Ordem de Santiago e serviu à sua custa nas guerras da Aclamação com armas, cavalos e criados. Foi cavaleiro da Ordem de Santiago e Fidalgo da Casa Real. Casou

---

[69] A. MENESES E CRUZ, ob cit. pg. 117.



em Vila do Conde no ano de 1674 com Isabel de Barros, filha de Miguel de Freitas de Barros. (4.1.3 - 10.2).

A concluir, segue um pequeno capítulo sobre o que foi Vila Nova de Famalicão no seu início de afirmação: povoação discreta e humilde dentro da Terra de Vermoim que, com a força dos seus moradores e o estímulo de D. Sancho I, iniciou uma etapa para o desenvolvimento.

### **13. Vila Nova de Famalicão – um reguengo que se tornou cidade**

De entre as muitas terras da Terra de Vermoim encontramos algumas mais envolvidas que outras no processo da reconquista, defesa e povoamento do território, pois nelas se acolheram e fixaram cavaleiros-guerreiros que integravam as forças que tinham por objectivo enfrentar e fazer recuar os invasores – muçulmanos e vikings e outros povos procedentes da Europa Central e mais Oriental. A reconquista da Península Ibérica encaminhava-se para Sul mas não vamos seguir esse trajecto, pois estacionamos a Norte, na Terra de Vermoim, para nela nos movimentarmos. Não encontrámos a “villa” antepassada da actual cidade de Vila Nova de Famalicão envolvida no processo da reconquista ou a acolher cavaleiros, que vinham em missão de apoio às populações locais para a defesa de vidas e território, sem excluir interesse próprios. Vemo-los a fixarem-se pelas redondezas de Villa Nova de Vermui.

A terminar esta ronda por alguns espaços desta antiga Terra, chegamos a Vila Nova de Famalicão, antigamente denominada “Freeguisia de Villa Nova de Vermui”, “Santa Maria de Villa Nova de Vermui” e, como se vê nas Inquirições de 1258, “Sancti Adriani de Villa Nova”. Nela vamos ficar por breve tempo.

O termo “villa” já era frequentemente utilizado, significando uma povoação ou um lugar com alguma organização paroquial. Não foi, pois, uma designação atribuída unicamente a essa povoação de entre as oitenta e uma freguesias que são reveladas na Terra de Vermoim no Censual organizado no tempo de Bispo D. Pedro desde que se fixou em Braga. Outras “villas” existiram no espaço desse território de Vermui que ia para além do actual concelho de Vila Nova de Famalicão. Esse vocábulo – “villa” - aplicava-se, desde época recuada, a um qualquer lugar onde já houvesse moradores, por muito poucos que fossem. De entre as paróquias que o compunham, muitas foram as que se destacaram nos primórdios da nacionalidade, tanto pelos cavaleiros-guerreiros que, a elas chegados vindos da Galiza, de outras terras do Norte peninsular e de além Perineus, se instalaram e nelas deixaram nome. D. Forjaz Vermuis foi nome de um desses guerreiros que com os seus homens armados defendeu esta região em que nasceria o concelho de Vila Nova de Famalicão. Aditado e mantido o seu nome em três freguesias do actual concelho de Famalicão - Santa Maria de Vermoim, Vila Nova de Vermoim, Santa Maria de Abade de Vermoim – há outras que habitualmente o deixaram de usar, como podemos constatar na referência à freguesia de Santa Eulália de Balasar, em *O Bispo D. Pedro...* vol II pg 46<sup>70</sup>. Algumas

---

[70] O topónimo “Vermoim” aparece em muitas das freguesias da Terra de Vermoim. Às vezes acrescido da explicitação: De “Vermoim de Jusam” ou de “Vermoim de Susãoa. Por exemplo: Santa Eulália de Balasar era de “Vermoim de Jusam”.

delas estão hoje integradas em concelhos vizinhos. Também uma povoação castreja e o castelo, construídos num monte com parcelas integradas em várias freguesias da antiga Terra de Vermoim, ampliam a onomástica desse espaço secular.

Vila Nova de Vermoim que veio a chamar-se Vila Nova de Famalicão, foi uma das freguesias que, nesses tempos da reconquista que se seguiu à ocupação árabe, não se evidenciaram.

Mas na centúria de 1200 vemos Vila Nova de Vermoim a procurar encontrar um caminho de consolidação e expansão, apadrinhado logo no início. Em 1205 D. Sancho I, o “Povoador”, prestou especial atenção ao reguengo denominado “Freeguisia de Villa Nova de Vermui” ou “Sancti Adriani de Villa Nova”<sup>71</sup>. Era, pois, um património sob administração régia que, pela concessão de uma carta de foral, transitava para a posse perpétua dos seus 40 povoadores. Desde então esse património passava a ser usufruído livre e perpetuamente, podendo ser transmitido por direito hereditário e vendido livremente.

O foral de D. Sancho I à “Freeguisia de Villa Nova de Vermui” compensava os povoadores com todo o lucro que obtivessem nesse reguengo, bem como lhes concedia a posse transmissível por direito hereditário. Permitia-lhes também a sua venda como se fosse um foro privado. Acresce que nesse mesmo foral o rei mandava que a povoação fizesse uma feira quinzenal, meio importante para o progresso da economia da localidade e terras próximas.

A concessão das cartas de foral era implementadora de uma política de repovoamento, fixação das populações em localidades carecidas de mais habitantes, atenuado que estava o período de ataques de invasores, e de ajuda ao desenvolvimento. Este procedimento, que progrediu com a reconquista, foi, pois, um meio de o poder régio estimular o povoamento e a consolidação das freguesias, atrair outras pessoas e fomentar em paz o avanço económico local e de outras povoações. Saía da estagnação e rotina e iniciava-se, a partir desse momento, a história desta “villa”. Começava a construir-se e a evoluir apoiada em normas previamente estabelecidas por disposição régia. Com o tempo, Vila Nova de Vermoim foi crescendo em população que estimulou a sociabilidade, o seu desenvolvimento e alargamento económico.

Outros meios, como a concessão de coutos, foram também usados pelos reis no fomento do repovoamento e crescimento de localidades do Condado Portucalense.

Ainda sem “Famalicão” no seu nome, existia uma paróquia nesse local já em crescimento. As Inquirições de 1258 assinalam-na com a designação de Santo Adrião de Vila Nova: “*In collatione Sancti Adriani de Villa Nova*”. Em outro documento, datado de 1290, na denominação dessa povoação que veio a ser a actual cidade de Vila Nova de Famalicão, consta a referência a Vermoim: “*Freeguisia de Villa Nova de Vermui*”<sup>72</sup>. Assim, vê-se que o nome de Vermoim, como

---

[71] Padre. A. J. COSTA, *O Bispo D. Pedro...* vol. II, pg 224.

[72] COSTA, Ob. cit., vol. II, pg. 43.

topónimo, não é exclusivo da paróquia de Santa Maria de Vermoim. Também a freguesia de Abade de Vermoim usa oficialmente essa designação. Acrescente-se ainda que esse topónimo não se esgotava nessas três freguesias, pois, recorde, há a juntar-se-lhes outras, embora nelas deixasse de constar na denominação oficial. Recorde-se ainda que este topónimo - “Vermoim” -, em qualquer uma das grafias usadas, pelo menos na documentação medieval, ultrapassa a designação particular de uma localidade, já que o vemos também usado para englobar um vasto conjunto de paróquias através da expressão “Terra de Vermoim”.

O topónimo “Famalicão” integrou-se na denominação definitiva desta Vila Nova bem mais tarde, acabando por substituir os topónimos “Vermui” e “Santo Adrião”. O nome “Famalicão” como topónimo, precedido de Vila Nova, é de origem desconhecida. Dizia-se que teria surgido de alguém chamado “Famelião” que, ao estabelecer-se nesta região, no tempo dos Condes de Barcelos, terá aberto uma taberna com o nome “Venda Nova de Famelião”<sup>73</sup>. Mas nada indica existir alguma veracidade nessa pretensa explicação. A sua origem e significado continuam desconhecidos. Apesar de em documento da chancelaria de D. Dinis, datado de 1307, já constar o nome “Fhamelicam”, é só em 1527 que a documentação que se conhece revela pela primeira vez o nome completo que hoje tem, “Vila Nova de Famyliquam”. Esta designação não só identifica a actual cidade e sede de concelho, como também o conjunto de freguesias que administra sob a denominação de concelho de Vila Nova de Famalicão. É de notar que, antes da actual designação, os topónimos que prevaleceram por mais tempo foram o de “Vila Nova de Vermoim” e o de “Vila Nova de Santo Adrião” e não o de “Venda Nova”.

Houve momentos notáveis e guerreiros ilustres que na época da reconquista e repovoamento fizeram sobressair muitas povoações. É, no entanto, curioso que aquela “villa”, que hoje é a sede de um concelho de renome e em apreciada e reconhecida expansão, não fosse naquela época mais que uma pequena povoação cujo orago era Santo Adrião. Não a vemos relacionada a acontecimentos notáveis dentro da Terra de Vermoim nos tempos da reconquista. Contudo, embora pouco povoada e sem viver históricas perturbações, revelava capacidades humanas e estratégicas favoráveis a um futuro mais destacado que o das suas congéneres da Terra de Vermoim. Mereceu o foral e mereceu, séculos depois, ser cabeça de concelho integrando nele grande parte das freguesias dessa Terra ou Julgado porque outras forças a fizeram destacar e crescer nas diversas valências inerentes ao desenvolvimento das povoações.

Foi sobressaindo de entre as demais freguesias da Terra de Vermoim Admitem alguns autores que já nos alvares da nacionalidade portuguesa se destacava e foi sede administrativa e judicial da Terra de Vermoim. Por isso, vemos e compreendemos que bem cedo se destacou de entre as demais freguesias desse espaço administrativo. E continuou a sobressair até que chegou o momento de pretender subir à posição cimeira da administração de um conjunto de freguesias da mesma área geográfica e de história partilhada.

---

[73] O condado de Barcelos, é um título nobiliário criado por carta outorgada em Santarém em 8 de Maio de 1298 a favor do seu primeiro titular, João Afonso Teles de Meneses. D. Nuno Álvares Pereira foi o 7º conde.

Esse passado preparara o caminho para prosseguir e progredir numa dimensão colectiva. Para o conseguir pretendia que a tutela sedeadada em Barcelos lhe concedesse as regalias que ambicionava alcançar, como o reconhecimento e aceitação das suas pretensões de aquisição de direitos e autonomia. Decorreram décadas de persistência, pois nem sempre foram satisfeitos os seus pedidos e algumas vezes, insuficientemente atendidos. Persistia, pois, tendo o estatuto de sede de Julgado, considerava-se com direito e prestígio para conseguir mais apoios de natureza administrativa a fim de melhor exercer as funções que lhe competiam e a obter consentimento para as ampliar. Esse estatuto estimulava a ser persistente e à medida que o tempo avançava ia alcançando algum progresso e procurava obter maior autonomia na administração do território da Terra de Vermoim para nele implementar o progresso almejado. Pela insistência na demonstração desse anseio foi conseguindo que a administração sedeadada em Barcelos concedesse gradualmente algumas regalias e transferisse direitos que lhe permitiam gerir progressivas medidas de desenvolvimento.

Entre 1734-1735 esse anseio de progresso local foi de novo expresso com pedido mais determinado de concessão de regalias adequadas a satisfazer o desenvolvimento que há muito desejava concretizar.

Finalmente, um século depois, em 1835, foi atendida pela rainha D. Maria II a pretensão de Vila Nova de Famalicão se constituir como sede de um concelho autónomo e deixava de ser apenas cabeça de Julgado. Era o meio ideal para conseguir implementar as medidas adequadas ao desenvolvimento até então sempre protelado ou insuficientemente satisfeito. Iniciava-se em Vila Nova uma nova etapa administrativa com os efeitos decorrentes desse estatuto pelo acesso à categoria de cabeça do Julgado de Vermoim e, conseqüentemente, pelo destaque de entre as freguesias do Julgado a que presidia.

Esse concelho ficou composto por 49 freguesias, incluída a de Riba de Ave, na margem esquerda do Ave, que, como já ficou anotado, não tinha sido, devido a essa localização, incluída no Censual que fora séculos antes reorganizado para a adequada administração da vasta diocese bracarense, depois do difícil período de invasões, agravadas sobretudo a partir do século VIII. A maior parte das freguesias desse novo concelho saíram da Terra de Vermoim e outras vieram de outras Terras. Da Terra de Vermoim mantiveram-se 43, da Terra de Faria entraram 3 e outras tantas da Termo de Braga.

Creio que um dos primeiros escrivães do Juízo de Direito do Julgado de Vila Nova de Famalicão foi Agostinho Monteiro da Silva que nesta vila viveu e teve descendência na segunda parte da década de 1830, antes de passar a residir em Braga, na década de 1840, onde exerceu aquelas funções e a de tabelião até falecer em 1864 com 62 anos de idade. Importa continuar a pesquisa para se confirmar se o seu nome deve ser arrolado à lista dos escrivães do concelho de Famalicão

que exerceram o ofício num momento chave da constituição do mesmo. Possivelmente ficaria acrescida a lista dos primeiros titulares desse cargo, feita pelo ilustre famalicense Vasco César de Carvalho em *Aspectos de Vila Nova - A Justiça* - pp. 216 a 227, reeditada em 2005 pelas edições Quasi, como 2º volume da série *Vila Nova*, publicada no âmbito das Comemorações dos 800 anos da outorga da carta de foral em 1205 à povoação que se chamava “Freeguisia de Villa Nova de Vermui”.

Em 1985, cento e cinquenta anos depois da elevação a concelho, Vila Nova de Famalicão alcançava o patamar de cidade. Atingia assim um patamar administrativo, cívico, social, e cultural a que nenhuma outra freguesia da antiga Terra de Vermoim ascendera.

Mais recentemente, em 2013, ocorreu nova reforma administrativa através da agregação de algumas das freguesias ficando o concelho constituído por 34 agrupamentos.

Completo em 2015 trinta anos desse estatuto. Dois anos antes fora efectuada nova reforma administrativa pela qual Famalicão e Calendário foram agregadas ampliando assim a área em que Famalicão se havia formado o que certamente favorecerá um crescimento comercial e industrial de relevo.

A modéstia dos primórdios de “Vila Nova de Santo Adrião” não foi impedimento para que viesse a sobressair e caminhar até atingir o maior patamar de entre as demais paróquias daquela antiga divisão administrativa.

A terminar esta ronda por terras do actual concelho de Vila Nova de Famalicão, realço em poucas linhas, que os estudos relacionados com o último milénio tem possibilitado alcançar melhor conhecimento e valorização do percurso histórico das populações e povoações europeias, permitindo a expansão da opinião de que é nessa época que estão as raízes dos países da Europa nos quais as sociedades de hoje se colocam e movimentam. Não foi um período de “trevas”, como durante muito tempo foi suposto quanto à Idade Média. A visão que sobressai de uma apreciação, mesmo que sucinta, é de que muitas freguesias que constituíram o concelho de Vila Nova de Famalicão tiveram no seu percurso evolutivo, iniciado em plena Idade Média, oportunidades de desenvolvimento e de afirmação económica, social e histórica. Que essas oportunidades continuem a proporcionar progresso e desenvolvimento e que as vontades e esperança se fortaleçam.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1910, Tomo I.
- CARDOSO, Padre Luís, *Memórias Paroquiais*.
- CASTRO, Maria de Fátima, *Camilo Castelo Branco por Terras Famalicenses – Personagens e Cenários, Pessoas e Espaços, Ficção e Realidade de Mãos Dadas*; co-edição - Casa do Professor e Maria de Fátima Castro. *O Mosteiro de Landim – Contributos para o estudo da propriedade eclesiástica*, 1995. *Santa Maria de Landim – Os seus Espaços e as suas Gentes (da Segunda Metade do Século XVI a Finais do Século XIX)*.
- CONDE D. PEDRO, *Nobiliário*, in *Portugaliae Monumenta Historica*. Publicação de Alexandre Herculano no vol. *Scriptoris*.
- COSTA, Padre António Carvalho da, (1712), *Corografia Portuguesa*, Braga, Tipografia de Domingos Gonçalves de Gouveia, 1868, 2ª ed. (Tomo I).
- COSTA, Padre Avelino de Jesus da (Prof. Doutor), *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, Coimbra, 1959.
- COSTA, Américo, *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insula*.
- COSTA VEIGA, *História Militar*, I.
- MENESES DA CRUZ, *A História do solar de Pouve*.

### Nobiliários:

- 1-FELGUEIRAS GAYO, (Manuel José da Costa) (1750-1831), *Nobiliário de Famílias de Portugal*;
- 2-SOUZA DA SILVA, Manuel de, *Nobiliário das Gerações de Entre-Douro-E-Minho (1680-1705)*, Edições Carvalhos de Basto, Lda., Ponte de Lima, 2000;
- 3- RIBEIRO DE FIGUEIREDO, Carlos Caldeira, (*Genealogia*), *Nobiliário de Famílias de Portugal*.

OLIVEIRA, Mons. Miguel de, *As Paróquias Rurais Portuguesas, sua Origem e Formação*, Lisboa, União Gráfica, 1950.

PINHO LEAL, *Dicionário - Portugal Antigo e Moderno*.

SANTA MARIA, Pe Dom Nicolau de, *Crónica dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho*, Lisboa, Of. João da Costa, 1668, Livro VI, cap. VII.

COSTA FERNANDES, Manuel da, *Tabelião*, in Arquivo Distrital de Braga.

4.2



## 4.2 “Corta e Cose”: A formação, evolução e consolidação dos limites administrativos do concelho de Vila Nova de Famalicão

### Resumo

A reforma administrativa de 2013 redesenhou os limites administrativos internos dos concelhos, face à união de freguesias, o que originou muita polémica e desagrado por parte das populações, maioritariamente residentes nas áreas rural. No caso do concelho de Vila Nova de Famalicão passou-se das 49 freguesias para as atuais 34 freguesias. Ao longo do tempo, o atual concelho já tinha sido alvo de inúmeras transformações ao nível dos limites administrativos internos e externos, face à anexação, desanexação e extinção de freguesias, a maioria ocorrida entre a baliza cronológica que medeia o século XIII e o século XIX. Pretende-se, assim, neste artigo, elaborar-se a evolução ocorrida na área do atual concelho de Vila Nova de Famalicão, ao nível das freguesias (limites administrativos internos) e do próprio concelho (limites administrativos externos), desde o surgimento dos primeiros povoados (durante a Pré-História) até à já citada reorganização administrativa do território das freguesias de 2013.

### 4.2.1 Introdução

A reorganização administrativa do território das freguesias instituída pela Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro colocou na ordem do dia a importância destes pequenos espaços administrativos para as populações que residem afastadas da sede concelhia. Sem quereremos entrar na discussão dos conceitos de “terra”, “fronteira” ou “bairrismo” que, por si só, davam azo a uma discussão mais abrangente, o país verificou que para essas comunidades a freguesia é mais importante do que o próprio concelho e que a agregação a uma outra freguesia, vizinha e, muitas vezes, rival, não iria trazer melhorias mas retrocessos no seu desenvolvimento. Ao olharmos para o concelho de Vila Nova de Famalicão antes desta reforma administrativa, verificamos que o mesmo encontrava-se distribuído por 49 freguesias, a maioria inserida em contexto rural e afastada do seu centro. Também aqui houve manifestações de desagrado e de recusa face a essa reorganização, embora esta não tenha sido a primeira reorganização territorial ocorrida no concelho. Se olharmos para o passado, verificamos que para se chegar à atual área pela qual o concelho é delimitado (que ficou definida em 1879), o atual território famalicense foi objeto de um processo longo, com muitos ganhos e perdas de freguesias, numa baliza cronologia que se situa ao longo de quase um milénio.

Delimitar territorialmente o concelho, ao mesmo tempo que se tenta traçar o seu percurso ao longo dos séculos, é um processo difícil, complexo, muitas vezes até impossível, face à escassez ou mesmo falta de fontes documentais ou outros tipos de vestígios que nos possam permitir traçar com todo o rigor esse processo. Ao realizarmos o estado da arte sobre este assunto, verificamos que o mesmo já foi objeto de reflexão e análise por parte de alguns investigadores.



Entre eles é de destacar José Marques<sup>1</sup>, José Viriato Capela<sup>2</sup>, António Joaquim Pinto da Silva<sup>3</sup>, Margarida Durães<sup>4</sup> e Vasco de Carvalho<sup>5</sup>. Embora o leque de investigadores seja largo e respeitado, ainda não se conseguiu elaborar um percurso ou tentativa de percurso, ao longo dos tempos, dos limites geográficos e territoriais no qual esteve inserido a maioria das atuais freguesias que pertencem ao concelho de Vila Nova de Famalicão.

A tentativa de construção e desconstrução do território será assim realizada com base na informação recolhida e já tratada pela historiografia produzida pelos investigadores acima citados, como pela consulta de outras fontes de informação que nos mostram o concelho em vários períodos ao longo dos séculos. Como ajuda ao texto, para cada momento que ocasionou uma alteração dos limites geográficos da Terra/Julgado de Vermoim (no qual quase todo o atual concelho de Vila Nova de Famalicão estava inserido) e, posteriormente Julgado/Concelho de Vila Nova de Famalicão, elaborou-se um mapa<sup>6</sup> que permitirá ao leitor visualizar as múltiplas mudanças, tanto nos limites externos como na própria organização interna do Julgado.

Ao longo deste processo de construção, evolução e consolidação das fronteiras administrativas externas e internas do atual concelho de Vila Nova de Famalicão vários foram os momentos marcantes que resultaram ou que tiveram interferência neste processo. De modo a esquematizar melhor a informação, iremos usar esses momentos para delinear a baliza cronológica dos capítulos deste artigo. Assim, no ponto 4.2.2 será realizado uma breve análise à ocupação do território desde a Pré-História até à concessão da Carta de Foral de 1205 pelo rei D. Sancho I. No ponto 4.2.3 abordamos o território desde a criação do concelho de Vila Nova (1205) até à sua integração (juntamente com todo o Julgado de Vermoim) no vasto concelho de Barcelos (1410), pertencente a D. Afonso, Conde de Barcelos, futuro senhorio da Casa de Bragança. No ponto 4.2.4 iremo-nos reportar ao período em que Vila Nova de Famalicão e todo o Julgado de Vermoim estava sob domínio do concelho de Barcelos (1410-1834). Por fim, no ponto 4.2.5, iremos conduzir o leitor às origens do atual concelho, desde 1835 até à reforma administrativa de 2013.

#### 4.2.2 Dos primeiros povoamentos às vésperas da concessão da Carta de Foral de 1205

O território pertencente ao atual concelho de Vila Nova de Famalicão encontra-se inserido numa das áreas geográficas mais vantajosas para a fixação de população em todo o país, devido à existência de um conjunto de fatores essenciais à presença desses povoamentos, como terrenos agrícolas férteis, inúmeros recursos hídricos e elevações de terrenos não muito montanhosos.

Esta matriz geomorfológica presente no noroeste português ajudou a estruturar o território e a entender o porquê deste território ser marcado pela presença humana desde épocas muito remotas.

---

[1] MARQUES, José – “A Terra de Vermoim na Idade Média – Identificação do Território, Instituições, Vida e Declínio: Alguns Aspectos”, pág. 63-107. In CAPELA, José Viriato, MARQUES, José, COSTA, Artur Sá da e SILVA, António Joaquim Pinto da - História de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2005.

[2] CAPELA, José Viriato – “O Julgado de Vermoim no Antigo Regime – Marcas da sua Individualidade Adentro do Concelho de Barcelos”, pág. 141-178; “Vila Nova de Famalicão – Primeiro Município do Liberalismo: Famalicão em Luta pela Criação do concelho”, pág. 237-253 e “Vila Nova de Famalicão – Primeiro Município do Liberalismo: As primeiras Câmaras e o Exercício do poder municipal (1834-1846)” pág. 255-275 In CAPELA, José Viriato, MARQUES, José, COSTA, Artur Sá da e SILVA, António Joaquim Pinto da - História de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2005.

[3] SILVA, António Joaquim Pinto da – “A Consolidação do Município – 1850-1910”, pág. 277-308. In CAPELA, José Viriato, MARQUES, José, COSTA, Artur Sá da e SILVA, António Joaquim Pinto da - História de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2005.

[4] DURÃES, Margarida – “Breve História da Formação do Município Famalicense, em 1835”, pág. 13-25. In Boletim Cultural n.º 1, Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1980.

[5] CARVALHO, Vasco de - “A Justiça”. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições e Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2005.

[6] Deixo uma palavra de agradecimento ao Dr. João Machado (coordenador do Gabinete do Património Cultural do Município de Vila Nova de Famalicão) pela ajuda prestada na elaboração da cartografia.

A localização, identificação e estudo dos primeiros povoamentos existentes na área do atual concelho de Vila Nova de Famalicão é um processo que vem sendo realizado desde a década de 1980 pelos técnicos do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. A última descoberta arqueológica, um fosso de uma fundição de sinos na freguesia de Requião entre os anos de 2009 e 2010, veio lançar a dúvida sobre o que ainda haverá para se descobrir sobre os povoamentos ancestrais que fixaram raízes neste território. Na nossa modesta opinião, muita coisa, decerto. No entanto, as prospeções e estudos dos vestígios arqueológicos dos últimos 30 anos, permitiu que, na atualidade, possamos traçar um percurso desses povoamentos ao longo de um longo período de tempo como também localizá-los dentro dos atuais limites administrativos do concelho de Vila Nova de Famalicão.

De modo a permitir um melhor entendimento da ocupação e distribuição dos primeiros povoamentos que existiram no atual concelho de Vila Nova de Famalicão, iremos subdividir este capítulo em períodos históricos, correspondendo cada um aos que tiveram uma expressão maior e deixaram mais marcas no concelho: Megalitismo; Idade dos Metais, Cultura Castreja; Romanização; Invasões Bárbaras e Organização Paroquial.

---

[7] DINIS, António Pereira – “*Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Famalicão – O Megalitismo*”, pág. 41-65. In Boletim Cultural n.º 9, Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1989.

#### **4.2.2.1 Megalitismo (Do V/IV Milénio a.C. ao III/II Milénio a.C.)**

Segundo os vestígios arqueológicos encontrados até aos dias de hoje, os primeiros povoamentos que poderiam existir nos atuais limites do concelho de Vila Nova de Famalicão remontam ao V/IV milénio a.C., encontrando-se ligados à difusão do megalitismo no noroeste peninsular. Na linguagem popular, esses vestígios são designados por mamoas, orcas, antas, arcas, pedras grandes, entre outros. Se para alguns – mamoas – ainda é possível serem observadas no local, primitivo ou não, para outros – antas e pedras grandes – a sua existência apenas ficou gravada na toponímia.

Segundo o arqueólogo António Pereira Dinis, num trabalho publicado no Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão<sup>7</sup>, as freguesias que possuem topónimos referentes a este período histórico são:

## Toponímia Megalítica existente no atual concelho de Vila Nova de Famalicão

Freguesia (Antes da Reforma Administrativa de 2013)	Freguesia (Depois da Reforma Administrativa de 2013)	Topónimo
Antas	União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário	Anta
Cavalões	União das Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz	Anta
Esmeriz	União das Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos	Antela
Esmeriz <sup>8</sup>	União das Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos	Mamoa
Lemenhe <sup>9</sup>	Lemenhe	Mamoa
Louro	Louro	Mamoa
Mouquim	Mouquim	Mamoa
Outiz	União das Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz	Pedra Fita
Outiz	União das Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz	Arca
Vermoim	Vermoim	Mamoa

É de sublinhar que um destes topónimos deu mesmo nome a uma freguesia – São Tiago de Antas (União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim) – e que nos inícios da Nacionalidade tinha dado a outra – São Veríssimo de Pedra Fita –, atuais lugares da freguesia de Cavalões (União das Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz).

No que diz respeito às mamoadas, no concelho de Vila Nova de Famalicão as que ainda existem foram encontradas nas freguesias de Gondifelos (União de Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz) e de Oliveira Santa Maria. Esta última freguesia possui um conjunto de quatro mamoadas, todas implantadas no mesmo local, denominado Mar de Água, numa chã do Alto dos Montes de Santa Cristina, onde se encontram as freguesias de Vermoim, Vale São Martinho e Telhado (esta última pertencente à União das Freguesias de Vale São Cosme, Telhado e Portela). A mamoadada de Gondifelos foi encontrada no limite desta freguesia com a freguesia de Negreiros (concelho de Barcelos).

A localização destas mamoadas em zonas de fronteira está relacionada com o facto de, em épocas posteriores à sua implantação, as mesmas puderam ter servido como elementos divisórios de terras, quer ao nível de proprietários, quer ao nível de paróquias/freguesias.

[8] Este topónimo existente na freguesia de Esmeriz encontra-se referenciado em SILVA, Armando Coelho F. da Silva (Coordenação) – “*Vila Nova de Famalicão. Do Neolítico à Romanização*”, pág. 19. In CAPELA, José Viriato, MARQUES, José, COSTA, Artur Sá da e SILVA, António Joaquim Pinto da - História de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2005.

[9] Este topónimo existente na freguesia de Lemenhe encontra-se referenciado em SILVA, Armando Coelho F. da Silva (Coordenação) – “*Vila Nova de Famalicão. Do Neolítico à Romanização*”, pág. 19. In CAPELA, José Viriato, MARQUES, José, COSTA, Artur Sá da e SILVA, António Joaquim Pinto da - História de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2005.

#### 4.2.2.2 Idade dos Metais (Do III/II Milénio a.C. ao I Milénio a.C.)

O achado de fragmentos de cerâmicas decoradas, vulgarmente designadas como de “tipo Penha”, pela semelhança com as cerâmicas encontradas no concelho de Guimarães<sup>10</sup>, em diversos locais do concelho, normalmente associados a povoados “ao ar livre”, poderá comprovar a presença de comunidades no atual concelho de Vila Nova de Famalicão, num período já associado ao Calcolítico.

De uma forma sintética os lugares onde apareceram fragmentos de cerâmica decorada segundo a técnica de incisão e catalogadas como de “tipo Penha” foram:

Freguesia (Antes da Reforma Administrativa de 2013)	Freguesia (Depois da Reforma Administrativa de 2013)	Lugar
Calendário	União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário	Monte do Facho
Pousada de Saramagos	Pousada de Saramagos	Bouça do Pique
Vale São Martinho	Vale São Martinho	Pilatos

Estes são os primeiros lugares de habitação documentados na área do atual concelho de Vila Nova de Famalicão, datáveis do começo da Idade dos Metais, período relacionado com o início da produção de objetos em cobre, ao mesmo tempo que ainda se continuou a fabricar artefactos de pedra e, por isso, também designado como Calcolítico<sup>11</sup>.

Pode-se dizer que este período poderá ter representado o início da fixação definitiva de população nas atuais terras famalicenses. Como se lê na monografia “História de Vila Nova de Famalicão”, neste período “*assistiu-se ao desenvolvimento da economia baseada na agricultura e criação de gado e à introdução das primitivas formas de metalurgia, que acentuaram a divisão geral do trabalho, a acumulação de riqueza e o incremento de formas de intercâmbio*”<sup>12</sup>.

Mais uma vez, as escavações arqueológicas realizadas um pouco por todo o concelho de Vila Nova de Famalicão revelaram a existência de povoados, ao longo de todo este período cronológico. O único vestígio encontrado no concelho que documenta a presença de povoamento no Bronze Inicial é uma jóia de ouro, cuja proveniência se atribui à freguesia de Sezures (União das Freguesias de Arnoso – Santa Maria e Santa Eulália – e Sezures), onde terá aparecido na base de um penedo, junto da Capela de São Vicente, embora hoje em dia as investigações e estudos direcionem a sua proveniência para outros locais<sup>13</sup>. Para o período médio da Idade do Bronze não foram ainda encontrados vestígios, embora tal não significasse que as terras do atual concelho não tenham sido habitadas, tanto mais que, para o período que medeia

[10] SILVA, Armando Coelho F. da Silva (Coordenação) – “*Vila Nova de Famalicão. Do Neolítico à Romanização*”, pág. 20. In CAPELA, José Viriato, MARQUES, José, COSTA, Artur Sá da e SILVA, António Joaquim Pinto da - História de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2005.

[11] SILVA, Armando Coelho F. da Silva (Coordenação) – “*Vila Nova de Famalicão. Do Neolítico à Romanização*”, pág. 21. In CAPELA, José Viriato, MARQUES, José, COSTA, Artur Sá da e SILVA, António Joaquim Pinto da - História de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2005.

[12] SILVA, Armando Coelho F. da Silva (Coordenação) – “*Vila Nova de Famalicão. Do Neolítico à Romanização*”, pág. 21. In CAPELA, José Viriato, MARQUES, José, COSTA, Artur Sá da e SILVA, António Joaquim Pinto da - História de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2005.

[13] O achamento desta lâmina de ouro em Sezures aconteceu por ocasião da abertura da auto-estrada A3, que liga Porto a Braga. As obras para a construção desta via rodoviária originou o deslocamento de muitas terras e, por estas razões, não é de crer que esta jóia seja originária de Sezures embora, sem dados concretos que nos digam o contrário, apenas são dúvidas e suposições.

os finais do Bronze Médio e os inícios do Bronze Final (cerca de 1250 a 1100 a.C.), a descoberta de quatro recipientes cerâmicos de tipologia diferenciada, juntamente com uma bracelete de ouro maciço, na Quinta da Bouça, da freguesia de Bairro, datados deste período cronológico, possam conduzir deduções sobre possíveis existências de povoados. Para a fase do Bronze Final (cerca de 1100 a.C. e 900 a.C.), foram encontrados inúmeros artefactos, entre os quais se destacam uma série de machados de talão e de alvado, com um e dois anéis. Um dos exemplares de talão com dois anéis provem da freguesia de Nine; dois com um só anel das freguesias de Calendário (União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário) e do Louro e, um outro, de alvado, com um só anel, também da freguesia do Louro, embora este último possa ser já da última fase do Bronze Final, que andarás em torno de meados do século VIII a.C.

#### 4.2.2.3 Cultura Castreja (Do I Milénio a.C. ao século VIII)

A Idade do Ferro em Portugal ficou marcada por uma cultura distinta, em que os seus povoadores perduraram até, pelo menos, à Alta Idade Média, designada por cultura castreja. Caracterizada pela fortificação dos povoados, localizados em zonas de média altitude, a sua permanência como modo de povoamento ocorreu durante todo o primeiro milénio a.C., tendo, nalguns casos, subsistido até às invasões bárbaras dos séculos VI, VII e VIII.

É, sem dúvida, um dos períodos da pré-história e proto-história que mais vestígios deixou ou se preservou, alguns ainda, felizmente, visitáveis por qualquer pessoa, no seu primitivo local. Além das estruturas pétreas como podemos classificar as casas, muralhas ou outras estruturas necessárias ao bom funcionamento de uma comunidade, outros vestígios, respeitantes a este período e que atestam a sua importância e povoamento do concelho podem ser enumerados, ou pela sua simbologia ou excecionalidade no noroeste peninsular, onde esta cultura mais floresceu. Entre eles, começamos por destacar o ex-libris da arqueologia famalicense – a Pedra Formosa, encontrada no castro das Eiras, no limite das freguesias de Pousada de Saramagos, Joane, Vermoim e Telhado (esta última pertencente à União de Freguesias de Vale São Cosme, Telhado e Portela) e uma cabeça de estátua de um guerreiro, encontrada no castro de São Miguel-o-Anjo, na freguesia de Calendário (União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário).

Como não é intenção deste artigo abordar o funcionamento dos castros mas sim, unicamente, a sua localização, deixamos, em nota de rodapé, um artigo para quem quiser aprofundar o período castrejo no atual concelho de Vila Nova de Famalicão<sup>14</sup>.

---

[14] SILVA, Armando Coelho F. da Silva (Coordenação) – “Vila Nova de Famalicão. Do Neolítico à Romanização”, pág. 11-61. In CAPELA, José Viriato, MARQUES, José, COSTA, Artur Sá da e SILVA, António Joaquim Pinto da - História de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2005.

## Localização dos Povoados Castrejos no concelho de Vila Nova de Famalicão

Freguesia (Antes da Reforma Administrativa de 2013)	Freguesia (Depois da Reforma Administrativa de 2013)	Povoado Castrejo
Calendário	União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário	São Miguel- o-Anjo
Calendário	União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário	Facho
Gondifelos	União das Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz	Penices
Jesufrei	União das Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei	Ermidas
Vale São Martinho	Vale São Martinho	Cruito
Vale São Cosme	União das Freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela	Bóca I
Jesufrei	União das Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei	Bóca II
Sezures	União das Freguesias de Arnoso (Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures	Santo Antoninho
Requião	Requião	Santa Cristina
Vermoim	Vermoim	Vermoim
Pousada de Saramagos, Joane, Vermoim e Telhado	Telhado está integrada na União de Freguesia de Vale (São Cosme), Telhado e Portela	Eiras
Ruivães e Delães	Ruivães está integrada na União de Freguesias de Ruivães e Portela	São Miguel- o-Anjo
Oliveira Santa Maria	Oliveira Santa Maria	Santa Tecla

### 4.2.2.4 Romanização (Do século I ao século VIII)

Com a chegada e fixação dos romanos ao território que hoje designamos por norte de Portugal, a maioria dos castros que enumeramos na tabela acima, vão começar a sofrer as influências deste povo mediterrânico. Embora alguns tenham subsistido durante a ocupação romana, vendo aumentado até a sua área de influência e de domínio, a maioria vai, paulatinamente, abandonando estes povoamentos, vindo, a partir de meados do século I, instalarem-se junto dos vales, organizando-se em *Villae*, embora este tipo de organização tenha sido mais frequente no

sul do país, pelo facto de não terem tido um povoamento castrejo tão difuso como aquele que ocorreu no noroeste de Portugal.

O que eram as *Villae*? Resumiam-se a unidades agrícolas constituídas por uma extensão de terra, a casa do senhor, as casas dos trabalhadores, armazéns e celeiros<sup>15</sup>. No atual concelho de Vila Nova de Famalicão está documentada a existência de uma *villae* na freguesia de Castelões, localizada num local denominado por Covelo, possuindo uma ocupação efetiva desde meados do século I / inícios do século II. Na freguesia de Delães, uma outra *villae* romana, no lugar de Perrelos, assume-se como o expoente máximo encontrado, até aos dias de hoje, deste tipo de povoamento no concelho. Neste local foram descobertas estruturas habitacionais e um edifício com hipocausto que terá servido como termas. Pelos dados que os arqueólogos recolheram ainda não é possível datar o início da sua construção, contudo, tendo em conta alguns vestígios, pode-se deduzir que este local tivesse uma ocupação datável do século III até aos inícios do século IV, época em que terá sofrido uma remodelação, passando, desde aí, a ter uma funcionalidade diferente.

Durante trabalhos de prospeção foram recolhidos alguns fragmentos datáveis deste período nos lugares de Agrinha e Agrela, na freguesia de Oliveira Santa Maria; no lugar de Quintela, na freguesia de Ruivães (União das Freguesias de Ruivães e Novais); no lugar da Igreja Velha e Cabeçudos, na freguesia de Cabeçudos (União das Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos), nos lugares da Igreja Velha, Romãe, Lobeira, Eirados e Souto, na freguesia de Gondifelos (União das Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz) e na Quinta da Devesa, na freguesia de Cavalões<sup>16</sup> (União das Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz), o que dá para ter uma imagem da hipotética distribuição dos povoamentos no atual concelho de Vila Nova de Famalicão durante a ocupação romana.

Outros vestígios que ajudam a situar e perceber a época em que este território estava sob domínio romano são os Marcos Miliários (que pertenceram à via XVI, ligando Olisipo [Lisboa] a Bracara Augusta [Braga]). Os Marcos Miliários pertencentes à via XVI, no concelho de Vila Nova de Famalicão, encontram-se distribuídos da seguinte forma:

<b>Freguesia</b> (Antes da Reforma Administrativa de 2013)	<b>Freguesia</b> (Depois da Reforma Administrativa de 2013)	<b>Lugar</b>
Portela	União das Freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela	Carreira
Vale São Cosme	União das Freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela	Desconhecido [desaparecido]

[15] SILVA, Armando Coelho F. da Silva (Coordenação) —“Vila Nova de Famalicão. Do Neolítico à Romanização”, pág. 45. In CAPELA, José Viriato, MARQUES, José, COSTA, Artur Sá da e SILVA, António Joaquim Pinto da - História de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2005.

[16] SILVA, Armando Coelho F. da Silva (Coordenação) —“Vila Nova de Famalicão. Do Neolítico à Romanização”, pág. 48. In CAPELA, José Viriato, MARQUES, José, COSTA, Artur Sá da e SILVA, António Joaquim Pinto da - História de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2005.

<b>Freguesia</b> (Antes da Reforma Administrativa de 2013)	<b>Freguesia</b> (Depois da Reforma Administrativa de 2013)	<b>Lugar</b>
Antas	União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim	Antas
Antas	União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim	Portela de Baixo
Cabeçudos	União das Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos	Igreja
Cabeçudos	União das Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos	Santa Catarina
Lousado	Lousado	Lagoncinha
Vila Nova de Famalicão	União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário	Praça 9 de Abril
Vila Nova de Famalicão	União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário	Vinhal
Antas	União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim	Devesa
Esmeriz	União das Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos	Quinta de Pereira

A passagem desta importante via por terras do atual concelho de Vila Nova de Famalicão comprova a importância deste território que, embora fosse local de passagem para estas duas importantes cidades dos primeiros séculos da era de Cristo (Bracara Augusta e Olisipo), poderá ter levado à fixação de pessoas e ao surgimento de alguns povoados neste território, como acima referimos.

#### 4.2.2.5 Invasões Bárbaras (Do século V ao século VIII)

Com o enfraquecimento do poderio militar e administrativo de Roma, a maioria das regiões que estavam sob domínio romano vão sendo invadidas, a partir do século V, por povos bárbaros vindos da Europa e do norte de África. Durante um longo período de tempo, a dinâmica económica, comercial e política introduzida pelos romanos, vai entrar em hibernação, embora, ao nível das terras e da fixação de pessoas, tenha havido até uma mediana evolução.

Durante o período romano, a posse das terras derivava de um pacto ou tratado feito com as autoridades romanas. As zonas mais rurais, como as que hoje pertencem ao concelho de Vila Nova de Famalicão, que estavam divididas em *Villae* ou pequenos povoados, passaram para a posse dos novos senhores, Suevos e Visigodos. Esta passagem de terras pode ser observada na própria designação que os povoados vão tomar. De facto, um pouco por todo o noroeste



português, as povoações existentes ou aquelas que foram fundadas vão adotar o nome do seu proprietário, como por exemplo, Vermoim (*Vermudi* de Vermudus) e Jesufrei (*Segefredi* de Segefredo).

No que à sua distribuição e organização diz respeito, estes povos invasores não alteraram o esquema das *Villae* com os seus *Palatium* (Paços), rodeados de casas para os servos e para os gados. As terras, essas, entregavam-nas a Casais que as cultivavam.

É durante a permanência destes povos neste território que chega aqui uma nova religião – o Cristianismo. E, são os indivíduos da classe média, comerciantes endinheirados e ricos proprietários dos grandes centros urbanos, como *Bracara Augusta* (Braga), que vão ser os entusiastas deste novo culto. Daqui terá passado para as *Villae* rurais onde, desde o início, teve uma forte adesão da população. Como forma de adoração e devoção as comunidades vão erguendo templos que funcionarão como centros organizadores do espaço urbano/rural, fixação de pessoas e levando, em muitos casos, à própria fundação de povoados. Falamos das Igrejas e Capelas.

Com as invasões árabes, o reino cristão das Astúrias, que entretanto se tinha formado no norte da atual Península Ibérica, chama a si a defesa desta região. Localizado na zona noroeste do espaço ibérico, começou logo a ganhar terras no que hoje corresponde à Galiza e ao norte de Portugal. Desde cedo que entregou essas terras a grandes senhores que, assim, tinham a tão almejada recompensa por lutar ao lado dos reis cristãos – a denominada *Honra*<sup>17</sup>. São estas comunidades profundamente marcadas pela ruralidade, subjugadas ao poder dos senhores (régio, senhorial ou eclesiástico), que se constituem em espaços habitacionais e que a documentação medieval por norma chama de Vilas. Uma grande maioria destas Vilas, durante o século IX e X, vão passar a paróquias.

Deste modo, deve-se reconhecer que aos povos bárbaros (especialmente germânicos) se devem contribuições de várias ordens como elementos constituintes da estruturação da sociedade senhorial e medieval e também da organização paroquial que ainda hoje perdura em muitos casos.

#### 4.2.2.6 Organização Paroquial (Do século IX ao século XI)

Numa sequência histórica, primeiro os Castros, depois os Paços e de seguida as Paróquias, aglutinaram à sua volta as populações contribuindo assim para a organização espacial e territorial da sociedade portuguesa. São elas, as paróquias, que constituem como que um espaço sacralizado por ritos e sítios, quase sempre em consonância uns e outros com o que herdaram de culturas anteriores.

---

[17] As Honras eram terras que pertenciam ao rei mas entregues a grandes senhores.

Durante os séculos IX e X, o território de Entre Douro e Minho, no qual a atual área territorial pertencente ao concelho de Vila Nova de Famalicão estava inserida, apresenta-se com um tipo de povoamento rural, entre o disperso generalizado e um ou outro ponto de maior concentração, ambos situados junto às vias principais e secundárias, por onde circulou desde sempre “*um autêntico formigueiro humano*”, como é designado em muita historiografia.

Segundo José Marques, esta região foi-se povoando e crescendo, de tal forma, no plano paroquial, especialmente durante o século XI, que, pouco depois da restauração da diocese de Braga, em 1071, o bispo D. Pedro pode organizar o Censual que, para a região de Entre Lima e Ave regista um número de paróquias muito superiores às existentes na atualidade<sup>18</sup>. As paróquias que constituem o atual concelho de Vila Nova de Famalicão, com destaque para Vila Nova (União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário) e Vermoim, estavam integradas num espaço administrativo sob tutela de um cavaleiro nobre chamado de Alvito Nunes, com sua sede no Castelo de Vermoim.

[18] MARQUES, José Marques —“*A Terra de Vermoim na Idade Média*”, pág. 68. In CAPELA, José Viriato, MARQUES, José, COSTA, Artur Sá da e SILVA, António Joaquim Pinto da - *História de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições*, 2005.

[19] COSTA, Avelino de Jesus da — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1959, 2 vols.

[20] O território que hoje designamos de “freguesia” só viria a surgir em meados do século XIX.

[21] MARQUES, José Marques —“*A Terra de Vermoim na Idade Média*”, pág. 73. In CAPELA, José Viriato, MARQUES, José, COSTA, Artur Sá da e SILVA, António Joaquim Pinto da - *História de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições*, 2005.

[22] A negrito estão as paróquias que hoje pertencem ao concelho de Vila Nova de Famalicão, seja como freguesia, seja como lugar de uma freguesia.

[23] O número que se situa atrás de cada paróquia/freguesia serve como identificador na cartografia. Para todos os mapas os números que cada paróquia/freguesia possui é sempre o mesmo.

Assim, segundo o *Censual de Entre Lima e Ave do Bispo D. Pedro*<sup>19</sup>, a Terra de Vermoim, no ano de 1085, era constituída por 80 paróquias<sup>20</sup> [Ver Mapa 1]. O território, representado na sua máxima extensão, no sentido transversal, ia desde o limite poente da freguesia de São Simão da Junqueira com as de Tougues e Touguinha, da Terra de Faria, até à freguesia de São João de Brito, no atual concelho de Guimarães, com São João de Ponte e Fermentões, ambas desse mesmo concelho; e no sentido longitudinal, desde o limite norte de Lemenhe até ao rio Ave, nas freguesias de Areias e Lama, atualmente pertencentes ao concelho de Santo Tirso<sup>21</sup>. Foi esta estrutura que chegou ao ano de 1205, quando a 1 de julho deste ano o rei D. Sancho I atribuiu Carta de Foral ao seu reguengo de Vila Nova, marcando aí, nas palavras do Padre Benjamim Salgado “*o nascimento do concelho de Vila Nova de Famalicão*”.

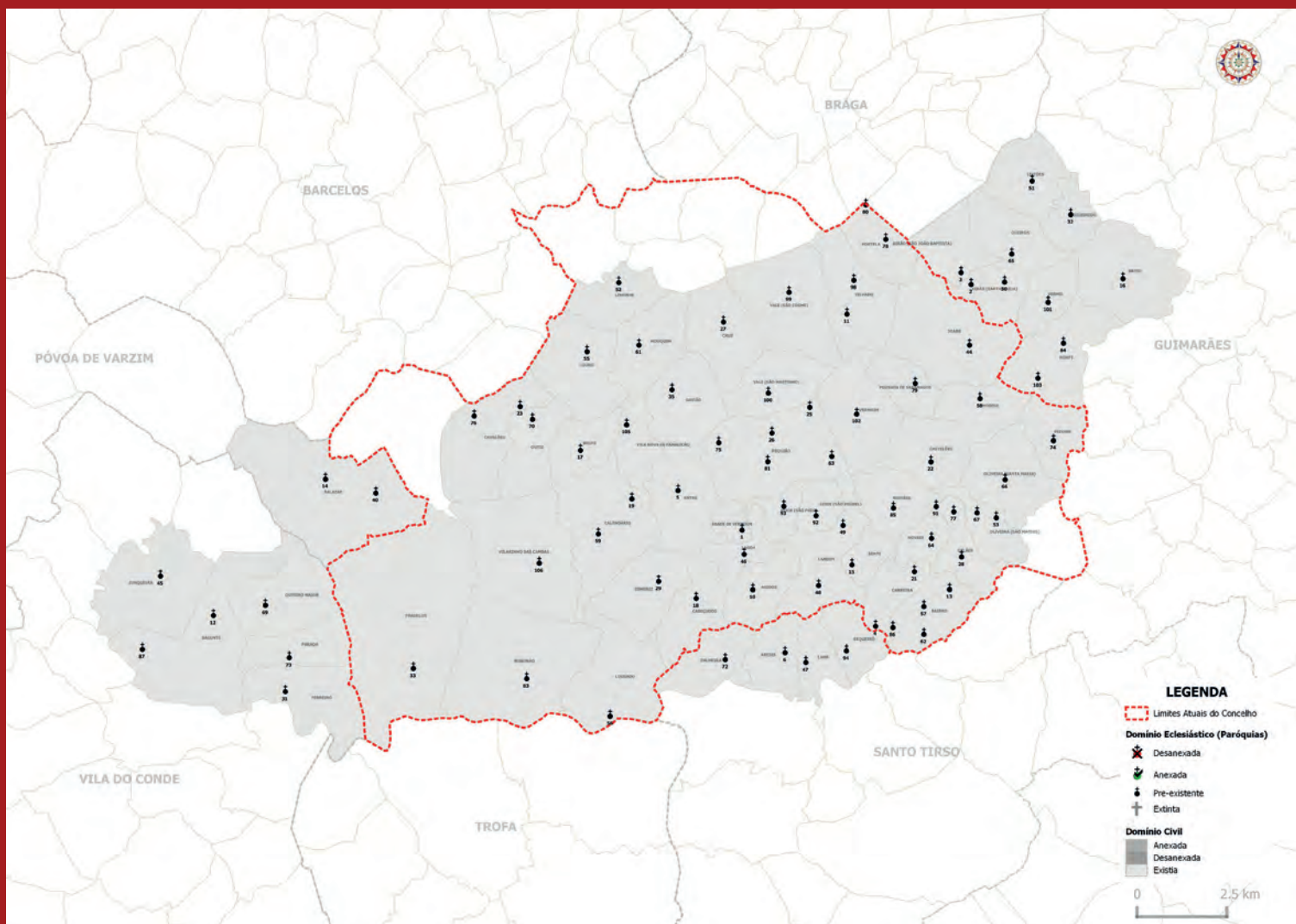
### Terras de Vermoim segundo o Censual de Entre Lima e Ave do Bispo D. Pedro de 1085/1091<sup>2223</sup>

Nr.	Paróquia	Nr.	Paróquia
16	S. João de Brito	99	S. Cosme do ( <i>Pelio</i> ) Vale e S. Damião
44	S. Salvador de Joane	78	Santa Marinha (ou <i>Maria</i> ) da Portela
101	S. Mamede de Vermil	1	Santa Maria de Abade de Vermoim
91	S. Miguel o Anjo (ou <i>do Monte</i> )	18	São Cristóvão de Cabeçudos
102	Santa Maria de Vermoim	57	São Julião de Matamá (Bairro)

Nr.	Paróquia	Nr.	Paróquia
85	S. Salvador de Ruivães	19	S. Julião de Custóias (Calendário)
6	S. Tiago de Landim ( <i>Areias</i> )	40	[São Salvador de] Gresufes
56	<b>Santa Marinha de Lousado</b>	69	São Martinho do Outeiro Maior
51	S. Martinho da Portela ( <i>dos Leitões</i> )	48	<b>[Santa Maria] de Landim</b>
2	Santa Maria de Airão ( <i>de Lanhas</i> )	59	<b>S. Miguel do Monte (depois Custóias)</b>
58	<b>Santa Marinha de Mogege</b>	106	<b>S. Salvador de Vilarinho das Cambas</b>
67	<b>S. Mateus de Oliveira (antigamente de Soalhães)</b>	33	<b>S. Paio Paredes Ruivas = (Fradelos)</b>
79	<b>S. Martinho de Trasariz (Pousada de Saramagos)</b>	52	São Salvador de Lemenhe
86	<b>Sanfins de Riba de Ave (ou de Almofães)</b>	76	São Veríssimo de Pedrafitas
47	S. Miguel da Lama ( <i>ou de Landim ou de Riba de Ave</i> ) do couto de Landim	65	S. Vicente de Oleiros
49	<b>Santa Marinha (do couto) de Landim</b>	27	<b>S. Tiago de Molnes (Cruz)</b>
75	<b>S. João de Sesulfe = (S. João de Pedra Leital)</b>	53	S. Martinho de Linhares
13	<b>S. Pedro de Bairro = (S. Petro de Ranulfi)</b>	22	<b>S. Tiago de Castelões</b>
100	<b>S. Martinho do Vale</b>	5	<b>São Tiago de Antas</b>
12	Santa Maria de Bagunte	80	São Mamede de Raigada
87	[São Miguel de] Santagões	15	<b>S. Salvador de Bente</b>
23	<b>São Martinho de Cavalões</b>	72	Santa Eulália de Palmeira
32	S. Paio de Figueiredo	35	<b>S. Tiago de Gavião</b>
3	S. João (Baptista) de Airão	98	<b>Santa Maria de Telhado</b>
103	S. Miguel de Vila Juste	46	<b>S. Salvador da Lagoa</b>
74	<b>S. Pedro de Pedome</b>	29	<b>S. Pedro de Esmeriz</b>
28	<b>S. Salvador de Delães</b>	62	<b>Santo Estêvão de Natal</b>
73	Santo André de Parada	30	Santa Marinha de Ferreiro

# MAPA 1

Terras de Vermoim [1085-1091]



Nr.	Paróquia	Nr.	Paróquia
4	S. Tiago de Almofães	55	Santa Lucrecia de Louro
94	S. Martinho de Sequeiró	77	Santa Maria de Perrelos
81	<b>S. Silvestre de Requião</b>	50	S. Paio de Lanhas
93	<b>S. Paio de Seide</b>	84	S. Tiago de Ronfe
11	S. Salvador de Azões	66	<b>[Sta. Maria] de Oliveira</b>
10	<b>S. Martinho de Avidos</b>	21	<b>S. Tiago de Carreira</b>
25	Santa Cristina de Covas	64	<b>S. Simão de Novais</b>
105	<b>Santo Adrião de Vila Nova</b>	63	<b>S. Tiago de Ninães</b>
83	<b>São Mamede de Ribeirão</b>	26	<b>S. Mamede de Crespos</b>
45	São Simão da Junqueira	92	<b>S. Miguel de Seide</b>
17	<b>São Martinho de Brufe</b>	14	Santa Eulália de Balasar
70	<b>São Tiago de Outiz</b>	61	<b>São Tiago de Mouquim</b>

#### 4.2.3 Da fundação do concelho de Vila Nova à integração do Julgado de Vermoim no concelho de Barcelos (1205 – 1410)

A preciosa informação que o Censual do bispo D. Pedro nos proporciona da Terra de Vermoim, nos finais do século XI, obriga-nos a ter presente que essa extraordinária realidade da administração diocesana, consolidada e nele registada, menos de vinte anos após a restauração da diocese de Braga, em 1070/1071, não surgiu de forma inesperada, mas é fruto e expressão de uma realidade social, cujos contornos demográficos e religiosos se vinham desenvolvendo havia muito, embora seja difícil precisar com rigor o início dessa evolução<sup>24</sup>.

O atual concelho de Vila Nova de Famalicão, nos finais do século XI, encontrava-se assim inserido num território que tinha como sede administrativa o Castelo de Vermoim. Apesar de nos inícios da sua instituição ter tomado a designação de Terra de Vermoim, após as Inquirições de 1258 vai adotar a designação de Julgado de Vermoim, nome pelo qual vai ser conhecido século após século, até ao primeiro quartel do século XIX.

Foi no âmbito desta unidade administrativa que, pela concessão da Carta de Foral a Vila Nova, em 1 de julho de 1205, se constituiu o concelho com o mesmo nome, mais tarde designado de Vila Nova de Famalicão. Pouco se sabe dos contornos iniciais deste concelho que, gradualmente, foi transformando Vila Nova no centro da administração civil desta terra, enquanto, do ponto de vista eclesiástico, tudo continuava a girar em torno do arcediogo de Vermoim, com a sede em Santa Maria de Vermoim<sup>25</sup>.

[24] MARQUES, José Marques – “*A Terra de Vermoim na Idade Média*”, pág. 74. In CAPELA, José Viriato, MARQUES, José, COSTA, Artur Sá da e SILVA, António Joaquim Pinto da - História de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2005.

[25] MARQUES, José Marques – “*A Terra de Vermoim na Idade Média*”, pág. 74. In CAPELA, José Viriato, MARQUES, José, COSTA, Artur Sá da e SILVA, António Joaquim Pinto da - História de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2005.

Ao consultar-se as Inquirições de 1220, 1258, 1290 e o Catálogo das Igrejas de 1320/1321, observa-se que no quadro da divisão administrativa eclesiástica da terra de Vermoim, apesar da extinção e incorporação de algumas pequenas paróquias noutras limítrofes, regista-se uma notável sobrevivência das freguesias já documentadas no Censual de Entre Lima e Ave do Bispo D. Pedro. Esta realidade, nascida nos alvares da Nacionalidade, vai-se mantendo por muito tempo, chegando, na maioria dos casos, até aos dias de hoje como espaços administrativos autónomos.

Os anos anteriormente citados, além de corresponderem às fontes utilizadas para se averiguar as terras que iam pertencendo ao Julgado de Vermoim, são anos em que se observam mudanças no desenho geográfico do Julgado, só comparável ao que aconteceu nas primeiras décadas após a restauração do concelho de Vila Nova de Famalicão em 1835<sup>26</sup>.

Para uma melhor compreensão, passamos de seguida a enumerar em tabelas, as quais são complementadas com a base cartográfica, as paróquias que foram anexadas, desanexadas e extintas e as que integraram o Julgado de Vermoim durante a baliza cronológica que se situa entre 1205 e 1410.

---

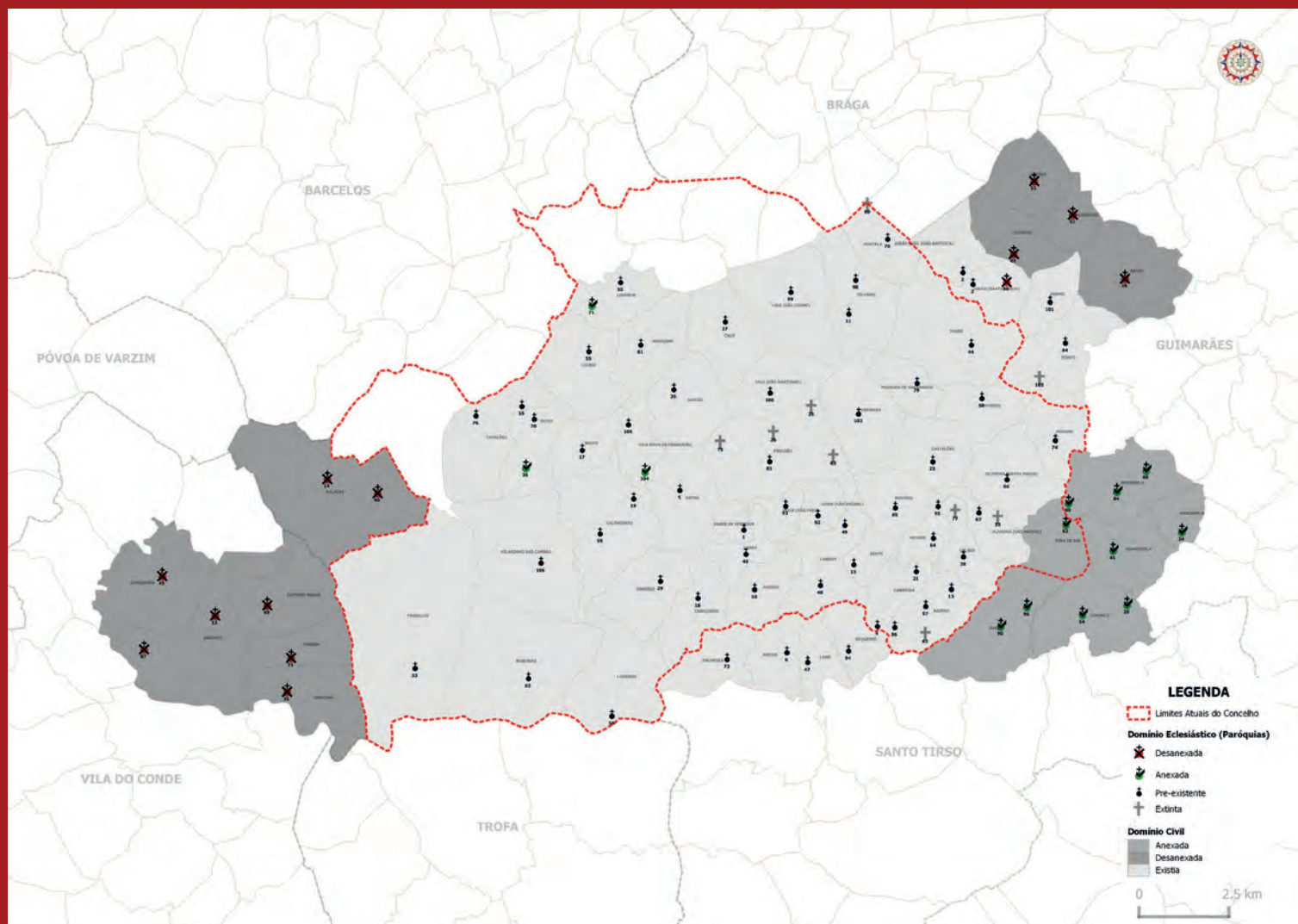
[26] É preciso fazer-se a ressalva de que os anos elencados correspondem às fontes documentais e não ao ano em que efectivamente se realizou a anexação, desanexação ou extinção da paróquia. Essas datas precisas não conseguimos apurar, a não ser para o século XIX, XX e XXI.

O ano de 1220 marca o início das primeiras transformações ocorridas na então ainda designada Terra de Vermoim. Segundo estas Inquirições, ordenadas pelo rei D. Afonso II, o número de paróquias pertencentes ao Julgado de Vermoim sofre uma diminuição, passando de 80 paróquias (em 1085) para 70 paróquias (em 1220) [Ver Mapa 2]. As maiores transformações ocorreram zona do Ave, com a integração de inúmeras paróquias que pertenciam às Terras de Entre Ambas as Aves, e a desanexação de paróquias no limite ocidental do atual concelho, hoje em dia pertencente aos concelhos de Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Barcelos. Ao analisar-se este documento, verifica-se também a extinção de algumas paróquias e a sua integração noutras, de maior dimensão, a maioria ocorrida em paróquias que hoje pertencem ao concelho de Vila Nova de Famalicão.

### **Evolução das Paróquias do Julgado de Vermoim segundo as Inquirições de 1220**

<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Anexadas</b>	<b>De onde veio?</b>
88	São Bartolomeu de Entre Ambas as Aves ( <i>Aves</i> )	Terra de Entre Ambas as Aves
24	Igreja de Serzedelo (Cerzedelo)	Terra de Entre Ambas as Aves

MAPA 2  
Terras de Vermoim [1220]



Nr.	Paróquias Anexadas	De onde veio?
34	S. Salvador de Gandarela	Terra de Entre Ambas as Aves
54	São Tiago de Lordelo	Terra de Entre Ambas as Aves
90	São Miguel de Entre Ambas as Aves (Aves)	Terra de Entre Ambas as Aves
20	São João de Calvos	Terra de Entre Ambas as Aves
60	S. Pedro do Monte	Terra de Entre Ambas as Aves
82	São Pedro de Entre as Aves de Riba de Ave	Terra de Entre Ambas as Aves
96	Santo André de Sobrado	Terra de Entre Ambas as Aves
41	Santa Maria de Guardizela	Terra de Entre Ambas as Aves
104	Santa Maria de Vila Nova	Terra de Vermoim
36	São Miguel de Gemunde	Terra de Vermoim
71	Santo André de Padroso	Terra de Vermoim

Nr.	Paróquias Desanexadas	Onde foi integrada?
16	São João de Brito	Terras de Guimarães
32	São Paio de Figueiredo	Terras de Guimarães
51	São Martinho da Portela (dos Leitões)	Terras de Guimarães
50	São Paio de Lamas	Terras de Guimarães
65	São Vicente de Oleiros	Terras de Guimarães
40	[S. Salvador de] Gresufes	Julgado de Faria
14	Santa Eulália de Balasar	Julgado de Faria
45	S. Simão de Junqueira (Mosteiro)	Julgado de Faria
87	[S. Miguel de] Santagões	Julgado de Faria
12	Santa Maria de Bagunte	Julgado de Faria
69	S. Martinho do Outeiro Maior	Julgado de Faria
73	Santo André de Parada	Julgado de Faria
31	Santa Marinha de Ferreiró	Julgado de Faria



Nr.	Paróquias Extintas	Que aconteceu?
103	São Miguel de Vila Juste	Foi integrada em Ronfe
53	São Martinho de Linhares	Foi integrada em Oliveira São Mateus
75	S. João de Sesulfe = (S. João de Pedra Leital)	Foi integrada em Requião
63	São Tiago de Ninães	Foi integrada em Requião
26	São Mamede de Crespos	Foi integrada em Requião
25	Santa Cristina de Covas	Foi integrada em Requião
77	Santa Maria de Perrelos	Foi integrada em Delães
62	S. Simão de Junqueira (Mosteiro)	Foi integrada em Bairro
80	[S. Miguel de] Santagões	Não identificada

Chegados ao ano de 1258, uma outra Inquirição, desta vez ordenada pelo rei D. Afonso III, permite-nos realizar uma segunda observação sobre as paróquias pertencentes ao já denominado Julgado de Vermoim. Se tivermos em conta o que tinha ocorrido quase quatro décadas antes, as alterações ocorridas não foram muitas, observando-se apenas a anexação de uma paróquia da Terra de Entre Ambas as Aves, a desanexação de duas para o Julgado de Guimarães e a extinção de outras tantas, que se uniram a duas paróquias que hoje são freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão [Ver Mapa 3].

### **Evolução das Paróquias do Julgado de Vermoim segundo as Inquirições de 1258**

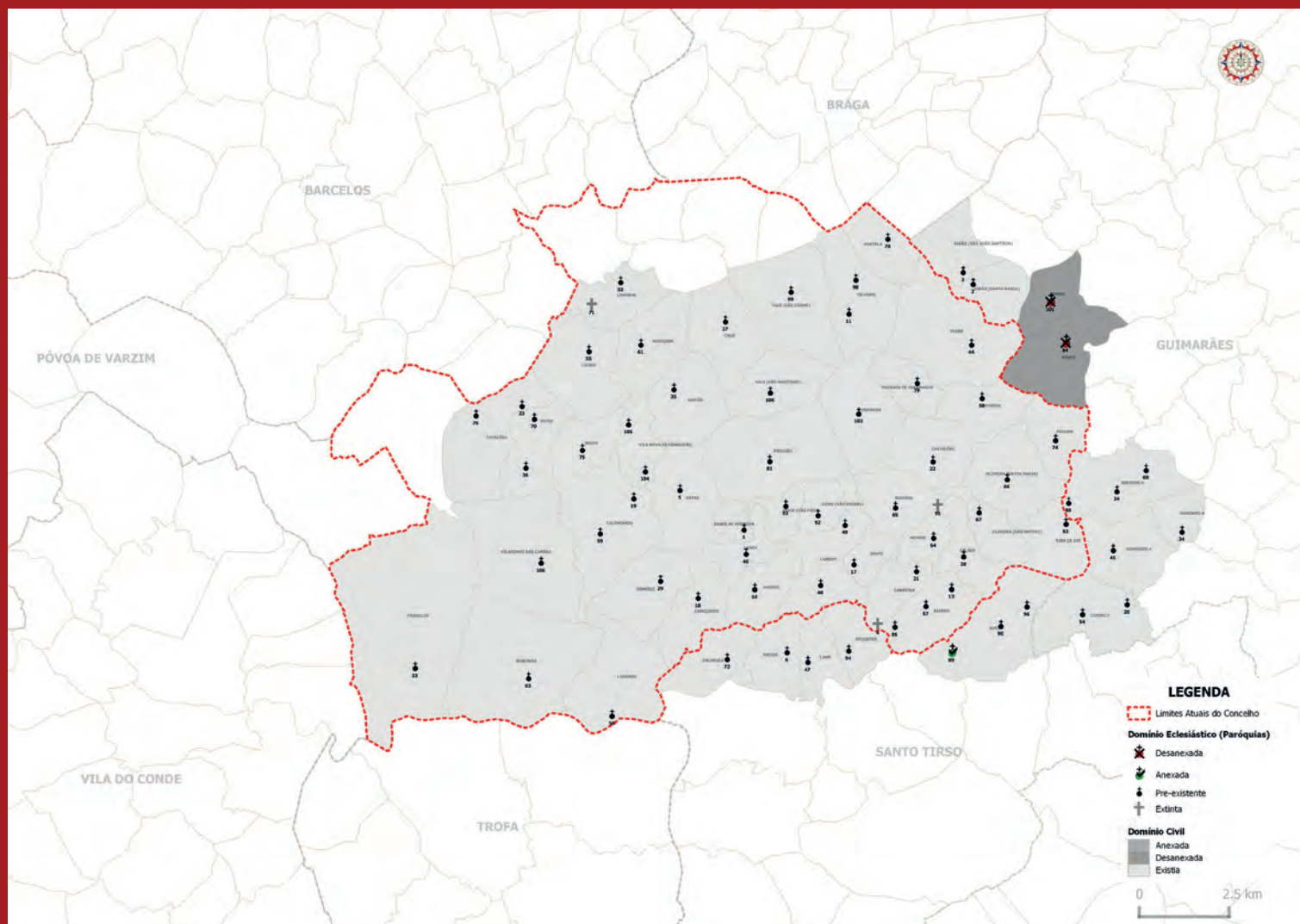
Nr.	Paróquias Anexadas	De onde veio?
89	São Lourenço de Romão de Entre Ambas as Aves	Terra de Entre Ambas as Aves

Nr.	Paróquias Desanexadas	Onde foi integrada?
84	São Tiago de Ronfe	Julgado de Guimarães
101	São Mamede de Vermil	Julgado de Guimarães

Nr.	Paróquias Extintas	Onde aconteceu?
4	São Tiago de Almofães	Foi integrada em Carreira
91	São Miguel o Anjo (ou do Monte)	Foi integrada em Delães

# MAPA 3

Julgado de Vermoim [1258]



Uma outra Inquirição, desta feita ordenada pelo rei D. Dinis, no ano de 1290, permite obter novos dados sobre o Julgado de Vermoim e as paróquias que o integravam. Tal como nas Inquirições de 1258, não se observam grandes mudanças entre 1258 e 1290 no espaço administrativo do Julgado de Vermoim. Segundo as Inquirições de 1290, este Julgado perdeu duas paróquias para o Julgado de Guimarães e viu extinguir-se uma outra que foi integrada na atual freguesia da Carreira (União de Freguesias da Carreira e Bente) [Ver Mapa 4].

### **Evolução das Paróquias do Julgado de Vermoim segundo as Inquirições de 1290**

<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Desanexadas</b>	<b>Onde foi integrada?</b>
40	Santa Maria de Airão (de Lanhas)	Julgado de Guimarães
3	São João (Baptista) de Airão	Julgado de Guimarães

<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Extintas</b>	<b>Onde aconteceu?</b>
59	S. Miguel do Monte (depois Custóias)	Foi integrada em Carreira

Já referimos anteriormente que as fontes utilizadas para elaborarmos esta tentativa de evolução dos limites administrativos externos e internos do concelho de Vila Nova de Famalicão (durante muitos séculos integrado no Julgado de Vermoim) foram elaboradas por duas entidades (Realeza e Igreja). Se o *Censual de Entre Lima e Ave do Bispo D. Pedro* pretendeu enquadrar eclesiasticamente este território no qual nos inserimos e que, à época, era denominado por Terras de Vermoim, as Inquirições de 1220, 1258 e 1290, por seu lado, pretendeu delimitar administrativamente o território. Se no início, os limites geográficos eclesiásticos corresponderiam de grosso modo aos administrativos, com as Inquirições dos anos citados, essa correspondência não foi tão linear, levando a que os limites eclesiásticos fossem mais abrangentes do que os limites administrativos, ou seja, o Julgado de Vermoim, administrativamente, possuía as paróquias que vimos elencando, enquanto eclesiasticamente, possuía, além das terras administrativas, outras que faziam parte do Julgado de Guimarães e Julgado de Faria.

O Catálogo das Igrejas, elaborado entre os anos de 1320 e 1321, sendo uma fonte eclesiástica, vem referida a paróquia de Santa Marinha da Igreja Velha e a de São Félix de Gondifelos (atual freguesia de São Félix e Santa Marinha de Gondifelos, integrada na União das Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz) como pertencente ao Julgado de Vermoim. No entanto, nas nossas pesquisas, não encontramos nenhuma referência que nos comprovasse que estas duas paróquias pertencessem administrativamente ao Julgado de Vermoim. Segundo este Catálogo, eclesiasticamente pertencia ao Julgado de Vermoim, mas administrativamente pertencia ao

Julgado de Faria. A sua integração no concelho de Vila Nova de Famalicão apenas viria a ocorrer, num primeiro momento, em 1836 e, numa segundo momento, já definitivamente, em 1872. Excluindo estas duas paróquias, as restantes mantiveram-se [Ver Mapa 5].

Durante este período, o Julgado de Vermoim compreendia também os Coutos de Landim e Palmeira, este último, já em 1290, encontrava-se sob domínio de Landim. Sendo um poder forte dentro do Julgado, o Couto de Landim tinha jurisdições próprias, presididas pelo seu Prior, elegendo os seus funcionários civis e religiosos. No tempo de D. Afonso IV (1336) as regalias e poderes de Landim viriam a ser retiradas ao Couto que passou a ser governado pelo Juiz do Julgado de Vermoim.

Por serviços prestados ao rei D. Fernando, os homens-bons e da governança de Guimarães solicitaram ao monarca a posse das terras de Vermoim, Felgueiras e Freitas, pelo facto de terem perdido as suas melhores terras a quando de uma doação feita ao Infante D. João por D. Pedro em 1361. O monarca atendeu ao solicitado por carta de 20 de Setembro de 1369, mandando que *“os moradores dessas terras (Vermoim, Felgueiras e Freitas) e os dessa Villa de Guimarães seiam (fossem) todos hum poboo e hum concelho e essas terras de Vermuy e de Felgueiras e de Ffreitas termho dessa Villa, e nom seiam daquy em diante julgados nem concelhos como ante eram”*<sup>27</sup>.

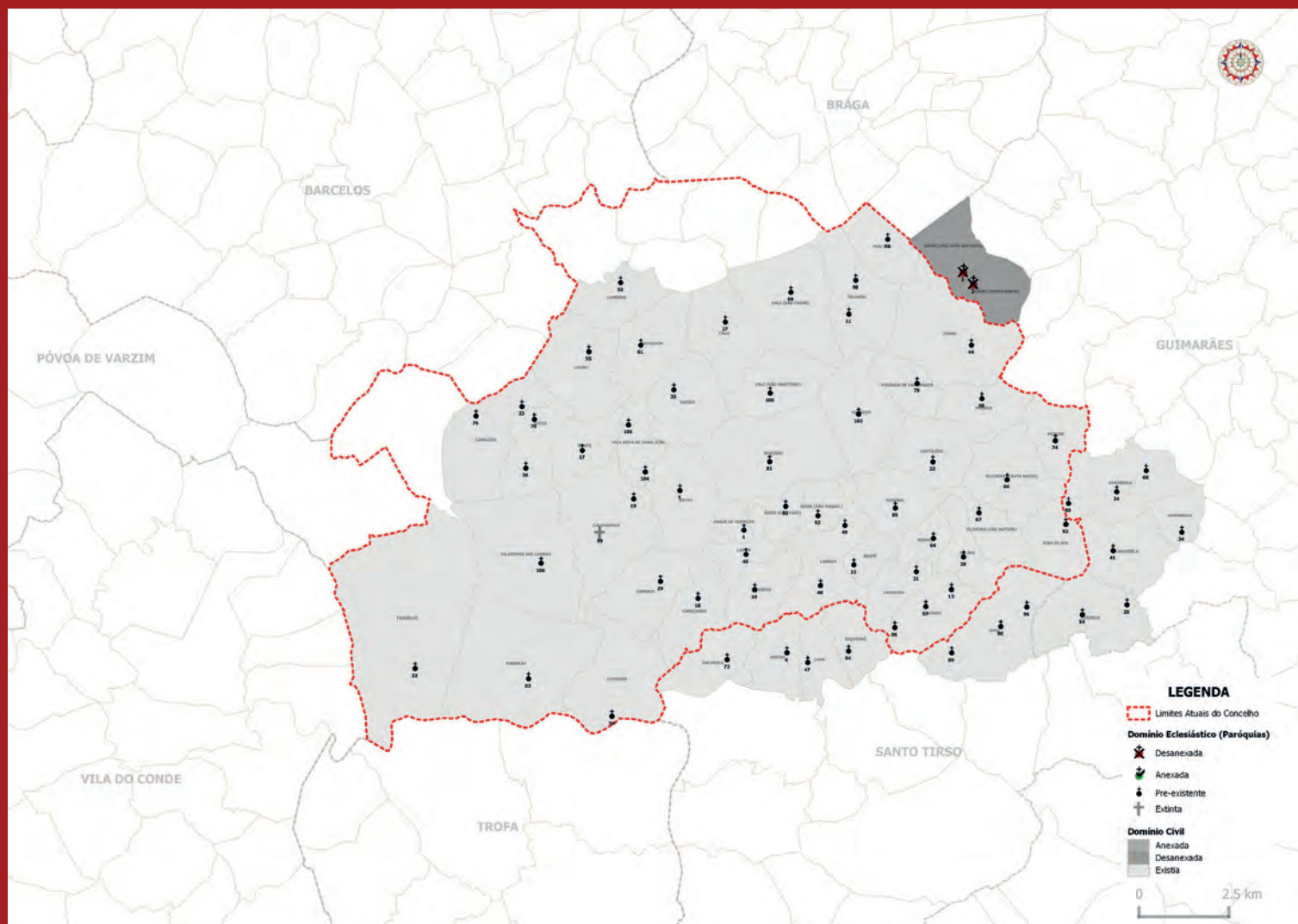
---

[27] GOMES, Paulino (Coordenação) – *“Famalicão: Terras de Vila Nova”*. Paços de Ferreira: Agine Editores, 1996, pág. 61.

Esta carta, que ordenava a extinção do Julgado de Vermoim, felizmente nunca foi posta em prática. Em 1372, assiste-se à atribuição do Julgado de Vermoim a Telo Gonçalves de Aguiar, revogando-se assim o que fora determinado em 1369. Vermoim e os seus direitos administrativos foram passando de mão em mão, mas nunca se perderam por completo, a não ser na época de D. João I, quando o Conde D. Gonçalo, que recebera este Julgado por doação régia em 1375, se alinou com D. Beatriz de Castela e Vermoim passou para as mãos do Conde de Barcelos.

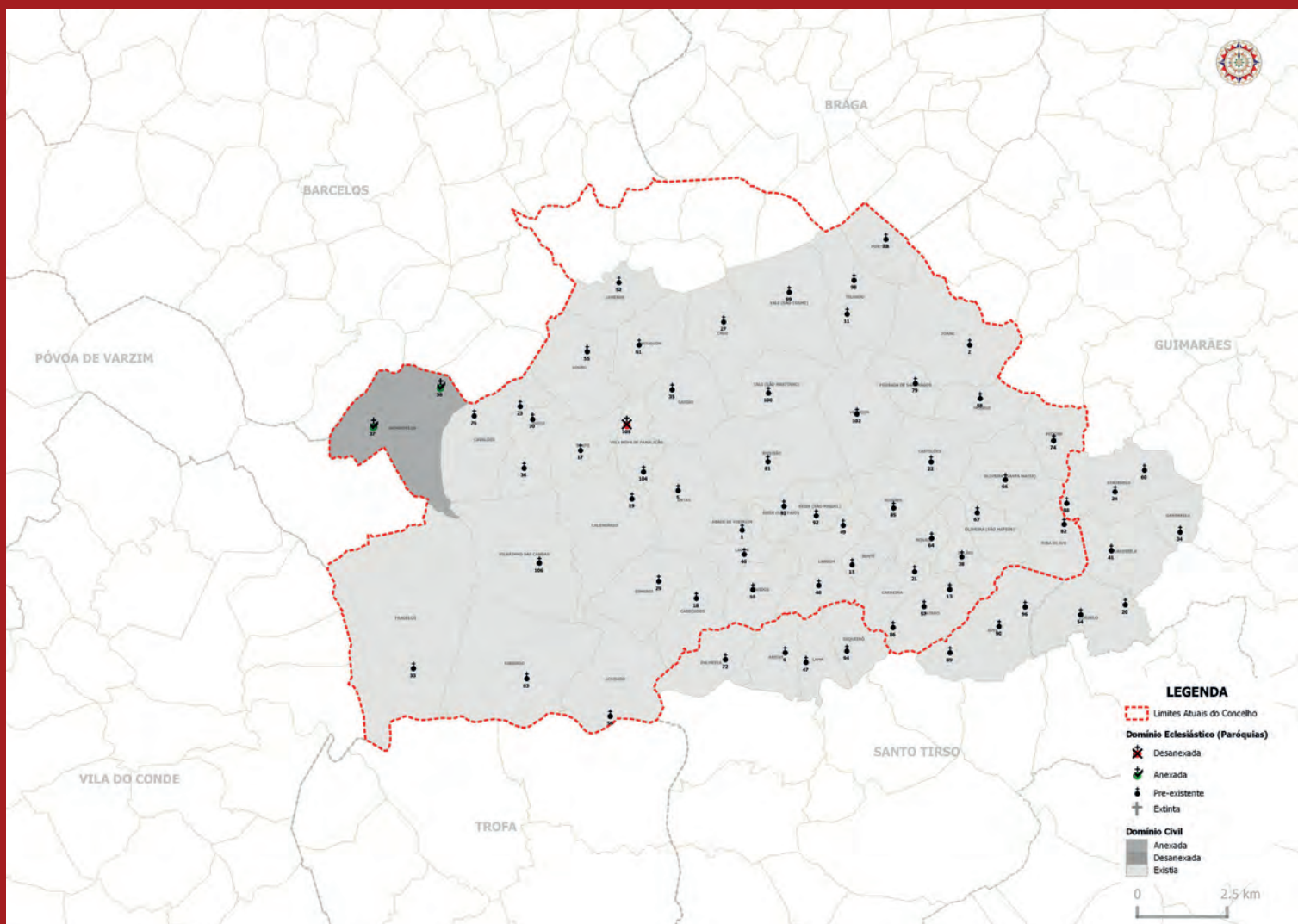
Quando ainda era regedor do Reino, o Mestre de Avis doou o Julgado de Vermoim ao Arcebispo de Braga D. Lourenço. A doação foi confirmada por carta régia de 1 de Maio de 1395. Com a crise política gerada pela morte de D. Fernando, a instabilidade acentuou-se. O Mestre de Avis apoiou-se na burguesia nacional e não deixou de fazer contas com quem apoiou D. Beatriz de Castela. Chegado o momento ajustou algumas delas com a antiga nobreza, principalmente com o Conde D. Gonçalo, pelo que o privou dos julgados e terras de Viana (Neiva), Aguiar, Darque, Parelhal, Faria, Rates e Vermoim. Passaram todos para o património real e logo foram doadas a D. Afonso, conde de Barcelos que se tornou o novo senhor de Vermoim. Apercebendo-se de que era necessário fazer frente ao património e ao imenso poderio de D. Nuno Álvares Pereira, congeminou um projeto para engrandecer política e administrativamente Barcelos, impondo aos julgados vizinhos, nomeadamente aos de Neiva, Faria, Aguiar e Vermoim um esvaziamento quase completo dos seus direitos autonómicos, tornando-os parte integrante do concelho de Barcelos.

MAPA 4  
Julgado de Vermoim [1290]



# MAPA 5

Julgado de Vermoim [1320]



Por carta de 19 de setembro de 1410, D. João I doou estes julgados como termo de Barcelos ao filho D. Afonso com todas as suas aldeias, termos, pertenças e jurisdições, eliminando a relativa autonomia do Julgado de Vermoim e da sua sede, Vila Nova.

#### 4.2.4 A subjugação ao concelho de Barcelos (1410 - 1835)

Com a integração do Julgado de Vermoim, juntamente com os de Neiva, Penafiel, Faria e Aguiar no vasto concelho de Barcelos, podemos referir que, pela primeira vez, todas as freguesias pertencentes ao atual concelho de Vila Nova de Famalicão estavam reunidas sob jurisdição de uma mesma entidade, a Casa de Bragança.

A Carta de Foral outorgada a Vila Nova pelo rei D. Sancho I em 1205 vai perder todo o poder que lhe era intrínseco, tanto mais que, em agosto de 1515 aquando da assinatura do Foral Novo de Barcelos são uma vez mais anexos e incorporados na “*ditta Villa (Barcelos), allem dos direitos acima contheudos sam nossos e da coroa destes Regnos os Reguengos tributos, foros e pensões e lutosas comtheudos e declarados nos foraes Escripturas Inqyrições dos Concelhos de Neyva, Penafiel, Vermoym, Faria e Aguiar*”<sup>28</sup>.

Ao longo de mais de quase quatro séculos, o Julgado de Vermoim, tendo como sede Vila Nova, manter-se-á nas amarras do concelho de Barcelos. No entanto, como referem José Viriato Capela “*Nele, porém, se manterão sempre vivos e actuantes alguns restos da velha autonomia e quadros institucionais que lhe vem do passado medieval, que lhe conservarão ainda alguma personalidade e diferenciação no interior deste vasto concelho, sempre prontos a manifestar-se e a reclamar mais larga participação e autonomia quando as circunstancias o proporcionem*”<sup>29</sup> e Veríssimo Serrão “*Na chancelaria de D. João II encontram-se cartas régias com interesse para a história de Famalicão. A primeira foi assinada em Abrantes, em 30 de agosto de 1483, e nomeia Luís Afonso para o ofício de tabelião em Vila Nova de Famalicão*” e “*Documenta-se também a vitalidade social e económica da terra perante a confirmação de Pedro Álvares como juiz das sisas de Famalicão, por carta régia de 24 de junho de 1484*”<sup>30</sup>, Vila Nova de Famalicão vai manter ainda um certo grau de autonomia nas primeiras décadas após a integração no concelho de Barcelos mas que, com o avançar do tempo, vai perdendo fulgor até entrar num processo de hibernação durante os séculos XVI e XVII.

A partir do século XVIII, as personalidades mais imponentes de Vila Nova de Famalicão procuraram libertar-se da dependência do senhorio da Casa de Bragança e tornar-se um concelho independente, tendo realizado diversas petições nesse sentido à Câmara de Barcelos (anos de 1715, 1734, 1745), embora todas sem resultados práticos. A situação mantém-se igual por mais algum tempo, até que, no ano de 1825 de novo se exigiu a nomeação de um Juiz de Fora para Vila Nova de Famalicão. Esta insistência era uma estratégia utilizada pelos grandes senhores proprietários do Julgado de Vermoim para a passagem a Concelho, para a sua independência em relação a Barcelos, já que no Antigo Regime os Juizes de Fora eram

---

[28] GOMES, Paulino (Coordenação) – “*Famalicão: Terras de Vila Nova*”. Paços de Ferreira: Agine Editores, 1996, pág. 63.

[29] CAPELA, José Viriato – “*O Julgado de Vermoim no Antigo Regime*”, pág. 143. In CAPELA, José Viriato, MARQUES, José, COSTA, Artur Sá da e SILVA, António Joaquim Pinto da - História de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, 2005.

[30] GUEDES, Rui (Direção) – *Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1997, pág. 26.

nomeados exclusivamente para Concelhos importantes. Barcelos reagiu e contestou vivamente esta posição dos famalicenses. Em resposta, convocou todos os Juizes das paróquias que integravam o Julgado de Vermoim e, como era de esperar, estes foram pela continuidade do Julgado de Vermoim no concelho de Barcelos. Diziam nomeadamente “*que não lhes convinha a criação de Juizes de Fora no lugar de Vila Nova de Famalicão, antes lhes era prejudicial, porque naquele lugar não só não há Nobreza, mas também não há proporções de estabelecimento de Cadeias, Casas da Câmara e do Concelho, e para se edificarem de novo serão necessárias extraordinárias somas, com o que se segue consideráveis vexames aos Povos*”<sup>31</sup>. Ficou assim determinado pela Câmara de Barcelos que tal intenção, já muitas vezes pretendida pelos grandes proprietários de Vila Nova, terminasse de vez e que o assunto nunca mais fosse abordado.

Em relação aos limites geográficos externos e internos do Julgado de Vermoim, durante os quase quatrocentos anos de submissão a Barcelos, muitas poucas alterações se fizeram sentir, ao contrário dos séculos XIII e XIV que foram férteis em mudanças, como já vimos em pontos anteriores. A consulta das *Memórias Paroquiais de 1758*<sup>32</sup> permitiu-nos averiguar essas alterações aos limites geográficos do Julgado de Vermoim, nas vésperas da criação do atual concelho de Vila Nova de Famalicão. Após análise, podemos referir que o Julgado de Vermoim, em 1758, era constituído por 50 (ou 51) paróquias e 8 (ou 7) paróquias pertencente ao Couto de Landim (Paróquias de Santa Maria de Landim, Santa Marinha de Landim, Bente, Areias, Palmeira, Lama e Sequeiró). A freguesia de Seide São Miguel está incluída no Couto de Landim mas um lugar dessa freguesia encontra-se subordinada a Vila Nova. Daí que Vasco de Carvalho refira que o Julgado de Vermoim, nas Memórias Paroquiais de 1758, era constituído por 51 paróquias mais 7 paróquias do Couto de Landim. Se integrarmos Seide São Miguel no Couto de Landim, o Julgado de Vermoim seria constituído por 50 paróquias mais 8 paróquias pertencentes ao Couto de Landim. No entanto, no conjunto total, ambas as situações são condizentes. Em 1758, o Julgado de Vermoim possuía 58 paróquias. [Ver Mapa 6].

[31] GOMES, Paulino (Coordenação) – “*Famalicão: Terras de Vila Nova*”. Paços de Ferreira: Agine Editores, 1996, pág. 67.

[32] Compiladas, tratadas e editadas por CAPELA, José Viriato e SILVA, António Joaquim Pinto da – *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001.

### **Evolução das Paróquias do Julgado de Vermoim segundo as Memórias Paroquiais de 1758**

<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Desanexadas</b>	<b>Onde foi integrada?</b>
20	São João de Calvos	Terras de Guimarães
38	São Félix de Gondifelos	Terras de Faria
37	Santa Marinha da Igreja Velha	Terras de Faria





Nr.	Paróquias Extintas	Onde aconteceu?
57	São Julião de Matamá	Foi integrada em Bairro
11	São Salvador de Azões	Foi integrada em Telhado
76	São Veríssimo de Pedrafita	Foi integrada em Cavalões
104	Santa Maria de Vila Nova	Foi integrada em Vila Nova de Famalicão

Pela tabela acima, verifica-se que não houve nenhuma paróquia anexada durante quase 400 anos e que as únicas que foram desanexadas foram as de São Félix de Gondifelos e Santa Marinha da Igreja Velha (com toda a vicissitude que levou à sua integração no Julgado de Vermoim) e a de São João de Calvos para o concelho de Guimarães. Relativamente a paróquias extintas, o número foi superior às desanexadas, pertencendo todas ao atual concelho de Vila Nova de Famalicão.

#### 4.2.5 A Refundação do Concelho de Vila Nova de Famalicão e a Consolidação dos seus Limites Administrativos (1835 - 2013)

A refundação do concelho de Vila Nova de Famalicão (a fundação, como vimos, ocorreu em 1205 através da concessão da Carta de Foral a Vila Nova pelo rei D. Sancho I) deve-se ao processo reformista saído das revoluções liberais das primeiras décadas do século XIX. Sem querermos alongar muito neste tema, até porque ele não é o objeto de estudo neste artigo, mas como essa reforma, e as subsequentes, vão ter importância na definição dos limites administrativos do atual concelho de Vila Nova de Famalicão, iremos deixar um breve quadro contextual que conduziu à refundação do concelho de Vila Nova de Famalicão, como unidade administrativa independente.

Será com Mouzinho da Silveira que o país, inspirado na reforma administrativa francesa, procurou redesenhar o seu mapa administrativo, o que ocorreu logo após a Guerra Civil que assolou o país entre 1832 e 1834. O governo, com o apoio do rei, pretendia retirar aos concelhos uma certa autonomia, concentrando-o todo em Lisboa. Consideravam que o país estava estruturalmente mal dividido, afirmando ainda existirem concelhos demasiado pequenos e outros extremamente grandes. Deste modo o país necessitava de ser reorganizado. No que a Vila Nova de Famalicão diz respeito, estas reformas vão ser utilizadas pelos grandes proprietários e senhores, que vão encontrar aqui um fundamento jurídico e político para as suas velhas pretensões, já que o concelho de Barcelos enquadrava-se no tipo de concelho “*extremamente grande*”.

Antes de reorganizar administrativamente o país, o governo liberal procedeu à reforma judicial do reino. Assim, segundo o Decreto de 21 de março de 1835, que dava cumprimento ao

estabelecido na Carta de Lei de 28 de fevereiro do mesmo ano, o país ficou dividido em duas Relações (Porto e Lisboa) e um grande número de julgados (que não corresponderiam aos antigos julgados aqui abordados). Vila Nova de Famalicão, segundo esta Divisão, surge como cabeça do Julgado que foi intitulado de Vila Nova de Famalicão (já não há referência ao Julgado de Vermoim), formado por Vila Nova de Famalicão, o antigo Couto de Landim (que era constituído pelas freguesias de Santa Maria de Landim, Santa Marinha de Landim, Bente, São Miguel de Seide, Areias, Lama, Palmeira e Sequeirô) e 58 freguesias situadas a sul do rio Este e desanexadas do concelho de Barcelos [Ver Mapa 7].

### **Evolução do Julgado de Vermoim para o Julgado de Vila Nova de Famalicão**

<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Anexadas</b>	<b>De onde veio?</b>
7	Arnosinho	Julgado de Penafiel
8	Arnosos Santa Eulália	Julgado de Penafiel
9	Arnosos Santa Maria	Julgado de Penafiel
30	Ferreiró	Julgado de Faria
42	Guizande	Julgado de Penafiel
43	Jesufrei	Julgado de Penafiel
68	Oliveira São Pedro	Julgado de Penafiel
87	Santagões	Julgado de Faria
97	Tebosa	Julgado de Penafiel
95	Sezures	Julgado de Penafiel

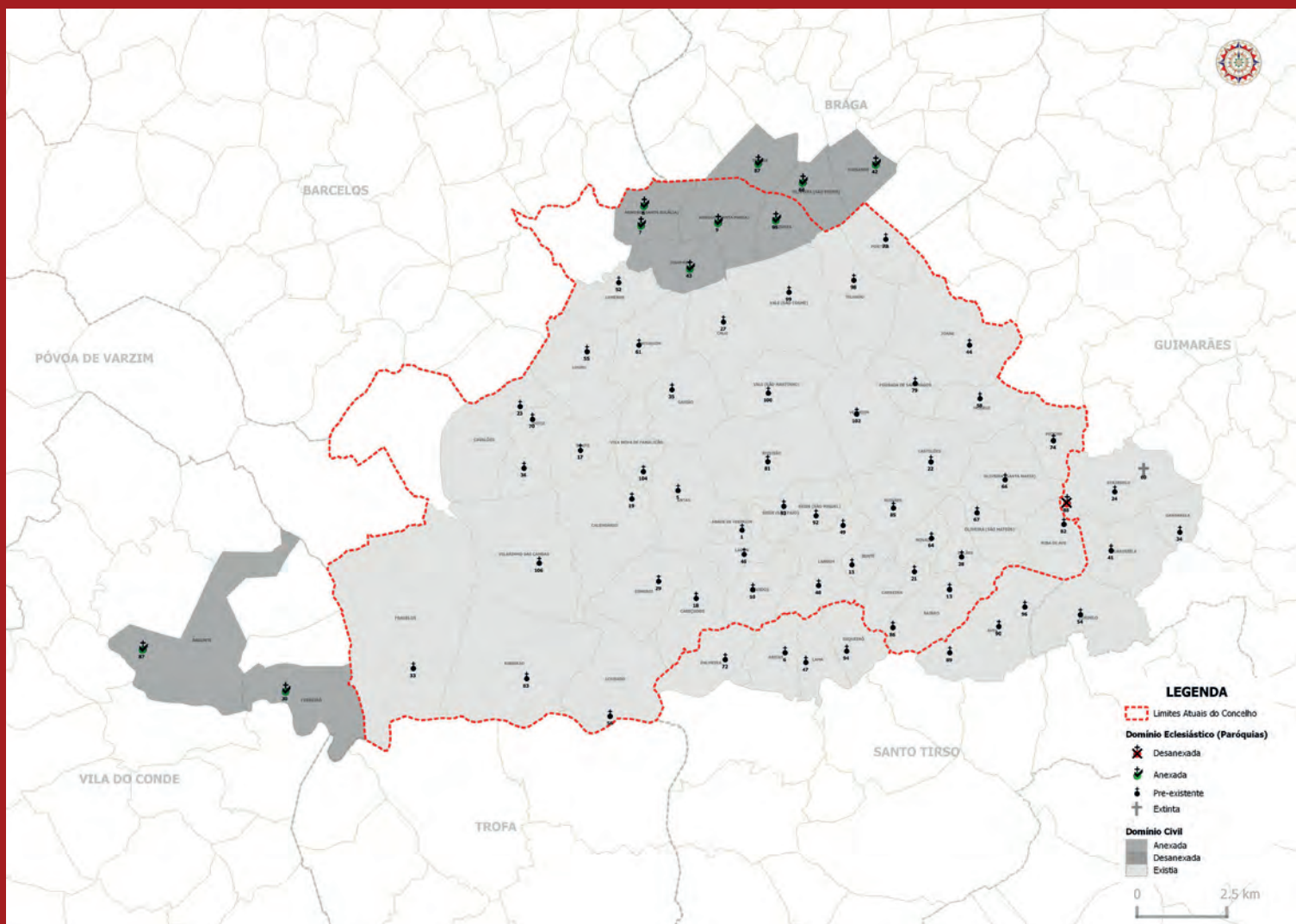
<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Desanexadas</b>	<b>Onde foi integrada?</b>
88	São Bartolomeu de Entre Ambas as Aves	Desconhecido

<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Extintas</b>	<b>Onde aconteceu?</b>
60	São Pedro do Monte	Desconhecida

Em relação à tabela anterior, correspondente ao ano de 1758, na qual o Julgado de Vermoim era constituído por 58 paróquias, a criação do Julgado de Vila Nova de Famalicão levou à absorção por parte deste de quase todas essas paróquias (com exceção da São Bartolomeu de Entre

## MAPA 7

Julgado/Concelho de Vila Nova  
de Famalicão [1835]



Ambas as Aves). Além disso, ainda lhe foi acrescentado mais 10 paróquias (Arnosinho, Arnoso Santa Eulália, Arnoso Santa Maria, Ferreiró, Guizande, Jesufrei, Oliveira São Pedro, Santagões, Tebosa e Sezures). O novo Julgado de Vila Nova de Famalicão ficou assim constituído por sessenta e sete paróquias.

Deste Julgado para o Concelho foi um passo. Segundo Viriato Capela “*se a criação do concelho é um trabalho e uma luta histórica, a sua definição territorial, em concreto, foi também o resultado dos caminhos e princípios que se seguirá neste ordenamento judicial. Agora o novo Julgado Judicial impõe também mais fortemente o concelho*”<sup>33</sup>.

A 23 de setembro de 1835, o Governador Civil de Braga reconhecia autonomia judicial e administrativa a Vila Nova de Famalicão, ao mesmo tempo que dirigia ao nomeado Presidente da Comissão Municipal, Dr. António Ribeiro Queiroz, ordem para constituir uma Comissão Municipal para formar e organizar o Concelho de Vila Nova de Famalicão, cuja primeira reunião ocorreu a 28 de setembro de 1835 na Casa do Paço (na atual Praça 9 de Abril). Esta Comissão Municipal esteve em funções de 28 de Setembro de 1835 a 16 de Fevereiro de 1836. Neste último ano, após um acto eleitoral, aparece o primeiro elenco camarário eleito presidido por Manuel de Sá Malheiro Sottomayor.

[33] CARVALHO, Vasco de - “*A Justiça*”. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições e Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2005, pág. 28-29.

Logo no ano seguinte à refundação do concelho de Vila Nova de Famalicão, este, através do Decreto de 6 de Novembro de 1836, viu ser-lhe alterado o território que dominava através da anexação e desanexação de freguesias [Ver Mapa 8].

### **Evolução do Concelho de Vila Nova de Famalicão no ano de 1836**

<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Anexadas</b>	<b>De onde veio?</b>
108	Arentim	Concelho de Barcelos
39	São Félix e Santa Marinha de Gondifelos	Concelho de Barcelos
107	Nine	Concelho de Barcelos

<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Desanexadas</b>	<b>Onde foi integrada?</b>
47	S. Miguel da Lama	Concelho de Santo Tirso
68	Oliveira São Pedro	Concelho de Braga
72	Santa Eulália de Palmeira	Concelho de Santo Tirso
94	S. Martinho de Sequeirô	Concelho de Santo Tirso
87	Santagões	Concelho de Vila do Conde

Perante este quadro, as freguesias do extinto Couto de Landim – São Martinho de Sequeirô, São Miguel da Lama e Santa Eulália de Palmeira – são integradas no concelho de Santo Tirso, enquanto Santagões e Oliveira São Pedro, vão pertencer ao concelho de Vila do Conde e de Braga, respetivamente. No entanto, é compensado com a anexação das freguesias de Arentim, Gondifelos e Nine, todas pertencentes ao concelho de Barcelos. Deste modo, no final do ano de 1836 o concelho de Vila Nova de Famalicão era constituído por 65 freguesias.

O ano de 1837 foi também rico em mudanças de freguesias no concelho de Vila Nova de Famalicão. Segundo legislação saída em janeiro, fevereiro e pela Carta de Lei de 14 de Junho de 1837, o concelho viu ser-lhe retirado, nada mais, nada menos, do que sete freguesias, ficando com “apenas” 58 freguesias [Ver Mapa 9].

### **Evolução do Concelho de Vila Nova de Famalicão no ano de 1837**

<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Desanexadas</b>	<b>Onde foi integrada?</b>
6	Areias	Concelho de Santo Tirso
34	Gandarela	Concelho de Guimarães
41	Guardizela	Concelho de Guimarães
42	Guizande	Concelho de Braga
54	Lordelo	Concelho de Guimarães
97	Tebosa	Concelho de Braga
108	Arentim	Concelho de Braga

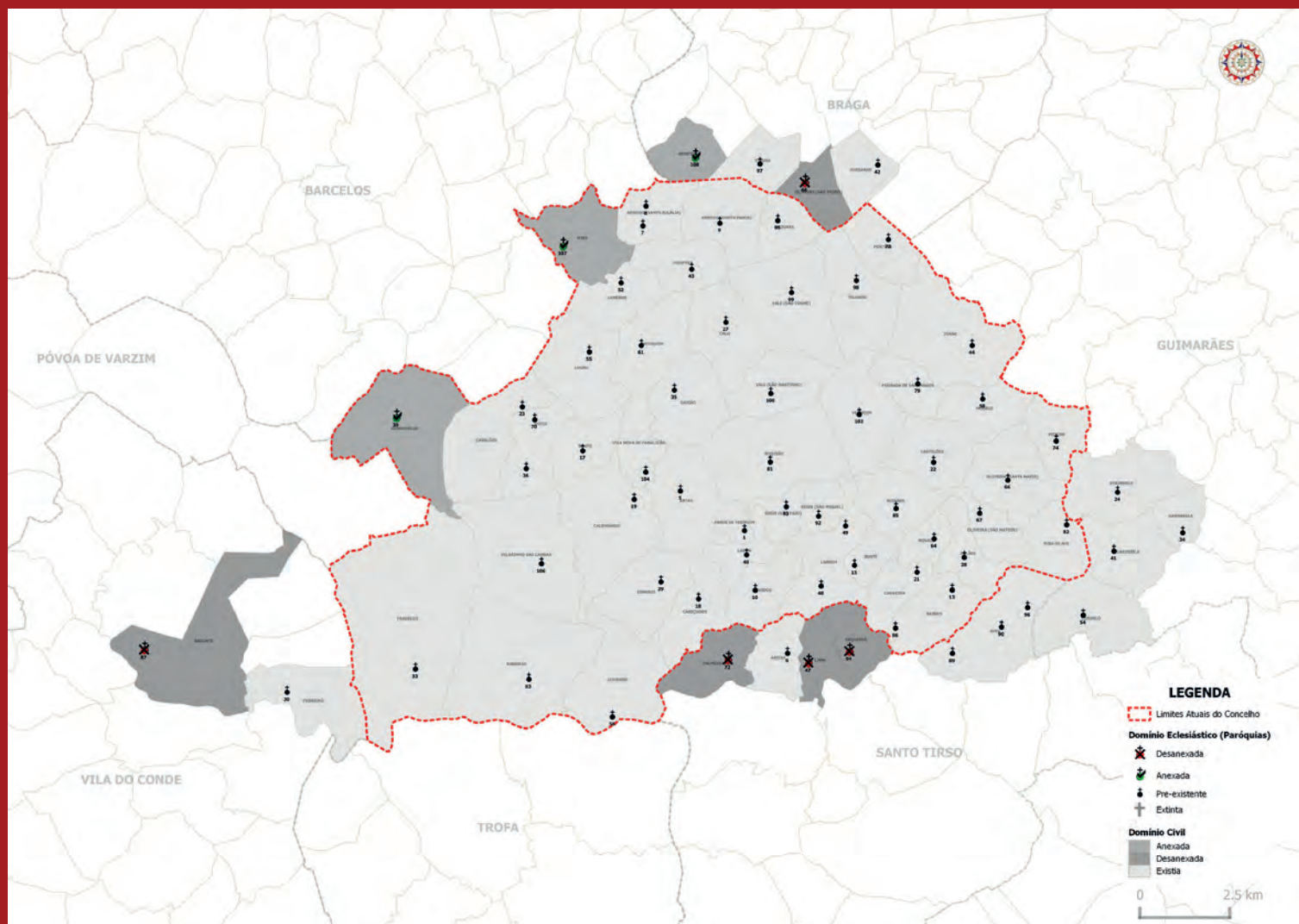
Chegados a 1838, o território pertencente ao concelho de Vila Nova de Famalicão viu ser-lhe desanexada mais uma freguesia, neste caso a de São Félix e Santa Marinha de Gondifelos que, segundo a Carta de Lei de 22 de fevereiro voltou a pertencer administrativamente ao concelho de Barcelos. No final de 1837, o concelho de Vila Nova de Famalicão era assim constituído por 57 freguesias [Ver Mapa 10].

### **Evolução do Concelho de Vila Nova de Famalicão no ano de 1838**

<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Desanexadas</b>	<b>Onde foi integrada?</b>
39	Gondifelos	Concelho de Barcelos

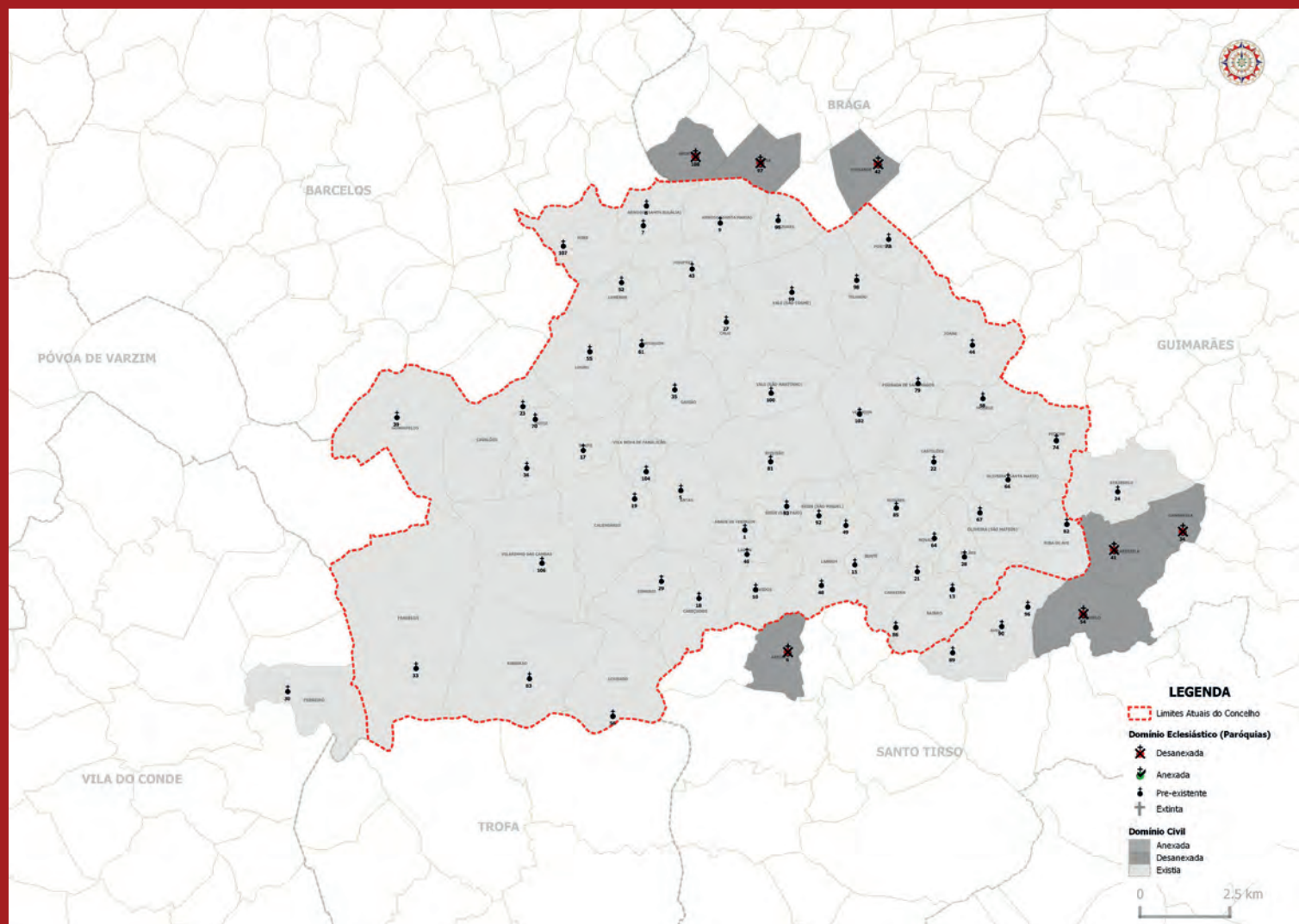
Em 1841, Vila Nova de Famalicão, que se conservou ao longo do tempo como lugar, paróquia e freguesia, foi elevada à categoria de Vila pela rainha D. Maria II, a pedido da Câmara Municipal.

**MAPA 8**  
Concelho de Vila Nova de  
Famalicão [1836]



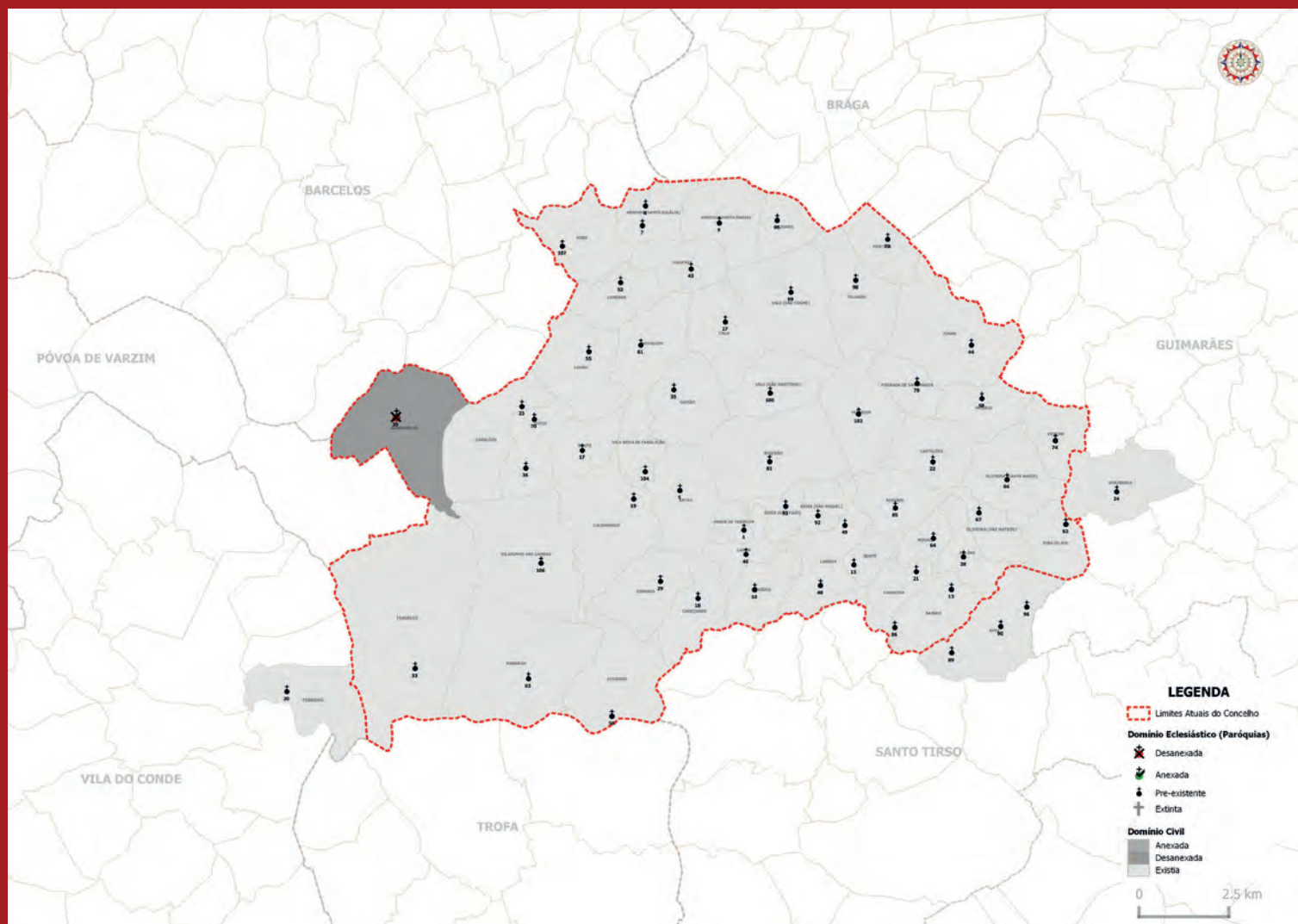
## MAPA 9

Concelho de Vila Nova de  
Famalicão [1837]





**MAPA 10**  
Concelho de Vila Nova de  
Famalicão [1838]



A justificação por esta atribuição está patente no respetivo decreto: “(...) *na Povoação de Famalicão concorrem as necessárias proporções para sustentar com dignidade o Título de Villa, tanto pelo seu Commercio e subido numero de proprietário, como pela grandeza de seus Edifícios, nos quaes ultimamente se teem feito consideráveis melhoramentos; e tendo outro sim attenção à lealdade que distingue os seus habitantes (...) que a dita Povoação, do dia da publicação deste Alvará por diante, fique erecta em Villa, denominando-se Villa Nova de Famalicão*”, e haja todos os privilégios e liberdades que devem gosar e gosão as outras Villas d’estes Reinos”.

O ano de 1853 trouxe de novo um limar do território de Vila Nova de Famalicão, com a anexação e desanexação de mais um par de freguesias. Assim, segundo o Decreto de 31 de Dezembro desse ano, o concelho viu perder as freguesias de Ferreiró e Cerzedelo mas, por outro lado, foi-lhe atribuída a freguesia de Balasar. Relativamente à última mudança, o concelho de Vila Nova de Famalicão perdeu apenas uma paróquia, ficando no final do ano de 1853 com 56 freguesias [Ver Mapa 11].

### **Evolução do Concelho de Vila Nova de Famalicão no ano de 1853**

<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Anexadas</b>	<b>De onde veio?</b>
14	Balasar	Concelho da Póvoa de Varzim

<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Desanexadas</b>	<b>Onde foi integrada?</b>
24	Serzedelo	Concelho de Guimarães
31	Ferreiró	Concelho de Vila do Conde

Após ter sido anexada a Vila Nova de Famalicão no ano de 1853, apenas dois anos depois, a freguesia de Balasar, no dia 24 de outubro de 1855, voltou a pertencer administrativamente ao concelho da Póvoa de Varzim, ficando o concelho de Vila Nova de Famalicão com 55 freguesias [Ver Mapa 12].

### **Evolução do Concelho de Vila Nova de Famalicão no ano de 1855**

<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Desanexadas</b>	<b>Onde foi integrada?</b>
14	Balasar	Concelho da Póvoa de Varzim

A freguesia de São Félix e Santa Marinha de Gondifelos (atual União das Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz) fez o percurso contrário à da freguesia de Balasar. Se esta, após ter sido anexada a Vila Nova de Famalicão foi, passado dois anos, integrada de novo na jurisdição

da Póvoa de Varzim, a freguesia de Gondifelos, após ter sido anexada a Vila Nova de Famalicão em 1836 e desanexada em 1838, a pedido dos seus habitantes foi, de novo, anexada a Vila Nova (e desta vez em definitivo) pelo Decreto de 9 de Dezembro de 1872. O nosso concelho ficou assim, de novo, com 56 freguesias [Ver Mapa 13].

### **Evolução do Concelho de Vila Nova de Famalicão no ano de 1872**

<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Anexadas</b>	<b>De onde veio?</b>
39	Gondifelos	Concelho de Barcelos

No ano de 1879 ocorre um momento marcante para a história de Vila Nova de Famalicão. É, através da Lei de 23 de junho, que retirou ao concelho três freguesias do lado sul do rio Ave e as integrou no concelho de Santo Tirso que Vila Nova de Famalicão vê por encerrado os limites administrativos e geográficos externos. Desde esse ano que o concelho de Vila Nova de Famalicão não sofreu mais nenhuma alteração nos seus limites externos. Internamente, não foi bem assim, com de seguida explicaremos. Assim, no final do ano de 1879, o concelho de Vila Nova de Famalicão era constituído por 53 freguesias [Ver Mapa 14].

### **Evolução do Concelho de Vila Nova de Famalicão no ano de 1879**

<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Desanexadas</b>	<b>Onde foi integrada?</b>
90	São Miguel das Aves	Concelho de Santo Tirso
89	São Lourenço de Romão	Concelho de Santo Tirso
96	Santo André de Sobrado	Concelho de Santo Tirso

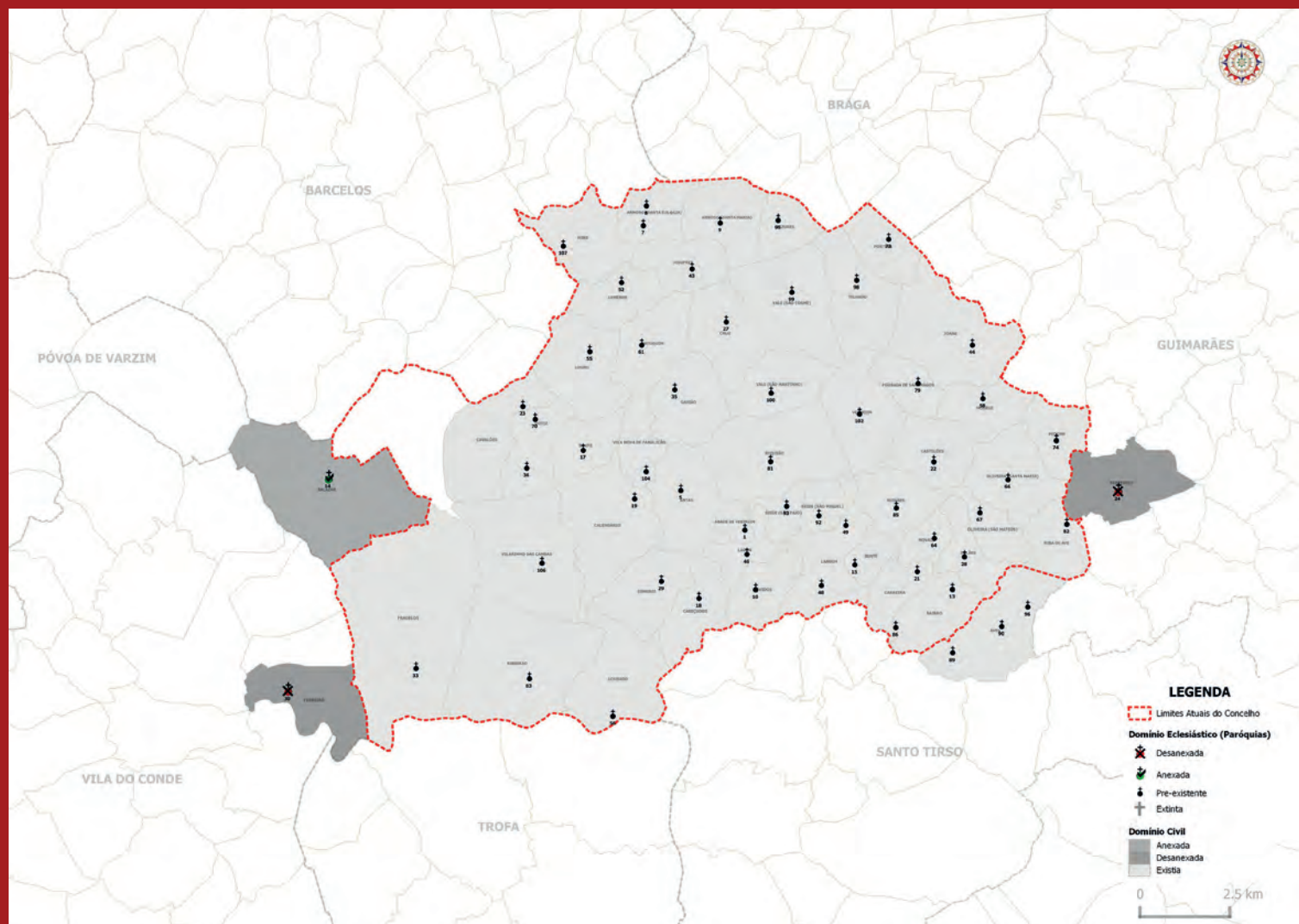
Com os limites externos do concelho definidos, internamente as freguesias vão sofrer algumas alterações, nomeadamente através da extinção e sua integração noutras freguesias. A primeira aconteceu no ano de 1894 com a integração da freguesia de Gemunde na freguesia de Outiz (União das Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz). Vila Nova de Famalicão passou a ter 52 freguesias [Ver Mapa 15].

### **Evolução do Concelho de Vila Nova de Famalicão no ano de 1894**

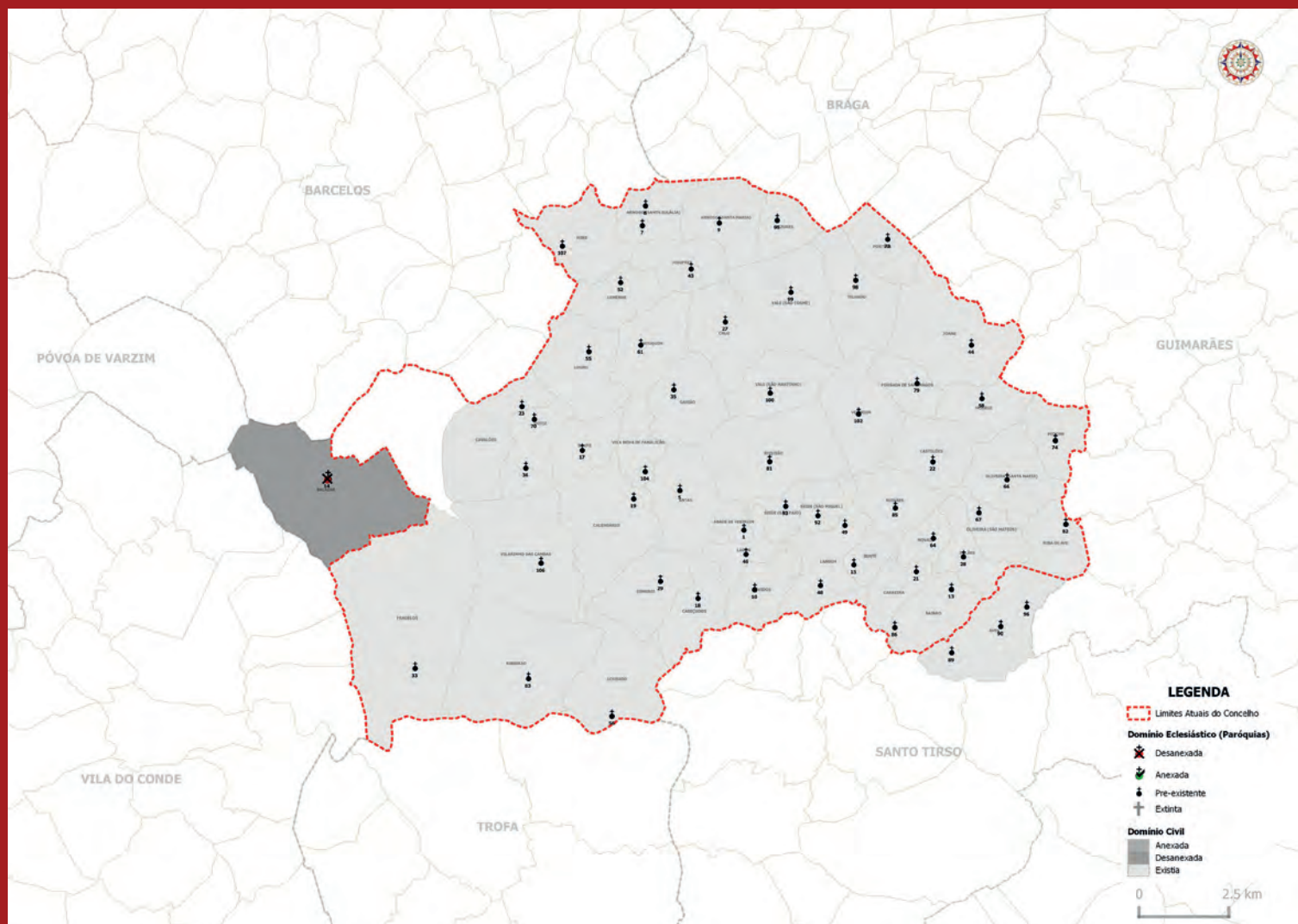
<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Extintas</b>	<b>Onde aconteceu?</b>
36	Gemunde	Integrada na Freguesia de Outiz

# MAPA 11

Concelho de Vila Nova de  
Famalicão [1853]

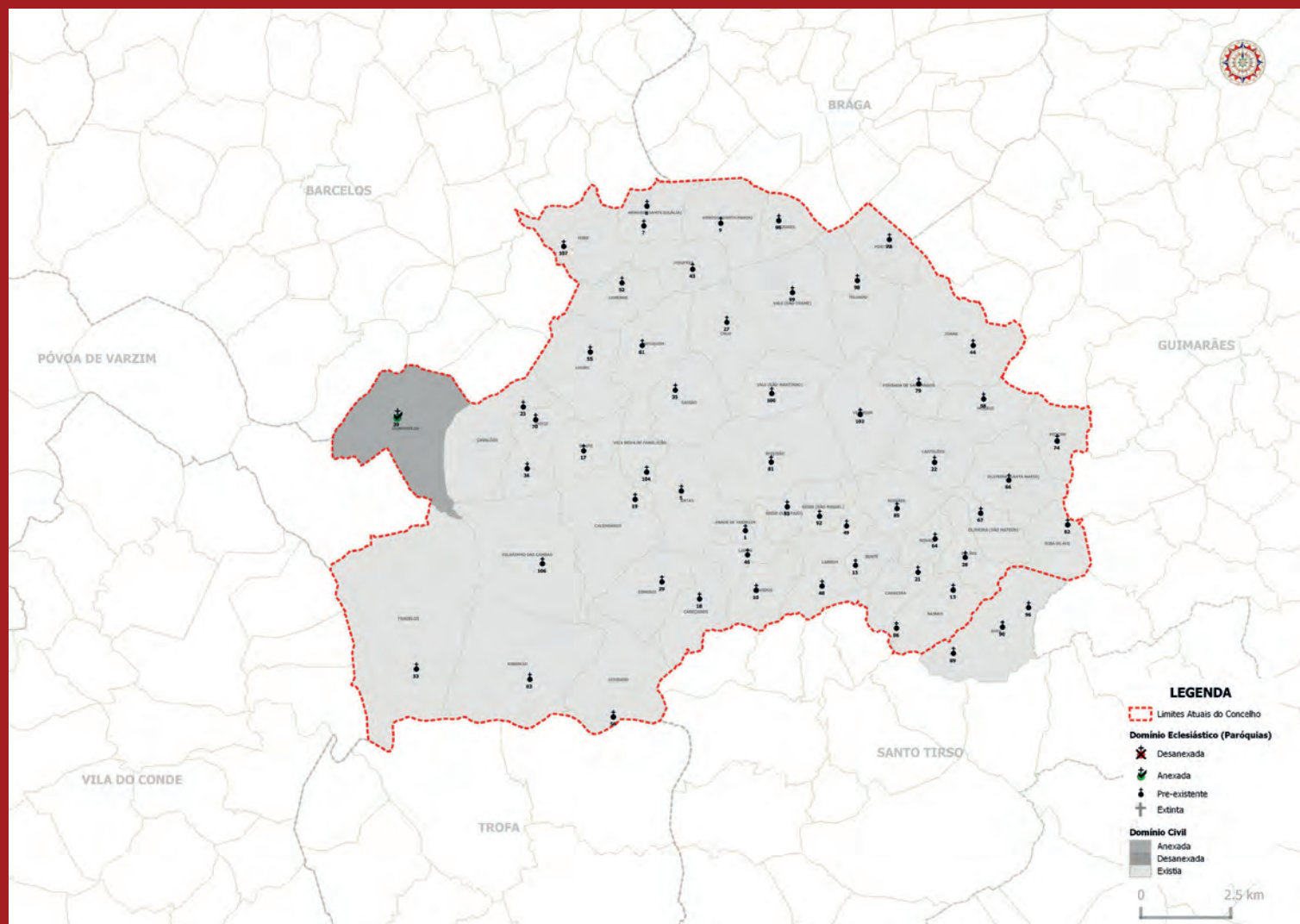


**MAPA 12**  
Concelho de Vila Nova de  
Famalicão [1855]

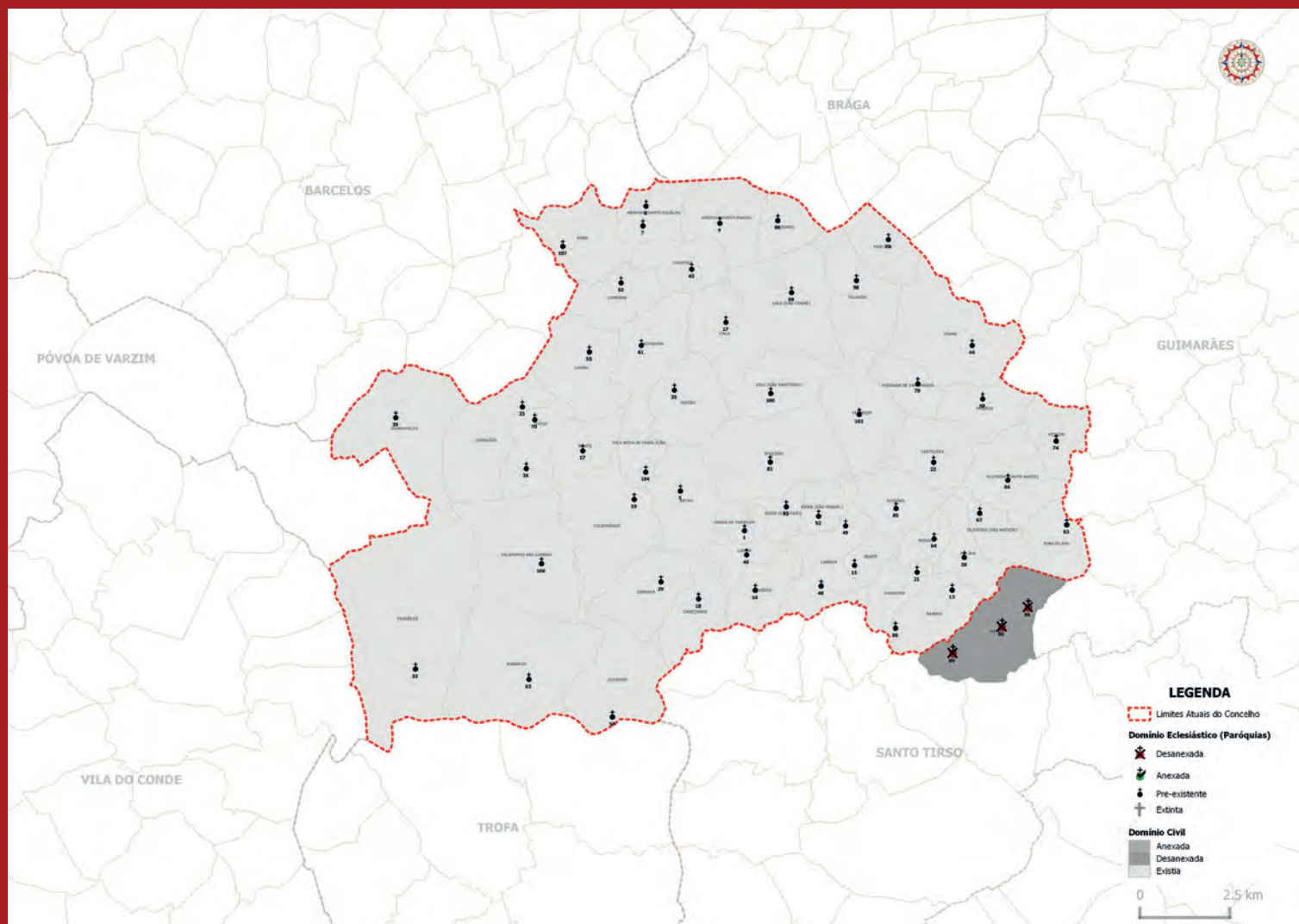


## MAPA 13

Concelho de Vila Nova de  
Famalicão [1872]

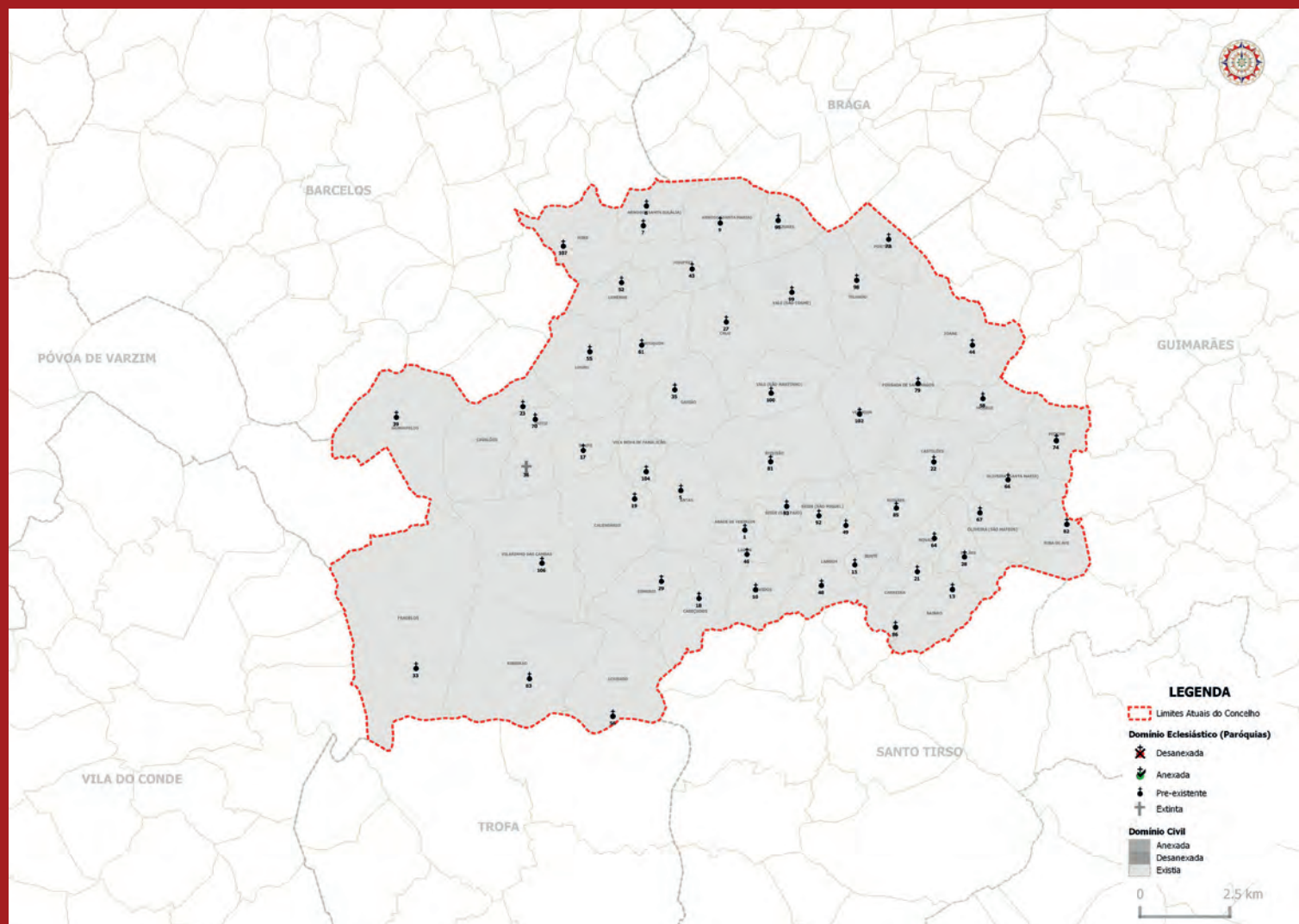


**MAPA 14**  
Concelho de Vila Nova de  
Famalicão [1879]



## MAPA 15

Concelho de Vila Nova de  
Famalicão [1894]





Em 1902 ocorreu a segunda alteração interna no concelho de Vila Nova de Famalicão, através da extinção da freguesia de Sanfins e a sua integração na freguesia de Bairro, o que levou o concelho a perder mais uma freguesia, ficando, no final de 1902, a ser constituído por 51 freguesias [Ver Mapa 16].

### **Evolução do Concelho de Vila Nova de Famalicão no ano de 1902**

<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Extintas</b>	<b>Onde aconteceu?</b>
86	Sanfins	Integrada na Freguesia de Bairro

Durante as três primeiras décadas do século XX, ocorreu a terceira alteração ao desenho administrativo interno do concelho de Vila Nova de Famalicão. Não conseguimos apurar o ano em que essa mudança ocorreu. No entanto, chegados ao ano de 1940, através da publicação do Código Administrativo desse ano, verificamos que o concelho tinha perdido as suas duas últimas freguesias: Arnosinho e Santa Marinha de Landim, integradas, respetivamente, em Arnoso Santa Eulália (União das Freguesias de Arnoso [Santa Maria e Santa Eulália] e Sezures) e Landim. O concelho ficou assim constituído por 49 freguesias [Ver Mapas 17 e 18].

### **Evolução do Concelho de Vila Nova de Famalicão no ano de 1940**

<b>Nr.</b>	<b>Paróquias Extintas</b>	<b>Onde aconteceu?</b>
7	Arnosinho	Foi integrada em Arnoso Santa Eulália
49	Santa Marinha de Landim	Foi integrada em Landim

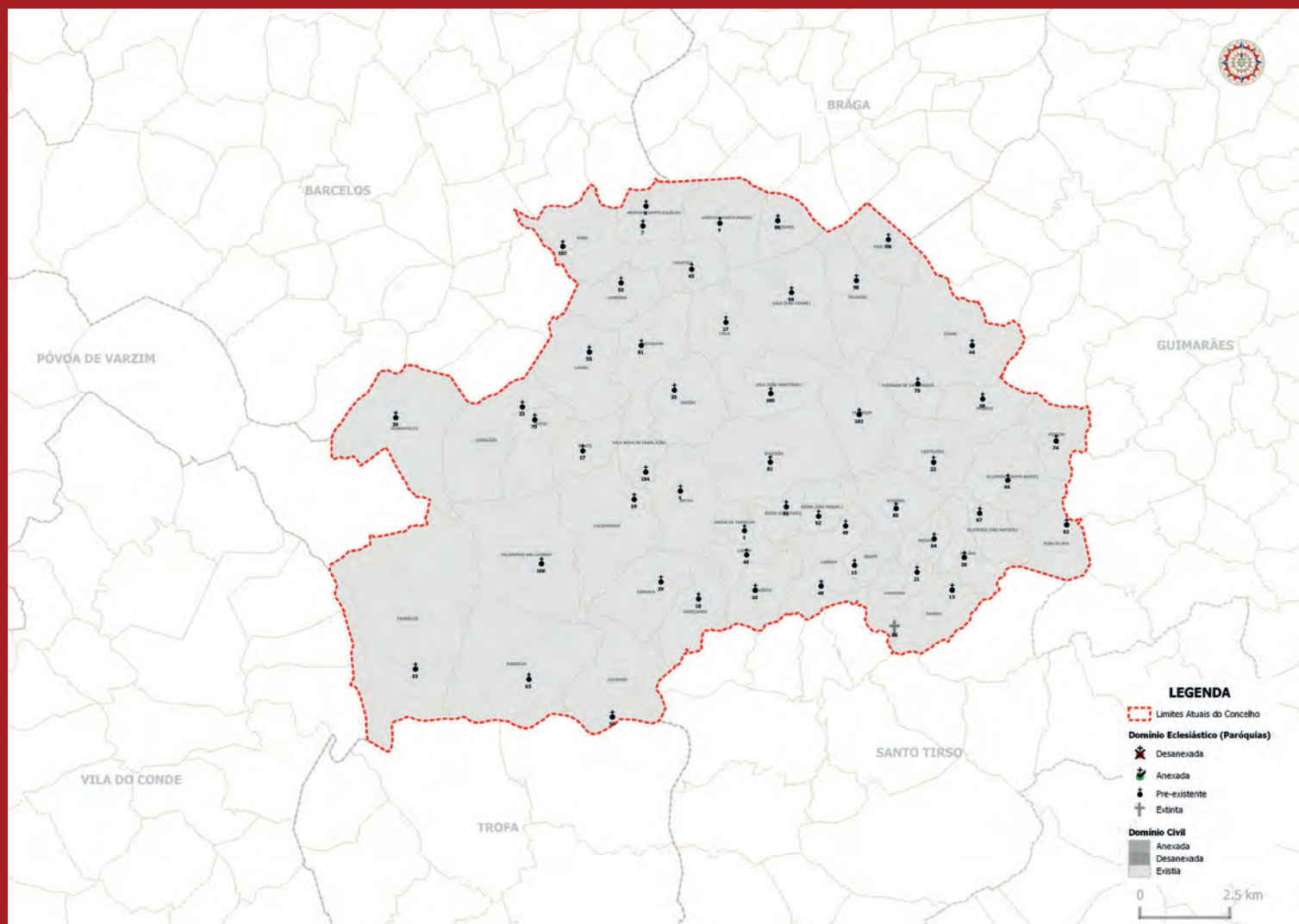
Por fim, pela publicação da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro sobre a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, o concelho de Vila Nova de Famalicão viu ser-lhe anexadas algumas freguesias, ficando o concelho distribuído por 34 freguesias, segundo o quadro abaixo [Ver Mapa 19].

### **O Concelho de Vila Nova de Famalicão em 2014**

União das Freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz	União das Freguesias de Arnoso (Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures	União das Freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela
União das Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei	União das Freguesias de Ruivães e Novais	União das Freguesias de Carreira e Bente

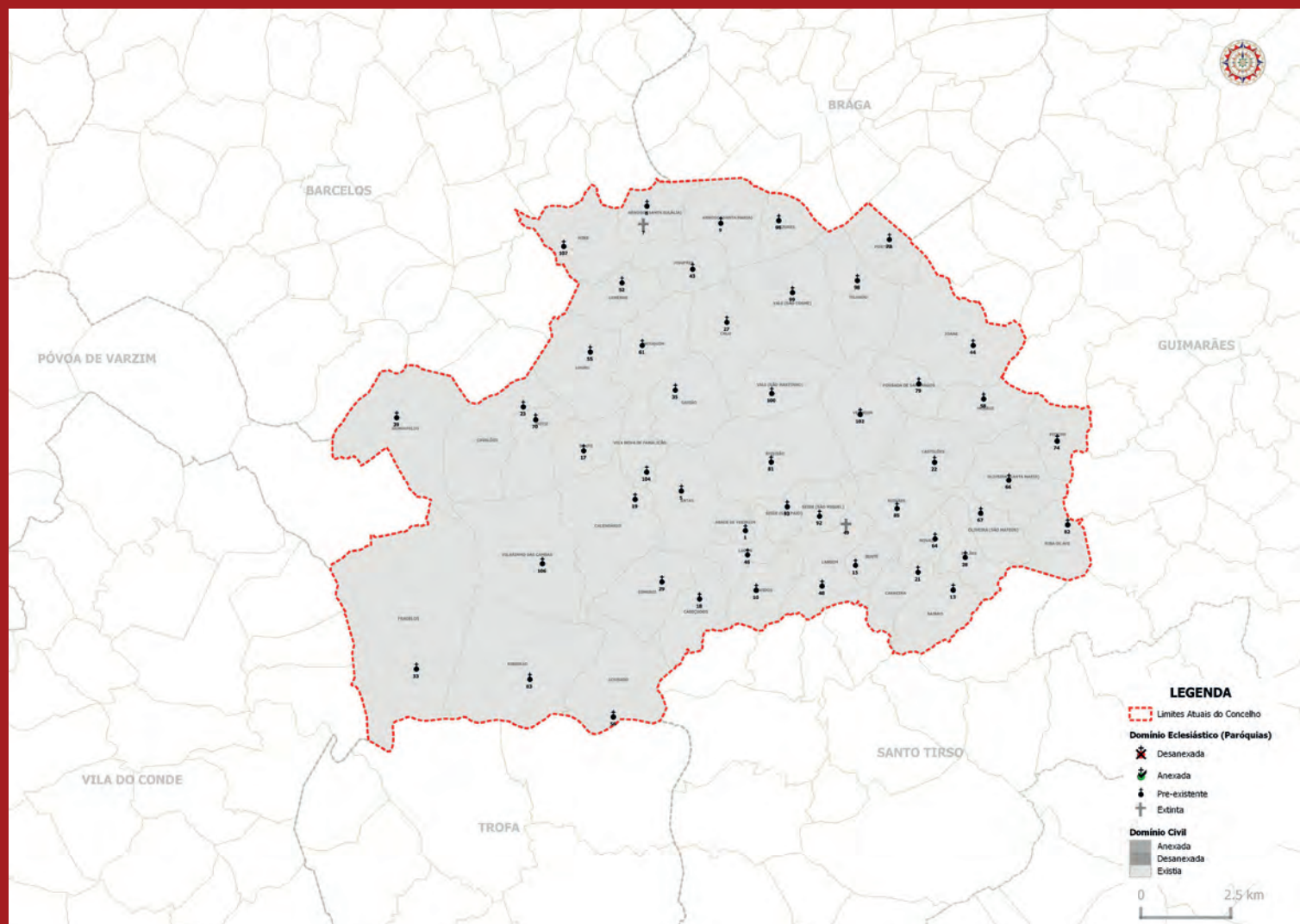
União das freguesias de Seide (São Miguel e São Paio)	União das Freguesias de Antas e Abade de Vermoim	União das Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário
União das Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos	União das Freguesias de Avidos e Lagos	Bairro
Brufe	Castelões	Cruz
Delães	Fradelos	Gavião
Joane	Landim	Louro
Lousado	Mogege	Nine
Oliveira (Santa Maria)	Oliveira (São Mateus)	Pedome
Pousada de Saramagos	Requião	Riba de Ave
Ribeirão	Vale (São Martinho)	Vermoim
Vilarinho das Cambas		

**MAPA 16**  
Concelho de Vila Nova de  
Famalicão [1902]



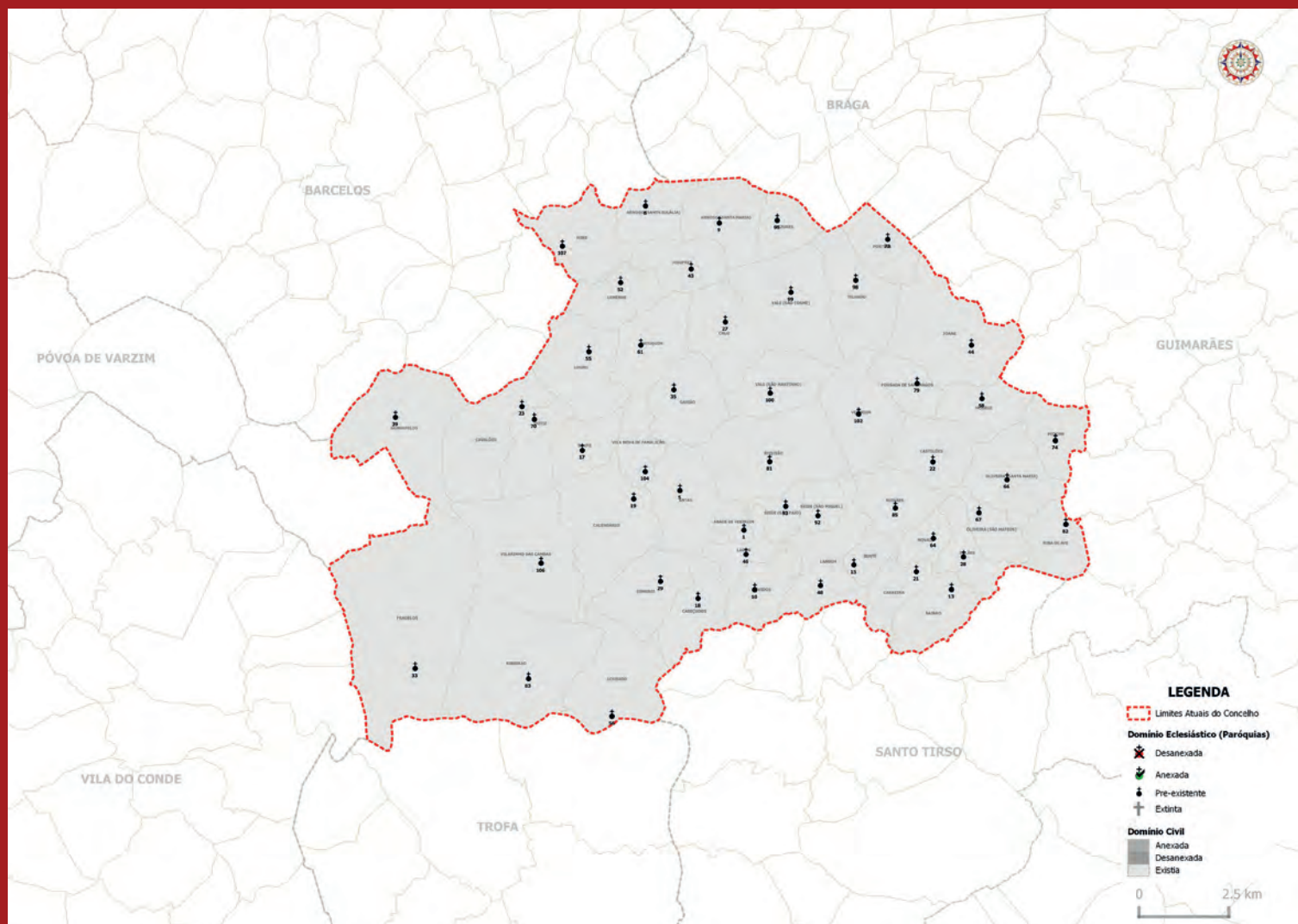
## MAPA 17

Concelho de Vila Nova de  
Famalicão [1940]



# MAPA 18

Concelho de Vila Nova de  
Famalicão [1941-2012]



## MAPA 19

Concelho de Vila Nova de  
Famalicão [2013-atualidade]



#### 4.2.6 Conclusão

A reorganização administrativa do território das freguesias instituída pela Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, como vimos, não foi um processo virgem no concelho de Vila Nova de Famalicão. Desde as paróquias presentes no *Censual de Entre Lima e Ave do Bispo D. Pedro* realizado em 1085 que o limite administrativo interno e externo do território, como concelho ou integrado no Julgado de Vermoim, sofreu inúmeras e profundas alterações. O atual concelho de Vila Nova de Famalicão é, deste modo, um espaço administrativo que foi limado ao longo dos séculos e que hoje apresenta um território com história, onde os seus habitantes possuem uma identidade e que os seus monumentos, as suas tradições e os seus costumes, em modos memorativos, vão passando de geração em geração, para que a imagem de Vila Nova de Famalicão perdure no tempo.

# PATRIMÓNIO CULTURAL







Rua Vasconcelos e Castro n° 70

## 5.1 Alguns tesouros de Arte Famalicense

### 5.1.1 O Ajimez da Capela de São Paio, em São Cristóvão de Cabeçudos

Nas minhas andanças pelo nosso concelho, visitando casas antigas, capelas e igrejas, pontes e cruzeiros, aquedutos e alminhas, “descobri”, já nos anos 90 do século passado, o elemento arquitectónico mais antigo que conheço num edifício religioso no território famalicense. Trata-se do ajimez embutido no alçado lateral da Capela de São Paio, na freguesia de Cabeçudos.

A Capela de São Paio é um minúsculo templo católico de 5,67m por 3,95m nas suas medidas exteriores, situado no lugar do mesmo nome, da dita freguesia de Cabeçudos, no sul do concelho, paredes meias com as freguesias de Santa Eulália da Palmeira e Santa Marinha de Lousado.

Com as invasões árabes iniciadas por Tarique em 711, dá-se o desbaratamento das forças e do império visigótico da Hispânia, Braga é conquistada pelas forças muçulmanas em 716, o seu bispo metropolitano foge, com muitos clérigos e cristãos, para a cidade de Lugo, no norte da Galiza, ficando a diocese desorganizada<sup>1</sup>, fixando residência nesta cidade, até à restauração da diocese bracarense em 1070. Os nobres cristãos hispano-godos refugiam-se nas montanhas das Astúrias e do Norte da Galiza, e liderados por Pelágio iniciam já em 718 a primeira reconquista. A velha cidade de Braga é reconquistada em 739<sup>2</sup>, durante as campanhas de Afonso I das Astúrias (739-757)<sup>3</sup>, mas a tranquilidade relativa do território bracarense face às constantes razias muçulmanas só se dará com a reconquista definitiva e repovoamento da cidade do Porto em 868, pelo conde asturiano Vimara Peres<sup>4</sup>.

Ao contrário do que defendem alguns autores, não se deu um êxodo maciço das populações galaicas de Entre Douro e Minho, tornando o território praticamente desabitado, o que aconteceu sim foi a fuga das autoridades religiosas e de grande parte da nobreza galaica, que deixaram estas terras sem autoridade, mesmo os árabes não eram em número suficiente para fazerem a submissão efectiva dos povos do território bracarense, mantendo estes a sua religião cristã, tal como acontecia por toda a Hispânia muçulmana, onde foram muito raros os actos de conversão obrigatória dos cristãos à fé islâmica. Contudo, os muçulmanos traziam consigo, entre outras, novas técnicas construtivas e decorativas, influenciando o gosto artístico dos cristãos sob domínio árabe. Estes cristãos receberam o nome de Moçárabes, mantiveram a sua fé cristã imbuída das tradições suevo-visigótico-bizantinas e incluíram nos seus edifícios religiosos muitos elementos decorativos de forte inspiração árabe.

O local de implantação da Capela de São Paio, pertence, como dissemos, à freguesia de São Cristóvão de Cabeçudos, esta paróquia existia já desde, pelo menos, o século XI, altura em que surge referida no Censual do Bispo Dom Pedro, elaborado cerca do ano de 1085<sup>5</sup>, bem como

---

[1] Caderno Informativo Braga e a sua Catedral, IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga 1089-1989, Edição do Cabido da Sé Catedral e da Comissão Organizadora do Projecto Educativo da Dedicção da Sé Catedral, vários autores, Braga, ano de 1990, págs 170-174.

[2] Caderno Informativo Braga e a sua Catedral, IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga 1089-1989, Edição do Cabido da Sé Catedral e da Comissão Organizadora do Projecto Educativo da Dedicção da Sé Catedral, vários autores, Braga, ano de 1990, págs 170-174.

[3] História de Portugal, Direcção de José Mattoso, VIII Volume, Círculo de Leitores, Dezembro de 1994, págs 294-295.

[4] História de Portugal, Direcção de José Mattoso, VIII Volume, Círculo de Leitores, Dezembro de 1994, págs 294-295.

[5] O Bispo Dom Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga, Pe Avelino de Jesus da Costa, edição da Irmandade de São Bento da Porta Aberta, 2ª edição refundida e ampliada, Braga ano de 2000.

1. Capela de São Paio - Fachada



2. Capela de São Paio - Muro lateral com o ajimez



as suas duas paróquias vizinhas: “De Sancto Christoforo de Cabecudos”, “De Sancta Eolalia de Palmeira” e “De Sancta Marina de Lausado”<sup>6</sup>, provando que eram já comunidades perfeitamente organizadas no final do século XI, senão de séculos anteriores, tal é o caso de Cabeçudos, a qual podemos mesmo fazer recuar a sua existência como comunidade eclesiástica, até ao século anterior.

Este edifício religioso está dedicado a São Paio, um dos mártires cristãos da primeira reconquista. Nasceu cerca de 907 em Crecente, na Galiza, pertencia à nobreza galaica e era sobrinho de Hermígio, Bispo de Tui, e na qualidade de pajem e com apenas 13 anos, participou, conjuntamente com seu tio, na dura Batalha de Valdejunquera, ocorrida a 26 de Julho de 920, entre as tropas cristãs de Ordonho II da Galiza e Leão (rei de 910 a 924) e as forças muçulmanas de Abderramão III de Córdoba (8º emir e 1º califa de 912 a 961), tendo os cristãos sofrido pesada derrota e deixando nas mãos mouras inúmeros prisioneiros, entre eles o Bispo Hermígio e seu sobrinho Paio, que foram levados para Córdoba. As negociações entre cristãos e muçulmanos permitiram a libertação do Bispo de Tui, mas Paio teve que ficar como refém, apesar da sua juventude. A sua formosura parece que despertou no Califa e num dos seus filhos sentimentos de desejo, que tudo fizeram para seduzir o jovem Paio, mas este a todos resistiu, apoiado na sua fé cristã inabalável, o que provocou a ira do Califa, que mandou torturar e despedaçar o pequeno cristão, que foi depois lançado ao Rio Guadalquivir, isto sucedendo à volta do ano de 926.

A fama do seu Martírio e da sua Fé, depressa se espalhou pelo Noroeste da Península Ibérica, donde era natural. Ficou este mártir conhecido por São Paio de Córdoba, Sampaio, São Pelágio ou simplesmente São Paio, e é patrono de muitas paróquias do Entre-Douro-e-Minho, como São Paio de Seide, São Paio de Moreira de Cónegos, São Paio de Antas, São Paio de Pousada e São Paio de Figueiredo, para citar só alguns exemplos. A devoção a São Paio também foi acolhida por alguns cristãos residentes na área de Cabeçudos, onde foi erecta a Capela de São Paio. Seriam nobres locais? Seriam simples fiéis ou um membro do clero, os seus construtores? Não o podemos saber porque não chegou até nós notícia escrita que o afirme.

Assim, em meu entender, foi construída em São Cristóvão de Cabeçudos uma pequeníssima capela dedicada desde então ao jovem Mártir São Paio de Córdoba, reflectindo uma re-cristianização e um movimento construtivo que ocorre entre os finais do século IX e os meados ou derradeiros anos do século XI (4), a chamada Arte Pré-Românica ou Arte da Primeira Reconquista. Podemos pois situar a sua edificação entre os anos de 950 a 1080, e pelo seu ajimez sobrevivente de forte influência moçárabe, está devidamente incluído neste movimento artístico pré-românico.

O elemento referido, o ajimez, era parte integrante de uma estrutura ligeiramente maior, que

---

[6] O Bispo Dom Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga, Pe Avelino de Jesus da Costa, edição da Irmandade de São Bento da Porta Aberta, 2ª edição refundida e ampliada, Braga ano de 2000.

servia para deixar entrar a luz no templo, aquilo que nós chamamos de fresta ou janela, que no caso da Capela de São Paio era constituído pelo ajimez propriamente dito (ou seja a parte superior da abertura, geralmente feito numa pedra só), mas também pelas duas aberturas que lhe ficavam abaixo, separadas por uma pequena coluna (colunelo). Este elemento decorativo encontra-se (a meu ver) reaproveitado na face exterior do muro lateral direito da capela, o ajimez está talhado em granito, tem de altura 39 cm, de comprimento 85 cm e de espessura 28 cm, é constituído por dois arquinhos ultrapassados que têm de diâmetro aproximadamente 25,5 cm, sendo que o arquinho da esquerda não se encontra completo e mostra ainda vestígios do contorno por moldura toreada que outrora decorava ambos arquinhos, o da direita já perdeu a sua decoração, no centro do ajimez ainda se pode ver vestígios do desenho de uma palmeta, abaixo da qual situava-se o colunelo que separava a luz em dois lumes. Por não se encontrar completo e estar reaproveitado neste muro, julgo que não existiria mais nenhum ajimez nesta construção e que o primitivo local de implantação deste elemento construtivo seria a parede fundeira da capela, mesmo na testeira do altar-mor, permitindo que o celebrante tivesse luz natural para a celebração dos Offícios Divinos.

Ainda que de pequenas dimensões, este ajimez de influência marcadamente moçárabe, é a prova de que existiam já templos cristãos pré-românicos no território famalicense, havendo estruturas semelhantes em vários locais do Entre-Douro-e-Minho como em Ázere (Arcos de Valdevez), Geraz do Lima (Viana do Castelo), Vitorino dos Piães (Ponte de Lima), Mondim e Areias de Vilar (Barcelos), Torre (Amares), São Frutuoso e Esporões (Braga), Santa Maria de Corvite, São João da Ponte, São Torcato, Santa Marinha da Costa e Santiago de Lordelo (todas em Guimarães) e São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim). O ajimez de São Paio tem afinidades estilísticas com o de Ázere, apresentando a mesma decoração toreada dos arcos, e com o de Corvite quanto à palmeta estilizada do centro (4).

Pelo exposto, é a Capela de São Paio em Cabeçudos, o edifício religioso com o vestígio construtivo mais antigo, que até ao presente se conhece, no Concelho de Vila Nova de Famalicão.

### **5.1.2 A Capela de Santa Marinha de Landim e a sua Porta Gótica**

A Capela de Santa Marinha, fazendo parte, hoje em dia, da freguesia de Santa Maria de Landim, foi cabeça de uma antiga freguesia com o nome de Santa Marinha de Riba Pele existente já desde o século XI, onde aparece no Censual do Bispo Dom Pedro de c. 1085 (3), neste documento surge referenciada como: *De Sancta Marina de Ripa de Pel*, e pagava à Igreja de Braga (Mitra) I módio de cereais (3). Em 1104, numa doação ao Mosteiro de São Simão da Junqueira (Vila do Conde), vem identificada como *villa Pelio* (3).

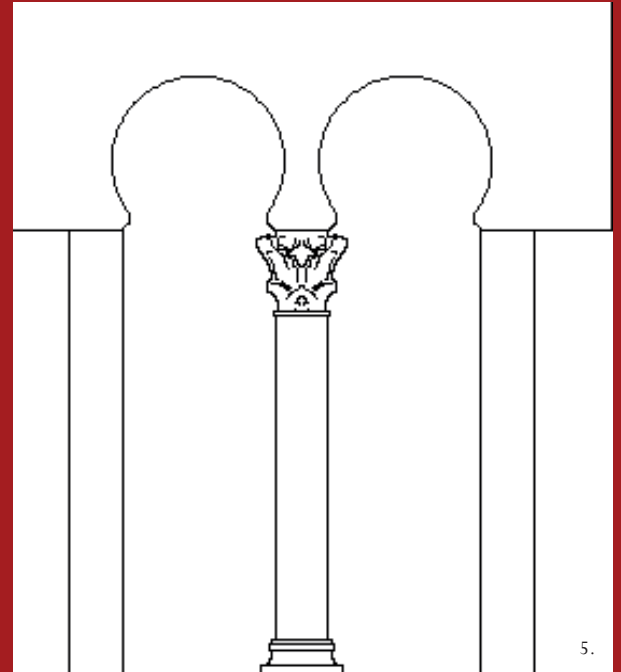
Nas Inquirições Gerais do Rei Dom Afonso II do ano de 1220, que se destinavam



3. Capela de São Paio - Ajimez

4. Antiga Igreja de Santa Maria de Corvite - Ajimez

5. Ajimez - esquema geral



6. Capela de Santa Marinha - Vista Geral





principalmente a registar os bens, foros e rendas pagas ao Rei de Portugal, tratando também de saber daqueles que tinham sido usurpados por fidalgos, ordens militares ou senhores eclesiásticos (5), consta na *Terra de Vermui* com o nome de *De Sancta Marina de Cauto de Nandim*, sendo inquiridos Dom Miguel (prior do Mosteiro de Landim), Egas Vermudes, Pedro Silvestre, Soeiro Eriz e Gonçalo Pires, que disseram que o Rei não possuía na freguesia nenhuma terra reguenga, nem recebia desta nenhum foro ou dádiva, nem era o padroeiro da igreja e sobre os bens das ordens religiosas dentro do território dela, afirmaram sob juramento que o Mosteiro de Landim possuía dez casais, e quebradas, bem assim como o padroado da Igreja de Santa Marinha; a Igreja de São Salvador da Lagoa detinha a posse de três casais e a Ordem Militar dos Hospitalários, meio casal (6).

Nas Inquirições Gerais do Rei Dom Afonso III, datadas de 1258, já não surge como freguesia independente, estando anexa a Landim. Em 1320, no Catálogo das Igrejas, e inserida na *Terra de Vermoim e de Jusão*, vem mencionado que a *Capellania Sancte Marie subjecte dicti monasterio de Nandi ad decem libras* (7), isto quer dizer que por este ano a Capelania de Santa Marinha, sujeita ao mosteiro de Landim, contribuía com dez libras para a guerra contra os Mouros, em pleno reinado de Dom Dinis, a par com a pequena freguesia de São Miguel de Gemunde e da de São Paio de Lanhas.

Esta antiga freguesia aparece também com o nome de Santa Marinha de Seide, por estar encostada a São Miguel de Seide, tal como surge no Numeramento à população, mandado executar pelo Rei Dom João III em 1527, mas que nas terras do Duque de Bragança só seria realizado em 1531, e no *Titulo do jullguado de Vermoym* termo desta *villa de Barçelos* esclarece que *Em a freguesia de Samta Maria de Ceide, 36 moradores* (8), o escrivão trocou ou escreveu mal o nome do Orago da freguesia, em vez de Santa Marinha pôs o nome da Mãe de Deus, e deu-lhe 36 fogos, que dá aproximadamente 155 habitantes, tal como Santa Marinha de Mogege, São Cristóvão de Cabeçudos, Santiago de Castelões e São Pedro de Riba d'Ave (8), por seu turno indica que ainda era freguesia independente.

Em 1568, no Inquérito mandado fazer pelo Cardeal Infante Dom Henrique (9), Inquisidor-Mor do Reino e Legado do Papa em Portugal, á vida dos Mosteiros da Arquidiocese de Braga, com o intuito de fazer profunda reforma nos usos, costumes e observância das regras monásticas, bem como nas acomodações e igrejas dos ditos mosteiros, segundo as normas emanadas do Concílio de Trento, a freguesia de Santa Marinha de Riba Pele ou Santa Marinha de Seide, é referenciada somente como um curato anexo à freguesia do Mosteiro de Santa Maria de Landim, e o seu cura tinha cinco mil réis de dotação anual (10). Ainda no século XVI, em 1587, no Tombo da Freguesia de São Miguel de Seide enuncia que esta demarca com a freguesia de Santa Marinha de Seide (3). Depois deste século aparece sempre como parte integrante de Santa Maria de de Landim, ainda que tenha permanecido sempre nas suas gentes a memória da antiga freguesia

que foi (11).

A actual capela era a antiga Igreja Paroquial, dedicada a Santa Marinha, cuja veneração vem já da época paleocristã, tem a fachada principal virada a sudoeste e é nesta que vamos encontrar o seu elemento mais antigo: a sua porta principal. Esta encontra-se barbaramente mutilada, que por desconhecimento dos seus habitantes e na ansia de terem uma entrada “normal” para as procissões, desfizeram uma grande parte da sua porta gótica, único exemplar do concelho de Vila Nova de Famalicão (12). Deste modo o seu arco em ogiva foi cortado para dar lugar a uma vulgar porta rectangular. De pequenas dimensões (porque a capela também o é), tem de largura 1,35m e de altura 2,20m, ainda conserva as suas cinco grossas aduelas de granito amarelo de grão fino de 50cm de largura, com as arestas chanfradas.

Se estivesse intacta, teria o aspecto da porta principal da antiga igreja paroquial de Santa Maria de Corvite (hoje pertença da paróquia de São João da Ponte – Guimarães), com as mesmas grossas aduelas e arestas cortadas, portal ainda de forte sabor românico, tal como o de Santa Marinha, mas claramente inserido na arte gótica. Penso mesmo que este portal será fruto de reconstruções ou obras de beneficiação que esta capela sofreu no século XIV ou mesmo no seguinte, tal como indica a porta lateral da nave com as suas arestas chanfradas e de recorte rectangular, do mesmo modo se pode atribuir esta datação para o seu arco cruzeiro, constituído por um simples arco de volta perfeita e de arestas cortadas desde o chão, a percorrer toda a abertura.

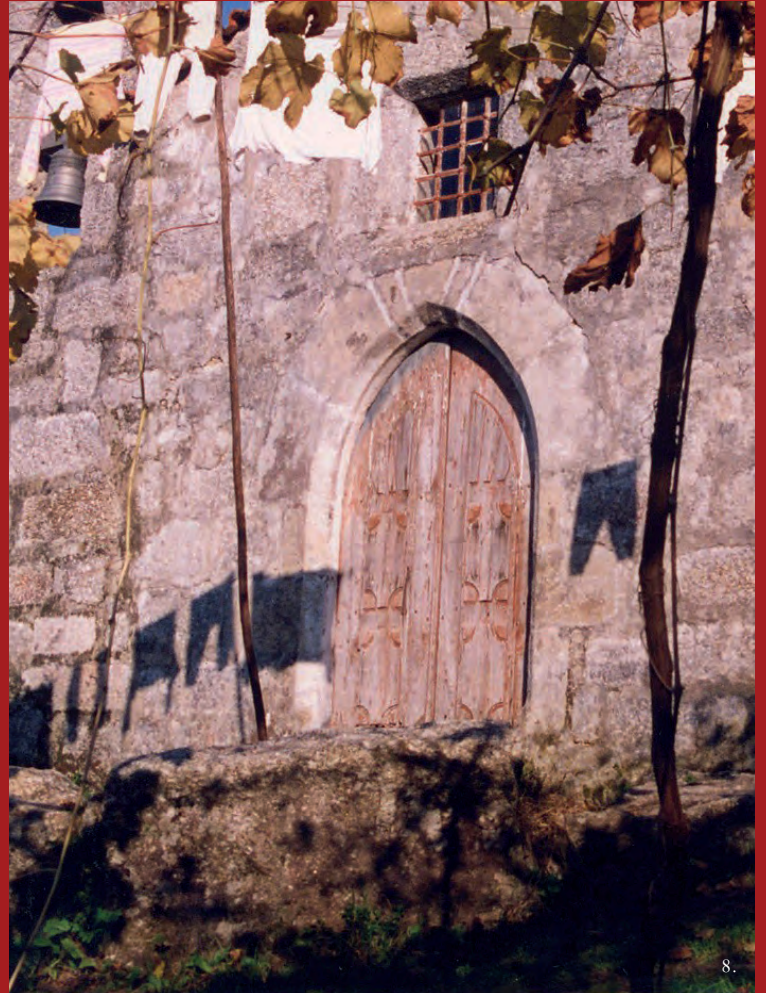
Perdeu-se desta maneira um raríssimo exemplo da arte gótica em Vila Nova de Famalicão, mas os seus elementos sobrantes permite-nos reconstituir o seu aspecto original.

### **5.1.3 O Enigmático João Lopes de Goios e o seu “mecenas” quinhentista**

A freguesia de São Cosme e São Damião do Vale, nos meados do século XVI, teve um abade chamado João Lopes de Goios, que me parece ser de origem nobre, tendo em conta que a abadia de São Cosme era uma das mais ricas do julgado de Vermoim, e sabendo nós que nestes séculos recuados as paróquias de maiores rendimentos eram quase sempre atribuídas a clérigos de origem fidalga. Esta freguesia, no Numeramento de 1527-1531, era designada por a *freguesia de Sam Cosmade* (8) detinha 61 moradores (cerca de 262 habitantes), só ultrapassada pelas freguesias de Santa Maria de Vermoim (82 moradores), Santa Lucrecia do Louro (com 80) e São Salvador de Joane (com 78), e estando empatada com Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão (também com 61 moradores) (8).

Por esta via não é difícil aceitar esta minha teoria da ascendência nobre do pároco, que muito possivelmente nem teria a sua morada habitual nas chamadas “casas da residência” de São Cosme, sendo provavelmente substituído por um cura designado por ele, como era costume na

7. Capela de Santa Marinha - Pórtico principal  
8. Antiga Igreja de Santa Maria de Corvite - Fachada principal



9. Capela de Santa Marinha - Porta Lateral  
10. Capela de Santa Marinha - arco do cruzeiro  
11. Residência Paroquial de Vale (S. Cosme e S. Damião) - Vista Geral





12. Residência Paroquial de Vale (S. Cosme e S. Damião) - Lintel manuelino com inscrição

13. Igreja de Vale (S. Cosme e S. Damião) - Fachada principal

14. Igreja de Vale (S. Cosme e S. Damião) - Porta principal (esquerda)



12.



13.



14.

época. Esta família dos Goios é, segundo os antigos genealogistas, a mesma que os de Góis, à qual pertence o grande Damião de Góis, mas no vizinho concelho de Barcelos há uma freguesia denominada Goios, da qual a família deste abade poderia muito bem ter tirado o apelido. No ano de 1569, surge na documentação da Inquisição de Lisboa, um padre e notário com o nome de Francisco Lopes de Goios, que poderá ser irmão ou parente muito próximo deste João Lopes de Goios (era muito comum neste período, vários irmãos seguirem a vida religiosa), que a confirmar-se, dá crédito à minha teoria sobre o seu estatuto e posição social.

a) O lintel da Residência de São Cosme

O nome deste abade aparece claramente inscrito num lintel ainda de estilo manuelino, que está posto sobre a primeira janela do lado esquerdo da bela e elegante escadaria barroca que dá acesso ao andar nobre da Residência Paroquial de São Cosme e São Damião do Vale. Neste lintel tem os seguintes caracteres:

**EP.AC.M.F.Jº LPZ DE GOYOS  
.A.1562.**

cuja leitura parcial é a seguinte: Esta (...) Mandou.Fazer.João Lopez de Goyos.Ano.1562; a difícil interpretação das primeiras abreviaturas desta inscrição epigráfica, não me permite dizer se foi João Lopes de Goios o construtor da Residência Abacial, ou se simplesmente se limitou a acrescentar alguma ala nova às já existentes “casas da residência” que segundo Manuel Albino Penteadado Neiva, foram mandadas edificar pelo Abade João Carneiro antes de 1520 (13). Este elemento arquitectónico executado num manuelino de resistência, já quando por todo o Reino de Portugal sopravam os ventos da Arte e Arquitetura Maneirista, vem a ser o único traço desta arte bem portuguesa no território famalicense.

b) O Pórtico da Igreja de Vale (S. Cosme)

Mas outro importante tesouro artístico de Vila Nova de Famalicão, pode muito bem ser atribuído ao seu “mecenato”, estou a falar do belo pórtico maneirista da Igreja Paroquial de São Cosme e São Damião do Vale (aquele que se encontra do lado esquerdo da fachada principal, sendo que o do lado direito, também maneirista tardio, tem uma decoração mais pobre, porém muito elegante com as suas pilastras toscanas a suportar um fino frontão triangular).

Este pórtico esquerdo tem muitas afinidades com os pórticos, principal e lateral, da Igreja da Misericórdia de Braga, atribuídos ao risco do grande mestre pedreiro e arquitecto amarantino Manuel Luís (activo de 1555 a 1608), autor da traça da nave e da belíssima capela-mor da Igreja da Misericórdia do Porto (14). Neste pórtico de São Cosme, o seu tracista (terá sido Manuel Luís? ou um dos seus discípulos?) juntou elementos dos dois pórticos bracarenses, o seu ordenamento geral segue o pórtico lateral da Misericórdia, é constituído por duas colunas de fuste liso com capitéis compósitos que ladeiam a entrada, erguidas sobre dois plintos decoradas

com cartelas maneiristas, e suportam um saliente entablamento que ao meio é sustentado por quatro mísulas, a sua abertura é em arco de volta perfeita cuja aduela de fecho é decorada com uma mísula igual às do entablamento, a ladear o arco e sob o friso e o respectivo entablamento estão dois medalhões com figuras masculinas que não consigo identificar (talvez os oragos São Cosme e São Damião? ou o Abade João Lopes de Goios e um Santo da sua devoção?), a coroar todo o conjunto e no enfiamento das colunas tem dois tambores decorados com fogaréus.

O mestre pedreiro responsável por este pórtico, era um conhecedor da obra da Misericórdia de Braga, cuja fachada tem a data de 1562, na qual foi buscar motivos decorativos e a composição geral (do pórtico principal foi buscar o arco de volta perfeita, do pórtico lateral acolheu a ideia das colunas singelas a ladear o arco e o seu friso e entablamento, também com quatro mísulas a suporta-lo), mas com as devidas proporções e riqueza decorativa adequada ao seu encomendante, com mais rigor dos tratados e da decoração na obra bracarense, esta de uma instituição com grossos cabedais, e mais singela na obra de São Cosme e São Damião, pois tratava-se de uma paróquia rural, ainda que considerada rica.

Quer a Misericórdia de Braga, quer o pórtico esquerdo de Vale (São Cosme e São Damião), pertencem ao período artístico designado por Arte Maneirista (muitas vezes erradamente confundida com a arte renascença), que grosso modo vai de 1550 a 1660, abrangendo a fase final da Dinastia de Avis, todo o Domínio Filipino e o reinado de Dom João IV, e que no Noroeste da Península Ibérica (Galiza e entre Minho e Mondego) adquire uma riqueza decorativa muito influenciada pelos modelos flamengos e nórdicos (15).

Pelo exposto, considero a hipótese da obra do pórtico esquerdo da Igreja de São Cosme ser da encomenda do Abade João Lopes de Goios, por ele em 1562 ter realizados obras na Residência Paroquial e, por seu turno, a fábrica da Misericórdia de Braga também estar datada de 1562, julgo que a volta deste ano também mandou executar o referido pórtico, dadas as grandes semelhanças (salvo as devidas proporções) entre estas duas fábricas.

c) A Capela de Jesus do Mosteiro de Santa Maria de Landim.

Ao Abade de São Cosme também pertence a encomenda da desaparecida Capela de Jesus, erecta na Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Landim. Segundo o já citado Inquérito de 1568 (10), realizado no tempo do Arcebispo Primaz de Braga, Dom Frei Bartolomeu dos Mártires, a capela estava já construída, como refere o Dr. Manuel Coelho, Cónego da Sé de Braga, responsável pelo levantamento, que sobre a fábrica do Mosteiro elucida: *A igreja deste mosteiro he de pedra desquadra e a capella major de abobeda e o mais do corpo olmilado com seo choro alto e lagiada e tem necessidade de hum retabolo pera a capella major que sera custoso e tem dous altares no cruzeiro que não tem retabolos nem menos a capella de Hiezu que esta a ilharga do dito mosteiro...* (10).





15.



16.



17.



18.

15. Igreja de Vale (S. Cosme e S. Damião) - Plinto com cartela maneirista

16. Igreja de Vale (S. Cosme e S. Damião) - Entablamento, mísulas, medalhões e fecho do arco

17. Igreja de Vale (S. Cosme e S. Damião) - Capitel composto

18. Igreja de Vale (S. Cosme e S. Damião) - Medalhão

19. Igreja da Misericórdia de Braga - Fachada Principal

20. Igreja da Misericórdia de Braga - Porta Lateral

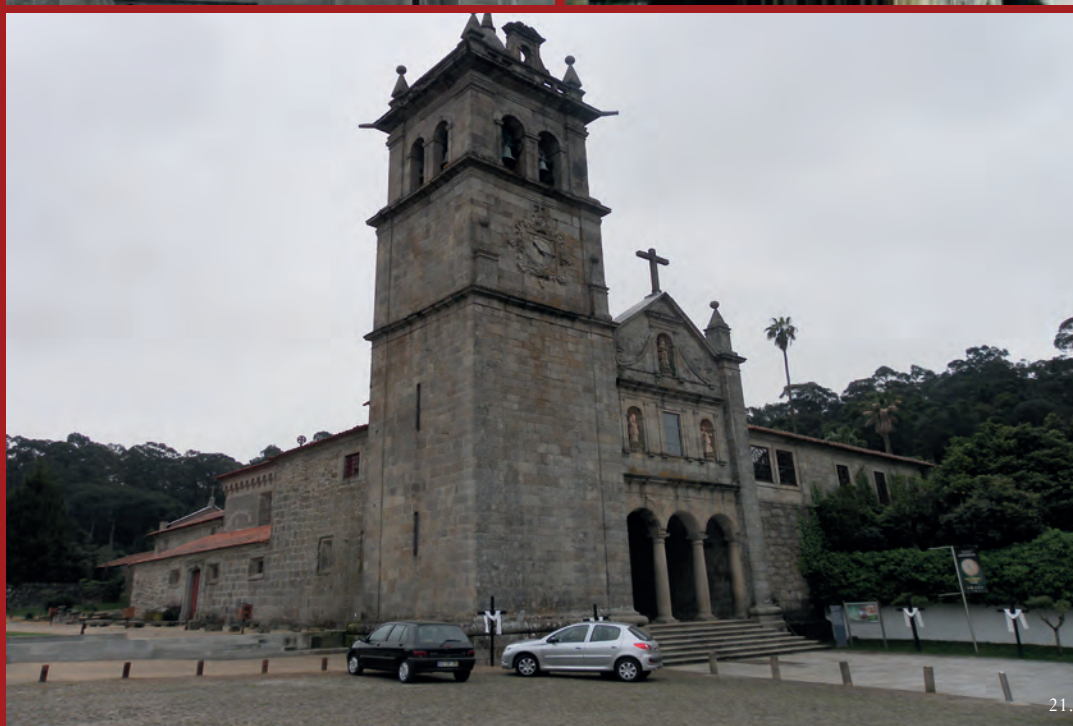
21. Mosteiro de Landim - Vista Geral



19.



20.



21.

A Capela de Jesus estava situada do lado esquerdo (de quem entra) da Igreja do Mosteiro de Landim, e tinha a sua entrada pelo arco onde está inserido actualmente o Altar de Nossa Senhora do Rosário, obra do grande mestre entalhador landinense Gabriel Rodrigues Álvares. No ano de 1568 ainda a igreja tinha o seu aspecto românico, não tinha as grandes obras maneiristas que hoje ostenta (fachada principal, torre sineira, coro alto novo, claustro actual, sala do capitulo, refeitório, dormitórios e demais dependências), e que foram realizadas por 1580-1620, também não possuía a nave lateral norte, que foi construída depois de 1620 e que levou à destruição da Capela de Jesus ao unir-se a nova Torre sineira com os muros da Capela.

Esta nave lateral parece-me mesmo obra dos finais do século XVII ou primeiros anos do seguinte, já que a colocação do Altar de Nossa Senhora do Rosário e do seu congénere de Santo António, do outro lado do Arco Cruzeiro, implicaria a abertura de um arco cego para cada altar, para que os mesmos ficassem virados de frente para a assistência, e não ligeiramente voltados para o centro da nave principal, como é costume em quase todas as nossas igrejas. Esta solução dos arcos cegos para melhor ordenamento dos altares, também a temos nas Igrejas do Salvador e da Penha de França na cidade de Braga, também com obras de talha dourada de Gabriel Rodrigues Álvares, e na Igreja de Burgães (Santo Tirso), cujos altares de talha podem também ser atribuídos ao já citado mestre entalhador de Landim. No mosteiro landinense esta opção levou à destruição parcial de um pórtico do românico tardio de acesso ao claustro situado no topo direito da nave, bem junto ao arco cruzeiro, onde foi levantado o já referido altar de Santo António e no lado esquerdo aproveitou-se a entrada da Capela de Jesus, que já seria então em arco, onde foi colocado o citado Altar de Nossa Senhora do Rosário. Uma observação atenta à obra dos três arcos que separam a nave principal da nave lateral mostra que os dois primeiros arcos (a partir da entrada principal) são de boa feitura, seguindo os cânones construtivos dos séculos XVII e XVIII, cada um é constituído por duas pilastras de ordem toscana com os respectivos plintos, bases, fustes e capitéis e seu arco de volta perfeita, já o último só possui estes elementos na parte mais chegada à porta principal e na que está presentemente ocultada pelo altar não tem qualquer elemento decorativo, salientando claramente que foi um reaproveitamento de uma abertura já existente, que a Visitação de 1568 nos confirma.

Esta entrada da Capela de Jesus seria decorada com elementos artísticos maneiristas e que encontramos dispersos pelo actual jardim situado a norte do Mosteiro, onde vemos duas bases de colunas e dois pedaços do entablamento que possuiria sobre elas, tal como vemos nas Capelas do Santíssimo Sacramento das Matrizas de Ponte de Lima (do ano de 1589) e de Viana do Castelo (datada de 1562), entre outros exemplos. Os elementos sobrantes do jardim têm claras afinidades com o Pórtico esquerdo da Igreja de São Cosme e São Damião do Vale, e que bem podem ter saído das mãos do mesmo mestre pedreiro.

Mas não terminam aqui as notícias sobre a desaparecida Capela de Jesus da Igreja do Mosteiro

de Santa Maria de Landim. Surge na obra de investigação de Dom Domingos de Pinho Brandão uma excelente referência a esta capela e ao seu encomendante, trata-se de um “*Contrato de obrigação dantre o prior do most<sup>o</sup> de Santo Agostinho e Pedro Anes m.tre de marcenarya sobre hû retabollo*” (16), esta escritura foi lavrada no Mosteiro da Serra do Pilar em Vila Nova de Gaia, no dia 13 de Novembro de 1572, entre Pedro Anes, mestre de marcenaria, morador na Rua das Taipas, cidade do Porto, e Dom Francisco de Santo Agostinho, Prior do Mosteiro de Santa Maria de Landim. Pedro Anes comprometeu-se a fazer o retábulo para a capela do Reverendo João Lopes de Goios, situada no Mosteiro de Landim, pelo valor de 20.000 réis e dois carros de pão meado (milho e centeio), e que seria executado na cidade do Porto em boa madeira de castanho e de noqueira e que teria 27 palmos de altura e 18 de largura (cerca de 5,91m de altura e 3,94m de largura), as despesas com o transporte do retábulo do Porto para Landim, ficariam a cargo deste Mosteiro. Pedro Anes ficava também comprometido a dar o Retábulo por concluído e montado até ao dia 24 de Junho de 1573 (16).

Mas atentemos à leitura e riqueza de pormenores do contrato: “*Saybão os q. este estrom.to de contrato e hobrigação vyrem q. no ano do nascim.to de nosso Snor Jhu XP<sup>o</sup> de myll e qynhentos e setenta e dous anos aos treze dias do mês de nov.ro na casa do despacho do Mosteyro de São Sallvador de Villa nova q he termo da muy noble e sempre lleall cidade do Porto hy p. ante my T.am e as test.as ao diante nomeado parecerão presêtes p.tes sc. de hua p.te ho m.to R.do padre dom francisquo pryor do mosteyro de nossa sr<sup>a</sup> da ordem dos congos Regullares de São agostinho syto no termo de barcellos do arcebispado de braga e da houtra p.te pedro anes mestre de marcenarya m.or na dita cidade na rua das taypas . . . E assignado fazer de hû Retabollo q. elle p.<sup>o</sup> anes havya de fazer no dito most.ro de llandim p<sup>a</sup> a capella do R.do João Lopes de Guoyos abbade de São Cosmade do dito termo de barcellos da manr<sup>a</sup> seg.te E ysto quãto he da madeira com suas callunas e pillares e seu sacrayro e seus frizos com seus sarafins e seu coroamento com dous Anjos q. têm maõ nos marteyros todo asy e da maneyra e acabado de tudo conforme há hua amostra e debuxo asynado por elle prior e por ho dito P<sup>o</sup> Anes ho q.l debuxo ficou em maõ do dito P<sup>o</sup> Anes ho qual Retabollo há de dar acabado de todo atee dya de São Johao bautista pm.ro seguynte do ano q. em boa ora Vyra de myll e quynhentos e setenta e três anos ho q.l dito Retabollo haade ter oyto calunas e as quatro serão da feyção das duas callunas q. têm ho terço do talho. . .” (16).*

Pelo atrás referido sabemos que o Retábulo era executado de acordo com o gosto da época, ou seja, seria constituído por quatro partes distintas, sendo a primeira do sotobanco com a sua mesa de altar incluída, a segunda era a banquetta, onde se colocavam as velas e livros litúrgicos e estava o sacrário, e de onde arrancavam as bases ou plintos das colunas, que dividiam a terceira parte, a do corpo do retábulo, em duas secções horizontais sobrepostas, delineadas por um friso corrido a meio, e em três secções verticais, com quatro colunas em cada secção horizontal, sendo que as da secção de baixo teriam decoração mais acentuada com o seu terço inferior mais elaborado e seriam ligeiramente mais grossas do que as do andar superior. No ático, a coroar o corpo do Retábulo estavam dois anjos que tinham nas mãos os instrumentos do Martírio de



22.

22. Mosteiro de Landim - Local de implantação da Capela de Jesus

23. Mosteiro de Landim - Vestígios da Capela de Jesus (entablamento - 1)

24. Mosteiro de Landim - Vestígios da Capela de Jesus (entablamento - 2)

25. Mosteiro de Landim - Vestígios da Capela de Jesus (capitel ou base)



23.



24.



25.

26. Mosteiro de Landim - Vestígios da Capela de Jesus  
(base de plinto)

27. Capela de Nossa Senhora de Agosto (Porto) -  
Altar-mor



Jesus Cristo, a quem era dedicado o Retábulo e Capela. Para a execução do Retábulo, Pedro Anes possuía um debuxo que estava assinado por ele próprio e pelo Prior Dom Francisco de Santo Agostinho, e que o mestre deveria seguir à risca.

Este retábulo de Landim, pela sua descrição nesta escritura, seria muito semelhante ao retábulo-mor (de c. 1570-72) da Capela de Nossa Senhora de Agosto (ou Capela dos Alfaiates), erguida primitivamente em frente da Sé do Porto, apeada nos anos 30 ou 40 do século XX e posteriormente reerguida nas Portas do Sol nesta cidade. Tal como o de Landim, este altar da Capela dos Alfaiates (também da autoria de Pedro Anes), tem uma estrutura e perfil marcadamente arquitectónico que se desenvolve em registos (ou secções) verticais e horizontais enquadrando pinturas, relevos e imagens, onde é óbvia a influência da tratadística flamenga, quanto aos ornatos utilizados, e da italiana, com particular destaque para Sebastiano Serlio, a nível da concepção estrutural (17). Deste modo ao contemplarmos a obra de talha da Capela da Senhora de Agosto no Porto, temos uma imagem bastante aproximada de como seria belo o desaparecido retábulo de Landim.

A Capela landinense possuía uma abóbada de madeira que ainda hoje é visível no seu desenho e altura, marcada que está na parede exterior norte da igreja conventual, onde podemos verificar as marcas da sua volta perfeita na silharia logo abaixo da arcatura lombarda que suporta a cornija românica. Esta arcatura sofreu com a construção da capela porque uma das mísulas que sustenta os arquinhos (a quarta a contar da capela-mor) teve que ser desbastada para os encaixes do madeiramento do telhado que protegia a abóbada e a capela. Aparece no Contrato uma leve referência a esta abóbada: “... e de claração elles p. tes q. ho dito Retabollo sera de llargura de dezoyto palmos e vynte e sete palmos dalltura cõforme a amostra e quem ... nabobada da dita capella asy o outorgarão e aceitarão ...” (16).

Este documento comprova a existência da Capela de Jesus e o nome do seu encomendante, o padre João Lopes de Goios, tem uma razoável descrição do retábulo que foi executado por Pedro Anes, do Porto, ainda que não diga o nome do orago da capela, a referência a Anjos com os Martírios de Cristo, não deixa margem para dúvida. A Visitação de 1568 e este contrato de 1572, são as duas primeiras notícias de uma obra maneirista no Mosteiro de Landim, que vai culminar com toda a grande obra (de fortes influências da escola arquitectónica da notabilíssima e operosa família dos Lopes de Ponte de Lima e Guimarães) executada a partir de 1580, seguindo, aliás, o exemplo dos restantes mosteiros dos Cónegos Regrantes do Entre-Douro-e-Minho, que sofrerão grandes transformações artísticas durante a Dinastia Filipina (veja-se os mosteiros de Grijó, Serra do Pilar, Moreira da Maia, Caramos, Refojos do Lima, Oliveira e Junqueira).

Os meus actuais conhecimentos sobre quem foi o padre João Lopes de Goios, não vão

além destes três vestígios na História da Arte em Vila Nova de Famalicão, mas futuras pesquisas nos elucidarão sobre a figura deste Abade de São Cosme e São Damião do Vale, que comprovadamente foi o encomendante das obras da Residência Paroquial de São Cosme e da Capela de Jesus do Mosteiro de Santa Maria de Landim, e que podemos também atribuir o seu mecenato às remodelações da velha Igreja Paroquial de Vale (S. Cosme) nomeadamente por afinidades estilísticas com a Misericórdia de Braga (de 1562) e do remanescente da Capela de Jesus (construída antes de 1568) e por este clérigo ser no ano de 1562, conforme indica o lintel manuelino da Residência, Abade de São Cosme e São Damião do Vale.

### **Bibliografia e Notas**

- (1) Caderno Informativo Braga e a sua Catedral, IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga 1089-1989, Edição do Cabido da Sé Catedral e da Comissão Organizadora do Projecto Educativo da Dedicção da Sé Catedral, vários autores, Braga, ano de 1990, págs 170-174.
- (2) História de Portugal, Direcção de José Mattoso, VIII Volume, Círculo de Leitores, Dezembro de 1994, págs 294-295.
- (3) O Bispo Dom Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga, Pe Avelino de Jesus da Costa, edição da Irmandade de São Bento da Porta Aberta, 2ª edição refundida e ampliada, Braga ano de 2000.
- (4) Mário Jorge Barroca, Contribuição para o Estudo dos Testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-e-Minho, IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, Congresso Internacional, Actas, Volume I, O Bispo Dom Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia – Braga e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, Braga 1990, págs. 101 a 145.
- (5) História de Portugal, Direcção de José Mattoso, Segundo Volume, Edição do Círculo de Leitores, 1ª edição, Março de 1993, pág. 159.
- (6) Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones I, pars I, direcção de Alexandre Herculano, Lisboa 1888, págs. 63 a 256.
- (7) “Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros que havia nos Reinos de Portugal e Algarves, pelos anos de 1320 e 1321, com a lotação de cada uma d’ellas, Anno de 1746, in História da Igreja em Portugal, Fortunato de Almeida, Tomo II, Imprensa Académica – Coimbra, ano de 1910, Apêndice nº 1.
- (8) A. Braamcamp Freire, Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI. século, Archivo histórico português, Volume III, nºs 7 e 8, Lisboa 1905, págs. 241 a 273.
- (9) Futuro Rei de Portugal, com o nome de Dom Henrique I, sucedendo a seu sobrinho o Rei Dom Sebastião I, falecido na batalha de Alcacer Quibir em 1578. Dom Henrique ficou conhecido na História de Portugal como: Cardeal Rei Dom Henrique, O Casto (1578-1580).
- (10) Visitação ao Mosteiro de Santa Maria de Landim no ano de 1568. Adérito Gomes Ferreira Paulo Ferro – Inquérito à vida dos Mosteiros na Arquidiocese de Braga sob Dom Frei Bartolomeu dos Mártires. “Actas do II Encontro sobre História Dominicana”, Tomo III, Porto: Arquivo Histórico Dominicano, 1987, págs. 161 a 206.
- (11) Segundo informação do Sr. Mário Afonso de Carvalho, zelador da Capela de Santa Marinha, a freguesia era constituída pelos lugares de Segures, Lamela, Oliveira, Monte, Pouco Siso, Souto e Cemitério, bem como o lugar de Santa Marinha onde está erecta a capela.
- (12) Não incluo o portal lateral norte da Igreja de Santiago de Antas, por ser considerada obra



românica ainda que com muitos elementos decorativos ao modo gótico. (13) Manuel Albino Penteadó Neiva, Vale (São Cosme) Memórias de um Passado, 1ª Edição e propriedade da Junta de Freguesia e Fábrica da Igreja de Vale (São Cosme), Braga, ano de 2009. (14) Carlos Ruão, Arquitectura Maneirista no Noroeste de Portugal, Italianismo e Flamenguismo, edição do Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra/EN-Electricidade do Norte, S.A., Gráfica de Coimbra, 1996, págs. 191 a 209. (15) Veja-se os exemplos na Flandres (Antuérpia, Lovaina, Bruges) na Alemanha (Castelos de Colditz e Johannisburg) e na Inglaterra (Castelos de Hatfield House e Lyme Park), para citar só alguns entre os numerosos existentes. (16) Dom Domingos de Pinho Brandão, Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e Diocese do Porto, Documentação I, Séculos XV a XVII, Diocese do Porto – Subsídios para o seu estudo – I, Porto – 1984, págs. 83 a 87. (17) Natália Marinho Ferreira-Alves, A Escola de Talha Portuense e a sua influência no Norte de Portugal, Edições Inapa, S.A., Colecção Portucale, Março de 2001, pág. 38.

5.2

Rua Senador Sousa Fernandes n° 321

## 5.2 O ‘caso de estudo’ da Azenha de Chaves em Vila Nova de Famalicão versus o ‘estudo de caso’ da Azenha Hackfort na Holanda

### 5.2.1 Introdução

No município de Vila Nova de Famalicão, ao longo das margens do rio Ave, subsiste um conjunto patrimonial formado por dezenas de Azenhas que representam a memória de diversas actividades tradicionais primárias relacionadas com a moagem de cereais para a produção de farinha destinada à panificação, a maceração do linho e o pisoar da lã para a produção artesanal têxtil, a serração de madeira para a produção de mobiliário e construção civil, a trituração de trapo para a produção de cartão e papel, entre outras. As “Azenhas do Ave” são “moinhos de roda vertical de propulsão inferior” que recorrem a uma tecnologia de origem Romana cruzada com técnicas de origem Muçulmana. Essa fusão cultural aperfeiçoada durante séculos pelos moleiros da região do Vale do Ave deu origem a um sistema mecânico versátil que permitiu exercer múltiplas funções, com recurso a uma fonte de energia renovável proveniente da corrente da água do rio Ave. Para além do engenho mecânico tradicional que atribui o nome ao edifício – Azenha – os moleiros em colaboração estreita com os mestres pedreiros conceberam construções excepcionais implantadas no leito do rio, com a intenção de explorarem a energia da água no exercício das suas funções. Esta característica implicou a concepção de sistemas construtivos específicos, extremamente resistentes à água que permitem enfrentar diariamente a erosão provocada pelas correntes e a violência das cheias durante o Inverno. Este longo e secular processo cultural cruza os saberes construtivos com o profundo conhecimento sobre as condições naturais do rio, transmitido de geração em geração, possibilitou trazer até aos dias de hoje uma tipologia arquitectónica com características ímpares relacionadas com o território, a paisagem, a arquitectura, os sistemas construtivos e a tecnologia tradicional que fazem das *Azenhas do Ave* exemplares notáveis no panorama do Património Molinológico.

No intuito de promover a reflexão sobre: como preservar, salvaguardar e valorizar o património constituído pelas *Azenhas do Ave* resolvemos debruçarmo-nos sobre um ‘caso de estudo’ uma Azenha localizada no Município de Vila Nova de Famalicão e um ‘estudo de caso’ uma Azenha localizada no Município de Bronckhorst na Holanda. O ‘caso de estudo’ resulta da selecção de uma Azenha localizada no Município de Vila Nova de Famalicão e implantada na margem direita do rio Ave na freguesia de Fradelos. A partir deste ‘caso de estudo’ a Azenha de Chaves pretendemos transmitir alguns aspectos históricos, arquitectónicos, construtivos e tecnológicos relacionados com o edifício, bem como, descrever o estado de conservação, o uso e a função actual. Paralelamente, apresentamos um ‘estudo de caso’ de uma Azenha localizada no Município de Bronckhorst na Holanda e implantada na margem direita do canal Baackse na freguesia de Vorden. Este estudo surge a partir de uma análise *in loco*, realizada em Abril de 2014, sobre um grupo de Azenhas localizadas na região Este da Holanda. Deste grupo resolvemos destacar a Azenha de Hackfort no intuito de transmitir as dinâmicas implementadas

com vista a salvaguarda, preservação e valorização do Património Molinológico Holandês. Neste sentido pretendemos efectuar um breve enquadramento histórico, arquitectónico e tecnológico da Azenha de Hackfort, bem como revelar o programa, o uso e a função que contribuem para a sua permanência.

### 5.2.2 O ‘caso de estudo’ – Azenha de Chaves

A Azenha de Chaves localiza-se na freguesia de Fradelos, no concelho de Vila Nova de Famalicão. Está implantada na margem direita do rio Ave e faz parte de um núcleo molinológico formado pela Azenha de Chaves, pelo açude e pela Azenha de Bairros implantada na margem esquerda do rio no Concelho da Trofa. Além destas três construções principais existem outros elementos que conferem uma identidade própria ao núcleo molinológico. Destacámos a rua da Louvanda, caminho primitivo que comunica a norte com o lugar de Pedras Ruivas e de Lage e a poente com a Aldeia de Povoação; os muros em xisto amarelo que demarcam o caminho; a Alminha datada de 1876 encastrada no muro de suporte voltado para o rio; a leira localizada a nascente onde existe um poço e prevalecem os vestígios de uma latada de vinha que se estendia ao longo da margem do rio Ave; os Amieiros que sustentam a margem entre o rio e o caminho localizado a poente; por último, a praia fluvial.

A data de construção da Azenha de Chaves é desconhecida. Na padieira existe uma inscrição com a data de 1934 que tudo indica corresponder à obra de ampliação, do primeiro andar. No entanto, existem referências à existência da Azenha de Chaves durante o século XVIII, nomeadamente, nas Memórias Paroquiais que datam de 6 de Maio de 1758 sobre “Santa Leocádia de Fradellos”<sup>1</sup> e num inventário relativo aos bens de Constantino da Silva Carneiro realizado após a sua morte em 10 de Junho de 1793. “(...) Constantino da Silva Carneiro e Mariana Moreira, deixaram, à sua morte, os filhos seguintes: Rodrigo, Ricardo, Tomé, Hortência, Francisca, Julião e Manuel. Recebeu o primeiro, quando do inventário, 2.930 reis do resto da legítima materna e 47.133 da legítima paterna, por ‘ter em si já o seu dote’, tendo ainda a haver do seu irmão Ricardo, a dinheiro 527 reis, por ‘ser já encabeçada uma Casa de Azenhas com três rodas no rio Ave’, parte dela foreira ao convento de Vila Nova de Gaia (ou Corpus Christi, em Gaia) e a outra pertença do casal, por compra que haviam feito os seus antecessores.”<sup>2</sup>

Por outro lado, na margem esquerda do rio Ave a par da Azenha de Chaves existe a Azenha de Bairros, cuja referência cronológica remonta ao século XVII “(...) Desde 1682 que no lugar do Barquinho, da Aldeia de Bairros, funciona uma Azenha.”<sup>3</sup>

As actividades desenvolvidas na Azenha de Chaves eram diversas. Possuía uma ‘Barca de Passagem’ do rio, descrita nas Memórias Paroquiais de 1758 pelo Abade da Freguesia de

---

[1] CAPELA, José Viriato; SILVA, António Joaquim Pinto; “Vila Nova de Famalicão nas memórias paroquiais de 1758”; Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; V. N. de Famalicão; 2001; p. 56.

[2] CRUZ, António; Santo Tirso – Boletim Cultural Concelhio – “Casas de Lavoura do Reguengo de Bougado na Charneira de dois séculos”; Vol. I – Nº 1; Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso; 1977; p. 134.

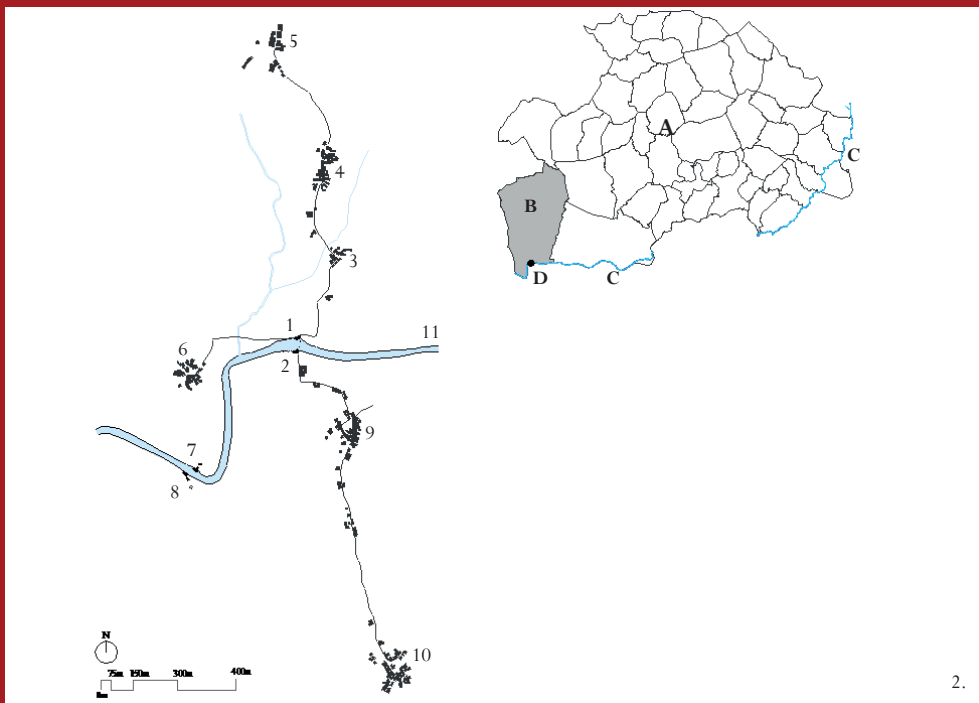
[3] RODRIGUES, Alcino; “A Azenha de Bairros” in “Jornal – A Voz da Trofa”; p. 6 e 7.



1. Localização do 'caso de estudo' e do 'estudo de caso'.  
 Legenda: 1 – Azenha de Chaves – Vila Nova de Famalicão – Portugal; 2 – Azenha de Hackfort – Bronkhorst – Holanda.

2. À direita mapa do Concelho de Vila Nova de Famalicão (2014). Legenda: A – Concelho de Vila Nova de Famalicão; B – Freguesia de Fradelos; C – Curso do rio Ave; D – Localização da Azenha de Chaves.

À esquerda planta de localização desenhada sobre Carta Militar (2014); Legenda: 1 – Azenha de Chaves; 2 – Azenha de Bairros; 3 – Lugar de Lajes; 4 – Lugar de Pedras Ruivas; 5 – Centro de Fradelos; 6 – Aldeia de Povoação; 7 – Azenha de Povoação; 8 – Azenha dos Frades; 9 – Lugar de Bairros; 10 – Cidai; 11 – Rio Ave. Fonte: R. Bruno Matos.



2.

3. Planta de enquadramento sobre levantamento topográfico (2014). Legenda: 1 – Azenha de Chaves; 2 – Açude; 3 – Local onde existiu um Freixo classificado; 4 – Azenha de Bairros; 5 – Rio Ave a montante; 6 – Rio Ave a jusante; 7 – Praia fluvial da Azenha de Chaves; 8 – Arieiro da praia fluvial de Bairros; 9 – Rua da Louvanda; 10 – Rua da Azenha; 11 – Poço; 12 – Alminhas. Fonte: R. Bruno Matos.

4. Fotografia da cheia de 1962 no rio Ave a jusante da Azenha de Chaves. A barca de passagem “Eirogo” com oito pessoas a bordo incluindo o barqueiro/moleiro da Azenha de Chaves, (à esquerda). Fonte: Arquivo pessoal de António Carneiro.



Fradelos Luís de Moura Teixeira. “Não tem pontes e no rio Ave, tem huma barca no destrito desta freguezia, chamada a barca de Chaves”<sup>4</sup>. Na primeira metade do século XX a Barca ainda funcionava dirigida pelos moleiros da Azenha de Chaves, “em troca de 5 tostões”<sup>5</sup> e “chegou a atravessar com seis pessoas e cinco bicicletas.”<sup>6</sup> Actualmente o barco ainda registado com o nome de “Eirogo” não exerce actividade.

No areal localizado a jusante da Azenha de Chaves era frequente, até meados do século XX, as mulheres de Fradelos lavarem a roupa. Os lavradores locais colocavam o linho submerso na água do rio que após secagem era triturado no engenho existente na Azenha. O engenho do linho foi bastante solicitado, quer pelos habitantes de Fradelos, quer pelos habitantes da Trofa.<sup>7</sup>

Do ponto de vista arquitectónico a Azenha de Chaves apresenta indícios construtivos de inicialmente ser composta por apenas dois pisos – o cabouco<sup>8</sup> e o rés-do-chão. Em 1934 sofreu obras de ampliação referentes ao primeiro andar e passou a ser constituída por três pisos. Posteriormente em 1962, após os danos sofridos com a cheia, o primeiro andar foi novamente reconstruído e as paredes exteriores passaram a ser constituídas por perpiano, tal como se encontra actualmente.

A organização espacial da Azenha de Chaves é distribuída em três pisos, sendo que, cada piso corresponde a uma função relacionada com a sua actividade de moagem de cereais. O piso inferior designado por cabouco era destinado às engrenagens do sistema de moagem. É um espaço de dimensões reduzidas quer em área, quer em altura. É composto por três vãos localizados no alçado do lado do rio, destinados a receberem os eixos das rodas hidráulicas, e uma porta localizada no alçado poente. A existência desta porta de comunicação directa com o exterior é pouco habitual nas Azenhas do Ave. No entanto a diferença altimétrica do terreno possibilitou a sua abertura, que permite um acesso cómodo ao moleiro com vista a efectuar a manutenção do sistema de engrenagem. Habitualmente o acesso a este piso é realizado por intermédio de um pequeno alçapão praticado no soalho, o que dificultava o acesso e a substituição das peças. Este espaço é pontuado por pilares em granito que sustentam os vigamentos do soalho do piso do rés-do-chão. Entre os pilares laboravam três antrosas que engrenavam em três carrinhos que por intermédio de três eixos verticais em ferro moviam as mós andadeiras, localizadas no rés-do-chão destinadas a esmagar o cereal para produzir a farinha.

O piso do rés-do-chão era destinado às moendas que produziam a farinha. Era um espaço amplo, sem divisórias, ocupado por três casais de mós e uma escada interior em madeira de acesso ao primeiro andar. Posteriormente foi construída a escada exterior em granito e abdicaram da interior. No alçado norte existe a porta principal de acesso à Azenha. Na padieira encontra-se uma inscrição emoldurada com o desenho de duas chaves, uma de cada lado, que

---

[4] CAPELA, José Viriato; SILVA, António Joaquim Pinto; “Vila Nova de Famalicão nas memórias paroquiais de 1758”; Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; V. N. de Famalicão; 2001; p. 157.

[5] Depoimento do proprietário Joaquim Costa.

[6] Depoimento do proprietário António Carneiro.<sup>7</sup>

[7] Depoimento do proprietário António Carneiro “...era frequente virem pessoas da Freguesia de Alvarelhos trazer o linho para triturar no engenho da Azenha de Chaves.”

[8] Também é designado por ‘inferno’.

representa simbolicamente a partilha da propriedade. Na inscrição são visíveis duas abreviaturas que correspondem às iniciais dos proprietários “J.P.” (Joaquim Pinheiro) e “H.C.” (Henrique Carneiro), bem como a data ‘1934’ que corresponde às obras de ampliação da Azenha. Nesse mesmo alçado existe ainda uma janela que comunica com o caminho. No alçado sul, praticamente no mesmo alinhamento da porta principal, existe outra porta de acesso ao açude. Esta permitia aceder aos patins e às golas onde se localizavam as rodas hidráulicas de propulsão inferior, movidas pela corrente da água. Ainda no alçado sul, além da porta de acesso ao rio, existem duas janelas que possibilitavam ao moleiro visualizar o movimento das rodas hidráulicas e ao mesmo tempo ventilar o espaço interior. No alçado poente existe uma janela de maiores dimensões com lambril, alinhada com a porta exterior de acesso ao cabouco. Por último, o alçado nascente não apresenta nenhum vão ao nível do rés-do-chão. Cumpre uma função vital de protecção da Azenha, pois apresenta uma invulgar inflexão na esquina em contacto com a água destinada a suavizar o impacto.

Quanto ao primeiro andar, o acesso actual é realizado apenas por uma escada exterior de um só lanço paralelo à entrada principal. Assim se estabelece a ligação entre a cota do caminho e a porta de entrada para o primeiro andar, localizada no alçado nascente orientado para o campo agrícola. É um espaço amplo onde viviam o moleiro e a sua família. Outrora no interior disponha de uma lareira localizada no alçado nascente. Durante o inverno serviu também para armazenar farinha e cereais. Para além da porta existem mais duas janelas localizadas no alçado sul, uma janela no alçado norte e outra no alçado poente, alinhada com a janela do piso do rés-do-chão.

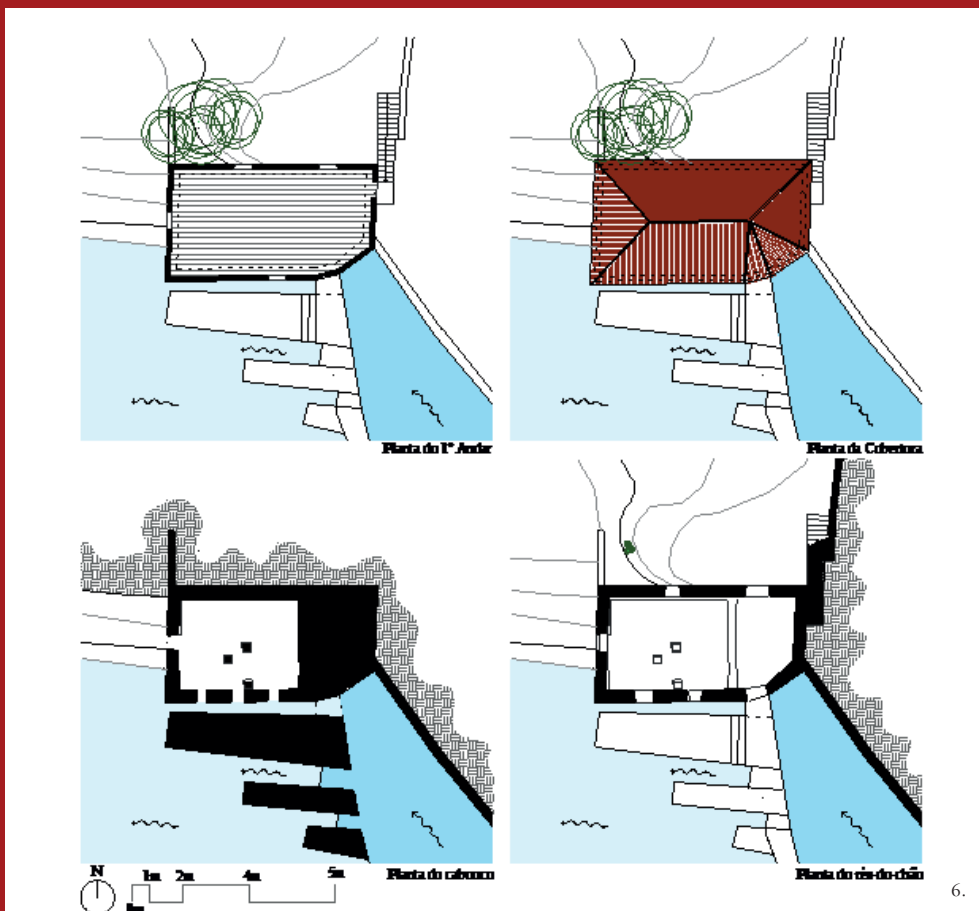
Morfologicamente a Azenha é caracterizada por uma planta rectangular com duas inflexões na esquina entre o alçado nascente e sul. O piso do cabouco apresenta uma zona maciça, localizada junto ao alçado nascente, que desempenha uma função estrutural de reforço ao impacto exercido pela corrente da água do rio. O alçado nascente ao nível do rés-do-chão encontra-se parcialmente encastrado no terreno para se tornar mais sólido e resistente nos períodos de cheias. Esta condição topográfica do lugar permitiu naturalmente abdicar do quebra-mar durante a construção da Azenha de Chaves. A cobertura apresenta seis águas com estrutura em madeira composta por duas asnas, com revestimento em telha “marselha”. No piso do cabouco e do rés-do-chão os materiais utilizados nas alvenarias exteriores são a pedra de xisto argiloso, reforçado nos cunhais, soleiras, ombreiras e padieiras com pedra de granito. No primeiro andar o material utilizado nas alvenarias exteriores é a pedra de granito, em bloco.

A partir da análise arquitectónica é possível compreender que a Azenha de Chaves teve capacidade para albergar duas rodas hidráulicas do lado do rio, destinadas a accionar três casais de mós. Uma das rodas accionava simultaneamente dois casais de mós com recurso ao processo de ‘desdobramento’. A somar a estas duas, existiu mais uma roda hidráulica que accionava



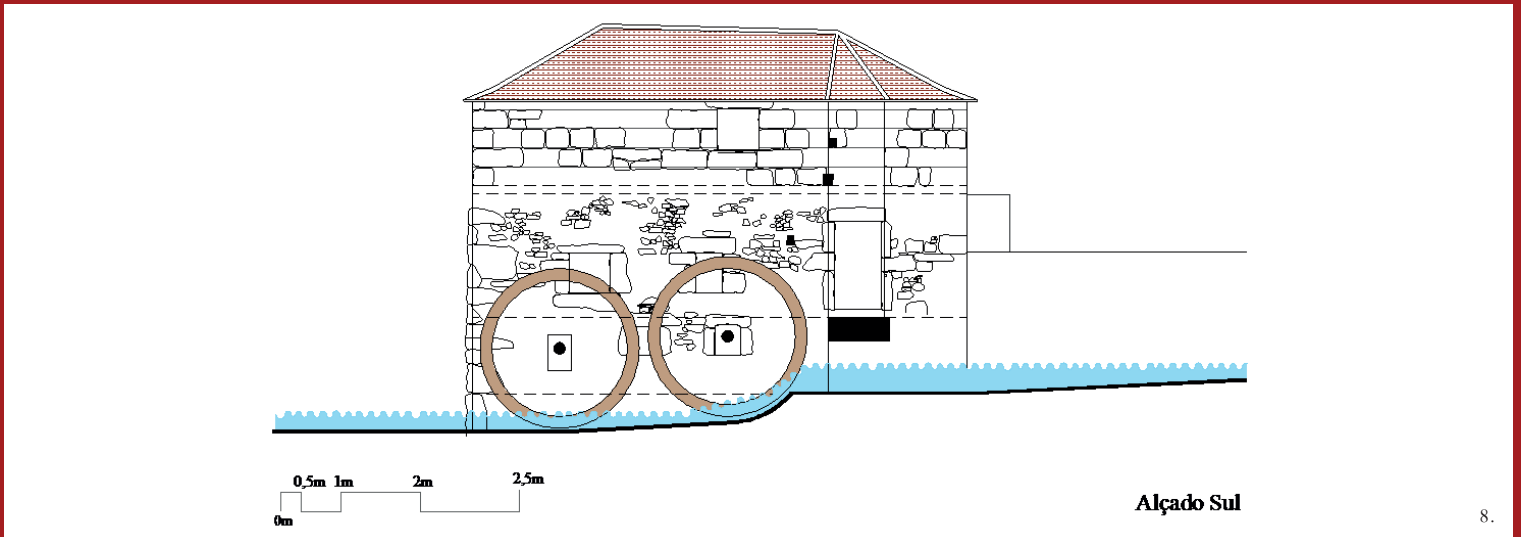


5. Fotografia da Azenha de Chaves – Alçado Sul, (2010). Fonte: R. Bruno Matos.  
 6. Levantamento Arquitectónico da Azenha de Chaves – Plantas (2014). Fonte: R. Bruno Matos.



7. Levantamento fotografico da Azenha de Chaves , (2009). Legenda: À esquerda alçado Poente; À direita estado de conservação do interior. Fonte: R. Bruno Matos.

8. Levantamento Arquitectónico da Azenha de Chaves – Alçado Sul (2014). Desenho com interpretação da localização das rodas hidráulicas. Fonte: R. Bruno Matos.



Alçado Sul

um casal de mós e o engenho de macerar o linho, numa construção improvisada chamada de “barraco” instalada no patim do açude. Esta análise tecnológica permite alcançar dados relativos à capacidade produtiva do núcleo composto pela Azenha de Chaves e pela Azenha de Bairros, mais permite entender a importância que esta actividade representou para o meio onde se inserem. O núcleo dispunha de quatro casais de mós na Azenha de Chaves e quatro casais de mós na Azenha de Bairros. Com os oito casais de mós a funcionar em plena actividade<sup>9</sup> podiam chegar a produzir em média uma tonelada de farinha por dia<sup>10</sup>.

Ao longo do século XX devido a um conjunto de factores socioeconómicos relacionados com o decréscimo da actividade agrícola, a concorrência da moagem industrializada, o progresso da indústria têxtil e a emancipação da “máquina”, desencadearam uma crise sem retorno no sector da moagem tradicional que resultou no abandono da actividade por parte dos moleiros e consequente desactivação de inúmeras Azenhas ao longo do rio Ave. A somar a esta crise económica, em 1962 ocorreu uma das maiores cheias da história recente do rio Ave que acabaria por desmorar diversas Azenhas, que jamais voltariam a ser reconstruídas. Nas últimas décadas do século XX o rio Ave foi alvo de uma intensa poluição que rompeu a relação ancestral existente entre a população e o rio. Estes aspectos foram decisivos, quer para a degradação e abandono do património constituído pelas Azenhas e açudes do rio Ave, quer para a descaracterização da paisagem ribeirinha. As actividades desenvolvidas nas Azenhas deixaram de se realizar, as praias fluviais deixaram de ser frequentadas e as margens do rio Ave entraram num processo de decadência.

Actualmente verificamos que o património constituído pelas *Azenhas do Ave* encontra-se em risco de se perder, devido à erosão provocada pela água, mas também pelas intervenções construtivas realizadas que descaracterizam e desvalorizam os edifícios introduzindo novos sistemas construtivos desadequados, intrusivos, irreversíveis que destroem o carácter e a identidade deste edificado.

A Azenha de Chaves é um reflexo desse processo. Encontra-se desactivada há décadas e sem qualquer função. O sistema de moagem tradicional desapareceu. O pavimento do rés-do-chão, originalmente em soalho, já não existe. O pavimento no primeiro andar foi recoberto com uma betonilha armada que contribuiu para a degradação quer da estrutura, quer do soalho em madeira. Alguns vigamentos da estrutura do pavimento foram queimados e revelam bastante insegurança. Neste momento a Azenha de Chaves encontra-se encerrada e sem uso. A conservação do edifício, nomeadamente telhado e caixilharias representa um encargo permanente para os proprietários. Esse encargo aplicado num edifício sem função que não gera nenhuma receita conduz inevitavelmente ao seu abandono e consequentemente à ruína.

Por outro lado existe o reconhecimento geral entre a comunidade local e o meio científico que

---

[9] Em plena actividade significa que as mós estivessem todas em funcionamento e picadas com regularidade. Uma mó coimbreira picada e afinada podia chegar a moer 75Kilos por hora.  
[10] O cálculo é o resultado da média efectuada entre o pior rendimento e o melhor rendimento alcançado por hora. Estes dados foram recolhidos a partir do testemunho dos moleiros do Ave.

as *Azenhas do Ave* reúnem um conjunto de valores culturais, sociais e económicos passíveis de serem salvaguardados, preservados e valorizados. As *Azenhas do Ave* são construções com um longo passado histórico que remontam ao século XV, representam a origem da industrialização da região do Vale do Ave, para além de serem construções singulares com características arquitectónicas, construtivas e tecnológicas próprias e específicas que contribuíram para a construção da paisagem ribeirinha que faz parte da memória e identidade local.

A partir do cruzamento entre os factos relacionados com o estado de conservação actual das *Azenhas do Ave* e o reconhecimento comunitário dos seus valores patrimoniais levantam-se alguns problemas: Que mecanismos devem ser criados para proteger este património? Que usos e funções podem contribuir para a sua salvaguarda, preservação e valorização? Que programas possibilitam a sua sustentabilidade económica no futuro?

### 5.2.3 O ‘estudo de caso’ – A Azenha de Hackfort

A Azenha de Hackfort localiza-se na zona Este da Holanda, na região de Gelderland, no município de Bronckhorst, mais propriamente na freguesia de Vorden. Encontra-se implantada na margem direita do canal Baakse e está integrada numa propriedade com 800 hectares pertencente ao Castelo de Hackfort. A envolvente é caracterizada por uma zona florestal articulada com campos destinados à actividade agrícola.

O dado documental mais antigo sobre a Azenha de Hackfort corresponde a um testamento de Jacob II de Hackfort que remonta ao século XV. No entanto a construção tal como a conhecemos está datada de 1700. Existem também referências que entre a segunda metade do século XIX e meados do século XX decorreram diversas divergências com os proprietários da Azenha de Hackfort devido à gestão e utilização da água do canal Baakse. Esses permanentes conflitos resultaram numa inconstante actividade da Azenha ao longo desse período. Em 1899 a Azenha foi desactivada. Voltou a funcionar em 1905 e parou novamente em 1930. 22 anos volvidos sem actividade, a Azenha de Hackfort acentou a sua decadência.

Em 1961, na sequência de um vasto processo de classificação de moinhos efectuado pelo governo Holandês a Azenha de Hackfort passou a integrar a lista dos Monumentos Nacionais - “Rijksmonument”<sup>11</sup>. Nessa altura foram integradas inúmeras Azenhas na lista de classificação. Um dos critérios exigidos era conservarem o sistema de moagem de acordo com as técnicas tradicionais de construção. Além destes casos, durante a década de setenta foi realizada uma campanha de reconstrução e reabilitação de várias Azenhas que reuniam características consideradas excepcionais mas que se encontravam em mau estado de conservação, com o objectivo de integrarem também a lista dos Monumentos Nacionais.

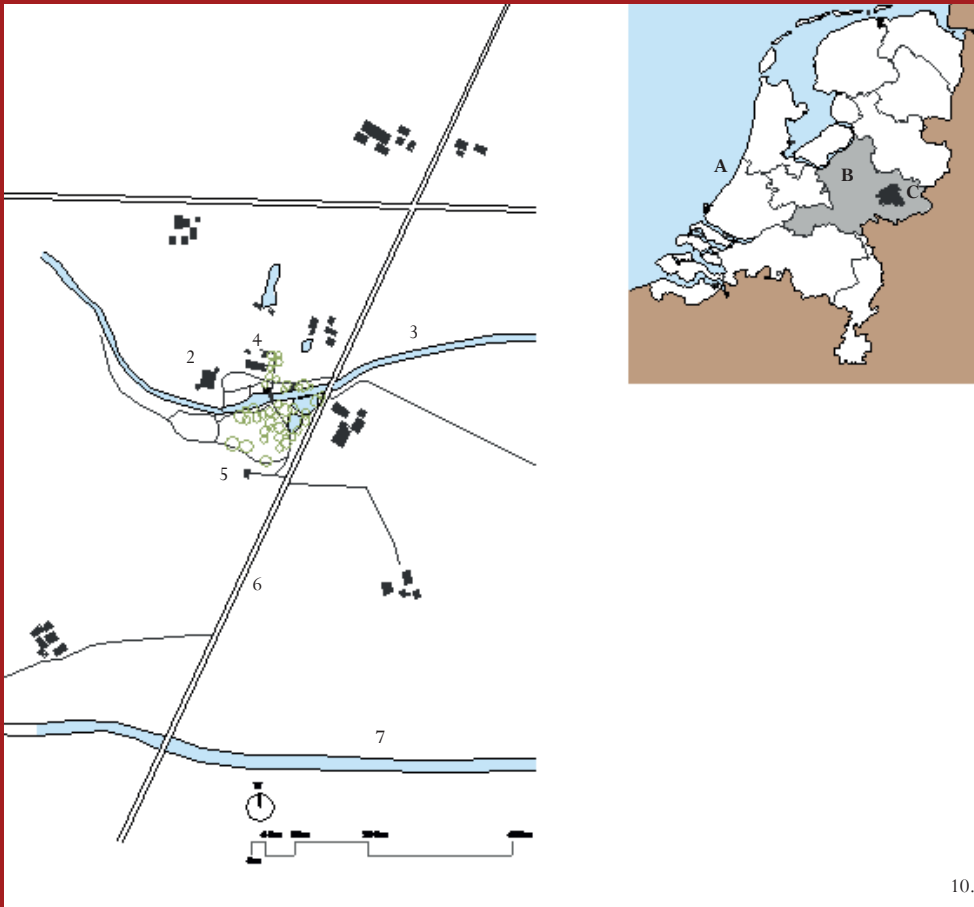
Posteriormente, em 1981 a Azenha de Hakfort foi adquirida pela Associação Nacional

---

[11] Disponível em <http://www.rijksverheid.nl/onderwerpen/monumenten-en-erfgoed-archeologie/monumenten>; [consultado em 26 Ago. 2014].



9.



10.

9. Fotografia da Azenha de Chaves após a queda do Freixo classificado (2010). Fonte: R. Bruno Matos.  
10. Planta de localização desenhada sobre cartografia municipal (2014).

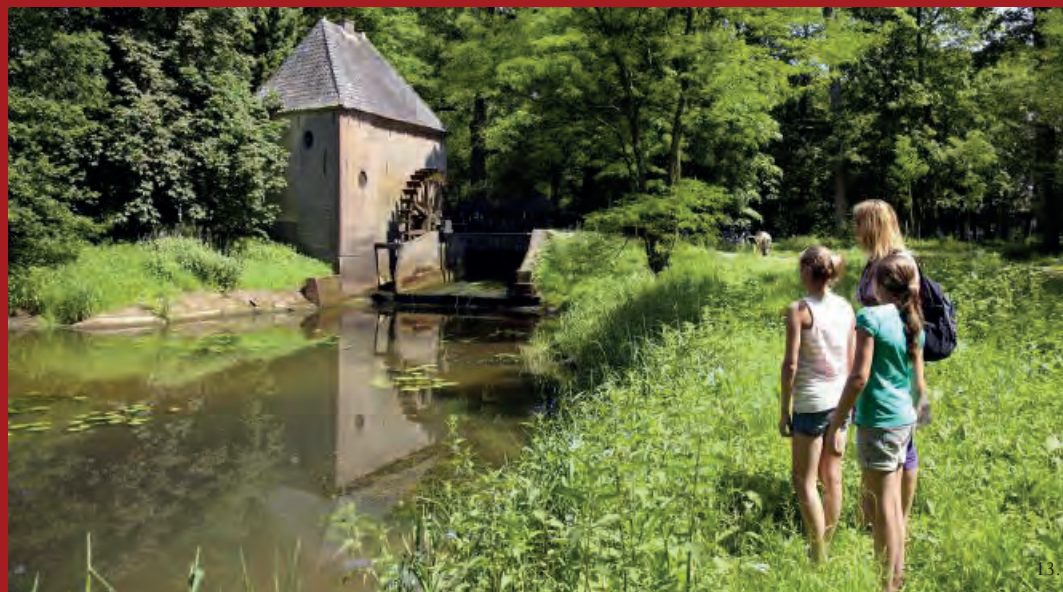
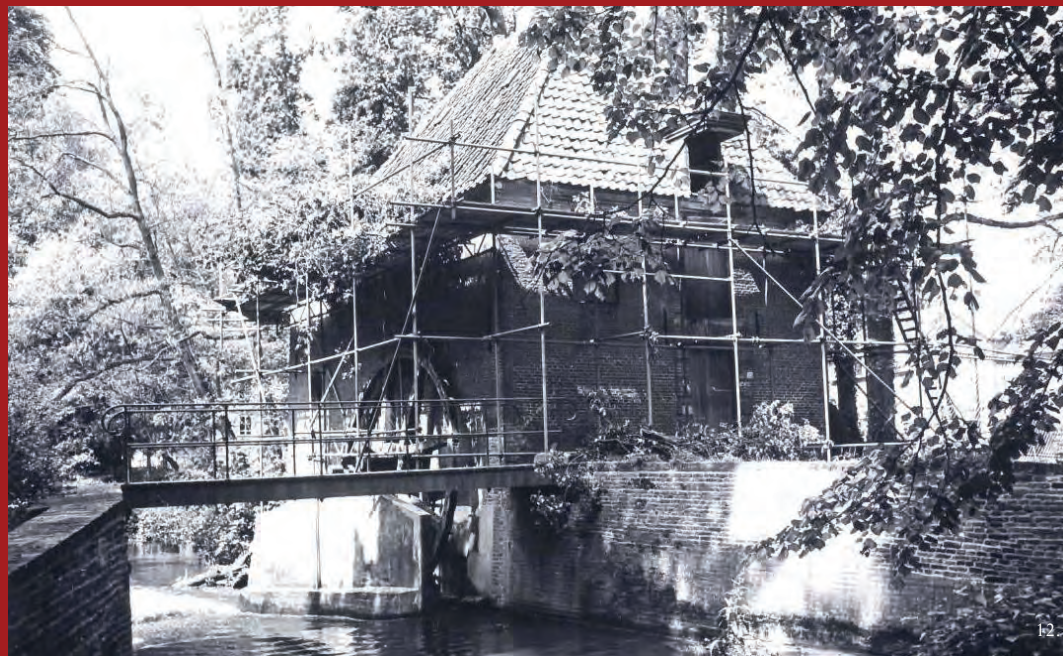
Legenda: A – Mapa da Holanda com regiões; B – Região de Gelderland; C – Município de Bronckhorst.

1 – Azenha de Hackfort, freguesia de Vorden, concelho de Bronckhorst; 2 – Castelo de Hackfort; 3 – Canal de Baakse; 4 – Dependências agrícolas; 5 – Celeiro; 6 – Estrada Baakseweg; 7 – Rio Veengoot.  
Fonte: R. Bruno Matos.

11. Azenha de Hackfort (1943). Fonte: <http://collecties.allemolens.nl/>

12. Obras de conservação e restauro da Azenha de Hackfort (1983). Fonte: <http://collecties.allemolens.nl/>

13. Percurso de acesso à Azenha de Hackfort (2014).  
Fonte: R. Bruno Matos (à esquerda) e <https://www.natuurmonumenten.nl> (à direita).



“Natuurmonumenten”<sup>12</sup>. Na década de oitenta após a resolução dos conflitos, decorrentes do passado, relativos à gestão da água do canal Baakse foi efectuada a reabilitação do edifício, propriamente dito. Em 1997 reconstruíram o açude e um ano depois restauraram o sistema de moagem e reabilitaram a roda hidráulica em madeira. Nessa altura a Azenha voltou a moer cereais com recurso à tecnologia tradicional.

A Azenha de Hackfort passou a fazer parte de um grupo restrito de moinhos de água classificados como “Monumento Natural”<sup>13</sup> pela Associação Nacional “Natuurmonumenten”. Os edifícios classificados são considerados pela “Natuurmonumenten” como monumentos históricos fortemente relacionados com a Natureza. “Nesses casos Monumento e Natureza constituem o mesmo organismo. São considerados tesouros escondidos com valor histórico e cultural. Contam uma história do passado.”<sup>14</sup>

Actualmente a Azenha de Hackfort encontra-se integrada num percurso pedestre fortemente relacionado com a natureza, a paisagem e o património arquitectónico. Estes percursos pedonais com longa tradição na Holanda, frequentados por escritores e pintores durante o século XIX, encontram-se actualmente em perfeito estado de conservação e podem ser utilizados pela população local ou pelo turismo que procura a natureza, a cultura e o lazer.

“Pitoresca é a antiga Azenha implantada na margem arborizada com imponentes árvores verdes que contrastam com a cor cinza e brilhante dos salgueiros. A sua folhagem fina mistura-se com as copas escuras dos grandes carvalhos que emergem atrás da casa, onde o prado se estende, fazendo fronteira com grandes avenidas, animadas pelo gado colorido (...).”<sup>15</sup>

Podemos entender que existe uma dupla complementaridade entre as valências naturais e paisagísticas que o percurso proporciona e a densidade histórica e cultural do património arquitectónico. O percurso devidamente sinalizado com placas informativas sobre a história, as funções dos edifícios e a identificação da flora, para além de que nos é permitido visitar o celeiro, observar as árvores, atravessar a ponte sobre o açude do canal Baakse, conhecer a Azenha de Hackfort e repousar na esplanada das dependências agrícolas onde funciona o restaurante – “keuken van hackfort”<sup>16</sup> – aqui pode-se degustar o pão, o queijo e o vinho da região. A Azenha de Hackfort caracteriza-se pela integração natural com a envolvente, mas revela-se uma referência surpreendente dentro do percurso. O seu bom estado de conservação convida o visitante a entrar e desfrutar de uma experiência cultural enriquecedora. A roda hidráulica exterior em movimento, impulsionada pela corrente da água acciona o sistema tradicional de moagem que se encontra a produzir farinha. No interior encontramos um “moleiro voluntário”<sup>17</sup> que transmite a história do edifício, explica os espaços e as funcionalidades da Azenha. O contributo do “moleiro voluntário” é fundamental para o acolhimento do visitante, a dinamização do espaço, a manutenção do edifício e do sistema de

[12] Disponível em <https://www.natuurmonumenten.nl/>; [consultado em 26 Ago. 2014].

[13] Disponível em <https://www.natuurmonumenten.nl/monumenten/watermolen-hackfort>; [consultado em 28 Ago. 2014].

[14] Tradução do autor. Transcrição do texto original: “Natuur en Monumenten horen bij elkaar. In de natuurgebieden van Natuurmonumenten staan namelijk veel historische gebouwen. Het zijn verborgen schatten met een cultuurhistorische waarde. Ze vertellen een verhaal uit het verleden. Hier leest u de prachtige verhalen van deze bouwwerken.” Disponível em <https://www.natuurmonumenten.nl/monumenten>; [consultado em 28 Ago. 2014].

[15] Tradução do autor. Texto datado de 1888 sobre a descrição da caminhada pela Holanda realizada por Jacobus Craandijk. Transcrição do texto original: “Schilderachtig ligt de oude watermolen bij de begroeide kolk, bij het hooge hout met zijn krachtig groen, waartegen de blaauwgrijze wilg zoo helder afsteekt. Fraaije accasia's mengen hun fijn gebladert met de donkere kroonen der forsche eikengroepen achter het huis, waar een groote weide zich uitbreidt, door statige lanen omzoomd, verlevendigd door bonte runderen, terwijl het blinkend geel ener hooiberg daarginds de ernstige tinten van het eikenloof afwisselt.”. Disponível em <http://www.waterradmolens.nl/index.html>; [consultado em 18 Set. 2014].

[16] Nome do restaurante. Disponível em <http://www.keukenvanhackfort.nl/>; [consultado em 18 Set. 2014].

[17] A figura do “moleiro voluntário” surgiu em 1972 a partir de uma iniciativa de um grupo de pessoas apaixonadas por moinhos - Gilde van Vrijwillige Molenaars (GVM) - que em parceria com a Associação dos Moinhos Holandeses organizaram cursos de formação de “moleiros”. Após a formação teórica e prática composta por 7 módulos/100 Horas, o candidato realiza exames para obter o grau de “Moleiro Voluntário”. Disponível em <http://www.vrijwilligemolenaars.nl/>; [consultado em 23 Set. 2014].

moagem. Além de complementar o circuito pedestre a Azenha desempenha um papel social e didático dentro da comunidade local. Proporciona visitas escolares que possibilitam uma aprendizagem interactiva sobre o ciclo do cereal e os processos de produção de farinha para fabricar o pão. Deste modo a Azenha de Hackfort passou a constituir um documento histórico vivo pois explica por si só a actividade pré-industrial relacionada com a moagem dos diversos tipos de cereais, bem como a serração de madeira, com recurso à energia proveniente da água.

Outro aspecto interessante que importa referir sobre a Azenha de Hackfort é a implementação de um projecto inovador de produção de energia eléctrica. A roda hidráulica além de accionar as mós de pedra que produzem farinha foi adaptada para gerar energia eléctrica para o próprio edifício, a partir de um projecto experimental promovido pela empresa de energia pública NOUN.

#### 5.2.4 Notas Finais

“Os monumentos vazios devem ser reutilizados. Isso evita o abandono a decadência e mantém o monumento para o futuro”<sup>18</sup> – Premissa da carta política lançada pelo governo Holandês em 2009 destinada à Modernização dos Monumentos - “MoMo - Modernisering Monumentenzorg”<sup>19</sup>.

A partir deste ‘estudo de caso’ foi possível compreender que os mecanismos de protecção do património molinológico foram desde cedo aplicados na Holanda. Em 1961 já existia um grupo considerável de Azenhas classificadas como Monumento Nacional. Em 1981 a Associação Nacional “Natuurmonumenten” adquiriu a Azenha de Hackfort desactivada e promoveu um plano de salvaguarda, preservação e valorização. Efectuou obras de reabilitação e restauro do edifício, do açude e do sistema tradicional de moagem e classificaram-na como Monumento Natural. Desenvolveram um projecto-piloto que concilia património e inovação, com o apoio da empresa de energia NOUN, destinado a produzir energia eléctrica para o próprio edifício. Actualmente integra uma rota pedestre destinada ao turismo, desporto e lazer que congrega o contacto com a Natureza, o Património e a Gastronomia. Simultaneamente desempenha uma importante função social, didáctica e cultural para a comunidade. A Azenha de Hackfort é um factor de atractividade local e ao mesmo tempo uma âncora que fixa a história e a cultura da região.

Para finalizar, propomos uma reflexão sobre o balanço entre as perdas e os ganhos sociais, culturais e económicos proporcionados pela Azenha de Chaves e pela Azenha de Hackfort. Essa poderá ser a chave para descodificar o problema da perda irreversível do Património Molinológico do Ave.

---

[18] Objectivo descrito no “.1 – Novos destinos para edifícios antigos” – que consta na Carta Política de Preservação e Modernização do Património.

Tradução do autor. Transcrição do texto original: “Leegstaande monumenten moeten meer worden

hergebruikt. Dit voorkomt leegstand en verval en behoudt monumenten voor de toekomst.”

Disponível em <http://www.rijksoverheid.nl/onderwerpen/monumenten-en-erfgoed-archeologie/modernisering-monumentenzorg>; [consultado em 23 Set. 2014].

[19] Os três pilares fundamentais da Carta Política de Preservação e Modernização do Património – “MoMo - Modernisering Monumentenzorg.” Disponível em <http://www.handreikingerfgoedenruimte.nl/handreikingerfgoedenruimte/wettelijk-en-bestuurlijk-kader/rijk-erfgoed/modernisering-monumenten>; [consultado em 23 Set. 2014].



14. Aspecto exterior actual da Azenha de Hackfort (à esquerda) e moega no interior da Azenha (à direita), (2014). Fonte: R. Bruno Matos.



15. À esquerda desenho realizado por uma criança da Escola EB1 de Bairros após visita à Azenha de Bairros em 2011; À direita desenho realizado por uma criança da Escola Primária de Vorden - Holanda após visita à Azenha de Hackfort em 2012.



## Nota

“Este artigo foi realizado no âmbito da investigação de doutoramento financiada pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH / BD / 85645 / 2012). Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto «PEst-C/EAT/UI0145/2011».”

## Bibliografia

CAPELA, José Viriato; SILVA, António Joaquim Pinto. *Vila Nova de Famalicão nas memórias paroquiais de 1758*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, V. N. de Famalicão, 2001.

CRUZ, António. *Casas de Lavoura do Reguengo de Bougado na Charneira de dois séculos* in *Santo Tirso – Boletim Cultural Concelhio*. Vol. I – N.º 1, Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1977.

MATOS, Rogério Bruno Guimarães. *Contributo para a Salvaguarda do Património Arquitectónico – Azenhas & Açudes no Vale do Ave, paisagem e memória*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2011.

RODRIGUES, Alcino. *A Azenha de Bairros* in *Jornal – A Voz da Trofa*.

## Sitografia

ALLEMOLENS. Página web: <http://www.allemolens.nl/>, [consultado em 20 Set. 2014].

DE HOLLANDSCHE MOLEN. Página web: <http://www.molens.nl/site/index.php>, [consultado em 20 Set. 2014].

GOVERNO HOLANDÊS. Página web: <http://www.rijksoverheid.nl/onderwerpen/monumenten-en-erfgoed-archeologie/monumenten>, [consultado em 23 Set. 2014].

Página web: <http://www.handreikingerfgoedenruimte.nl/handreikingerfgoedenruimte/wettelijk-en-bestuurlijk-kader/rijk-erfgoed/modernisering-monumenten>, [consultado em 23 Set. 2014].

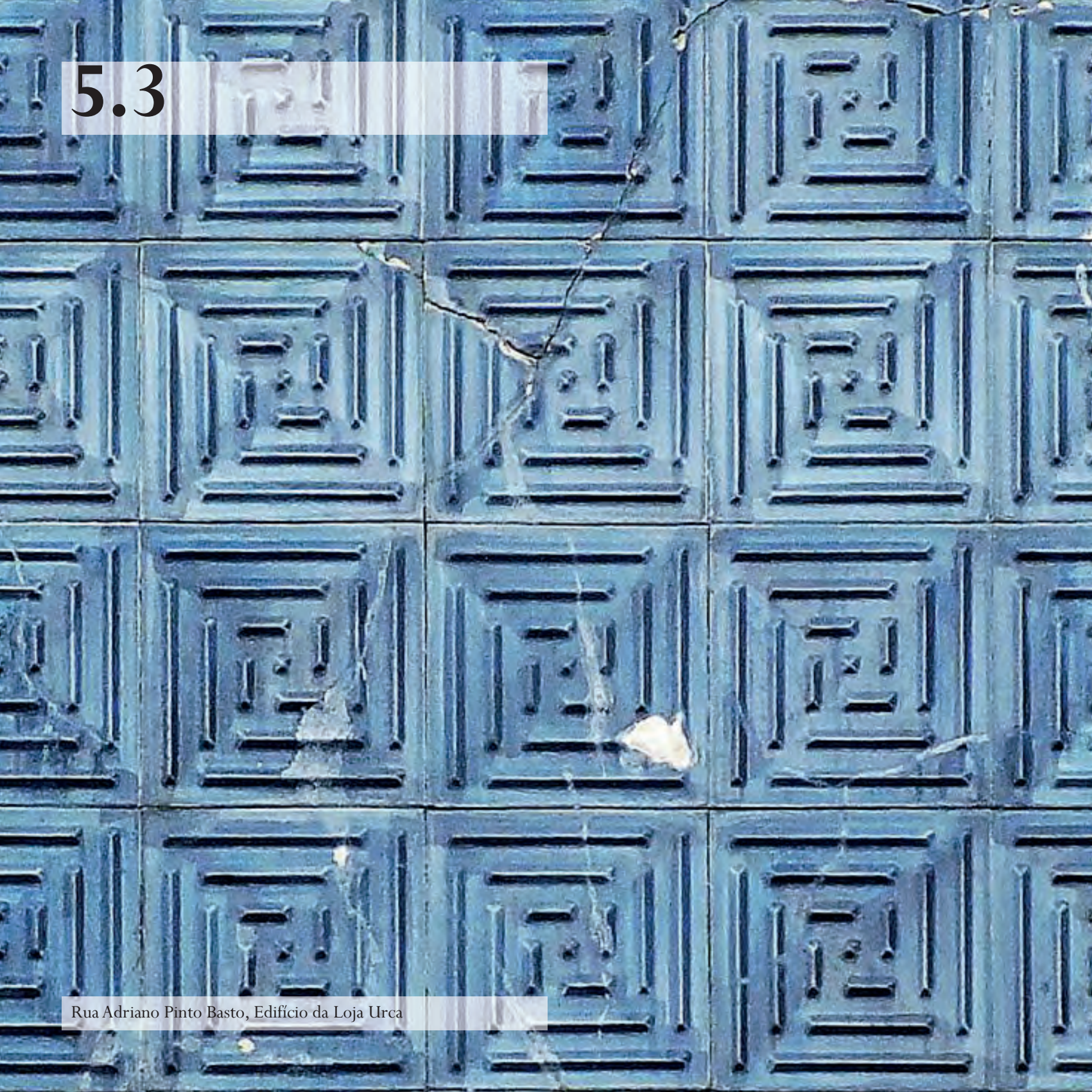
MOLEIROS VOLUNTÁRIOS HOLANDESES. Página web: <http://www.vrijwilligemolenaars.nl/>, [consultado em 23 Set. 2014].

NATUURMONUMENTEN, (Associação Nacional Holandesa dos Monumentos Naturais). Página web: <https://www.natuurmonumenten.nl/>, [consultado em 26 Ago. 2014]; Página web: <https://www.natuurmonumenten.nl/monumenten/watermolen-hackfort>, [consultado em 28 Ago. 2014]; Página web: <https://www.natuurmonumenten.nl/monumenten>, [consultado em 28 Ago. 2014].

RESTAURANTE KEUKEN VAN HACKFORT. Página web: <http://www.keukenvanhackfort.nl/>, [consultado em 18 Set. 2014].

WATER MOLENS. Página web: <http://www.waterradmolens.nl/index.html>, [consultado em 18 Set. 2014].

# 5.3



Rua Adriano Pinto Basto, Edifício da Loja Urca

### 5.3 Vila Nova de Famalicão e o cinema

**Este artigo tem como base a dissertação de Mestrado em História, realizada na Universidade do Minho com o título: *A sociabilidade no Cine-Teatro Augusto Correia de Vila Nova de Famalicão (1962-1989)*. O tema que pretendemos aludir é a evolução do cinema em Vila Nova de Famalicão, desde a sua introdução em 1908 até ao encerramento do *Cine-Teatro Augusto Correia* em 1989.**

O cinema surgiu em finais do século XIX, em 1895, graças aos irmãos Lumière e ao cinematógrafo. A apresentação em Portugal ter-se-á realizado ainda nesse ano, mas foi somente com a apresentação de 1896 no Real Coliseu da Rua da Palma, em Lisboa, que fez furor<sup>1</sup>. A partir desse momento o cinematógrafo foi levado para os teatrinhos das feiras (também conhecidos por “teatros cinematográficos”) desmontáveis, com palcos improvisados e de condições precárias onde foi conquistando o gosto do público<sup>2</sup>. Com a entrada no século XX, o cinema fez a sua transição para salas de caráter permanente adequadas à projeção cinematográfica. Foi o caso, por exemplo, do *Animatógrafo do Rossio*, em Lisboa (1907), ou do *Salão Pathé*, no Porto (1907)<sup>3</sup>.

Foi nessa altura que o cinema chegou a Vila Nova de Famalicão.

O cinematógrafo foi apresentado aos famalicenses no dia 5 de janeiro de 1908, no *Theatro Progresso* que era a principal casa de espetáculos de Vila Nova de Famalicão. Dessa apresentação resultaram dois interessados, Duarte Vasco de Magalhães Aguiar e José Maria da Cruz Guedes, sócios da Confeitaria Guedes, que decidiram comprar uma máquina para Vila Nova de Famalicão.

**«Uma boa notícia nos aprás dar aos famalicenses. A firma Duarte Aguiar & Guedes no intuito de proporcionar-nos a bella distracção que agora está em moda em todos os grandes centros, adquiriu o machinismo que mais aperfeiçoado existe para espectaculos no nosso teatro, em que por meio d’essa surprehendente descoberta as projecções luminosas proporcionam às gentes verdadeiros espectaculos animados que ninguém esperava, de certo, do classico cosmorama de outr’ora. É um bom serviço que os srs. Duarte Aguiar & Guedes vem prestar-nos, dando-nos por pouco dinheiro excellente ocasião de distrairmos o espirito das canceiras quotidianas. Folgamos com esta novidade que permanentemente ficamos possuindo e damos por isso os merecidos louvores aos iniciadores da empresa do cynematographo em Famalicão».** *Estrela do Minho*, n.º 660, 26 de abril de 1908, p. 2.

Nessa altura, os famalicenses costumavam distrair-se com as soirées realizadas no Hotel Vilanovense (espetáculos apresentados à noite com dança, declamação de poesia ou recital de música, especialmente de piano), o tiro praticado no Club de Caçadores, as atividades ao ar livre realizadas no Campo Mouzinho de Albuquerque, o jogo nas tabernas, as romarias, as procissões religiosas e o teatro. A população de Vila Nova de Famalicão era de 2314 habitantes, sendo que

---

[1] PINA, Luís de, *História do cinema português*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1986, p. 13.

[2] ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa. Um fenómeno urbano do século XX*, Lisboa, Bizâncio, 2012, p. 43.

[3] ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa...*, p. 52 e COSTA, Alves, *Os antepassados de alguns cinemas do Porto*, Instituto Português de Cinema, Cinemateca Nacional, 1975, p. 32.

56% da população era analfabeta<sup>4</sup>.

[4] Estes dados referem-se apenas à freguesia de Vila Nova de Famalicão, cabeça do concelho. Confirme-se, INE, *Censos de Portugal*, 1911. [Consult. 18/02/2013], Disponível em <http://censos.ine.pt>.

[5] *Estrela do Minho*, n.º 664, 24 de maio de 1908, p. 1.

[6] Existem dúvidas de que aquele barraco tenha sido construído de raiz. Vasco de Carvalho advoga que a nova casa do *Cynematographo Pathé* consistiu numa adaptação do armazém de sal do “Meias de Lã” que ficava junto à Capela de Santo António. Por sua vez, António Silva refere a existência de um barracão no Campo da Feira, pelo menos desde 1901, deixando-nos a dúvida se terá sido o primeiro barracão do *Cynematographo Pathé*. SILVA, António Joaquim da, “Urbanismo e obras particulares na cidade de Vila Nova de Famalicão (1850-1920)” in *Boletim Cultural. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, série III, n.º 2, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2006, p. 252; SILVA, António Joaquim Pinto da, *Imagens de Famalicão Antigo*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1990, pp. 43-44 e CARVALHO, Vasco de, *Aspectos de Vila Nova. Factos e Nomes*, vol. 9, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1960, p. 64.

[7] *O Regenerador*, n.º 553, 4 de junho de 1910, p. 2.

[8] *Estrela do Minho*, n.º 664, 24 de maio de 1908, p. 1.

[9] *O Famelicense*, n.º 33, 7 de janeiro de 1909, p. 2.

[10] *Estrela do Minho*, n.º 664, 24 de maio de 1908, p. 1.

[11] Confira-se *Estrela do Minho* n.º 687, 1 de novembro de 1908, p. 2 e *O Regenerador*, n.º 536, 5 de fevereiro de 1910, p. 2.

[12] *Estrela do Minho*, n.º 703, 21 de fevereiro de 1909, p. 1.

A abertura da sala de cinema foi aguardada com grande ansiedade, mas o processo de implantação foi rápido. Em apenas uma semana, após o anúncio da compra, a máquina de projeção chegou à Confeitaria Guedes e vinte dias depois terão iniciado as projeções no *Theatro Progresso* que albergou o *Cynematographo Pathé* de modo provisório: «Inaugurou-se hontem este atraente espetáculo de que são proprietários os srs. Duarte Aguiar & Guedes. Agradou muitíssimo estando a casa à cunha»<sup>5</sup>.

À procura de um lugar próprio, os empresários do *Cynematographo Pathé* requereram, a 1 de julho de 1908, autorização à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão para construir um barraco para as projeções cinematográficas<sup>6</sup>. O barraco era de madeira e as cadeiras em «palhinha de pau»<sup>7</sup>. A inauguração realizou-se a 23 de maio de 1908<sup>8</sup>. Pouco tempo depois, em janeiro de 1909, os empresários do *Cynematografo Pathé* terão construído um novo barracão, melhor que o anterior, também no Campo Mouzinho de Albuquerque, junto à Capela de Santo António<sup>9</sup>. Com a abertura do *Cynematografo Pathé* o cinema tornou-se no divertimento predileto dos famalicenses.

Apesar do esforço para que Vila Nova de Famalicão tivesse um cinema, as projeções cinematográficas dependeram da vinda de um operador do Porto, pois não havia nesta vila quem soubesse operar a máquina de projeção. O operador vinha do *Salão da Palavra*<sup>10</sup>. Por sua vez, os filmes do *Cynematographo Pathé* vinham de Braga, do Porto e de Lisboa. Os géneros cinematográficos mais frequentes eram os documentários, as adaptações literárias e as comédias. As sessões realizavam-se ao domingo e quinta-feira entre as 15 e as 21 horas e os preços variavam entre 100 a 160 reis as cadeiras e 50 a 80 reis a geral<sup>11</sup>.

Na verdade era mais barato frequentar o cinema em Vila Nova de Famalicão do que o teatro. E o facto do *Cynematographo Pathé* se ter tornado numa casa muito concorrida, originou que aí se realizassem, ocasionalmente, espetáculos de prestidigitação, atuações musicais e de teatro. No entanto, convém dizer que foram em número reduzido, porque o objetivo do *Cynematographo Pathé* era o cinema.

As fitas projetadas no *Cynematographo Pathé* foram de produção nacional e estrangeira. Os seus empresários não pouparam esforços, como relata o jornal *Estrela do Minho* de 1909: «O sr. Duarte Aguiar partiu para Lisboa ante hontem, onde foi fechar contracto com a primeira empresa cinematographica das fitas mais perfeitas e modernas, com muitos assumptos nacionais para o seu Salão Pathé do Campo Mousinho»<sup>12</sup>.

Entre as fitas projetadas no *Cynematographo Pathé* encontramos: *Excursão a Niagára* (1908), *Sport*

no Japão (1908), *Automovel desenfreado* (1908), *Meu relógio atraza-se* (1908), *Sherlock Holmes* (1909), *A grande caçada no Gerês* (1909), *Funeraes de Eduardo VII* (1910), *Casamento de D. Manuel II* (1913).

As fitas projetadas no *Cynematographo Pathé* eram mudas, porque o cinema sonoro só apareceu por volta de 1926<sup>13</sup>. Por essa razão, as projeções cinematográficas costumavam ser acompanhadas a piano, ou com um fonógrafo. Em Vila Nova de Famalicão o público preferia o piano e costumava reclamar quando a música parava. Em abril de 1910, o *Cynematographo Pathé* foi alugado à empresa Sacramento & Companhia, do Porto, para aí se exibirem fitas faladas. As fitas faladas consistiam na utilização de atores que, dentro da sala de projeção mas sem que o público os pudesse ver, davam voz aos diálogos dos enredos que iam passando no ecrã, fazendo parecer a fita mais real. O público ficou bastante surpreendido com aquela novidade:

**«Na primeira fita, se bem que haja situações que não traduzem bem acção, há outras duma grande intensidade dramática que os intérpretes traduzem optimamente (...). Os espectadores assistem maravilhados e surprehendidos ao desenrolar do incêndio, ao desabar do travejamento, às derrocadas, ao estalido secco das madeiras queimadas, ao exercício dos bombeiros, á queda da agua, ao jacto das agulhetas, como se tudo aquillo fosse real, palpável»**. *O Regenerador*, n.º 550, 14 de maio de 1910, p. 2.

Durante os meses de verão o *Cynematographo Pathé* costumava fechar as suas portas para acompanhar o público que se deslocava às termas das Caldas das Taipas. Para quem ficava, o tempo custava a passar, reclamando-se aquela decisão. Mas a verdade é que esse procedimento era comum a outras cidades como, por exemplo, Lisboa<sup>14</sup>.

Relativamente ao lucro, revertia ocasionalmente para ações de solidariedade social<sup>15</sup>. Entre os beneficiados encontra-se, por exemplo, o cofre da *Associação dos Socorros Mútuos* e os sobreviventes da catástrofe de 1909, no Ribatejo.

O *Cynematographo Pathé* terá existido durante cinco anos. Em dezembro de 1910 encontramos uma notícia da venda de um animatógrafo: «Animatógrafo. Vende-se completo. N'esta redacção se diz»<sup>16</sup>. No entanto, foi somente em 1913 que deixamos de encontrar notícias sobre o *Cynematographo Pathé*, o que nos faz pensar no seu encerramento.

Em 1912, apareceu em Vila Nova de Famalicão um novo cinema, o *Animatógrafo Avenida*. A notícia da inauguração diz o seguinte: «É no próximo domingo a inauguração do animatógrafo, dos laboriosos e honestos industriaes Artur Carvalho e Dias Costa, que provisoriamente vai funcionar na nova casa da Tipografia Minerva na avenida Barão da Trovisqueira»<sup>17</sup>.

O *Animatógrafo Avenida* era um espaço grande, mas frio e pouco iluminado<sup>18</sup>. Por sua vez, a máquina de projeção era de grande qualidade. Porém, a falta de conhecimentos para fazer

[13] BETTON, Gérard, *História do Cinema*, Mem Martins, Publicações Europa América, 1989, p. 38.

[14] *O Famelicense*, n.º 54, 3 de junho de 1909, p. 3 e ACCIAIOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa...*, p. 118.

[15] Note-se que essa prática já era habitual no *Theatro Progresso*, bem como no resto do país.

[16] *O Famelicense*, n.º 127, 15 de dezembro de 1910, p. 2.

[17] *O Porvir*, n.º 250, 21 de novembro de 1912, p. 2.

[18] *O Famelicense*, n.º 202, 28 de novembro de 1912, p. 2.

projeções cinematográficas ainda era um problema em Vila Nova de Famalicão, levando a que a primeira projeção estivesse desfocada e «cheia de manchas luminosas, devido à exagerada voltagem que os aprendizes operados aplicavam»<sup>19</sup>.

[19] *O Famalicense*, n.º 202, 28 de novembro de 1912, p. 2.

[20] *O Porvir*, n.º 262, 13 de fevereiro de 1913, p. 4.

[21] *Estrela da Manhã*, n.º 109, 6 de Maio de 1962, p.1; p.4.

As sessões do *Animatógrafo Avenida* realizavam-se ao domingo, à segunda-feira e ocasionalmente ao sábado. As fitas eram contratadas à Companhia Cinematográfica de Portugal que era também fornecedora de importantes cinemas como, por exemplo, o *Cinema Chiado*, em Lisboa, e o *Salão Passos Manuel*, no Porto<sup>20</sup>. A estreia das fitas no *Animatógrafo Avenida* acontecia, normalmente, dois anos após a sua estreia em Portugal, tal como no *Cynematographo Pathé*. Os géneros cinematográficos mais frequentes no *Animatógrafo Avenida* foram as comédias e os dramas. Entre as fitas projetadas encontramos: *O Oriental* (1913), *Manzelle Nitouche* (1913) e *Zigomar* (1913).

Por volta de 1912 apareceram as longa-metragens, fitas com mais de cem metros e superiores a trinta minutos de duração. O *Animatógrafo Avenida* surpreendeu os famalicenses com a projeção de algumas destas fitas das quais destacamos, *Os Miseráveis*, em 1913:

**«Está despertando grande interesse a fita Os Miseráveis, de grande sucesso em toda as grandes cidades europeias, pois nos descreve magistralmente nos seus 4 mil metros o monumental romance de Victor Hugo o imorredoiro escritor de que a França justamente se orgulha. Os Miseráveis serão por assignatura e exibidas em tres sessões».** *O Porvir*, n.º 263, 20 de fevereiro de 1913, p. 2.

O *Animatógrafo Avenida* ter-se-á mantido em atividade cerca de nove meses, pois em setembro de 1913 os seus empresários deixaram as instalações da Avenida Barão da Trovisqueira e abriram uma nova sala de cinema no Campo Mouzinho de Albuquerque, o *Salão Olympia*.

O projeto do *Salão Olympia* foi preparado antes da abertura do *Animatógrafo Avenida*. Os primeiros passos para a sua construção terão principiado em setembro de 1912, quando os empresários do *Animatógrafo Avenida* abordaram Álvaro Bezerra, dono da Confeitaria Bezerra, no sentido de realizar as obras necessárias a um salão cinematográfico, no terreno ao lado da sua confeitaria<sup>21</sup>. Em setembro de 1913, aproveitando a multidão que costumava dirigir-se a Vila Nova de Famalicão para a feira grande de S. Miguel, o *Salão Olympia* foi inaugurado provisoriamente. A inauguração oficial ocorreu pouco tempo depois, a 26 de outubro de 1913:

**«Inaugurou-se domingo passado o novo animatographo do Campo Mousinho, Salão Olympia. Exibiu uma bonita collecção de fitas entre as quaes avultou a Moeda de Ouro, artístico filme que reproduziu um trabalho onde se adivinhavam actores de grande nome na sua execução. A nova casa de espectáculos está lindamente decorada, sendo de grande efeito a instalação interna da luz eléctrica. A iluminação da frontaria é que está deficiente, exigindo maior numero de focos. Desejemos à empreza do Salão Olympia as maiores prosperidades».** *O Porvir*, n.º 299, 30 de outubro de 1913, p. 3.

As sessões do *Salão Olympia* realizavam-se ao domingo entre as 15 horas e as 15h30 e quinta-



feira entre as 21horas e as 21h30. O número de sessões aumentava pela altura das feiras grandes de maio e setembro, da Páscoa, do Natal e do Ano Novo. Os bilhetes eram adquiridos na Confeitaria Bezerra, ou na casa comercial de Simões & Carneiro que estava ao lado. Os preços variavam entre 100 reis a geral, 160 reis as cadeiras, 200 reis o balcão e meio bilhete as crianças<sup>22</sup>.

Quando as projeções principiaram no *Salão Olympia*, o público correspondeu lotando frequentemente a casa. Entre as fitas projetadas destacamos: *Coração de Mulher* (1913) fita projetada em 3 partes, *O Garoto de Paris* (1913), *Quo Vadis* (1914), *A Carabina da Morte* (1914) e a *Fera humana* (1914). Também encontramos fitas sobre costumes índios, vistas de países estrangeiros como os EUA e fitas coloridas<sup>23</sup>. Mas as fitas mais emocionantes poderão ter sido as fitas sobre a I Guerra Mundial, uma vez que do concelho de Vila Nova de Famalicão terão partido mais de cem combatentes: «O Salão Olimpia exibiu no dia da feira, varias scenas da actual guerra europeia, dando diversos espectaculos, que tiveram bastante concorrência»<sup>24</sup>.

Porém, o entusiasmo pelo Salão foi difícil de manter. Além do cinema, o público queria ver outro tipo de espetáculos como, por exemplo, operetas (espetáculo com diálogos falados, trechos musicais e cantados) e zarzuelas (espetáculo com canções tradicionais e récitas). Na origem deste pedido estava o encerramento do *Theatro Progresso*, ocorrido um mês depois da inauguração do *Animatógrafo Avenida*, em 1912. O encerramento do *Theatro Progresso* tinha deixado Vila Nova de Famalicão sem uma casa de espetáculos e sem capacidade para receber as grandes companhias de teatro nacional. Foi então que a empresa do *Salão Olympia* decidiu chamar um engenheiro para estudar a possibilidade de acrescentar um palco no Salão, mas a iniciativa não teve sucesso<sup>25</sup>.

Em janeiro de 1916 publicou-se a notícia de que o *Salão Olympia* ia encerrar. O público já não frequentava aquele espaço como antes e preferia outras casas de outras cidades como o Porto, Braga, Guimarães e Santo Tirso. As cadeiras, o piano e a máquina de projeção do *Salão Olympia* foram colocadas à venda. A fragmentação do *Salão Olympia* terá sido evitada pelo proprietário do edifício, Álvaro Bezerra, que para o efeito terá adquirido todo o recheio<sup>26</sup>. A reabertura do Salão sucedeu a 4 de julho de 1916. As obras para a construção do palco realizaram-se pouco tempo depois, no alvor de 1917, e em 1918 Vila Nova de Famalicão entrou novamente na rota das grandes companhias de teatro nacional, recebendo a atuação da *Companhia Maria Matos*<sup>27</sup>.

Os melhores anos do *Salão Olympia* situam-se nas décadas de vinte e trinta. Efetivamente, foi nessas décadas que passaram por Vila Nova de Famalicão as melhores companhias de teatro nacional como, por exemplo: a *Companhia de Palmira Bastos* (1926), a *Companhia Dramática Amélia Rey Colaço – Robles Monteiro* (1926), a *Companhia Dramática Berta de Bivar - Alves da Cunha* (1930), a *Companhia de Variedades – Alegria Enhart* que ali levou danças modernas e a moda do fado

---

[22] *Estrela do Minho*, n.º 1109, 6 de janeiro de 1917, p. 3.

[23] As fitas coloridas resultavam da pintura à mão de cada imagem da fita. Esta prática era muito lenta e pouco utilizada, tendo sido substituída em 1925 pelo sistema technicolor, técnica de coloração a duas cores e finalmente pelo sistema eastmancolor, técnica de coloração composta por três camadas monocromáticas, generalizada a partir dos anos sessenta e que está na origem do cinema a cores.

[24] *Guerra Mundial*, Espólio de Vasco de Carvalho, Pasta n.º 26, Inv. 2429 e *O Porvir*, n.º 347, 1 de outubro de 1914, p. 2.

[25] *Estrela do Minho*, n.º 1030, 27 de junho de 1915, p. 2.

[26] *Gazeta de Famalicão*, n.º 95, 20 de maio de 1916, p. 2.

[27] Sublinhe-se que nos anos seguintes também encontramos alguns anúncios de encerramentos, designadamente em 1934, 1952 e 1956. Mas convém esclarecer que em todos os casos se verificou a reabertura do *Salão Olympia*, muitas vezes conseguida graças ao aluguer daquela casa a outros empresários do ramo, de outras cidades.

[28] *Estrela do Minho*, n.º 1835, 11 de janeiro de 1931, p. 2.

[29] *Estrela do Minho*, n.º 2062, 19 de maio de 1935, p. 2.

[30] *Notícias de Famalicão*, n.º 74, 13 de março de 1937, p. 4.

[31] *Estrela do Minho*, n.º 1854, 24 de maio de 1931, p. 2.

(1931), a *Companhia de Revista Hortense Luz* (1934), a *Companhia de Adelina Abranches*, entre outras de caráter amador e local como, por exemplo, o *Grupo Dramático Recreativo e Beneficente de Famalicão* (1927), o *4º ano de Medicina da Universidade do Porto* (1930) e a *Sociedade Dramática Bracarense* (1931).

Relativamente ao cinema destacamos para a década de vinte a projeção dos seguintes filmes: *O Conde de Monte Cristo* (1920), *Amor de perdição* (1920), *A aventura de Monte Carlo* (1924), *O tubarão* (1926), *Agonia de um submarino* (1927) e *Dama do táxi* (1927) do famoso Repórter X.

Por sua vez, o cinema nos anos trinta ofereceu grandes surpresas aos famalicenses. A primeira surpresa foi o cinema sonoro. O cinema sonoro foi apresentado em Vila Nova de Famalicão em 1931:

**«Não se tem a empresa deste salão poupado a esforços para proporcionar aos seus habitués, os melhores e os mais modernos programas, e a prova desta afirmação está na série de filmes que correram no seu écran durante a época, presente. Pois agora, para satisfazer os mais exigentes, acaba de contratar os tres primeiros fono-filmes que correram em Portugal e que foram inaugurados no São Luís em Lisboa...».** *Estrela do Minho*, n.º 1835, 11 de janeiro de 1931, p. 2.

Os filmes projetados em Vila Nova de Famalicão foram: *A Troika*, *Jornal-Documentário Português*, *Paris que encanta*, *O Gato feliz em Africa* e *A Rã Boxeur*<sup>28</sup>. A instalação permanente de uma máquina de projeção de cinema sonoro ter-se-á verificado em 1935, graças ao empresário Manuel Caetano da Silva a quem foi alugado o *Salão Olympia*: «É hoje a inauguração da nova maquina Philips 1935, unica de sua categoria no norte do país em projeção e nitidez (...)»<sup>29</sup>.

Outro melhoramento registado foi a relação estabelecida com a Continental Filmes Lda, em 1937, de onde vieram os sucessos cinematográficos das salas de Lisboa e do Porto como, por exemplo, *O capitão Blood*<sup>30</sup>.

Ainda na década de trinta, o *Salão Olympia* ofereceu, pela primeira vez, cinema ao ar livre durante os meses de verão. Todavia, contou com a concorrência de outras associações que costumavam oferecer este espetáculo, como era o caso da *Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Famalicenses* e do *Famalicense Atlético Clube* que ofereciam cinema ao ar livre na Avenida da República e no Campo Mouzinho de Albuquerque<sup>31</sup>.

Dos filmes projetados nesta década destacamos: *Norte contra Sul* (1931), *A Severa* (1932) primeiro filme sonoro português, gravado no estrangeiro, *A Hora Suprema* (1933) que no dizer dos famalicenses era o único filme americano que parecia feito exclusivamente para a alma portuguesa, *A mulher na lua* (1932) filme em 13 partes de Fritz Lang, *Funerais de D. Manuel de Bragança* (1933), *Al Capone* (1935), *As pupilas do senhor reitor* (1935), *Aldeia da roupa branca* (1939)

e *Buxa e Estica* (1939).

Nos anos quarenta a população famalicense evoluiu consideravelmente, sendo que 61% dos habitantes era alfabetizado e 49% trabalhava no setor do comércio e nos serviços<sup>32</sup>. Mas a situação do *Salão Olympia* também mudou. Desde 1936 que o *Salão Olympia* estava impedido pela Inspeção Geral dos Espectáculos de usar o palco, por falta de condições. O aumento das dimensões dos cenários, a realização de peças cada vez mais exigentes e o aumento do número de atores contrastava com o tamanho reduzido do palco, especialmente depois das obras realizadas em 1935 para adaptar o *Salão Olympia* ao cinema sonoro:

**«Não haverá companhias a quererem visitar-nos? A explicação é bem simples e aflora-nos rapidamente aos lábios. É que a última fase por que passou a nossa única casa de espectáculos a transformou num salão para cinema tendo a empresa de satisfazer e cumprir certas formalidades exigidas por lei e sem as quais não poderia legalmente funcionar o nosso Olímpia. E desta forma, e no estado actual das coisas, a Inspeção dos Espectáculos não autoriza a empresa a servir-se do palco ou, a faze-lo, sujeitar-se-á a uma pesada multa e possivelmente a verem fechadas as portas do seu salão».** *Notícias de Famalicão*, n.º 121, 12 de fevereiro de 1938, p. 1.

A verdade é que sem aquelas obras o *Salão Olympia* dificilmente teria sobrevivido, dado que o cinema mudo foi rapidamente esquecido<sup>33</sup>. Em consequência, o *Salão Olympia* ficou a funcionar somente como cinema.

Mas o impedimento de usar o palco terá sido contornado ocasionalmente. Veja-se o caso da atuação do *Orfão Famalicense*, no *Salão Olympia*, em novembro de 1957<sup>34</sup>. Todavia, os raros episódios em que isso sucedeu não foram suficientes para impedir o êxodo do público para outras cidades e a vinda do *Teatro do Povo* a Vila Nova de Famalicão, primeiro em 1948 e depois em 1954. Entre os filmes projetados no *Salão Olympia*, nos anos quarenta destacamos: *Pão nosso* (1941), *Mata Hari* (1944), *Bocage* (1944) filme muito aguardado pelo público desde a sua estreia em 1936, *Casablanca* (1945) e *Jack o estripador* (1946).

O declínio do *Salão Olympia* começou na década de quarenta. Os pesados impostos que recaíram sobre a exploração das salas de cinema, as exigências na programação e a necessidade de uma intervenção profunda no edifício prejudicaram o seu funcionamento e afastaram a reabilitação cada vez mais urgente, conforme se depreende do excerto que se segue: «Mas o que não deve estar certo é que enquanto há sessão a iluminação pública da feira apague porque só assim a projecção se mantém!»<sup>35</sup>. No entanto, convém sublinhar que as dificuldades sentidas pelo *Salão Olympia* nessa altura eram compartilhadas por muitos cinemas nacionais, tendo-se verificado o encerramento de cerca de cem salas de cinema, entre 1948 e 1951<sup>36</sup>.

Inconformados com a falta de condições do *Salão Olympia* e com a ausência das grandes

[32] INE, *Censos de Portugal* (1930-1940), [Consult. 18/02/2013], Disponível em <http://censos.ine.pt>.

[33] SANTOS, Victor Pavão dos, COSTA, João Bénard da (org.), *O cinema vai ao teatro: 1996-1997*, Lisboa, Cinemateca Portuguesa/Museu Nacional do Teatro, 1996, p. 19.

[34] *Estrela do Minho*, n.º 3231, 17 de novembro de 1957, p. 4.

[35] *Jornal de Famalicão*, n.º 76, 9 de setembro de 1950, p. 4.

[36] ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa...*, p. 207.

1. *Cynematographo Pathé* Fonte: SILVA, António Joaquim Pinto da, *Imagens de Famalicão Antigo*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1990, p. 139.
2. *Animatógrafo Avenida* no edifício da Tipografia Minerva Fonte: *Estrela do Minho*, n.º 2164, 1 de maio de 1937, p. 7.
4. *Cine-Teatro Augusto Correia* Fonte: *Opinião Pública*, n.º 190, 29 março 1995, p.3.
5. *Salão Olympia* Fonte: *Jornal de Famalicão*, n.º 1531, 4 de agosto de 1978, p.1.
6. *Cine-Teatro Famalicense* Fonte: *Notícias de Famalicão*, n.º 378 (1141), 1 de junho de 1962, p. 1





companhias de teatro nacional, os famalicenses começaram a reclamar a construção de uma nova casa de espetáculos. O assunto foi agitado pelo jornal *Estrela do Minho* em 1947:

**«É necessário não largar mão deste assunto. Famalicão precisa de uma casa de espetáculos decente. Não está certo que a nossa terra seja tão visitada e frequentada, que tenha um bom hotel, magníficos restaurantes, casas de comércio moderníssimas, cafés, bares, casas de chá, confeitarias, etc., e não tenha uma sala onde se possa ouvir uma orquestra, ou assistir ao desempenho de uma companhia, ou ouvir um conferencista».** *Estrela do Minho*, n.º 2672, 26 de janeiro de 1947, p. 2.

A partir daí a pressão foi constante, desafiando-se quer a iniciativa privada, quer a Câmara Municipal. Numa entrevista, o Presidente do município reconheceu a urgência da obra e admitiu que o tema já tinha sido ventilado várias vezes, mas que não passaram de «projetos e desejos manifestados em voz alta»<sup>37</sup>. O Presidente referia-se à iniciativa privada, a quem estava entregue a construção dos cine-teatros, tal como sucedia com os teatros, desde o século XVIII. Mas a imprensa local entendia que a época era propícia à intervenção do município, devendo aproveitar-se o facto de estar em marcha um programa de obras públicas que previa, em Famalicão, a construção de um edifício para os correios, um mercado municipal, um quartel de bombeiros, um estádio municipal, a abertura de novas ruas e a realocação da feira do gado. O certo é que a iniciativa acabou por estar sempre entregue aos particulares.

[37] *Estrela do Minho*, n.º 2674, 9 de fevereiro de 1947, p. 4.

[38] O período legislativo que impôs a construção dos cine-teatros, em Portugal, iniciou com o Decreto n.º 13.564, 6 de maio de 1927, *Diário do Governo*, n.º 92, I série, Ministério da Instrução Pública e perdurou até 1959. SILVA, Susana Constantino Peixoto da, *Arquitectura de cine-teatros: evolução e registo (1927-1959)*. Equipamentos de Cultura e Lazer em Portugal no Estado Novo, Coimbra, Edições Almedina SA, 2010, p. 12 e *Notícias de Famalicão*, n.º 687, 12 de fevereiro de 1949, p. 4.

[39] Durante a década de cinquenta o *Salão Olympia* ameaçou encerrar duas vezes, primeiro em 1952 e depois em 1956. Recorde-se que foi em finais dos anos cinquenta que surgiu a Rádio Televisão Portuguesa e que a lei dos cine-teatros foi abolida, passando a ser possível construir cinemas em edifícios mistos de comércio ou habitação. ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa...*, p. 283.

Em 1948 noticiou-se a constituição de uma comissão para construir um cine-teatro em Vila Nova de Famalicão<sup>38</sup>. O projeto foi apresentado em fevereiro de 1949, no Palacete Folhadela, e era da autoria dos arquitetos Fernando Tudela e Fernando Barbosa, do Porto. A obra deveria ser edificada em frente aos Paços do Concelho e financiada através da venda de ações ou cotas. Porém, o projeto não chegou a concretizar-se. O principal obstáculo foi a localização do edifício que terá implicado a expropriação de terrenos e a indicação de mais do que uma rua para a sua edificação.

Enquanto o projeto do novo cine-teatro tardava em concretizar-se, o *Salão Olympia* lutava por manter-se em atividade<sup>39</sup>. A verdade é que apesar das fracas condições do edifício resultantes da idade avançada e da sua utilização exaustiva, o *Salão Olympia* era o único cinema do centro urbano de Vila Nova de Famalicão. A forma que encontrou para sobreviver foi tornando-se um cinema de reprise, sendo raras as vezes em que ofereceu grandes estreias como outrora. Entre os filmes projetados no *Salão Olympia* durante os anos cinquenta destacamos: *A Morgadinha dos canaviais* (1950), *Tarzan e a caçadora* (1950), *Quando os sinos dobram* (1950), *O Homem com a máscara de ferro* (1950), *Bombeiro atómico Cantiflas* (1951), *Rock and Roll* (1957), *Capas negras* (1958), *Robim dos bosques* (1958) e *Sisi a jovem imperatriz* (1959).

Por fim, em 1956, publicou-se a notícia de que havia um famalicense interessado em construir o novo cine-teatro:

**«Um nosso amigo, grande industrial, espírito renovador, activo e inteligente, o homem que criou uma obra industrial cuja projecção passou fronteiras, estaria na disposição de fazer alguma coisa pela nossa e sua terra - e essa “alguma coisa”, seria a construção de uma nova casa de espectáculos. Não duvidamos que do brio e da actividade sempre crescente deste nosso muito ilustre amigo, o sonho dos famalicenses se corporize e estamos certos que as nossas entidades acarinharão esta iniciativa tão altamente simpática».** *Jornal de Famalicão*, n.º 392, 29 de setembro de 1956, p. 1.

O industrial a que se refere é Augusto Correia de Abreu, mas o seu nome só foi divulgado no ano seguinte, depois de encetados os primeiros contactos:

**«Graças à intervenção do novo Presidente da Câmara, Sr. Dr. Armindo Alves, vamos ter, finalmente, o novo e tão reclamado Cine-Teatro, que ficará localizado no ângulo sul das ruas Vasconcelos e Castro - Eng.º Frederico Ulrich, nos terrenos dos Srs. Plácido Veloso de Carvalho e A. Ferraro Vaz. Abalançar-se-ão à empresa o conhecido e importante industrial de Delães e nosso prezado amigo Sr. Augusto Correia, digno Conselheiro Municipal e os nossos também estimados amigos Srs. Dr. Joaquim Alves e Manuel Bezerra, actual explorador do Salão Olímpia que entra para a nova empresa com a sua velha e já conhecida experiência».** *Estrela do Minho*, n.º 3232, 24 de novembro de 1957, p. 4.

A localização que Augusto Correia e os seus sócios propuseram para a construção do cine-teatro, designadamente no gaveto da Rua Vasconcelos e Castro e da Rua Eng. Frederico Ulrich (atual Avenida Marechal Humberto Delgado) não foi aprovada de imediato. Na verdade, só foi aprovada em junho de 1959 graças ao entendimento das autoridades<sup>40</sup>. Após a aprovação principiaram as obras do cine-teatro, ao qual deram o nome *Cine-Teatro Famalicense*.

O projeto escolhido foi da autoria do engenheiro José Aires Alves de Sá e do arquiteto Adalberto França, ambos da cidade do Porto. A construção foi adjudicada à empresa de Joaquim Tinoco Osório, um empreiteiro local bastante experiente em obras de grande dimensão. Os trabalhos no *Cine-Teatro Famalicense* foram acompanhados pelos famalicenses tendo-se tornado num «passeio forçado para muitos, durante todo este tempo», tal era a paixão que guardavam<sup>41</sup>.

O edifício do *Cine-Teatro Famalicense* possuía 2612 m<sup>2</sup> de área bruta e estava construído em betão armado. O edifício possuía três pisos (contando com as cabines de projecção) com acesso à sala de espetáculos que era composta por primeira e segunda plateia com capacidade para 598 pessoas, fosso de orquestra, palco e um ecrã<sup>42</sup>. Antes da entrada para a sala existiam dois foyers, um deles decorado com um fresco alusivo ao teatro, autoria do Professor Mendes da Silva, mas ambos com montras para exposições de artigos e elementos decorativos de natureza publicitária que revertiam como fonte de receita<sup>43</sup>. Segundo o *Estrela da Manhã* as montras estavam alugadas às organizações Belarte<sup>44</sup>.

Ainda de acordo com o projeto, o *Cine-Teatro Famalicense* possuía também duas cabines, uma de

[40] Convém esclarecer que os atrasos verificados na construção do cine-teatro não se verificaram somente em Vila Nova de Famalicão. Efetivamente tratou-se de uma realidade compartilhada por outras casas de espetáculos como, por exemplo, o *Cine-Teatro da Lousã*. Arquivo Municipal Alberto Sampaio (AMAS), *Licenciamento de particulares*, n.º 530/59 e ALVES, Dinis Manuel, *Do Teatro Club ao Cine-Teatro da Lousã* (1933-1947), Lousã, Câmara Municipal da Lousã, 1997.

[41] *Notícias de Famalicão* n.º 377 (1140), 25 de maio de 1962, p. 1.

[42] Os dados apresentados referem-se ao disposto na Memória Descritiva e Justificativa e nos jornais locais, sendo certo que depois de concluída a obra apresentou algumas diferenças em relação ao projeto. AMAS, *Licenciamento de particulares*, n.º 530/59.

[43] *O Comércio do Porto*, n.º 143, 26 de maio de 1962, p. 14.

[44] *Estrela da Manhã*, n.º 99, 25 de fevereiro de 1962, p. 3.

projeção e outra de enrolamento, cinco camarins, vestiário e sanitários exclusivos para os funcionários, um escritório, instalações para a gerência, uma sala de fumo, bar, copa, uma cozinha e um snack-bar de exploração independente do cine-teatro chamado *Scala-Café*<sup>45</sup>. O *Scala-Café* oferecia serviço de café e restaurante onde sobressaíam os mariscos frescos, bifés, pregos, frango de churrasco com molhos indianos, leitão à Bairrada, churrasco gaúcho, combinados, omeletes, sanduiches, cocktails, além de sumos e cerveja à caneca<sup>46</sup>. No verão o *Scala-Café* oferecia serviço de esplanada.

Mas a característica de maior destaque do *Cine-Teatro Famalicense* era a máquina de projeção da marca Zeiss-Ikon, adequada à projeção de filmes de 70 mm que eram os mais requisitados. O equipamento era completado por cinco amplificadores Altec de 800 ciclos com bandas magnéticas, instalados no palco por detrás do pano. Por outras palavras, o *Cine-Teatro Famalicense* estava dotado com tecnologia de alta qualidade que, segundo os relatos da época, só existiam no *Cinema Monumental*, de Lisboa e no *Cinema Trindade*, no Porto<sup>47</sup>.

O *Cine-Teatro Famalicense* foi inaugurado no dia 26 de maio de 1962. Um mês antes encerrou definitivamente o *Salão Olympia*.

A inauguração do *Cine-Teatro Famalicense* foi divulgada na imprensa local e nacional. Entre os jornais que aludiram este acontecimento encontra-se, por exemplo, o *Comércio do Porto*, o *Correio do Minho*, de Braga e o *Diário da Manhã*, de Lisboa. Destes, sublinhe-se a notícia publicada no *Diário da Manhã*, cujo título diz: “O Cine-Teatro de Vila Nova de Famalicão é dos melhores cinemas construídos no País”<sup>48</sup>.

O programa da inauguração abriu com o almoço de homenagem do *Ateneu Comercial e Industrial* a Augusto Correia, no qual terão participado cerca de 200 pessoas e onde a Câmara Municipal atribuiu a *Medalha de Ouro de Reconhecimento do Concelho de Vila Nova de Famalicão* a Augusto Correia e um *Pergaminho Artístico* à empresa do *Cine-Teatro Famalicense, Lda*. Após o almoço, os convivas rumaram ao Cine-Teatro onde foi descerrada uma lápide de homenagem a Augusto Correia com a seguinte inscrição: «A Augusto Correia, a gratidão do Ateneu Comercial e Industrial de V. N. de Famalicão, que interpreta o sentir unânime das actividades económicas e da população do Concelho. V. N. de Famalicão, 26 de Maio de 1962»<sup>49</sup>. Dentro do Cine-Teatro terão estado cerca de 700 convidados que assistiram ao filme inaugural *Os canhões de Navarone* e sociabilizaram no copo de água que a empresa ofereceu. A inauguração para o público em geral realizou-se no dia seguinte.

Augusto Correia de Abreu foi ainda agraciado com a *Comenda da Ordem de Benemerência*, a 30 de agosto de 1963, relativamente a obras de carácter social e ao cine-teatro. Faleceu pouco tempo depois, a 26 de julho de 1966, aos setenta e seis anos. Um mês antes do seu falecimento o *Cine-*

---

[45] Note-se que os snack-bares estavam na moda nos anos sessenta. AMAS, *Licenciamento de particulares*, n.º 530/59.

[46] *Notícias de Famalicão* n.º 377 (1140), 25 de maio de 1962, p. 3 e *Jornal de Famalicão*, n.º 687, 26 de maio de 1962, p. 6.

[47] *Jornal de Famalicão*, n.º 716, 15 de dezembro de 1962, p. 4.

[48] *Diário da Manhã*, n.º 11.107, 2 de junho de 1962, p. 4.

[49] *Estrela da Manhã*, n.º 113, 3 de junho de 1962, p. 1.



*Teatro Famalicense* alterou o nome dos seus anúncios para *Cine-Teatro Augusto Correia*.

O *Cine-Teatro Augusto Correia* manteve-se em atividade desde 1962 até 1989. Ao longo desse período detetamos a projeção de 2716 filmes, o que equivale a cerca de 97% da programação. As sessões de cinema realizavam-se ao domingo e quinta-feira entre as 15h30 e as 21h30, mas a partir de 1969 passaram a realizar-se também ao sábado e em 1981 à terça-feira, sendo que ao domingo incluiu-se uma matinée infantil às 14h00, seguida de outra para jovens e adultos às 16h00 e 21h30. Além do cinema também encontramos a realização de bailes, teatro, concertos ou recitais de música, homenagens, festas, espetáculos de variedades, comícios políticos e reuniões de associações ou de empresas. Os bilhetes eram adquiridos na bilheteira do *Cine-Teatro* e, ocasionalmente, na Confeitaria Bezerra. Por apurar está o preço de cada atividade, uma vez que as fontes não nos esclarecem. Apenas encontramos preços para o primeiro baile que se realizou no *Cine-Teatro Augusto Correia* em novembro de 1962 e que custou 50\$00 as mesas, enquanto as entradas custaram 30\$00 para os homens e 20\$00 para as mulheres<sup>50</sup>.

Na primeira década de funcionamento o *Cine-Teatro Augusto Correia* procurou oferecer ao público atividades muito apreciadas em Vila Nova de Famalicão, mas que há muito tempo não se assistia. Foi o caso dos espetáculos de teatro realizados pelas grandes companhias nacionais. A primeira atuação realizou-se em janeiro de 1963 com a *Companhia Laura Alves* em parceria com Artur Semedo. A peça representada foi *Meu amor é traiçoeiro*<sup>51</sup>. Outra característica desta década foi o começo de alguns espetáculos que se repetiram ao longo da existência do *Cine-Teatro Augusto Correia* como, por exemplo, as festas do Externato de Camilo Castelo Branco, principiadas em 1965, os espetáculos de variedades realizados pelos gaiatos do Padre Américo a partir de 1967 e as projeções da Secção de Cinema do *Famalicense Atlético Clube*, fundada em 1968.

Quanto aos géneros cinematográficos projetados no *Cine-Teatro Augusto Correia*, nos anos sessenta, destacamos os filmes históricos, filmes inspirados na bíblia, romances e filmes de suspense. Eis alguns exemplos: *A túnica* (1962), *O dia mais longo* (1963), *Ben-Hur* (1963), *Laurence da Arábia* (1965), *Os pássaros* (1965), *Nove rapazes e um cão* (1965), *A pantera cor-de-rosa* (1966), *Música no coração* (1967), *Doutor Jivago* (1967), *Mundial de futebol 66* (1967), *Bufalo Bill, herói do FarWest* (1967), *Nossa senhora de Fátima* (1967), *Não sou digno de ti* (1968), *O estrangulador de Boston* (1969), *2001 Odisseia no espaço* (1969). Os anos sessenta foram ainda responsáveis pela introdução de vários filmes realizados em série que o público acompanhou ao longo do tempo no *Cine-Teatro Augusto Correia*. Foi o caso dos filmes do *Sandokan*, do *Zorro*, do *007 agente secreto britânico*, do *Gendarme*, do *Ringo*, do *Tarzan* e do *Django*.

Os anos setenta foram austeros para o *Cine-Teatro Augusto Correia*. Entre 1976 e 1980, o número de projeções cinematográficas no *Cine-Teatro Augusto Correia* baixou substancialmente. As causas estão relacionadas com a instabilidade político-económica do país provocada pelo fim da

---

[50] *Estrela da Manhã*, n.º 139, 1 de dezembro de 1962, p. 2.

[51] *Estrela da Manhã*, n.º 146, 20 de janeiro de 1963, p. 4.

Ditadura. O *Cine-Teatro Augusto Correia* chegou a ser palco de inúmeros comícios políticos e reuniões de associações e empresas que ali se deslocavam para votar os novos membros das suas direções. Tome-se como exemplo o plenário do Movimento Democrático do concelho de Vila Nova de Famalicão, da assembleia geral do Grémio do Comércio ou do comício da Juventude Centrista que contou com a participação das Juventudes Centristas de todo o Entre-Douro e Minho. Estas atividades chegaram a exceder a lotação da sala de espetáculos do *Cine-Teatro Augusto Correia*, ultrapassando, por vezes, um milhar de pessoas no seu interior.

Mas as dificuldades desta década também estiveram relacionadas, entre outros fatores, com o avanço do consumo de televisão em ambiente doméstico e o aumento de impostos sobre o preço dos bilhetes.

Entre os filmes projetados na década de setenta no *Cine-Teatro Augusto Correia* destacamos: *O destino marca a hora* (1971), *O bom, o mau e o vilão* (1971), *Tim, Tim* (1972), *A mansão do terror* (1973), *Um violino no telhado* (1973), *O furacão do karaté* (1975), *O último tango em Paris* (1975), *Pinóquio* (1977), *O ás do volante* (1977) e *New York, New York* (1978). Foi também nos anos setenta que os filmes eróticos chegaram aos cinemas, porém, a sua aceitação não foi pacífica. Em Vila Nova de Famalicão este tipo de filme raramente foi anunciado nos jornais, apelando-se até ao cancelamento da sua projeção.

Na década de oitenta encontram-se os melhores, mas também os piores anos do *Cine-Teatro Augusto Correia*. Entre 1981 e 1983 o número de projeções cinematográficas atingiu os valores mais altos da sua existência, situando-se o pico no ano 1982 com 214 projeções. Os filmes infantis, fantásticos, sobre velocidade no asfalto, de catástrofes naturais, de horror, vampiros, fantasmas e zombies foram a grande moda. Entre os filmes projetados destacamos: *A dama e o vagabundo* (1980), *Rato Mikey* (1981), *Bugs Bunny* (1982), *Lucky Luke* (1982), *Cavaleiros do asfalto* (1981), *A invasão das abelhas assassinas* (1980), *Meteoro* (1982), *O último tubarão* (1982), *Navio fantasma* (1981), *Zomby holocausto* (1982), *Encontros imediatos do terceiro grau* (1981), *A guerra das estrelas* (1983), *Missão impossível* (1988) e *África Minha* (1989). Outro aspeto a salientar é o tempo que cada filme esteve em cartaz. Por exemplo, o filme *Rambo II - A vingança do herói* (1985) esteve seis dias em cartaz no *Cine-Teatro Augusto Correia*, *Vidas em jogo* (1985) esteve três dias, *Academia da polícia 4* (1988) quatro dias, *O predador* (1988) quatro dias e *Platoon, os bravos do pelotão* (1988) três dias.

Em 1984 abriu em Vila Nova de Famalicão o *Estúdio Town*:

**«Numa iniciativa de Filmes Lusomundo, SARL, foi inaugurado no passado dia 1 de março, nesta vila, a primeira sala estúdio de cinema. Com uma capacidade de cerca de 400 lugares, o ESTÚDIOTOWN, que se encontra inserido no moderno Centro Comercial com o mesmo nome, constitui sem dúvida um grande passo dado no progresso e desenvolvimento desta briosa terra e que vai encher de orgulho todos os**

A abertura deste novo cinema afetou o funcionamento do *Cine-Teatro Augusto Correia* fazendo-lhe concorrência. Apesar de se tratar de uma sala de menor dimensão, a sua localização no *Shopping Town* ajudava a atrair o público, dado que os centros comerciais eram a nova moda. Além disso a massificação do vídeo, de fácil acesso através de cópias piratas, a introdução doméstica do computador, a massificação do automóvel e o aparecimento de discotecas afastaram o público das salas de cinema<sup>52</sup>. Em 1987 o *Cine-Teatro Augusto Correia* ponderou o seu encerramento. Mas aquela atitude não foi única no país: «Como entretanto se noticiou, os índices de frequência dos cinemas tinham atingido, em 1987, o ponto mais baixo dos últimos quarenta anos, e os empresários não os ignoravam»<sup>53</sup>. O *Cine-Teatro Augusto Correia* resistiu, ainda, até 1989, data em que encerrou definitivamente, abrindo apenas em ocasiões pontuais até à sua demolição em 2001<sup>54</sup>.

As salas de cinema que até agora referimos são as principais salas que existiram em Famalicão. Mas o cinema em Vila Nova de Famalicão também passou por outros espaços. É o caso do *Cine-Teatro da Senra* ou *Cinema Baby* (como era conhecido devido ao modelo da máquina de projeção) que existiu no lugar da Senra, na freguesia de Calendário. Este cinema partiu da iniciativa do *Grupo dos 20 amigos “Flor de Famalicão”* entre os quais estaria Laurentino dos Reis Melo e o professor Carlos Alberto de Oliveira e terá surgido por volta de 1926<sup>55</sup>. A tipologia do edifício ou a durabilidade deste cinema não foi possível determinar. Contudo, encontramos referência à existência de um teatro no lugar da Senra em 1909, chamado *Theatro de Santa Pandega*, o que nos leva a crer que possa tratar-se da mesma casa, reconvertida também a cinema.

Ainda em 1926 a Escola Oficial do Sexo Masculino decidiu adquirir uma máquina Baby para utilizar como instrumento de ensino<sup>56</sup>. A utilização do cinema como instrumento de ensino já tinha sido ponderada na altura da I República, em 1918, mas a verdade é que a produção de filmes adequados às escolas continuava em debate, facto que demonstra a relação fácil que Vila Nova de Famalicão tinha com o cinema<sup>57</sup>.

Outro cinema que vale a pena mencionar é o *Teatro Narciso Ferreira*. Este cine-teatro surgiu em 1944, na freguesia de Riba D’Ave, por iniciativa da família do industrial Narciso Ferreira. O edifício foi construído de raiz com o porte monumental que, regra geral, caracteriza os cine-teatros. A sua localização está relacionada com um modelo de fixação que privilegia a proximidade à fábrica e aos operários, utilizado desde o século XVIII por alguns teatros como, por exemplo, o *Teatro Stephens* de 1786 integrado nos equipamentos relativos à Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande<sup>58</sup>.

---

[52] ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa...*, p. 308 e MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal. Portugal em transe (1974-1985)*, vol. XIII, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 168-169.

[53] ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa...*, p. 308.

[54] *Opinião Pública*, n.º 459, 23 de fevereiro de 2001, p. 1.

[55] CARVALHO, Vasco de, *Aspectos de Vila Nova. Biografias*, vol. 8, Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico de José Casimiro da Silva, 1959, p. 160.

[56] *Estrela do Minho*, n.º 1584, 7 de março de 1926, p. 1.

[57] ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa...*, p. 60.

[58] SILVA, Susana Constantino Peixoto da, *Arquitetura de cine-teatros: evolução e registo...*, p. 58.

A partir dos anos cinquenta o cinema começou a ser projetado em edifícios que possuíam grandes salões. Foi o caso da Casa de Povo de Lousado que em 1951 projetou o filme *Fátima terra de fé*, pela mão do empresário Armindo Azevedo da Trofa, ou do Salão Paroquial de Brufe que projetou um filme em benefício do *Brufense Atletico Club*<sup>59</sup>.

Mas se as salas de cinema tiveram lugar em Vila Nova de Famalicão, também é certo que Vila Nova de Famalicão conquistou o seu lugar no cinema. Em 1940, a Câmara Municipal lançou um concurso para realizar um documentário sobre Vila Nova de Famalicão. O concurso foi ganho por Manoel de Oliveira, «Quando Manuel de Oliveira pensou em realizar em Famalicão um documentário da nossa terra, aplaudimo-lo (...). Temos a nossa terra no cinema tal e qual ela é. Os seus mercados, as suas indústrias, as suas paisagens, os seus costumes, as vindimas, as malhas, as canções, etc (...).»<sup>60</sup>. O documentário é narrado por Vasco Santana e foi distribuído pela Lisboa-Filmes<sup>61</sup>. A experiência marcou os famalicenses daquela época, que passaram de espetadores a atores. O documentário foi ainda escolhido pelo Secretariado da Propaganda Nacional para propaganda do país e exibição na Exposição do Mundo Português<sup>62</sup>. A exibição em Famalicão ocorreu no *Salão Olympia* nos dias 18 e 19 de fevereiro de 1941 e teve três grandes enchentes<sup>63</sup>. Em 1955 foi a vez de Ricardo Malheiro (cineasta famalicense e importante nome do cinema novo português) realizar o *Documentário Cinematográfico de Famalicão*. O documentário foi composto na Tobis e narrado por Fernando Pessa. Finalmente, em 1959 a *Revista Portugal Brasil* deu conhecimento à Câmara Municipal da realização do documentário *Assim é Portugal*, onde se pretendia incluir vistas de Vila Nova de Famalicão. A Câmara Municipal terá atribuído um subsídio para a sua realização<sup>64</sup>.

Em conclusão, o cinema foi um dos principais divertimentos em Vila Nova de Famalicão no século XX. A abertura de salas de cinema em Famalicão, tal como no resto do país, dependeu do investimento privado e quase que podemos dizer familiar, passando de geração em geração. Em todas as salas de cinema os empreendedores tiveram sempre a mesma preocupação, trazer para Vila Nova de Famalicão o melhor que existia em Portugal e até no estrangeiro, estabelecendo relações empresariais com os cinemas de Lisboa e do Porto e adquirindo máquinas de projeção de alta qualidade. Mas as salas de cinema em Vila Nova de Famalicão foram mais do que espaços de projeção cinematográfica, foram também palco de representações teatrais, espetáculos de ilusionismo, concertos de música, festas, homenagens, comícios políticos, comemorações entre outras atividades, funcionando como casas de espetáculos e espaço de sociabilidade ao serviço da comunidade. Este é o breve resumo que fazemos desde 1908 a 1989 através da imprensa local, porque da história do cinema em Vila Nova de Famalicão mais haverá para contar.

---

[59] *Jornal de Famalicão*, n.º 142, 15 de dezembro de 1951, p. 3, *Estrela da Manhã*, n.º 84 de 12 de novembro de 1961, p. 4.

[60] *Notícias de Famalicão*, n.º 235, 11 de maio de 1940, p. 2.

[61] *Estrela do Minho*, n.º 2366, 23 de março de 1941, p. 4.

[62] *Estrela do Minho*, n.º 2366, 23 de março de 1941, p. 4.

[63] *Estrela do Minho*, n.º 2361, 16 de fevereiro de 1941, p. 3.

[64] AMAS, *Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, n.º 72, ata n.º 8, 2 de março de 1959, fls. 127v-128.

## Breve cronologia

- 1908-1913 - Cynematographo Pathé  
1912-1913 - Animatógrafo Avenida  
1913-1962 - Salão Olympia  
1962-1989 - Cine-Teatro Famalicense ou  
Cine-Teatro Augusto Correia  
1940 - Documentário Famalicão de Manoel de Oliveira  
1955 - Documentário Cinematográfico de Famalicão de Ricardo Malheiro  
1959 - Documentário Assim é Portugal da Revista Portugal Brasil

## Bibliografia

- ACCIAIUOLI, Margarida, *Os cinemas de Lisboa. Um fenómeno urbano do século XX*, Lisboa, Bizâncio, 2012.
- BETTON, Gérard, *História do Cinema*, Mem Martins, Publicações Europa América, 1989.
- CARVALHO, Vasco de, *Aspectos de Vila Nova. Biografias*, vol. 8, Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico de José Casimiro da Silva, 1959.
- CARVALHO, Vasco de, *Aspectos de Vila Nova. Factos e Nomes*, vol. 9, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1960.
- COSTA, Alves, *Os antepassados de alguns cinemas do Porto*, Instituto Português de Cinema, Cinemateca Nacional, 1975.
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal. Portugal em transe (1974-1985)*, vol. XIII, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- PINA, Luís de, *História do cinema português*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1986.
- SANTOS, Victor Pavão dos, COSTA, João Bénard da (org.), *O cinema vai ao teatro: 1996-1997*, Lisboa, Cinemateca Portuguesa/Museu Nacional do Teatro, 1996.
- SILVA, António Joaquim da, “Urbanismo e obras particulares na cidade de Vila Nova de Famalicão (1850-1920)” in *Boletim Cultural. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, série III, n.º 2, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2006.
- SILVA, António Joaquim Pinto da, *Imagens de Famalicão Antigo, Vila Nova de Famalicão*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1990.
- SILVA, Susana Constantino Peixoto da, *Arquitectura de cine-teatros: evolução e registo (1927-1959). Equipamentos de Cultura e Lazer em Portugal no Estado Novo*, Coimbra, Edições Almedina SA, 2010.

5.4

Avenida Marechal Humberto Delgado, Edifício da Pensão Francesa

## 5.4 Uma carta inédita de Alberto Sampaio ao visconde de Pindela

Nascidos ambos em Guimarães (respectivamente em 1841 e em 1853) e ambos bacharelados em Direito pela Universidade de Coimbra, Alberto da Cunha Sampaio e Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e Almada, o 2º Visconde de Pindela, dignificam o concelho de V. N. de Famalicão, onde se entranham as suas raízes familiares. Mais precisamente na Quinta de Boamense, em Cabeçudos, e na Casa de Pindela, em S. Tiago da Cruz. E, seguindo embora percursos de vida muito díspares, a verdade é que não podiam deixar de se conhecer e mutuamente respeitar as elevadas aptidões cívicas, culturais ou científicas de cada um. Como tudo se depreende da expressão escrita do seu saber e da correspondência epistolar entre si trocada, aos poucos descoberta através da investigação no que foram os seus arquivos pessoais. Aqui fica uma dessas cartas, até agora inédita, expedida de Guimarães em 5 de Novembro de 1885:

*II. e Ex. Sr.*

*Recebi o muito notável discurso de V. Exa sobre a organização do distrito do Congo, e agradeço profundamente reconhecido o obséquio de V. Exa. É escusado encarecer o alto valor tanto deste como do outro, cuja remessa já de viva voz agradei a V. Exa.*

*O assunto está tão claro e extensamente tratado que se fica conhecendo os defeitos da Administração Colonial portuguesa e o rumo que aliás se deveria seguir. Infelizmente na gerência dos negócios nacionais não se procura o conhecimento preciso dos factos: a retórica balofa domina os nossos governantes. Não me parece que o mal possa já ter remédio.*

*Enfim, agradecendo ainda uma vez o obséquio que V. Exa tem a bondade de me dispensar, peço que disponha sempre com franqueza do seu amigo e criado muito obrigado.*

*Alberto Sampaio*

O enquadramento histórico destas palavras é curioso. Em 1885, Vicente Pinheiro exercia o cargo de deputado do Partido Progressista, eleito pelo círculo de Braga. Os seus conhecimentos acerca da questão colonial advinham-lhe dos dois anos vividos em S. Tomé e Príncipe, de que foi governador-geral, e do muito que estudara e – até – publicara (*As Ilhas de S. Tomé e Príncipe – Notas de uma Administração Colonial*). Daí a sua intervenção na Câmara parlamentar, a propósito do tratado de 26 de Fevereiro de 1884, celebrado pelo governo português com o de Sua Majestade Britânica, e do Acto Geral da Conferência de Berlim. E uma outra, posterior, incidindo sobre o Distrito do Congo, a que Alberto Sampaio faz directa referência na sua carta. (Estamos em plena época da expansão colonial, interessando a todas as potências europeias, em especial à germânica, onde a força que lhe conferira Bismarck não tinha eco dominial no Ultramar... A seu tempo, e por total falta de visão do nosso Governo, nos veríamos confrontados com o Ultimato.).

Mas adiantemos um pouco mais. Vamos ao primeiro dos aludidos discursos:

M. e Ex. Sr.

Recebi o muito estimado  
diário de V. Exa sobre a organi-  
zação do Districto de Louço, e a-  
gradeço profundamente a contribuição  
e obsequio de V. Exa. E' escu-  
sado encerrar o alto valor  
tanto d'este como do outro, ca-  
da remessa já de viva voz

Agradeço a V. Exa.

A assumpto esta' tam' clara e  
extensamente tractado, que se ficou  
conhecendo os defectos da adminis-  
tração colonial portugueza e o numero  
que aliás se deveria seguir. In-  
felizmente na presença dos supranu-  
cionarios não se procura o esculcão-  
te preciso dos factos: a substituição  
habia dominar os nossos governantes.  
Não me parece que o real parecer já tem  
remedio

Espero agradecendo ainda tam' em o obsequio  
que V. Exa tem a honra de me dispensar, peço  
que de'penda sempre em favor de V. Exa. e  
cada vez mais obsequio  
Guimaraes, 20 de Maio de 1808  
Alberto Sampaio



Traduz ele, certamente, a estreia tribuniária de Vicente Pinheiro. Muito extenso, demorar-se-ia pelas sessões de 10 e 11 de Junho; e, muito crítico, invoca a História, documenta-se nos então mais reputados analistas europeus e aponta o dedo ao Governo do Partido Regenerador em funções, o derradeiro chefiado por Fontes Pereira de Melo.

Por isso a constatação do facto consumado: o Acto Geral da Conferência de Berlim. Não mais os direitos coloniais dos Estados europeus seriam sustentados na tradição (o chamado *princípio do direito histórico*) mas antes na posse efectiva dos territórios alegadamente colonizados.

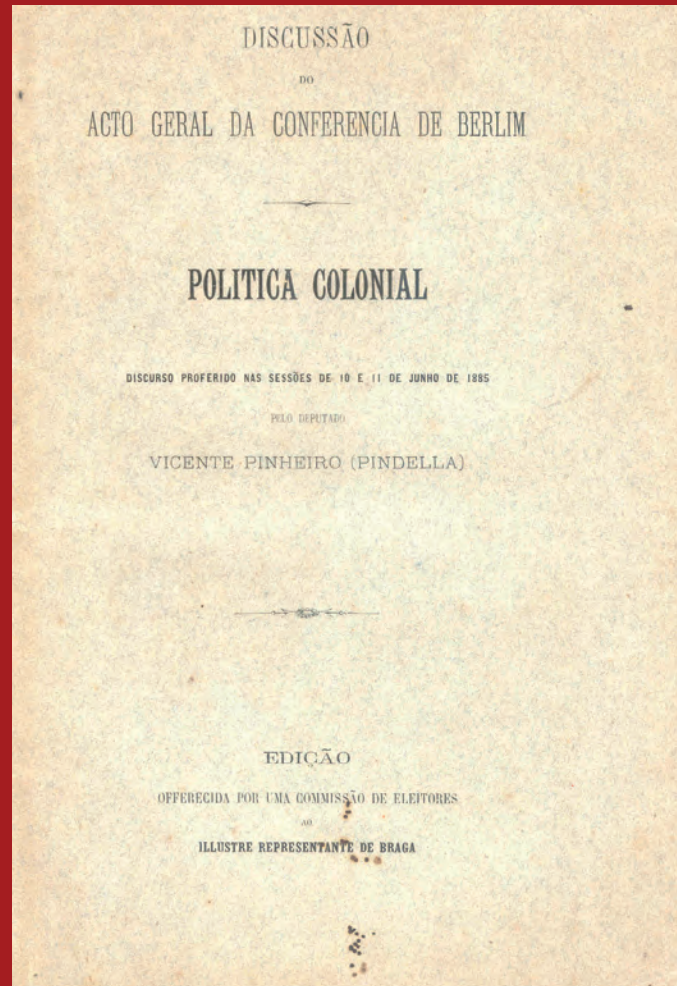
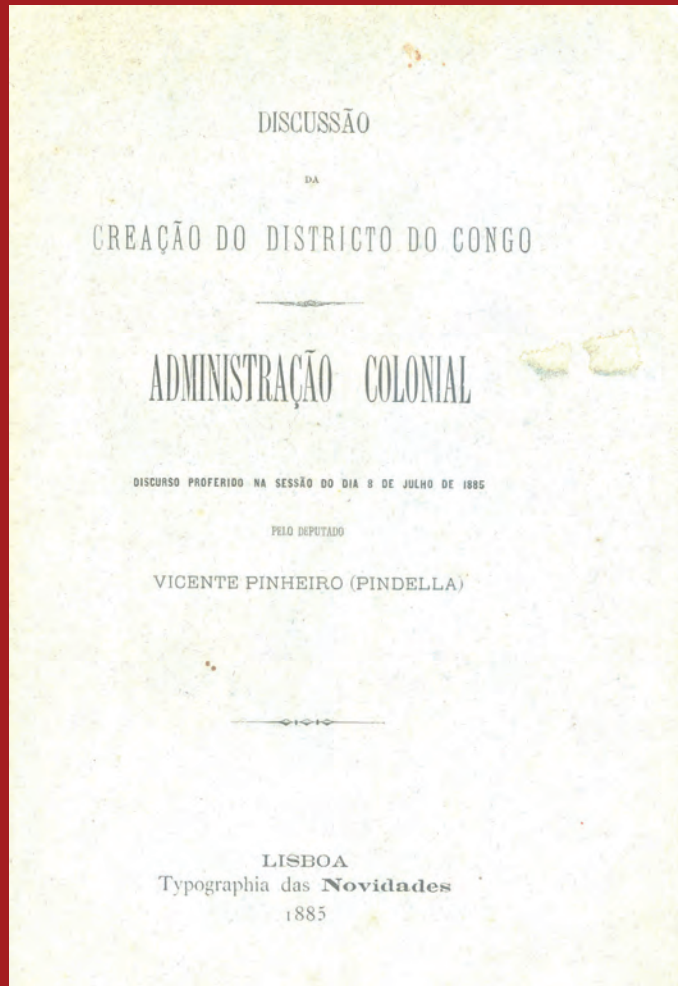
Assim avisava Vicente Pinheiro, muito pragmaticamente, a Conferência significar – ou dever significar... - para Portugal um novo período da administração colonial. Algo a interferir com a legislação em vigor relativa à marinha mercante, desde logo introduzindo medidas proteccionistas da construção naval. Porque a nossa frota... E algo, também, a obrigar a redobrada atenção sobre as pretensões imperialistas da Alemanha em África. Ou a não deixar esquecidas ambas as margens do rio Zaire – a tomar *posse efectiva* das mesmas...

O segundo discurso é de 8 de Julho e complementa o antecedente. O Governo pretende “transformar” o Congo num distrito de Angola (não lhe reconhecendo o estatuto de província independente) e Vicente Pinheiro, na Oposição, apoia esta medida. Mas desenvolve depois um juízo feroz, acutilante, sobre as estratégias políticas e administrativas em curso. A seu ver, não é dada a importância merecida a Angola, o nosso mais rico bocado africano. E proclama ser absolutamente de rejeitar uma administração daquele território a partir da Metrópole, indiferente ou desconhecadora das especificidades das províncias ultramarinas, Sem embargo manifesta a necessidade de um pulso forte na governação local, isto é, o reconhecimento dos mais latos poderes a quem for destacado para a exercer. E, uma vez mais, suporta as suas considerações num estudo amplo das práticas de outras potências coloniais, *maxime* a Holanda.

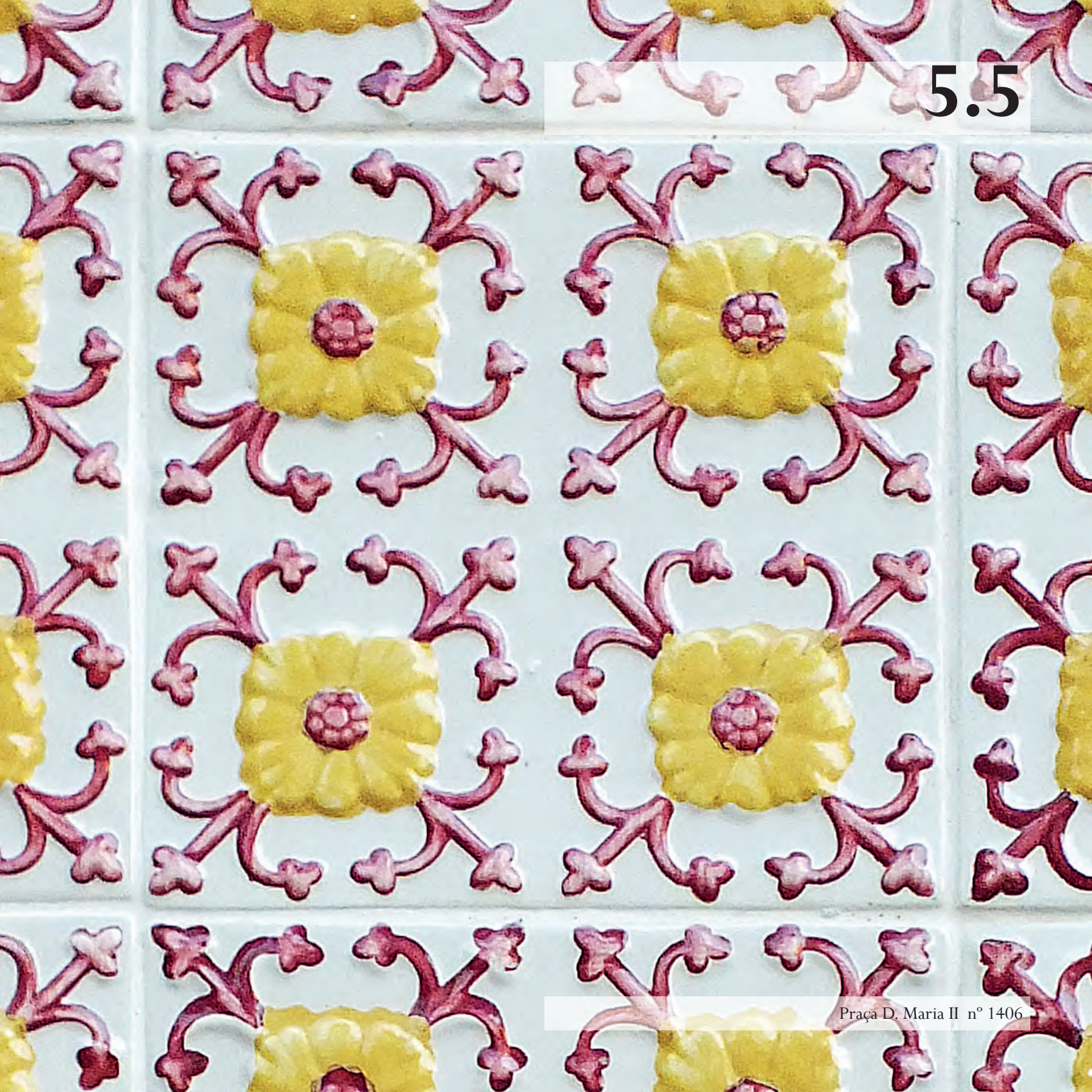
Por seu turno, Alberto Sampaio – é sabido – pautava a sua vida pelo alheamento das actividades políticas e partidárias, mais se ocupando nas lides agrícolas e etnográficas, entre Guimarães e Boamense. Capítulos esses onde, de resto, logrou alcançar merecido reconhecimento nacional. E não que não acompanhasse, à distância, a evolução dos negócios públicos. Mas sempre incapaz de largar uma atitude céptica ante a «*retórica balofa*» dos homens da governança, como laconicamente apontou na sua carta atrás transcrita. O mais foram agradecimentos e um merecido elogio daquela quase antevisão do desastre de 1890.

Os dois mencionados discursos de Vicente Pinheiro foram dados à estampa em opúsculos editados por uma «*comissão de eleitores*». E cinco anos volvidos – em 1890, como ficou dito – persistindo na megalomania (do Mapa Cor de Rosa), o Executivo português, então do Partido Progressista, sendo Ministro da Marinha e Ultramar Henrique de Barros Gomes, viu-se

confrontado com o Ultimato inglês. Altura em que Vicente Pinheiro estava já na Haia, como Ministro Plenipotenciário, e Alberto Sampaio se mantinha no Minho, desenvolvendo os seus estudos. Ambos entretanto irmanados na ruim apreciação dos homens dos partidos políticos que haviam de destruir a Monarquia.



5.5



## 5.5 Famalicão nos Almanques do Minho, 1893-1895

### Apresentação

Os textos que a seguir se publicam correspondem à parte dedicada a Vila Nova de Famalicão, insertos em três almanques do distrito de Braga, datados entre 1893 e 1895.

Têm estes textos o interesse de nos mostrarem uma fotografia, um instantâneo, da vida administrativa e comercial de Famalicão, naquela época.

Logo na introdução ao número de 1893, provavelmente da autoria de Sousa Fernandes se coloca um problema, pouco referido, o da influência do caminho-de-ferro nalguma estagnação da vila nesse final do século XIX.

O caminho-de-ferro está sempre presente nos vários projetos de desenvolvimento do município, mesmo descontando os seus aspetos negativos: ‘Se até agora pagamos o tributo aos grandes centros, para onde o caminho-de-ferro, diminuindo as distâncias, tudo arrasta, também, pela aproximação em que estamos do Porto, cidade que estende espantosamente dia a dia as suas barreiras, podemos ganhar a importância inerente aos arrabaldes da cidade invicta. Para isso conseguirmos, é necessário aumentar e embelezar a nossa terra, tornando-a apetitosa para estância de Verão, o que já vai acontecendo com algumas famílias que do Porto vêm procurar as auras salubérrimas dos nossos campos, verdadeiros jardins onde a saúde impera e que são o encanto de todos os nossos visitantes’. (26 de Janeiro de 1902).

Esta ligação do caminho-de-ferro a uma certa paralisia no desenvolvimento da vila era comum na época. Por exemplo o Almanque do Distrito de Braga para 1895 contava que Famalicão se tinha conservado estacionária até 1836, datando daí o seu renascimento para o que concorreu a estrada a macadame do Porto a Braga. Mas, com a construção da linha férrea do Minho perdeu os elementos de prosperidade que o movimento da estrada lhe dava e, como consequência, entrou em novo período de ‘estacionamento’.

Esta influência dos comboios sentiu-se também, igualmente, nas feiras. Se as feiras semanais, principalmente as feiras do Natal e da Páscoa eram o grande momento económico desta sociedade, as feiras grandes ou feiras de ano, representavam o acumular do pecúlio que permitia ao comércio local viver durante o resto do ano, nomeadamente os hotéis e casas de pasto.

Vejamos o exemplo das feiras de Maio e Setembro de 1901, segundo a Estrela do Minho.

Em Maio, dizia: ‘No decréscimo contínuo que vão tendo as grandes feiras, as quais perdem a sua razão de ser quanto mais se aperfeiçoa a facilidade de comunicação, não resta dúvida alguma de

que a nossa feira de Maio ainda é uma das mais concorridas.

Mostrou-o a grande quantidade de gente que nos visitou no dia 8, mal se podendo transitar no vasto Campo Mouzinho.

Claro que esse movimento teve apenas a duração das malherbianas rosas, pois logo no mesmo dia tudo desapareceu, levado pelos comboios da tarde. Mas nessas poucas horas o comércio alguma coisa se animou e as casas de pasto não tiveram mãos a medir. (12 de Maio de 1901).

Em Setembro, noticiava: ‘Decorre com animação a feira anual de hoje. Todavia, vê-se bem a tendência que dia a dia elas têm para decrescer, escorraçados pela viação acelerada que faz afluir todo o comércio aos grandes centros. Fica-nos, é certo, ainda algum movimento às feiras de ano, pela grande quantidade de gado cavalariço que a elas concorre. E esse não o podem empolgar as grandes cidades; pelo contrário delas deriva a concorrência às feiras para procura de cavalos de que necessitam.

Também o jogo chamava aqui amadores que de longas terras eram atraídos pelo azar da sorte. Mas esse acabou, e para que negá-lo?, foi causador de bastantes prejuízos para a terra, para os que lhe alugavam suas casas e davam de comer à turba multa de jogadores que às centenas concorriam.

Certo é que, aparte o movimento de oferta e compra de gados, a feira dentro em pouco ficará circunscrita ao comércio da população do concelho, como de resto já o está, pois que a gente que aqui vem de fora dele, em passeio de recreio, apenas gasta o seu jantar e para logo o comboio o arrasta, no fim de poucas horas de estada na terra’. (29 de Setembro de 1901).

Por outro lado este inventário do comércio local é particularmente relevante, por ser anterior a 1895, ou seja, à data a partir da qual, hoje em dia, podemos recorrer à imprensa famalicense.

Conseguimos, assim, por exemplo, atribuir a importância devida ao Hotel Leonardo, de Leonardo José Rodrigues de Carvalho, na Rua Adriano Pinto Basto que, desde o estudo de Vasco de Carvalho em ‘Factos e Nomes’, foi deixado na penumbra.

Podemos, também, seguir a história das farmácias locais, centros de cavaqueira por excelência. A Farmácia Central que aqui nos aparece e que pertenceu a Aires Dias de Oliveira (falecido em 1893), situava-se na Rua Adriano Pinto Basto e seria tomada de trespasse em 1900 por Jaime Valongo, passando a chamar-se, a partir de 1901-1902 Farmácia Valongo. Para o prédio onde se encontrava instalada esta farmácia passaria, em 1903, a loja de louças de Henrique Fontes Barbosa, (‘no espaço entre as atuais Foto Humberto e a Urca’, recordava José Casimiro da Silva,

em 26 de Novembro de 1980), enquanto a Farmácia Valongo se mudava para o prédio até então ocupado pelo Café do Gato ou Café do Gato d'Ouro, de Domingos Martins Leite. 'Acabaram as mudanças do S. Miguel. Este ano houve uma contradação enorme de inquilinos mudando de domicílio, o que representa uma boa dose de desgostos, prejuízos e trabalhos', dizia a Estrela do Minho, de 18 de Outubro de 1903.

**Almanaque  
do Distrito de Braga**

**Literário, Burocrático e Comercial  
Para 1893 – 1º Ano**

**Por  
Luís Ferraz**

**Ilustrado com o retrato de  
Álvaro de Castelões**

**Editor  
Manuel Pinto de Sousa  
Famalicão**

**Vila Nova de Famalicão**

Não se perdem nas brumas do passado as tradições desta formosa vila dos vales do Minho, nem a sua bagagem histórica tem o peso fidalgo de uma nobiliarquia de grande monta. Nasceu ontem pobre e humilde de uma origem paupérrima e humilíssima; cresceu e fez-se o que é na esteira do progresso de um século por onde estradeja a democracia hodierna, proclamando como únicos títulos de valor o esforço próprio, o mérito pessoal, o labor honrado exercido nos limites do justo, do útil e do belo.

Não desdenharia sem dúvida se, a exemplo da Manchester espanhola, pudesse engalanar o seu nome plebeu com os títulos longos e campanudos de 'dos veces nobilíssima y fidelíssima, dos veces notable, cinco insigne, cabeza y columna de toada a Cataluna, egrégia e muy noble ciudad de Barcelona'; mas certo é que a não envergonha o seu nascimento obscuro, nem o desenfeite do seu nome, nem a pobreza de tão aparatosas quanto inúteis honrarias.

Nesta altura evolutiva das sociedades humanas, a democracia é o traço característico da

orientação dos espíritos e da feição das coisas, e Vila Nova de Famalicão é, portanto, do seu tempo, está no modo de ver a sua época; é uma povoação moderna que se inspira no presente, caminhando para o futuro ciosa da sua honra, do seu trabalho e da sua beleza.

Em uma das melhores produções do Sr. Pinheiro Chagas, o ilustre escritor põe nos lábios de um dos seus personagens estas sentenciosas palavras: - 'No meu tempo havia plebeus com vaidade, agora há plebeus que têm orgulho'.

Compreende-se que Famalicão, inspirando-se no criterioso sentir dos tempos que vão passando, se orgulhe da sua origem recente e humilde tanto, pelo menos, como sa a sua genealogia se radicasse nas priscas idades de Troia e os seus títulos de nobreza tivessem a longa nomenclatura daqueles com que se pavoneia Barcelona.

São-lhe padrão de glória as fainas do trabalho a que se entrega, título de beleza as pitorescas campinas que a contornam, atestado de mérito a amenidade do seu clima, prova de simpatia a dedicação dos seus filhos, muitos dos quais a ela regressam nostálgicos após longa e afastada emigração por terras do novo mundo.

Ocupa na província do Minho um dos pontos mais centralizados hoje pela viação pública, a 5 léguas do Porto, 1 e ½ de Santo Tirso, 4 de Guimarães, 3 de Braga, 3 de Barcelos e 3 de Vila do Conde e Póvoa de Varzim.

Ao poente, numa distância de 500 metros, corre-lhe a linha férrea do Minho, e aí tem também o ponto terminal do caminho-de-ferro da Póvoa de Varzim.

Cinco magníficas estradas de rodagem (macadame) irradiam do seu centro com a uniformidade circular dos raios de uma estrela: ao poente a de Vila do Conde e Póvoa, atravessando os montados alpestres de Vilarinho e Fradelos; ao sul a do Porto, cortando os sombrios pinhais da Terra negra; a sudoeste a de Santo Tirso (em construção) rompendo por S. Tiago de Antas e Cabeçudos na direção de Landim; ao nascente a de Guimarães, emergindo pelos formosos vales de Requião e Vermoim; ao norte a de Braga, galgando pelos sorridentes cumes de Gavião e S. Tiago da Cruz; ao nordeste, enfim, a de Barcelos, a deslizar suavemente pelas encostas do Vinhal para perder-se mais ao longe por entre as veigas florentes do Louro.

Nas cercanias da vila há retiros sobremodo aprazíveis e pontos de vista tão soberbos como aqueles que extasiam os touristes dos cimos altivos dos Alpes e dos Pirenéus.

Do alto do monte da Magida, por uma manhã clara de estio, o panorama que se desfruta ao longe nesse percurso de muitas léguas tem a fascinação irresistível do belo e do grandioso

derramado prodigamente numa tela da natureza.

A 3 quilómetros da vila, para o lado de Braga, o Alto de S. Tiago da Cruz, é outro ponto de eleição donde a vista pode ziguezaguear satisfeita pelos vales alcatifados de verdura e pelas serras que em roda e afastadas azulam no horizonte.

Do outeiro de S. Tiago de Antas, onde está ereto o templo moçárabe que serve de matriz àquela paróquia, a vista da vila, esparsa em baixo pela planície, tem o pitoresco enlevo dos povoados helvéticos graciosamente alongados no fundo dos vales.

Em volta da vila há formosos passeios muito frequentados pela população nas longas e cálidas tardes de verão.

A estrada de Guimarães até á ponte de Vilar, - um quilómetro de extensão franjado aos lados pelos caramanchéis do arvoredado donde caiem em graciosos pingentes ao pâmpanos das parreiras; os bairros da Estação e do Vinhal, ligados entre si por uma estrada orlada de acácias e sobranceiros a um belo panorama da povoação; a estrada de Braga até à ermida de S. Vicente, passando pelos povoados da Bandeira e Bandeirinha; a ascensão ao cruzeiro de S. Tiago de Antas, donde a vista se espraia por um horizonte espaçoso: tais são os passeios mais abeirados da vila e mais preferidos para o tour de promenade da população famalicense.

É pequena a povoação, mas não deve isso causar reparos desde que se atenda a que é de 1841 que data o seu foral de Vila.

Cabeça de uma das mais importantes comarcas do reino, cuja população o recenseamento de 1891 enumera em 30.842 habitantes, a vila, entretanto, apenas conta uns 500 fogos, ou sejam cerca de 2.000 habitantes.

Mas certo é que nesta pequenez, é belo e agradável o aspeto do seu agrupamento, garrido e aparatoso o ensemble dos seus prédios, limpos e bem delineados os seus arruamentos, muito juntos e orlados de magníficas casas.

A rua Formosa é inquestionavelmente a sua principal artéria – larga, bem guarnecida de bons prédios, muito comercial e extremamente airosa.

A rua de Santo António é uma das mais antigas, e ocupa seguramente o 2º lugar pela sua importância estética e atividade comercial.

A rua Direita é, conjuntamente com a Praça da Mota, o princípio fundamental da vila. Foi ali



que a povoação teve começo e disso se recente o seu alinhamento tortuoso e alguns dos seus edifícios, velhos, acanhados, rebeldes à elegância da arquitetura moderna.

Segue-se a rua Álvaro de Castelões, nova rua aberta da Lapa à Cruz Velha, já quase toda embelezada de construções, e algumas de mérito; rua Camilo Castelo Branco, também nova e bonita, posto que ainda muito despida de casas; rua Municipal, povoada apenas em parte; rua das Laranjeiras, velha travessa dos primeiros tempos da vila; rua do Barreiro, a caminho de ser uma das belas artérias da povoação: avenida Barão de trovisqueira, antiga rua da Ponte hoje convertida em espaçosa avenida, recentemente arborizada; por último, rua da Bandeirinha e Travessa dos Eixidos.

Devemos aqui consignar que a maior parte destas ruas são calcetadas de pedra, sendo as restantes macadamizadas e sujeitas a zelosa conservação.

As praças da vila são: Campo da Feira, Praça do Príncipe Real, Praça da Mota, Largo da Lapa e Largo da Cruz Velha.

O Campo da Feira é uma praça importante que não desmereceria mesmo numa grande cidade. Circuitam a sua forma quadrilonga quatro filas de casas compactas, e entre elas – mormente do lado norte e poente – há prédios luxuosos e altos como os que se encontram em Lisboa e Porto. É muito espaçoso, muito arborizado, - artisticamente arborizado – arruado ao centro e metodicamente terraplanado. Do lado poente tm uma fileira de bancos de pedra abrigados pela sombra frondosa das austrálias, donde ao presente a população famalicense pode aos domingos ouvir a música local, instalada num airoso coreto ali erigido há pouco por iniciativa e esforços da Associação dos Bombeiros Voluntários de Famalicão.

Ao centro destaca-se a pirâmide de um bonito chafariz, que não pouco concorre para embelezar o local, e do lado norte, a capela de Santo António, um cruzeiro de pedra que data de 1654 e um outro chafariz que a municipalidade cuida de utilizar em benefício público.

A Praça do Príncipe Real é de origem muito recente, mas nem por isso deixa de ser muito importante. Está aí edificado o soberbo edifício dos Paços do Concelho – um dos mais importantes edifícios que neste género tem a província do Minho –, e aí se vai edificar a cadeia da comarca e a escola paroquial, prestes a principiar-se.

Está toda ajardinada com árvores e já hoje apresenta o formoso aspeto de um parque: é o passeio público da vila.

A Praça da Mota pertence aos tempos históricos desta povoação, e disso falaremos logo. Está aí a

igreja matriz e um outro chafariz – o mais antigo e de melhor água.

O Largo da Lapa fica na parte alta da vila, como o pequeno Largo da Cruz Velha: naquele está situado o hospital da Misericórdia e a capela de Nossa Senhora da Lapa, hoje encimada por uma alta e elegante torre; neste nada há de notável, a menos que não rememoremos a velha cruz de pedra que a ação inovadora do homem dali arrancou e a que o lugar deve o nome que ainda hoje tem.

~~Há cerca de 30 anos~~ o movimento comercial de Famalicão, o seu incremento e o seu trânsito tiveram uma fase deveras áurea e excepcional. Seguidamente à passagem da linha férrea do Minho, o movimento dos seus negócios e a agitação da sua vida estagnou-se bastante; mas certo é que não desapareceu por completo, como sucedeu a muitas outras povoações centrais do nosso país, às quais a passagem da locomotiva arrebatou de vez todos os elementos de vida própria.

A terra onde se constrói, onde se trabalha com proveito e onde se vive com conforto, não é seguramente uma terra decadente, nem mesmo uma terra estacionária; e a verdade é que em Famalicão todos os anos se fazem novos prédios, todos os anos entram novos moradores, e as lides do comércio e da indústria aí alimentam com vantagem estabelecimentos importantes e avultado número de artistas.

Nos domínios da mentalidade não menos acentuado é o seu progresso. Mantém ao presente um jornal Literário que já vai no 2º ano de existência. E um semanário, dos melhores da província, que já conta 10 bons anos de gloriosa vida.

Em tipografia sua, e com pessoal artístico seu, ainda há pouco imprimiu um livro de pero de 300 pag., cujo trabalho material mereceu elogio à imprensa do Porto e Lisboa.

Tem escolas de instrução primária para os dois sexos e professores de ensino livre onde se lecionam matérias do curso secundário, projetando-se agora a construção de uma escola paroquial que promete ser um dos maiores melhoramentos para esta terra.

São 3 os templos dedicados ao culto religioso: - a igreja matriz, capela da Lapa e capela de Santo António.

Possui um hospital nas melhores condições de higiene e superiormente colocado.

Tem um edifício dos Paços do Concelho como poucos há no país, alojando aí a Câmara Municipal, Administração do Concelho, Repartição de Fazenda, Conservatória e Tribunal

Judiciário.

Famalicão é comarca de 1ª classe, e uma das primeiras do reino. O seu povo é honesto e laborioso; morigerado nos seus costumes, de índole pacífica e pouco propenso ao crime: poder-se-ia dizer dele o que alguém disse do povo suíço – trabalha para viver e vive para trabalhar.

---

Sobre o ponto de vista histórico, resumem-se em pouco os pergaminhos de Famalicão.

Por decreto do 1º de Julho de 1205 D. Sancho I deu carta de privilégios aos que povoassem este seu reguengo, então ermo e baldio, por onde atravessava a estrada romana do Porto a Braga.

Concedeu que aqui houvesse feiras aos domingos, de 15 em 15 dias, que se desse portagem franca de tributos, como se dava em S. Pedro de Rates, e que todos os feirantes fossem isentos dos direitos reais ou condenações, coimas ou multas, bem como de certos crimes mais graves.

Muito tempo depois, nos reinados de D. Dinis ou de seu filho D. Afonso IV, e conseqüentemente entre 1282 e 1357, veio estabelecer-se neste sítio um vendeiro chamado Famelião, casado com uma mulher de nome Mota, antiga serviçal dos condes de Barcelos. Edificaram à margem da estrada uma pequena casa onde estabeleceram uma venda, e em pouco tempo a venda nova de Famelião principiou a ter ao longe uma certa nomeada e a ser para os viajantes um pouso seguro ou um ponto de descanso na longa jornada do Porto a Braga.

Querem os tradicionalistas que este nome de venda nova de Famelião se fundisse, pela corrupção dos tempos, no de Vila Nova de Famalicão, e nós de bom grado aceitamos esta versão à conta da verosimilhança que lhe achamos.

À roda da casa de Famelião novos prédios se foram erguendo, e em breve ali se formava um pequeno largo que veio até nossos dias com a denominação de Terreiro, tendo hoje o nome de Praça da Mota, como justa homenagem à mulher do fundador da povoação. Foi prosseguindo o povoamento do lugar ao longo da estrada pública, até às alturas da Cruz Velha, e assim se formou a hoje rua Direita antiga rua da Lapa.

Mas certo é que, sem podermos averiguar os motivos, a população de Famalicão estacionou por muito tempo em números muito diminutos, pois vemos que em 1706, sendo já nessa época sede do julgado de Vermoim, com um juiz pedâneo, um escrivão sem notas, um almotacé e um meirinho, apenas então contava uns 100 fogos, que daí por diante se foram elevando sucessivamente de forma a ter 156 fogos no recenseamento de 1768, 284 no de 1852, 386 no de 1878 e 500 no de 1891.

Anteriormente a 1835 Famalicão limitava-se ainda a bem poucas e fracas casas acantonadas na então rua da Lapa, Terreiro, Travessa das laranjeiras e princípio da rua da Igreja.

Só tinha feira de 15 em 15 dias, e duas anuais e grandes em 8 de maio e 29 de setembro. De então para cá é que o seu progresso experimentou uma fase verdadeiramente áurea. A povoação cresceu; as suas feiras passaram a ser semanais, todas as quartas-feiras, e a ter a importância das principais da província: teve em 1835 foros de município; seguidamente foros de comarca; e em 1841, por carta de 10 de julho, deu-lhe D. Maria II foral de vila com o título oficial de Vila Nova de Famalicão.

S. F.

### **Tribunal Judicial**

Juiz – Dr. António Cândido da Silva Dias  
Delegado – Dr. Júlio César de Castro Pereira  
Lopes  
Contador – Francisco de Paula Pereira de Mesquita  
Escrivães – José António da Gama; José Joaquim Gomes; João Bernardo Correia do Amaral; António Vicente de Carvalho Leal e Sousa Júnior; Arnaldo Passos de Oliveira Maia  
Oficiais de diligências – José Pereira Lima da Costa; José Pereira de Lima; António José da Silva; António José Fernandes; Francisco António Ferreira

### **Tribunal Comercial**

Juiz Presidente – Dr. António Cândido da Silva Dias  
Secretário – Dr. Júlio César de Castro Pereira

Lopes  
Escrivão – José Joaquim Gomes  
Oficial de diligências – António José da Silva

### **Advogados**

Dr. Manuel José da Cunha Cirne  
Dr. Henrique Ferreira Machado  
Dr. António Pinto Novais  
Dr. João Barbosa de Magalhães Mendonça  
Dr. Eduardo José da Silva Carvalho  
Dr. Florêncio Monteiro Vieira de Castro

### **Procuradores**

Luís José dos Santos Terroso  
Bento José Gomes de Faria Simões  
Camilo José Ribeiro de Campos  
Manuel Augusto Correia Guimarães  
Lino da Silva Guimarães

### **Arbitradores Judiciais**

Manuel Augusto Correia Guimarães  
Joaquim José da Silva Carvalho  
Daniel Joaquim de Carvalho  
António José Dias Sampaio  
Leonardo José Rodrigues de Carvalho  
José Bernardino da Costa e Sá  
João Robalo Ferreira  
Augusto César Correia  
José Correia Machado  
António Simões de Araújo  
Francisco Rodrigues do Rego  
Joaquim José Correia de Araújo  
Manuel Pereira Sampaio (interino)  
Luís de Passos Cerveira de Albuquerque

### **Administração do Concelho**

Administrador – Daniel Augusto dos Santos  
Secretário – Francisco António da Silva Ferreira

Amanuenses – João Marcelino Rodrigues;  
Firmino José Ferreira Guimarães; António de  
Alpoim Fortunato  
Oficiais de diligências – António de Freitas  
Júnior; Luís Ferreira de Miranda; António José  
de Azevedo

### **Repartição de Fazenda**

Escrivão – Adeodato José de Carvalho  
Escriturários – Augusto Carvalho da Cruz  
Trovisqueira; Abílio de Magalhães Barbosa  
(suplente); Bernardo José da Silva Pedrosa

### **Conservatória**

Conservador – Dr. Inácio Teixeira Brandão de  
Vasconcelos  
Conservador ajudante – Henrique Garcia  
Pereira Martins  
Escriturário – Manuel José de Freitas Pacheco

### **Recebedoria**

Recebedor – Dr. Florêncio Monteiro Vieira de  
Castro  
Proposto – Jerónimo Ferreira de Carvalho

### **Câmara Municipal**

Presidente – José Rodrigues de Sá e Abreu  
Vice-presidente – Francisco José da Cruz  
Trovisqueira  
Vereadores – António Joaquim de Sousa  
Velo; Manuel António Joaquim dos Santos;  
Adriano Pinto Basto; Luís de Sousa Gonçalves;  
Vitorino Carvalho Pinheiro de Lacerda  
Secretaria  
Secretário – Silvério Ferreira de Macedo  
Amanuenses – Augusto César Correia; Aires  
Rodrigues Alves; António Máximo Salgado  
Carneiro; Manuel António de Vasconcelos  
Oficial de diligências – José Ferreira de

Carvalho  
Tesoureiro – Domingos Rodrigues Pereira da  
Costa  
Aferidor de pesos e medidas – Leonardo José  
Rodrigues de Carvalho  
Médicos do partido municipal – Dr. Álvaro  
Novais de Carvalho Soares e Dr. Eduardo  
Moreira Pinto

### **Obras Públicas**

Engenheiro – Álvaro de Castelões  
Chefe de cantoneiros – António José Martins  
Queijada

### **Correio e telégrafo**

Chefe – António Joaquim Rodrigues  
Ajudante – António Barbosa  
Distribuidor – António Luís Fernandes  
Guarda-fios – António da Fonseca  
Horas da partida e chegada do correio – Do  
sul às 9.10 minutos da manhã e 7 horas da  
tarde; do norte às 7 horas da manhã e 4.40 da  
tarde

### **Estação do caminho-de-ferro**

Chefe – António Pereira de Berredo  
Fiel – Manuel José Correia  
Telegrafista – Joaquim Ferreira

### **Médicos**

Dr. Álvaro Novais de Carvalho Soares  
Dr. Eduardo Moreira Pinto  
Dr. Arnaldo Anselmo Dias Guimarães  
Dr. Joaquim Ferreira da Silva Vilas Boas

### **Farmacêuticos**

Rodrigo Ferreira de Carvalho  
João António Lopes  
Aires Dias de Oliveira

## **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários**

1º Comandante – Higinio Veloso de Macedo  
2º Dito – António Terroso  
1ª patrões – Vítor Correia Guimarães,  
Henrique Garcia Pereira Martins  
2º Ditos – Luís Ferreira Barroso, João José da Silva  
Banda dos Voluntários  
1º Diretor – José Maria da Costa  
2º Dito – Manuel da Silva Machado Braga

## **Jornais e Jornalistas**

Nova Alvorada – Revista mensal literária.  
Diretor, Sousa Fernandes  
Gazeta do Minho – Semanário independente.  
Redatores, Manuel Augusto Correia  
Guimarães e Rodrigo Terroso  
Almanaque do distrito de Braga – Anuário de  
que são proprietários Luís Ferraz e Manuel  
Pinto de Sousa

## **Irmadade da Misericórdia**

(Com sede no Hospital de S. João de Deus)  
Provedor – Barão de Joane  
Vice-provedor – António José Correia de  
Sousa  
Escrivão – José Bernardino da Costa e Sá  
Tesoureiro – Salvador Gonçalves de Araújo  
Vogais – José António da Gama, José Joaquim  
Gomes, Caetano José de Faria, João José de  
Oliveira Azevedo, Manuel Pinto de Sousa

## **Agentes de Companhias de Seguros**

Garantia – João José de Oliveira Azevedo  
Tagus – Gaspar Pinto de Sousa & Irmão  
Douro – Guilherme Folhadela & C<sup>a</sup>  
Urbana Portuguesa – Francisco Correia de

Mesquita Guimarães  
Confiança Portuense – Domingos Portela

## **Párocos**

Abade (Santa Maria), António José Gonçalves  
Ralha  
Antas (S. Tiago), José Alves Pereira da  
Fonseca, cónego abade  
Arnoso (Santa Eulália e Mosteiro), Manuel  
Gomes Jácome  
Arnoso (Santa maria), Manuel Correia  
Sampaio  
Avidos (S. Martinho), António Gomes Ferreira  
Bairro (S. Pedro), José Maria de Moura Vilas  
Boas  
Bente (S. Salvador), João José Garcia  
Brufe (S. Martinho), Manuel Ferreira  
Loureiro  
Cabeçudos (S. Cristóvão), António José  
Gonçalves Pereira  
Calendário (S. Julião), Jerónimo da Silva  
carneiro  
Carreira (S. Tiago), Manuel Custódio  
Rodrigues Saraiva da Cruz  
Castelões (S. Tiago), Francisco Martins  
Cerdeiras  
Cruz (s. Tiago), João Rodrigues de Sá e Abreu  
Cavalões (S. Martinho), Manuel José Álvares  
Pereira  
Delães (S. Salvador), Bento Rodrigues Correia  
Sampaio  
Esmeriz (S. Pedro), António José Ferreira  
Fradelos (Santa Leocádia), Joaquim José  
Ferreira  
Gavião (S. Tiago), Miguel Luís de Araújo Antas  
Gondifelos (Santa Marinha), Manuel Leandro  
Cardoso da Cruz  
Jesufrei (S. Miguel), António Luís do Rego  
Joane (S. Salvador), João da Costa Pereira da

Mota  
Lagoa (S. Salvador), Joaquim José Teixeira  
Landim, Francisco José Ribeiro da Silva  
Lemenhe, Manuel Joaquim de Oliveira Novais  
Louro, João Correia de Araújo Rebelo  
Lousado, Constantino Lopes Pereira  
Mouquim, Luís António da Mota  
Mogege, Mateus Evangelista Ferreira da Silva  
Vilas Boas  
Nine, Joaquim dos Santos Ferreira Neves  
Oliveira, Alberto José Fernandes  
Outiz, João da Costa Araújo  
Pedome, João Francisco da Cruz  
Portela, Joaquim José de Oliveira  
Pousada de Saramagos, Manuel José Rodrigues  
Riba de Ave, José da Costa Oliveira  
Ribeirão, Manuel Maria Teixeira  
Requião, Joaquim Martiniano de Azevedo  
Ruivães, Lourenço José de Magalhães  
Seide (S. Miguel), José Francisco dos Reis  
Seide (S. Paio), João Rodrigues Correia  
Sampaio  
Sezures, José Gomes Ferreira  
Telhado, Joaquim José de Oliveira  
Vale (S. Cosme), José António de Carvalho  
Vale (S. Martinho), João de Paula Pereira de  
Mesquita  
Vilarinho das Cambas, Joaquim Álvares da  
Silva  
Vermoim, Manuel José de Araújo Faria  
Vila Nova de Famalicão, Domingos de Paula  
Pereira de Mesquita (arcipreste)  
S. Mateus de Oliveira, Luís José de Oliveira  
Nascimento

### **Professores primários**

Famalicão (s. masc.) Joaquim Carneiro de  
Azevedo Costa, (s. fem.) D. Eugénia Maria de  
Oliveira Botelho

Arnoso (Santa Maria), Joaquim Alves Pinto  
Cabeçudos, Domingos da Rocha Pinheiro  
Carreira, Joaquim Carneiro da Silva Saldanha  
Cavalões, Luís Francisco da Silva Marques  
Delães, Lino Gonçalves Ferreira dos Santos  
Fradelos, Severino António Lobo do Vale  
Gondifelos, Joaquim Alves de Sousa  
Jesufrei, Manuel Joaquim da Costa Moreira  
Pinto  
Joane, Joaquim Vieira de Araújo Braga  
Landim, Arnaldo Augusto Ferreira Coelho  
Louro, Joaquim Correia de Araújo Rebelo  
Lousado, Bernardino António dos Santos  
Bine, João José de Araújo, interino  
Oliveira, Domingos Pereira Marques Viana  
Requião, Manuel Jaselino Dias da Costa  
Ribeirão, António Gonçalves da Cruz  
Ruivães, Joana Henriqueta do Nascimento  
Brito  
S. Cosme, Bento Joaquim de Lemos Leite  
Vermoim, Joaquim José Alves Pimenta

### **Ensino livre**

Sexo masculino  
António Dias da Costa  
Miguel Bernardo Cardoso  
Sexo feminino  
D. Balbina do Patrocínio Correia Costa  
Firmina Gonçalves de Carvalho Lopes  
D. Mariana Machado Braga

### **Comissão de Recenseamento**

Efetivos  
Presidente – Dr. Bernardo José da Fonseca e  
Castro  
Vogais – José Elísio Gonçalves Cerejeira,  
Francisco Correia de Mesquita Guimarães,  
Francisco António Barreira, Francisco José da  
Cruz Trovisqueira, José Bernardino da Costa e

Sá, António Joaquim de Sousa Veloso  
Substitutos  
Vice-presidente – Manuel António Ferreira  
Vogais – Manuel Augusto de Araújo Braga,  
Francisco António dos Reis, Francisco  
Machado da Silva, Salvador Gonçalves de  
Araújo, Gaspar Pinto de Sousa, Francisco  
Maria de Oliveira e Silva

### **Tipografia**

Tipografia Minerva – Rua Formosa

### **Comerciantes**

#### **Fazendas e Miudezas**

Guilherme Folhadela & C<sup>a</sup> (armazém por  
atacado)

José Joaquim Pinto de Carvalho

Bento José Pereira Castilho

Florindo da Silva Maia

Domingos José Dias

Salvador Gonçalves de Araújo

Luís Gomes Loureiro

D. Rosa de Faria Gonçalves

Eduardo Joaquim da Silva

### **Assembleia Vilanovense**

Presidente – Dr. Álvaro Novais de Carvalho  
Soares

Vice-Presidente – Dr. João Barbosa de  
Magalhães Mendonça

Tesoureiro – Francisco Faria

Secretários – António Terroso, Joaquim da  
Costa Marques

Diretores – Dr. Florêncio Monteiro Vieira de  
Castro, João Amaral, José António da Gama,  
Dr. Arnaldo Guimarães, Francisco de Oliveira,  
Adeodato José de Carvalho e José António da  
Gama

### **Feiras e Mercados**

Há feiras semanais todas as quartas-feiras  
do ano, muito concorridas, não as havendo  
melhor no país.

Tem também 3 feiras anuais em 8 e 9 de  
maio, 29 e 30 de setembro e 29 e 30 de  
dezembro, onde se faz muito comércio sendo  
na sua especialidade, gado cavalariço, muito  
importantes.

### **Agentes de Bancos**

Banco de Portugal – António José Correia de  
Sousa

Banco Comércio e Indústria – Guilherme  
Folhadela & C<sup>a</sup>

Banco do Minho – Rodrigo Ferreira de  
Carvalho

### **Agentes de Companhias de Navegação**

Mala Real Inglesa – Pedro Antelo & C<sup>a</sup>

Companhia Real do pacífico – Viúva Costa e  
Sá

Mala Real Portuguesa – Francisco Correia de  
Mesquita Guimarães

### **Depósitos de máquinas de costura**

Wite – Domingos José Dias

Memória – Luís Gomes Loureiro

Singer – Custódio Gomes

### **Hotéis**

Hotel Vilanovense – D. Rosa Teixeira Folhadela

Hotel Carolina – José Vaz Varela

Hotel Leonardo – Leonardo José Rodrigues  
de Carvalho

### **Ferragens**



Francisco Correia de Mesquita Guimarães  
Gaspar Pinto de Sousa & Irmão  
Viúva Costa e Sá & Filho

### **Ferro e Linho**

António José Dias Sampaio  
João José de Oliveira Azevedo

### **Mercearias**

António José Correia de Sousa  
António José Correia Júnior  
José da Silva Abreu Guedes  
João José de Oliveira Azevedo  
Joaquim Pinto Carneiro  
José da Costa Moreira  
Joaquim Pinto Carneiro  
Viúva Costa Araújo  
Pedro Antelo & C<sup>a</sup>  
Francisco Correia de Mesquita Guimarães  
Gaspar Pinto de Sousa & Irmão  
João Marques Coelho  
Remígio Varela dos Santos  
Domingos Portela  
Custódio Martinho Carneiro  
Manuel José Gomes  
António José Luís de Carvalho  
Aires Alves de Pinho  
José Pereira Martinho  
Manuel José de Macedo  
Manuel Rodrigues Lages

### **Confeitarias**

José da Silva Abreu Guedes  
Leonardo José Rodrigues de Carvalho  
D. Miquelina do Carmo Meneses

### **Relojoeiros**

João Robalo Ferreira  
Lino G. da Costa Carvalho

### **Ourives**

Adriano Pinto Basto  
Caetano Ferreira de Macedo Faria Gaio

### **Encadernadores**

Gaspar Pinto de Sousa & Irmão

### **Fotógrafo**

João Coelho de Magalhães Júnior

### **Chapelarias**

Luís Gomes Loureiro  
Gaspar Pinto de Sousa & Irmão  
Domingos José Dias  
Florindo da Silva Maia

### **Padarias**

Manuel António Bouças  
José Maria da Costa  
Viúva de Joaquim José da Silva  
Guilherme Alves Moreira  
Domingos Couto  
Maria Rodrigues Ferreira

### **Pintores – Douradores**

João Coelho de Magalhães Júnior  
Alexandre Couto Pinto de Azevedo

### **Armadores**

José Joaquim Pinto de Carvalho  
António Joaquim Dias Guimarães  
Bento José Pereira Castilho  
Manuel da Costa Pinheiro  
José Rodrigues da Costa

### **Oficinas de Tamanqueiro**

Domingos José Dias  
Domingos José Pinto  
José Moreira Pinto

Joaquim Pereira da Silva

### **Funileiros**

António Lopes da Fonseca  
Francisco António Ferreira  
António José de Carvalho  
J. Vasques

### **Barbeiros e Cabeleireiros**

Manuel da Silva Machado Braga  
Manuel da Silva Braga  
José Ferreira Marques  
António da Costa Azevedo

### **Oficinas de Calçado**

José António Forte  
João José da Silva Diogo  
Alexandre Ramos de Oliveira  
António Joaquim Andrade  
José António da Silva Granja  
Manual da Silva Vilar

### **Alfaiatarias**

José Maria da Costa  
Eduardo Joaquim da Silva  
José Gabriel Cardoso  
Manuel da Silva Pinheiro  
Manuel Vicente

### **Estucadores**

José Bento Gomes 'Fidalgo'  
José Ramos Norte  
António Ferreira Dias Lamego

### **Lojas de cabedais**

José António Forte  
Domingos José Dias

### **Fábrica**

Fábrica de velas de sebo – João Gomes  
Lamego

## **Almanaque do Minho**

**Literário, Burocrático e Comercial**  
**Para 1894 – 2º Ano**

**Por**  
**Luís Ferraz**

**Ilustrado com os retratos do**  
**Conselheiro Bernardino Machado,**  
**Manuel Joaquim Gomes, Bispo de**  
**Moçambique, António Pereira da**  
**Cunha e Dr. Martins Sarmiento**

**Editor**  
**Manuel Pinto de Sousa**  
**Famalicão**

**Vila Nova de Famalicão**

### **Tribunal Judicial**

Juiz, Dr. Alexandre de Sousa e Melo  
Delegado, Dr. Júlio César de Castro Pereira  
Lopes  
Subdelegado, Dr. Adelino Adélio dos Santos  
Contador, Francisco de Paula Pereira de  
Mesquita  
Escrivães, José António da Gama, José  
Joaquim Gomes, João Bernardo Correia do  
Amaral, António Vicente de Carvalho Leal e  
Sousa, Arnaldo Passos de Oliveira Maia  
Oficiais de diligências, Remígio Varela dos  
Santos, José Pereira de Lima, António José  
da Silva, António José Fernandes, Francisco  
António Ferreira

## **Tribunal Comercial**

Juiz Presidente, Dr. Alexandre de Sousa e Melo  
Secretário, Dr. Júlio César de Castro Pereira Lopes  
Escrivão, José Joaquim Gomes  
Oficial de diligências, António José da Silva

## **Advogados**

Dr. Manuel José da Cunha Cirne  
Dr. Henrique Ferreira Machado  
Dr. António Pinto Novais  
Dr. Eduardo José da Silva Carvalho  
Dr. Florêncio Monteiro Vieira de Castro  
Dr. Adelino Adélio dos Santos

## **Procuradores**

Luis José dos Santos Terroso  
Bento José Gomes de Faria Simões  
Camilo José Ribeiro de Campos  
Manuel Augusto Correia Guimarães  
Lino da Silva Guimarães

## **Administração do Concelho**

Administrador, Manuel Inácio de Amorim Novais Leite  
Administrador Substituto, Adriano Pinto Basto  
Secretário, Francisco António da Silva Ferreira  
Amanuenses, João Marcelino Rodrigues, Firmino José Ferreira Guimarães, António de Alpoim Fortunato  
Oficiais de diligências, António de Freitas Júnior, Luis Ferreira de Miranda, António José de Azevedo

## **Repartição de Fazenda**

Escrivão, Adeodato José de Carvalho  
Escrivurários, Augusto Carvalho da Cruz  
Trovisqueira, Abílio de Magalhães Barbosa

(suplente), Bernardo José de Carvalho

## **Conservatória**

Conservador, Dr. Inácio Teixeira Brandão de Vasconcelos  
Conservador Ajudante, Henrique Garcia Pereira Martins  
Escrivurário, Manuel José de Freitas Pacheco

## **Recebedoria**

Recebedor, Dr. Florêncio Monteiro Vieira de Castro  
Proposto, Jerónimo Ferreira de Carvalho

## **Câmara Municipal**

Presidente, Dr. Bernardo José da Fonseca e Castro  
Vice-Presidente, Manuel António Ferreira  
Vereadores, Francisco de Oliveira, Vitorino Carvalho Pinheiro de Lacerda, Bernardo Gonçalves Pereira, António José de Sousa Cristino, Francisco Correia de Mesquita Guimarães  
Secretaria  
Secretário, Silvério Ferreira de Macedo  
Amanuenses, Augusto César Correia, Aires Rodrigues Alves, António Máximo Salgado  
Carneiro, Júlio Augusto Fortuna  
Oficial de diligências, José Ferreira de Carvalho  
Tesoureiro, Domingos Rodrigues Pereira da Costa  
Aferidor de Pesos e Medidas, Leonardo José Rodrigues de Carvalho  
Médicos do Partido Municipal, Dr. Álvaro Novais de Carvalho Soares, Dr. Eduardo Moreira Pinto

## **Comissão do Recrutamento**

Presidente, Dr. Bernardo José da Fonseca e Castro

Vogais, Gaspar Pinto de Sousa, Salvador Gonçalves de Araújo, José Bernardino da Costa e Sá, Manuel Alves Correia de Araújo

### **Obras Públicas**

Engenheiro, Álvaro de Castelões  
Chefe de cantoneiros, José Machado

### **Correio e telégrafo**

Chefe, Augusto Brás da Costa  
Ajudanta, Mariana da Conceição Gomes da Costa  
Distribuidor, António Luís Fernandes  
Guarda-fios, António da Fonseca  
Horas de partidas e chegadas do correio, Do sul às 9.40 minutos da manhã e 7 horas da tarde; e do norte às 7 horas da manhã e 4.40 da tarde

### **Estação do caminho-de-ferro**

Chefe, António Pereira de Berredo  
Fiel, Manuel José Correia  
Telegrafista, Joaquim Ferreira

### **Médicos**

Dr. Álvaro Novais de Carvalho Soares  
Dr. Eduardo Moreira Pinto  
Dr. Arnaldo Anselmo Dias Guimarães  
Dr. José Bernardino de Araújo Fonseca  
Dr. Joaquim Ferreira da Silva Vilas Boas  
Dr. Bernardo José da Fonseca e Castro (Castelões)

### **Farmacêuticos**

Rodrigo Ferreira de Carvalho  
João António Lopes  
Aires Dias de Oliveira

Manuel Vieira de Araújo Braga (Joane)  
Joaquim Higinio Ferreira Veloso (Delães)

### **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários**

1º Comandante, Higinio Veloso de Macedo  
2º dito, Henrique Garcia Pereira Martins  
1º patrões, Vítor Correia Guimarães e Luís Ferreira Barroso  
2º ditos, João José da Silva e António Lopes da Fonseca  
Regente da Banda, José Maria da Costa

### **Jornais e jornalistas**

Nova Alvorada, revista mensal literária.  
Diretor, Sousa Fernandes  
Gazeta do Minho – Semanário progressista.  
Redator, Rodrigo Terroso  
Almanaque do Minho, Anuário de que são proprietários Luís Ferraz e Manuel Pinto de Sousa

### **Irmadade da Misericórdia**

Com sede no Hospital de S. João de Deus)  
Provedor, Barão de Joane  
Vice-provedor, António José Correia de Sousa  
Escrivão, José Bernardino da Costa e Sá  
Tesoureiro, Salvador Gonçalves de Araújo Vogais, José António da Gama, José Joaquim Gomes, Caetano José de Faria, João José de Oliveira Azevedo, Manuel Pinto de Sousa

### **Agentes de Companhias de Seguros**

Garantia, João José de Oliveira Azevedo  
Tagus, Gaspar Pinto de Sousa & Irmão  
Douro, Guilherme Folhadela & C<sup>a</sup>  
Urbana Portuguesa, Francisco Correia de Mesquita Guimarães

Confiança Portuense, Domingos Portela

### **Párocos**

Abade (Santa Maria), António José Gonçalves Ralha

Antas (S. Tiago), José Alves Pereira da Fonseca, cónego abade

Arnoso (Santa Eulália e Mosteiro), Manuel Gomes Jácome

Arnoso (Santa maria), Manuel Correia Sampaio

Avidos (S. Martinho), António Gomes Ferreira Bairro (S. Pedro), José Maria de Moura Vilas Boas

Bente (S. Salvador), João José Garcia Brufe (S. Martinho), Manuel Ferreira Loureiro

Cabeçudos (S. Cristóvão), António José Gonçalves Pereira

Calendário (S. Julião), Joaquim da Silva Carneiro

Carreira (S. Tiago), Manuel Custódio Rodrigues Saraiva da Cruz

Castelões (S. Tiago), Francisco Martins Cerdeiras

Cruz (S. Tiago), João Rodrigues de Sá e Abreu Cavalões (S. Martinho), Manuel José Álvares Pereira

Delães (S. Salvador), Bento Rodrigues Correia Sampaio

Esmeriz (S. Pedro), António José Ferreira Fradelos (Santa Leocádia), Joaquim José Ferreira

Gavião (S. Tiago), Manuel Luís de Araújo Antas

Gondifelos (Santa Marinha), Manuel Leandro Cardoso da Cruz

Jesufrei (S. Miguel), António Luís do Rego Joane (S. Salvador), João da Costa Pereira da

Mota

Lagoa (S. Salvador), Silvestre José Fernandes

Landim, Francisco José Ribeiro da Silva

Lemenhe, Manuel Joaquim de Oliveira Novais

Louro, João Correia de Araújo Rebelo

Lousado, Constantino Lopes Pojeira

Mouquim, Luís António da Mota

Mogege, Mateus Evangelista Ferreira da Silva Vilas Boas

Nine, Joaquim dos Santos Ferreira Neves Oliveira, Alberto José Fernandes

Outiz, João da Costa Araújo

Pedome, João Francisco da Cruz

Portela, Joaquim José de Oliveira

Pousada de Saramagos, (anexa a Joane)

Riba de Ave, José da Costa Oliveira

Ribeirão, Manuel Maria Teixeira

Requião, Joaquim Martiniano de Azevedo

Ruivães, Lourenço José de Magalhães

Seide (S. Miguel), António José da Costa

Seide (S. Paio), João Rodrigues Correia

Sampaio

Sezures, José Gomes Ferreira

Telhado, Joaquim José de Oliveira

Vale (S. Cosme), José António de Carvalho

Vale (S. Martinho), João de Paula Pereira de Mesquita

Vilarinho das Cambas, Joaquim Álvares da Silva

Vermoim, Manuel José de Araújo Faria

Vila Nova de Famalicão, Domingos de Paula Pereira de Mesquita (arcipreste)

S. Mateus de Oliveira, Luís José de Oliveira Nascimento

### **Professores primários**

Famalicão, (s. masc.) Joaquim Carneiro de

Azevedo Costa, (s. fem.) D. Carolina Maria de

Oliveira Botelho

Arnoso (santa Maria), Joaquim Alves Pinto  
Cabeçudos, Domingos da Rocha Pinheiro  
Carreira, Joaquim Carneiro da Silva Saldanha  
Cavalões, Luís Francisco da Silva Marques  
Delães, Lino Gonçalves Ferreira dos Santos  
Fradelos, Severino António Lobo do Vale  
Gondifelos, Joaquim Alves de Sousa  
Jesufrei, Manuel Joaquim da Costa Moreira  
Pinto

Joane, Joaquim Vieira de Araújo Braga  
Landim, Arnaldo Augusto Ferreira Coelho  
Louro, Joaquim Correia de Araújo Rebelo  
Lousado, Bernardino António dos Santos  
Nine, João José de Araújo, interino  
Oliveira, Domingos Pereira Marques Viana  
Requião, Manuel Jaselino Dias da Costa  
Ribeirão, António Gonçalves da Cruz  
Ruivães, Joana Henriqueta do Nascimento  
Brito  
S. Cosme, Bento Joaquim de Lemos Leite  
Vermoim, Joaquim José Alves Pimenta

### **Ensino livre**

Sexo masculino

Miguel Bernardo Cardoso e Manuel José  
Rodrigues

Sexo feminino

D. Balbina do Patrocínio Correia Costa, D.  
Firmina Gonçalves de Carvalho Lopes e D.  
Mariana Machado Braga

### **Comissão do recenseamento**

Efetivos

Presidente, Adriano Pinto Basto  
Vogais, Francisco Correia de Mesquita  
Guimarães, Francisco António Barreira,  
Joaquim Carneiro de Azevedo Costa,  
Francisco José da Cruz Trovisqueira, José  
Bernardino da Costa e Sá e António Joaquim

de Sousa Veloso

Substitutos

Vice-presidente, Francisco António dos Reis  
Vogais, Manuel Augusto de Araújo Braga,  
Francisco Machado da Silva, Salvador  
Gonçalves de Araújo, Gaspar Pinto de Sousa,  
Francisco Maria de Oliveira e Silva e António  
Dias de Azevedo

### **Tipografia**

Tipografia Minerva – Campo da Feira

### **Comerciantes**

#### **Fazendas e miudezas**

Guilherme Folhadela & C<sup>a</sup> (armazém por  
atacado)

José Joaquim Pinto de Carvalho

Bento José Pereira Castilho

Florindo da Silva Maia

Domingos José Dias

Salvador Gonçalves de Araújo

Luís Gomes Loureiro

D. Rosa de Faria Gonçalves

Eduardo Joaquim da Silva

### **Assembleia Vilanovense**

Presidente, Dr. Álvaro Novais de Carvalho  
Soares

Vice-presidente, Dr. João B. de Magalhães  
Mendonça

Tesoureiro, Francisco Faria

Secretários, António Terroso e Joaquim da  
Costa Marques

Diretores, Dr. Florêncio Monteiro Vieira de  
Castro, João Amaral, José António da Gama,  
Dr. Arnaldo Guimarães, Francisco Maria de  
Oliveira e Silva e Adeodato José de Carvalho

### **Feiras e mercados**

Há feiras semanais todas as quartas-feiras do ano, muito concorridas, não as havendo melhores no país.

Tem também 3 feiras anuais, em 8 e 9 de maio, 29 e 30 de setembro e 29 e 30 de dezembro, onde se faz muito comércio, sendo na sua especialidade, gado cavalariço, muito importante.

### **Agentes de Bancos**

Banco de Portugal, António José Correia de Sousa

Banco Comércio & Indústria, Guilherme Folhadela & C<sup>a</sup>

Banco do Minho, Rodrigo Ferreira de Carvalho

### **Agentes de Companhias de Navegação**

Mala Real Inglesa, Pedro Antelo & C<sup>a</sup>

Companhia Real do Pacífico, Viúva Costa e Sá

Mala Real Portuguesa, Francisco Correia de Mesquita Guimarães

### **Depósitos de máquinas de costura**

Wite, Domingos José Dias

Memória, Luís Gomes Loureiro

Singer, Custódio Gomes

### **Hotéis**

Hotel Vilanovense, D. Rosa Teixeira Folhadela

Hotel Carolina, José Vaz varela

Hotel Leonardo – Leonardo José Rodrigues de Carvalho

Hotel Central – Albino Folhadela

### **Cafés**

Café do Gato, Domingos Martins Leite

Café União, Amândio da Cunha Braga

### **Ferragens**

Francisco Correia de Mesquita Guimarães

Gaspar Pinto de Sousa & Irmão

Viúva Costa e Sá & Filho

António José Dias Sampaio

### **Mercearias**

António José Correia de Sousa

António José Correia Júnior

José da Silva Abreu Guedes

João José de Oliveira Azevedo

Joaquim Pinto Carneiro

José da Costa Moreira

Pedro Antelo & C<sup>a</sup>

Francisco Correia de Mesquita Guimarães

Gaspar Pinto de Sousa & Irmão

João Marques Coelho

Remígio Varela dos Santos

Domingos Portela

Custódio Martinho Carneiro

António José Luís de Carvalho

Aires Alves de Pinho

José Pereira Martinho

Manuel José de Macedo

Viúva Costa Araújo

### **Confeitarias**

José da Silva Abreu Guedes

Leonardo José Rodrigues de Carvalho

D. Miquelina do Carmo Meneses

### **Ourives**

Adriano Pinto Basto

Caetano Ferreira de Macedo Faria Gaió

### **Relojoeiros**

João Robalo Ferreira

Lino Gomes da Costa Carvalho

### **Encadernadores**

Gaspar Pinto de Sousa & Irmão

### **Fotógrafo**

João Coelho de Magalhães Júnior

### **Chapelarias**

Luís Gomes Loureiro

Gaspar Pinto de Sousa & Irmão

Domingos José Dias

Florindo da Silva Maia

### **Padarias**

Manuel António Bouças Júnior

José Maria da Costa

Viúva de Joaquim José da Silva

Guilherme Alves Moreira

Domingos Couto

Maria Rodrigues Ferreira

Joaquim José do Rego

José Carneiro Veloso

Florindo da Silva Moreira

### **Pintores – douradores**

João Coelho de Magalhães Júnior e Alexandre

Couto Pinto de Azevedo

### **Armadores**

José Joaquim Pinto de Carvalho

António Joaquim Dias Guimarães

Bento José Pereira Castilho

Manuel da Costa Pinheiro

José Rodrigues da Costa

### **Oficinas de tamanqueiro**

Domingos José Dias

Domingos José Pinto

José Moreira Pinto

Joaquim Pereira da Silva

### **Funileiros**

António Lopes da Fonseca

Francisco António Ferreira

António José de Carvalho

José da Silva Arnosos

Eduardo Pereira da Costa

### **Barbeiros e cabeleireiros**

Manuel da Silva Machado Braga

Manuel José da Silva Braga

António da Costa Azevedo

Joaquim da Silva Machado

### **Latoeiro**

Silvério Pereira Vasques

### **Oficinas de calçado**

osé António Forte

António Joaquim de Andrade

José António da Silva Granja

Manuel da Silva Vilar

### **Alfaiatarias**

José Maria da Costa

Eduardo Joaquim da Silva

José Gabriel Cardoso

Manuel da Silva Pinheiro

José Alves de Azevedo

Manuel Vicente

José Júlio Guedes Pinto

### **Estucadores**

José Bento Gomes ‘Fidalgo’

José Ramos Norte

António Ferreira Dias Lamego

### **Lojas de cabedais**

José António Forte

Domingos José Dias



## **Fábrica**

Fábrica de velas de sebo – João Gomes  
Lamego

## **Empreiteiros**

Manuel António Bouças  
José Cortegoso

## **Teatro Progresso**

Proprietário, Joaquim de Oliveira leitão

## **Caldas da Saúde**

Freguesia de Avidos  
Proprietário, Manuel Joaquim Marques  
Médico assistente, Dr. Ferreira Lemos  
Hotel - Proprietário, António da Silva Abreu  
Guedes

## **Almanaque do de Braga E Seu Distrito Comercial, Burocrático, Descritivo, Corográfico e Histórico**

**Para 1895  
(2º ano da sua publicação)  
Com um índice largamente  
desenvolvido**

**Dirigido por  
Azevedo Coutinho  
Jornalista**

**Publicado por  
Laurindo Costa  
Livreiro-Editor**

**Braga**

## **Livraria Central – Editora 41 – Largo do Barão de S. Martinho – 42 (À entrada da Rua dos Souto) 1894**

## **Vila Nova de Famalicão**

A 22 quilómetros de distância de Braga, situada em local plano e pitoresco, encontra-se a vila de Famalicão, a que deu o primeiro foral D. Sancho I, em 1205, e o segundo D. Maria II, em 22 de Julho de 1841. Até 1836 conservou-se estacionária, datando deste ano o seu renascimento, para o que concorreu a estrada a macadame de Braga ao Porto.

Com a construção da linha férrea do Minho, Vila Nova de Famalicão perdeu os elementos de prosperidade que o movimento da estrada de Braga ao Porto lhe dava, e, como consequência, manifesta-se embora menos pronunciado, novo estacionamento.

## **Câmara Municipal**

Presidente – Dr. Bernardo José da Fonseca e Castro

Vice-presidente – Manuel António Ferreira Vogais – António José de Sousa Cristino; Bernardo Gonçalves Pereira; Francisco Correia de Mesquita Guimarães; Francisco Luís da Silva e Francisco de Oliveira

Secretaria

Secretário – Silvério Ferreira de Macedo Amanuenses – António Máximo Salgado Carneiro; Augusto César Correia; Aires Rodrigues Alves e Júlio Augusto Fortuna  
Oficial de diligências – José Ferreira de Carvalho

Aferidor de pesos e medidas – Leonardo José Rodrigues de Carvalho  
Tesouraria  
Tesoureiro – Domingos Rodrigues Pereira da Costa  
Partido municipal  
Médicos – Dr. Álvaro Novais de Carvalho Soares  
Dr. Eduardo Moreira Ponto  
Obras municipais  
Chefe de cantoneiros – José Machado

### **Administração do Concelho**

Administrador – Leopoldo Machado  
Secretário – Francisco António da Silva Ferreira  
Amanuenses – António de Alpoim Fortunato; Firmino José Ferreira Guimarães e João Marcelino Rodrigues  
Oficiais de diligências – António de Freitas Júnior; António José de Azevedo e Luís Ferreira de Miranda

### **Repartição de Fazenda**

Escrivão – Adeodato José de Carvalho  
Escrivário – Augusto Carvalho da Cruz Trovisqueira  
Suplentes – Bernardo José de Carvalho e Rodrigo Ernesto de Carvalho

### **Recebedoria da Comarca**

Recebedor – Dr. Florêncio Monteiro Vieira de Castro  
Proposto – Jerónimo Ferreira de Carvalho  
Ajudante – Manuel Varela dos Santos

### **Tribunal Judicial**

Juiz de Direito – Dr. Alexandre de Sousa e Melo

Delegado – Dr. Júlio César de Castro Pereira Lopes  
Subdelegado – Dr. Manuel José de Oliveira  
Contador – Francisco de Paula Pereira de Mesquita  
Escrivães:  
1º ofício – António Vicente de Carvalho Leal e Sousa Júnior  
2º ofício – João Bernardo Correia do Amaral  
3º ofício – José Joaquim Gomes  
4º ofício – António Fiúza de Melo  
5º ofício – José António da Gama  
Oficiais de diligências – António José Fernandes; António José da Silva; Francisco António Ferreira; José Pereira de Lima e Remígio Varela dos Santos

### **Tribunal Comercial**

Juiz Presidente – Dr. Alexandre de Sousa e Melo  
Secretário – Dr. Júlio César de Castro Pereira Lopes  
Escrivão – José Joaquim Gomes  
Oficial de diligências – António José da Silva

### **Solicitadores**

Bento José Gomes de Faria Simões  
Camilo José Ribeiro de Campos  
José Moreira Gomes  
Lino da Silva Guimarães  
Luís José dos Santos Terroso  
Manuel Augusto Correia Guimarães

### **Conservatória**

Conservador – Dr. Inácio Teixeira Brandão de Vasconcelos  
Ajudante – Henrique Garcia Pereira Martins  
Escrivário – Manuel José de Freitas Pacheco

### **Estação Telégrafo-Postal**

Chefe – Augusto Brás da Costa

Ajudante – D. Mariana Conceição Gomes da Costa

Distribuidor – António Luís Fernandes

Guarda-fios – António da Fonseca

### **Estação do caminho-de-ferro**

Chefe – António Pereira de Berredo

Fiel – Manuel José Correia

Telegrafista – Joaquim Ferreira

### **Periódicos e jornalistas**

Famalicense – Redatores: Manuel Augusto Correia Guimarães e Augusto Brás da Costa  
Gazeta do Minho, semanário progressista –

Redator, Rodrigo Terroso

Nova Alvorada, revista mensal literária –

Proprietário, Manuel Pinto de Sousa

### **Hospital de S. João de Deus**

Provedor – Barão de Joane

Vice-provedor – António José de Sousa  
Cristino

Escrivão – Francisco Alves de Araújo

Tesoureiro – Salvador Gonçalves de Araújo

### **Teatro Progresso**

Proprietário – Joaquim de Oliveira Leitão

### **Associações**

Assembleia Vilanovense

Presidente – Dr. Álvaro Novais de Carvalho  
Soares

Vice-presidente – Barão de Joane

Tesoureiro – Rodrigo Ferreira de Carvalho

Secretário – António Augusto Fiúza de Melo

Associação de Bombeiros Voluntários

1º Comandante – Higinio Veloso de Macedo

2º comandante – Luís Ferreira Barroso

1º patrão – Vítor Correia Guimarães

2º patrões – António Lopes da Fonseca e João José da Silva

Regente da banda – José Maria da Costa

Ginásio Famalicense

Diretor – Alfredo Costa

### **Advogados**

Dr. Adelino Adélio dos Santos

Dr. António Pinto Novais

Dr. Eduardo José da Silva Carvalho

Dr. Florêncio Monteiro de Castro

Dr. Henrique Ferreira Machado

### **Médicos**

Dr. Álvaro Novais de Carvalho Soares

Dr. Arnaldo Anselmo Dias Guimarães

Dr. Bernardo José da Fonseca e Castro, em  
Castelões

Dr. Eduardo Moreira Pinto

Dr. Delfim de Carvalho

### **Professores de Ensino Livre**

António Dias da Costa

Manuel José Rodrigues

Miguel Bernardo Cardoso

D. Balbina do Patrocínio Correia Costa

D. Mariana Machado Braga

### **Comerciantes e Industriais**

#### **Agentes de Bancos e casas bancárias**

Banco Aliança – António José Correia de Sousa

Banco Comercial do Porto – Comendador Bernardino Fernandes da Costa Machado

Banco do Minho – Rodrigo Ferreira de Carvalho

Banco de Portugal – António José Correia de Sousa  
Pinto da Fonseca & Irmão – Guilherme Folhadela & C<sup>a</sup>  
J. Sanguinetti – Guilherme Folhadela & C<sup>a</sup>

### **Agentes de companhias de navegação marítima**

Companhia Real do Pacífico – Viúva Costa e Sá  
Mala Real Inglesa – Pedro Antelo & C<sup>a</sup>  
Mala Real Portuguesa – Francisco Correia de Mesquita Guimarães

### **Agentes de companhias de seguros**

Confiança Portuguesa – Domingos Portela Douro – Guilherme Folhadela & C<sup>a</sup>  
Garantia – João José de Oliveira Azevedo  
Tagus – Gaspar Pinto de Sousa & Irmão  
Urbana Portuguesa – Francisco Correia de Mesquita Guimarães

### **Alfaiates**

Eduardo Joaquim da Silva  
José Alves de Azevedo  
José Gabriel Cardoso  
José Júlio Guedes Pinto  
José Maria da Costa  
Manuel da Silva Pinheiro  
Manuel Vicente

### **Alquiladores**

António Ferreira Vago  
José Ferreira Vago  
José Maria Fernandes  
Manuel Ferrão  
Paulo Joaquim Ferreira

### **Armadores**

António Joaquim Dias Guimarães  
Bento José Pereira Castilho  
José Joaquim Pinto de Carvalho  
José Rodrigues da Costa  
Manuel da Costa Pinheiro

### **Barbeiros**

António da Costa Azevedo  
Joaquim da Silva Machado  
Manuel José da Silva Braga  
Manuel da Silva Machado Braga

### **Cafés**

Café do Gato – Domingos Martins Leite  
Café União – Amândio da Cunha Braga

### **Calçado (Oficinas de)**

António Joaquim de Andrade  
José António Forte  
José António da Silva Granja  
Manuel da Silva Vilar

### **Chapelarias**

Domingos José Dias  
Florindo da Silva Maia  
Gaspar Pinto de Sousa & Irmão  
Luís Gomes Loureiro

### **Confeitarias**

D. Miquelina do Carmo Meneses  
José da Silva Abreu Guedes  
Leonardo José Rodrigues de Carvalho

### **Couros e sola**

Albino Folhadela  
José António Forte

### **Depósitos de máquina de costura**

Memória – Luís Gomes Loureiro

Singer – Custódio Gomes  
Wite – Domingos José Dias

### **Empreiteiros**

José Cortegoso  
Manuel António Bouças

### **Encadernadores**

Gaspar Pinto de Sousa & Irmão

### **Estucadores**

António Ferreira Dias Lamego  
José Bento Gomes ‘Fidalgo’  
José Ramos Norte

### **Fábrica**

De velas de sebo – João Gomes Lamego

### **Fazendas e miudezas**

Bento José Pereira Castilho  
Domingos José Dias  
Eduardo Joaquim da Silva  
Florindo da Silva Maia  
Guilherme Folhadela & C<sup>a</sup> (armazém por atacado)  
José Joaquim Pinto de Carvalho  
Luís Gomes Loureiro  
D. Rosa de Faria Gonçalves  
Salvador Gonçalves de Araújo

### **Ferragens**

António José Dias Sampaio  
Francisco Correia de Mesquita Guimarães  
Gaspar Pinto de Sousa & Irmão  
Viúva Costa e Sá & Filho

### **Ferro e linho**

António José Dias Sampaio  
João José de Oliveira Azevedo

### **Folheteiros**

António Lopes da Fonseca  
Eduardo Pereira da Costa  
Francisco António Ferreira  
José da Silva Arnoso  
Viúva de José de Carvalho

### **Hotéis**

Carolina – José Vaz Varela  
Central – Domingos José Dias  
Leonardo – Leonardo José Rodrigues de Carvalho  
Vilanovense – Francisco Correia de Mesquita Guimarães

### **Latoeiro**

Silvério Pereira Vasques

### **Mercearias**

António José Correia Júnior  
António José Correia de Sousa  
António José Luís de Carvalho  
Aires Alves de Pinho  
Custódio Martinho Carneiro  
Domingos Portela  
Francisco Correia de Mesquita Guimarães  
Gaspar Pinto de Sousa & Irmão  
Joaquim Pinto Carneiro  
João José de Oliveira Azevedo  
João Marques Coelho  
José da Costa Moreira  
José Pereira Martinho  
José da Silva Abreu Guedes  
Manuel José de Macedo  
Pedro Antelo & C<sup>a</sup>  
Remígio Varela dos Santos  
Viúva Costa e Araújo

### **Tamanqueiros**

Domingos José Dias  
Domingos José Pinto  
José Moreira Pinto  
Joaquim Pereira da Silva

### **Ourives**

Caetano Ferreira de Macedo Faria Gaio

### **Padarias**

Domingos Couto  
Florindo da Silva Moreira  
Guilherme Alves Moreira  
Joaquim José do Rego  
José Carneiro Veloso  
José Maria da Costa  
Manuel António Bouças Júnior  
Maria Rodrigues Ferreira  
Viúva de Joaquim José da Silva

### **Fotógrafo**

João Coelho de Magalhães Júnior

### **Pintores – douradores**

Alexandre Couto Pinto de Azevedo  
João Coelho de Magalhães Júnior

### **Relojoeiros**

Alberto Pereira  
João Robalo Ferreira  
Lino Gomes da Costa Carvalho

### **Tipografia**

Minerva – Campo da Feira

### **Mercados**

Há mercado semanal às quartas-feiras; e duas feiras anuais – a primeira em 8 e 9 de Maio; a segunda em 29 e 30 de Setembro.

## **Párocos das Freguesias Rurais do Concelho**

Abade (Santa Maria) – António José Gonçalves Ralha  
Antas (S. Tiago) – Dr. António Ribeiro dos Santos Viegas  
Arnoso (Santa Eulália e Mosteiro) – Manuel Gomes Jácome  
Arnoso (Santa Maria) – Manuel Correia Sampaio  
Avidos (S. Martinho) – António Gomes Ferreira  
Bairro (S. Pedro) – José Maria de Moura Vilas Boas  
Bente (O Salvador) – João José Garcia Brufe (S. Martinho) – Manuel Ferreira Loureiro  
Cabeçudos (S. Cristóvão) – António José Gonçalves Pereira  
Calendário (S. Julião) – Joaquim da Silva Carneiro  
Carreira (S. Tiago) – Manuel Custódio Rodrigues Saraiva da Cruz  
Castelões (S. Tiago) – Francisco Martins Cerdeira  
Cavalões (S. Martinho) – Joaquim da Costa Machado  
Cruz (S. Tiago) – João Rodrigues de Sá e Abreu  
Delães (O Salvador) – Bento Rodrigues Correia Sampaio  
Esmeriz (S. Pedro) – António José Ferreira Fradelos (Santa Leocádia) Bernardino Andrade dos Santos (encomendado)  
Gavião (S. Tiago) – Miguel Luís de Araújo Antas  
Gondifelos (Santa Marinha) – Manuel José Rodrigues (encomendado)  
Jesufrei (S. Miguel) – António Luís do Rego

Joane e Pousada de Saramagos (O Salvador e S. Martinho) – João da Costa Pereira da Mota  
Lagoa (O Salvador) – Silvestre José Fernandes Landim (Santa Maria) – Francisco José Ribeiro da Silva  
Lemenhe (O Salvador) – Manuel Joaquim de Oliveira Novais  
Louro (Santa Lucrécia) – João Correia de Araújo Rebelo  
Lousado (Santa Marinha) – Constantino Lopes Pereira  
Mouquim (S. Tiago) – Luís António da Mota  
Mogege (Santa Marinha) – Mateus Evangelista Ferreira da Silva Vilas Boas  
Nine (Santa Maria) – Joaquim dos Santos Ferreira Neves  
Oliveira (Santa Maria) – Alberto José Fernandes  
Oliveira (S. Mateus) – Luís José de Oliveira Nascimento  
Outiz (S. Tiago) – João da Costa Araújo  
Pedome (S. Pedro) – João Francisco da Cruz  
Portela (Santa Marinha) – Joaquim José de Oliveira  
Riba de Ave (S. Pedro) – José da Costa Oliveira  
Requião (S. Silvestre) – Joaquim Martiniano de Azevedo  
Ruivães (O Salvador) – Lourenço José de Magalhães  
Seide S. Miguel – António José da Costa  
Seide S. Paio – João Rodrigues Correia Sampaio  
Sezures (S. Mamede) – José Gomes Ferreira  
Telhado (Santa Maria) – Joaquim José de Oliveira  
Vale (S. Cosme) – José António de Carvalho  
Vale (S. Martinho) – João de Paula Pereira de Mesquita

Vermoim (Santa Maria) – Manuel José de Araújo Faria  
Vilarinho das Cambas (O Salvador) – Joaquim Álvares da Silva  
Vila Nova de Famalicão (Santo Adrião) – Domingos de Paula Pereira de Mesquita (arcipreste)

### **Professores das Freguesias Rurais do Concelho**

Arnoso (Santa Maria) – Joaquim Alves Pinto  
Cabeçudos – Domingos da Rocha Pinheiro  
Carreira – Joaquim Carneiro da Silva Saldanha  
Cavalões – Luís Francisco da Silva Marques  
Delães – Lino Gonçalves Ferreira dos Santos  
Famalicão – Joaquim Carneiro de Azevedo Costa; Professora – D. Maria Carolina Correia Botelho  
Fradelos – Severino António Lobo do Vale  
Gondifelos – Joaquim Alves de Sousa  
Jesufrei – Manuel Joaquim da Costa Moreira Pinto  
Joane – Joaquim Vieira de Araújo Braga  
Landim – Arnaldo Augusto Ferreira Coelho  
Louro – Joaquim Correia de Araújo Rebelo  
Lousado – Bernardino António dos Santos  
Nine – Professora – D. Sofia Barbosa de Paiva batista  
Oliveira – Domingos Pereira Marques Viana  
Requião – Manuel Jaselino Dias da Costa  
Ribeirão – António Gonçalves da Cruz  
S. Cosme – Bento Joaquim de Lemos Leite  
Vermoim – Joaquim José Alves Pimenta

OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA







## 6.1 Os Democratas de Braga na luta contra o Estado Novo

Em primeiro lugar quero saudar vivamente a iniciativa de reunir em livro os testemunhos e as evocações de alguns dos que ao longo de três décadas se destacaram na luta contra o Estado Novo no distrito de Braga. São muitos esses depoimentos, porém longe de esgotar a infindável galeria dos que se opuseram, com os meios ao seu alcance e muito dolorosos sacrifícios, a um regime que oprimiu o País durante quase meio século. Estes que estão no livro são apenas a parte imediatamente visível desse vasto exército dos resistentes do distrito que, somando fracassos e êxitos, nunca deixou de contar com a inevitável vitória final.

Vejo nos que figuram com os seus testemunhos muitos dos meus antigos companheiros de luta, alguns felizmente ainda aqui presentes, outros que apenas a memória alcança. Todos esses a quem estou ligado, então como sempre, por sentimentos de fraterna afectividade, de inquebráveis cumplicidades na persistente luta comum e de profunda admiração no reconhecimento da sua grandeza humana.

Os registos das experiências individuais têm assumido nas últimas décadas um papel cada vez mais destacado na construção histórica, impedindo que não se apaguem, no decurso dos tempos, factos e personagens que marcaram mais ou menos profundamente as sociedades do passado. É um trabalho de reconstituição que permite juntar peças dispersas, como num *puzzle*, integrando-as numa visão de conjunto tendencialmente coerente que torna mais inteligível o passado.

Assim é com este livro agora apresentado, que ficará como um marco não só da história do distrito, mas igualmente, em geral, da história da resistência ao Estado Novo e das suas incidências nas fragilidades e contradições da ditadura.

Nessa década de 1950, em que se mostravam ainda mais evidentes essas fragilidades e contradições, eram cada vez mais perceptíveis as dificuldades do regime de enfrentar os novos desafios que se levantavam do exterior, bem como as novas dinâmicas políticas internas, tanto no campo da Oposição como no do próprio regime.

Chocavam-se movimentos de sinais contrários. Enquanto a derrota do nazi-fascismo fazia nascer impetuosas correntes no sentido da democratização das sociedades, por outro lado a guerra fria que se seguiu ao fim do conflito legitimava, em nome da ordem tradicional e da “defesa dos valores ocidentais”, a perseguição anticomunista que até certa altura foi o pretexto para os regimes autoritários, como Portugal e Espanha, desencadarem feroz perseguição aos democratas.

Estas novas condições iriam ter reflexos, também, na reorganização das forças políticas em Portugal e na definição dos seus objectivos. O que se passou então nas três décadas posteriores à II Guerra Mundial define-se, principalmente, como o acidentado percurso de uma ditadura cada vez mais isolada e debilitada, incapaz de erguer fortes valores de sustentação que superassem os *slogans* tradicionais apenas apoiados no ideário mais conservador da sociedade portuguesa. Era uma nova página que, lentamente, num caminho com acidentados escolhos e imensos sacrifícios, se ia abrindo para o declínio inexorável do regime.

Vejamos, então, num olhar abrangente, os principais traços do quadro em que então se inserem as lutas dos democratas portugueses. Neste processo, a meu ver, poderemos reconhecer cinco fases: das esperanças do pós-guerra à “guerra fria”; daí, ao I Congresso Republicano; deste a 1961; depois, a 1968; e, finalmente, ao 25 de Abril. Cada uma destas fases é dominada por diferentes estratégias e objectivos políticos, tanto devido ao jogo interno das forças em presença na sua relação com as dinâmicas sociais, como aos condicionalismos externos, em geral fortemente influentes. Ora para bem interpretar os factos expostos neste livro julgo ser indispensável entender como ao longo destas fases se foi modificando a composição política da oposição democrática, a evolução da influência relativa das suas componentes, as alterações nos seus objectivos e estratégias, as suas propostas programáticas a médio e longo prazo.

Sabe-se como as esperanças levantadas pelas condições externas do pós-guerra estimularam um novo impulso e um novo rumo da Oposição democrática que já nada tinha a ver com os antigos golpes militares isolados, com os actos *putschistas*, com as desesperadas aventuras reviralthistas que sempre deixaram o rasto da frustração e da impotência. O próprio *putsch* projectado para Agosto de 1945 foi desmobilizado. Os ventos democratizantes que então sopravam pela Europa acalentavam esperanças de ser possível combater no plano legal ou semilegal, abrindo novos espaços de intervenção política. Neste quadro foram criados o MUD e o MUD Juvenil, após a tentativa clandestina do MUNAF e depois, na sua senda, o MND (Movimento Nacional Democrático). Mas, pelo que pessoalmente verificámos, os democratas não alimentaram grandes ilusões sobre a vontade de o regime se reformar por iniciativa própria. E a feroz repressão que se seguiu (com demissões, prisões, perseguições) veio confirmar este pessimismo. A Oposição tinha assim o seu espaço de intervenção muito reduzido, limitado à pequena abertura concedida quando dos actos eleitorais ou em actos comemorativos singulares. Não dispunha de continuidade na acção nem, excepto nesses momentos, visibilidade pública. Assim, não havia condições para que se gerassem novos líderes na Oposição democrática, continuando a prevalecer as prestigiadas figuras vindas da I República com um ideário político já desajustado das novas realidades.

Entretanto, era já muito ampla e crescente a agitação popular que, além de Lisboa e do Porto, percorria o País em greves, protestos públicos, resistências de várias naturezas, nomeadamente

na Margem Sul do Tejo, no Ribatejo e no Alentejo. Mas estas movimentações, meio espontâneas, meio organizadas (em que o PCP tem papel muito importante), não se articulam com a esfera dos republicanos históricos que se apresentavam como tutelares da Oposição. Estes, como no passado, mantêm um distanciamento preconceituoso em relação às massas populares, receando a sua radicalização e a influência que através delas o PCP exerceria. Apostavam ainda em conspirações militares (embora não sendo estas uma mera repetição da tática *putschista* dos anos 30) ensaiadas entre 1946 e 1949, mas todas fracassadas. Nem o entusiástico e muito amplo apoio popular na campanha de Norton de Matos, que fez estremecer o regime, convenceu os velhos republicanos do valor da intervenção popular na luta contra o Estado Novo que tomava maiores dimensões nos períodos pré-eleitorais. Daqui nasce o confronto entre duas tácticas diferentes – a do intervencionismo e a do abstencionismo – que se manteria até ao 25 de Abril e a que os democratas de Braga não ficaram alheios, como se vê pelos testemunhos aqui publicados. Os dois campos oposicionistas desenvolvem, assim, actividade com diferentes orientações, que levantam dificuldade de relacionamento entre eles, dificuldade agravada com a “guerra fria” dos anos 50 e com os protestos sobre as invasões soviéticas nos países de Leste (Hungria e Checoslováquia). Resultavam daí tentativas de isolamento e discriminação dos comunistas e seus aliados.

Só a partir de 1956 começa a superar-se esta situação, mas para isso seria preciso que em cada um dos campos se tivessem operado transformações importantes, em grande parte por efeito de mudanças na conjuntura internacional. Do lado do PCP, é considerável a influência do XX Congresso do PCUS, em Fevereiro de 1956, onde Krushev defende a não inevitável hostilidade com os países do sistema capitalista, propondo a coexistência pacífica com o Ocidente. Era posta em causa, assim, a “guerra fria”, tirando trunfos a Salazar tanto para justificar externamente a sua política autoritária, como para dificultar internamente a aproximação entre as forças que se lhe opunham. Esta situação propicia que o PCP assumira uma linha política mais flexível, admitindo um trânsito pacífico para a democracia e uma colaboração mais aberta com as outras forças da Oposição. Por seu turno, no campo dos republicanos históricos e socialistas também foi notória a influência desta conjuntura, fazendo diminuir a ilusão sobre a influência democratizante em Portugal das potências aliadas ocidentais.

São estas novas realidades que permitirão a aprovação, em Dezembro de 1956, das bases para a formação das “Comissões Eleitorais da Oposição”, com vista às “eleições” para deputados do ano seguinte, e a constituição da “Comissão Promotora do Voto” com a participação dos diversos sectores democráticos; e, em 6 de Outubro de 1957, inserido nas comemorações da revolução republicana, o I Congresso Republicano em Aveiro, em que intervêm, com diagnósticos sobre a sociedade portuguesa, elementos de várias tendências da Oposição, entre os quais democratas de Braga. Foi secretário-geral desse Congresso Mário Sacramento, intelectual aveirense de grande prestígio nacional, membro do PCP. Tanto o Congresso como a preparação das “eleições”

de deputados de 4 de Novembro de 1957 mostram, assim, considerável grau de cooperação entre as forças oposicionistas, muito diferente, pois, do que ocorrera nas de 1949 e 1953.

Era um ciclo novo que se abria no capítulo da unidade democrática. Assim, apesar de divergências evidentes, a Oposição viria a cooperar no ano seguinte em torno de um único candidato nas eleições presidenciais, o general Humberto Delgado, após duras negociações que culminaram com o chamado “acordo de Almada”, que tive ocasião de acompanhar. A influência largamente predominante era ainda, porém, dos oposicionistas tradicionais que se traduziu na famosa “Mensagem dos 97” onde se defendia não haver condições políticas para a concorrência às urnas.

Foi então, porém, que muito claramente se viu não estar a oposição tradicional em condições de liderar a imensa e aguerrida movimentação popular que, em crescendo, não deixava dúvidas sobre a sua vontade de enfrentar o regime frontalmente e sem ambiguidades, com um objectivo de rompimento total com a Situação. Estavam, pois, criadas condições para que uma nova geração de democratas fosse, gradualmente, substituindo a antiga, formando núcleos em vários pontos do País, processo em que Braga teve destacado papel.

O primeiro sinal dessa ruptura deu-se na preparação, em que participei directamente, da campanha para as eleições legislativas de 1961. Vencendo a resistência dos republicanos históricos, foi possível desenvolver uma campanha muito viva e participada, que permitiu mais amplo esclarecimento e mobilização e onde, pela primeira vez, é apresentada publicamente a questão colonial. Apesar das enormes limitações impostas pelo Governo, a agitação política ocorreu com alguma intensidade. Razão tínhamos em procurar vencer a resistência republicana e socialista e desencadear a campanha eleitoral. Pois havia a consciência de que a animosidade pública contra o regime era já tão forte que permitiria sustentar a tensão da luta mesmo além da campanha eleitoral. Não seriam apenas manifestações mais ou menos amplas durante a pequena abertura política das “eleições”, mas o arranque para uma dinâmica oposicionista qualitativamente diferente. Assim foi. Neste sentido, pode dizer-se que 1961 foi um marco na luta contra o Estado Novo. Com efeito, a agitação política eleitoral desencadeou depois manifestações públicas de protesto em vários pontos do País, como Coimbra, Covilhã, Couço, Alpiarça, Grândola. Atingiram particular dimensão e combatividade as de Almada, em 11 e 14 de Novembro, com muitos milhares de pessoas enfrentando durante várias horas as forças repressivas, que dispararam rajadas de metralhadora contra a multidão, causando um morto e muitos feridos graves.

Seguiu-se feroz vaga repressiva com o assassinato do escultor José Dias Coelho, dirigente clandestino do PCP, a prisão de dezenas de dirigentes políticos, o esmagamento da revolta do quartel de Beja. Porém, ao contrário do que tantas vezes acontecera no passado, a repressão não





causou o refluxo dos protestos: logo em 31 de Janeiro seguinte (1962) muitos milhares de pessoas, gritando por liberdade e paz em Angola ocuparam a Baixa do Porto, resistindo várias horas às cargas policiais; em 1 de Maio seguinte rebentou o maior e mais combativo movimento de protesto a que Lisboa assistira desde o fim da guerra, superior mesmo ao de 1958 quando da chegada de Humberto Delgado vindo do Porto; durante várias horas, na Baixa de Lisboa, os manifestantes enfrentaram as forças repressivas que lhes causaram dois mortos e dezenas de feridos; levantamentos populares eclodiram em outros pontos do País, nomeadamente no Porto, Almada, Barreiro; ao mesmo tempo, recrudescem, com grande agressividade, as greves e protestos de assalariados industriais e agrícolas; declarava-se também a grande crise académica em Março-Maio de 1962 que, embora desenvolvendo-se com autonomia, não deixava de ser influenciada pelo ambiente geral revoltoso e que teria grande importância no futuro não apenas pelos incentivos que irá provocar em futuras lutas estudantis, mas igualmente pela formação de quadros políticos que nos anos seguintes se irão afirmar.

Era, no conjunto, um quadro tão impressionante que para muitos dava a ilusão de se estar a viver um período pré-insurreccional, exigindo formas superiores de luta. Esta situação, potenciada pelo diferendo entre a China e a URSS, levou a cisões graves na esquerda e a novas reflexões sobre as tácticas da Oposição.

Vive-se, então, uma situação singular: ao quadro particularmente denso de agitação social e de protestos públicos corresponde uma fase de refluxo no plano da intervenção estritamente política. Tal atinge, mais visivelmente, os republicanos e socialistas que nesse plano sempre tinham tido o seu campo privilegiado ou exclusivo de actuação. São notórios, então, os sinais de desagregação desses grupos, oscilantes entre compromissos com os dissidentes do regime e as esperanças de que dentro deste se gerassem as forças que o aniquilassem. Ao mesmo tempo, não se envolvendo directamente nas acções políticas e sociais que se desenvolviam no País, perdem influência as personalidades republicanas que até se haviam apresentado como tutelares da Oposição. As novas dinâmicas da luta contra o regime passavam-lhes cada vez mais à margem, não exerciam efeito atractivo sobre as camadas jovens (estudantis e militares) que irrompiam crescentemente na luta contra o regime, dando origem a uma multiplicidade de pequenos agrupamentos, em geral algo desorientados, mas muito combativos. Data de então a crescente individualização da corrente socialista, sendo a partir daí cada vez menos apropriado falar-se de “oposição republicana e socialista”, embora nas “eleições” de 1965 ainda tomem posições comuns e trabalhem em conjunto sob o comando do Directório Democrato-Social. Esta crescente descolagem dos socialistas levou-os a fundar em Genebra, em 1964, a Acção Socialista Portuguesa (ASP) que em Maio de 1973 daria origem ao Partido Socialista Português.

Esse ponto de viragem na luta contra o Estado Novo que foi o ano de 1961 tem profundas implicações na unidade das forças democráticas. A perda de influência dos republicanos



históricos, a descolagem da corrente socialista, o reconhecido importante papel do PCP na contestação social deslocam os centros de gravidade política. Há uma torrente oposicionista cada vez mais vasta e aguerrida que não quer ser espartilhada nos moldes da oposição tradicional e que pelas suas ideias e tipo de intervenção renova muito do que até aí se pensara e fizera. O que se vai passar no campo da Oposição ao longo dos anos 60, e especialmente na segunda metade só poderá ser compreendido se tivermos em conta esta profunda alteração que marca o princípio da década e teria um marco fundamental em 1969.

Neste ano, a preparação das “eleições” legislativas com a Comissão Promotora de Voto desde logo mostrara a profunda alteração na composição da unidade democrática. Nessa Comissão estava já quase ausente a Acção Democrato-Social e na acção, além do protagonismo de novos elementos das áreas comunista e socialista, presentes muitos jovens ainda estudantes ou saídos das crises académicas desde 1962, com presença relevante dos católicos. A iniciativa política deixara definitivamente, pois, de pertencer à área republicana tradicional. E foi já em posição apagada ou meramente honorífica que esteve presente na primeira grande iniciativa pública da oposição pós-Salazar que foi o II Congresso Republicano (Aveiro, 15-17 de Maio de 1969). O mesmo na reunião plenária de S. Pedro de Muel (15 de Junho) que lançaria linhas inovadoras tanto do ponto de vista organizativo como programático, contidas na denominada Plataforma de Acção Comum da Oposição Democrática.

A organização, funcionamento e direcção unitárias que passaram a ser adoptadas em geral pelas forças oposicionistas concretizavam a ruptura com os modelos tradicionais. Consagrava-se o princípio da liberdade de decisão das comissões distritais, de que saíam uma comissão coordenadora e frequentes encontros de coordenação nacional, abolindo-se assim a habitual direcção nacional fixa e permanente e estimulando-se um processo de baixo para cima com envolvimento do maior número possível de democratas. Foi a aplicação deste princípio que permitiu uma tão ampla mobilização em todo o País em torno das listas oposicionistas às “eleições” de 1969, nomeadamente das listas da CDE, que concorreram em todos os distritos.

Foi também esta nova orientação que impulsionou a unidade oposicionista na constituição, em princípios de 1973, da Comissão Democrática de Recenseamento integrada por centenas de democratas de diversas tendências e de todos os distritos. E foi também no mesmo sentido que se começou a trabalhar desde os primeiros meses desse ano no III Congresso da Oposição Democrática (Aveiro, 4-8 Abril de 1973). Com tal objectivo dominante, seria esse Congresso concebido de forma diferente dos anteriores. Não se reduziria a uma mera apresentação de teses pontuais ou sectoriais, tendo sido preocupação central construir uma proposta unitária da Oposição para uma alternativa de regime. Daí, o destaque das reflexões sobre o Estado e, sobretudo, pela primeira vez se terem extraído “Conclusões”, que foram o mais importante resultado da reunião. Eram lançadas, assim, as bases políticas para uma sólida unidade das forças

oposicionistas nas seguintes eleições legislativas de Outubro e também dado um importante contributo para a coesão e o ideário dos jovens militares que farão o 25 de Abril. De sublinhar que nestes congressos de Aveiro tiveram os democratas de Braga papel preponderante tanto na sua organização como na apresentação de comunicações que tiveram sempre muito impacto.

Destas reflexões ressalta, antes de tudo, não uma visão linear e maniqueísta, reduzida ao antagonismo entre dois campos, mas quanto foram diversos os caminhos da unidade democrática contra o Estado Novo e complexos os processos de rejeição e entrosamento entre as linhas do Poder e da Oposição.

Estes, a meu ver, alguns dos principais traços do quadro evolutivo da Oposição democrática nos últimos 30 anos do Estado Novo, em que se insere, com muito destaque, a intervenção marcante, pela sua persistência e singularidade, dos que ficaram conhecidos como “Os democratas de Braga”.

Este livro em boa hora publicado por iniciativa do Conselho Cultural da Universidade do Minho, assinalando o 40º aniversário do 25 de Abril, teve a organização a cargo de José Viriato Capela, Henrique Barreto Nunes e Artur Sá da Costa, que assim trouxeram a lume testemunhos e evocações que, de outro modo, estariam em risco de se perder no silêncio da história. Além de que tem o grande mérito de justamente enaltecer a acção desses democratas de Braga que, sob muitos aspectos, constitui um caso exemplar da luta democrática no nosso país. As palavras são insuficientes para dar o justo valor a essa acção como contributo para erguer a democracia em Portugal.

Pelo que atrás ficou dito, compreende-se os condicionalismos que permitiram o aparecimento de uma nova geração de oposicionistas, trazendo novas ideias, novos métodos, novas estratégias que irromperam, sobretudo, desde a década de 1950.

No conjunto da Oposição, os “Democratas de Braga”, assim denominados desde 1966, logo se destacaram pelas suas propostas e iniciativas singulares e irreverentes, com autonomia programática, seguindo o seu percurso próprio não alinhado necessariamente com opções estabelecidas, e assim sendo até ao 25 de Abril.

Uma das grandes polémicas em que muito cedo se envolveram, a exemplo do que ocorreu em outros distritos, referiu-se à questão do intervencionismo versus abstencionismo, isto é entre os que pretendiam disputar as eleições, aproveitando quanto possível as condições mais favoráveis para esclarecimento e mobilização amplos da população, culminando nas urnas como forma de maior motivação, e os que defendiam a abstenção para não colaborar na “farsa eleitoral”. Como se depreende do que atrás foi dito, a história mostraria a razão dos primeiros, o que ficou

claramente demonstrado, nomeadamente, com a campanha de Humberto Delgado.

Em relação a esta questão, como a outras da mesma natureza, alguns testemunhos dão informações esclarecedoras sobre as razões e os fundamentos das convergências das forças democráticas, mesmo quando não coincidentes as suas visões tácticas, e não escamoteando também os motivos de alguns fracassos na construção dessa unidade, que até desembocaram em divisões e polémicas que chegaram a traduzir-se na apresentação de listas eleitorais opostas. Mas, igualmente, os testemunhos dão-nos a confirmação de que esses dissídios não afectaram a radical unidade no fundamental desígnio comum do derrubamento do Estado Novo. Vê-se, mesmo, que essa unidade se fortalecia à medida que eram mais visíveis os sinais de fragmentação do regime e da sua queda próxima. Tal se tornou mais evidente na preparação e participação no Congresso de Aveiro em 1973, com a aprovação unânime de uma Declaração Política final apoiada por toda a Oposição Democrática, que, como dissemos, foi a base firme para a apresentação de listas unitárias nas “eleições” de 1973.

Mas a intervenção não se reduzia ao campo político. Tendo a compreensão de como o esclarecimento dos cidadãos constituía arma fundamental para combater o obscurantismo da ditadura, os “Democratas de Braga” desenvolveram intensa e muito diversificada actividade cultural com a edição de textos, com as livrarias que não se limitavam à venda de livros mas eram verdadeiros polos de difusão da cultura e de debate político, com a actividade sindical, com a criação de cooperativas, cineclubes e outras associações que tentavam resistir apesar da feroz repressão da PIDE, bem como com o aproveitamento comemorativo de datas simbólicas da resistência republicana e democrática.

Apesar dos fortes obstáculos e inevitáveis limitações e fracassos nessa longa caminhada, um dos aspectos mais significativos da acção destes homens, bem documentado no livro, é a continuidade, a persistência assentes na sublimação do ideal que mostra como é inquebrantável a força das ideias quando sustentadas por aspirações de justiça e de liberdade. Eram conhecidas em todos os meios democráticos nacionais as célebres cartas abertas e exposições públicas protestativas e acusatórias dirigidas aos mais altos dignitários da Nação, incluindo Salazar, que diziam desassombadamente aquilo que todos pensavam mas que era falado em surdina, sempre assinadas por “Os Democratas de Braga” e que por isso assim se tornaram conhecidos.

Um dos segredos desta continuidade terá estado também na coesão e fraterna relação entre os que constituíam o que poderíamos chamar o “núcleo duro” da organização, integrado por figuras de tão grande dimensão intelectual e humana como Lino Lima, Victor de Sá, Santos Simões, Eduardo Ribeiro, Humberto Soeiro. A estes se juntaram outros de vários concelhos do distrito e também do Porto em tão grande número que constituíram uma organização semilegal com múltiplas extensões e funcionamento regular que não se reduzia a reflexão e debate interno,

mas era principalmente virada para a intervenção pública, forçando a existência legal. Começou por praticar o princípio da liberdade de decisão das comissões distritais, como depois viria a ser consagrado na Plataforma de S. Pedro de Moel, permitindo a descentralização organizativa e a correspondente autonomia política, que assim não se reduzia ao ditame dos próceres partidários nacionais.

Nestas palavras impressas que hoje parecem frias na distância dos tempos, encontramos os pensamentos e as mensagens, a palpitação das ideias e dos sentimentos, a força do ideal desses homens e mulheres. Mas não encontramos todo o lado oculto dos sofrimentos individuais, das intraduzíveis coragens e dores, desde as grandes acções aos actos simples, à anónima resistência no quotidiano. As vítimas e os resistentes não foram só as figuras que ficaram aqui assinalados. Por estas páginas perpassam também anónimos e humildes, operários, mestres artesãos, sapateiros, tipógrafos, pequenos comerciantes, cesteiros, gentes que sofreram em silêncio ou se levantaram em gritos colectivos de protesto, os que foram espezinhados e humilhados, os sofrimentos das famílias perseguidas a quem lhes cortaram o sustento com os despedimentos e as prisões dos familiares, todo um mundo de vivências amargas e sofridas que as palavras não conseguem alcançar.

São muitos os Testemunhos, trazendo variadas contribuições, todas elas com valor específico próprio para erguer esse grande monumento à história da resistência antifascista em Portugal. Entre esses testemunhos, não querendo cometer a injustiça de particularizar alguns em detrimento de outros, refiram-se os de José Sampaio, que foi o primeiro governador civil de Braga após o 25 de Abril, o de José Manuel Barbosa, que à causa do cooperativismo dedicou toda a sua vida, o de Manuel Martins Costa, o de Salvador Coutinho, o de António Sousa Fernandes, o de Manuel Gouveia Ferreira, o de José Afonso Lestra Gonçalves, o de Mário Vale Lima, o de Joaquim Loureiro, o de Victor Louro, o de Margarida Malvar, o de José Manuel Mendes, o de Raul Peixoto, o de Jorge Quinta, o de Maria Teresa Ramos Roriz Pereira Sequeira Rodrigues, o de Parcídio Sumavielle e o de Macedo Varela. Nas Memórias Recuperadas, com contributos muito valiosos, assinalamos as de José Augusto, Armando Bacelar, António Pinheiro Braga, Guilherme Branco, Manuel Cunha, Francisco Tinoco de Faria, Lino Lima, Eduardo Ribeiro, Victor de Sá, Joaquim Santos Simões e Humberto Soeiro. Com muito interesse são também os textos integrados na categoria das Evocações, da autoria de Artur Coimbra, José Marques Fernandes, João Carvalho, José Luís Machado, Tito Peixoto e Fernanda Ribeiro. De salientar ainda a colecção de Documentos que permite trazer à tona factos e informações de grande valor histórico, bem como a muito útil bibliografia sobre a Oposição ao Estado Novo no Distrito de Braga exumada por Henrique Barreto Nunes. De muito valor regista-se também o contributo iconográfico, resultante de aturadas pesquisas, que dá uma maior visibilidade aos acontecimentos narrados.

Os textos de apresentação do livro são igualmente de muito mérito para a orientação da leitura, como a Nota Introdutória de Eduarda Keating, Presidente do Conselho Cultural da Universidade do Minho e o Prefácio de José Viriato Capela, Henrique Barreto Nunes e Artur Sá da Costa. Este último assina também, a abrir, um lúcido texto de enquadramento global intitulado “Os ‘democratas de Braga’ e as Oposições à Ditadura no distrito de Braga” que nos permite entender melhor os condicionalismos políticos e o valor global da contribuição dos democratas do distrito para o derrubamento do Estado Novo.

Finalmente, releve-se, assim, o valor deste livro como contributo para o conhecimento da história do movimento oposicionista a partir de um dos distritos mais activos no combate contra a ditadura. Luta contínua, sem desfalecimentos, sem perder a esperança, sem temor da repressão, numa continuidade sem quebras. A organização dos democratas de Braga foi exemplar na capacidade de, para além das diferenças pessoais e ideológicas, convergirem no objectivo central da luta contra o Estado Novo com pensamentos e tácticas originais. Assim, podemos dizer que, mesmo quando não seguidas por outros centros da Oposição, as suas linhas influenciaram toda a luta antifascista em Portugal e, em não poucos momentos, alentaram a Resistência em fases de menor ânimo. Por isso, sublinhando o que Artur Sá da Costa diz no final do seu texto introdutório, podemos considerar que “os democratas de Braga” “são hoje uma legenda viva, uma referência nos anais da história das lutas políticas contra o Estado Novo”.

### **Nota**

Texto lido na sessão de apresentação do livro “Os Democratas de Braga”, realizada no Museu Bernardino Machado (V. N. Famalicão) no dia 7 Fev. 2015.

6.2



Rua Adriano Pinto Basto - edifício de gaveto

## 6.2 Guerra Colonial, uma história por contar! Suportes em papel nas várias formas de comunicar.

**“ É a guerra aquele monstro que se sustenta das fazendas, do sangue, das vidas, e quanto mais come e consome, tanto menos se farta.**

**É a guerra aquela tempestade terrestre, que leva os campos, as casas, as vilas, os castelos, as cidades, e talvez em um momento de sorte, os reinos e monarquias inteiras.**

**É a guerra aquela calamidade composta de todas as calamidades, em que não haja mal algum que, ou se não padeça ou se não tema, nem bem que seja próprio ou seguro. O pai não tem seguro o filho, o rico não tem segura a sua fazenda, o pobre não tem seguro o seu suor, o nobre não tem segura a sua honra, o eclesiástico não tem segura a sua imunidade, o religioso não tem segura a sua cela, e até Deus nos templos e nos sacrários não está seguro.”** Padre António Vieira, sermão pregado em Lisboa, em 1886, no aniversário da Rainha D<sup>a</sup> Maria Francisca da Sabóia.

### 6.2.1 Introdução

Tal como qualquer guerra, os 13 anos da guerra colonial portuguesa marcaram o país e é um contexto de estudo fundamental da nossa história contemporânea.

A história só com o tempo, e “só com o tempo” será feita pois o acesso às fontes oficiais são difíceis e por outro lado muitos dos protagonistas ainda estão vivos. Podemos fazer abordagens parcelares sobre esta época ainda recente e podemos, de igual modo, fazer um trabalho de recolha e preservação de fontes oficiais em posse de particulares (que podemos perder irremediavelmente) e que consideramos de capital importância para este estudo.

No entanto, não podemos ignorar os aspectos visíveis desta guerra que se manifestam no “dia a dia” de milhares de cidadãos que vivem e convivem “paredes -meias” com familiares e amigos vivendo em condições difíceis ou dramáticas nas várias localidades deste país. Refiro-me às consequências desta guerra que ainda não estão verdadeiramente estudadas. Podemos afirmar que o nosso envolvimento neste conflito armado teve e tem implicações políticas, económicas e sociais bem expressas nos seguintes aspectos:

- . Envolvimento directo e indirecto de cerca de um milhão de militares (a grande maioria entre os 19 e 21 anos);
- . cerca de 10 mil mortos;
- . um número indeterminado de desaparecidos e feridos;
- . cerca de 20 mil deficientes (deficientes motores, cegos, queimados);
- . milhares de combatentes que sofrem de “stress de guerra”;
- . outros casos como são as doenças que surgem de forma prematura resultantes da passagem pela guerra e, apontando a título de exemplo, a diabetes, as doenças das coronárias, as doenças do foro digestivo e a hipertensão;
- . muitas famílias que ainda hoje choram os feridos, os deficientes, os mortos e os





desaparecidos ou então “carregam o fardo” de um familiar vítima desta guerra.

Uma nova abordagem surge como resultado da abundância de documentos escritos surgidos neste período (marcado pela ausência das novas tecnologias) cujo suporte principal era o papel. Assim, temos a correspondência, as revistas e os jornais, as fotografias, os telegramas, os comunicados internos, os relatórios, os diários pessoais e de companhia, as mensagens confidenciais e secretas, os registos de acção psicológica e social, os registos hospitalares, os diplomas, os textos das condecorações e muita mais informação que circulou durante este período de guerra.

A sua divulgação e o impacto do seu conteúdo devem ser estudados e apresentados como fontes importantíssimas desta época.

Com este trabalho pretende-se mostrar os referidos suportes bem como exemplificar as potencialidades do seu estudo.

O Baú da guerra, a velha maleta das memórias e recordações dos nossos combatentes continua abrir-se aqui e ali, originando esta “história por contar” que deixa de ser aos poucos e poucos “tabu” e começa a ser encarada como uma vertente a estudar e a divulgar.

### **6.2.2** O itinerário do combatente português na guerra colonial

Através da aplicação da metodologia da história oral e histórias de vida, e com o recurso ao manancial das fontes em posse de privados nomeadamente dos combatentes que participaram na guerra colonial entre 1961 e 1974, nas três frentes da guerra em Angola, Guiné e Moçambique, organizamos todo o material contido naquilo a que chamamos «o baú da guerra». Este nosso trabalho insere-se geograficamente em várias freguesias rurais e urbanas dos concelhos de Barcelos, Braga e Vila Nova de Famalicão que, tal como todo o Minho, tiveram um elevado número e uma forte participação nesta guerra.

Com todo o espólio, e de acordo com a natureza e significado de cada documento, estabelecemos o «itinerário do combatente português na guerra colonial», salientando cada passagem, com documentos escritos ou não escritos, que caracterizam todo o trajecto da ida, o durante, a vinda, o fim e as conseqüências da guerra colonial. Assim, este peregrinar organiza-se a partir do embarque, o dia a dia, as operações militares, o relacionamentos com as populações e com o ambiente africano, o apoio social e a acção psicológica, a religiosidade (manifestações e crenças religiosas), os horrores da guerra, os ferimentos de guerra, a morte, a correspondência, o fim do Império e as conseqüências da guerra.

Julgamos que esta metodologia do itinerário do combatente será útil, mais tarde, para

compreendermos algumas manifestações e formas literárias que iremos analisar.

Será importante percebermos, de forma sucinta, o contexto da época e entendermos o que era Portugal continental, insular e ultramarino para a maioria dos jovens minhotos, futuros combatentes, essencialmente rurais, de baixa escolaridade, sujeitos a saberes enciclopédicos impostos por professores que seguiam à risca o «livro» como a principal cartilha da cultura das populações que permanecia na mente destes jovens transmitindo-lhes uma ideia de nacionalidade que se estendia para além da metrópole. No livro da 4ª Classe transmitia-se, em leitura atenta e cuidada o seguinte:

**« Portugal é a nossa pátria, o país onde nascemos, vivemos e trabalhamos. Não é um país pequeno, pois, além do território continental com 89 mil quilómetros quadrados de superfície, possui ainda espalhados pelo mundo outros territórios com uma superfície de mais de dois milhões de quilómetros quadrados. Mas Portugal é grande pela vastidão dos seus, ele é ainda maior pelas virtudes do seu povo e pelo esplendor da sua história. Guerreiros como Nun'Álvares, navegadores como Vasco da Gama, poetas como Camões, santos como Santo António e exploradores como Serpa Pinto, tornaram grande, respeitado e glorioso o nome de Portugal.**

**Portugal continental é um formoso e fértil território com paisagens variadas, clima ameno, rios de águas mansas, serras alterosas e arborizadas, vastas campinas, pinhais extensos, ricos vinhedos, soutos e olivais. Portugal Insular é o conjunto de dois arquipélagos: Madeira e Açores. São como que pedaços de terra que se destacassem do continente e fossem umas centenas de quilómetros pelo mar fora até pararem no meio do oceano. A sua situação geográfica facilita as viagens aéreas e marítimas entre a Europa, a América e a África.**

**Portugal Ultramarino é formado pelos territórios de cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Estados da Índia, Macau e Timor, todos eles de largo futuro, variados climas favoráveis ao cultivo de abundantes géneros coloniais e presos à Mãe-Pátria por laços de séculos. Tais laços são tão fortes que Portugal Continental, Insular e Ultramarino constitui uma só nação, grande e bem unida, povoada por mais de vinte milhões de portugueses.**

**Mas para ser bom português não basta nascer e trabalhar em terras portuguesas; é preciso amar a nossa gloriosa Pátria, conhecer a sua história e as suas riquezas, respeitar os seus Chefes e concorrer por todos os modos para a sua grandeza e para o seu prestígio.»** Texto do "Livro de Leitura" para a 4ª classe de 1961.

As principais ideias contidas neste texto: Portugal Pátria, imensa e repartida por vários continentes (ausência de fronteiras), Portugal Continental, Insular e Ultramarino, um só povo e uma só língua, terras amenas e férteis no seu conjunto, povo de heróis e de grandiosa história, que deveriam admirar, conhecer e respeitar (obedecer ao chefe) era a ideia formada que cada jovem tinha do seu território natal que o levava a sair do seu Minho rural, de baixa escolaridade, muito religioso mas, profundamente generoso, a disponibilizar-se sem reservas, a defender a pátria e a avançar para a guerra.

O contexto internacional estava em permanente mutação no que diz respeito à autodeterminação dos povos colonizados e finda a 2ª Guerra Mundial, por influência dos Estados Unidos e da URSS, foi aprovada A *carta das Nações Unidas* (1945) e da *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948) vai contribuir para criar o quadro político e legislativo internacional que porá fim ao colonialismo tradicional<sup>2</sup>. Inicia-se um período de descolonização, com os EUA a conceder a independência às Filipinas em 1946. A Grã-Bretanha, nesta linha política, liberta a Índia, e o Paquistão em 1947, e o Sri Lanka e a Birmânia, em 1948. A Indonésia torna-se independente da Holanda em 1949. Verificamos que este movimento de emancipação colonial iniciou-se nas colónias asiáticas como resultado natural do seu maior grau de civilização em relação aos domínios europeus na África subsariana.

Portugal possuía, nesta época, um vasto território colonial, e perante este novo cenário internacional, o governo português decidiu ignorar a evolução dos acontecimentos e continuou a sua política colonial. A 27 de Fevereiro de 1950, o embaixador da união indiana em Lisboa, formaliza a reivindicação os territórios de Goa, Damão e Diu. Foi este acontecimento o primeiro movimento de desagregação do império colonial português. A política ultramarina portuguesa regia-se, desde 1930, pelas disposições do Acto colonial, sendo designados os territórios de além-mar por colónias. Esta designação era embaraçosa, e em 1951 há uma revisão constitucional, revogando o Acto Colonial, integrando as suas disposições na Constituições e os territórios sob domínio português passaram a designar-se por Províncias Ultramarinas. Portugal mantém a reserva de cidadania plena para os brancos e autóctones assimilados, que eram aqueles que tinham atingido um grau civilizacional semelhante aos europeus que no caso de Angola, Moçambique e Guiné eram um número pouco significativo em relação à população total de cada colónia.

Entretanto surge um contexto de ruptura política e diplomática entre Portugal e a União Indiana devido à recusa portuguesa de aceitar as pretensões indianas.

Em 1955, os novos países asiáticos e do Norte de África independentes reúnem-se em Bandung na Indonésia, onde acordam o seu apoio ao processo de descolonização dos povos africanos mais atrasados.

Enquanto da parte da Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda, Itália e Espanha, preparam a independência das suas colónias através da transferência dos poderes para os autóctones, o governo português mantém a sua política e informa a ONU (1956) de que não possui sob a sua administração quaisquer territórios não autóctones, conforme descritos no artigo 73º da carta das Nações Unidas. De acordo com a posição portuguesa, os territórios já eram independentes com a independência de Portugal, do qual eram parcelas inalienáveis. Com esta posição, que se manteve por dezoito anos, ficou isolado politicamente e ficou criado um contexto para a eclosão

---

[2] Martelo, David Manuel de Matos, Antecedentes da Guerra Colonial, in Testemunhos de Guerra – Angola, Guiné e Moçambique, 1961 a 1974, 2000, Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, Porto, pág. 57 a 60.

de conflitos armados, levados a cabo pelos movimentos nacionalistas contra Portugal com o apoio de países africanos independentes e vizinhos, URSS, países não alinhados e EUA.

---

[3] Antunes, José Freire, A guerra de África, 1961-1974, Circulo de Leitores, 1995, 1995, Vol.I, pp11 à 73.

[4] Morais, António Ribeiro, Diário da comissão Militar no Norte de Angola, 1967-1970.

No final dos anos 60, na Assembleia-Geral da ONU, são aprovadas moções que contrariam as pretensões portuguesas e declara que ao contrariar a autodeterminação das suas colónias constitui uma ameaça ao bem-estar e à paz internacional. Portugal perde o apoio dos principais aliados. Em fins de Janeiro de 1961, dá-se o incidente da Baixa de Cassange e no mesmo ano, uma série de acontecimentos dão origem ao conflito armado em Angola. Em 1963 o PAIGC assalta o quartel de Tite e inicia-se a guerra na Guiné. Em 25 de Novembro de 1964 inicia-se a luta armada em Moçambique. A Frelimo ataca o quartel de Mueda e proclama a insurreição geral contra a autoridade portuguesa<sup>3</sup>. Inicia-se a guerra colonial contra tudo e contra todos, que se prolongaria por 13 anos que marcará uma geração para sempre, que partiu prontamente ao som dos apelos da nação:

**« Para Angola, rapidamente e em força (...)**

**Sejam quais forem as dificuldades que se nos deparem no nosso caminho e os sacrifícios que se nos imponham para vencê-las não vejo outra atitude que não seja a decisão de continuar (...)**

**Não temos só o dever de merecer os mortos, temos também o dever de ser orgulhosos dos vivos (...)**

Nogueira, Franco, História de Portugal 1933:974, Livraria Civilização, Porto, 1981, II Suplemento, pp.121,125, 315.

**«Não há possessões portuguesas, mas sim pedaços de Portugal disseminados pelo mundo (...)**

**O povo português é mais dado ao amor do que à guerra. Porém, se faz a guerra é também por amor ... à**

**Pátria. »** Ribeiro, Jorge, Marcas da Guerra Colonial, Campo de Letras, Lisboa, 1999, pp. 13 e 97.

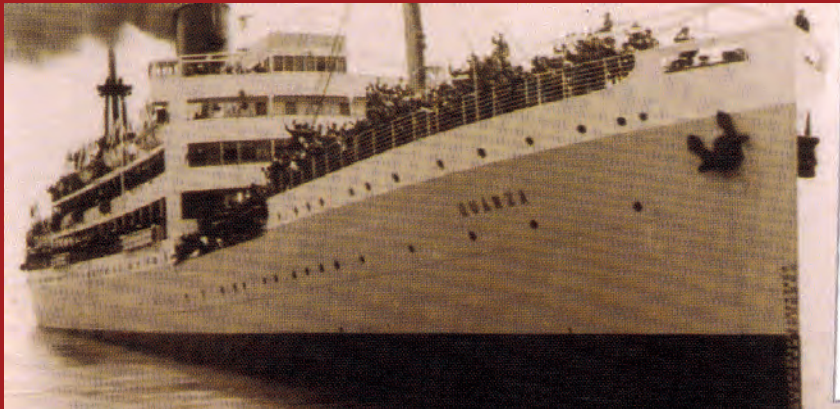
Na hora da partida, levava-se a informação, transmitida nos bancos da escola, num misto de obrigação e de imaginário (pois nada lhes chegava em termos de outras informações e imaginava).

Partia-se para defender a pátria que estava a ser desrespeitada com uma ausência cultural e política. O sofrimento começou na partida.

Utilizamos diários pessoais e fotografias para descrever os momentos do itinerário do combatente que irão, antes de mais, pôr à prova a resistência psicológica e afectiva de todos os participantes.

## **O embarque**

Após alguns meses de instrução militar e a (má) preparação para a guerra chegava finalmente a mobilização e a «guia de marcha» para a comissão de serviço no Ultramar. Desde o quartel a que pertencia cada soldado fazia-se a viagem em comboio ou autocarro da carris até ao cais de Alcântara. O ambiente era de grande confusão pois havia ordens de todos os lados<sup>4</sup>.



Soava, finalmente o toque de avançar, num lúgubre e estridente som de corneta. Trocaram-se os últimos abraços. Os semblantes tornaram-se mais pálidos; gritos mal sufocados, de esposas ou mães, feridas de coração cortavam os ares e algumas dores mais profundas traduziram-se em passageiros desmaios. Havia mãos que se entrelaçavam numa tal ternura como se não pudessem mais despegar-se.

Todos em “bicha de pirilau”, num passo vago e incerto, como se caminhássemos sonâmbulos à beira de um precipício, íamos, pouco a pouco, formando nos lugares que nos estavam destinados, enquanto se ouvia uma gritaria ensurdecadora de gente acocorada, de pé ou em cima de viaturas...

As máquinas, nas entranhas do barco arfavam e trepidavam (...) insensivelmente, principiava a mover-se (...) as manifestações em terra redobraram, os lenços ondulavam e freMIAM, como se quisessem voar, as lágrimas assomaram a muitos olhos, até ali enxutos, muitos soldados na amurada, quebrados pela dor, escondiam a cara nas palmas das mãos, outros, mais corajosos, diziam adeus, e os restantes, a maioria, choravam, simplesmente.» Texto retirado de um diário pessoal de um capelão militar.

O primeiro momento que causava sentimentos não previstos era o da despedida /embarque. Todos os combatentes têm bem presente estes momentos na sua memória. A despedida dos familiares mais chegados, da mulher e dos filhos ou da noiva e da namorada eram momentos dramáticos que nem a presença do Movimento Nacional feminino na distribuição de insignificantes lembranças alterava aquele acto colectivo, com muitas pessoas no cais de Alcântara, muitos lenços brancos a acenar. O ambiente da partida do navio, com centenas de soldados a despedir-se da família e da terra pátria, era a primeira situação em que tomavam consciência para uma experiência nova e não prevista, para a ausência, para o afastamento, para a saudade, para a dúvida do retorno da guerra. Normalmente, havia muitos soldados no local onde, igualmente, se encontravam os familiares e amigos. Via-se nestes aflição pois nem todos conseguiam o último adeus dos militares e instalava-se nos parentes a dúvida sobre a coragem desse instante.

Neste momento, a maior parte dos milicianos e soldados não imaginavam o que era nem em que consistiam as exigências da guerrilha que iriam enfrentar na colónia que lhe tinha sido destinada através da mobilização militar. Normalmente, havia muitos soldados no local onde, igualmente, se encontravam os familiares e amigos. Via-se nestes aflição pois nem todos conseguiam o último adeus dos e instalava-se nos parentes a dúvida sobre a coragem desse instante.

A viagem causava várias sensações e emoções e revestia-se de momentos que preparavam os jovens para os últimos pormenores da guerra. Normalmente, havia muitos soldados no local onde, igualmente, se encontravam os familiares e amigos. Via-se nestes aflição pois nem todos conseguiam o último adeus dos militares e instalava-se nos parentes a dúvida sobre a coragem desse instante.

O barco largava e era tradicional subir ao tombadilho para ver pela última vez terra e admirar Lisboa.

Entre muito dormir e as refeições, escreviam-se as primeiras missivas para a aldeia. As condições de alojamento não eram famosas em contraste com a camaradagem que se fomentava resultando em constantes brincadeiras. Os divertimentos e passatempos eram muitos com destaque para as sessões de cinema.

Funcionava no barco um mercado/comércio de material que iria ser útil especialmente a sargentos e oficiais no período de comissão. Há, no entanto, referências a muitos soldados que recorriam a este mercado para adquirir material fotográfico e de som.

**« À tarde comprei a máquina fotográfica Yashica Lynk 5000 por 2.500\$00 (...)  
O Pisa (mecânico-auto) comprou um gravador Aiwa Tp 713 mais barato 500\$00 do que o capitão ... fui eu que lho arranjei (...)  
O ... (frei papinha) comprou um Sharp mais barato 50\$00 (...)** » Diário de um combatente em Angola.

Havia escalas de serviço, com destaque para o serviço de enfermaria e aqui eram atendidos soldados indispostos pela viagem de barco, tomavam-se os primeiros comprimidos para o paludismo (daraprim), davam-se consultas e até os cães tinham os seus curativos.

«... dar injeccões a cães e tratar um deles (2 injeccões de terramicina e uma de hidramicina) ... Fiz mais um curativo ao Lord ...».

O final da viagem aproximava-se, após mais filmes e algumas situações de indisciplina que geravam alguns conflitos entre o pessoal. Chegava a hora de preparar a mala, entretanto desfeita na viagem. Quem estava de serviço procedia às verificações, às arrumações e às conferências do material. Avistava-se, finalmente, ao longe terra. Era Luanda. Do barco o primeiro edifício que se avistava, por ser o mais alto, era o Banco Comercial de Angola. Mal o navio encostava em terra havia muita gente, militar e civil que assistia ao desembarque das tropas que se formavam em pelotões para embarcarem novamente no comboio que levaria todos os militares para o quartel de Grafanil, onde todos ficariam até irem para o aquartelamento destinado a cada companhia. Os sargentos e oficiais procuravam fora do quartel, uma pensão, um hotel onde pudessem pernoitar em melhores instalações do que aquelas que os soldados tinham em Grafanil. No dia seguinte, logo de manhã, havia formatura de todos os batalhões que tinham chegado. Outra actividade preventiva era a vacinação contra a doença do sono. Esta paragem em Luanda era aproveitada para conhecer a cidade, as repartições mais importantes bem como o palácio do Governador. Aproveitava-se para ir passear até à baía e à noite ia-se até uma cervejaria como a « Pólo Norte» e aproveitava-se para escrever para a família e para os amigos. Depois de 7 a 8 dias faziam-se os últimos preparativos da viagem para o mato.

A viagem iniciava-se muito cedo. Por volta do meio-dia, o calor era sufocante. O almoço era ração de combate. A estrada alcatroada já tinha acabado há muito tempo e caminhava-se em

estradas de terra que provocavam muita poeira e quebravam o corpo de todos pelo saltar das viaturas devido à irregularidade do piso. A dormida era ao cair da noite. De manhã seguíamos caminho e almoçava-se num aquartelamento. Aí sabíamos das primeiras novidades sobre a guerra da voz daqueles que lá estavam. Reparámos que todos andavam armados e que alguns nativos procuravam vender pequenas peças de artesanato em madeira aos soldados que passavam por este local. Continuava a viagem e dormia-se noutra povoação e noutro aquartelamento. Começavam as surpresas de se encontrar um conhecido. Havia, de igual modo, outras pequenas surpresas que ajudavam muito no início de guerra.

**« Após mais uma noite mal dormida chegava-se, finalmente ao local de estacionamento. Havia a recepção dos “velhinhos” que se ia substituir e normalmente festejava-se com cerveja à fartura Substituíam-se soldados que estavam no mato em clima de isolamento e de guerrilha mais ou menos há 11 meses. Seguiam-se os momentos da passagem do testemunho e da conferência do material e os conselhos de quem conhecia a região... e da guerra. Falava-se dos mortos e dos feridos que houve. Explicam-se as situações em que cada morrera (uns em combate, em acidente e em descuidos com armamento). »**

Escolhemos um depoimento entre vários para descrever o momento da partida.

**«De toda a parte chegava o barulho ensurdecedor de unimogs, GMCs, matadores e outros carros militares cujos nomes já não me lembro (...) os militares trazem em seus rostos os estigmas da emoção, um após outro, em gesto mole e vencido de quem assume o peso de uma cruz inevitável, saltava da viatura, atirando aos ombros a mochila (...).**

**Soava, finalmente o toque de avançar, num lúgubre e estridente som de corneta. Trocaram-se os últimos abraços. Os semblantes tornaram-se mais pálidos; gritos mal sufocados, de esposas ou mães, feridas de coração cortavam os ares e algumas dores mais profundas traduziram-se em passageiros desmaiados. Havia mãos que se entrelaçavam numa tal ternura como se não pudessem mais despegar-se.**

**Todos em “bicha de pirilau”, num passo vago e incerto, como se caminhássemos sonâmbulos à beira de um precipício, íamos, pouco a pouco, formando nos lugares que nos estavam destinados, enquanto se ouvia uma gritaria ensurdecadora de gente acocorada, de pé ou em cima de viaturas...**

**As máquinas, nas entranhas do barco arfavam e trepidavam (...) insensivelmente, principiava a mover-se (...) as manifestações em terra redobram, os lenços ondulavam e freciam, como se quisessem voar, as lágrimas assomaram a muitos olhos, até ali enxutos, muitos soldados na amurada, quebrados pela dor, escondiam a cara nas palmas das mãos, outros, mais corajosos, diziam adeus, e os restantes, a maioria, choravam, simplesmente.»** Texto retirado de um diário pessoal de um capelão militar.

O primeiro momento que causava sentimentos não previstos era o da despedida /embarque. Todos os combatentes têm bem presente, estes momentos, na sua memória. A despedida dos familiares mais chegados, da mulher e filhos ou da noiva e da namorada eram momentos dramáticos que nem a presença do Movimento Nacional feminino na distribuição de insignificantes lembranças alterava aquele acto colectivo, com muitas pessoas no cais de Alcântara, muitos lenços brancos a acenar, o ambiente da partida do navio, com centenas de



soldados a despedir-se da família e da terra pátria, era a primeira situação em que tomavam consciência para uma experiência nova e não prevista, para a ausência, para o afastamento, para a saudade, para a dúvida do retorno da guerra. Neste momento, a maior parte dos milicianos e soldados não imaginavam o que era nem em que consistia as exigências da guerrilha que iriam enfrentar na colónia que lhe tinha sido destinada através da mobilização militar.

A viagem causava várias sensações e emoções e revestia-se de momentos que preparavam os jovens para os últimos pormenores da guerra.

## O dia a dia

Os tempos de operacionalidade não se circunscreviam unicamente a operações militares ou a actividades relacionadas com a prevenção ou com a guerra. Nos aquartelamentos, era rotineiro tratar da limpeza das instalações e dos objectos pessoais. Havia outras relacionadas com o lazer e o desporto, principalmente o futebol. Havia uma paixão pela caça que na maioria das vezes proporcionava carne fresca para suprir a má alimentação das tropas. É abundante o espólio de material fotográfico sobre a fauna e flora africana recolhida pela sensibilidade e arte de todos os que participaram neste conflito armado. Para conseguirem passar todas as privações deste isolamento, oito a nove meses ) em palco de guerra eram frequentes os jantares (tainadas) com caça numa cerimónia que proporcionava o esquecimento colectivo, nunca faltando as três culturas fomentadas pela tutela: a da cerveja e bebidas espirituosas (que eram vendidas a todos a preços simbólicos)<sup>5</sup>, do jogo e do tabaco<sup>6</sup>.

**«Para além dos maus bocados, também se passavam bons momentos. Tínhamos um campo de futebol, uma sala de cinema, um café e uma pista de aterragem.**

**O clima era quente e húmido, muito difícil de suportar.**

**Para além disso, tínhamos outros divertimentos... com as nativas dos aldeamentos que patrulhávamos.».**

Depoimento de um combatente em Angola.

### 6.2.3 A correspondência

É abundante a correspondência dos nossos soldados. Figuram, antes de mais, os aerogramas e a correspondência em geral. Estes documentos escritos, pertencente ao serviço postal militar e foi coordenado pelo Movimento Nacional Feminino. Os aerogramas são importantes documentos que descrevem as vivências do combatente no aquartelamento, na guerrilha, no dia a dia, e espelham o sofrimento, a saudade, o isolamento. Destacamos, quanto ao conteúdo, os vários tipos de aerogramas. Os que têm uma linguagem e tema para as esposas, as namoradas, para as madrinhas de guerra, para os pais, para os irmãos, para os amigos e ... para fantasiar com muitas jovens que se correspondiam com eles.

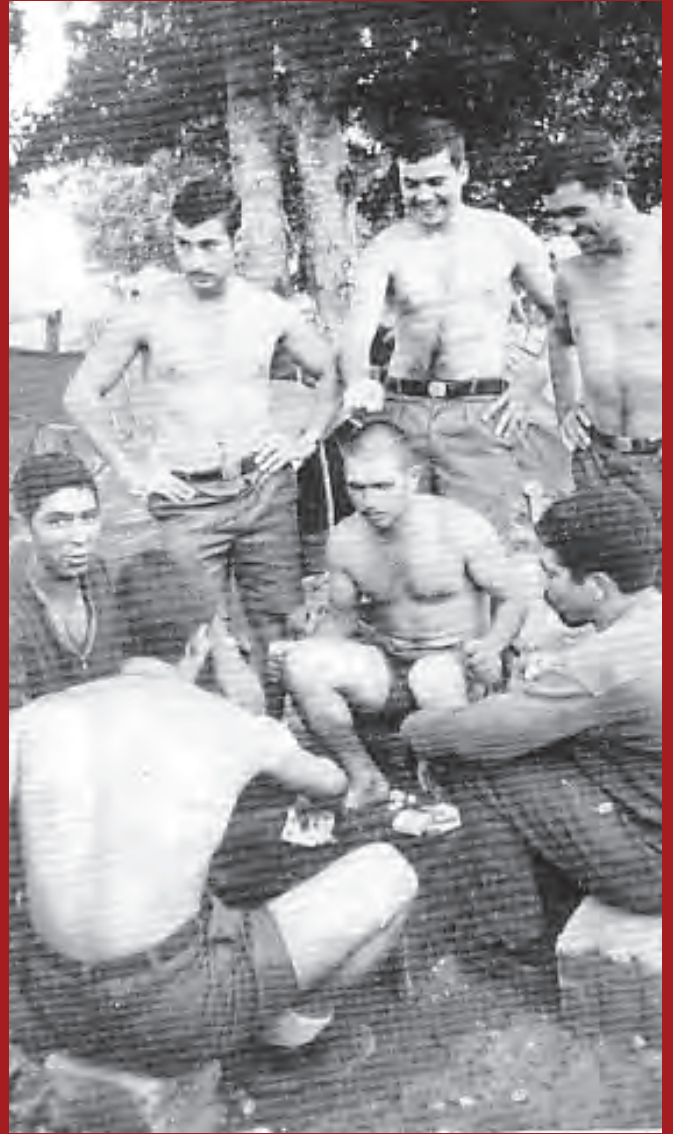
## O embarque

O furriel Carvalho, de Vila Nova de Famalicão no seu diário descreve o seu dia a dia da seguinte maneira:

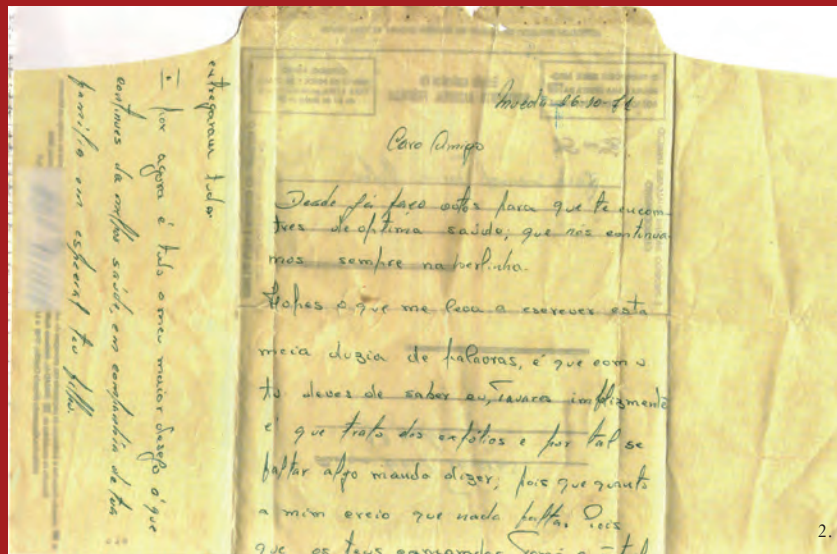
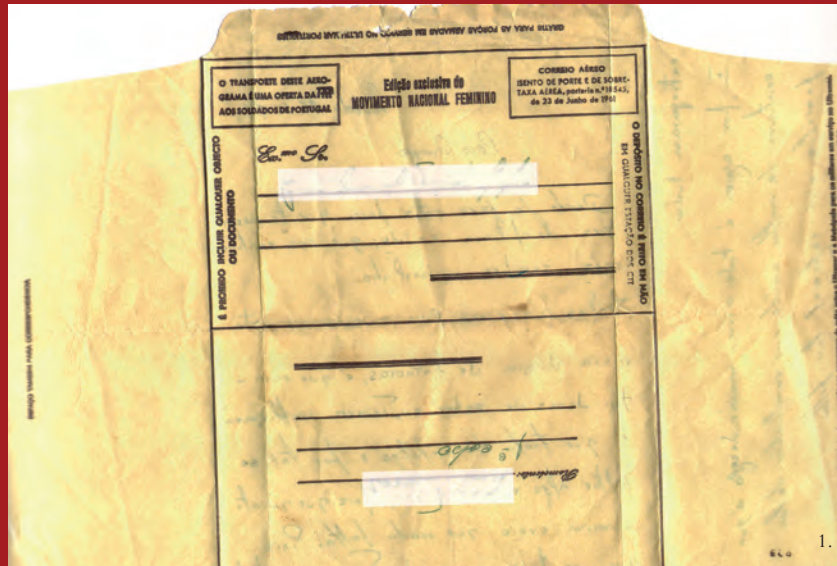
---

[5] Refere-se que além da cerveja havia Whisky escocês e Vodka da União Soviética (com quem não mantínhamos relações políticas) em abundância e a preços muito acessíveis. Todas as garrafas têm no seu rótulo um carimbo e vermelho com a seguinte indicação: “ para uso exclusivo das Forças Armadas Portuguesas. Vários depoimentos justificam uma vida actual alcoólica devido à iniciação habituação que tiveram durante o tempo militar.

[6] O tabaco era vendido a preço simbólico e continha na parte exterior do maço (LM e outros) os seguintes dizeres: “Para uso Exclusivo das Forças Armadas Portuguesas.



1. Modelo de aerograma utilizado pelas tropas portuguesas e distribuído pelo M.N.F.
2. Aerograma enviado por um combatente em Angola a um amigo.



3. Postais de Boas festas enviados pelos combatentes no período festivo do Natal.



**“(…) numa espécie de insectos indiferentes, mecanizados para um quotidiano feito de espera sem esperança, sentados tardes e tardes nas cadeiras de tábuas de barril ou nos degraus da antiga administração de posto, fitando os calendários excessivamente lentos onde os meses se demoravam num vagar enlouquecedor e dias bissextos, cheios de horas, inchavam, imóveis, à nossa volta, como grandes ventres podres que nos aprisionavam sem salvação (...)”**

Este pequeno extracto levanta, de algum modo, o véu da vida do combatente, pois expressa o tédio das horas mortas, coloca em evidência o tormento do lento passar do tempo e mostra o custo do stress provocado pela espera. Tudo se esquecia com um remédio que se obtinha facilmente: o álcool, o tabaco e o jogo.

Nas tarefas do dia a dia, havia a preocupação com a higiene pessoal, importantíssima para evitar doenças que eram frequentes num clima tropical bem como tratar das roupas e fardamento militar. Este acto laboral de cariz doméstico e pessoal era desempenhado na maioria das vezes por duas figuras bem típicas: o mainato, espécie de criado que havia nos aquartelamentos e que se dedicava a tratar da roupa e de pequenos serviços para a tropa a troco de um pagamento e de pequenas ofertas em roupas e géneros.

A lavadeira era uma figura muito conhecida e popular no aquartelamento. Tinha características muito diferentes do mainato. Ela assumia atitudes afectivas e funções de desempenho de tarefas com semelhanças ao de um casamento. O militar envolvia-se com uma jovem das imediações do aquartelamento, pedia a autorização ao pai da jovem vinculando-se através de um pagamento que geralmente era em animais. A jovem manifestava a vontade de ter um vestido que deveria ser comprado na cidade ( há milhares de fotografias que registam estes momentos )e que exhibia nos actos públicos. No período em que o militar permanecia na zona alimentava a lavadeira e a sua família com alimentação que conseguia e sobrava no aquartelamento. A lavadeira assumia, na prática, o papel de mulher do militar pois tratava-lhe da roupa e objectos pessoais bem como relacionava-se afectivamente e sexualmente com ele, amaciando e deslumbrando uns e outros nos muitos momentos vazios e nunca vividos<sup>7</sup>. Esta nativa envolvia o combatente na família nativa, nos seus usos e costumes, nas suas práticas etnográficas e religiosas sempre que ele não estava em momentos de obrigação militar. Esta situação foi uma das situações que causou confusão e preocupação entre as chefias e os militares pois para além de ser muito perigoso dificultava o controle e a disciplina.

---

[7] Nas várias reuniões com membros da ADFA e com muitos veteranos de guerra, são frequentes alusões às lavadeiras que «rolaram» durante 13 anos, de soldado em soldado, normalmente de 9 em 9 meses, originando problemas de saúde relacionados com o envolvimento sexual, bem como, é referida a existência de filhos que resultaram destes envolvimento.

Outro aspecto que não tem sido falado tem a ver com alguns «desaparecidos de guerra» ou seja dados como tal formalmente quando na realidade, no momento do fim da comissão, se recusaram voltar, deixar a nativa com quem se envolvera e com quem assumira o seu modo de viver.

**«No tempo da guerra passávamos maus bocados para lavarmos e tratarmos das nossas roupas... Quem nos valia eram os mainatos, isto é, os filhos dos nativos que nos lavavam e tratavam a roupa, recebendo em troca deste serviço vinte e cinco tostões. Outro grande problema era o da comunicação já que não percebíamos a linguagem deles que era muito diferente da nossa. Por isso, tínhamos de fazer gestos ou mostrar a roupa para que eles percebessem o que queríamos. Porém, passados alguns meses, já conhecíamos algumas palavras e já éramos capazes de comunicar, mais ou menos com os nativos.»** Depoimento de um combatente em Moçambique.

Aparece como nota positiva e como referência geral de todos os combatentes a nostalgia por África e recordam com paixão a intensidade do verde das florestas e da savana, a beleza variada das paisagens, a riqueza potencial do solo e do subsolo, pela imensidão da terra a perder de vista, a variedade da fauna e da flora, a vastidão do mar, a simplicidade de muitos dos autóctones<sup>8</sup>.

---

[8] Depoimentos anónimos de combatentes que cumpriram o serviço militar em Angola, Moçambique e Guiné.

A vida no quartel era também um momento para tratar de todas as recordações, que registassem os momentos agradáveis, desagradáveis e curiosos que acompanharão os combatentes pela sua vida e que ajudarão, em certos casos, a reviver a sua passagem por África e pela guerra colonial.

Há muitas referências sobre o grupo de militares, os sargentos, que se dedicavam nos tempos livres a registar em fotografia aquilo que seria matéria de interesse para o militar em geral e para os soldados em especial. Este grupo que se dedicava a esta tarefa com interesses artísticos (?) e com a sensibilidade para captar momentos importantes e com interesses materiais, preparava-se com material técnico antes de ser colocado no aquartelamento. Há no entanto inúmeros registos fotográficos e áudio que foram obra de soldados e oficiais que foram produzidos com interesses pessoais. Julgamos que este comércio estratégico centrado na classe dos sargentos (furriéis) era motivado, ainda no continente e nos momentos de preparação militar, em conversas com outros militares mais velhos, e desde aí começavam a definir-se estratégias para se conseguir verbas suplementares com várias intenções entre elas tirar a carta de condução e custear a passagem aérea para vir de férias ao continente.

**«Durante o almoço de hoje falámos em idas à metrópole. Da maneira que o sargento Monteiro diz que para fazer-se a coisa ficam as viagens por cerca de 7 contos. Pus-me a ver a questão de ir ou ficar em Luanda para tirar a carta de condução. Para a pensão e outras despesas gastarei cerca de 2.500\$00 a 3.000\$00. Terei possivelmente de andar sozinho durante as férias. Vou tentar saber os preços da carta de condução cá e na metrópole. Mas quanto à ida à metrópole penso nisto: gasto 7 contos em viagens, mais uns dois em despesas extras, e depois volto para cá com umas “trombas”. Não sei por enquanto. Tenho tempo e vou aproveitá-lo para pensar no assunto(...). Ontem ou anteontem combinei uma sociedade com o 1º Monteiro, para adquirirmos um laboratório de fotografia...Deve dar dinheiro e ajuda a passar o tempo...(...)»** Diário de um combatente em Angola.

No momento da viagem, a preocupação de alguns era adquirir material fotográfico, com algumas características técnicas. Vemos de algum modo que para além das sociedades havia a preocupação de estudar e preparar os meios técnicos mais rentáveis para os sócios e fornecer de imediato o produto final ao soldado, alimentando assim, o desejo de uma recordação de uma paisagem africana, as suas gentes, a sua flora e a sua fauna, o quartel com momentos de trabalho, com equipamentos e armamento, com os momentos de lazer e ocupações, as operações militares com as dificuldades, os mortos e os feridos e prisioneiros. Enfim uma infinidade de fotografias que pertencem hoje à herança familiar de quem esteve na guerra colonial portuguesa.

### **Processo de morte**

O processo formal de comunicar a “morte” à família a morte de um combatente obedecia a uma metodologia que se repetia processualmente e que tinha como finalidade, no contexto de guerra, informar o mais rápido possível. Referimos, no entanto, que este objectivo nem sempre era conseguido como podemos verificar pelas datas dos documentos. Depois de trabalharmos os documentos relacionados com a morte elaboramos o chamado processo de morte. Dele fazem parte fotografias, os telegramas a anunciar a morte, o consentimento para a transladação do corpo, a data da chegada do corpo, bem como, toda a documentação relacionada com a Pensão de Sangue no caso de mães viúvas e viúvas dos falecidos. Enquadra-se, de igual modo, documentação constante de apoio prestada pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

A análise do conteúdo permite-nos, entre outros aspectos, analisar as linguagens utilizadas, o impacto nas famílias e os vários momentos de vivência e cerimonial da morte.

Refere-se que estes documentos são raros pelo facto de serem de forte carga emotiva e de má memória, tendo sido destruídos pelas famílias.

### **Processo de ferido**

A comunicação de ferimento às famílias processava-se por telegrama, numa linguagem fria e com dados imprecisos. A data do telegrama não coincidia com a do acidente que já tinha acontecido fazia bastante tempo, não havia indicações sobre o estado do ferido nem a unidade em que se encontrava.

Através deste documento pode-se analisar todo o impacto na família, com destaque, toda a instabilidade emocional, o sofrimento e consequências resultantes desta comunicação.

É um documento raro.

---

[5] Refere-se que além da cerveja havia Whisky escocês e Vodka da União Soviética (com quem não mantínhamos relações políticas) em abundância e a preços muito acessíveis. Todas as garrafas têm no seu rótulo um carimbo e vermelho com a seguinte indicação: “para uso exclusivo das Forças Armadas Portuguesas. Vários depoimentos justificam uma vida actual alcoólica devido à iniciação habituação que tiveram durante o tempo militar.

[6] O tabaco era vendido a preço simbólico e continha na parte exterior do maço (LM e outros) os seguintes dizeres: “Para uso Exclusivo das Forças Armadas Portuguesas.

4. Massacre no Norte de Angola.  
5. Embarque de caixões com militares falecidos.



4.

**TELEGRAMA**

Nos telegramas recebidos pelos aparelhos impressores o primeiro número que figura depois da estação expedidora é o número de ordem; o segundo indica as palavras e os restantes designam a data e a hora da aceitação.

A hora menciona-se por um grupo de quatro algarismos; os dois primeiros indicam as horas e os dois últimos os minutos (0001 a 2400).

79

Linha ou mesa n.º \_\_\_\_\_  
Estação \_\_\_\_\_  
Entendido às 1145  
Por \_\_\_\_\_

Número local	Categoria	Destino	Origem	Número de origem	Palavras	Data	Hora
			Ajuda Lx	2039	52	9	17:00

Via e outras indicações de serviço, não taxadas: 25/5

Uº 691259 sua Excia. Ministro do Exército tem favor comunicar falecimento seu filho Soldado Altus Gomes de Faria ocorrido dia 3 corrente (Mecanográfico nos últimos combates de guerra de Fátima sua Excia. referida com a unidade correspondente) Comandante Reforço Geral António Lisboa



5.

**TELEGRAMA**

Nos telegramas recebidos pelos aparelhos impressores o primeiro número que figura depois da estação expedidora é o número de ordem; o segundo indica as palavras e os restantes designam a data e a hora da aceitação.

A hora menciona-se por um grupo de quatro algarismos; os dois primeiros indicam as horas e os dois últimos os minutos (0001 a 2400).

72

Linha ou mesa n.º \_\_\_\_\_  
Estação \_\_\_\_\_  
Entendido às 1633  
Por \_\_\_\_\_

Número local	Categoria	Destino	Origem	Número de origem	Palavras	Data	Hora
	5		Ajuda Lx	2021	52	17	1804

Via e outras indicações de serviço, não taxadas: 1330

6030267 infama vosa seu filho general pulcherrimo Altamiro Joaquim Magalhães (fuzil) foi ferido dia 15 corrente guerra de Fátima (Mecanográfico nos últimos combates de guerra de Fátima sua Excia. referida com a unidade correspondente) Comandante Reforço Geral António Lisboa



#### 6.2.4 Conclusão

Este trabalho tem como objectivo mostrar as várias formas de comunicar, na vertente oficial e particular, num contexto onde o papel era o principal suporte e o principal registo na comunicação.

Interessa voltar a referir que, na minha opinião, toda esta documentação tem enorme interesse para se fazer a História da Guerra Colonial Portuguesa que decorreu entre 1961 a 1974.

Os documentos oficiais e os pessoais, como são as fotografias, os diários pessoais e de companhia, os jornais de companhia, as mensagens pessoais, a correspondência, os documentos com orientações técnicas e militares, os processos de morte e ferido, os relatórios de acção psicológica e social, entre muitos outros são fundamentais para elaborar o itinerário do combatente português na guerra colonial.

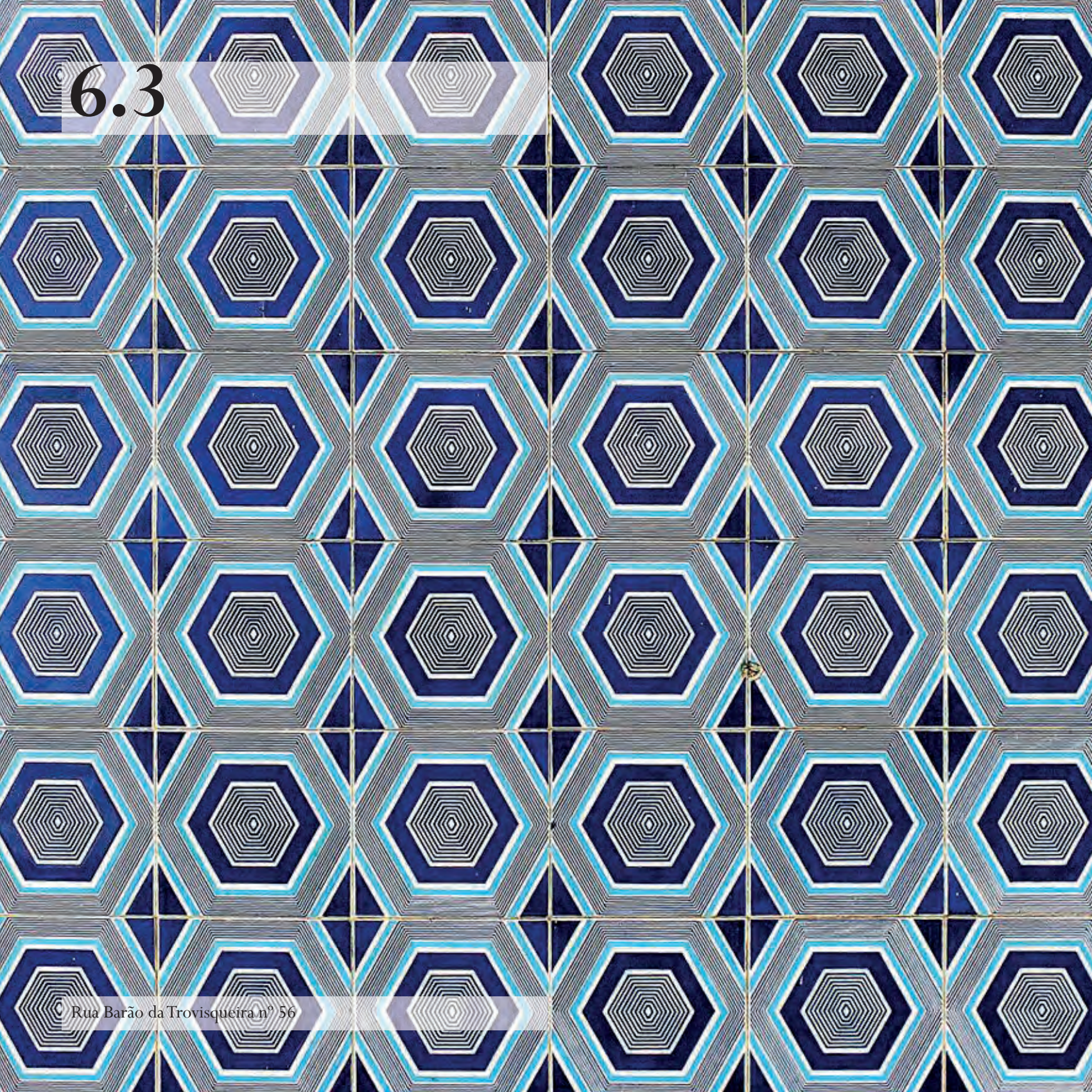
O seu conteúdo é muito importante pois fornece-nos dados históricos, sociológicos, antropológicos, etnológicos das colónias envolvidas nesta guerra, bem como, permite-nos recolher informações militares, de organização e técnicas;

Outros aspectos que podemos analisar são todos aqueles que estão relacionados com os combatentes em si: o dia a dia, as operações militares, a religiosidade, a literatura, o sofrimento, a saudade, a fome e sede, os hospitais e o anexo militar, e tantas outras circunstâncias vividas e expressas em documentos e elementos iconográficos trazidos por eles e que foram depositados, através dos tempos no Baú da Guerra.

De igual modo, permitem-nos projectar o impacto na família (informações contidas no processo de morte e de ferido) e na região (com a mobilização militar por mancha geográfica).

Interessa conhecer estes documentos e ter a consciência da sua importância, valorizando-os e, acima de tudo, preservando-os para que sejam um suporte real no fazer a “história” da nossa época contemporânea.

# 6.3



## 6.3 Oposição Democrática, fundo documental da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco - Espólio de Eduardo Ribeiro

### 6.3.1 Apresentação

Afirma Joaquim Santos Simões, no depoimento escrito por ocasião da Homenagem Nacional a Lino Lima e a Armando Bacelar, que trouxe, em 1996, a V. N. de Famalicão, o Presidente da República Jorge Sampaio para os agraciar, respetivamente, com a Grã-Cruz do Infante D. Henrique e a Grã- Cruz da Liberdade: “...foi ele [Lino Lima] quem, uma vez mais, redigiu, ou participou na redação de alguns documentos fundamentais da Campanha Eleitoral de 1969: “ O Momento político (Manifesto Eleitoral), “Política das Relações entre a Igreja Católica e o Estado”, “ A Política da Juventude”, “ O Problema Ultramarino” (J. Santos Simões - “Lino Lima, mais do que uma homenagem, um abraço fraterno”. In *Armando Bacelar e Lino Lima: Testemunhos de Luta pela Liberdade*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1996).

O acervo documental de Eduardo Ribeiro foi cedido para a organização da exposição: “Armando Bacelar e Lino Lima, Testemunhos da Luta Pela Liberdade” incluída no programa da referida homenagem, organizada pela Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. O seu manuseamento e leitura permite-nos confirmar a afirmação de Santos Simões, fornecendo-nos ainda a informação de que foi do punho de Lino Lima e da sua capacidade de análise política, por todos reconhecida, que saíram mais três textos, além dos mencionados, para a Campanha Eleitoral das Eleições Legislativas de 1969, da Distrital de Braga da CDE, a saber: “Política de Habitação”, “Situação da Mulher Portuguesa”, “O Problema da Agricultura” (ver à frente). Daqui se infere tão-somente que Lino Lima escreveu, com a habitual esferográfica de feltro azul, os textos base para posteriormente serem discutidos e aprovados pelo coletivo, desde logo, pelos seus pares candidatos da lista D às Eleições de 1969, que os subscreveram. No citado texto de Santos Simões explicita-se que “uma vez mais” Lino Lima foi o relator dos textos políticos dos “democratas de Braga”. Na verdade, não foi a primeira vez, nem a última, que o destacado oposicionista foi incumbido desta tarefa. Lino Lima já se tinha evidenciado nesta função em momentos anteriores. A atestar estes seus dotes de fino analista político figuram três documentos: “Política Económica do Governo de Salazar”, escrito em 1949, em coautoria com Armando de Castro, durante a Campanha Presidencial de Norton de Matos, e outros dois, em coautoria com Victor Sá, seu companheiro do grupo dos ‘democratas de Braga’: “Manifesto Eleitoral” das Eleições Legislativas de 1957 e “Aos Portugueses” de 1959, que ficou conhecido na gíria popular como “Vai-te embora António”, onde se pedia ao ditador Salazar para abandonar voluntariamente o poder. Muitos outros documentos escreveu, quer em nome individual, quer para os grupos políticos onde se integrava, entre os quais a Declaração final do II Congresso da Oposição Democrática, este demonstrativo da sua dimensão e projeção no plano nacional. Acrescente-se que o espólio de Eduardo Ribeiro inclui ainda a “Proposta da Comissão de Braga” para o Encontro Nacional dos Democratas realizado em 25 de Janeiro de 1970, também

1. Símbolo da CDE.



1.

manuscrita por Lino Lima, bem como uma fotografia e uma carta, esta datada de 19 de Março de 1973, enviada por Lino Lima a Eduardo Ribeiro, pedindo-lhe para representar a Distrital de Braga, na Comissão Executiva saída do último Congresso de Aveiro. A fotografia (muito conhecida) é um ícone da rebeldia e da coragem dos Democratas de Braga, expressas de múltiplas formas e em momentos adversos perante um inimigo político que impunemente usava todo o tipo de represálias. Victor Sá legendou-a, contando a história, passada já no estertor do regime, que levou à condenação em 2 de Julho de 1973, pelo tribunal judicial de Braga, de 25 democratas “ Por estarem a discutir ‘assuntos políticos’, sem possuírem a necessária autorização”. A foto foi tirada à porta do tribunal após a leitura da sentença condenatória, a qual acabou por ser revogada pela Relação do Porto (“Os Democratas de Braga: testemunhos e Evocações”. Org. José Viriato Capela, Henrique Barreto Nunes, Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Edições Húmus; Braga: Universidade do Minho, 2014).

Diga-se que Eduardo Ribeiro integrou o conhecido grupo dos “democratas de Braga”, tendo como companheiros, Victor Sá, Lino Lima, Santos Simões e Humberto Soeiro, que passou assim designar-se pelo menos a partir de 1966, efetuando reuniões “senão semanalmente, pelo menos quinzenalmente” (J. Santos Simões. Braga, *Grito de Liberdade*. Braga: Governo Civil, 1999). Eduardo Ribeiro despertou muito jovem para a oposição ao Salazarismo, como ele próprio conta no seu livro de memórias. Porém, só ingressou no núcleo duro da direção política da Oposição Democrática em 1958, quando na Campanha Presidencial de Humberto Delgado passou por uma “prova de fogo”, que lhe deu a “carta de alforria” (no caso, a confiança dos seus companheiros). (ver Prefácio de Artur Sá da Costa ao livro de Eduardo Ribeiro “*Resistência ao Salazarismo, Insubmissão*,” 2011).

Poder-se-á afirmar que estes documentos, quer os referentes à Campanha Eleitoral de 1969, os quais foram recentemente doados ao município de Famalicão por Eduardo Ribeiro, como os anteriores, evidenciam uma singularidade e expressam uma autonomia de ação política da Distrital de Braga, que transcendem o momento político específico em que foram produzidos. Com efeito, eles traduzem uma linha de intervenção política da Oposição Democrática de Braga, assumida logo na Campanha Presidencial de Norton de Matos em 1949, tendo como objetivo, estudar e debater os problemas instantes do país e de os difundir pela população. É o próprio Lino Lima a explicar: “A publicação deste jornal e deste artigo marca o começo de uma prática política que depois os democratas de Braga vão adotar, isto é, a publicação impressa dos seus documentos e o estudo sereno e concreto dos problemas nacionais” (Lino Lima - *Romanceiro do Povo Miúdo: memórias e confissões*. Lisboa: Edições «Avante», 1991). Em boa verdade, destas batalhas resultaram manifestos políticos e estudos sobre problemas sectoriais a contestar as políticas da Ditadura, apontando alternativas, de que são exemplos expressivos “A Crise da Indústria Têxtil” de Lino Lima e a “Engrenagem do Ensino” de Santos Simões. Mas a relevância destes documentos evidencia-se também no contributo que deram ao debate político nacional,

travado ao longo dos anos, entre os setores oposicionistas, colocando frente a frente os defensores da corrente abstencionista e os que defendiam a intervenção eleitoral até à boca das urnas. Neste plano o “Manifesto Eleitoral” das Legislativas de 1957, da Distrital de Braga é um marco pioneiro no pensamento político da Oposição, ao romper com a linha tradicional dominante a nível nacional, que preconizava o abstencionismo eleitoral. É ainda Lino Lima a esclarecer: “A Oposição não podia continuar indefinidamente nessa posição de desistência, à última hora”. Para acrescentar: “Assim as Eleições perdiam interesse, tornavam-se um jogo com o resultado previamente determinado, não eram uma batalha viva”. E enfatiza: “Foram os “democratas de Braga” que deram uma volta nesta situação apodrecida”. A conclusão parece óbvia: não venceram as eleições em 1957, quando disputaram os votos nas urnas (rondaram os 10%), mas abriram o caminho que Humberto Delgado iria percorrer com sucesso no ano seguinte!

Vem a propósito procurar conhecer a génese, evolução e significado do “Fundo de Documentação da Oposição Democrática”, integrado no Fundo Local da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. Na sua constituição convergem dois acontecimentos ocorridos em 1992: a) a entrada em funcionamento das novas e amplas (para a altura) instalações da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, b) a realização das II Jornadas de História Local, sob o lema “Vila Nova de Famalicão-1892/1992: Memórias de um Século”. Se por um lado, a Biblioteca Municipal, criada em 1913 pela geração republicana, se liberta do pesadelo de décadas, de andar de lado em lado, à procura de casa própria, sem nunca encontrar, fixando-se pela primeira vez em instalações condignas idealizadas e construídas para as suas nobres funções; o Departamento de Educação e Cultura, instalado em 1987, na Casa da Cultura, lança e aprofunda um projeto de “História Local”: um entre vários, que consubstanciam as prioridades programáticas da política cultural municipal, naquele final da década de 80, as quais foram sucessivamente enunciadas em diferentes ocasiões, nomeadamente, nos planos de ação do Departamento, elaborados ininterruptamente a partir de 1988, quer no “Boletim Cultural” n.º 12 (2.ª série), quer em conferências (Artur Sá da Costa. - “Funções Culturais do Município - três andamentos”. In *Revista de Guimarães*. Guimarães, 1993), ou em planos plurianuais (“Propostas para um Plano de ação para dois anos”, 1996/1997) e planos estratégicos (“Projetos de uma Geração – Plano para uma década”, 1994 e “Plano Estratégico Cultural para o Concelho de V.N. de Famalicão”, 2002), que serviam de suporte teórico e instrumento programático, alimentando a ação do pelouro da cultura.

Acontece que o programa da 2.ª edição das Jornadas de História Local (as primeiras ocorreram em 1989, centradas na “Evolução da Cidade” (Bol. Cultural, n.º 12, 2ª série) incluem, além das comunicações e de um Colóquio, a realização de duas exposições, a saber: “Oposição Democrática em V.N. de Famalicão, 1945/1974-Uma Perspetiva” e “A Guerra Colonial, uma história por contar...”, finalizando com uma mesa redonda sobre “A Oposição Democrática em

V. N. de Famalicão”, que contou com a participação das mais destacadas e influentes personalidades famalicenses oposicionistas à ditadura Salazarista. Antecipe-se, desde já, que destas Jornadas saiu uma recomendação a propor a criação de um “Fundo Documental sobre a Oposição Democrática” (Joaquim Loureiro, Macedo Varela, Margarida Malvar, Artur Sá da Costa) e outro sobre “A Guerra Colonial”, a instalar, não na Biblioteca Municipal, como acabou por acontecer com o primeiro, mas no Arquivo Histórico Municipal (Câmara Municipal. Departamento de Educação e Cultura. Dossier Datilografado sobre as II Jornadas de História Local). Era a força da realidade a impor-se. Com efeito, o Arquivo Histórico Municipal, (tutelado pela figura de Alberto Sampaio), acabara de nascer e de abrir portas ao público (1988), no r/c da Casa da Cultura, e tinha em marcha um plano de ação, naturalmente voltado para a recolha e preservação de documentação histórica, nele englobando o estudo e a promoção de figuras republicanas famalicenses, com destaque para o Senador Sousa Fernandes, expressa numa exposição realizada em 1988, sobre a sua “Vida e Obra”, e outra, no ano seguinte consagrada à personalidade do ex-Ministro das Finanças Daniel Rodrigues, complementada com três conferências proferidas por Armando Bacelar, Raúl Rego e Fernando Rosas (textos publicados no “Boletim Cultural” do Município). O acervo sobre a “Guerra Colonial”, surgindo inicialmente de um trabalho de um projeto no âmbito da disciplina de Antropologia Cultural do Externato Infante D. Henrique (Ruílle, Braga) (“Guerra Colonial: uma história por contar...”). Org. Externato Infante D. Henrique; Coord. José Manuel Lages. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1992), evoluiu para uma exposição na sede da ADFA de Famalicão e, por último, corporizou a exposição permanente do Museu da Guerra Colonial, fundado em 2001.

Aproveite-se para esclarecer que os acervos daqueles dois ilustres republicanos famalicenses foram incorporados naquela unidade cultural, na sequência da aquisição pelo município da casa de Mões, do presidente da Comissão Administrativa Republicana e da doação do espólio de Daniel Rodrigues pelo seu neto Álvaro Salazar, consumado pelo protocolo celebrado, em 12/11/1987, com a Câmara Municipal, o qual se encontra publicado no “Boletim Cultural”. Em todo o caso, pese embora esta dinâmica, a Biblioteca Municipal instalada em Sinções, dotada de um corpo técnico-profissional qualificado, transformou-se num dos polos culturais mais ativos e dinâmicos da cidade. O impulso vinha de trás, tendo como ponto alto o Colóquio sobre “Leitura Pública” realizado em 1988, que assinalou o 75º aniversário da sua fundação (textos estes editados no “Boletim Cultural” da Câmara).

A verdade é esta, o centro da atividade cultural da cidade, no início da década de 90, deslocase do auditório da Fundação Cupertino de Miranda (o único até então existente) para o da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. Foi aqui que ocorreram as 2.ª Jornadas de História Local (as primeiras tiveram lugar, no salão polivalente da Casa da Cultura), incumbindo-se os responsáveis daquela instituição de organizar a referida exposição sobre a Oposição Democrática. A opção dos organizadores em solicitar aos democratas oposicionistas “a cedência

ou o empréstimo” (carta do diretor do Departamento de Cultura de 5/10/1992) de documentação, revelou-se acertada e frutífera, dando um poderoso contributo para o seu êxito e, como estamos a perceber, para abrir portas à criação do Fundo Documental sobre a Oposição Democrática, não no Arquivo Histórico Alberto Sampaio, mas na própria Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. Uma vez mais, é a realidade e a imperatividade das circunstâncias a afirmar o destino das coisas.

Os fatos são estes. O Fundo Local, como serviço específico e autónomo da Biblioteca Municipal era há muito defendido e acarinhado pelos bibliotecários mais lúcidos e atentos (Amadeu Gonçalves, “Cem (e mais alguns) Anos de Livros”, 2013). Em 1988, Henrique Barreto Nunes traça-lhe, na palestra “*A Biblioteca e a Memória da Vida Local*”, as suas bases constitucionais. Segundo o ex-diretor da Biblioteca Pública de Braga, o Fundo Local “reúne todo o tipo de documentação e publicações referentes a uma determinada localidade” competindo “à Biblioteca Municipal recolher, tratar, conservar, explorar e difundir toda esta documentação”. Por seu turno, o Diretor do Departamento de Educação e Cultura afirma no plano de ação de 1992 que “o Fundo Local é um instrumento fundamental na política de dinamização cultural” (“Infraestruturas e Equipamentos: as grandes linhas estratégicas e as prioridades da política cultural”); e no “*Plano para uma Década, Projetos de uma Geração*” de 1994 defender a sua organização e regulamentação, enunciando um programa de trabalho, não deixando de enfatizar: “o Fundo Local só faz sentido se for a Memória (literária, artística, política, jornalística, etc.) viva, e agente dinamizador da comunidade local, numa linha de tradição dos fundadores da Biblioteca, sendo ao mesmo tempo um polo aglutinador e dinamizador da vida cultural”. E, curiosamente entra na controvérsia que ao tempo mobilizava os especialistas, para defender a sua “autonomização face ao Arquivo Histórico”. Diga-se, que esta linha de pensamento mantém-se nos anos seguintes, como se observa no “Plano de Ação para Dois Anos: 1996/1997”, citado por Amadeu Gonçalves. Ou seja, a existência e a consolidação do Fundo Local esteve sempre presente nas preocupações e objetivos do Pelouro da Cultura.

É neste contexto que nasce o Fundo Documental da Oposição Democrática. Basta verificar que as primeiras doações da massa documental que hoje o integram são de 1992, e visavam a realização da, já por diversas vezes mencionada, Exposição sobre a Oposição Democrática em V.N. de Famalicão (ver cartas de Manuel Cunha e José Reis, respetivamente de 30 e 23/10/1992). A doação de Joaquim Loureiro é do ano anterior, de finais de 1991, sendo incorporada no Fundo Local, conforme o relato da “*Informação*” da Biblioteca Municipal daquele ano (Cf. Amadeu Gonçalves, *Ibidem*). A doação de Lino Lima sendo da mesma altura, não se integra neste tema, nem no período da ditadura, visto que é referente à Monarquia do Norte. A “*Exposição*” foi organizada com os materiais destas doações e de outras (Macedo Varela, Margarida Malvar, Artur Sá da Costa), que os entregaram em mão e aí os depositaram, transformando a cedência/empréstimo em doação. A quantidade de documentação doada



excedeu as expectativas levando à publicação de um “Suplemento” do catálogo.

Dito isto, podemos concluir que o crédito de paternidade do Fundo Documental da Oposição Democrática não pode deixar de ser atribuído à recomendação feita pelos participantes nas 2<sup>as</sup> Jornadas de História Local. Tanto é assim que, como vimos, os responsáveis pela Biblioteca Municipal integraram os espólio de Joaquim Loureiro no Fundo Local, e o Plano de Ação de 1992, do Departamento de Educação e Cultura inscreve o objetivo de “tentar fazer deste caso [espólio de Joaquim Loureiro] um exemplo paradigmático tendo em vista a cativação de outras doações como as de Lino Lima e Armando Bacelar, entre outras”.

Fica claro que por essa altura ainda não se assumia a autonomização de um Fundo específico sobre as lutas da oposição à ditadura de Salazar e Marcelo Caetano.

Mais uma vez, não deixa de ser significativo observar os objetivos dos organizadores das mencionadas II Jornadas de História Local: “Um dos objetivos desta iniciativa é ouvir e recolher os depoimentos, os testemunhos e as memórias dos protagonistas da História Local (...) Cuidar-se ainda de identificar, recolher e no futuro organizar e catalogar, os documentos dos arquivos particulares, individuais e institucionais” (Carta/Convite do diretor do Departamento de Cultura, 92-09-21).

De todo o modo, estes factos devem ser vistos e interpretados como os primórdios da sua autonomização. A sua consolidação vai durar anos e ser concretizada paulatinamente nos anos seguintes com novas incorporações de documentação, nomeadamente a de Armando Bacelar e de Eduardo Ribeiro. Aquele advogado antifascista, que montou escritório em Famalicão no pós-guerra, faz a doação da sua biblioteca particular em 1992 e do seu espólio em 1996 (ver reunião da câmara municipal de 18/11/1996). São dois momentos marcantes: a realização das II Jornadas de História Local, onde Armando Bacelar apresenta as “Memórias dos Tempos Idos”, e o da homenagem que lhe é prestada em 1996. Sem dúvida que esta dinâmica de recolha e preservação de documentação sobre a ditadura recebeu um forte impulso com a Homenagem Nacional a Armando Bacelar e Lino Lima, prestada em 1996 pelo Presidente Jorge Sampaio. Uma vez mais, organizou-se uma exposição “Armando Bacelar e Lino Lima Testemunhos de Luta pela Liberdade”, e recorreu-se de novo à cedência de documentação de particulares. Neste caso, aprofundou-se a linha de trabalho lançada pelos organizadores da exposição de 1992, solicitando-se a um conjunto de personalidades depoimentos/testemunhos sobre os homenageados, que estão publicados no catálogo da exposição (Artur Sá da Costa, “Armando Bacelar e Lino Lima: uma vida pela liberdade”; Raúl Castro, “Dr. Lino Lima. Dr. Armando Bacelar”; Manuel Cunha, “Lino Lima: símbolo do anti-fascismo de esquerda”; J. Santos Simões, “Lino Lima: mais do que uma homenagem, um abraço fraterno”; Joaquim Loureiro, “A Glória de Famalicão”; António Dias Lourenço, “Lino Lima e Armando Bacelar: dosi cidadãos

exemplares”; J. Victor de Sá, “Armando Bacelar e Lino Lima”; José Manuel Mendes, “Com raízes no futuro”; Humberto Trindade Soeiro, “Dr. Lino Carvalho Lima e Dr. Armando Cerejeira Bacelar”; Luís Augusto Dias, “Os Anos da Guerra e o Advento do Neo-Realismo”). Este é um ponto essencial, que tem sido menos comentado, do trabalho de recolha de fontes históricas orais das lutas contra a ditadura do Estado Novo, aos quais se pode mencionar a mesa redonda sobre o “40.º Aniversário das Eleições Legislativas de 1969”, publicado no “Boletim Cultural” de 2009. Pelo contrário, estamos perante um património memorial imprescindível para o estudo e a compreensão do empenhamento, das motivações e dos sacrifícios que várias gerações de portugueses vivenciaram na afirmação dos seus ideais de Liberdade e Democracia.

O Fundo da Oposição Democrática também é este património imaterial, registado nos catálogos das exposições e mesas redondas e da ocorrida em 1992.

O que se afirma sobre o processo de recolha desta documentação replica-se à forma como ela foi organizada, catalogada e, finalmente, difundida. Os marcos que balizam este processo distanciam-se entre os anos de 1992 e o de 2015, quando ocorrem as II Jornadas de História Local e o lançamento no espaço virtual, em 25 de Abril de 2015, da Biblioteca Digital, hoje disponível no sítio Web da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, que reúne dez espólios, totalizando 1543 documentos. Neste intervalo promoveram-se algumas iniciativas, quer no plano de organização, quer na sua promoção. Merece destaque a catalogação de alguns destes espólios realizada sob a coordenação de Manuela Barreto Nunes, caso dos “Documentos da Oposição Democrática ao Estado Novo em V. N. de Famalicão-Doações à Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco”. De igual modo deve ser realçado o interesse dos especialistas, quer para realizar pesquisas, quer na publicação de livros. Neste plano será de destacar os dois tomos “Momentos da Oposição Democrática em V.N. de Famalicão” de Filipa Sousa Lopes e do Dicionário “Candidatos da Oposição À Assembleia Nacional do Estado Novo (1945 - 1973)” de Mário Matos e Lemos e Luís Reis Torgal.

O Fundo Documental da Oposição Democrática tal como o conhecemos hoje é o corolário deste percurso, onde convergem a generosidade dos democratas oposicionistas ao Salazarismo e o seu sentido de serviço público, aliados à vontade do município de V.N. de Famalicão em preservar e valorizar a memória das lutas pela liberdade.

Este breve roteiro dos lugares da memória e das fontes de liberdade ficaria incompleto se não fosse agregado com outras frentes de trabalho desenvolvidas nesta área, nas últimas décadas pelos serviços culturais do município. Antes de mais, lembre-se a longa marcha de recolha da mais extensa e de grande relevância nacional da massa documental reunida no território do município de V.N. de Famalicão, acolhida e acondicionada no Arquivo do Museu Bernardino Machado, iniciada também no ano de 1992 e que desaguou no Museu consagrado ao Estadista

famalicense. Este acervo – fruto da generosidade e filantropia dos familiares de Bernardino Machado (Sofia Peres Machado, Júlio Machado Vaz, Augusto Barros Machado, António Barros Machado, Miguel Dantas Terra Machado Guimarães, Marília Manuela Terra Dantas Machado, Teresa de Jesus Terra Dantas Machado, Manuela Machado Sá Marques, Manuel Machado Sá Marques, Sofia Machado Sá Marques, Wilma Sá Marques, Júlio machado Vaz (Filho), Elzira Machado Rosa) – não é apenas o mais rico arquivo sobre a 1.ª República, integrando também numerosa documentação sobre as lutas (sobretudo no exílio) republicanas contra Salazar (e todos os Ditadores do seu tempo), que Bernardino Machado liderou de França e Espanha. À guarda do Museu Bernardino Machado está também outro núcleo documental sobre as lutas da resistência cultural, sindical e do associativismo cívico contra a ditadura de direita (Antenor Mesquita, Macedo Varela, António Santos Oliveira, Armando Soares Coelho, Artur Sousa Lopes, Artur Sá da Costa, João Ribeiro, Júlio da Costa Barros, Manuel Ferreira da Cunha, Manuela Granja, Orlando Carvalho, Tarcísio Alves Ferreira, Adelino Mota, Álvaro Ferreira, Adelino Leite, Joaquim Moreira, Joaquim Loureiro, Tavares Bastos, Camilo Freitas), protagonizados pelos democratas famalicenses, recolhida e organizada no ano 2000, no âmbito da preparação da abertura daquele Museu e que resultou na exposição “*Momentos de Resistência*”. Anote-se que nesta ocasião também se recolheram depoimentos memorialistas dos protagonistas (“Momentos de Resistência”. Coord. Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 2000. Artur Sá da Costa, “Momentos de Resistência: razões para um debate” ; “Resistência Cultural ao fascismo , nas décadas de 60 e 70 no Concelho de V. N. de Famalicão”. Depoimentos de Orlando Carvalho, Armando Soares Coelho, Jorge Manuel Mesquita Ferreira da Costa, Júlio da Costa Barros, Salvador Coutinho, Manuel Ferreira da Cunha, Manuela Granja, Virgínia Granja, Artur Sousa Lopes, José Augusto Bezerra de Sousa Lopes, Eugénio Mesquita, Custódio Oliveira, Artur Lopes Simões, Joaquim Santos Simões e Macedo Varela).

O curioso é observar que o ano de 1992 é neste domínio particularmente marcante e decisivo. Inaugurou-se a nova Biblioteca Municipal, criaram-se as bases fundacionais do Fundo Local e do Fundo Documental da Oposição Democrática, e lançaram-se as sementes de três futuros Museus: o da Guerra Colonial, com base na exposição “A Guerra Colonial, uma história por contar...” (Externato Infante D. Henrique, Ruilhe, Braga, 1992); o Museu da Indústria Têxtil do Vale do Ave com a exposição “Património Industrial do Vale do Ave” (Câmara Municipal V. N. Famalicão “1992”), que o Presidente da República Mário Soares visitou (as duas) antes de proceder à entrega, na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco do prémio de conto (a 1.ª edição) a Mário de Carvalho; e o Museu Bernardino Machado, que germinou nas doações dos espólios reunidos por Júlio Machado Vaz e Augusto Barros Machado, que fomos reunindo em instalações provisórias, sob a orientação de Elzira Machado Rosa. A tudo isto acresce a transferência do Arquivo Histórico para as antigas instalações da Biblioteca Municipal (no rés do chão dos Paços do Concelho), consagrando à personalidade Alberto Sampaio após a aquisição pelo Município do seu espólio.

É inegável que existe um traço comum entre estas iniciativas: um olhar unidirecional permanente para as raízes da nossa identidade; um trabalho persistente de recolha e preservação dos testemunhos orais e das fontes históricas; a edificação dos equipamentos/base da memória coletiva. Em suma: a defesa e valorização do Património Cultural (material e imaterial), do que fomos, somos e do que podemos ser.

Uma nota final, muito sintética, sobre o conteúdo do Fundo Documental da Oposição Democrática. Trata-se de um conjunto diversificado de espécies documentais (manifestos políticos, abaixo-assinados, comunicados, requerimentos, telegramas, fotografias, correspondência oficial e particular, entre outras), que cobre as lutas políticas das Oposições contra a Ditadura entre 1945 e 1974. Pelo seu teor, sobretudo pela natureza de muitos dos seus materiais não é todavia um “Fundo Municipal” ou sequer Regional. Pelo contrário, tem amplitude Nacional, não apenas porque contém documentos de personalidades nacionais (cartas, p. ex., de Mário Soares, Salgado Zenha, Álvaro Cunhal), mas também porque muitas das atividades e iniciativas neles reproduzidas, tiveram essa dimensão, apesar de serem protagonizadas por líderes locais/regionais. Também não é um repositório exclusivo de documentos e de iniciativas das Oposições, integra também documentos oficiais, oriundos do Governo Civil e das Câmaras Municipais, retratando desta maneira a natureza repressiva e ditatorial do regime.

## **Coordenação Catalogação**

Amadeu Gonçalves

### **6.3.2 OS CANDIDATOS DA LISTA D DE BRAGA**

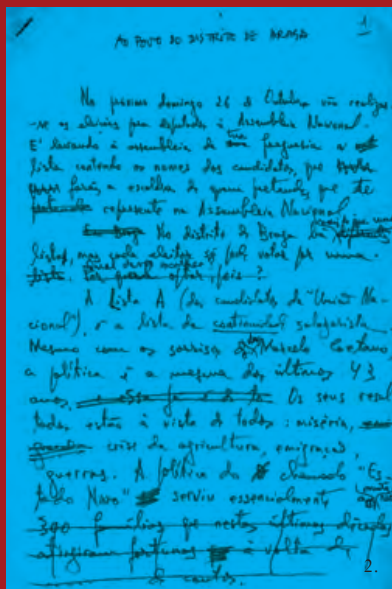
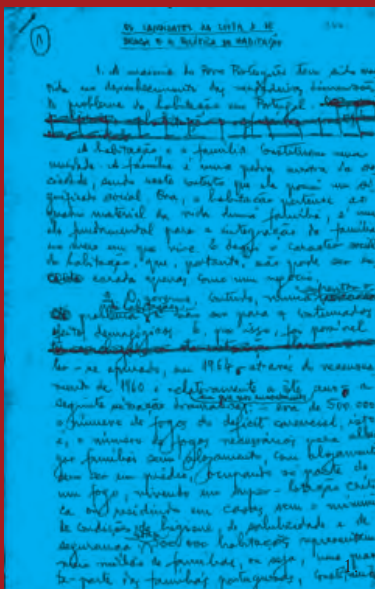
Os candidatos da Lista D de Braga e a política da habitação [Manuscrito] / Os candidatos da Lista D de Braga. – [1969]. – 15 f. manuscritas; 30 x 21 cm.

Manifesto manuscrito dos candidatos da Lista D às eleições de 1969 sobre a política de habitação em Portugal. Neste manuscrito os candidatos fazem referência à falta de um programa social de habitação, por parte do Estado. Eleições para a Assembleia Nacional de 1969.

Este manuscrito foi oferecido à BMCCB por Eduardo Ribeiro.

Este manuscrito foi elaborado por Lino Lima.

BMCCB / FL OD EER



1. Correspondente ao 6.3.2

2. Correspondente ao 6.3.3

### 6.3.3 A COMISSÃO DEMOCRÁTICA ELEITORAL DO DISTRITO DE BRAGA

Ao povo do Distrito de Braga [Manuscrito] / A Comissão Democrática Eleitoral (C.D.E.) do Distrito de Braga. – [1969?]. – 9 f. manuscritas; 30 x 21 cm.

Manifesto manuscrito que apela ao voto na Lista D em detrimento da Lista A, que representa os candidatos da União Nacional e, segundo, os candidatos da Lista D, é a lista da “continuidade Salazarista”. Criticam a política que “... é a mesma dos últimos 43 anos”, levada a cabo por Marcelo Caetano. Neste manuscrito os candidatos apelam ao voto do povo “... em homens independentes e corajosos, como são os da Oposição Democrática”.

Lista D é constituída por: António Pereira Marinho Dias, Eduardo Ribeiro Martins, Joaquim António dos Santos Simões, José Pereira Araújo Sampaio, Lino Carvalho de Lima, Maria Margarida Braga Malvar.

Este manuscrito foi oferecido à BMCCB por Eduardo Ribeiro.

Este manuscrito foi elaborado pelo Dr. Lino Lima.

BMCCB / FL OD EER

### 6.3.4 OS CANDIDATOS DA LISTA D DE BRAGA

Os candidatos da Lista D de Braga e a política da juventude [Manuscrito] / Os candidatos da Lista D de Braga. – [1969]. – 3 f. manuscritas + 2 f. dactilografadas; 30 x 21 cm.

Manifesto manuscrito dos candidatos da Lista D às eleições de 1969 sobre a política da juventude em Portugal. Eleições para a Assembleia Nacional de 1969. Os candidatos da Lista D criticam a sociedade portuguesa moldada por mais de 40 anos de ditadura e por encarar “... os



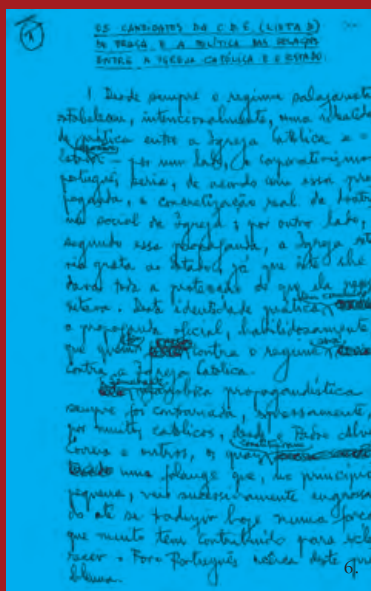
### 6.3.6 A) OS CANDIDATOS DA LISTA D DE BRAGA

A Igreja e o Estado [Manuscrito] / Os candidatos da Lista D de Braga. – [1969]. – 3 f. dactilografadas; 30 x 21 cm.

### 6.3.6 B) OS CANDIDATOS DA C. D. E.

Os candidatos da C.D.E. (Lista D) de Braga e a política das relações entre a Igreja Católica e o Estado [Manuscrito] / Os candidatos da C.D.E. (Lista D). – [1969]. – 9 f. manuscritas; 30 x 21 cm.

Neste manifesto manuscrito os candidatos da C.D.E. (Lista D) abordam a problemática das relações do Estado Português e a Igreja Católica, enfatizando a ideia que “Desde sempre o regime Salarazista estabeleceu, intencionalmente, uma identidade prática entre a Igreja católica e o Estado Corporativo: - por um lado, o corporativismo português seria, de acordo com essa propaganda, a concretização real da doutrina social da Igreja; por outro lado, segundo essa propaganda, a Igreja estaria grata ao Estado já que este lhe dava toda a protecção de que ela necessitava. Desta identidade prática tem concluído a propaganda oficial, habilidosamente, que quem for contra o regime será contra a Igreja Católica”.

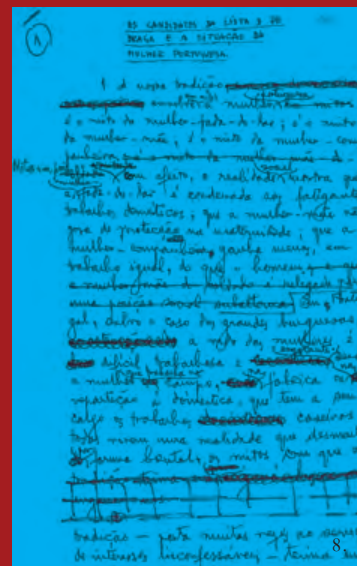
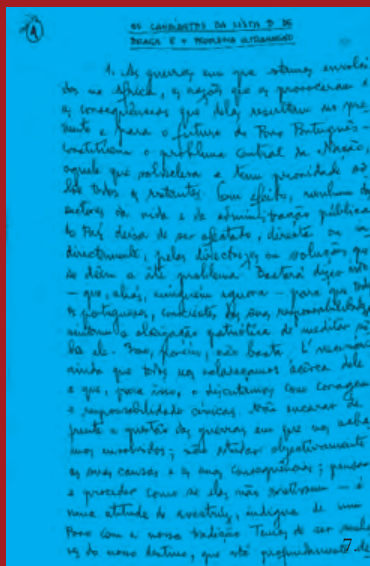


5. Correspondente ao 6.3.6 A)  
6. Correspondente ao 6.3.6 B)

Este manuscrito foi oferecido à BMCCB por Eduardo Ribeiro.

Este manuscrito foi elaborado por Lino Lima.

BMCCB / FL OD EER



### 6.3.7 OS CANDIDATOS DA LISTA DE BRAGA

Os candidatos da Lista D de Braga e o problema ultramarino [Manuscrito] / Os candidatos da Lista D de Braga. – [1969]. – 38 f. manuscritas; 30 x 21 cm.

Com este manifesto manuscrito os candidatos da lista D pretendem “... contribuir para a desintoxicação do ambiente social e político criado à volta do problema das guerras em África, estudando alguns dos seus aspectos mais importantes. O nosso patriotismo exige-nos que falemos verdade”. Ainda segundo os candidatos da lista D “As guerras em que estamos envolvidos na África, as razões que as provocaram e as consequências que dela resultam no presente e para o futuro do Povo Português, constituem o problema central da Nação...”. “Não encarar de frente a questão das guerras em que nos achamos envolvidos; não estudar objectivamente as suas causas e as suas consequências; pensar e proceder como se elas não existissem, é uma atitude de avestruz, indigna de um Povo com a nossa tradição”.

Este manuscrito foi oferecido à BMCCB por Eduardo Ribeiro.

Este manuscrito foi elaborado por Lino Lima.

BMCCB / FL OD EER

### 6.3.8 OS CANDIDATOS DA LISTA D DE BRAGA

Os candidatos da Lista D de Braga e a situação da mulher portuguesa [Manuscrito] / Os candidatos da Lista D de Braga. – [1969]. – 8 f. manuscritas; 30 x 21 cm.

Com este manifesto manuscrito os candidatos da lista D pretendem chamar a atenção da população para a importância da “promoção social da mulher, nomeadamente através do





seu chamamento ao desempenho de funções políticas e públicas, quer individuais, quer em comissões de trabalho”. “A nossa tradição envolve em mitos a mulher portuguesa: é o mito da mulher-fada-do-lar, é o mito da mulher-mãe; é o mito da mulher-companheira. Mitos sim, pois, com efeito, a realidade social mostra que a mulher-fada-do-lar é condenada aos fatigantes trabalhos domésticos; que a mulher-mãe não goza de protecção na maternidade; que a mulher-companheira ganha menos, em trabalho igual do que o homem.”

Este manuscrito foi oferecido à BMCCB por Eduardo Ribeiro.

Este manuscrito foi elaborado por Lino Lima.

BMCCB / FL OD EER

### 6.3.9 JULGAMENTO DOS 25 DEMOCRATAS À SAÍDA DO TRIBUYNAL DE BRAGA

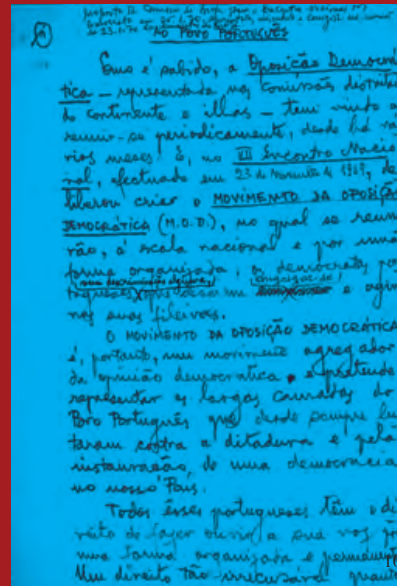
Julgamento dos 25 democratas à saída do tribunal de Braga [Material gráfico] . – [1969?]. – 1 fotografia: cores; 18 x 13 cm.

BMCCB / FL OD EER

### 6.3.10 COMISSÃO DE BRAGA DO MOVIMENTO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Ao povo português [Manuscrito] / Comissão de Braga do Movimento da Oposição Democrática. – [1970]. – 7 f. manuscritas; 30 x 21 cm.

Manuscrito da “Proposta da Comissão de Braga para o Encontro Nacional dos Democratas em 25.01.1970, apresentada, discutida e corrigida na reunião de 23.01.1970 dos Democratas de Braga”.



### 6.3.10 COMISSÃO DE BRAGA DO MOVIMENTO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Ao povo português [Manuscrito] / Comissão de Braga do Movimento da Oposição Democrática. – [1970]. – 7 f. manuscritas; 30 x 21 cm.

Manuscrito da “Proposta da Comissão de Braga para o Encontro Nacional dos Democratas em os seus representantes o “Movimento da Oposição Democrática é, portanto, um movimento agregador da opinião democrática e pretende representar as largas camadas do Povo Português que desde sempre lutaram contra a ditadura e pela instauração de uma democracia no nosso País”.

Este manuscrito foi oferecido à BMCCB por Eduardo Ribeiro.

Este manuscrito foi elaborado por Lino Lima.

BMCCB / FL OD EER

### 6.3.11 LIMA, Lino

[Carta], 1973 Março 19, Vila Nova de Famalicão [a] Eduardo Ribeiro / Lino Lima. 2 f.; 28 X 20 cm.

BMCCB / FL OD EER

Meu mt. Caro  
 Eduardo:

Oe preciso que no próximo  
 Sábado, 21, que me dê um  
 membro de cada Comissão  
 Gonçalves João a cargo  
 a' reuniões da Esplanada.

Era mesmo preciso. Por  
 quê? Dispensa-me de  
 repetir aqui toda a farsa  
 e abundantemente argumenta-  
 ção que acabo de dispensar  
 em o Santos Simão sobre  
 o assunto! Uma vez que  
 vocês andam de casa e

quiserem - to a carta que  
 lho escrevi. Se te digo que,  
 com a minúcia de sempre,  
 comeci a pôr problemas  
 as duas Comissões da 8.<sup>a</sup>  
 Secção e ficaram bastante  
 atiradas... é preciso en-  
 versar e fabricar.

Abala muito  
 amigo...

Lindalva

19.3.73

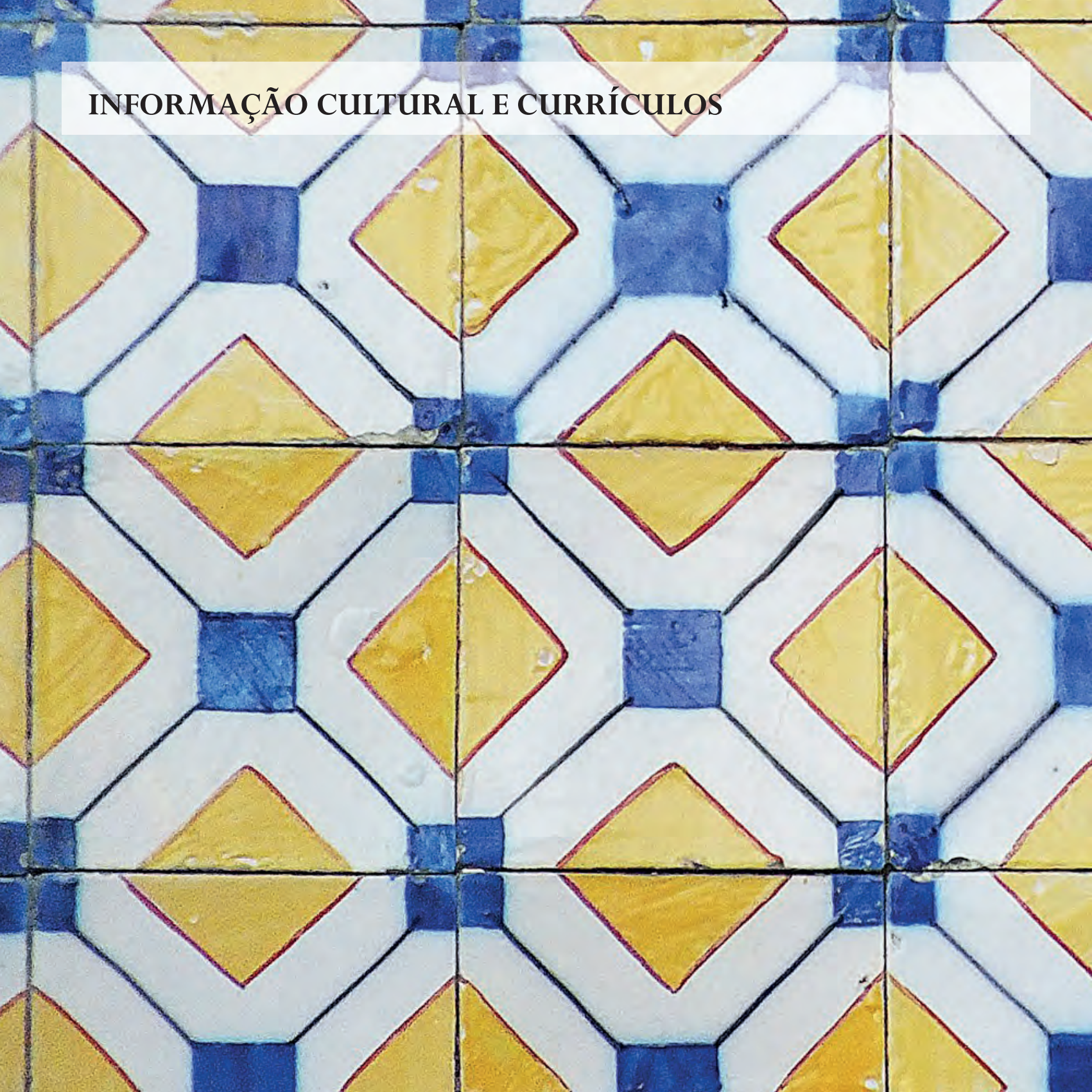
Assim-me o reço.

## Siglas

BMCCB - Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco

FL OD EER - Fundo Local. Oposição Democrática. Espólio Eduardo Ribeiro

INFORMAÇÃO CULTURAL E CURRÍCULOS





## 7.1 Informação Cultural

### **Novo Arquivo Municipal honra a história de Famalicão**

A inauguração do novo Arquivo Histórico Municipal, a 9 de julho de 2013, marcou as comemorações do Dia da Cidade. A antiga Casa Malheiro, na Rua Adriano Pinto Basto, foi o local escolhido para acolher a nova casa forte da história do concelho famalicense, que passou a adotar o nome do reconhecido historiador Alberto Sampaio.

Com esta mudança, o Arquivo Municipal ganhou uma nova dimensão e dignidade, conquistando um lugar de destaque na cultura famalicense.

As obras de adaptação do edifício implicaram a criação de diversos espaços, com destaque para a biblioteca com zona de leitura, um espaço destinado à consulta de suportes especiais e artigos de referência, sala de restauro, sala de digitalizações, depósito de peças especiais, sala de receção de documentação, sala de reuniões, gabinete de arquivista, entre outros.

Reunindo um valioso espólio, com documentos que relatam os mais de 800 anos de vida do município, devidamente catalogados, refira-se ainda que todo o arquivo municipal está disponível para consulta através de uma plataforma online, alojada na página oficial na internet do município.

### **Parque da Devesa acolhe Livraria Municipal**

Todas as publicações editadas pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, bem como outras obras relacionadas com o concelho, podem ser consultadas e adquiridas na Livraria Municipal, inaugurada a 29 de julho de 2013 e que está situada na Casa do Território, em pleno Parque da Devesa.

Encontrar um Boletim Cultural, uma edição do Centro de Estudos Camilianos ou dos Museus Bernardino Machado e Indústria Têxtil é agora mais fácil, uma vez que todas estas publicações, que até então estavam dispersas pelas mais diversas estruturas culturais do concelho, estão concentradas neste novo espaço.

Da responsabilidade da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, a livraria disponibiliza também para venda uma série de artigos promocionais do município como por exemplo postais, catálogos, esculturas e serigrafias.

### **Rosa Maria Martelo vence Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho**

A escritora Rosa Maria Martelo foi a grande vencedora da edição de 2012 do Grande Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho. O prémio, promovido pela Câmara Municipal de Vila Nova de

1. Arquivo Municipal
2. Rosa Maria Martelo
3. Livraria Municipal



- 4. Casa Museu Camilo
- 5. Comboio Presidencial





Famalicão em parceria com a Associação Portuguesa de Escritores, foi atribuído, unanimemente, à obra “O Cinema da Poesia”.

Na cerimónia de entrega do galardão, que decorreu a 18 de setembro de 2013, na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, a escritora agradeceu a distinção, garantindo que o prémio é, sobretudo, um reconhecimento do seu trabalho.

Recorde-se que o Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho foi instituído em 2010 e distingue, anualmente, uma obra de ensaio literário, publicada em livro, com o valor monetário de 7.500 euros.

### **Casa-Museu de Camilo integra projeto “Escritores a Norte”**

A Casa-Museu de Camilo aderiu, no final de 2013, à rede “Escritores a Norte”. O projeto, da autoria da Direção Regional de Cultura do Norte, tem como principal objetivo articular de forma coerente a atividade das Casas Museu e Fundações de Escritores do Norte de Portugal, conferindo uma maior visibilidade às atividades desenvolvidas e estabelecendo atuações comuns entre as diversas entidades.

Para o Presidente da Câmara Municipal, Paulo Cunha, esta é uma adesão que muito honra o Município de Famalicão, “tendo em conta que se trata de um dos valores patrimoniais famalicenses mais importantes e mais distintos entre os espaços museológicos dedicados à preservação e à divulgação da memória dos maiores nomes da Literatura e da Cultura portuguesas”.

Sobre o projeto, o autarca acredita que quanto maior for o trabalho conjunto entre as várias Casas-Museu e Fundações da região, maior será também a eficácia do esforço desenvolvido por estas instituições na valorização das obras dos respetivos patronos.

### **Comboio Presidencial fez viagem histórica até Famalicão**

**2014**

O Comboio Presidencial, que transportou todos os Presidentes da República entre 1910 e 1970, fez no dia 27 de março de 2014 uma viagem histórica até Vila Nova de Famalicão. Naquela que foi a sua primeira deslocação ao Norte do país após as obras de restauro, o comboio acolheu ilustres convidados desde autarcas, representantes da Fundação Museu Nacional Ferroviário (FMNF), da Refer e da CP, associações de entusiastas dos caminhos-de-ferro, entre outros, numa viagem que contou ainda com hospedeiras vestidas à época e com guitarras portuguesas.

A chegada ao Museu Ferroviário em Lousado aconteceu com pompa e circunstância, quase

seis horas depois da partida da estação do Entroncamento, com a receção a cargo da Banda de Música da Artave.

“Uma viagem histórica, num comboio repleto de memórias, mas com grande futuro”, definia assim o Presidente da Câmara Municipal, Paulo Cunha, para quem esta viagem serviu para demonstrar, ainda que de forma simbólica, o enorme potencial de Vila Nova de Famalicão do ponto de vista ferroviário.

Refira-se que antes do restauro, apenas duas das cinco carruagens estavam praticamente completas e as restantes estavam completamente esventradas, com as peças dispersas pelo país. Os trabalhos estiveram a cargo da FMNF durante três anos e custaram um milhão e meio de euros.

### **Famalicão ganha Agenda Cultural mais prática e amiga do ambiente**

Mais prática, moderna e amiga do ambiente. Foi desta forma que, em abril de 2014, foi apresentada a renovada Agenda Cultural do Município de Famalicão.

Impresso em papel reciclado, o novo formato da publicação foi pensado de forma a facilitar a consulta das pessoas, orientando-as conforme as suas preferências em termos de iniciativas e áreas de espetáculo, nomeadamente, na música, teatro, cinema, dança, desporto, conferências e workshops.

Cada evento apresentado individualmente é acompanhado por uma sinalética que presta, de forma simples e eficaz, toda a informação sobre a iniciativa, nomeadamente a localização, o preço, a hora e outras informações objetivas relacionadas com a organização do evento.

Igualmente importantes são as divisões dedicadas às crianças e seniores, ajudando, no primeiro caso, os pais a perceberem com facilidade os eventos disponíveis em cada dia do mês para os seus filhos e orientando, no segundo caso, os mais idosos para as iniciativas que lhes são particularmente dirigidas.

A Agenda Cultural de Vila Nova de Famalicão pode ser adquirida gratuitamente nas valências municipais com atendimento público, pode ser recebida em casa via CTT, também gratuitamente, e pode ainda ser descarregada a partir da página oficial na internet do município.

### **“Lenços das Madrinhas de Guerra” são produto cultural inovador**

Num ambiente de guerra, sozinhos, desanimados e cheios de saudades do seu país, os soldados que combatiam na guerra colonial “agarravam-se” às palavras da correspondência trocada com as madrinhas de guerra para encontrar ânimo, esperança, alegria e, muitas vezes, até amor.

ABRIL

VILA NOVA  
DE FAMALICÃO  
AGENDA  
CULTURAL



ANO 2014 / DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

7. Lenços das Madrinhas de Guerra

8. Exposição biográfica “José Casimiro da Silva um jornalista famalicense”



Num projeto único e inovador, a Câmara Municipal de Famalicão transformou essa correspondência em bonitos lenços bordados a linha. A apresentação pública deste espólio de grande valor aconteceu durante as comemorações dos 40 anos do 25 de Abril.

Bordados em tons de verde, imitando o camuflado militar, os Lenços das Madrinhas de Guerra perpetuam poemas de amor, palavras de conforto e mesmo muitas “maluquices” que ajudavam os soldados a “sentirem-se vivos” num cenário de morte.

As madrinhas de guerra eram quase sempre moças solteiras, amigas, vizinhas ou desconhecidas, sendo muitas vezes os respetivos endereços trocados entre os soldados.

Os lenços podem ser vistos no Museu da Guerra Colonial, localizado no Parque Comercial Lago Discount, em Ribeirão.

### **O reconhecimento público a José Casimiro da Silva**

Perto de duas centenas de pessoas marcaram presença no dia 3 de maio de 2014 na homenagem a José Casimiro da Silva, uma das personalidades famalicenses mais prestigiadas do século XX a nível local. A sessão promovida pelo município de Vila Nova de Famalicão decorreu na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco e ficou marcada pela emoção, pela participação e pelo reconhecimento público.

No arranque da iniciativa foi inaugurada a exposição biográfica “José Casimiro da Silva um jornalista famalicense”, que refletiu o seu percurso enquanto jornalista e cidadão famalicense ao serviço da comunidade. A mostra resultou de um extenso trabalho de investigação sobre a figura de José Casimiro da Silva realizado, sobretudo, a partir das coleções dos jornais «Estrela do Minho», onde Casimiro começou a colaborar em 1926, e «Estrela da Manhã», jornal de referência no quotidiano de Vila Nova de Famalicão ao longo dos anos 60, 70 e 80, de que foi proprietário e diretor.

A homenagem ficou também marcada pelo lançamento do livro “A Imprensa Periódica Famalicense nos séculos XIX e XX”, editado pela Húmus com o apoio da Câmara Municipal, e pelo lançamento de uma edição especial do “Estrela da Manhã”.

### **Teatro, circo e cabaret nas ruas de Famalicão**

De 4 a 11 de julho de 2014, dezenas de artistas de teatro físico, circo e cabaret invadiram as ruas e praças de Vila Nova de Famalicão naquela que foi a estreia do festival Vaudeville Rendez-Vous, o primeiro festival internacional de artes performativas realizado no concelho.

Uma iniciativa ímpar, surpreendente e inesquecível, que transformou o centro da cidade num

enorme palco a céu aberto, com espetáculos envolventes e participados.

O festival, promovido pelo Teatro Didascália em parceria com a Câmara Municipal, conquistou o público, que nos vários espetáculos foi convidado a interagir com os artistas das companhias convidadas.

O festival Vaudeville Rendez-Vous pretende afirmar-se no panorama nacional pela sua especificidade programática e pela qualidade dos seus espetáculos protagonizados por artistas locais, nacionais e internacionais de companhias de renome.

### **Mário de Carvalho vence Grande Prémio de Conto Camilo Castelo Branco**

“Uma surpresa muito agradável”. Foi desta forma que o escritor Mário de Carvalho reagiu à notícia da vitória da 22.ª edição do Grande Prémio de Conto Camilo Castelo Branco atribuído pela Associação Portuguesa de Escritores (APE) e pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. O anúncio foi feito publicamente no dia 2 de outubro de 2014, a partir do escritório de Camilo Castelo Branco, na sua Casa-Museu, em S. Miguel de Seide.

“A Liberdade de Pátio” da Porto Editora foi a obra que valeu a Mário de Carvalho o prémio, que aliás conhece bem, já que em 1991 tinha vencido a primeira edição com “Quatrocentos Mil Sestércios Seguido de O Conde Jano”.

O presidente da Câmara Municipal, Paulo Cunha, garantiu a continuidade desta parceria com a APE, sublinhando que o prémio tem servido não só como lançamento de novos escritores, mas também como consagração de outros.

Instituído em 1991, o Grande Prémio de Conto destina-se a galardoar uma obra em língua portuguesa de um autor português ou de um país africano de expressão portuguesa, com um prémio de 7.500 euros. Já distinguiu escritores como Teresa Veiga, Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa, Maria Judite de Carvalho, Miguel Miranda, Luísa Costa Gomes, José Jorge Letria e José Eduardo Agualusa.

### **José Gil vence Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho**

José Gil venceu o Grande Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho 2013, promovido em parceria pela Associação Portuguesa de Escritores e a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. O filósofo, ensaísta e professor foi distinguido por unanimidade pela sua obra “Cansaço, Tédio, Desassossego”.

Um profundo ensaio em que o autor, que tem vindo a destacar-se cada vez mais no panorama

6. Festival Vaudeville Rendez-Vous  
7. Mário de Carvalho



9.



10.

11. José Gil a receber o Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho

12. Espetáculo na Casa das Artes



11.



12.



literário português, questiona a atitude de Fernando Pessoa em relação aos seus heterónimos. Recorde-se que o Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho foi instituído em 2010 e distingue, anualmente, uma obra de ensaio literário, publicada em livro, com o valor monetário de 7.500 euros.

O presidente da Câmara Municipal, Paulo Cunha, vê o prémio como uma homenagem que pretende perpetuar o ensaísta Eduardo Prado Coelho, falecido em 2007 e que, recorde-se, doou a Vila Nova de Famalicão o seu espólio bibliográfico de mais de doze mil títulos, disponível para consulta na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

### **Casa das Artes de Famalicão irradia cultura**

A Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão, sendo uma das casas de espectáculos do país com maior dinâmica e reconhecido mérito, tem estado atenta ao que de melhor se faz e produz na área cultural.

Os últimos anos do espaço cultural famalicense traduzem-se numa sequência de êxitos, a juntar a tantos outros que têm marcado a atividade da Casa das Artes ao serviço da arte e da cultura. O lançamento do novo site, também disponível e otimizado para dispositivos móveis, marcou o final do ano de 2013. A programação, os espaços e equipamentos, a bilheteira, os serviços e toda a informação relativa à Casa das Artes está desde então à distância de um clique, em [www.casadasartes.org](http://www.casadasartes.org).

A programação cultural é também ela um reflexo da intensidade cultural do espaço famalicense. Por cá têm passado os maiores nomes do panorama artístico nacional e internacional. Cristina Branco, Rodrigo Leão, Cass McCombs, Camané, Rui Veloso, Peter Hook, Pedro Abrunhosa, Tiago Bettencourt, Wadada Leo Smith e António Fagundes são apenas alguns dos nomes que passaram em 2014 pela Casa das Artes de Famalicão.

# 7.2

Praça D. Maria II, Edifício da Fundação Cupertino Miranda

## **7.2 Breves currículos**

### **Amadeu Gonçalves**

Técnico Superior do Município de Vila Nova de Famalicão.

### **António Freitas**

Fotógrafo do Município de Vila Nova de Famalicão.

### **António Joaquim Pinto da Silva**

Técnico Superior, Arquivo Municipal Alberto Sampaio.

### **António José Queiroz**

Historiador. Investigador do CEPES (Porto).

### **Artur Sá da Costa**

Gestor Cultural. Investigador.

### **Cristiana Carmo**

Técnica Superior do Município de Vila Nova de Famalicão.

### **Filipa Sousa Lopes**

Professora do Ensino Básico e Secundário.

### **Hilário Pereira**

Bibliotecário. Município de Vila Nova de Famalicão.

### **J. Ribeiro dos Santos**

Arquiteto. Investigador.

### **João Afonso Machado**

Escritor. Investigador. Advogado.

### **Jorge Fernandes Alves**

FLUP, CITCEM.

### **José Manuel Lages**

Professor.

### **José Manuel Tengarrinha**

Professor catedrático jubilado da Fac. Letras Univ. Lisboa.

### **Justino Magalhães**

Professor Catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

### **Luís Gonzaga Cardoso de Almeida**

Licenciado em História pela Universidade Aberta.

### **Maria de Fátima Castro**

Historiadora.

### **Norberto F. Cunha**

Professor Catedrático jubilado da Universidade do Minho.

### **Paulo Campos Correia**

Técnico Superior do Gabinete do Património Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

### **Rafaela Adriana Marques de Sousa**

Licenciada e Mestre em História pela Universidade do Minho, investigadora do Lab2PT.

### **Rogério Bruno Guimarães Matos**

Licenciado em arquitetura, mestre em MIPA e investigador do CEAU/FAUP.

### **Ruth Mac-Mahon de Vitória Pereira e Moreira**

Técnica de Desenho.

## **Ficha técnica**

### **Boletim Cultural IV série n° 8/9**

#### **Edição**

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

#### **Diretor**

Paulo Cunha, Presidente da Câmara Municipal

#### **Coordenador editorial**

Artur Sá da Costa

#### **Conselho Consultivo**

Amadeu Gonçalves, António Joaquim Pinto da Silva, António José Queiroz, Armando Coelho Ferreira da Silva, Artur Sá da Costa, José Agostinho Pereira, Norberto Ferreira da Cunha

#### **Colaboram neste número**

Artur Sá da Costa, Filipa Sousa Lopes, António Freitas, José Manuel Tengarrinha, Paulo Campos Correia, Maria de Fátima Castro, Norberto Ferreira da Cunha, António José Queiroz, Jorge Fernandes Alves, Odete Paiva, Amadeu Gonçalves, António Joaquim Pinto da Silva, José Manuel Lages, Luis Gonzaga Cardoso de Almeida, Rafaela Adriana Marques de Sousa, João Afonso Machado, Hilário Pereira, Cristiana Carmo, Justino Magalhães, Rogério Bruno Magalhães Matos.

#### **Secretariado**

Alexandrina Costa

#### **Design Gráfico**

Raquel Bragança

#### **Fotografia dos azulejos de Famalicão**

Ana Pinto Tsou

#### **Execução Gráfica**

Mota & Ferreira, Lda. – Artes Gráficas

**Tiragem**

500 exemplares

**ISSN**

0871-3308

**Depósito Legal**

412746/90

Isento de registo na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 09 de junho, art.º 12º  
nº1, alínea b)

DESIGN GRÁFICO: Raquel Bragança

FOTOGRAFIAS DOS AZULEJOS DE FAMALICÃO: Ana Pinto Tsou



VILA  
NOVA de  
**FAMALICÃO**  
CÂMARA MUNICIPAL